

## REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DIRETA

### IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CEDENTE

<b>Nome da Pessoa Jurídica:</b>	RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA		
<b>CNPJ:</b>	43.744.713/0001-72	<b>CEP da sede:</b>	16.010-040
<b>Endereço da sede:</b>	RUA OSVALDO CRUZ, 67 – CENTRO – ARAÇATUBA – SP		
<b>E-mail de contato:</b>	<a href="mailto:cultura95@uol.com.br">cultura95@uol.com.br</a>		
<b>Serviço executado:</b>	<input type="checkbox"/> em frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas curtas <input checked="" type="checkbox"/> em ondas médias <input type="checkbox"/> em ondas tropicais <input type="checkbox"/> Radiodifusão sonora <input type="checkbox"/> Radiodifusão de sons e imagens		
<b>Localidade de execução do serviço:</b>	ARAÇATUBA	<b>UF:</b>	SP

Eu, GLADYS MAY FARES DE CAMPOS, inscrito no CPF sob o nº 958.660.008-49, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, e com fundamento na alínea “c” do art. 38 da Lei nº 4.117/62 (alterada pela lei nº 13.424, de 28 de março de 2017), venho solicitar autorização deste Ministério para realizar a **TRANSFERÊNCIA DIRETA** da concessão/permissão relativa ao serviço, localidade e estado acima descritos, à pessoa jurídica cessionária abaixo identificada, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO 1 eo formulário constante do ANEXO 2.

### IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA

<b>Nome da Pessoa Jurídica:</b>	SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA		
<b>CNPJ:</b>	03.156.036/0001-57	<b>CEP da sede:</b>	16.010-301
<b>Endereço da sede:</b>	RUA MARECHAL DEODORO, 675-A – SOBRE LOJA – CENTRO – ARAÇATUBA – SP		
<b>E-mail de contato:</b>	<a href="mailto:cult.am@terra.com.br">cult.am@terra.com.br</a>		

### DECLARAÇÕES

Requerimento de Transferência Direta - pág. 1

*[Assinaturas manuscritas]*





Com vistas à autorização para efetivar a operação solicitada, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Cessionária participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a Cessionária não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (d) a Cessionária cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (e) a Cessionária não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (f) a Cessionária autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; e
- (g) nenhum dos sócios ou dirigentes da Cessionária foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

  
GLADYS MAY FARES DE CAMPOS

De acordo.

ASSINATURA DE TODOS OS SÓCIOS E DIRETORES (CEDENTE E CESSIONÁRIA)	
NOME	ASSINATURA
GLADYS MAY FARES DE CAMPOS	
NICOLAU FARES DE CAMPOS	

Requerimento de Transferência Direta - pág. 2





MARTHA FARES DE CAMPOS BRUNO

NIVALDO QUESSA

ANDRÉ VINICIUS CARDOSO

LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA

*Martha Fares de Campos Bruno*  
*Nivaldo Quessa*  
*André Vinicius Cardoso*  
*Leandro Henrique Alux Silva*



*L*  
*André Vinicius Cardoso*  
*Nivaldo Quessa*  
*Leandro Henrique Alux Silva*

ANEXO 1

**DOCUMENTOS NECESSÁRIOS**

**RELATIVOS À  
CEDENTE**

- (a) prova de inscrição no CNPJ;
- (b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;
- (c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;
- (d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e
- (e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

**RELATIVOS À  
CESSIONÁRIA**

- (a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão, e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;
- (b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;
- (c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- (d) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (e) prova de inscrição no CNPJ;
- (f) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;
- (g) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;
- (h) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e
- (i) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do



**RELATIVOS  
AOS SÓCIOS  
E DIRETORES  
DA  
CESSIONÁRIA**

Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

(a) prova de condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, mediante a apresentação de certidão de nascimento ou casamento, certidão de reservista, carteira profissional ou de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira profissional, carteira de trabalho e previdência social, e passaporte.

**ATENÇÃO:**

1) Na hipótese de a pessoa jurídica Cessionária consistir em sociedade por ações, a documentação acima relacionada será exigida apenas dos possuidores de, no mínimo, trinta por cento das ações representativas do capital social e caberá ao dirigente da sociedade apresentar declaração de que os sócios possuidores de menos de trinta por cento das ações representativas do capital social cumprem os requisitos previstos no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

2) Na hipótese de haver pessoa jurídica sócia da pessoa jurídica cessionária, os dirigentes de ambas, em conjunto, prestarão declaração de que:

I - no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

II - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e

III - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990.



Requerimento de Transferência Direta - pag. 5





ANEXO 2

**QUADRO SOCIETÁRIO DA ENTIDADE CEDENTE**

<i>NOME</i>	<i>COTAS/AÇÕES</i>	<i>VALOR</i>
<i>GLADYS MAY FARES DE CAMPOS</i>	<i>50.000</i>	<i>R\$ 50.000,00</i>
<i>NICOLAU FARES DE CAMPOS</i>	<i>25.000</i>	<i>R\$ 25.000,00</i>
<i>MARTHA FARES DE CAMPOS BRUNO</i>	<i>25.000</i>	<i>R\$ 25.000,00</i>

**QUADRO DIRETIVO DA ENTIDADE CEDENTE**

<i>NOME</i>	<i>CARGO</i>	<i>CPF</i>
<i>GLADYS MAY FARES DE CAMPOS</i>	<i>Sócia Administradora</i>	<i>958.660.008-49</i>
<i>NICOLAU FARES DE CAMPOS</i>	<i>Sócio Administrador</i>	<i>023.618.978-65</i>
<i>MARTHA FARES DE CAMPOS BRUNO</i>	<i>Sócia Administradora</i>	<i>095.465.748-99</i>

**QUADRO SOCIETÁRIO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA**

<i>NOME</i>	<i>COTAS/AÇÕES</i>	<i>VALOR</i>
<i>NILVADO QUESSA</i>	<i>5.000</i>	<i>R\$ 5.000,00</i>
<i>ANDRÉ VINICIUS CARDOSO</i>	<i>5.000</i>	<i>R\$ 5.000,00</i>
<i>LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA</i>	<i>5.000</i>	<i>R\$ 5.000,00</i>

**QUADRO DIRETIVO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA**

<i>NOME</i>	<i>CARGO</i>	<i>CPF</i>
<i>NILVADO QUESSA</i>	<i>Sócio Administrador</i>	<i>311.842.438-91</i>
<i>ANDRÉ VINICIUS CARDOSO</i>	<i>Sócio Administrador</i>	<i>218.779.438-51</i>
<i>LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA</i>	<i>Sócia Administradora</i>	<i>322.941.688-01</i>

Requerimento de Transferência Direta - pag. 6

*[Handwritten signatures and initials]*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f





**FICHA CADASTRAL COMPLETA**

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS "EMPRESA", "CAPITAL", "ENDEREÇO", "OBJETO SOCIAL" E "TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA" REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE [WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR](http://WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR), MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTES DOCUMENTOS.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992, OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

RECADASTRADA EM 1997, SOB N. 00011263897

**EMPRESA**

**RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA.**

TIPO: SOCIEDADE LIMITADA

NIRE MATRIZ

DATA DA CONSTITUIÇÃO

EMIÇÃO

35202092363

01/08/1950

19/07/2019 12:03:24

INÍCIO DE ATIVIDADE

CNPJ

INSCRIÇÃO ESTADUAL

01/08/1950

43.744.713/0001-72

**CAPITAL**

Cr\$ 909.000,00 (NOVECIENTOS E NOVE MIL CRUZEIROS)

**ENDEREÇO**

LOGRADOURO: R OSVALDO CRUZ

NÚMERO: 67

BAIRRO: CENTRO

COMPLEMENTO:

MUNICÍPIO: ARACATUBA

CEP: 16100-000

UF: SP

**OBJETO SOCIAL**

SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO

**TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA**

GLADYS MAY FARES DE CAMPOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 958.660.008-49, RESIDENTE À RUA OSCAR RODRIGUES ALVES, 170, 2º AND. APTO 202, ARACATUBA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 83.628,00

MAURY PAVANELO DE CAMPOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 026.366.038-91, RESIDENTE À RUA OSACAR RODRIGUES ALVES, 170, 2º AND. APTO 202, ARACATUBA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 825.372,00

**ARQUIVAMENTOS**



NUM.DOC: 141.712/93-4 SESSÃO: 10/05/1993

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 909.000,00 (NOVECIENTOS E NOVE MIL CRUZEIROS REAIS).

REDISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DE MAURY PAVANELO DE CAMPOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 026.366.038-91, RESIDENTE À RUA OSACAR RODRIGUES ALVES, 170, 2 AND APT0202, ARACATUBA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 825.372,00.

REDISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DE GLADYS MAY FARES DE CAMPOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 958.660.008-49, RESIDENTE À RUA OSCAR RODRIGUES ALVES, 170, 2 AND APT0202, ARACATUBA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 83.628,00.

INCLUSÃO DE CNPJ 43.744.713/0001-72

NUM.DOC: 064.182/96-4 SESSÃO: 06/05/1996

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 28.180.000,00 (VINTE OITO MILHÕES, CENTO E OITENTA MIL REAIS).

RETIRA-SE DA SOCIEDADE MAURY PAVANELO DE CAMPOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 026.366.038-91, RESIDENTE À RUA OSACAR RODRIGUES ALVES, 170, 2 AND APT0202, ARACATUBA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 825.372,00.

REDISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DE GLADYS MAY FARES DE CAMPOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 958.660.008-49, RESIDENTE À RUA OSCAR RODRIGUES ALVES, 170, 2 AND APT0202, ARACATUBA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 14.090.000,00.

ADMITIDO NICOLAU FARES DE CAMPOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 023.618.978-65, RESIDENTE À RUA OSCAR RODRIGUES ALVES, 170, APT0. 202, ARACATUBA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 7.045.000,00.

ADMITIDO MARTHA FARES DE CAMPOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 095.465.748-99, RESIDENTE À RUA OSCAR RODRIGUES ALVES, 170, APT0. 202, ARACATUBA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 7.045.000,00.

NUM.DOC: 089.876/96-4 SESSÃO: 15/05/1996

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS).

REDISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DE GLADYS MAY FARES DE CAMPOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 958.660.008-49, RG/RNE: 2844426 - SP, RESIDENTE À RUA OSCAR RODRIGUES ALVES, 170, 2 AND APT0202, ARACATUBA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 7.500,00.

REDISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DE NICOLAU FARES DE CAMPOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 023.618.978-65, RG/RNE: 126665128 - SP, RESIDENTE À RUA OSCAR RODRIGUES ALVES, 170, APT0. 202, ARACATUBA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 3.750,00.

REDISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DE MARTHA FARES DE CAMPOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 095.465.748-99, RG/RNE: 126665114 - SP, RESIDENTE À RUA OSCAR RODRIGUES ALVES, 170, APT0. 202, ARACATUBA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 3.750,00.

NUM.DOC: 020.299/97-7 SESSÃO: 19/02/1997

ALTERAÇÃO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE GLADYS MAY FARES DE CAMPOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 958.660.008-49, RG/RNE: 2844426 - SP, RESIDENTE À RUA OSCAR RODRIGUES ALVES, 170, 2 AND APT0202, ARACATUBA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 7.500,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE NICOLAU FARES DE CAMPOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 023.618.978-65, RG/RNE: 126665128 - SP, RESIDENTE À RUA OSCAR RODRIGUES ALVES, 170, APT0. 202, ARACATUBA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 3.750,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE MARTHA FARES DE CAMPOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 095.465.748-99, RG/RNE: 126665114 - SP, RESIDENTE À RUA OSCAR RODRIGUES ALVES, 170, APT0. 202, ARACATUBA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 3.750,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 096.175/04-7 SESSÃO: 10/03/2004

Documento Gratuito  
Proibida a Comercialização

NIRE 35202092363

Página 2 de 5

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

**ALTERAÇÃO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:**

REMANESCENTE GLADYS MAY FARES DE CAMPOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 958.680.008-49, RG/RNE: 28444267 - SP, RESIDENTE À RUA OSCAR RODRIGUES ALVES, 170, 2º AND APTO 202, ARACATUBA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 7.500,00.

REMANESCENTE NICOLAU FARES DE CAMPOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 023.618.978-65, RG/RNE: 126665126 - SP, RESIDENTE À RUA OSCAR RODRIGUES ALVES, 170, APTO. 202, ARACATUBA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 3.750,00.

REMANESCENTE MARTHA FARES DE CAMPOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 095.465.748-99, RG/RNE: 126665114 - SP, RESIDENTE À RUA OSCAR RODRIGUES ALVES, 170, APTO. 202, ARACATUBA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 3.750,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 184.882/04-7 SESSÃO: 14/04/2004

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 514.097/04-8 SESSÃO: 31/12/2004

TRATA-SE O PRESENTE, DE PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DECLARAÇÃO EM ANEXO, COM O ESCOPO DE DAR CUMPRIMENTO A LETRA "I" DO ARTIGO 38 DA LEI Nº 4.117, DE 27/08/62, COM NOVA REDAÇÃO QUE LHE CONFERIU A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 70/02, TRANSFORMADA NA LEI Nº 10.610, DE 20/12/2002, PUBLICADA NO D.O.U., EDIÇÃO DE 23/12/2002 (COPIA ANEXA). EM ANALISANDO O ASSUNTO EM Pauta, ESSA RESPEITÁVEL JUNTA COMERCIAL, ATRAVES DE SUA DOUTA PROCURADORIA, EMITIU PARECER DETERMINANDO A OBRIGATORIEDADE DO ARQUIVAMENTO DA DECLARAÇÃO, BEM COMO OFÍCIO, DATADO A 27 DE JANEIRO DE 2003, DA LAVRA DA SECRETARIA GERAL, DELINEANDO O PROCEDIMENTO PARA ARQUIVAMENTO (COPIAS ANEXAS). ANTE O EXPOSTO, SOLICITAMOS O ARQUIVAMENTO DA DECLARAÇÃO ANEXA.

NUM.DOC: 176.049/05-8 SESSÃO: 20/06/2005

TRATA-SE O PRESENTE, DE PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DECLARAÇÃO EM ANEXO, COM O ESCOPO DE DAR CUMPRIMENTO A LETRA "I" DO ARTIGO 38 DA LEI Nº 4.117, DE 27/08/62, COM NOVA REDAÇÃO QUE LHE CONFERIU A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 70/02, TRANSFORMADA NA LEI Nº 10.610, DE 20/12/2002, PUBLICADA NO D.O.U., EDIÇÃO DE 23/12/2002 (COPIA ANEXA). EM ANALISANDO O ASSUNTO EM Pauta, ESSA RESPEITÁVEL JUNTA COMERCIAL, ATRAVES DE SUA DOUTA PROCURADORIA, EMITIU PARECER DETERMINANDO A OBRIGATORIEDADE DO ARQUIVAMENTO DA DECLARAÇÃO, BEM COMO OFÍCIO, DATADO A 27 DE JANEIRO DE 2003, DA LAVRA DA SECRETARIA GERAL, DELINEANDO O PROCEDIMENTO PARA ARQUIVAMENTO (COPIAS ANEXAS). ANTE O EXPOSTO, SOLICITAMOS O ARQUIVAMENTO DA DECLARAÇÃO ANEXA.

NUM.DOC: 041.776/06-9 SESSÃO: 08/02/2006

TRATA-SE O PRESENTE, DE PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DECLARAÇÃO EM ANEXO, COM O ESCOPO DE DAR CUMPRIMENTO A LETRA "I" DO ARTIGO 38 DA LEI Nº 4.117, DE 27/08/62, COM NOVA REDAÇÃO QUE LHE CONFERIU A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 70/02, TRANSFORMADA NA LEI Nº 10.610, DE 20/12/2002, PUBLICADA NO D.O.U., EDIÇÃO DE 23/12/2002 (COPIA ANEXA). EM ANALISANDO O ASSUNTO EM Pauta, ESSA RESPEITÁVEL JUNTA COMERCIAL, ATRAVES DE SUA DOUTA PROCURADORIA, EMITIU PARECER DETERMINANDO A OBRIGATORIEDADE DO ARQUIVAMENTO DA DECLARAÇÃO, BEM COMO OFÍCIO, DATADO A 27 DE JANEIRO DE 2003, DA LAVRA DA SECRETARIA GERAL, DELINEANDO O PROCEDIMENTO PARA ARQUIVAMENTO (COPIAS ANEXAS). ANTE O EXPOSTO, SOLICITAMOS O ARQUIVAMENTO DA DECLARAÇÃO ANEXA.

NUM.DOC: 091.553/06-4 SESSÃO: 03/04/2006

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS).

REDISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DE GLADYS MAY FARES DE CAMPOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 958.680.008-49, RG/RNE: 2.844.426 - SP, RESIDENTE À RUA OSCAR RODRIGUES ALVES, 170, APTO. 202, CENTRO, ARACATUBA - SP, CEP 16900-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 50.000,00.

REDISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DE NICOLAU FARES DE CAMPOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 023.618.978-65, RG/RNE: 12.666.512-6 - SP, RESIDENTE À RUA OSCAR RODRIGUES ALVES, 170, APTO. 202, CENTRO, ARACATUBA - SP, CEP 16900-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

REDISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DE MARTHA FARES DE CAMPOS BRUNO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 095.465.748-99, RG/RNE: 12.666.511-4 - SP, RESIDENTE À RUA 1 DE MAIO, 217, APTO. 14, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 13200-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 072.984/07-7 SESSÃO: 02/03/2007

TRATA-SE O PRESENTE, DE PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DECLARAÇÃO EM ANEXO, COM O ESCOPO DE DAR CUMPRIMENTO A LETRA "I" DO ARTIGO 38 DA LEI Nº 4.117, DE 27/08/62, COM NOVA REDAÇÃO QUE LHE CONFERIU A MEDIDA





PROVISORIA N° 70/02, TRANSFORMADA NA LEI N° 10.610, DE 20/12/2002, PUBLICADA NO D.O.U., EDICAO DE 23/12/2002 ANTE O EXPOSTO, SOLICITAMOS O ARQUIVAMENTO DA DECLARACAO ANEXA.

NUM.DOC: 271.675/08-1 SESSÃO: 19/08/2008

OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO

NUM.DOC: 295.477/08-8 SESSÃO: 05/09/2008

ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE GLADYS MAY FARES DE CAMPOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 958.660.008-49, RG/RNE: 2844426, RESIDENTE À RUA OSCAR RODRIGUES ALVES, 170, APTO.202, CENTRO, ARACATUBA - SP, CEP 16900-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 50.000,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE NICOLAU FARES DE CAMPOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 023.618.978-65, RG/RNE: 126665126, RESIDENTE À RUA OSCAR RODRIGUES ALVES, 170, APTO.202, CENTRO, ARACATUBA - SP, CEP 16900-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARTHA FARES DE CAMPOS BRUNO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 095.465.748-99, RG/RNE: 126665114, RESIDENTE À RUA 1 DE MAIO, 217, APTO.14, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 13200-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 473.994/09-4 SESSÃO: 23/12/2009

OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO

NUM.DOC: 439.728/10-1 SESSÃO: 13/12/2010

OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO

NUM.DOC: 021.714/12-5 SESSÃO: 02/01/2012

OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO

NUM.DOC: 531.498/12-8 SESSÃO: 11/12/2012

ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO - TRATA-SE O PRESENTE, DE PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DECLARACAO EM ANEXO, COM O ESCOPO DE DAR CUMPRIMENTO A LETRA "I" DO ARTIGO 38 DA LEI N 4.117, DE 27/08/62, COM NOVA REDACAO QUE LHE CONFERIU A MEDIDA PROVISORIA N 70/02, TRANSFORMADA NA LEI N 10.610, DE 20/12/2002, PUBLICADA NO D.O.U., EDICAO DE 23/12/2002.

NUM.DOC: 444.847/13-3 SESSÃO: 18/11/2013

ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO - TRATA-SE O PRESENTE, DE PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DECLARACAO EM ANEXO, COM O ESCOPO DE DAR CUMPRIMENTO A LETRA "I" DO ARTIGO 38 DA LEI N 4.117, DE 27/08/62, COM NOVA REDACAO QUE LHE CONFERIU A MEDIDA PROVISORIA N 70/02, TRANSFORMADA NA LEI N 10.610, DE 20/12/2002, PUBLICADA NO D.O.U., EDICAO DE 23/12/2002.

NUM.DOC: 302.911/14-5 SESSÃO: 04/08/2014

ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO - TRATA-SE O PRESENTE, DE PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DECLARACAO EM ANEXO, COM O ESCOPO DE DAR CUMPRIMENTO A LETRA "I" DO ARTIGO 38 DA LEI N 4.117, DE 27/08/62, COM NOVA REDACAO QUE LHE CONFERIU A MEDIDA PROVISORIA N 70/02, TRANSFORMADA NA LEI N 10.610, DE 20/12/2002, PUBLICADA NO D.O.U., EDICAO DE 23/12/2002.

NUM.DOC: 408.092/15-4 SESSÃO: 11/09/2015

ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO - TRATA-SE O PRESENTE, DE PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DECLARACAO EM ANEXO, COM O ESCOPO DE DAR CUMPRIMENTO A LETRA "I" DO ARTIGO 38 DA LEI N 4.117, DE 27/08/62, COM NOVA REDACAO QUE LHE CONFERIU A MEDIDA PROVISORIA N 70/02, TRANSFORMADA NA LEI N 10.610, DE 20/12/2002, PUBLICADA NO D.O.U., EDICAO DE 23/12/2002.

NUM.DOC: 519.666/16-1 SESSÃO: 06/12/2016

TRATA-SE O PRESENTE, DE PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DECLARACAO EM ANEXO, COM O ESCOPO DE DAR CUMPRIMENTO A LETRA "I" DO ARTIGO 38 DA LEI N 4.117, DE 27/08/62, COM NOVA REDACAO QUE LHE CONFERIU A MEDIDA PROVISORIA N 70/02, TRANSFORMADA NA LEI N 10.610, DE 20/12/2002, PUBLICADA NO D.O.U., EDICAO DE 23/12/2002., DATADA DE: 29/11/2016.





NUM.DOC: 572.548/17-5 SESSÃO: 20/12/2017

TRATA-SE O PRESENTE, DE PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DECLARAÇÃO EM ANEXO, COM O ESCOPO DE DAR CUMPRIMENTO A LETRA "I" DO ARTIGO 38 DA LEI N 4.117, DE 27/08/62, COM NOVA REDAÇÃO QUE LHE CONFERIU A MEDIDA PROVISÓRIA N 70/02, TRANSFORMADA NA LEI N 10.810, DE 20/12/2002, PUBLICADA NO D.O.U., EDIÇÃO DE 23/12/2002., DATADA DE: 12/12/2017.

NUM.DOC: 850.132/18-6 SESSÃO: 03/01/2018

ARQUIVAMENTO DE PROCURAÇÃO PÚBLICA, CONFORME DISPOSTO NA IN NO. 28 DE 06/10/2014 E RESOLUÇÃO CNJ NO. 42 DE 31/10/2014.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35202092363  
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 18/07/2019

JUCESP

GOVERNO DO ESTADO  
SÃO PAULO

documento  
assinado  
digitalmente

Ficha Cadastral Completa emitida para APT REPRESENTACOES E ASSESSORIA EM TELECOM S CLT :  
56101056000186. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do  
Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal  
www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 120309950, sexta-feira, 19 de julho de 2019 às 12:03:24.

Documento Gratuito  
Proibida a Comercialização



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

NIRE: 35202092363

*[Handwritten signatures and initials]*

Página 5 de 5

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 43.744.713/0001-72		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 22/08/1966
NOME EMPRESARIAL RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA				
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio				PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada				
LOGRADUARO R OSVALDO CRUZ		NÚMERO 67	COMPLEMENTO TERREO	
CEP 16.010-040	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ARACATUBA		UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO FINANCEIRO@RADIOCULTURA.COM.BR		TELEFONE (18) 3623-8726		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 12/03/2004
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL				
SITUAÇÃO ESPECIAL *****				DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 19/07/2019 às 12:04:17 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

*[Assinaturas manuais]*

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA**  
**CNPJ: 43.744.713/0001-72**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 16:45:12 do dia 22/07/2019 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 18/01/2020.

Código de controle da certidão: **265B.4854.A5D9.08FC**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)



Preparar página  
para impressão





## Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

### Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ / IE: 43.744.713/0001-72

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 19070118561-88

Data e hora da emissão 22/07/2019 16:46:15

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no site [www.pfe.fazenda.sp.gov.br](http://www.pfe.fazenda.sp.gov.br)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Finanças  
Departamento de Rendas Municipal

### Certidão Negativa de Tributos Municipais

Certidão número : 2126-8558-4803  
Contribuinte : RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA  
CNPJ / CPF : 43.744.713/0001-72  
Inscrição : 88176  
Endereço : RUA OSVALDO CRUZ, 67 Compl.: TERREO  
Bairro : CENTRO, CEP: 16010-040  
Emitida em : 22/07/2019 às 16:48:40  
Válida até : 21/08/2019

Ressalvando o direito que cabe a Fazenda Pública Municipal de exigir na forma da Legislação vigente, os Tributos ou quaisquer outros emolumentos que por ventura venham a ser apurados;

Certifica que em relação ao contribuinte acima descrito nada deve até a emissão desta, em relação aos Tributos Municipais, inclusive Imobiliários e Mobiliários, administrados pela Secretaria da Fazenda Municipal.

As informações desta estão contidas em nosso Cadastro.

Certidão expedida via Internet

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal de Finanças (<http://201.49.72.130:8083/issonline/services/autenticadocumento>).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS  
PELA ANATEL**

**Nome:** RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA - ME  
**CNPJ:** 43.744.713/0001-72

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 12:10:27 do dia 19/07/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 18/08/2019.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

Voltar

Imprimir



**Certificado de Regularidade  
do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 43.744.713/0001-72

**Razão Social:** RADIO CULTURA ARAÇATUBA LTDA

**Endereço:** RUA OSVALDO CRUZ 67 TERREO / CENTRO / ARACATUBA / SP / 16010-040

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 04/07/2019 a 02/08/2019

**Certificação Número:** 2019070403104584136530

Informação obtida em 19/07/2019 12:35:09

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**www.caixa.gov.br**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA  
(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 43.744.713/0001-72  
Certidão nº: 177211571/2019  
Expedição: 19/07/2019, às 12:06:55  
Validade: 14/01/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **43.744.713/0001-72**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.  
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.  
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.  
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.  
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).  
Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Divisão de Assessoria Geral - Unidade TST - Jus.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f





JUCESP PROTOCOLO  
236314/99-3



**"SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARACAT**

Pelo presente instrumento particular de constituição os abaixo assinados:

**JOÃO APARECIDO CARDOSO**, brasileiro, casado, comerciante, portador do RG. sob o n.º 8.411.018-SSP/SP e do C.P.F. sob o n.º 803.047.968-91, residente e domiciliado nesta cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo à Rua Tabajaras, n.º 244, CEP. 16010-390,

**NIVALDO QUESSA**, brasileiro, solteiro, juiz classista aposentado, portador do RG. sob o n.º 4.570.765-SSP/SP e do CPF. sob o n.º 311.842.438-91, residente e domiciliado nesta cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, à Rua Cristiano Olsen, n.º 1620, apartamento 162, CEP 16015-190, tem entre si, justos

e combinados, a constituição de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que regerá pelas cláusulas e condições seguinte:

**CLAUSULA PRIMEIRA**

A firma girará sob a denominação social de **"SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARACATUBA LTDA.-EPP"**, com sede estabelecida a Rua Marechal Deodoro, n.º 675-A sobre loja, é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, dela fazendo parte como sócios quotistas, **JOÃO APARECIDO CARDOSO E NIVALDO QUESSA**, constituída de acordo com o Decreto n.º 3.708 de 10 de janeiro de 1919, e com a legislação que rege a execução dos serviços de radiodifusão sonora do Brasil.

§ Único - Em suas irradiações, a entidade se identificará da seguinte forma.

**"SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO AM"**

**"SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO FM"**

**CLAUSULA SEGUNDA**

A sociedade tem por objeto a execução de serviços de radiodifusão sonora de quaisquer modalidades, em quaisquer localidades do país, desde que para tanto o Governo Federal lhe outorgue permissões, e ou, concessões.

§ 1º - A execução a que se refere essa cláusula obedecerá, sempre a legislação específica que reger a execução dos serviços de radiodifusão sonora no Brasil, visando fins patrióticos, cívicos, educativos e recreativos.

§ 2º - Para a consecução de seus objetivos, a sociedade poderá instalar estações radiodifusoras, serviços especiais de música funcional, estúdios auxiliares e abrir e fechar sucursais, escritórios e filiais em quaisquer partes do país, observados os regulamentos técnicos e as normas jurídicas específicas e aplicáveis.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

### CLÁUSULA TERCEIRA.

A firma terá início de suas atividades a partir do dia 01 de Maio de 1999, data de sua constituição, sendo prazo de duração da sociedade por prazo indeterminado, observando-se quanto da sua dissolução, os preceitos da lei especificada e que for aplicável.

### CLÁUSULA QUARTA.

O capital social será no valor de R\$15.000,00(Quinze Mil Reais), divididos em 300 (Trezentas) quotas, no valor de R\$ 50,00 (Cinquenta Reais) cada uma, sendo que o sócio JOÃO APARECIDO CARDOSO, integraliza neste ato em moeda corrente do país a quantia de R\$ 10.000,00(Dez Mil Reais) e o sócio NIVALDO QUESSA, integraliza neste ato em moeda corrente do país a quantia de R\$5.000,00(Cinco Mil Reais), ficando assim o capital social distribuído entre os mesmos da seguinte forma.

<u>JOÃO APARECIDO CARDOSO</u>	200 QUOTAS no valor de R\$10.000,00
<u>NIVALDO QUESSA</u>	100 QUOTAS no valor de R\$ 5.000,00
TOTAL.....	300 QUOTAS no valor de R\$ 15.000,00

As quotas representativas do capital social são indivisíveis e para cada uma delas a sociedade reconhece um único proprietário. A responsabilidade de cada sócio é limitada até o valor do capital social, nos termos do Art. 2º IN FINE, da Lei 3.708 de 10 de janeiro de 1.919.

§ - 1º - As quotas representativas do capital social são indivisíveis e para cada uma delas a sociedade reconhece apenas um único proprietário.

§ - 2º - A responsabilidade de cada sócio é limitada ao valor do capital social, nos termos do art. 2º, "IN FINE" do Decreto n.º 3.708 de 10 de janeiro de 1.919.

### CLÁUSULA QUINTA.

É vedado o ingresso na sociedade às pessoas jurídicas e estrangeiras, nela só podendo ser admitidas brasileiras.

### CLÁUSULA SEXTA.

As quotas representativas do capital social são intransferíveis, inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros e pessoas jurídicas, dependendo de qualquer alteração contratual de prévia anuência do Governo Federal.

### CLÁUSULA SÉTIMA.



Ocorrendo a hipótese de qualquer sócio desejar transferir a totalidade ou parte das quotas, terão preferência, absoluta para a aquisição, os de mais sócios, devendo o sócio interessado em transferir, comunicar sua intenção por escrito aos demais quotistas, concedendo-lhes um prazo de 60 (sessenta) dias para a resposta.

§ - Único - Caso mais de um sócio desejar adquirir as quotas do sócio retirante, a aquisição será na proporção direta das quotas que cada um dos pretendentes possuir.

#### CLÁUSULA OITAVA.

A duração da sociedade é por prazo indeterminado, observando-se quanto da sua dissolução, os preceitos da lei específica e da que for aplicável.

#### CLÁUSULA NONA.

Ocorrendo o falecimento de qualquer dos sócios, a sociedade não se dissolverá, procedendo-se, então, a um balanço geral e pagando-se aos herdeiros e, ou, sucessores do sócio falecido o valor do seu capital, considerando-se os débitos que possua na sociedade e o lucro ou prejuízo apurado até o último dia do mês em que tiver ocorrido o falecimento.

§ Único - Em caso de impedimento legal de qualquer sócio, aplicar-se o disposto nesta cláusula.

#### CLÁUSULA DÉCIMA.

Poderão os herdeiros necessários optar pelo seu ingresso na sociedade, desde que obtenham eles a indispensáveis autorizações do Governo Federal.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA.

Fica outorgado ao sócio JOÃO APARECIDO CARDOSO e NIVALDO QUESSA, uma retirada mensal a título de pró-labore, a importância que será fixada anualmente pelo consenso unânime dos sócios, dentro da disponibilidade social e levadas à débito das Despesas Gerais

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA.

A gerência e administração da sociedade será exercida pelos sócios JOÃO APARECIDO CARDOSO e NIVALDO QUESSA, sendo-lhes vedado o uso da mesma em negócios particulares, ou seja, negócios alheios aos fins sociais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.



O ano social coincide com o civil, anualmente no dia 31 de dezembro, será levantado um balanço geral para apuração dos resultados do exercício. Os lucros e prejuízos apurados, serão suportados entre os sócios na proporção das quotas que possuírem, ou ficarão escriturados em título próprio da contabilidade.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA.

Qualquer alteração do presente contrato social, somente será válida se assinada pelos sócios representantes em conjunto pelos menos 75% (setenta e cinco por cento) do capital social desta empresa, mas, produzirá efeitos com relação a todos, mesmo aqueles que eventualmente não a tenham assinado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA.

Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos de comum acordo entre os sócios, buscando-se subsídios em toda legislação vigente, especialmente no Decreto n.º 3.708 de 10 de janeiro de 1919 e no Código Brasileiro de Telecomunicações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA.

Os sócios elegem o foro da Comarca de Araçatuba, Estado de São Paulo, para conhecer em primeira instância de qualquer pendência oriunda do presente contrato.

Assim por estarem em todo e contratados, assinam o presente instrumento digitado em 03(três) vias de igual teor e para um único efeito, juntamente com duas testemunhas. Cada via tem 04(quatro) folhas digitadas no anverso. Este documento deverá ser arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo após expressa autorização do Departamento Nacional de Telecomunicações.

Araçatuba, 01 de Maio de 1999.

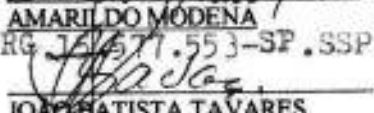
  
JOÃO APARECIDO CARDOSO

  
NIVALDO OLESSA

TESTEMUNHAS

  
AMARILDO MODENA

RG. 15.571.553-SP. SSP

  
JOÃO BATISTA TAVARES

RG. 7.549.300-SP. SSP



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE LIMITADA.****SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA.EPP**

Pelo presente instrumento, **JOÃO APARECIDO CARDOSO**, brasileiro, casado no regime de comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, à Rua Major Mendonça nº 250 - 9º andar, Vila Mendonça, CEP 16015-110, portador do CPF. 803.047.968-91 e da Cédula de Identidade RG. 8.411.018 expedida pela SSP/SP., e **NIVALDO QUESSA**, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, à Rua Aguapeí nº 3.300, Condomínio Parque dos Araçás, CEP 16025-500, portador do CPF. 311.842.438-91 e da Cédula de Identidade RG. 4.570.765 expedida pela SSP/SP., únicos sócios da sociedade empresária limitada **SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA.- EPP**, estabelecida na Rua Marechal Deodoro nº 675-A, sobre loja, Centro, CEP 16010-301, nesta cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, cujo contrato social se encontra devidamente arquivado perante a M. M. Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob NIRE 35215674021, sessão de 12/05/1999, e última alteração arquivada sob nº 19.489/05-5, em 14/01/2005, inscrita no CNPJ/MF. nº 03.156.036/0001-57, resolvem proceder a presente alteração que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

**PRIMEIRA**

São admitidos na sociedade os sócios **ANDRE VINICIUS CARDOSO**, brasileiro, maior, casado no regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG. 32.518.875-0-SSP/SP., expedida em 05/10/1994, e do CPF. 218.779.438-51, natural de Araçatuba, SP., nascido em 28/09/1981, residente e domiciliado nesta cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, na Rua Porangaba nº 878, Vila Industrial, CEP 16072-165 e **LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA**, brasileiro, maior, casado no regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG. 44.079.279-4-SSP/SP., expedida em 29/03/2019, e do CPF. 322.941.688-01, natural de Araçatuba, SP., nascido em 28/07/1985, residente e domiciliado nesta cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, na Rua Cussy de Almeida Junior, 1.291, Apto. 81, Higienópolis, CEP 16010-715.

**SEGUNDA**

Retira-se da sociedade o sócio **JOÃO APARECIDO CARDOSO**, cedendo e transferindo neste ato a totalidade de suas quotas de participação na sociedade, bem como os direitos sobre as mesmas, aos sócios neste ato admitidos **ANDRÉ VINICIUS CARDOSO** e **LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA**, acima qualificados.

§ único: O sócio **JOÃO APARECIDO CARDOSO**, que possuía 10.000 (dez mil) quotas de participação no capital da sociedade, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cede e transfere ao sócio **ANDRÉ VINICIUS CARDOSO**, 5.000 (cinco mil) quotas de participação no capital social, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), e cede e transfere ao sócio **LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA** 5.000 (cinco mil) quotas de participação no capital social, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).





### TERCEIRA

O sócio retirante dá recíproca, plena, geral e irrevogável quitação à sociedade, aos sócios admitidos e ao sócio remanescente, nada tendo a reclamar ou participar posteriormente.

### QUARTA

O capital social que era de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), dividido em 15.000 (quinze mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, continua inalterado, e assim distribuído entre os sócios:

NIVALDO QUESSA	5.000 QUOTAS	R\$ 5.000,00
ANDRE VINICIUS CARDOSO	5.000 QUOTAS	R\$ 5.000,00
LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA	5.000 QUOTAS	R\$ 5.000,00
TOTAL	15.000 QUOTAS	R\$ 15.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO:- A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

### QUINTA

A sociedade será administrada por todos os sócios, em conjunto ou separadamente, e a eles caberão a representação ativa e passiva da sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, sendo vedado de acordo com o Artigo 1.064, da Lei nº 10.406, de 2002, o uso da denominação social, ou da firma, em negócios estranhos aos fins sociais.

### SEXTA

Todos os sócios terão direito a uma retirada mensal, á titulo de "Pró-Labore", cuja importância será fixada anualmente pelo consenso unânime dos sócios, dentro da disponibilidade social e levada a débito das Despesas Gerais..

### SETIMA

Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002).

### OITAVA

Fica neste ato alterado o endereço do sócio NIVALDO QUESSA, de Rua Cristiano Olsen, 1620, Apto 162, São João, CEP 16015-190, nesta cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, para **Rua Aguapeí, 3.300, Cond. Parque dos Araças, Jardim do Prado, CEP 16025-455, nesta cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.**

Face às alterações acima, os sócios resolvem consolidar o Contrato Social, conforme segue:

### PRIMEIRA

A sociedade gira sob o nome empresarial de **SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA. EPP**, é uma sociedade limitada, fazendo parte dela como sócios quotistas, **NIVALDO QUESSA, ANDRE VINICIUS**



CARDOSO e LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA, adequada de acordo com a Lei 10.406 de 2002, e com a legislação que rege a execução dos serviços de radiodifusão sonora do Brasil

§ único – em suas irradiações, a entidade se identificará da seguinte forma:

“SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO AM”

“SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO FM”

#### SEGUNDA

A sociedade tem sua sede na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, na Rua Marechal Deodoro, 675-A, sobre loja, Centro, CEP 16010-301.

#### TERCEIRA

O objetivo da sociedade é a execução de serviços de radiodifusão sonora de, quaisquer modalidades, em quaisquer localidades do País, desde que para tanto o Governo Federal lhe outorgue permissões e ou concessões:

§ 1º - A execução a que se refere essa cláusula obedecerá, sempre a legislação específica que reger a execução dos serviços de radiodifusão sonora no Brasil, visando fins patrióticos, cívicos, educativos e recreativos.

§ 2º - Para a consecução de seus objetivos, a sociedade poderá instalar estações radiodifusoras, serviços especiais de música funcional, estúdios auxiliares e abrir e fechar sucursais, escritórios e filiais em quaisquer partes do País, observando os regulamentos técnicos e as normas jurídicas específicas e aplicáveis.

#### QUARTA

A sociedade iniciou suas atividades em 01/05/1999 e seu prazo de duração será por tempo indeterminado, observando-se quanto a sua dissolução, os preceitos da lei especificada e que for aplicável.

#### QUINTA

O capital social é de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), dividido em 15.000 (quinze mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas pelos sócios, em moeda corrente do país, ficando distribuído entre os sócios da seguinte forma:

IVALDO QUESSA	5.000	R\$ 5.000,00
ANDRE VINICIUS CARDOSO	5.000	R\$ 5.000,00
LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA	5.000	R\$ 5.000,00
TOTAL	15.000	R\$ 15.000,00

**PARÁGRAFO ÚNICO:-** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

#### SEXTA

As quotas de capital da sociedade são indivisíveis e não poderão ser alienadas a pessoas estranhas ao quadro social, sem o prévio consentimento dos demais sócios, os quais ficam assegurados, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para aquisição das quotas, formalizando a alteração contratual se realizada a cessão.

**Parágrafo 1º -** Havendo, no sócio, o desejo de retirar-se da sociedade, deverá notificar aos demais sócios, por escrito, com antecedência mínima de 60 dias e seus haveres lhes serão pagos, após o levantamento de balanço especial levantado para esse fim, em



condições e prazos negociados, no mínimo em seis parcelas iguais e sucessivas, atualizadas por índices oficiais acrescidos de juros de 6% ao ano.

**Parágrafo 2º** - Findo o prazo de 60 dias para o exercício da preferência, sem que os sócios tenham se manifestado ou se houver sobras, as quotas poderão ser cedidas ou alienadas a terceiros.

**Parágrafo 3º** - O sócio que ceder suas quotas, total ou parcialmente, fica livre de quaisquer responsabilidades posteriores à data de averbação de sua saída da sociedade, após quitar todas as obrigações decorrentes do período em que o sócio retirante participava na sociedade, de acordo com o Artigo 1.057, da Lei nº 10.406, de 2002.

**Parágrafo 4º** - É vedado o ingresso na sociedade às pessoas jurídicas e estrangeiras, nela só podendo ser admitidas brasileiras.

**Parágrafo 5º** - As quotas representativas do Capital Social, são intransferíveis, inalienáveis e incaucionáveis, direta e indiretamente, a estrangeiros e pessoas jurídicas, dependendo de qualquer alteração contratual de previa anuência do Governo Federal.

#### SÉTIMA

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, visto que o capital social está totalmente integralizado, de conformidade com o Artigo 1.052, da Lei nº 10.406, de 2002

#### OITAVA

O uso da firma ou denominação social é privativo dos administradores que tenham os poderes necessários, sendo vedado em negócios estranhos aos fins sociais, de acordo com o Artigo 1.064, da Lei nº 10.406, de 2002.

#### NONA

Fica permitida a alteração deste contrato para a nomeação de administradores não pertencentes ao quadro societário, desde que aprovado por dois terços dos sócios, de acordo com o Artigo 1.061, da Lei nº 10.406, de 2002

#### DÉCIMA

Em suas deliberações, os administradores adotarão preferencialmente a forma estabelecida no § 3º do Art. 1.072 do Código Civil (lei nº 10.406/2002).

#### DÉCIMA PRIMEIRA

**Parágrafo 1º** - Os sócios que representam a maioria do capital social poderão promover a alteração do contrato social, independentemente do consentimento expresso ou tácito, por parte dos demais sócios, especialmente no que tange à exclusão de sócio que passe a colocar em risco a continuidade da empresa, em virtudes de atos de inegável gravidade.

**Parágrafo 2º** - A exclusão de sócio somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para esse fim, estando o sócio excluído ciente em tempo hábil para permitir o seu comparecimento e o exercício do seu direito de defesa.

#### DÉCIMA SEGUNDA

O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, data esta em que serão elaborados o inventário, o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico, e será efetuada a apuração do resultado com observância às disposições legais aplicáveis. Os lucros ou prejuízos apurados serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de suas quotas do capital social



### DÉCIMA TERCEIRA

A sociedade será administrada por todos os sócios, em conjunto ou separadamente, e a eles caberão a representação ativa e passiva da sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, sendo vedado de acordo com o Artigo 1.064, da Lei nº 10.406, de 2002, o uso da denominação social, ou da firma, em negócios estranhos aos fins sociais.

### DÉCIMA QUARTA

O falecimento de qualquer um dos sócios não dissolverá a sociedade, que prosseguirá com os sócios remanescentes, herdeiros e sucessores, apurando os haveres do sócio falecido em balanço especial levantado para esse fim, na data do falecimento. Se os herdeiros do sócio falecido não tiverem interesse, ou não for possível continuar na sociedade, os valores correspondentes às suas quotas de capital e sua participação nos lucros líquidos serão pagos em condições e prazos negociados, no mínimo em seis parcelas iguais e sucessivas, atualizadas por índices oficiais acrescidos de juros de 6% ao ano.

§ único - Poderão os herdeiros ou sucessores optarem por seu ingresso na sociedade, desde que eles obtenham as indispensáveis autorizações do Governo Federal.

### DÉCIMA QUINTA

Fica expresso que os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais, segundo a remissão determinada pelo Artigo 1.054, ao Artigo 997, da Lei nº 10.406, de 2002

### DÉCIMA SEXTA

Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos pelo consenso dos sócios, com observância à Lei nº 10.406, de 2002, e outros dispositivos legais sujeitos ao presente tipo de sociedade.

### DÉCIMA SÉTIMA

Todos os sócios terão direito a uma retirada mensal, à título de "Pró-Labore", cuja importância será fixada anualmente pelo consenso unânime dos sócios, dentro da disponibilidade social e levada a débito das Despesas Gerais.

### DÉCIMA OITAVA

Fica eleito o foro desta Comarca de Araçatuba, Estado de São Paulo, para nele serem dirimidas as dúvidas porventura surgidas no fiel cumprimento do presente instrumento

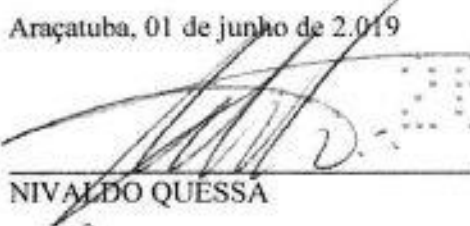
### DÉCIMA NONA

Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002).



E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento, lavrado em três vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas a tudo presentes.

Araçatuba, 01 de junho de 2019

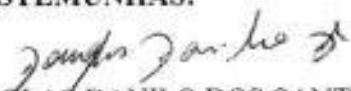
  
NIVALDO QUESSA

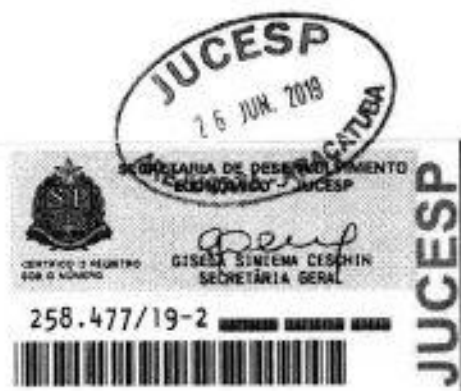
  
ANDRE VINICIUS CARDOSO

  
LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA

  
JOAO APARECIDO CARDOSO

  
AMARILDO MODENA  
RG. 15.577.553-SSP/SP

TESTEMUNHAS:  
  
DOUGLAS DANILO DOS SANTOS GONÇALVES  
RG. 41.067.360-2-SSP/SP.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f





**FICHA CADASTRAL COMPLETA**

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS "EMPRESA", "CAPITAL", "ENDEREÇO", "OBJETO SOCIAL" E "TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA" REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE [WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR](http://WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR), MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTES DOCUMENTOS.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992, OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

EMPRESA		
SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA.		
		TIPO: SOCIEDADE LIMITADA (E.P.P.)
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMIÇÃO
35215674021	12/05/1999	19/07/2019 11:58:50
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
01/05/1999	03.158.036/0001-57	

CAPITAL
R\$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS)

ENDEREÇO	
LOGRADOURO: R. MAL. DEODORO	NÚMERO: 675
BAIRRO: CENTRO	COMPLEMENTO: A SOBRELOJA
MUNICÍPIO: ARACATUBA	CEP: 16010-301 UF: SP

OBJETO SOCIAL
ATIVIDADES DE RÁDIO

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
JOAO APARECIDO CARDOSO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 803.047.968-91, RG/RNE: 8411018, RESIDENTE À R. TABAJARAS, 244, CENTRO, ARACATUBA - SP, CEP 16010-390, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 10.000,00
IVALDO QUESSA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 311.842.438-91, RG/RNE: 4570765, RESIDENTE À R. CRISTIANO OLSEN, 1620, AP. 162, SAO JOAO, ARACATUBA - SP, CEP 16015-190, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.000,00

ARQUIVAMENTOS
---------------



NUM.DOC: 019.489/05-5 SESSÃO: 14/01/2005

INCLUSÃO DE CNPJ 03.156.036/0001-57

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 258.477/19-2 SESSÃO: 26/06/2019

ADMITIDO LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: BRANCA, CPF: 322.941.688-01, RG/RNE: 44079279-4 - SP, RESIDENTE À RUA CUSSY DE ALMEIDA JUNIOR, 1291, APTº 81, HIGIENOPOLIS, ARACATUBA - SP, CEP 16010-715, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.000,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE NIVALDO QUESSA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: BRANCA, CPF: 311.842.438-91, RG/RNE: 4570765 - SP, RESIDENTE À RUA AGUAPEI, 3300, C PARQ ARACAS, JARDIM DO PRADO, ARACATUBA - SP, CEP 16025-455, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.000,00.

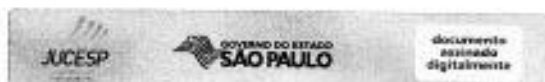
ADMITIDO ANDRE VINICIUS CARDOSO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: BRANCA, CPF: 218.779.438-51, RG/RNE: 32518875-0 - SP, RESIDENTE À RUA PORANGABA, 878, VILA INDUSTRIAL, ARACATUBA - SP, CEP 16072-165, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.000,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE JOAO APARECIDO CARDOSO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 803.047.968-91, RG/RNE: 8411018 - SP, RESIDENTE À R. TABAJARAS, 244, CENTRO, ARACATUBA - SP, CEP 16010-390, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 10.000,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35215674021

DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 18/07/2019



Ficha Cadastrol Completa emitida para APT REPRESENTAÇÕES E ASSESSORIA EM TELECOM S C LT : 56191058000186. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br) sob o número de autenticidade 120355484, sexta-feira, 19 de julho de 2019 às 11:58:50.



CNFJ: 03.156.036/0001-57

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

## Balanco Patrimonial

## ATIVO

ATIVO	110.796,85
CIRCULANTE	41.533,48
DISPONIVEL	40.711,23
CAIXA GERAL	5.992,68
CAIXA	5.992,68
BANCOS C/MOVIMENTO	34.718,55
BANCO SUDAMERIS BRASIL S/A.	6,41
BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	1.819,25
BANCO BRADESCO S.A. - CC-1819-8	32.892,89
REALIZAVEL CURTO PRAZO	822,25
TRIBUTOS A RECUPERAR	822,25
IMPOSTOS A COMPENSAR-SIMPLES	267,44
IMPOSTOS A COMPENSAR	437,46
IMPOSTOS A COMPENSAR - INSS	117,35
PERMANENTE	69.263,37
IMOBILIZADO	68.968,47
ADMINISTRACAO	68.968,47
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	13.186,06
FERRAMENTAS	621,82
VEICULOS	49.183,69
DISCOTECA	88,90
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	5.888,00
INTANGIVEL	294,90
BENS INCORPOREOS	294,90
MARCAS E PATENTES	294,90

## PASSIVO

PASSIVO	110.796,85
CIRCULANTE	11.167,70
EFETIVAS	11.167,70
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	6.882,00
SALÁRIOS	3.644,82
MENSALIDADE SINDICAL	18,99
FGTS	1.010,72
INSS A RECOLHER	2.007,47
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	4.285,70
SIMPLES A RECOLHER	4.285,70
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	99.629,15
CAPITAL SOCIAL	15.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO	15.000,00
RESERVAS	84.629,15
DE LUCROS	84.629,15
LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	84.629,15

ARACATUBA, 31 de dezembro de 2018.

Reconhecemos a exatidão do presente Balanco Patrimonial, cujos valores do Ativo e Passivo mais Patrimônio Líquido importam em R\$ 110.796,85 (cento e dez mil, setecentos e noventa e seis Reais e oitenta e cinco Centavos)

ESCRITORIO COMERCIAL DE CONTAB S/S LTD

RUA TIRADENTES, 219 - ARACATUBA - SP - 16010-240 - Fone: (18) 3623-1337



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

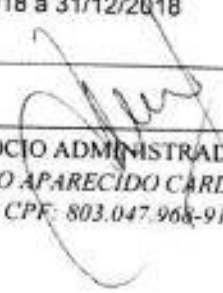
Empresa: SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA EPP

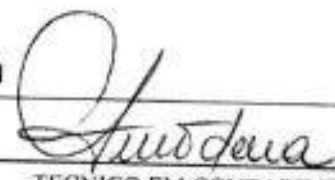
CNPJ: 03.156.036/0001-57

Página: 2

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Balanco Patrimonial

  
SOCIO ADMINISTRADOR  
JOAO APARECIDO CARDOSO  
CPF: 803.047.968-91

  
TECNICO EM CONTABILIDADE  
AMARILDO MODENA  
TC CRC: 1SP142575/0-9

ESCRITORIO COMERCIAL DE CONTAB S/S LTD

RUA TIRADENTES, 219 - ARACATUBA - SP - 16010-240 - Fone: (11) 3623-1337



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

Empresa: SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARACATUBA LTDA. EPP

Página: 1

CNPJ: 03.156.036/0001-57

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

**Demonstração dos Lucros/Prejuízos Acumulados**

DESCRIÇÃO		VALOR
(+)	Saldo Inicial do Exercício <i>Lucro</i>	57.344,35
(+)	Ajustes Credores de Exercício Anteriores	0,00
(-)	Ajustes Devedores de Exercícios Anteriores	0,00
(+)	Correção Monetária do Saldo Inicial	0,00
(-)	Parcelas dos Lucros Acumulados Incorporados ao Capital	0,00
(+)	Reversões de Reservas	0,00
	Reservas de Contingência	0,00
	Reservas de Lucros a Realizar	0,00
(+)	Resultado Líquido do Exercício <i>Lucro</i>	77.284,80
(-)	Transferências para Reservas	0,00
(-)	Dividendos ou Lucros Distribuídos, Pagos ou Creditados	50.000,00
=	Lucro acumulado <i>Lucro</i>	84.629,15

ARACATUBA, 31 de dezembro de 2018.

SÓCIO ADMINISTRADOR  
JOÃO APARECIDO CARDOSO  
CPF: 803.047.968-91

TECNICO EM CONTABILIDADE  
AMARILDO MODENA  
TC CRC: 1SP142573/0-9

ESCRITORIO COMERCIAL DE CONTAB S/S LTD

RUA TIRADENTES, 219 - ARACATUBA - SP - 16010-240 - Fone: (18) 3623-1337



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



## Demonstração do Resultado do Exercício

<b>Receitas Brutas</b>	
PRESTACAO DE SERVICOS	461.845,22 C
<b>Total:</b>	<b>461.845,22 C</b>
<b>(-) Deduções</b>	
SIMPLES NACIONAL	31.264,60 D
<b>Total:</b>	<b>31.264,60 D</b>
<b>= Receita Líquida</b>	<b>430.580,62 C</b>
<b>= Lucro Bruto</b>	<b>430.580,62 C</b>
<b>(-) Despesas Administrativas</b>	
SALARIOS E ORDENADOS	129.479,18 D
VALE ALIMENTACAO	38.894,90 D
DIVERSAS DESPESAS	692,00 D
IMPRESSOS E MAT.P/ESCRITORIO	1.966,49 D
ENERGIA ELETRICA	12.102,88 D
TELEFONIA	7.953,79 D
TELEFONIA - TRANSMISSOR	931,88 D
ENERGIA ELETRICA - TRANSMISSOR	21.436,97 D
CONTRIBUICAO SINDICAL	215,03 D
PREMIOS DE SEGUROS	147,84 D
E C A D	34.948,92 D
13o. SALÁRIO	8.621,76 D
FGTS	23.015,85 D
SERVIÇOS TERCEIROS-PJ	2.914,44 D
PROLABORE	22.896,00 D
COMBUSTÍVEIS LUBRIFICANTES	3.751,63 D
A B E R T	1.060,90 D
LICENCIAMENTO DE VEICULOS	1.329,89 D
CONVENIO FARMACIA	13.773,48 D
PROVEDOR INTERNET	373,79 D
MATERIAL DE USO/CONSUMO	4.605,10 D
RESCISÕES TRABALHISTAS	10.576,98 D
ANATEL	476,81 D
PLR EMPREGADOS	6.280,00 D
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS	550,00 D
<b>Total:</b>	<b>348.996,51 D</b>
<b>(-) Despesas Financeiras</b>	
DESPESAS BANCARIAS	2.563,07 D
<b>Total:</b>	<b>2.563,07 D</b>
<b>(-) Despesas Gerais</b>	
AUXILIO FUNERAL	5.802,48 D
<b>Total:</b>	<b>5.802,48 D</b>
<b>(*) Receitas Financeiras</b>	
JUROS PASSIVOS	2,88 D
<b>Total:</b>	<b>2,88 D</b>
<b>= Lucro Operacional</b>	<b>73.215,68 C</b>
<b>(*) Outras Receitas</b>	
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.069,12 C
<b>Total:</b>	<b>4.069,12 C</b>
<b>= Lucro Contábil Líquido antes da Contribuição Social</b>	<b>77.284,80 C</b>
<b>= Lucro Contábil Líquido antes do Imposto de Renda</b>	<b>77.284,80 C</b>
<b>= Lucro</b>	<b>77.284,80 C</b>

ESCRITORIO COMERCIAL DE CONTAB S/S LTD

RUA TIRADENTES, 219 - ARACATUBA - SP - 16010-240 - Fone: (18) 3623-1337



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO(AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS)  
1ª e 2ª Instâncias**

**CERTIFICAMOS** que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 18/07/2019, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

**SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA**  
03.156.036/0001-57

**OBSERVAÇÕES:**

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em [www.tjdft.jus.br](http://www.tjdft.jus.br), Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT ([www.tjdft.jus.br](http://www.tjdft.jus.br)), no menu **Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar**, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 19/07/2019

Data da última atualização do banco de dados: 18/07/2019

Selo digital de segurança: **2019.CTD.4CRA.XWT1.E5ZF.MJZS.N5AP**

\*\*\* VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS \*\*\*



 <b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.156.036/0001-57 MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA 12/05/1999
NOME EMPRESARIAL SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não Informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R MARECHAL DEODORO	NÚMERO 675 -	COMPLEMENTO A - SOBRE LOJA
CEP 16.010-301	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ARACATUBA
ENDEREÇO ELETRÔNICO ammodena@hotmail.com		UF SP
ENDEREÇO TELEFONE (18) 3623-1337		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 12/05/1999
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 27/06/2019 às 15:35:18 (data e hora de Brasília). Página: 1/1



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA**  
**CNPJ: 03.156.036/0001-57**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:57:01 do dia 22/07/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 18/01/2020.

Código de controle da certidão: **F7C7.4813.2190.9664**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



# PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

## Procuradoria da Dívida Ativa

### Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 03.156.036

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

**não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).**

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.

Certidão nº 22967379  
Data e hora da emissão 24/07/2019 10:34:59  
Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.  
Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.  
A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio  
<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>

Folha 1 de 1  
(hora de Brasília)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Finanças  
Departamento de Rendas Municipal

### Certidão Negativa de Tributos Municipais

Certidão número	: 7192-3469-5119
Contribuinte	: SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA-EPP
CNPJ / CPP	: 03.156.036/0001-57
Inscrição	: 171248
Endereço	: RUA: MARECHAL DEODORO DA FONSECA, 675 Compl.: 675-A SOBRE LOJA
Bairro	: CENTRO, CEP: 16010-301.
Emitida em	: 22/07/2019 às 15:05:10
Válida até	: 21/08/2019

Ressalvando o direito que cabe a Fazenda Pública Municipal de exigir na forma da Legislação vigente, os Tributos ou quaisquer outros emolumentos que por ventura venham a ser apurados;

Certifica que em relação ao contribuinte acima descrito nada deve até a emissão desta, em relação aos Tributos Municipais, inclusive Imobiliários e Mobiliários, administrados pela Secretaria da Fazenda Municipal.

As informações desta estão contidas em nosso Cadastro.

Certidão expedida via Internet

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal de Finanças (<http://201.49.72.130:8083/issonline/servlet/autenticadocumento>).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

Voltar

Imprimir



## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 03.156.036/0001-57

**Razão Social:** SISTEMA CULTURA DE COMUN ATA LTDA EPP

**Endereço:** RUA MARECHAL DEODORO 675 A - SBLJ / CENTRO / ARACATUBA / SP /  
16010-301

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 03/07/2019 a 01/08/2019

**Certificação Número:** 2019070301463405403880

**Informação obtida em** 19/07/2019 12:33:06

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 03.156.036/0001-57

Certidão nº: 177211237/2019

Expedição: 19/07/2019, às 12:02:14

Validade: 14/01/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.156.036/0001-57**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

8850-0

PROIBIDO PLASTIFICAR

ESTADO DE SÃO PAULO

MAIOR DE 65 ANOS



BR/SP - 00000

CARTILHA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

4.570.765-0 08/FEV/2013

NIVALDO QUESA

JOÃO QUESA

E SEBASTIANA DE SOUSA QUESA

ARAÇATUBA -SP 02/OUT/1946

ARAÇATUBA-SP

ARAÇATUBA

CN:LV.A46 /FLS.461 /N.034457

311842438/91

216 Delegado Desidério

Roberto Valério do Rego IR/SP/5087

LEI Nº 7.116 DE 20/04/03

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f







Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

8850-0

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

507348

*Leandro Alux*

CARTÃO DE IDENTIDADE



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

CPF: 44.079.279-4 2 via 25/03/2019

LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA

LEONIDAS SILVA

JAMILE ALUX SILVA

ARAÇATUBA - SP

28/07/1985

ARAÇATUBA SP ARAÇATUBA CN LV M 21/PLS 152 /Nº34331

322941689/01

Assinatura do Detentor

LEI Nº 7.116 DE 20/06/03



33,33%  
Pro. Labore  
Ambos

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA - ME	
Nome Fantasia: RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA - ME	
Telefone: (18) 2103-5967	E-mail: aracatubense@terra.com.br
CNPJ: 43.744.713/0001-72	Número do Fistel: 02008012603
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 05/11/1996	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Val. RF: 05/11/2026
Observações: RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA OSWALDO CRUZ	Complemento: TÉRREO	
Bairro: CENTRO	Número: 67	
Município: Araçatuba	UF: SP	CEP: 16010040

Endereço Correspondência		
Logradouro: RUA OSWALDO CRUZ	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Número: 67	
Município: Araçatuba	UF: SP	CEP: 16010040

Endereço do Transmissor		
Logradouro: RUA OSWALDO CRUZ, 01	Complemento:	
Bairro:	Número: .	
Município: Araçatuba	UF: SP	CEP: 16000000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: RUA OSWALDO CRUZ, 67	Complemento:	
Bairro:	Número: .	
Município: Araçatuba	UF: SP	CEP: 16000000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Número:	
Município:	UF:	CEP:

## Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Araçatuba	UF: SP
Latitude: -21.205 (21° 12' 18.0" S)	Longitude: -50.43722 (50° 26' 14.0" W)

Parâmetros Técnicos			
Canal: 238	Frequência: 95.5 MHz	Classe: A4	ERP: 5kW
Altura: 150 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0



## Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 7804202				Número Indicativo: ZYD852							
Data Último Licenciamento:				Número da Licença:							
Estação Principal											
Localização											
Latitude: -21.205 (21° 12' 18.0" S)		Longitude: -50.43722 (50° 26' 14.0" W)			Cota da base: 395.00 m						
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 059678***0108				Modelo: Equipamento não encontrado							
Fabricante:				Potência de Operação: 5.000 kW							
Linha de Transmissão Principal											
Modelo:				Fabricante: FABRICANTE INDEFINIDO							
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB		Impedância: ohms					
Antena Principal											
Modelo:				Fabricante: FABRICANTE INDEFINIDO							
Ganho: dBd		Beam-Tilt: .00 °		Orientação NV: 348.89 °		Polarização:					
				HCl: 63.5 m		ERP Máximo: 0 kW					
Padrão de Antena dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 022786XXX0381						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: 1.000 kW					
Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms					
Antena Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCl: m		ERP Máximo: 0 kW	
Informações do documento de Outorga											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
79641975	1223	Portaria	MC	29/10/1976	05/11/1976	Outorga			Jurídico		
Informações do documento de Aprovação de Locais											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
377331977	16687	Portaria	Dentel	03/10/1977	07/10/1977	Aprovação de Local			Técnico		
Histórico de Documentos Emitidos											



Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
291000013641986	230	Portaria	MC	29/08/1986	03/09/1986	Renovação	
291000013641986	810	Portaria	MC	06/11/1986		Autoriza Equipamento	Técnico
291000013641986	235	Portaria	MC	14/10/1991		Substituição de Equipamento	Técnico
538300005661996	92	Portaria	MC	13/03/1998	27/04/1998	Renovação	Jurídico
291000013641986	456	Portaria	MC	18/12/1998		Autoriza Equipamento	Técnico
538300005661996	200	Decreto Legislativo	CN	26/10/2000	27/10/2000	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.033653/2019-19	5533	Ato	ORLE	07/09/2019		Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>





Entidade	Administrativo	Endereços	Plano Básico	Estação Principal	Estação Auxiliar	RDS
----------	----------------	-----------	--------------	-------------------	------------------	-----

Estação

Número da Estação

7804202

Indicativo da Estação

ZYD852

Situação

Data Limite de Instalação

Data Primeiro Licenciamento

31/03/1989

Data Último Licenciamento

Número da Licença

Informações do documento de Aprovação de Locais

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento
377331977	16687	Portaria ▼	Dentel ▼	03/10/1977

Histórico de Documentos Emitidos

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento	Data DOU	Raz
291000013641986	230	Portaria ▼	MC ▼	29/08/1986	03/09/1986	Re
291000013641986	810	Portaria ▼	MC ▼	06/11/1986		Au
291000013641986	235	Portaria ▼	MC ▼	14/10/1991		Su
538300005661996	92	Portaria ▼	MC ▼	13/03/1998	27/04/1998	Re
291000013641986	456	Portaria ▼	MC ▼	18/12/1998		Au
538300005661996	200	Decreto Legislativo ▼	CN ▼	26/10/2000	27/10/2000	De
53500.033653/201	5533	Ato ▼	ORLE ▼	07/09/2019		Au



## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA - ME	
<b>Nome Fantasia:</b> RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA - ME	
<b>Telefone:</b> (18) 2103-5967	<b>E-mail:</b> aracatubense@terra.com.br
<b>CNPJ:</b> 43.744.713/0001-72	<b>Número do Fistel:</b> 50415114624
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 01/11/2003	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Val. RF:</b> 01/11/2023
<b>Observações:</b> Ato nº 1401, de 18/05/2016, publicado na Seção 1, p.7, do DOU de 25/05/2016.	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> RUA OSWALDO CRUZ	<b>Complemento:</b> TÉRREO	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 67	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16010040

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> Senador Teotônio Vilela	<b>Complemento:</b> RODOVIA	
<b>Bairro:</b> Alvorada	<b>Numero:</b> S/Nº	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16016500

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> Marechal Deodoro	<b>Complemento:</b> SOBRE LOJA	
<b>Bairro:</b> Centro	<b>Numero:</b> 675A	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16010301

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP
<b>Latitude:</b> -21.23944 (21° 14' 22.0" S)	<b>Longitude:</b> -50.40778 (50° 24' 28.0" W)

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 294	<b>Frequência:</b> 106.7 MHz	<b>Classe:</b> B1	<b>ERP:</b> 3kW
<b>Altura:</b> 90 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 1

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0



Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 1006381179						Número Indicativo:					
Data Último Licenciamento:						Número da Licença:					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: -21.23917 (21° 14' 21.0" S)				Longitude: -50.40778 (50° 24' 28.0" W)				Cota da base: 399.1 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 002850402252						Modelo: FM 3000					
Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP						Potência de Operação: 3 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: LCF15850JA						Fabricante:					
Comprimento da Linha: 45 m		Atenuação: 0.68 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB		Impedância: 50 ohms					
Antena Principal											
Modelo: AQV-6 ELEM						Fabricante:					
Ganho: 7.2 dBd		Beam-Tilt: 0 °		Orientação NV: 150 °		Polarização: Vertical		HCl: 34 m		ERP Máximo: 13.08 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 2.27	10°: 2.24	20°: 2.21	30°: 2.16	40°: 2.11	50°: 2.06	60°: 1.94	70°: 1.74	80°: 1.47	90°: 1.21	100°: 0.95	110°: 0.68
120°: 0.45	130°: 0.25	140°: 0.08	150°: 0	160°: 0.04	170°: 0.17	180°: 0.35	190°: 0.57	200°: 0.84	210°: 1.11	220°: 1.4	230°: 1.71
240°: 1.94	250°: 2.06	260°: 2.12	270°: 2.16	280°: 2.21	290°: 2.24	300°: 2.27	310°: 2.31	320°: 2.35	330°: 2.37	340°: 2.35	350°: 2.31
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms					
Antena Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCl: m		ERP Máximo: 13.08 kW	
RDS											
Código PI:											
Informações do documento de Outorga											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
299831955	38086	Decreto	PR	12/10/1955	03/12/1955	Outorga			Jurídico		
Informações do documento de Aprovação de Locais											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
012500608612017 14	451	Despacho	MCTIC	26/03/2018	29/03/2018	Aprovação de Local			Técnico		



Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	77219	Decreto	PR	23/02/1976	24/02/1976	Renovação	Jurídico
1726951983	89472	Decreto	PR	21/03/1984	22/03/1984	Renovação	Jurídico
538300018551994	14	Portaria	MC	09/01/1996	30/01/1996	Multa	Jurídico
508300010001993	11	Decreto	PR	29/09/2000	02/10/2000	Renovação	Jurídico
538300010621998	187	Portaria	MC	12/06/2002	25/06/2002	Multa	Jurídico
538300012411997	180602	Despacho	MC	18/06/2002		Advertência	Jurídico
508300010001993	212	Decreto Legislativo	CN	11/09/2002	12/09/2002	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
530000255552003	11	Decreto	PR	12/06/2009	15/06/2009	Renovação	Jurídico
530000255552003	474	Decreto Legislativo	CN	06/07/2010	07/07/2010	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.081347/2017-27	13931	Ato	ORLE	17/11/2017	11/12/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento





Entidade	Administrativo	Endereços	Plano Básico	Estação Principal	Estação Auxiliar	RDS
----------	----------------	-----------	--------------	-------------------	------------------	-----

Estação

Número da Estação

1006381179

Indicativo da Estação

Situação

Data Limite de Instalação

Data Primeiro Licenciamento

Data Último Licenciamento

Número da Licença

Informações do documento de Aprovação de Locais

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento
01250060861201714	451	Despacho ▼	MCTIC ▼	26/03/2018

Histórico de Documentos Emitidos

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento	Data DOU	Raz
9999	77219	Decreto ▼	PR ▼	23/02/1976	24/02/1976	Re
1726951983	89472	Decreto ▼	PR ▼	21/03/1984	22/03/1984	Re
538300018551994	14	Portaria ▼	MC ▼	09/01/1996	30/01/1996	Mu
508300010001993	11	Decreto ▼	PR ▼	29/09/2000	02/10/2000	Re
538300010621998	187	Portaria ▼	MC ▼	12/06/2002	25/06/2002	Mu
538300012411997	180602	Despacho ▼	MC ▼	18/06/2002		Ad
508300010001993	212	Decreto Legislativo ▼	CN ▼	11/09/2002	12/09/2002	De
530000255552003	11	Decreto ▼	PR ▼	12/06/2009	15/06/2009	Re
530000255552003	474	Decreto Legislativo ▼	CN ▼	06/07/2010	07/07/2010	De
53500.081347/201	13931	Ato ▼	ORLE ▼	17/11/2017	11/12/2017	Au





**Data de Envio:**

05/12/2019 08:22:21

**De:**

MCTIC/Serviço de Alterações Societárias <coact\_atos@mctic.gov.br>

**Para:**

cgfi@mctic.gov.br

**Assunto:**

Transferência de Outorga

**Mensagem:**

Processo nº 01250.037368/2019-62

Senhor(a) Coordenador(a)-Geral de Fiscalização de Outorgas,

Cumprimentando-o(a), cordialmente, em atenção à determinação da Consultoria Jurídica - Conjur, constante do parágrafo 25 do Parecer Referencial n.º 798/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, encaminho os autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de: (i) condenação de cassação da outorga deferida à Rádio Cultura de Araçatuba Ltda., CNPJ 43.744713/0001-72 (cedente), executante do serviço de radiodifusão sonora de ondas médias, conforme petição (evento sei nº 4452174), no município de Araçatuba, estado de São Paulo, número do Fistel nº 02008012603; e (ii) de processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações Societárias

**NOTA TÉCNICA Nº 24387/2019/SEI-MCTIC**

**Processo nº** 01250.037368/2019-62

**Assunto:** EXIGÊNCIA. Transferência Direta.

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se da análise do processo administrativo, por meio do qual a Rádio Cultura de Araçatuba Ltda., CNPJ 43.744713/0001-72 (cedente), executante do serviço de radiodifusão sonora de ondas médias, conforme petição (evento sei nº 4452174), no município de Araçatuba, estado de São Paulo, requer autorização deste Ministério para efetuar a transferência direta da outorga à Sistema Cultura de Comunicação Araçatuba Ltda., CNPJ 03.156.036/0001-57 (cessionária).

**ANÁLISE**

2. A transferência da outorga é operação amparada pela Lei nº 4.117 de 1962 (recentemente alterada pela Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017), especificamente em sua alínea "c" do art. 38, a qual preceitua que *"a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo"*.

3. O pedido de transferência da concessão deverá seguir o rito estabelecido no Regulamento de Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795 de 1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138 de 22 de agosto de 2017), o qual, além de ditar o procedimento, predispõe os requisitos a serem atendidos pelas pessoas jurídicas envolvidas na operação, bem como o rol de documentos hábeis para comprová-los, condição para a autorização da transmissão da delegação.

4. Com efeito, procedeu-se à análise da petição. Identificou-se que o sistema Mosaico não indicou outorga de serviço de radiodifusão sonora de ondas médias na localidade. Foram identificados dois serviços de radiodifusão sonora de frequência modulada, canal 238 e canal 294, atribuídos à Rádio Cultura de Araçatuba Ltda., conforme sei nº 4934538.

5. O primeiro canal 238, Fistel nº 02008012603, foi licenciado em 31/03/1989, atendendo ao requisito do artigo 91 do Decreto nº 52.762/1963, condição necessária, mas não suficiente para a transferência da outorga.

[...] Art. 91. A transferência da concessão ou da permissão somente poderá ser autorizada após decorrido o prazo de cinco anos, contado da data de expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação.

6. Quanto ao segundo canal 294, Fistel nº 50415114624, os registros do Sistema de Radiodifusão Mosaico não indicam data de licenciamento, portanto, não atende ao requisito do artigo 91 do Decreto nº 52.762/1963.

7. Faz-se necessário, portanto, que a interessada indique qual o canal que se quer transferir, assim como, proceda a regularização do pedido com a apresentação dos seguintes documentos e certidões atualizadas:

**RELATIVOS À CEDENTE:**

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

b) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

c) prova de inscrição no cadastro de contribuintes, estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da entidade;

d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

g) prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, distrital e municipal da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei;

h) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL;

i) certidão negativa de débitos trabalhistas;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

RELATIVOS À CESSIONÁRIA:

a) **SE SOCIEDADE DE RESPONSABILIDADE LIMITADA** ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados ou arquivados na repartição competente, constando dentre seus objetivos a execução de serviços de radiodifusão;

**SE SOCIEDADE POR AÇÕES** ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados ou arquivados na repartição competente, constando dentre seus objetivos a execução de serviços de radiodifusão, ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas em que conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;

**SE FUNDAÇÃO** ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados na repartição competente, constando dentre seus objetivos a execução de serviços de radiodifusão e ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente registrado na repartição competente;

b) certidão emitida pela Junta Comercial ou Órgão de registro correspondente em que conste detalhadamente o histórico de todos os atos arquivados pela Entidade;

c) declaração firmada pelo representante legal de que a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço, na localidade objeto da concessão ou permissão e que, caso venha a ser contemplada com a outorga, não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

d) declaração de inexistência de parcela superior a trinta por cento do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente, ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos do § 1º do art. 5º da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011;

e) declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990 (Lei da ficha limpa);

**OBS:** A falsidade das informações prestadas nos termos da alínea j deste artigo sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis.

f) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

g) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

h) projeto de investimento que demonstre a origem dos recursos a serem aplicados no empreendimento;

i) prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes – CGC (inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ)

j) prova de inscrição no cadastro de contribuintes, estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da entidade;

k) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

l) prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, distrital e municipal da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei;

m) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL (se já for executante de serviço de radiodifusão)

n) certidão negativa de débitos trabalhistas;

RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES DA CESSIONÁRIA:

a) prova de condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, mediante a apresentação de certidão de nascimento ou casamento, certidão de reservista, carteira profissional ou de identidade, ou comprovante de naturalização ou de reconhecimento de igualdade de direitos civis, para os portugueses.

8. Ao encaminhar a documentação faltante, solicita-se informar no corpo da petição, "documentação complementar para anexar ao Processo nº 01250.037368/2019-62."

**CONCLUSÃO**

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, afim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3, ficando advertida que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>



2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



Documento assinado eletronicamente por **Maribel Alves Fierro Sevilla**, **Analista em Ciência e Tecnologia**, em 05/12/2019, às 08:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira**, **Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 06/12/2019, às 16:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4934539** e o código CRC **28E09A00**.

#### Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.037368/2019-62

SEI nº 4934539



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações Societárias

OFÍCIO Nº 46782/2019/SEASO/DIRAC/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC

Brasília, 05 de dezembro de 2019.

Ao (À) Senhor (a)  
Representante Legal da  
RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA. - ME (C.N.P.J Nº 43.744.713/0001-72)  
Rua Osvaldo Cruz, 67 - Térreo, Centro  
16010-040 - Araçatuba / SP

**Assunto: Transferência Direta. Exigência. Processo nº 01250.037368/2019-62**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 24387/2019/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 06/12/2019, às 16:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4934600** e o código CRC **B3539E2F**.

Referência: Processo nº 01250.037368/2019-62

SEI nº 4934600



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



**Data de Envio:**

10/12/2019 09:19:00

**De:**

MCTIC/Processos de Pós-Outorga Jurídica do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga <sepos\_jur@mctic.gov.br>

**Para:**

andreamerico@realaracatubense.com.br  
cultura95@uol.com.br  
cult.am@terra.com.br  
carloshernandes@terra.com.br

**Assunto:**

Envio de correspondência oficial Ministério da Ciência Tecnologia Inovação e Comunicações

**Mensagem:**

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES&#8203;

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Pós-Outorga Jurídica do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga

Prezado(a),

Ref: 01250.037368/2019-62

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,

Secretaria de Radiodifusão

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Oficio\_4934600.html  
Nota\_Tecnica\_4934539.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

Araçatuba-SP, 16 de Dezembro de 2019.

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO**  
**DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL**  
**COORDENAÇÃO GERAL DE PÓS-OUTORGAS**

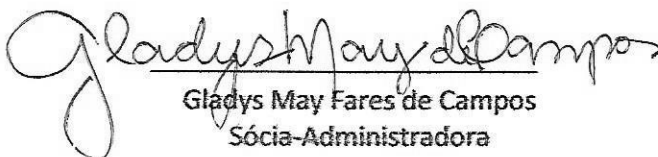
Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão  
Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão  
Serviço de Alterações Societárias

**ASSUNTO: RESPOSTA DE OFÍCIO Nº 46782/2019/SEI-MCTIC E NOTA TÉCNICA Nº 24387/2019/SEI-MCTIC.**  
**REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 01250.037368/2019-62 – TRANSFERÊNCIA DIRETA.**

**RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA**, inscrita no CNPJ sob o nº 43.744.713/0001-72, permissionária do *serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Araçatuba-SP, canal 294*, atendendo ao Ofício nº 46782/2019/SEI-MCTIC, recebido em 10-12-2019, vem solicitar a prorrogação de prazo, por mais 30 (trinta) dias, para apresentar a documentação solicitada, conforme Nota Técnica nº 24387/2019.

Considerando que devido ao recesso de final de ano não será possível reunir todas as Certidões necessárias em tempo hábil, junto aos Órgãos competentes.

Atenciosamente

  
Gladys May Fares de Campos  
Sócia-Administradora



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadesignatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 1

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

Araçatuba-SP, 21 de Janeiro de 2020.

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE RÁDIO DIFUSÃO**  
**DEPARTAMENTO DE RÁDIO DIFUSÃO COMERCIAL**  
**COORDENAÇÃO GERAL DE PÓS-OUTORGAS**

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão  
Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão  
Serviço de Alterações Societárias

**ASSUNTO: RESPOSTA DE OFÍCIO Nº 46782/2019/SEI-MCTIC E NOTA TÉCNICA nº 24387/2019/SEI-MCTIC.**  
**REFERÊNCIA: PROCESSO nº 01250.037368/2019-62 – TRANSFERÊNCIA DIRETA.**

**RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA**, inscrita no CNPJ sob o nº 43.744.713/0001-72, permissionária do *serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Araçatuba-SP, canal 294*, atendendo ao Ofício nº 46782/2019/SEI-MCTIC, recebido em 10-12-2019, vem apresentar a documentação solicitada, conforme segue:

**- RELATIVO À CEDENTE:**

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;
- b) Certidão negativa de falência;
- c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes – CNPJ;
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- e) Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, distrital e municipal;
- f) Prova de regularidade de recolhimento do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL;
- g) Certidão negativa de débitos trabalhistas;

**RELATIVOS À CESSIONÁRIA:**

- a) Ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados na JUCESP;
- b) Certidão detalhada da Junta Comercial com o histórico de todos os Atos arquivados;
- c) Declaração firmada pelo representante legal de que a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço, na localidade objeto da concessão ou permissão e que, caso venha a ser contemplada com a outorga, não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- d) Declaração de inexistência de parcela superior a trinta por cento do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente, ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos do § 1º do art. 5º da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011;
- e) Declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990 (lei da ficha limpa);
- f) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;
- g) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- h) Projeto de investimento que demonstre a origem dos recursos a serem aplicados no empreendimento;
- i) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- j) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes, estadual ou municipal;
- k) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- l) Prova de regularidade para com as Fazendas federal, Estadual, e Municipal;

**Atestado Negativo de Débitos FISTEL – A ENTIDADE NÃO EXECUTA NENHUM SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO;**

Atestado Negativo de Débitos trabalhistas com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 1

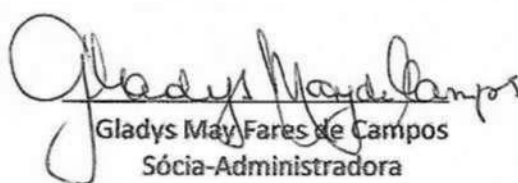
2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



**RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES DA CESSIONÁRIA:**

a) prova de condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos.

Atenciosamente

  
Gladys May Fares de Campos  
Sócia-Administradora



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 2

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



**RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA**  
**CNPJ: 43.744.713/0001-72**

**Livro: 0052 FOLHA: 0001**

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
Valores expressos em Reais (R\$)

<b>Ativo</b>		
	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017
<b>Circulante</b>	<b>39.674,82</b>	<b>56.146,24</b>
Disponível	38.905,83	55.786,02
Bens Numerários	38.905,83	55.786,02
Caixa	38.905,83	55.786,02
Outros Créditos	350,70	0,00
Adiantamentos a Funcionários	350,70	0,00
Adiantamentos de Férias	350,70	0,00
Despesas Pagas Antecipadamente	418,29	360,22
Despesas de Meses Seguintes	418,29	360,22
Prêmios de Seguros a Apropriar	418,29	360,22
<b>Não Circulante</b>	<b>51.780,04</b>	<b>61.593,13</b>
Imobilizado	49.190,00	59.003,09
Bens em Operação	479.286,84	479.286,84
Equipamentos para Processamento de Dados	322.711,42	322.711,42
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	79.632,84	79.632,84
Móveis e Utensílios	21.222,17	21.222,17
Veículos	55.720,41	55.720,41
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada	(430.096,84)	(420.283,75)
(-) Deprec. Equipamentos p/Processamento de Dados	(314.413,53)	(312.785,55)
(-) Deprec. Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	(39.660,70)	(31.697,42)
(-) Deprec. Móveis e Utensílios	(20.302,20)	(20.080,39)
(-) Deprec. Veículos	(55.720,41)	(55.720,41)
Intangível	2.590,04	2.590,04
Custo	2.590,04	2.590,04
Benfeitorias Imóveis Terceiros	2.590,04	2.590,04
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>91.454,86</b>	<b>117.739,32</b>

*[Handwritten signature]*





**RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA**  
**CNPJ: 43.744.713/0001-72**

**Livro: 0052 FOLHA: 0002**

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
Valores expressos em Reais (R\$)

<b>Passivo</b>		
	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017
<b>Circulante</b>	<b>180.733,30</b>	<b>62.438,62</b>
<b>Instituições Financeiras</b>	<b>93.595,35</b>	<b>26.539,03</b>
<b>Empréstimos</b>	<b>70.125,65</b>	<b>12.814,49</b>
Banco do Brasil s/a - 17.912.752	3.767,31	12.814,49
Banco do Brasil s/a - 17.913.002	20.000,00	0,00
Banco do Brasil s/a - 764.600.031	25.358,34	0,00
Banco do Brasil s/a - 764.600.213	21.000,00	0,00
<b>Conta Garantida</b>	<b>23.469,70</b>	<b>13.724,54</b>
Banco do Brasil s/a	23.469,70	13.724,54
<b>Fornecedores</b>	<b>4.539,08</b>	<b>1.657,00</b>
<b>Fornecedores Nacionais</b>	<b>4.539,08</b>	<b>1.657,00</b>
Companhia Paulista de Força e Luz - 20567	3.345,58	0,00
Editora Grafica Global Ltda	760,00	0,00
G. Gonçalves da Silva Embalagens - Me	223,50	0,00
M h Shinye e Cia Ltda	210,00	0,00
Yolanda Garutti da Cruz e Cia Ltda	0,00	1.657,00
<b>Obrigações Tributárias</b>	<b>9.609,74</b>	<b>11.232,97</b>
<b>Impostos e Contribuições a Recolher</b>	<b>7.183,81</b>	<b>9.310,35</b>
Simplex a Recolher	7.183,81	9.310,35
<b>Tributos Retidos a Recolher</b>	<b>2.425,93</b>	<b>1.922,62</b>
Ir-Fonte a Recolher(Pes. Fis.)	2.425,93	1.922,62
<b>Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias</b>	<b>72.989,13</b>	<b>23.009,62</b>
<b>Obrigações com o Pessoal</b>	<b>16.140,22</b>	<b>14.604,04</b>
Salários e Ordenados a Pagar	13.158,00	14.169,00
Pró Labore a Pagar	2.547,18	0,00
Pensão Alimentícia a Repassar	435,04	435,04
<b>Pro-Labores a Pagar</b>	<b>0,00</b>	<b>2.501,79</b>
Pro-Labore a Pagar	0,00	2.501,79
<b>Obrigações Previdenciárias</b>	<b>6.150,17</b>	<b>5.903,79</b>
Inss a Recolher	2.716,68	2.532,02
Fgts a Recolher	3.316,59	3.236,30
Mensalidade Sindical a Recolher	116,90	135,46
<b>Provisões</b>	<b>50.698,74</b>	<b>0,00</b>
Provisão para Férias	46.943,33	0,00



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9227a53a3f> / pg. 4

Petição (505554)

SEI 01250-004894/2020-80





**RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA**  
**CNPJ: 43.744.713/0001-72**

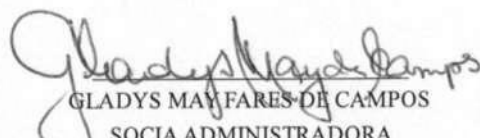
**Livro: 0052 FOLHA: 0003**

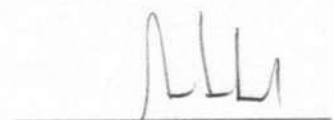
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
Valores expressos em Reais (R\$)

Provisão Fgts sobre Férias	3.755,41	0,00
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>(89.278,44)</b>	<b>55.300,75</b>
<b>Capital Social</b>	<b>100.000,00</b>	<b>100.000,00</b>
<b>Capital Subscrito</b>	<b>100.000,00</b>	<b>100.000,00</b>
Gladys May Fares de Campos	50.000,00	50.000,00
Martha Fares de Campos Bruno	25.000,00	25.000,00
Nicolau Fares de Campos	25.000,00	25.000,00
<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>(189.278,44)</b>	<b>(44.699,25)</b>
<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>(44.699,25)</b>	<b>(37.149,63)</b>
Lucros Acumulados	0,00	(37.149,63)
(-) Prejuízos Acumulados	(44.699,25)	0,00
<b>Lucros ou Prejuízos do Exercício</b>	<b>(144.579,19)</b>	<b>(7.549,62)</b>
(-) Prejuízos do Exercício	(144.579,19)	(7.549,62)
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVO</b>	<b>91.454,86</b>	<b>117.739,37</b>

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração do Resultado do Exercício, levantada a partir dos documentos fornecidos pela empresa e em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Araçatuba (SP), 31/12/2018

  
GLADYS MAY FARES DE CAMPOS  
SOCIA ADMINISTRADORA  
CPF: 958.660.008-49

  
Andre Luis Magustero Américo  
CRC: 1-SP-140031/O-8 - Contador  
CPF: 023.658.708-05





**RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA**  
**CNPJ: 43.744.713/0001-72**

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**  
Valores expressos em Reais (R\$)

	Período de 01/01/2018 a 31/12/2018	Período de 01/01/2017 a 31/12/2017
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>815.436,91</b>	<b>884.799,97</b>
Serviço de Comunicação	815.436,91	884.799,97
<b>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>	<b>(88.175,58)</b>	<b>(89.453,28)</b>
<b>IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>(88.175,58)</b>	<b>(89.453,28)</b>
(-) Simples Nacional	(88.175,58)	(89.453,28)
<b>(=) RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA</b>	<b>727.261,33</b>	<b>795.346,69</b>
<b>(=) LUCRO BRUTO</b>	<b>727.261,33</b>	<b>795.346,69</b>
<b>(+/-) DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(848.735,90)</b>	<b>(796.878,54)</b>
<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>(841.348,25)</b>	<b>(788.414,01)</b>
<b>DESPESAS COM PESSOAL</b>	<b>(528.978,37)</b>	<b>(521.235,37)</b>
Salários e Ordenados	(226.302,62)	(261.351,72)
Pró Labore	(34.344,00)	(42.236,00)
Gratificações	(19.394,62)	(27.376,79)
13º Salário	0,00	(28.141,77)
Férias	0,00	(32.248,66)
Indenizações e Aviso Prévio	(2.352,98)	0,00
Assistência Médica e Social	(12.146,29)	(9.152,53)
Seguros de Vida em Grupo	(5.224,87)	(3.474,61)
Vale Refeição/Cesta Básica	(68.895,09)	(71.077,64)
(-) Convenio Farmácia	6.791,71	5.112,99
Comissões	(46.024,02)	(37.459,09)
Participação nos Lucros e Resultados	(11.769,45)	(13.134,06)
Horas Extras	0,00	(695,49)
Provisão Férias	(82.691,58)	0,00
Provisão 13º Salário	(26.624,56)	0,00
<b>ENCARGOS SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>(36.437,71)</b>	<b>(36.670,59)</b>
Fgts	0,00	(36.670,59)
Fgts	(27.994,16)	0,00
Provisão Fgts s/ Férias	(6.313,71)	0,00
Provisão Fgts s/ 13º Salário	(2.129,84)	0,00
<b>OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>(275.932,17)</b>	<b>(230.508,05)</b>
Propaganda	(9.337,03)	(11.885,74)
Ecad- Direitos Autorais	(51.775,74)	(50.466,60)
Condomínio	(19.912,25)	(20.141,20)
Depreciações	(9.813,09)	(8.740,45)
Água e Esgoto	(779,06)	(764,74)
Internet	(3.648,32)	0,00





**RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA**  
**CNPJ: 43.744.713/0001-72**

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**  
Valores expressos em Reais (R\$)

	Período de 01/01/2018 a 31/12/2018	Período de 01/01/2017 a 31/12/2017
Energia Elétrica	(47.022,21)	(34.265,63)
Telecomunicações	(32.138,50)	(16.962,53)
Correios	(3.314,10)	(1.941,92)
Combustíveis e Lubrificantes	(75,00)	0,00
Manutenção de Veículos	0,00	(200,00)
Locação de Veículos	0,00	(350,00)
Seguros de Veículos	(4.866,22)	(4.151,46)
Material de Expediente	(122,40)	(453,00)
Serviços Profissionais	(24.170,12)	(16.429,05)
Honorários Contábeis	(28.129,46)	(27.258,15)
Frete e Carretos	(71,07)	0,00
Lanches, Refeições, Copa e Cozinha	(1.853,00)	(1.636,60)
Segurança e Vigilância	(1.623,00)	0,00
Seguros de Bens	(1.963,97)	(2.350,62)
Manutenção de Edifícios	(1.695,75)	(3.063,27)
Manutenção de Máquinas e Equipamentos	(1.770,00)	(1.141,00)
Entidades e Associações	(5.001,04)	(5.342,17)
Certificado Digital	(323,19)	0,00
Materiais de Uso e Consumo	(4.670,41)	(2.453,38)
Locação de Software	(1.204,31)	(1.106,98)
Serviços Prestados Informática	(3.363,00)	(2.725,00)
Serviços de Segurança	0,00	(1.980,00)
Internet	0,00	(3.674,19)
Despesas Bancárias Diversas	(17.289,93)	(11.024,37)
<b>DESPESAS TRIBUTARIAS</b>	<b>(7.387,65)</b>	<b>(8.464,53)</b>
Impostos e Taxas Diversas	(1.619,76)	(4.471,07)
Iptu	(2.573,11)	(1.954,68)
Iof e Ioc	(2.672,53)	(1.575,58)
Icms Exercícios Anteriores	0,00	(37,20)
Icms s/ Compras	0,00	(426,00)
Contribuição Assistencial Patronal	(522,25)	0,00
<b>(+/-) RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>2.048,19</b>	<b>642,42</b>
<b>OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>2.048,19</b>	<b>642,42</b>
Recuperação de Despesas - Bonus Parc.BB	2.048,19	642,42
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(25.152,81)</b>	<b>(6.660,19)</b>
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>	<b>12.846,93</b>	<b>11.615,71</b>
Descontos Obtidos	12.846,93	11.615,71
<b>(-) DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>(37.999,74)</b>	<b>(18.275,90)</b>
Encargos sobre Empréstimos e Financiamentos	(20.894,35)	(3.554,79)
Juros Pagos ou Incorridos	(7.981,68)	(509,92)
Encargos de Conta Garantida	(9.123,71)	(14.211,19)

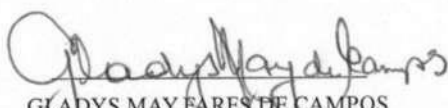





**RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA**  
CNPJ: 43.744.713/0001-72

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**  
Valores expressos em Reais (R\$)

	Período de 01/01/2018 a 31/12/2018	Período de 01/01/2017 a 31/12/2017
<b>(=) PREJUÍZO OPERACIONAL LÍQUIDO</b>	<b>(144.579,19)</b>	<b>(7.549,62)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA CS E IR</b>	<b>(144.579,19)</b>	<b>(7.549,62)</b>
<b>(=) PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(144.579,19)</b>	<b>(7.549,62)</b>

  
GLADYS MAY FARES DE CAMPOS  
SOCIA ADMINISTRADORA  
CPF: 958.660.008-49

  
Andre Luis Magustero Américo  
CRC: 1-SP-140031/O-8 - Contador  
CPF: 023.658.708-05





**RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA**  
**CNPJ: 43.744.713/0001-72**

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**  
**Valores expressos em Reais (R\$)**

	Período de 01/01/2018 a 31/12/2018	Período de 01/01/2017 a 31/12/2017
<b>1 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado do exercício/período	(144.579,19)	(7.549,62)
Ajustes ao Resultado (Receitas/Despesas)	9.813,09	8.740,45
Depreciação e Amortização	9.813,09	8.740,45
Ajustes	0,00	0,00
Variações nos ativos e passivos	50.829,59	1.636,16
Aumento (Redução) em fornecedores	2.882,08	(943,00)
Aumento (Redução) nos Impostos a Recolher	(1.623,23)	4.200,62
Aumento (Redução) Adiant. Fornecedores/Funcionários/Outros Créditos	(350,70)	0,00
Aumento (Redução) Despesas do Exercício Seguinte	(58,07)	(116,56)
Aumento (Redução) Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	49.979,51	(1.504,90)
(=) Fluxo de Caixa gerado pelas Atividades Operacionais	(83.936,51)	2.826,99
<b>2 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aumento (Redução) de Ativos/Passivos	0,00	(7.100,00)
Aumento (Redução) de Imobilizado	0,00	(7.100,00)
(=) Fluxo de Caixa gerado pelas Atividades de Investimento	0,00	(7.100,00)
<b>3 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Aumento (Redução) de Ativos/Passivos	67.056,32	(505,91)
Aumento (Redução) de Empréstimos e Financiamentos	67.056,32	(505,91)
(=) Fluxo de Caixa gerado pelas Atividades de Financiamento	67.056,32	(505,91)
<b>4 - Aumento (Redução) nas disponibilidades (1+/-2+/-3)</b>	<b>(16.880,19)</b>	<b>(4.778,92)</b>
<b>5 - Disponibilidades no início do período</b>	<b>55.786,02</b>	<b>60.564,94</b>
<b>6 - Disponibilidades no final do período (4+/-5)</b>	<b>38.905,83</b>	<b>55.786,02</b>







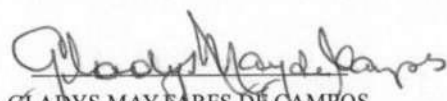
**RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA**  
**CNPJ: 43.744.713/0001-72**

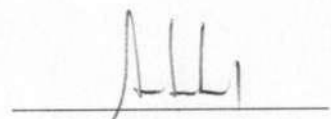
**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**  
Valores expressos em Reais (R\$)

Período de	Período de
01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração do Resultado do Exercício, levantada a partir dos documentos fornecidos pela empresa e em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Aracatuba (SP), 31/12/2018

  
GLADYS MAY FARES DE CAMPOS  
SOCIA ADMINISTRADORA  
CPF: 958.660.008-49

  
Andre Luis Magustero Américo  
CRC: 1-SP-140031/O-8 - Contador  
CPF: 023.658.708-05







**RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA**  
**CNPJ: 43.744.713/0001-72**

**DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS**  
Valores expressos em Reais (R\$)

	Período de 01/01/2018 a 31/12/2018	Período de 01/01/2017 a 31/12/2017
Saldo Anterior de Lucros Acumulados	(37.149,63)	110.125,32
Ajustes Credores de Período - Bases Anteriores	0,00	0,00
Correção Monetária de Lucros Acumulados	0,00	0,00
Reversão de Reservas	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00
Lucro Líquido do Período - Após Imposto de Renda	0,00	0,00
Saldo Anterior de prejuizos Acumulados	(7.549,62)	(147.274,95)
Ajustes Devedores de Períodos - Bases Anteriores	0,00	0,00
Correção Monetária de Prejuizos Acumulados	0,00	0,00
Prejuízo Líquido do Período	(144.579,19)	(7.549,62)
SOMA DOS RECURSOS	(189.278,44)	(44.699,25)
Transferências para Reservas	0,00	0,00
Dividendos ou Lucros Distribuídos	0,00	0,00
Parcela de Lucros Incorporada ao Capital	0,00	0,00
(-) Distribuição de Lucros	0,00	0,00
SOMA DAS APLICAÇÕES	0,00	0,00
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	(189.278,44)	(44.699,25)

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração do Resultado do Exercício, levantada a partir dos documentos fornecidos pela empresa e em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Aracatuba (SP), 31/12/2018







**RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA**  
**CNPJ: 43.744.713/0001-72**

**DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS**  
Valores expressos em Reais (R\$)

Período de	Período de
01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017

  
GLADYS MAY FARES DE CAMPOS  
SOCIA ADMINISTRADORA  
CPF: 958.660.008-49

  
Andre Luis Magustero Américo  
CRC: 1-SP-140031/O-8 - Contador  
CPF: 023.658.708-05





Autenticado eletronicamente, apos conferencia com original.

https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.deg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f / pg. 13

RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA  
CNPJ: 43.744.713/0001-72

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018


## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO


Valores expressos em Reais (R\$)

Histórico	Patrimônio Social		Reservas de Patrimônio Social			Outras Reservas		Lucros/Prejuízos Acumulados		Superávit/Déficit Acumulado		Total
	Patrimônio Social	Capital a Realizar	Reserva Legal	Reserva Para Aumento de Capital	Ado P/Futuro Aumento de Capital	Reserv Invest Incentivos Fiscais	Lucro Acumulado	Prejuízo Acumulado	Superávit Acumulado	Déficit Acumulado		
Saldo em 31/12/2017	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(37.149,63)	(7.549,62)	0,00	0,00	55.300,75	
Prejuízo Líquido do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(144.579,19)	0,00	0,00	(144.579,19)	
Transferência Prejuízo Exerc. Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.149,63	(37.149,63)	0,00	0,00	0,00	
Saldo em 31/12/2018	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(189.278,44)	0,00	0,00	(89.278,44)	

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração do Resultado do Exercício, levantada a partir dos documentos fornecidos pela empresa e em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Aracatuba (SP), 31/12/2018

  
GLADYS MAY FARES DE CAMPOS  
SOCIA ADMINISTRADORA  
CPF: 958.660.008-49

  
Andre Luis Magistero Amorim  
CRC: 1-SP-140031/O-8 - Contador  
CPF: 023.658.708-05



2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



**RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA**  
**CNPJ: 43.744.713/0001-72**

**Período: 01/01/2018 a 31/12/2018**

**NOTAS EXPLICATIVAS**

**ÍNDICE**

1. Contexto Operacional
2. Base de Elaboração e Políticas Contábeis
3. Resumo das Principais Políticas Contábeis
4. Gerenciamento de Risco de Instrumentos Financeiros
5. Caixa e Equivalentes de Caixa
6. Despesas pagas Antecipadamente
7. Imobilizado
8. Obrigações Diversas (Curto Prazo)
9. Patrimônio Líquido
10. Receita Líquida
11. Despesas Operacionais
12. Receitas Operacionais
13. Resultado Financeiro





**RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA**  
CNPJ: 43.744.713/0001-72

**Período: 01/01/2018 a 31/12/2018**

## **NOTAS EXPLICATIVAS**

### **1. Contexto Operacional**

A empresa **RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA**, é uma Sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede na cidade de Aracatuba, Estado de São Paulo, constituída em 22 de Agosto de 1.966.

A sociedade tem por atividade preponderante a atividades de rádio.

### **2. Base de Elaboração e Políticas Contábeis**

As demonstrações financeiras da sociedade, elaboradas em 31 de Dezembro de 2.018, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento ao Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME R1), aprovado pela Resolução CFC n.º 1.255/09.

A emissão das demonstrações financeiras, foram aprovadas pela diretoria da sociedade em reunião específica realizada em 30 de abril de 2.019.

### **3. Resumo das Principais Políticas Contábeis**

As principais políticas contábeis adotadas pela empresa, nessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

#### **3.1 - Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes**

No balanço patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e, aqueles com vencimento ou com a expectativa superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

#### **3.2 - Compensação entre contas**

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensado entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

#### **3.3 - Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da empresa. Todas as informações financeiras foram apresentadas em reais, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa.

#### **3.4 - Instrumentos Financeiros Básicos**

A empresa classifica os seguintes instrumentos financeiros como instrumentos básicos:

- (a) - Caixa e equivalentes de caixa; e
- (b) - Instrumentos de dívida.

Os instrumentos de dívida incluem as contas a receber e a pagar e os empréstimos a pagar, e estes são avaliados nas datas dos balanços pelo custo amortizado.

#### **3.5 - Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento em três meses ou menos.

#### **3.6 - Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes, correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decorrer das atividades da empresa.







NOTAS EXPLICATIVAS



As contas a receber de clientes, correspondem aos valores a receber de clientes pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas por redução ao valor recuperável (perdas no recebimento de créditos). Normalmente, na prática, são reconhecidas ao valor faturado, ajustado ao valor presente se relevante, e ajustado pela provisão para perdas por redução ao valor recuperável se necessária.

### **3.7 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros**

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de perdas por desvalorização sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por desvalorização é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

### **3.8 - Imobilizado**

Os custos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O seu valor é ajustado pela depreciação do bem, conforme suas taxas permitidas fiscalmente e calculadas de forma linear. O valor contábil dos itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

### **3.9 - Contas a pagar a fornecedores**

Contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente, quando o efeito for relevante.

### **3.10 - Empréstimos e Financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo custo da operação, ou seja, o valor presente a pagar a instituição financeira e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

### **3.11 - Ativos e Passivos contingentes e obrigações legais**

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais, são as seguintes:

**Ativos Contingentes** - são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

**Passivos Contingentes** - são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

### **3.12 - Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores reconhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por isenção para perdas quando necessário.





**RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA**  
**CNPJ: 43.744.713/0001-72**

**Período: 01/01/2018 a 31/12/2018**

**NOTAS EXPLICATIVAS**

**3.13 – Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação na data das demonstrações financeiras, como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, e o valor foi estimado de maneira confiável.

As provisões são mensuradas para melhor estimativa do valor exigido para liquidar a obrigação na data das demonstrações financeiras. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, o valor da provisão é o valor presente do desembolso que se espera que seja exigido para liquidar a obrigação.

**3.14 – Simples Nacional**

A empresa optou pela tributação do Simples Nacional. Onde são abrangidos os tributos: IRPJ, CSLL, Pis/Pasep, Cofins, ICMS, ISS e a Contribuição para a Seguridade Social destinada à Previdência Social mediante documento único de arrecadação apurado pelo valor do faturamento pelo valor do faturamento mensal, previsto na Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2.006.

**3.15 – Apuração do Resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para reconhecimento de receitas quanto de despesas.

**3.16 – Reconhecimento das Receitas de Vendas**

A receita de vendas compreende o valor a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa.

A Empresa reconhece a receita quando: (i) foram transferidos ao comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos produtos; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; e, (iii) é provável que benefícios econômicos futuros associados a transação fluirão para a Empresa.

**3.17 – Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis**

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Empresa se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) Impairment dos ativos imobilizados e intangíveis e estoques,
- b) Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação,
- c) Expectativa de êxito dos passivos contingentes, avaliados em conjunto a assessoria jurídica da Empresa.

**4. Gerenciamento de Risco de Instrumentos Financeiros**

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos a empresa revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir;

- a) **Recebíveis:** são classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da empresa e depósitos bancários de livre movimentação, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.







**RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA**  
**CNPJ: 43.744.713/0001-72**

**Período: 01/01/2018 a 31/12/2018**

**NOTAS EXPLICATIVAS**



Edited with the trial version of  
Foxit Advanced PDF Editor

**Livro 40052 FOLHA: 0016**

[www.foxitsoftware.com/shopping](http://www.foxitsoftware.com/shopping)

**b) Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e que estão contabilizados pelos seus valores contratuais.

**c) Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.

**d) Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A administração da empresa realiza o gerenciamento e exposição aos riscos de taxas de juros, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

**● Riscos de taxas de juros**

O objetivo da política de gerenciamentos de taxas de juros da Empresa é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Empresa monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros, primeiro pela equiparação dos indexadores.

**● Riscos de crédito**

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a empresa somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito.

**● Riscos de liquidez**

É o risco da empresa não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

**● Gestão de risco de capital**

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

**5. Caixa e Equivalentes de Caixa**

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	38.905,83	55.786,02
Banco do Brasil	0,00	0,00
<b>Total Disponível</b>	<b>38.905,83</b>	<b>55.786,02</b>

**6. Despesas pagas Antecipadamente**

Despesas Pagas Antecipadamente	31/12/2018	31/12/2017
Prêmios de Seguros a Apropriar	418,29	360,22
<b>Total Disponível</b>	<b>418,29</b>	<b>360,22</b>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.deg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 18

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



**RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA**  
CNPJ: 43.744.713/0001-72

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

**NOTAS EXPLICATIVAS**



Edited with the trial version of  
Foxit Advanced PDF Editor

Livro: 0052 FOLHA: 0017

Outros Créditos	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamentos a Funcionários	350,70	0,00
<b>Total Disponível</b>	<b>350,70</b>	<b>0,00</b>

**7. Imobilizado**

Bens em Operação	Saldo 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2017
Equipos. Proc. Dados	322.711,42	0,00	0,00	322.711,42
Maquinas e Aparelhos	79.632,84	0,00	0,00	79.632,84
Moveis e Utensilhos	21.222,17	0,00	0,00	21.222,17
Veiculos	55.720,41	0,00	0,00	55.720,41
<b>Totais</b>	<b>479.286,84</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>479.286,84</b>

Depreciações	Saldo 31/12/2018	Adições	Depreciações	Saldo 31/12/2017
(-) Equipos. Proc. Dados	-314.413,53	0,00	1.628,00	-312.785,53
(-) Maquinas e Aparelhos	-39.660,70	0,00	7.963,28	-31.697,42
(-) Moveis Utensilios	-20.302,20	0,00	221,81	-20.080,39
(-) Veiculos	-55.720,41	0,00	0,00	-55.720,41
<b>Totais</b>	<b>-430.096,84</b>	<b>0,00</b>	<b>9.813,09</b>	<b>-420.283,75</b>

<b>Total Imobilizado</b>	<b>49.190,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.813,09</b>	<b>59.003,09</b>
--------------------------	------------------	-------------	-----------------	------------------

Intangível	Saldo 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2017
Benfeitorias Imoveis Terceiros	2.590,04	0,00	0,00	2.590,04
<b>Totais</b>	<b>2.590,04</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.590,04</b>

**8. Obrigações Diversas (Curto Prazo)**

	31/12/2018	31/12/2017
Instituições Financeiras	93.595,35	26.539,03
Fornecedores	4.539,08	1.657,00
Obrigações Tributárias	9.609,74	11.232,97
Obrigações Trab.e Previd.	72.989,13	23.009,62
<b>Total Obrigações</b>	<b>180.733,30</b>	<b>62.438,62</b>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.de.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 19

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



**RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA**  
**CNPJ: 43.744.713/0001-72**

**Período: 01/01/2018 a 31/12/2018**

**NOTAS EXPLICATIVAS**

**9. Patrimônio Líquido**

**Capital Social**

O Capital Social da Sociedade é composto conforme quadro abaixo:

Capital Integralizado	Saldo em 31/12/2018	Transfêrencias	Saldo em 31/12/2017
Gladys May Fares de Campos	50.000,00	0,00	50.000,00
Martha Fares de Campos Bruno	25.000,00	0,00	25.000,00
Nicolau Fares de Campos	25.000,00	0,00	25.000,00
<b>Capital Social</b>	<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>

Lucros Ou Prejuízos Acumulados	31/12/2018	31/12/2017
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-44.699,25	-37.149,63
Lucros ou Prejuízos do Exercício	-144.579,19	-7.549,62
<b>Total .....</b>	<b>-189.278,44</b>	<b>-44.699,25</b>

**10. Receita Líquida**

Receita Bruta	31/12/2018	31/12/2017
Receitas Operacionais	815.436,91	884.799,97
<b>Receita Bruta de Serviços</b>	<b>815.436,91</b>	<b>884.799,97</b>
<b>Impostos Incidentes s/Vendas e Serviços</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/2017</b>
(-) Simples Nacional	(88.175,58)	(89.453,28)
<b>Dedução da Receita Bruta</b>	<b>(88.175,58)</b>	<b>(89.453,28)</b>
<b>Receita Líquida de Serviços</b>	<b>727.261,33</b>	<b>795.346,69</b>

**11. Despesas Operacionais**

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas com Pessoal	528.978,37	521.235,37
Encargos Sociais e Previdenciários	36.437,71	36.670,59
Despesas Administrativas	275.932,17	230.508,05
Despesas Tributárias	7.387,65	8.464,53
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>848.735,90</b>	<b>796.878,54</b>





**RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA**  
**CNPJ: 43.744.713/0001-72**

**Período: 01/01/2018 a 31/12/2018**

**NOTAS EXPLICATIVAS**

**12. Receitas Operacionais**

	31/12/2018	31/12/2017
Recuperação Desp.Administrativas	2.048,19	642,42
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>2.048,19</b>	<b>642,42</b>

**13. Resultado Financeiro**

<b>Outras Receitas Operacionais</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Descontos Obtidos	12.846,93	11.615,71
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>12.846,93</b>	<b>11.615,71</b>
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Encargos s/ Emprést. Financiamentos	(20.894,35)	(3.554,79)
Juros Pagos ou Incorridos	(7.981,68)	(509,92)
Encargos Conta Garantida	(9.123,71)	(14.211,19)
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(37.999,74)</b>	<b>(18.275,90)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(25.152,81)</b>	<b>(6.660,19)</b>

**Gestão dos riscos e valorização dos instrumentos financeiros**

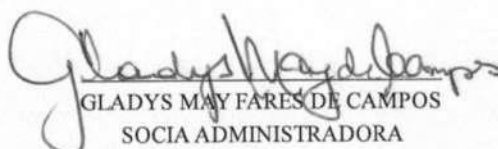
**Gestão de risco de capital**

Os Objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

**Valorização dos instrumentos financeiros**

Os Principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2.018 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

- Caixa e Equivalentes de caixa e aplicação financeira, os saldos em conta corrente têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis;
- Contas a pagar apresentadas pelos valores descritos nas notas fiscais e auxiliares de caixa celebrado entre as partes, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado.

  
GLADYS MAY FARES DE CAMPOS  
SOCIA ADMINISTRADORA  
CPF: 958.660.008-49







## Carta De Responsabilidade Da Administração

Aracatuba, SP 31/12/2018

A

Andre Luis Magustero Américo  
CRC: 1-SP-140031/O-8  
Endereço: Rua Tabajaras, 322 A, Bairro Centro  
Aracatuba - SP  
CEP: 16.010-390

Prezados Senhores:

Declaramos para os devidos fins, como administrador e responsável legal da empresa RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA, CNPJ 43.744.713/0001-72, que as informações fornecidas à V.Sas. para preparação das demonstrações contábeis, obrigações acessórias, apuração de impostos e arquivos eletrônicos exigidos pela fiscalização federal, estadual, municipal, trabalhista e previdenciária são fidedignos e compreendem a realidade do que diz respeito a:

- a) o valor apresentado na conta caixa, perfaz a realidade que tínhamos no encerramento do exercício de 2018;
- b) informamos desconhecer e não possuir nenhuma operação que não tenha sido registrada em nossa contabilidade, pois, todas as nossas operações são geradas com documentação suporte adequada;
- c) asseguramos que os controles internos adotados pela nossa entidade são de responsabilidade da administração e adequados ao tipo de atividade e volume de transações;
- d) não realizamos nenhum tipo de operação que possa ser considerada ilegal, frente à legislação vigente;
- e) todos os documentos que geramos e recebemos de nossos fornecedores estão revestidos de total idoneidade e as demonstrações de contas bancárias, contábeis, clientes e fornecedores entre outros documentos;
- f) todos os ativos que informamos para V.Sas., são de nossa propriedade;
- g) os estoques registrados em conta própria, foram por nós avaliados, contados e levantados fisicamente, e perfazem a realidade do exercício encerrado em 2018;
- h) as informações registradas no sistema de gestão e controle interno, denominado ERP são controladas e validadas com a documentação suporte adequada, sendo de nossa inteira responsabilidade todo conteúdo do banco de dados e arquivos eletrônicos gerados.

Além disso, não temos conhecimento:

- 1) de que não tenhamos cumprido todas as leis, normas e regulamentos a que a empresa está sujeita. Também não temos conhecimento de que houve, durante o exercício, operações ou transações que possam ser reconhecidas como irregulares ou ilegais e/ou que não tenham sido realizadas no interesse da empresa;
- 2) de que diretores ou empregados em cargos de responsabilidade ou confiança tenham participado ou participem da administração ou tenham interesses em sociedades com as quais a empresa manteve transações;
- 3) de quaisquer fatos ocorridos que possam afetar as demonstrações contábeis ou que as afetam até a data desta carta ou, ainda, que possam afetar a continuidade das operações da empresa;
- 4) de efeitos relevantes nas demonstrações contábeis, decorrentes das seguintes situações:
  - a) ações ou reclamações materiais contra a empresa;
  - b) acordos ou operações estranhos aos negócios normais ou quaisquer outros acordos;
  - c) inadimplências contratuais que possam resultar em prejuízos para a empresa;
  - d) existência de contingências (ativas ou passivas) além daquelas que estejam descritas, reconhecidas ou provisionadas, por serem consideradas virtualmente certas (contingências ativas) ou prováveis (contingências passivas).

Também confirmamos que não houve:

- a) fraude envolvendo administração ou empregados em cargos de responsabilidades ou confiança;
- b) fraude envolvendo terceiros que poderiam ter efeito material nas demonstrações contábeis;
- c) violação ou possíveis violações de leis, normas ou regulamentos cujos efeitos deveriam ser considerados para divulgação nas demonstrações contábeis ou mesmo dar origem ao registro de provisão para contingências passivas.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.de.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 22

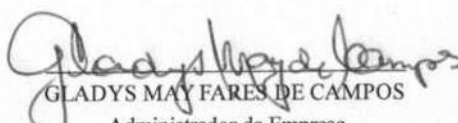
2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



Como também declaramos ciência quanto a:

- a) exigência da fiscalização eletrônica federal, estadual, municipal, trabalhista e previdenciária, relacionadas a obrigatoriedade de: SPED FISCAL; SPED CONTRIBUIÇÕES; SPED ECD; SPED NFE; MANAD; SINTEGRA; Certificação Digital; PAF-ECF; NFSe e CTe;
- b) necessidade de auditoria eletrônica de dados, haja vista que os arquivos exigidos pela fiscalização eletrônica contem informações de diversas fontes e sistemas, tais como: contábil, fiscal, trabalhista, financeiro, administrativo, comercial, entre outros;
- c) toda e qualquer divergência encontrada pelo fisco nos arquivos eletrônicos são de nossa inteira responsabilidade.

Atenciosamente,

  
GLADYS MAY FARES DE CAMPOS  
Administrador da Empresa  
CPF: 958.660.008-49





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS**

17/01/2020



Edited with the trial version of  
Foxit Advanced PDF Editor  
**7664623**  
To remove this notice, visit:  
[www.foxitsoftware.com/shopping](http://www.foxitsoftware.com/shopping)

**CERTIDÃO Nº: 9092481**

**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

**CERTIFICA E DÁ FÉ** que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 16/01/2020, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: \*\*\*\*\*

**RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA**, CNPJ: 43.744.713/0001-72, conforme indicação constante do pedido de certidão.\*\*\*\*\*

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 17 de janeiro de 2020.

**PEDIDO Nº:**



**7664623**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>



2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f





## Consulta Cadastral

## Cadastro de Contribuintes de ICMS - Cadesp

Início Consultas Atos de Ofício Configuração Sincronismo Isenções Energia Procurações Eletrônicas Encerramento

Imprimir

Voltar

IE: 177.281.910.119  
CNPJ: 43.744.713/0001-72  
Nome Empresarial: RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA

Situação: Ativo  
Data da Inscrição no Estado: 25/02/2009  
Regime Estadual: SN  
Regime RFB: SN

## Empresa - Geral

Nome Empresarial: RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA  
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada  
Data início da Atividade: 25/02/2009  
CNPJ da Matriz: 43.744.713/0001-72  
Porte: Microempresa  
Capital Social: R\$ 100.000,00  
Regime Estadual: SIMPLES NACIONAL

Data início do regime: 25/02/2009

Regime Especial de IE Única: Não

Regime Especial de IE Única por Município: Não

## Participantes

CPF/CNPJ	Nome	Qualificação	Participação no Cap. Social	Data de Entrada
958.660.008-49	GLADYS MAY FARES DE CAMPOS	Sócio-Administrador	50,00 %	09/05/1994
Endereço do Participante				
Logradouro: RUA R OSCAR RODRIGUES ALVES				
Nº: 170				
CEP: 16.010-330				
Município: ARACATUBA				
Complemento: Bairro: CENTRO				
UF: SP				
Contato do Participante				
Telefone: (18)3623-8466				
e-mail: Fax:				

## Estabelecimento - Geral

Nome Fantasia:  
CNPJ: 43.744.713/0001-72  
IE: 177.281.910.119  
NIRE: 35.2.0209236-3

Data da Inscrição no Estado: 25/02/2009  
Data Início da IE: 25/02/2009

Situação Cadastral: Ativo  
Ocorrência Fiscal: Ativa

Data Início da Situação: 25/02/2009

Tipo de Unidade: Unidade produtiva

Formas de Atuação: Estabelecimento Fixo

## Tributário

Substituto Tributário: Não  
CPR: 1200  
CPR-ST:

Desde: 25/02/2009  
Data Início da CPR: 01/03/2009

CNAE Principal: 60.10-1/00 - Atividades de rádio  
CNAE Secundários:

Data Início do CNAE Prin.: 25/02/2009

DRT: DRT-09 - ARACATUBA

Posto Fiscal: PF-10 - ARACATUBA

## Contabilista

CRC: 1SP140031/O-8  
Nome: ANDRE LUIS MAGUSTERO AMERICO  
Data Início do Contabilista no Estabelecimento: 28/04/2016

CPF/CNPJ: 023.658.708-05

Situação Cadastral: ATIVO

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[https://mofeg-autenticacao.sp.gov.br/\(S\(rkr3s22tzggi11ppir0og15g\)\)/Pages/Cadastro/Consultas/ConsultaCompleta/ConsultaCompletaImpressao...](https://mofeg-autenticacao.sp.gov.br/(S(rkr3s22tzggi11ppir0og15g))/Pages/Cadastro/Consultas/ConsultaCompleta/ConsultaCompletaImpressao...) 1/2

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

**Endereço e Contato Preferenciais do Contabilista****Tipo:** Comercial**Logradouro:** RUA TABAJARAS**Nº:** 322**CEP:** 16.010-390**Município:** ARACATUBA**Telefone:** (018)2103-5967**e-mail:** andreamerico@realaracatubense.com.br**Complemento:** A**Bairro:** CENTRO**UF:** SP**Fax:****Endereço e Contato Não-Preferenciais do Contabilista****Tipo:** Residencial**Logradouro:** RUA DOUTOR RAPOSO DE MELO**Nº:** 546**CEP:** 16.050-670**Município:** ARACATUBA**Telefone:** (018)3624-5513**e-mail:** andreamerico@realaracatubense.com.br**Complemento:****Bairro:** DONA AMELIA**UF:** SP**Fax:****Endereço do Estabelecimento****Logradouro:** RUA OSVALDO CRUZ**Nº:** 67**CEP:** 16.010-040**Município:** ARACATUBA**Referência:** PROXIMO AO BANCO REAL**Data de Início do Endereço:** 25/02/2009**Complemento:** TERREO**Bairro:** CENTRO**UF:** SP**Contato do Estabelecimento****Telefone 1:** (18)3623-8726**Fax:****Telefone 2:** (18)2103-5967**e-mail:** FINANCEIRO@RADIOCULTURA.COM.BR**Endereço de Correspondência****Logradouro:** RUA OSVALDO CRUZ**Nº:** 67**CEP:** 16.010-040**Município:** ARACATUBA**Referência:****Complemento:****Bairro:** CENTRO**UF:** SP



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>43.744.713/0001-72</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>22/08/1966</b>
NOME EMPRESARIAL <b>RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE <b>ME</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>		
LOGRADOURO <b>R OSVALDO CRUZ</b>	NÚMERO <b>67</b>	COMPLEMENTO <b>TERREO</b>
CEP <b>16.010-040</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>ARACATUBA</b>
UF <b>SP</b>		
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>FINANCEIRO@RADIOCULTURA.COM.BR</b>		TELEFONE <b>(18) 3623-8726</b>
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>12/03/2004</b>
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadesignatura.camara.deg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 27

Petição (50999741)

SEI 01250-004894/2020-80



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA



### COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL DO MOBILIÁRIO MUNICIPAL

INSCRIÇÃO DO MOBILIÁRIO	CPF/CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL	FORMA DE LANÇAMENTO DO ISSQN
1832	43.744.713/0001-72		SIMPLES NACIONAL

**NOME/RAZÃO SOCIAL**

RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA

**LOGRADOURO**

RUA - OSVALDO CRUZ

**NÚMERO**

67

**COMPLEMENTO**

TERREO

**CEP**

16010040

**BAIRRO**

CENTRO

**MUNICÍPIO**

ARAÇATUBA

**UF**

SP

**CNAE CÓDIGO**

6010100

**DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL**

Atividades de rádio

**SÓCIO:** 95866000849

GLADYS MAY FARES DE CAMPOS

RESPONSÁVEL

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA	DATA DO ENCERRAMENTO	DATA DA ÚLTIMA ALTERAÇÃO
ATIVO	01/08/1950	/ /	18/10/2018

**Autenticação Eletrônica:**

Emitida às: 11:11:28 do dia 17/01/2020

Código de Verificação: 8062-4746-1968



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadesignatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 28

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 43.744.713/0001-72

**Razão Social:** RADIO CULTURA ARAÇATUBA LTDA

**Endereço:** RUA OSVALDO CRUZ 67 TERREO / CENTRO / ARACATUBA / SP / 16010-040

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 12/01/2020 a 10/02/2020

**Certificação Número:** 2020011202444969972760

Informação obtida em 17/01/2020 11:13:29

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf](http://a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf)

<https://mforeg-autenticadoporassinadigital.caixa.gov.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



## Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo



Edited with the trial version of  
Foxit Advanced PDF Editor  
To remove this notice, visit:  
[www.foxitsoftware.com/shopping](http://www.foxitsoftware.com/shopping)

### Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ / IE: 43.744.713/0001-72

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 20010098176-19  
Data e hora da emissão 17/01/2020 11:17:28  
Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **[www.pfe.fazenda.sp.gov.br](http://www.pfe.fazenda.sp.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 30





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA**  
**CNPJ: 43.744.713/0001-72**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 07:51:49 do dia 20/01/2020 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 18/07/2020.

Código de controle da certidão: **0DA0.A075.0AAA.A282**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)



Preparar página  
para impressão





# PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Finanças  
Departamento de Rendas Municipal



Edited with the trial version of  
Foxit Advanced PDF Editor  
To remove this notice, visit  
[www.foxitsoftware.com/shopping](http://www.foxitsoftware.com/shopping)

## Certidão Negativa de Tributos Municipais

Certidão número : 1390-2684-0376  
Contribuinte : RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA  
CNPJ / CPF : 43.744.713/0001-72  
Inscrição : 88176  
Endereço : RUA: OSVALDO CRUZ, 67 Compl.: TERREO.  
Bairro : CENTRO, CEP: 16010-040.  
Emitida em : 17/01/2020 às 11:15:40  
Válida até : 16/02/2020



Ressalvando o direito que cabe a Fazenda Pública Municipal de exigir na forma da Legislação vigente, os Tributos ou quaisquer outros emolumentos que por ventura venham a ser apurados;

**Certifica que em relação ao contribuinte acima descrito nada deve até a emissão desta, em relação aos Tributos Municipais, inclusive Imobiliários e Mobiliários, administrados pela Secretaria da Fazenda Municipal.**

As informações desta estão contidas em nosso Cadastro.

Certidão expedida via Internet

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal de Finanças (<http://201.49.72.130:8083/issonline/servlet/haautenticadocumento>).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidad-e-assinatura/camara-deg-br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 32

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA - ME

**CNPJ:** 43.744.713/0001-72

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:02:38 do dia 20/01/2020 (hora e data de Brasília).

Válida até 19/02/2020.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadesignatura.camara.deg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 33

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 43.744.713/0001-72

Certidão nº: 1481964/2020

Expedição: 17/01/2020, às 11:20:05

Validade: 14/07/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **43.744.713/0001-72**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 34

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



JUCESP PROTOCOLO  
236314/99-3



**"SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARACATUBA LTDA.-EPP"**

Pelo presente instrumento particular de constituição os abaixo assinados:

**JOÃO APARECIDO CARDOSO**, brasileiro, casado, comerciante, portador do RG. sob o n.º 8.411.018-SSP/SP e do C.P.F. sob o n.º 803.047.968-91, residente e domiciliado nesta cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo à Rua Tabajaras, n.º 244, CEP. 16010-390,

**NIVALDO QUESSA**, brasileiro, solteiro, juiz classista aposentado, portador do RG. sob o n.º 4.570.765-SSP/SP e do CPF. sob o n.º 311.842.438-91, residente e domiciliado nesta cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, à Rua Cristiano Olsen, n.º 1620, apartamento 162, CEP 16015-190, tem entre si, justos

e combinados, a constituição de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que regerá pelas cláusulas e condições seguinte:

**CLAUSULA PRIMEIRA**

A firma girará sob a denominação social de **"SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARACATUBA LTDA.-EPP"**, com sede estabelecida a Rua Marechal Deodoro, n.º 675-A sobre loja, é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, dela fazendo parte como sócios quotistas, **JOÃO APARECIDO CARDOSO E NIVALDO QUESSA**, constituída de acordo com o Decreto n.º 3.708 de 10 de janeiro de 1919, e com a legislação que rege a execução dos serviços de radiodifusão sonora do Brasil.

§ Único - Em suas irradiações, a entidade se identificará da seguinte forma.

**"SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO AM"**

**"SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO FM"**

**CLAUSULA SEGUNDA**

A sociedade tem por objeto a execução de serviços de radiodifusão sonora de quaisquer modalidades, em quaisquer localidades do país, desde que para tanto o Governo Federal lhe outorgue permissões, e ou, concessões.

§ 1º - A execução a que se refere essa cláusula obedecerá, sempre a legislação específica que reger a execução dos serviços de radiodifusão sonora no Brasil, visando fins patrióticos, cívicos, educativos e recreativos.

§ 2º - Para a consecução de seus objetivos, a sociedade poderá instalar estações radiodifusoras, serviços especiais de música funcional, estúdios auxiliares e abrir e fechar sucursais, escritórios e filiais em quaisquer partes do país, observados os regulamentos técnicos e as normas jurídicas específicas e aplicáveis.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.de.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 39

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

### CLÁUSULA TERCEIRA.

A firma terá início de suas atividades a partir do dia 01 de Maio de 1999, data de sua constituição, sendo prazo de duração da sociedade por prazo indeterminado, observando-se quanto da sua dissolução, os preceitos da lei especificada e que for aplicável.

### CLÁUSULA QUARTA.

O capital social será no valor de R\$15.000,00(Quinze Mil Reais) , divididos em 300 (Trezentas) quotas, no valor de R\$ 50,00 (Cinquenta Reais) cada uma, sendo que o sócio JOÃO APARECIDO CARDOSO, integraliza neste ato em moeda corrente do país a quantia de R\$ 10.000,00(Dez Mil Reais) e o sócio NIVALDO QUESSA, integraliza neste ato em moeda corrente do país a quantia de R\$5.000,00(Cinco Mil Reais), ficando assim o capital social distribuído entre os mesmos da seguinte forma.

<u>JOÃO APARECIDO CARDOSO</u>	200 QUOTAS no valor de R\$10.000,00
<u>NIVALDO QUESSA</u>	100 QUOTAS no valor de R\$ 5.000,00
TOTAL.....	300 QUOTAS no valor de R\$ 15.000,00

As quotas representativas do capital social são indivisíveis e para cada uma delas a sociedade reconhece um único proprietário. A responsabilidade de cada sócio é limitada até o valor do capital social, nos termos do Art. 2º IN FINE, da Lei 3.708 de 10 de janeiro de 1.919.

§ - 1º - As quotas representativas do capital social são indivisíveis e para cada uma delas a sociedade reconhece apenas um único proprietário.

§ - 2º - A responsabilidade de cada sócio é limitada ao valor do capital social, nos termos do art. 2º, "IN FINE" do Decreto n.º 3.708 de 10 de janeiro de 1.919.

### CLÁUSULA QUINTA.

É vedado o ingresso na sociedade às pessoas jurídicas e estrangeiras, nela só podendo ser admitidas brasileiras.

### CLÁUSULA SEXTA.

As quotas representativas do capital social são intransferíveis, inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros e pessoas jurídicas, dependendo de qualquer alteração contratual de prévia anuência do Governo Federal.

### CLÁUSULA SÉTIMA.





Ocorrendo a hipótese de qualquer sócio desejar transferir a totalidade ou parte das quotas, terão preferência, absoluta para a aquisição, os de mais sócios, devendo o sócio interessado em transferir, comunicar sua intenção por escrito aos demais quotistas, concedendo-lhes um prazo de 60 (sessenta) dias para a resposta.

§ - Único - Caso mais de um sócio desejar adquirir as quotas do sócio retirante, a aquisição será na proporção direta das quotas que cada um dos pretendentes possuir.

#### CLÁUSULA OITAVA.

A duração da sociedade é por prazo indeterminado, observando-se quanto da sua dissolução, os preceitos da lei específica e da que for aplicável.

#### CLÁUSULA NONA.

Ocorrendo o falecimento de qualquer dos sócios, a sociedade não se dissolverá, procedendo-se, então, a um balanço geral e pagando-se aos herdeiros e, ou, sucessores do sócio falecido o valor do seu capital, considerando-se os débitos que possua na sociedade e o lucro ou prejuízo apurado até o último dia do mês em que tiver ocorrido o falecimento.

§ Único - Em caso de impedimento legal de qualquer sócio, aplicar-se o disposto nesta cláusula.

#### CLÁUSULA DÉCIMA.

Poderão os herdeiros necessários optar pelo seu ingresso na sociedade, desde que obtenham eles a indispensáveis autorizações do Governo Federal.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA.

Fica outorgado ao sócio JOÃO APARECIDO CARDOSO e NIVALDO QUESSA, uma retirada mensal a título de pró-labore, a importância que será fixada anualmente pelo consenso unânime dos sócios, dentro da disponibilidade social e levadas à débito das Despesas Gerais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA.

A gerência e administração da sociedade será exercida pelos sócios JOÃO APARECIDO CARDOSO e NIVALDO QUESSA, sendo-lhes vedado o uso da mesma em negócios particulares, ou seja, negócios alheios aos fins sociais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.



O ano social coincide com o civil, anualmente no dia 31 de dezembro, será levantado um balanço geral para apuração dos resultados do exercício. Os lucros e prejuízos apurados, serão suportados entre os sócios na proporção das quotas que possuírem, ou ficarão escriturados em título próprio da contabilidade.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA.

Qualquer alteração do presente contrato social, somente será válida se assinada pelos sócios representantes em conjunto pelos menos 75% (setenta e cinco por cento) do capital social desta empresa, mas, produzirá efeitos com relação a todos, mesmo aqueles que eventualmente não a tenham assinado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA.

Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos de comum acordo entre os sócios, buscando-se subsídios em toda legislação vigente, especialmente no Decreto n.º 3.708 de 10 de janeiro de 1919 e no Código Brasileiro de Telecomunicações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA.

Os sócios elegem o foro da Comarca de Araçatuba, Estado de São Paulo, para conhecer em primeira instância de qualquer pendência oriunda do presente contrato.

Assim por estarem em todo e contratados, assinam o presente instrumento digitado em 03(três) vias de igual teor e para um único efeito, juntamente com duas testemunhas. Cada via tem 04(quatro) folhas digitadas no anverso. Este documento deverá ser arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo após expressa autorização do Departamento Nacional de Telecomunicações.

Araçatuba, 01 de Maio de 1999.


  
JOÃO APARECIDO CARDOSO

  
NIVALDO OLESSA

TESTEMUNHAS

  
AMARILDO MODENA

RG. 16.571.553-SP. SSP

  
JOÃO BATISTA TAVARES

RG. 7.549.300-SP. SSP





CONVÊNIO ARAÇATUBA

## ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE LIMITADA.

### SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA.EPP

Pelo presente instrumento, **JOÃO APARECIDO CARDOSO**, brasileiro, casado no regime de comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, à Rua Major Mendonça nº 250 – 9º andar, Vila Mendonça, CEP 16015-110, portador do CPF. 803.047.968-91 e da Cédula de Identidade RG. 8.411.018 expedida pela SSP/SP., e **NIVALDO QUESSA**, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, à Rua Aguapeí nº 3.300, Condomínio Parque dos Araçás, CEP 16025-500, portador do CPF. 311.842.438-91 e da Cédula de Identidade RG. 4.570.765 expedida pela SSP/SP., únicos sócios da sociedade empresária limitada **SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA.- EPP**, estabelecida na Rua Marechal Deodoro nº 675-A, sobre loja, Centro, CEP 16010-301, nesta cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, cujo contrato social se encontra devidamente arquivado perante a M. M. Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob NIRE 35215674021, sessão de 12/05/1999, e última alteração arquivada sob nº 19.489/05-5, em 14/01/2005, inscrita no CNPJ/MF. nº 03.156.036/0001-57, resolvem proceder a presente alteração que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

#### PRIMEIRA

São admitidos na sociedade os sócios **ANDRE VINICIUS CARDOSO**, brasileiro, maior, casado no regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG. 32.518.875-0-SSP/SP., expedida em 05/10/1994, e do CPF. 218.779.438-51, natural de Araçatuba, SP., nascido em 28/09/1981, residente e domiciliado nesta cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, na Rua Porangaba nº 878, Vila Industrial, CEP 16072-165 e **LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA**, brasileiro, maior, casado no regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG. 44.079.279-4-SSP/SP., expedida em 29/03/2019, e do CPF. 322.941.688-01, natural de Araçatuba, SP., nascido em 28/07/1985, residente e domiciliado nesta cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, na Rua Cussy de Almeida Junior, 1.291, Apto. 81, Higienópolis, CEP 16010-715.

#### SEGUNDA

Retira-se da sociedade o sócio **JOÃO APARECIDO CARDOSO**, cedendo e transferindo neste ato a totalidade de suas quotas de participação na sociedade, bem como os direitos sobre as mesmas, aos sócios neste ato admitidos **ANDRÉ VINICIUS CARDOSO** e **LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA**, acima qualificados.

§ único: O sócio **JOÃO APARECIDO CARDOSO**, que possuía 10.000 (dez mil) quotas de participação no capital da sociedade, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cede e transfere ao sócio **ANDRÉ VINICIUS CARDOSO**, 5.000 (cinco mil) quotas de participação no capital social, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), e cede e transfere ao sócio **LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA** 5.000 (cinco mil) quotas de participação no capital social, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).





### TERCEIRA

O sócio retirante dá recíproca, plena, geral e irrevogável quitação à sociedade, aos sócios admitidos e ao sócio remanescente, nada tendo a reclamar ou participar posteriormente.

### QUARTA

O capital social que era de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), dividido em 15.000 (quinze mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, continua inalterado, e assim distribuído entre os sócios:

NIVALDO QUESSA	5.000 QUOTAS	R\$ 5.000,00
ANDRE VINICIUS CARDOSO	5.000 QUOTAS	R\$ 5.000,00
LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA	5.000 QUOTAS	R\$ 5.000,00
TOTAL	15.000 QUOTAS	R\$ 15.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO:- A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

### QUINTA

A sociedade será administrada por todos os sócios, em conjunto ou separadamente, e a eles caberão a representação ativa e passiva da sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, sendo vedado de acordo com o Artigo 1.064, da Lei nº 10.406, de 2002, o uso da denominação social, ou da firma, em negócios estranhos aos fins sociais.

### SEXTA

Todos os sócios terão direito a uma retirada mensal, á titulo de "Pró-Labore", cuja importância será fixada anualmente pelo consenso unânime dos sócios, dentro da disponibilidade social e levada a débito das Despesas Gerais..

### SETIMA

Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002).

### OITAVA

Fica neste ato alterado o endereço do sócio NIVALDO QUESSA, de Rua Cristiano Olsen, 1620, Apto 162, São João, CEP 16015-190, nesta cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, para **Rua Aguapeí, 3.300, Cond. Parque dos Araças, Jardim do Prado, CEP 16025-455, nesta cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.**

Face às alterações acima, os sócios resolvem consolidar o Contrato Social, conforme segue:

### PRIMEIRA

A sociedade gira sob o nome empresarial de **SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA. EPP**, é uma sociedade limitada, fazendo parte dela como sócios quotistas, NIVALDO QUESSA, ANDRE VINICIUS





CARDOSO e LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA, adequada de acordo com a Lei 10.406 de 2002, e com a legislação que rege a execução dos serviços de radiodifusão sonora do Brasil

§ único – em suas irradiações, a entidade se identificará da seguinte forma:

“SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO AM”

“SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO FM”

## SEGUNDA

A sociedade tem sua sede na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, na Rua Marechal Deodoro, 675-A, sobre loja, Centro, CEP 16010-301.

## TERCEIRA

O objetivo da sociedade é a execução de serviços de radiodifusão sonora de, quaisquer modalidades, em quaisquer localidades do País, desde que para tanto o Governo Federal lhe outorgue permissões e ou concessões:

§ 1º - A execução a que se refere essa cláusula obedecerá, sempre a legislação específica que reger a execução dos serviços de radiodifusão sonora no Brasil, visando fins patrióticos, cívicos, educativos e recreativos.

§ 2º - Para a consecução de seus objetivos, a sociedade poderá instalar estações radiodifusoras, serviços especiais de música funcional, estúdios auxiliares e abrir e fechar sucursais, escritórios e filiais em quaisquer partes do País, observando os regulamentos técnicos e as normas jurídicas específicas e aplicáveis.

## QUARTA

A sociedade iniciou suas atividades em 01/05/1999 e seu prazo de duração será por tempo indeterminado, observando-se quanto a sua dissolução, os preceitos da lei especificada e que for aplicável.

## QUINTA

O capital social é de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), dividido em 15.000 (quinze mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas pelos sócios, em moeda corrente do país, ficando distribuído entre os sócios da seguinte forma:

NIVALDO QUESSA	5.000	R\$ 5.000,00
ANDRE VINICIUS CARDOSO	5.000	R\$ 5.000,00
LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA	5.000	R\$ 5.000,00
TOTAL	15.000	R\$ 15.000,00

**PARÁGRAFO ÚNICO:-** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

## SEXTA

As quotas de capital da sociedade são indivisíveis e não poderão ser alienadas a pessoas estranhas ao quadro social, sem o prévio consentimento dos demais sócios, os quais ficam assegurados, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para aquisição das quotas, formalizando a alteração contratual se realizada a cessão.

**Parágrafo 1º** - Havendo, no sócio, o desejo de retirar-se da sociedade, deverá notificar aos demais sócios, por escrito, com antecedência mínima de 60 dias e seus haveres lhes serão pagos, após o levantamento de balanço especial levantado para esse fim, em







condições e prazos negociados, no mínimo em seis parcelas iguais e sucessivas, atualizadas por índices oficiais acrescidos de juros de 6% ao ano.

**Parágrafo 2º** - Findo o prazo de 60 dias para o exercício da preferência, sem que os sócios tenham se manifestado ou se houver sobras, as quotas poderão ser cedidas ou alienadas a terceiros.

**Parágrafo 3º** - O sócio que ceder suas quotas, total ou parcialmente, fica livre de quaisquer responsabilidades posteriores à data de averbação de sua saída da sociedade, após quitar todas as obrigações decorrentes do período em que o sócio retirante participava na sociedade, de acordo com o Artigo 1.057, da Lei nº 10.406, de 2002.

**Parágrafo 4º** - É vedado o ingresso na sociedade às pessoas jurídicas e estrangeiras, nela só podendo ser admitidas brasileiras.

**Parágrafo 5º** - As quotas representativas do Capital Social, são intransferíveis, inalienáveis e incaucionáveis, direta e indiretamente, a estrangeiros e pessoas jurídicas, dependendo de qualquer alteração contratual de previa anuência do Governo Federal.

### SÉTIMA

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, visto que o capital social está totalmente integralizado, de conformidade com o Artigo 1.052, da Lei nº 10.406, de 2002

### OITAVA

O uso da firma ou denominação social é privativo dos administradores que tenham os poderes necessários, sendo vedado em negócios estranhos aos fins sociais, de acordo com o Artigo 1.064, da Lei nº 10.406, de 2002.

### NONA

Fica permitida a alteração deste contrato para a nomeação de administradores não pertencentes ao quadro societário, desde que aprovado por dois terços dos sócios, de acordo com o Artigo 1.061, da Lei nº 10.406, de 2002

### DÉCIMA

Em suas deliberações, os administradores adotarão preferencialmente a forma estabelecida no § 3º do Art. 1.072 do Código Civil (lei nº 10.406/2002).

### DÉCIMA PRIMEIRA

**Parágrafo 1º** - Os sócios que representam a maioria do capital social poderão promover a alteração do contrato social, independentemente do consentimento expresso ou tácito, por parte dos demais sócios, especialmente no que tange à exclusão de sócio que passe a colocar em risco a continuidade da empresa, em virtudes de atos de inegável gravidade.

**Parágrafo 2º** - A exclusão de sócio somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para esse fim, estando o sócio excluído ciente em tempo hábil para permitir o seu comparecimento e o exercício do seu direito de defesa.

### DÉCIMA SEGUNDA

O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, data esta em que serão elaborados o inventário, o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico, e será efetuada a apuração do resultado com observância às disposições legais aplicáveis. Os lucros ou prejuízos apurados serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de suas quotas do capital social







### DÉCIMA TERCEIRA

A sociedade será administrada por todos os sócios, em conjunto ou separadamente, e a eles caberão a representação ativa e passiva da sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, sendo vedado de acordo com o Artigo 1.064, da Lei nº 10.406, de 2002, o uso da denominação social, ou da firma, em negócios estranhos aos fins sociais.

### DÉCIMA QUARTA

O falecimento de qualquer um dos sócios não dissolverá a sociedade, que prosseguirá com os sócios remanescentes, herdeiros e sucessores, apurando os haveres do sócio falecido em balanço especial levantado para esse fim, na data do falecimento. Se os herdeiros do sócio falecido não tiverem interesse, ou não for possível continuar na sociedade, os valores correspondentes às suas quotas de capital e sua participação nos lucros líquidos serão pagos em condições e prazos negociados, no mínimo em seis parcelas iguais e sucessivas, atualizadas por índices oficiais acrescidos de juros de 6% ao ano.

§ único – Poderão os herdeiros ou sucessores optarem por seu ingresso na sociedade, desde que eles obtenham as indispensáveis autorizações do Governo Federal.

### DÉCIMA QUINTA

Fica expresso que os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais, segundo a remissão determinada pelo Artigo 1.054, ao Artigo 997, da Lei nº 10.406, de 2002

### DÉCIMA SEXTA

Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos pelo consenso dos sócios, com observância à Lei nº 10.406, de 2002, e outros dispositivos legais sujeitos ao presente tipo de sociedade.

### DÉCIMA SÉTIMA

Todos os sócios terão direito a uma retirada mensal, á titulo de “Pró-Labore”, cuja importância será fixada anualmente pelo consenso unânime dos sócios, dentro da disponibilidade social e levada a débito das Despesas Gerais.

### DÉCIMA OITAVA

Fica eleito o foro desta Comarca de Araçatuba, Estado de São Paulo, para nele serem dirimidas as duvidas porventura surgidas no fiel cumprimento do presente instrumento

### DÉCIMA NONA

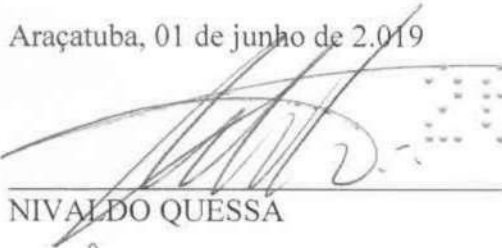
Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002).





E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento, lavrado em três vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas a tudo presentes.


Araçatuba, 01 de junho de 2019

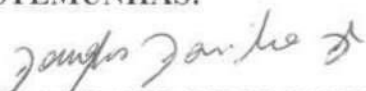
  
NIVALDO QUESSA

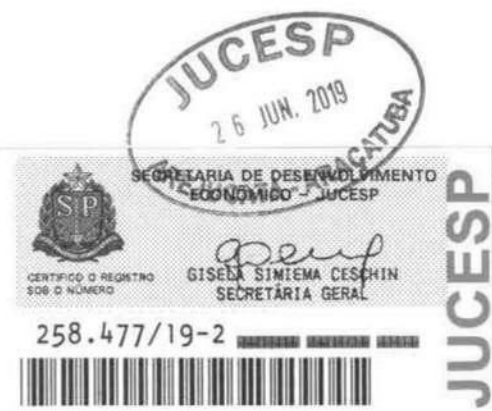
  
ANDRE VENICIUS CARDOSO

  
LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA

  
JOAO APARECIDO CARDOSO

  
AMARILDO MODENA  
RG. 15.577.553-SSP/SP

**TESTEMUNHAS:**  
  
DOUGLAS DANILO DOS SANTOS GONÇALVES  
RG. 41.067.360-2-SSP/SP.





**FICHA CADASTRAL COMPLETA**

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS "EMPRESA", "CAPITAL", "ENDEREÇO", "OBJETO SOCIAL" E "TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA" REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE [WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR](http://WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR), MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTES DOCUMENTOS.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992, OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

EMPRESA		
SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA.		
		TIPO: SOCIEDADE LIMITADA (E.P.P.)
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMIÇÃO
35215674021	12/05/1999	19/07/2019 11:58:50
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
01/05/1999	03.158.036/0001-57	

CAPITAL
R\$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS)

ENDEREÇO	
LOGRADOURO: R. MAL. DEODORO	NÚMERO: 675
BAIRRO: CENTRO	COMPLEMENTO: A SOBRELOJA
MUNICÍPIO: ARACATUBA	CEP: 16010-301 UF: SP

OBJETO SOCIAL
ATIVIDADES DE RÁDIO

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
JOAO APARECIDO CARDOSO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 803.047.968-91, RG/RNE: 8411018, RESIDENTE À R. TABAJARAS, 244, CENTRO, ARACATUBA - SP, CEP 16010-390, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 10.000,00
IVALDO QUESSA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 311.842.438-91, RG/RNE: 4570765, RESIDENTE À R. CRISTIANO OLSEN, 1620, AP. 162, SAO JOAO, ARACATUBA - SP, CEP 16015-190, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.000,00

ARQUIVAMENTOS
---------------



NUM.DOC: 019.489/05-5 SESSÃO: 14/01/2005

INCLUSÃO DE CNPJ 03.156.036/0001-57

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 258.477/19-2 SESSÃO: 26/06/2019

ADMITIDO LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: BRANCA, CPF: 322.941.688-01, RG/RNE: 44079279-4 - SP, RESIDENTE À RUA CUSSY DE ALMEIDA JUNIOR, 1291, APTO 81, HIGIENOPOLIS, ARACATUBA - SP, CEP 16010-715, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.000,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE NIVALDO QUESSA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: BRANCA, CPF: 311.842.438-91, RG/RNE: 4570765 - SP, RESIDENTE À RUA AGUAPEI, 3300, C PARQ ARACAS, JARDIM DO PRADO, ARACATUBA - SP, CEP 16025-455, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.000,00.

ADMITIDO ANDRE VINICIUS CARDOSO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: BRANCA, CPF: 218.779.438-51, RG/RNE: 32518875-0 - SP, RESIDENTE À RUA PORANGABA, 878, VILA INDUSTRIAL, ARACATUBA - SP, CEP 16072-165, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.000,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE JOAO APARECIDO CARDOSO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 803.047.968-91, RG/RNE: 8411018 - SP, RESIDENTE À R. TABAJARAS, 244, CENTRO, ARACATUBA - SP, CEP 16010-390, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 10.000,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35215674021

DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 18/07/2019

JUCESP

GOV. DO ESTADO  
SÃO PAULO

documento  
assinado  
digitalmente

Ficha Cadastrol Completa emitida para APT REPRESENTAÇÕES E ASSESSORIA EM TELECOM S C LT :  
56101056000186. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal [www.jucesonline.sp.gov.br](http://www.jucesonline.sp.gov.br) sob o número de autenticidade 120359484, sexta-feira, 19 de julho de 2019 às 11:58:50.

Documento Certificado  
Profil



Autenticação

NIRE: 35215674021

Página 2 de 2

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadesignatura.com.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 30

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

**CERTIDÃO SIMPLIFICADA**

**CERTIFICAMOS** QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE [WWW.JUCESONLINE.SP.GOV.BR](http://WWW.JUCESONLINE.SP.GOV.BR), MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE 35215674021	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO 12/05/1999	INÍCIO DAS ATIVIDADES 01/05/1999	PRAZO DE DURAÇÃO			
NOME COMERCIAL SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA.				TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA (E.P.P.)			
C.N.P.J. 03.156.036/0001-57	ENDEREÇO R. MAL. DEODORO			NÚMERO 675	COMPLEMENTO A SOBRELOJA		
BAIRRO CENTRO	MUNICÍPIO ARACATUBA	UF SP	CEP 16010-301	MOEDA R\$	VALOR CAPITAL 15.000,00		

OBJETO SOCIAL
ATIVIDADES DE RÁDIO

SÓCIO E ADMINISTRADOR					
NOME ANDRE VINICIUS CARDOSO					
ENDEREÇO RUA PORANGABA			NÚMERO 878	COMPLEMENTO	
BAIRRO VILA INDUSTRIAL	MUNICÍPIO ARACATUBA		UF SP	CEP 16072-165	RG 325188750
CPF 218.779.438-51	CARGO SÓCIO E ADMINISTRADOR				QUANTIDADE COTAS 5.000,00

SÓCIO E ADMINISTRADOR					
NOME LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA					
ENDEREÇO RUA CUSSY DE ALMEIDA JUNIOR			NÚMERO 1291	COMPLEMENTO APTO 81	
BAIRRO HIGIENOPOLIS	MUNICÍPIO ARACATUBA		UF SP	CEP 16010-715	RG 440792794
CPF 322.941.688-01	CARGO SÓCIO E ADMINISTRADOR				QUANTIDADE COTAS 5.000,00

SÓCIO E ADMINISTRADOR					
NOME NIVALDO QUESSA					
ENDEREÇO RUA AGUAPEI			NÚMERO 3300	COMPLEMENTO C PARQ ARACAS	



Gratuito  
comercialização

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

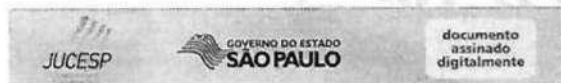
<https://anfoleg-autenticidadeassinatura.camara.sp.gov.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327d53abf> / pg. 47



BAIRRO JARDIM DO PRADO	MUNICÍPIO ARACATUBA	UF SP	CEP 16025-455	RG 4570765
CPF 311.842.438-91	CARGO SÓCIO E ADMINISTRADOR	QUANTIDADE COTAS 5.000,00		

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO		
DATA 26/06/2019	NÚMERO 258.477/19-2	
<p>ADMITIDO LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: BRANCA, CPF: 322.941.688-01, RG/RNE: 44079279-4 - SP, RESIDENTE À RUA CUSSY DE ALMEIDA JUNIOR, 1291, APTO 81, HIGIENOPOLIS, ARACATUBA - SP, CEP 16010-715, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.000,00.</p>		
<p>ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE NIVALDO QUESSA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: BRANCA, CPF: 311.842.438-91, RG/RNE: 4570765 - SP, RESIDENTE À RUA AGUAPEI, 3300, C PARQ ARACAS, JARDIM DO PRADO, ARACATUBA - SP, CEP 16025-455, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.000,00.</p>		
<p>ADMITIDO ANDRE VINICIUS CARDOSO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: BRANCA, CPF: 218.779.438-51, RG/RNE: 32518875-0 - SP, RESIDENTE À RUA PORANGABA, 878, VILA INDUSTRIAL, ARACATUBA - SP, CEP 16072-165, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.000,00.</p>		
<p>RETIRA-SE DA SOCIEDADE JOAO APARECIDO CARDOSO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 803.047.968-91, RG/RNE: 8411018 - SP, RESIDENTE À R. TABAJARAS, 244, CENTRO, ARACATUBA - SP, CEP 16010-390, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 10.000,00.</p>		
CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.		

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35215674021 DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 16/01/2020
---



Certidão Simplificada emitida para OTAVIO LUIS POMPEIA : 06015206888. Documento certificado por GISELA SIMIEMA CESCHIN, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br) sob o número de autenticidade 128658721, sexta-feira, 17 de janeiro de 2020 às 10:25:56.





## IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA

**Nome da Pessoa Jurídica:** SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA  
**CNPJ:** 03.156.036/0001-57 **CEP da sede:** 16010-301  
**Endereço da sede:** Rua Marechal Deodoro, 675-A, Sobreloja, Centro, Araçatuba-SP  
**E-mail de contato:** cult.am@terra.com.br

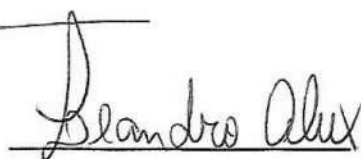
## DECLARAÇÕES

Eu, **NIVALDO QUESSA**, inscrito no CPF nº 311.842.438-91, **ANDRÉ VINÍCIUS CARDOSO**, CPF nº 218.779.438-51, e **LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA**, CPF nº 322.941.688-01, na qualidade de representante legal da Pessoa Jurídica acima qualificada, e com fundamento na alínea "c" do art. 38 da Lei nº 4.117/62 (alterada pela lei nº 13.424, de 28 de março de 2017), a fim de obter a **TRANSFERÊNCIA DIRETA** da permissão relativa à execução do no serviço sonora em frequência modulada, canal 294 - frequência 106,7 MHz, na localidade de Araçatuba, no estado de São Paulo, declara a seguir:

- a) A entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço, na localidade objeto da concessão ou permissão e que, caso venha a ser contemplada com a outorga, não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- b) Inexistência de parcela superior a trinta por cento do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente, ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos do § 1º do art. 5º da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011;
- c) Nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990 (lei da ficha limpa);

Araçatuba-SP, 16 de Dezembro de 2019.

  
Nilvaldo Qessa  
Sócio-Administrador

  
Leandro Henrique Alux Silva  
Sócio-Administrador

  
André Vinicius Cardoso  
Sócio-Administrador



**Balanco Patrimonial**

<b>ATIVO</b>	112.897,52
ATIVO	43.634,15
CIRCULANTE	42.811,90
DISPONÍVEL	37.267,56
CAIXA GERAL	37.267,56
CAIXA	5.544,34
BANCOS C/MOVIMENTO	6,41
BANCO SUDAMERIS BRASIL S/A.	5.537,93
BANCO BRADESCO S.A - CC-1819-8	822,25
REALIZÁVEL CURTO PRAZO	822,25
TRIBUTOS A RECUPERAR	267,44
IMPOSTOS A COMPENSAR-SIMPLES	437,46
IMPOSTOS A COMPENSAR	117,35
IMPOSTOS A COMPENSAR - INSS	69.263,37
PERMANENTE	68.968,47
IMOBILIZADO	68.968,47
ADMINISTRAÇÃO	13.186,06
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	621,82
FERRAMENTAS	49.183,69
VEICULOS	88,90
DISCOTECA	5.888,00
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	294,90
INTANGÍVEL	294,90
BENS INCORPÓREOS	294,90
MARCAS E PATENTES	
<b>PASSIVO</b>	112.897,52
PASSIVO	9.498,46
CIRCULANTE	9.498,46
EFETIVAS	7.569,22
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	4.398,14
SALÁRIOS	18,99
MENSALIDADE SINDICAL	1.019,28
FGTS	2.132,81
INSS A RECOLHER	1.929,24
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	1.929,24
SIMPLES A RECOLHER	103.399,06
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15.000,00
CAPITAL SOCIAL	0,00
INTEGRALIZADO	15.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO	88.399,06
RESERVAS	88.399,06
DE LUCROS	88.399,06
LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	

ARACATUBA, 31 de dezembro de 2019.

Reconhecemos a exatidão do presente Balanco Patrimonial, cujos valores do Ativo e Passivo mais Patrimônio Líquido importam em R\$ 112.897,52 (cento e doze mil, oitocentos e noventa e sete Reais e cinquenta e dois Centavos)



Empresa: SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA. EPP

CNPJ: 03.156.036/0001-57

Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

**Balanco Patrimonial**

SOCIO ADMINISTRADOR

NIVALDO QUESSA

CPF: 311.842.438-91

TECNICO EM CONTABILIDADE

AMARILDO MODENA

TC CRC: ISP142575/0-9



ESCRITORIO COMERCIAL DE CONTAB S/S LTD

RUA... 219 - ARACATUBA - SP - 16010-240 - Fone: (18) 3623-1337



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.gov.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 51

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



Empresa: SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA. EPP

CNPJ: 03.156.036/0001-57

Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

### Demonstração do Resultado do Exercício

Receitas Brutas	517.535,00 C
PRESTACAO DE SERVICOS	
Total:	517.535,00 C
(-) Deduções	42.380,01 D
SIMPLES NACIONAL	
Total:	42.380,01 D
= Receita Líquida	475.154,99 C
= Lucro Bruto	475.154,99 C
(-) Despesas Administrativas	10.432,88 D
FERIAS NORMAIS	32.288,35 D
VALE ALIMENTACAO	825,00 D
DIVERSAS DESPESAS	1.346,99 D
IMPRESSOS E MAT.P/ESCRITORIO	14.770,88 D
ENERGIA ELETRICA	7.084,90 D
TELEFONIA	1.125,60 D
TELEFONIA - TRANSMISSOR	96.033,92 D
SALARIOS	24.407,52 D
ENERGIA ELETRICA - TRANSMISSOR	308,01 D
PREMIOS DE SEGUROS	36.905,89 D
E C A D	8.696,06 D
13o. SALÁRIO	9.170,27 D
FGTS	926,70 D
SERVIÇOS TERCEIROS-PJ	30.938,00 D
PROLABORE	2.837,69 D
COMBUSTÍVEIS LUBRIFICANTES	1.532,96 D
A B E R T	1.629,83 D
LICENCIAMENTO DE VEICULOS	16.463,13 D
CONVENIO FARMACIA	411,62 D
PROVEDOR INTERNET	310,00 D
DESPESAS COM VEICULOS	476,81 D
ANATEL	225,00 D
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE IMOVEIS	1.480,00 D
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS	
Total:	300.628,01 D
(-) Despesas Financeiras	227,83 D
MULTAS DE MORA	2.529,03 D
DESPESAS BANCARIAS	
Total:	2.756,86 D
(+) Receitas Financeiras	0,24 D
JUROS PASSIVOS	
Total:	0,24 D
= Lucro Operacional	171.769,91 C
= Lucro Contábil Líquido antes da Contribuição Social	171.769,91 C
= Lucro Contábil Líquido antes do Imposto de Renda	171.769,91 C
= Lucro	171.769,91 C
= Lucro Líquido do Período	171.769,91 C

ARACATUBA, 31 de dezembro de 2019.

ESCRITORIO COMERCIAL DE CONTAB S/S LTD

AV. ... 219 - ARACATUBA - SP - 16010-240 - Fone: (18) 3623-1337



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-509327a59a36> / pg. 52

2435bba5-9015-42c1-8b93-509327a59a36




**Empresa:** SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA. EPP

**CNPJ:** 03.156.036/0001-57

**Período:** 01/01/2019 a 31/12/2019

**Demonstração do Resultado do Exercício**

  
SÓCIO ADMINISTRADOR  
NIVALDO QUESSA  
CPF: 311.842.438-91

  
TECNICO EM CONTABILIDADE  
AMARILDO MODENA  
TC CRC: 1SP142575/0-9

**ESCRITORIO COMERCIAL DE CONTAB S/S LTD**

R. TES, 219 - ARACATUBA - SP - 16010-240 - Fone: (18) 3623-1337



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.deg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5693227a53a3f> / pg. 53

2435bba5-9015-42c1-8b93-5693227a53a3f



Empresa: SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA. EPP

Página: 1

CNPJ: 03.156.036/0001-57

Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

### Demonstração dos Lucros/Prejuízos Acumulados

DESCRIÇÃO		VALOR
(+)	Saldo Inicial do Exercício <i>Lucro</i>	84.629,15
(+)	Ajustes Credores de Exercício Anteriores	0,00
(-)	Ajustes Devedores de Exercícios Anteriores	0,00
(+)	Correção Monetária do Saldo Inicial	0,00
(-)	Parcelas dos Lucros Acumulados Incorporados ao Capital	0,00
(+)	Reversões de Reservas	0,00
	Reservas de Contingência	0,00
	Reservas de Lucros a Realizar	0,00
(+)	Resultado Líquido do Exercício <i>Lucro</i>	171.769,91
(-)	Transferências para Reservas	0,00
(-)	Dividendos ou Lucros Distribuídos, Pagos ou Creditados	168.000,00
=	Lucro acumulado <i>Lucro</i>	88.399,06

ARACATUBA, 31 de dezembro de 2019.

  
SOCIO ADMINISTRADOR  
NIVALDO QUESSA  
CPF: 311.842.438-91

  
TECNICO EM CONTABILIDADE  
AMARILDO MODENA  
TC CRC: 1SP142575/0-9



IO COMERCIAL DE CONTAB S/S LTD

NTES, 219 - ARACATUBA - SP - 16010-240 - Fone: (11) 3623-1337

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.de.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 54

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS**

17/01/2020

Edited with the trial version of  
Foxit Advanced PDF Editor  
To remove this notice, visit:  
[www.foxit.com/shopping](http://www.foxit.com/shopping)  
**7664743**

**CERTIDÃO Nº: 9092666**

**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

**CERTIFICA E DÁ FÉ** que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 16/01/2020, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: \*\*\*\*\*

**SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA**, CNPJ: 03.156.036/0001-57, conforme indicação constante do pedido de certidão. \*\*\*\*\*

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 17 de janeiro de 2020.

**PEDIDO Nº:**

**7664743**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 55



2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

**PROJETO DE INVESTIMENTO QUE DEMONSTRE A ORIGEM DOS RECURSOS A SEREM APLICADOS NO EMPREENDIMENTO.**

**AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

**INVESTIMENTOS**

**TRATA-SE DE UMA EMISSORA JÁ INSTALADA COM TENDÊNCIA DE MELHORAS TÉCNICAS CONFORME SEGUE.**

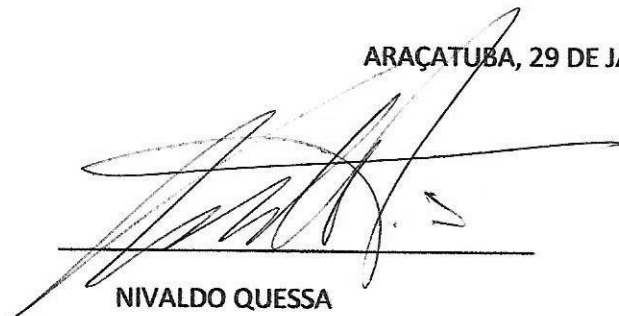
**ADQUIRIR OS EQUIPAMENTOS QUE DARÃO UM NOVO SUPORTE A ESTRUTURA JÁ EXISTENTE.**

- UM TRANSMISSOR DE 3.000 WATTS DE POTÊNCIA.
- 50 METROS DE CABOS 7/8 COAXIAL.
- UMA ANTENA DE POLO VERTICAL DE 2 ELEMENTOS.
- MÃO DE OBRA E PROJETOS DE TÉCNICOS ESPECIALIZADOS.

**RECURSOS:**

**OS RECURSOS PARA DESENVOLVER O PROJETO ACIMA SERÁ EFETUADO COM RECURSOS PRÓPRIOS DOS SÓCIOS COTISTAS.**

**ARAÇATUBA, 29 DE JANEIRO DE 2020**



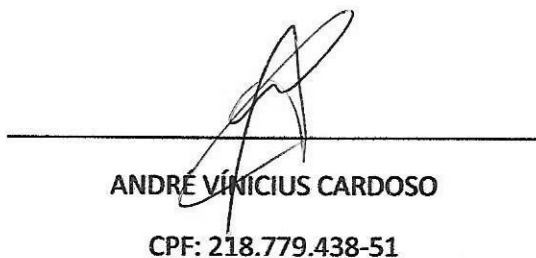
**NIVALDO QUESSA**

**CPF: 311.842.438-91**



**LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA**

**CPF: 322.941.688-01**



**ANDRÉ VINÍCIUS CARDOSO**

**CPF: 218.779.438-51**





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>03.156.036/0001-57</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>12/05/1999</b>
NOME EMPRESARIAL <b>SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO</b>		PORTE <b>ME</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>		
LOGRADOURO <b>R MARECHAL DEODORO</b>	NÚMERO <b>675 -</b>	COMPLEMENTO <b>A - SOBRE LOJA</b>
CEP <b>16.010-301</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>ARACATUBA</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>ammodena@hotmail.com</b>		UF <b>SP</b>
TELEFONE <b>(18) 3623-1337</b>		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>12/05/1999</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **17/01/2020** às **10:21:32** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadesignatura.camara.deg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 57

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

## Consulta Pública ao Cadastro ICMS

## Cadastro de Contribuintes de ICMS - Cadesp



Código de controle da consulta: 48091534-ab8a-4f0f-bb44-37390911bbbb

Estabelecimento	
<b>IE:</b> 177.281.956.119	
<b>CNPJ:</b> 03.156.036/0001-57	
<b>Nome Empresarial:</b> SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA	
<b>Nome Fantasia:</b> SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO	
<b>Natureza Jurídica:</b> Sociedade Empresária Limitada	
Endereço	
<b>Logradouro:</b> RUA MARECHAL DEODORO	
<b>Nº:</b> 675 -	<b>Complemento:</b> A - SOBRE LOJA
<b>CEP:</b> 16.010-301	<b>Bairro:</b> CENTRO
<b>Município:</b> ARACATUBA	<b>UF:</b> SP
Informações Complementares	
<b>Situação Cadastral:</b> Ativo	<b>Data da Situação Cadastral:</b> 02/03/2009
<b>Ocorrência Fiscal:</b> Ativa	<b>Posto Fiscal:</b> PF-10 - ARAÇATUBA
<b>Regime de Apuração:</b> SIMPLES NACIONAL	
<b>Atividade Econômica:</b> Atividades de rádio	
Informações NF-e	
<b>Data de Credenciamento como emissor de NF-e:</b> 02/12/2010	
<b>Indicador de Obrigatoriedade de NF-e:</b> Obrigatoriedade Total	
<b>Data de Início da Obrigatoriedade de NF-e:</b> 01/12/2010	

Voltar

Observação: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelos próprios contribuintes cadastrados. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com eles ajustadas.

Versão: 3.80.0

Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadesignatura.camara.de.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 58

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

## Ficha de conformidade do mobiliário

Data: 17/01/2020  
Hora: 10:37:23  
Página: 1 / 4

Código do ISSQN: 44237	Situação: ATIVO	Contribuinte	INSCRIÇÃO MUNICIPAL:
Data de Cadastro: 01/06/1999	Situação Padrão ABRASF:	Permite Emissão Nota Avulsa: Não	
Estabelecido: Sim	Receita Bruta:	Deduzir no Encerramento: Não	
		Permite Alíquota Zerada: Não	

### Contador/Escritório

Contador:

CRC:

Escritório:

### Identificação

Contribuinte: 171248 - SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA-EPP	CPF / CNPJ: 03156036000157	RG / IE: 177281956119
Nome Fantasia: SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO AM	Natureza: JURÍDICA	
Inscrição do Imóvel: 17603 - RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA	Número: 675	
Optante: Simples Nacional		

### Residência

Tipo de Endereço: Empresa

Logradouro: 1093 - RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA

CEP: 16010301

Andar:

Sala:

Distrito:

Bairro: 133 - CENTRO

País: 30 - BRASIL

Número: 00675

Bloco:

Apto.:

Conjunto:

Complemento: 675-A SOBRE LOJA

Município: 8907 - ARAÇATUBA

### Correspondência

Tipo de Endereço: Empresa

Logradouro: 1093 - RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA

CEP: 16010301

Andar:

Sala:

Distrito:

Bairro: 133 - CENTRO

País: 30 - BRASIL

Tipo do Endereço: Completo

Número: 00675

Bloco:

Apto.:

Conjunto:

Complemento: 675-A

Município: 8907 - ARAÇATUBA

Usuário: SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA-EPP

Emitida às 10:37:23 de dia 17/01/2020  
2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f





PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA  
Ficha de conformidade do mobiliário

Data: 17/01/2020  
Hora: 10:37:23  
Página: 2 / 4

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.deg.br/2435bb35-9015-42c1-8b93-509327a53a36 / pg. 60

Atividades/Classificação				
Classificação: 3 - ISS VARIÁVEL				
Atividades Econômicas				
Princ.	Data Inicial	Data Final	Forma de Lançamento	Valor Aliquota
Sim	08/06/2006	25/06/2012	3 - ISSQN - Retido na Fonte	0,00 0,00
Sim	26/06/2012	/ /	3 - ISSQN - Retido na Fonte	0,00 0,00
Não	01/06/1999	25/06/2012	2 - ISSQN - Variável	0,00 2,00
Não	26/06/2012	/ /	2 - ISSQN - Variável	0,00 2,00
Natureza Jurídica:				
Opção: 0 -				
Comunicação				
Número	Tipo	Nome	Vínculo	Comunicação
Dados Gerais				
Abertura	Data: 01/06/1999	Nº Proc.: 009781-9	Data Proc.: 01/06/1999	
Alteração	Data: / /	Nº Proc.:	Data Proc.: / /	
Encerramento	Data: / /	Nº Proc.:	Data Proc.: / /	
Suspensão	Data: / /	Ano e Mês Homolog.:		
Baixa	Data: / /	Nº Proc.:	Data Proc.: / /	
Alvará	Data: / /	Nº Proc.:	Data Vigência: / /	
Outros	Data: / /	Nº Proc.:		
Capital Social: 15000.00				



Edited with the trial version of  
Foxit Advanced PDF Editor  
To remove this notice, visit:  
[www.foxitsoftware.com/shopping](http://www.foxitsoftware.com/shopping)

Usuário: SISTEMA-CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA-LTDA-EPP  
Emitida às 20:09:23 do dia 17 de 01 de 2020  
2435bb35-9015-42c1-8b93-509327a53a31





Data: 17/01/2020  
Hora: 10:37:23  
Página: 3 / 4

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

### Ficha de conformidade do mobiliário

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/2435bb35-9015-42c1-8b93-509327a53a36 / pg. 61

#### Características

##### Características - Características do Econômico

Caracter.	Opção	Data Ini.	Data Fin.	Quantidade	Aliquota	Tipo
REGIÕES	ZONA 01	01/01/2004	/ /	0.00	0.00	Não possui Val

##### Características - Isenções / Deduções

Tipo Isen.	Data Inicio	Data Fim	Lei	Taxa	Tributo	Requerente
Isento de Impo	01/06/1999	/ /	IMUNIDADE ESTA	ISSQN Variavel	ISSQN - Variav	

##### Características - Sócios

NENHUM REGISTRO ENCONTRADO!

##### Documentos - Livro Fiscal

NENHUM REGISTRO ENCONTRADO!

##### Documentos - AIDE

Nº Documento	Data	Nº Ini.	Solic.	Nº Fin.	Solic.	Nº Ini.	Aut.	Nº Fin.	Aut.	Série	Gráfica	Validade	Situação
44237-1	26/03/2007	3001		4000		3001		4000		Série F	GRÁFICA ARAÇATUBEN	/ /	AUTORIZADA
44237-2	13/11/2009	4001		6000		4001		6000		Série F	INDUSTRIA GRAFICA	/ /	AUTORIZADA
44237-3	01/10/2012	1		500		1		500		Nota Fiscal El	PREFEITURA MUNICIP	/ /	AUTORIZADA
44237-4	02/04/2014	501		1000		501		1000		Nota Fiscal El	PREFEITURA MUNICIP	/ /	AUTORIZADA
44237-5	05/01/2016	1001		1500		1001		1500		Nota Fiscal El	PREFEITURA MUNICIP	/ /	AUTORIZADA
44237-6	04/08/2017	1501		2000		1501		2000		Nota Fiscal El	PREFEITURA MUNICIP	/ /	AUTORIZADA
44237-7	06/03/2019	2001		2500		2001		2500		Nota Fiscal El	PREFEITURA MUNICIP	/ /	AUTORIZADA
44237-8	06/08/2019	2501		3000		2501		3000		Nota Fiscal El	PREFEITURA MUNICIP	/ /	AUTORIZADA
44237-9	04/12/2019	3001		3500		3001		3500		Nota Fiscal El	PREFEITURA MUNICIP	/ /	AUTORIZADA

##### Documentos - Documentos Emitidos

NENHUM REGISTRO ENCONTRADO!

##### Documentos - Alvará

NENHUM REGISTRO ENCONTRADO!

##### Documentos - Táxis

NENHUM REGISTRO ENCONTRADO!

##### Documentos - Feiras

NENHUM REGISTRO ENCONTRADO!

##### Documentos - Anúncios

NENHUM REGISTRO ENCONTRADO!



Edited with the trial version of  
Foxit Advanced PDF Editor  
To remove this notice, visit:  
[www.foxitsoftware.com/shopping](http://www.foxitsoftware.com/shopping)

Usuário: 351569-00194 DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA 17/01/2020  
Emitida às 10:37:23 do dia 17/01/2020



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

## Ficha de conformidade do mobiliário

Data: 17/01/2020  
Hora: 10:37:23  
Página: 4 / 4

Matriz

Sede no Município: Sim

Nome da Matriz: 0 -

Logradouro:

Complemento:

Contato:

CNPJ:

Número:

Bairro:

Simplex Nacional/MEI

Data de Cadastro: 20/08/2007 Situação: Ativo

### Inscrição do Mobiliário

Seq.	Dt. Solicitação	Situação	Dt. de Efeito da Opção	Dt. de Deferimento/Inferimento	Situação da Inscrição Municipal
2	17/04/2008	Deferido	/ /	/ /	Não Confirmado
1	20/08/2007	Pendente	/ /	/ /	Não Confirmado

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.de.br/2435bb25-9015-42c1-8b93-509327a53a3f

Petição (5093571)

CEP: 1250-00489 / 2020-80 / pg. 62



Edited with the trial version of  
Foxit Advanced PDF Editor

To remove this notice, visit:  
[www.foxitsoftware.com/shopping](http://www.foxitsoftware.com/shopping)

Usuário: SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA-EPP

Emissão: 20/01/2020 10:37:23  
Assinatura: 2435bb25-9015-42c1-8b93-509327a53a3f



Voltar

Imprimir



## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 03.156.036/0001-57

**Razão Social:** SISTEMA CULTURA DE COMUN ATA LTDA EPP

**Endereço:** RUA MARECHAL DEODORO 675 A - SBLJ / CENTRO / ARACATUBA /  
SP / 16010-301

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 15/01/2020 a 13/02/2020

**Certificação Número:** 2020011503274875497117

Informação obtida em 17/01/2020 10:40:04

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadesignatura.camara.gov.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 63

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



## Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo



Edited with the trial version of  
Foxit Advanced PDF Editor  
To remove this notice, visit:  
[www.foxitsoftware.com/shopping](http://www.foxitsoftware.com/shopping)

### Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ / IE: 03.156.036/0001-57

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 20010097585-07  
Data e hora da emissão 17/01/2020 10:46:34  
Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio  
[www.pfe.fazenda.sp.gov.br](http://www.pfe.fazenda.sp.gov.br)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 64



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA**  
**CNPJ: 03.156.036/0001-57**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:14:25 do dia 30/08/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 26/02/2020.

Código de controle da certidão: **F2BA.C40E.F758.4C5A**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 65

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Finanças  
Departamento de Rendas Municipal



Edited with the trial version of  
Foxit Advanced PDF Editor  
To remove this notice, visit:  
[www.foxitsoftware.com/shopping](http://www.foxitsoftware.com/shopping)

### Certidão Negativa de Tributos Municipais

Certidão número : 2656-9379-1644  
Contribuinte : SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA-EPP  
CNPJ / CPF : 03.156.036/0001-57  
Inscrição : 171248  
Endereço : RUA: MARECHAL DEODORO DA FONSECA, 675 Compl.: 675-A SOBRE LOJA.  
Bairro : CENTRO, CEP: 16010-301.  
Emitida em : 17/01/2020 às 11:22:20  
Válida até : 16/02/2020

Ressalvando o direito que cabe a Fazenda Pública Municipal de exigir na forma da Legislação vigente, os Tributos ou quaisquer outros emolumentos que por ventura venham a ser apurados;

Certifica que em relação ao contribuinte acima descrito nada deve até a emissão desta, em relação aos Tributos Municipais, inclusive Imobiliários e Mobiliários, administrados pela Secretaria da Fazenda Municipal.

As informações desta estão contidas em nosso Cadastro.

Certidão expedida via Internet

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal de Finanças (<http://201.49.72.130:8083/issonline/servlet/haautenticadocumento>).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidad-e-assinatura-camara-deg-br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 66

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 03.156.036/0001-57

Certidão nº: 1478385/2020

Expedição: 17/01/2020, às 10:54:55

Validade: 14/07/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.156.036/0001-57**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: [cndt.tst.jus.br](http://cndt.tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 67

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidad-e-assinatura/camara-deg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 68

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

8850-0

PROIBIDO PLASTIFICAR

ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

MAIOR DE 65 ANOS





B662-093760

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

4.570.765-0 08/FEV/2013

NIVALDO QUESADA

JOÃO QUESADA

E SEBASTIANA DE SOUSA QUESADA

ARAÇATUBA -SP 02/OUT/1946

ARAÇATUBA-SP  
ARAÇATUBA  
CN:LV.A46 /FLS.461 /N.034457  
311842438/91

216 Delegado Divisório  
Roberto Quesada de Faria IRGD.551SP

LEI Nº 7.116 DE 29/03/03





2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

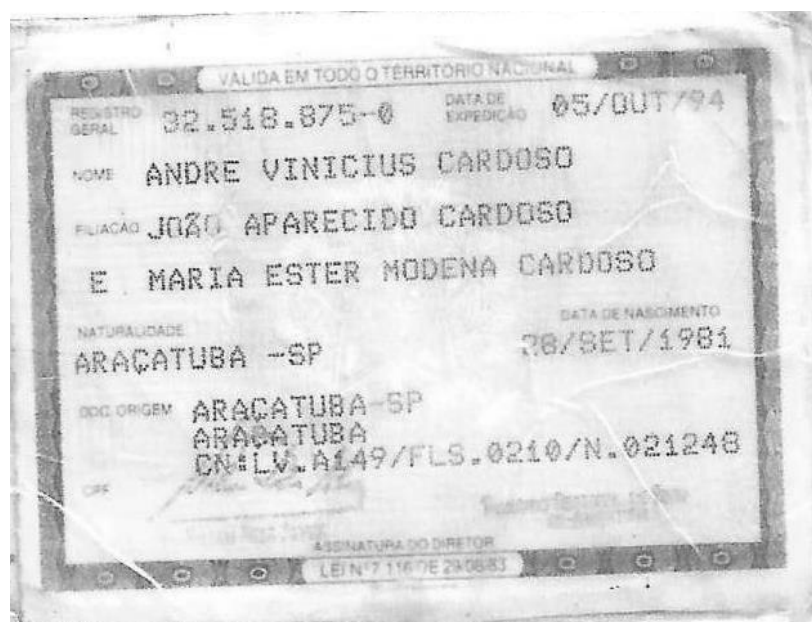


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidad-e-assinatura/camara-deg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f / pg. 69

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		8950-0	
ESTADO DE SÃO PAULO			
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA			
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO - INIC - SÃO PAULO			
			
POLEGAR DIREITO			
6C2F3368			
LEANDRO ALUX			
ASSINA - SEM DATA E LUGAR			
CARTEIRA DE IDENTIDADE			
NÃO PLASTIFICAR			
CITY			
VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL			
REGISTRO CIVIL 44.079.279-4 2 via 29/03/2019		DATA DE EMISSÃO 28/07/1985	
LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA			
LEONIDAS SILVA			
JAMILE ALUX SILVA			
ARACATUBA - SP			
ARACATUBA SP ARACATUBA CN:LV.M.71/FLS.152 /Nº34331			
322941688/01			
Assinado digitalmente Delegado de Polícia - Delegado RIBOLDI S&P			
ASSINATURA DO DIRETOR			
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83			

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 70

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>43.744.713/0001-72</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>22/08/1966</b>
NOME EMPRESARIAL <b>RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE <b>ME</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>		
LOGRADOURO <b>R OSVALDO CRUZ</b>	NÚMERO <b>67</b>	COMPLEMENTO <b>TERREO</b>
CEP <b>16.010-040</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>ARACATUBA</b>
UF <b>SP</b>		
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>FINANCEIRO@RADIOCULTURA.COM.BR</b>		TELEFONE <b>(18) 3623-8726</b>
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>12/03/2004</b>
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **05/02/2020** às **08:14:02** (data e hora de Brasília).      Página: **1/1**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

## Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

<b>CNPJ:</b>	43.744.713/0001-72
<b>NOME EMPRESARIAL:</b>	RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA
<b>CAPITAL SOCIAL:</b>	R\$100.000,00 (Cem mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

<b>Nome/Nome Empresarial:</b>	GLADYS MAY FARES DE CAMPOS
<b>Qualificação:</b>	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **05/02/2020** às **08:14** (data e hora de Brasília).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>03.156.036/0001-57</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>12/05/1999</b>
NOME EMPRESARIAL <b>SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO</b>		PORTE <b>ME</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>		
LOGRADOURO <b>R MARECHAL DEODORO</b>	NÚMERO <b>675 -</b>	COMPLEMENTO <b>A - SOBRE LOJA</b>
CEP <b>16.010-301</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>ARACATUBA</b>
UF <b>SP</b>		
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>ammodena@hotmail.com</b>	TELEFONE <b>(18) 3623-1337</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>12/05/1999</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **05/02/2020** às **08:18:32** (data e hora de Brasília).      Página: **1/1**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

## Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

**CNPJ:** 03.156.036/0001-57  
**NOME EMPRESARIAL:** SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA  
**CAPITAL SOCIAL:** R\$15.000,00 (Quinze mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

**Nome/Nome Empresarial:** NIVALDO QUESSA  
**Qualificação:** 49-Sócio-Administrador

**Nome/Nome Empresarial:** ANDRE VINICIUS CARDOSO  
**Qualificação:** 49-Sócio-Administrador

**Nome/Nome Empresarial:** LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA  
**Qualificação:** 49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 05/02/2020 às 08:18 (data e hora de Brasília).

 VOLTAR

 IMPRIMIR

[Passo a passo para o CNPJ](#)

[Consultas CNPJ](#)

[Estatísticas](#)

[Parceiros](#)

[Serviços CNPJ](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 43.744.713/0001-72

RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
GLADYS MAY FARES DE CAMPOS	958.660.008-49	RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Araçatuba
		RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Araçatuba
		RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Araçatuba
		RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Araçatuba
MARTHA FARES DE CAMPOS	095.465.748-99	RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Araçatuba
		RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Araçatuba
		RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Araçatuba
		RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Araçatuba
NICOLAU FARES DE CAMPOS	023.618.978-65	RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Araçatuba
		RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Araçatuba
		RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Araçatuba
		RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Araçatuba





BOM DIA  
Maribel Alves Fierro Sevilla

Sistemas  
Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

**Tipo de Consulta:** CNPJ

**CNPJ:** 43.744.713/0001-72

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: Anatel\maribel.mctic - Maribel Alves Fierro Sevilla

Data: 05/02/2020

Hora: 08:15:34



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 958.660.008-49

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
GLADYS MAY FARES DE CAMPOS	958.660.008-49	RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Araçatuba
		RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Araçatuba
		RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Araçatuba
		RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Araçatuba

Usuário: Anatel\maribel.mctic - Maribel Alves Fierro Sevilla

Data: 05/02/2020

Hora: 08:16:18



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 095.465.748-99

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARTHA FARES DE CAMPOS	095.465.748-99	RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Araçatuba
		RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Araçatuba
		RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Araçatuba
		RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Araçatuba

Usuário: Anatel\maribel.mctic - Maribel Alves Fierro Sevilla

Data: 05/02/2020

Hora: 08:16:31



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 023.618.978-65

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
NICOLAU FARES DE CAMPOS	023.618.978-65	RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Araçatuba
		RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Araçatuba
		RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Araçatuba
		RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Araçatuba

Usuário: Anatel\maribel.mctic - Maribel Alves Fierro Sevilla

Data: 05/02/2020

Hora: 08:16:41



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



BOM DIA  
Maribel Alves Fierro Sevilla

Sistemas  
Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

**Tipo de Consulta:** CNPJ

**CNPJ:** 03.156.036/0001-57

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: Anatel\maribel.mctic - Maribel Alves Fierro Sevilla

Data: 05/02/2020

Hora: 08:19:44



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: Nome Sócio/Diretor

Nome Sócio/Diretor: NIVALDO QUESSA

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
NIVALDO QUESSA	311.842.438-91	RADIO IGUATEMI FREQUENCIA MODULADA STEREO LTDA	50.414.044/0001-36	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	FM	--	SP	Bebedouro
		RADIO IGUATEMI FREQUENCIA MODULADA STEREO LTDA	50.414.044/0001-36	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Bebedouro

Usuário: Anatel\maribel.mctic - Maribel Alves Fierro Sevilla

Data: 05/02/2020

Hora: 08:20:44



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



BOM DIA  
Maribel Alves Fierro Sevilla

Sistemas  
Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

**Tipo de Consulta:** Nome Sócio/Diretor

**Nome Sócio/Diretor:** andre vinicius cardoso

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: Anatel\maribel.mctic - Maribel Alves Fierro Sevilla

Data: 05/02/2020

Hora: 08:22:03



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



BOM DIA  
Maribel Alves Fierro Sevilla

Sistemas  
Interativos

 Menu Principal ▼

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

**Tipo de Consulta:** Nome Sócio/Diretor

**Nome Sócio/Diretor:** LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA

.  
Não foi encontrado dados com essa informação

**Usuário:** Anatel\maribel.mctic - Maribel Alves Fierro Sevilla

**Data:** 05/02/2020

**Hora:** 08:23:17



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA**  
**CNPJ: 43.744.713/0001-72**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 07:51:49 do dia 20/01/2020 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 18/07/2020.  
Código de controle da certidão: **0DA0.A075.0AAA.A282**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



## Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

### Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ / IE: 43.744.713/0001-72

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 20020025333-49

Data e hora da emissão 05/02/2020 08:42:32

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **[www.pfe.fazenda.sp.gov.br](http://www.pfe.fazenda.sp.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Finanças  
Departamento de Rendas Municipal

### Certidão Negativa de Tributos Municipais

Certidão número : 7288-8286-0203  
Contribuinte : RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA  
CNPJ / CPF : 43.744.713/0001-72  
Inscrição : 88176  
Endereço : RUA: OSVALDO CRUZ, 67 Compl.: TERREO.  
Bairro : CENTRO, CEP: 16010-040.  
Emitida em : 05/02/2020 às 08:36:21  
Válida até : 06/03/2020

Ressalvando o direito que cabe a Fazenda Pública Municipal de exigir na forma da Legislação vigente, os Tributos ou quaisquer outros emolumentos que por ventura venham a ser apurados;

**Certifica que em relação ao contribuinte acima descrito nada deve até a emissão desta, em relação aos Tributos Municipais, inclusive Imobiliários e Mobiliários, administrados pela Secretaria da Fazenda Municipal.**

As informações desta estão contidas em nosso Cadastro.

Certidão expedida via Internet

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal de Finanças (<http://201.49.72.130:8083/issonline/servlet/haautenticadocumento>).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** **RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA - ME**

**CNPJ:** **43.744.713/0001-72**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 08:43:46 do dia 05/02/2020 (hora e data de Brasília).

Válida até 06/03/2020.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



# Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 43.744.713/0001-72

**Razão Social:** RADIO CULTURA ARAÇATUBA LTDA

**Endereço:** RUA OSVALDO CRUZ 67 TERREO / CENTRO / ARACATUBA / SP / 16010-040

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 31/01/2020 a 29/02/2020

**Certificado Número:** 2020013102411163320117

Informação obtida em 05/02/2020 08:45:08

Visualizar

Voltar

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 43.744.713/0001-72

Certidão nº: 3366665/2020

Expedição: 05/02/2020, às 08:47:23

Validade: 02/08/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **43.744.713/0001-72**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA**  
**CNPJ: 03.156.036/0001-57**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 18:59:57 do dia 20/01/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 18/07/2020.

Código de controle da certidão: **4A82.CA1C.BD7E.4BBB**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



## Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

### Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ / IE: 03.156.036/0001-57

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 20020025310-52

Data e hora da emissão 05/02/2020 08:39:51

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no site **[www.pfe.fazenda.sp.gov.br](http://www.pfe.fazenda.sp.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Finanças  
Departamento de Rendas Municipal

### Certidão Negativa de Tributos Municipais

Certidão número : 2035-9010-7833  
Contribuinte : SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA-EPP  
CNPJ / CPF : 03.156.036/0001-57  
Inscrição : 171248  
Endereço : RUA: MARECHAL DEODORO DA FONSECA, 675 Compl.: 675-A SOBRE LOJA.  
Bairro : CENTRO, CEP: 16010-301.  
Emitida em : 05/02/2020 às 08:38:51  
Válida até : 06/03/2020

Ressalvando o direito que cabe a Fazenda Pública Municipal de exigir na forma da Legislação vigente, os Tributos ou quaisquer outros emolumentos que por ventura venham a ser apurados;

**Certifica que em relação ao contribuinte acima descrito nada deve até a emissão desta, em relação aos Tributos Municipais, inclusive Imobiliários e Mobiliários, administrados pela Secretaria da Fazenda Municipal.**

As informações desta estão contidas em nosso Cadastro.

Certidão expedida via Internet

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal de Finanças (<http://201.49.72.130:8083/issonline/servlet/haautenticadocumento>).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



**CNPJ:**

**03.156.036/0001-57**

**Entidade não cadastrada nesta agência.**

Emitida às 08:44:16 do dia 05/02/2020 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



# Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 03.156.036/0001-57

**Razão Social:** SISTEMA CULTURA DE COMUN ATA LTDA EPP

**Endereço:** RUA MARECHAL DEODORO 675 A - SBLJ / CENTRO / ARACATUBA / SP / 16010-301

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 03/02/2020 a 03/03/2020

**Certificado Número:** 2020020301285824368944

Informação obtida em 05/02/2020 08:45:43

Visualizar

Voltar

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 03.156.036/0001-57

Certidão nº: 3366516/2020

Expedição: 05/02/2020, às 08:46:37

Validade: 02/08/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.156.036/0001-57**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações Societárias

**NOTA TÉCNICA Nº 2393/2020/SEI-MCTIC**

**Processo nº** 01250.037368/2019-62

**Assunto: SOBRESTAMENTO.** Transferência Direta. Processo de renovação de outorga em fase de instrução.

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se da análise do processo administrativo, por meio do qual a Rádio Cultura de Araçatuba Ltda., CNPJ 43.744713/0001-72 (cedente), executante do serviço de radiodifusão sonora de frequência modulada, canal 238, conforme petição (evento sei nº 4452174, 4934538), no município de Araçatuba, estado de São Paulo, requer autorização deste Ministério para efetuar a transferência direta da outorga à Sistema Cultura de Comunicação Araçatuba Ltda., CNPJ 03.156.036/0001-57 (cessionária).

**ANÁLISE**

2. A transferência da outorga é operação amparada pela Lei nº 4.117 de 1962 (recentemente alterada pela Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017), especificamente em sua alínea "c" do art. 38, a qual preceitua que *"a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo"*.

3. O pedido de transferência da permissão deverá seguir o rito estabelecido no Regulamento de Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795 de 1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138 de 22 de agosto de 2017), o qual, além de ditar o procedimento, predispõe os requisitos a serem atendidos pelas pessoas jurídicas envolvidas na operação, bem como o rol de documentos hábeis para comprová-los, condição para a autorização da transmissão da delegação.

4. De acordo com a nova redação dada pela Lei nº 9.138/2017, se a outorga corresponder à execução de serviço de radiodifusão sonora, a transferência será autorizada pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, por meio de portaria; se corresponder a serviço de radiodifusão de sons e imagens, caberá ao Presidente da República autorizar a transferência da outorga, por intermédio de Decreto Presidencial, precedido de instrução processual por esta Pasta, é a inteligência do art. 90, incisos I e II do RSR.

5. Relatadas as informações preliminares acerca da operação, passa-se à análise do pedido.

6. Inicialmente, cumpre consignar que o pedido de transferência da outorga encontra-se devidamente firmado, em conjunto, por todos os sócios e dirigentes, tanto da Cedente quanto da Cessionária (evento nº 4452174):

a) Rádio Cultura de Araçatuba Ltda., CNPJ 43.744713/0001-72(cedente), representada pela Sra. Gladys May Fares de Campos (evento SEI nº 4452174, p.1-4);

a) Sistema Cultura de Comunicação Araçatuba Ltda., CNPJ 03.156.036/0001-57 (cessionária) representada pelo Sr. Nivaldo Quessa (evento SEI nº 4452174, p.1-4).

7. A permissão foi outorgada à Entidade, por intermédio da Portaria Nº 1.223, de 29/10/1976, DOU de 05/11/1976, devidamente aprovada pelo Congresso Nacional nos termos do Decreto Legislativo n.º 200, de 26/10/2000, publicado no D.O.U. de 27/10/2000 (evento SEI n.º 4934538, p. 2-6). Registra-se que a última renovação da referida permissão se deu por meio da Portaria Nº 92, de 13/03/1998, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 27/04/1998, referente ao período de 05/11/1996 a 05/11/2016.

8. Com efeito, a permissão se encontra vencida desde 05/11/2016. Contudo, se encontra em trâmite nesta Pasta o processo 53900.043600/2016-51, relativo ao pedido de renovação de outorga para o período de de 05/11/2006 a 05/11/2016 e de 05/11/2016 a 05/11/2026 (1902354), estando o referido processo sob análise da Secretaria de Radiodifusão, com vistas à instrução processual.

9. Importa consignar que, em que pese a permissão para execução de serviços de radiodifusão sonora se encontrar vencido, a existência de processo administrativo em trâmite para a renovação, autoriza a manutenção da concessionária em caráter precário.

9.1. A execução do serviço público em voga está sendo mantido pela Concessionária em caráter precário, é

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>



2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

relevante consignar que, com a recente alteração legislativa, materializada pela Lei nº 13.424, de 27 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União, de 28 de março de 2017, a realização da transferência da outorga passou a deter condições de procedibilidade ainda que a mesma estiver sendo mantida em caráter precário, em virtude de seu vencimento. No entanto, a operação está condicionada à regular instrução do processo de renovação de outorga. É a inteligência do parágrafo único do art. 2º da suso mencionada norma:

[...]

Art. 4º O funcionamento do serviço de radiodifusão em caráter precário não obsta as transferências de concessão ou permissão, desde que preenchidos os requisitos legais e regulamentares.

Parágrafo único. A anuência para a transferência de concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra, no curso do funcionamento do serviço em caráter precário, poderá ser deferida desde que já concluída a instrução do processo de renovação da concessão ou permissão no âmbito do órgão competente do Poder Executivo, devendo ser advertida desta condição a entidade para a qual a outorga será transferida.

9.2. Consultado os autos do processo renovatório - mencionado no item 8 - constata-se que o referido processo encontra-se em fase de instrução processual, o que obsta o deferimento do pedido de transferência da permissão, objeto destes autos.

10. Pertinente ao lapso temporal do exigido pelo art. 91 do Decreto nº 52.795/63, consigne-se que, mediante consulta à Pasta Cadastral da Entidade, foi verificado que a primeira licença para funcionamento de estação de radiodifusão sonora em onda média foi expedida em 31/03/1989 (evento SEI nº 4934538), portanto, a estação foi licenciada há mais de 5 (cinco) anos.

11. Mostra-se relevante rememorar que, em se tratando de transferência de outorga, necessário também levantar informações acerca da existência de pena de cassação da outorga que se pretende transferir, conforme recomendado pela Conjur, nos termos do Parecer n.º 798/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU. Em atendimento tal recomendação, foi enviado e-mail à Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas - CGFI para manifestação (evento SEI nº 4934625), certificando a inexistência de Processos de Apuração de Infração - PAIs instaurados para apurar eventuais irregularidades praticadas pela Rádio Cultura de Araçatuba Ltda., CNPJ 43.744713/0001-72, que tenham resultado ou venham a resultar na aplicação da penalidade de cassação. Aguarda-se a manifestação da CGFI.

12. No que pertine à documentação estabelecida pela legislação de radiodifusão, foi procedida à análise dos documentos apresentados pelas pessoas jurídicas envolvidas (Cedente e Cessionária), tendo sido observado a completa instrução do pedido, conforme atesta o "Lista de Verificação de Documentos - Checklist SEASO" (evento SEI nº 5100410).

13. Os documentos exigidos pela legislação tem a finalidade de demonstrar a regularidade das empresas sob os aspectos ligados à (i) habilitação jurídica; (ii) qualificação econômico-financeira; (iii) regularidade fiscal; e (iv) nacionalidade e demais exigências impostas aos sócios e dirigentes.

14. **Relativamente à Cedente**, Rádio Cultura de Araçatuba Ltda., CNPJ 43.744713/0001-72, de acordo com o que se verifica da Lista de Verificação de Documentos, foram apresentados todos os documentos relativos à regularidade fiscal da empresa, consoante as exigências constantes do item II do art. 93 do RSR, alíneas "a", "b", "c", "d" e "e". Da análise desses documentos se pode inferir que as certidões acostadas à p. 1-6, do evento sei nº 5104120, demonstram a regularidade da situação da empresa perante os fiscos Federal, Estadual e Municipal; do FISTEL, FGTS, inexistências de pendências junto à Justiça do Trabalho e da p. 1, evento sei nº 5103979, a ausência de irregularidades perante o cadastro nacional de pessoas jurídicas demonstrando o atendimento às condições impostas para este tipo de operação.

15. **Relativamente à Cessionária**, Sistema Cultura de Comunicação Araçatuba Ltda., CNPJ 03.156.036/0001-57, registra-se que todos os documentos necessários, de acordo com o exigido no item III do art. 93 do RSR, alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i" e "j" foram apresentados, é o que se observa da mesma lista, senão vejamos:

15.1. Quanto aos documentos que comprovam a *habilitação jurídica* da empresa, foi acostada o Ato Constitutivo da sociedade, (evento nº 5100352, p. 36-40), tendo-se por objetivo social, conforme cláusula II, "... a execução de serviços de radiodifusão sonora, de quaisquer modalidades, em qualquer localidades do país, desde que para tanto, o Governo Federal lhe outorgue permissões, e ou, concessões.", assim como o documento da 1ª Alteração Contratual, evento nº 5100352, p. 41-47 e a certidão do registro do órgão competente pelo arquivamento dos atos (evento nº 5100352, p. 48-49). Foram juntadas as declarações exigidas pela legislação para este tipo de operação a) de que a pessoa jurídica não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço de radiodifusão em desrespeito aos limites estabelecidos pelo Decreto - Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, b) de que nenhum dos sócios e dirigentes da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos na Lei da Ficha Limpa (evento nº 5100352, p. 50). Por fim, foi acostada certidão expedida pela Junta Comercial competente, 5100352, p. 48-49, indicando as composições societária e diretiva da sociedade.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>



2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

15.2. Pertinente à *qualificação econômico-financeira* da empresa, foi acostado balanço patrimonial (evento nº 5100352, p. 51-55), firmado em conjunto pelo representante legal da Entidade e por profissional habilitado, em atendimento ao disposto na alínea "d" do inciso III do art. 93 do RSR. Ademais, conforme o que atesta a certidão apresentada à p. 56, evento SEI nº 5100352, expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, observa-se a inexistência de ações de falência ou até mesmo processos de recuperação judicial, que venham impossibilitar o prosseguimento da atividade empresarial (radiodifusão).

15.3. Referente à *regularidade fiscal*, se pode observar que as certidão acostada à p. 1, do evento nº 5103982, demonstra a ausência de irregularidades perante o cadastro nacional de pessoas jurídicas, e as certidões acostadas às p. 1-6, do evento nº 5104124, demonstram a regularidade da situação da empresa perante os fiscos Federal, Estadual e Municipal, FGTS e inexistências de pendências junto à Justiça do Trabalho, o que leva a inferir o preenchimento dos requisitos referentes à regularidade fiscal.

15.4. Foi apresentado, ainda, pela empresa cessionária, através do seu representante legal, Sr. Nivaldo Quesa, declaração de que nenhum de seus sócios e dirigentes se encontra condenado com decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado nos ilícitos previstos o art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990 (lei da ficha limpa) - p. 50, do evento nº 5100352.

15.4.1. A citada declaração é uma inovação trazida pela Lei nº 13.424/2017, que passou a ser exigida daqueles que se habilitam a prestar serviço de radiodifusão e teve como propósito estabelecer critérios objetivos para a verificação da capacidade de os indivíduos integrarem uma permissionária/concessionária do serviço de radiodifusão.

16. Além disso, deve a cessionária se atentar aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236 de 28 de fevereiro de 1967, e art. 14, § 3º do RSR e demais normas. Por efeito de tais determinações foi promovida consulta ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO (evento SEI nº 5103989), tendo sido constatado respeito aos referidos limites (as pesquisas foram realizadas considerando todas as pessoas físicas e jurídicas envolvidas na operação, independentemente da expressividade da participação societária de cada uma delas).

17. Uma vez autorizada a operação em apreço, o quadro diretivo da Entidade cessionária ficará disposto da seguinte forma (decorrente da 1a. Alteração Contratual, realizada em 01/06/2019, registrada em 26/06/2019 sob o nº 258.477/19-2 (evento nº 5100352, p. 40-45):

NOME	COTAS	VALOR (R\$)
NIVALDO QUESSA	5.000	5.000,00
ANDRÉ VINÍCIUS CARDOSO	5.000	5.000,00
LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA	5.000	5.000,00
TOTAL	15.000	15.000,00

NOME	CARGO
NIVALDO QUESSA	SÓCIO-ADMINISTRADOR
ANDRÉ VINÍCIUS CARDOSO	SÓCIO-ADMINISTRADOR
LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA	SÓCIO-ADMINISTRADOR

18. Assim, tendo em vista a regularidade dos documentos apresentados, constata-se que os autos se encontram instruídos de acordo com a legislação em vigor estando, portanto, o pleito apto a ser deferido, após o ateste de regularidade da Coordenação-Geral de Fiscalização - CGFI (item 11) e a completa instrução processual do processo de renovação (item 8 e 9.2).

19. Por fim, vale ressaltar que, em se tratando de transferência direta da concessão do serviço de radiodifusão em frequência modulada, a decisão sobre o pedido compete ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em conformidade com o art. 91, do RSR.

## CONCLUSÃO

20. Diante do exposto, atendido ao que se estabelece no item 18, opina-se pelo **deferimento** do pedido, devendo este ser SOBRESTADO até a completa instrução processual do processo de renovação 53900.043600/2016-51.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

À consideração superior.

(assinado eletronicamente)  
**MARIBEL ALVES FIERRO SEVILLA**  
Analista em Ciência e Tecnologia

De acordo. Submeta-se o feito à consideração da Coordenadora-Geral de Pós-Outorga.

(assinado eletronicamente)  
**JOÃO EDUARDO TABALIPA FERREIRA**  
Coordenador de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Aprovo a Nota Técnica nº 2393/2020/SEI-MCTIC. Cientifique-se à interessada com a remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade para ciência e adoção das medidas necessárias para a conclusão do processo renovatório da localidade objeto do presente pleito.

(assinado eletronicamente)  
**LUCIANA MARIA MONTEIRO DE LIMA**  
Coordenadora-Geral de Pós-Outorga



Documento assinado eletronicamente por **Maribel Alves Fierro Sevilla**, **Analista em Ciência e Tecnologia**, em 05/02/2020, às 13:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira**, **Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 11/02/2020, às 10:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Maria Monteiro de Lima**, **Coordenadora-Geral de Pós-Outorga**, em 13/02/2020, às 16:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5104265** e o código CRC **D91447C4**.

#### Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.037368/2019-62

SEI nº 5104265



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações Societárias

OFÍCIO Nº 4306/2020/SEASO/DIRAC/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC

Brasília, 05 de dezembro de 2019.

Ao (À) Senhor (a)

Representante Legal da

RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA. - ME (C.N.P.J Nº 43.744.713/0001-72)

Rua Osvaldo Cruz, 67 - Térreo, Centro

16010-040 - Araçatuba / SP

**Assunto: Transferência Direta. Sobrestamento. Processo nº 01250.037368/2019-62**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 2393/2020/SEI-MCTIC, para ciência do interessado sobre o sobrestamento deste processo até a completa instrução do processo de renovação da outorga em trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 11/02/2020, às 10:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5105938** e o código CRC **96D807FF**.

Referência: Processo nº 01250.037368/2019-62

SEI nº 5105938



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

**Data de Envio:**

14/02/2020 10:47:50

**De:**

MCTIC/Processos de Pós-Outorga Jurídica do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga <sepos\_jur@mctic.gov.br>

**Para:**

FINANCEIRO@RADIOCULTURA.COM.BR

cultura95@uol.com.br

cult.am@terra.com.br

carlos hernandes@terra.com.br

**Assunto:**

Envio de correspondência oficial Ministério da Ciência Tecnologia Inovação e Comunicações

**Mensagem:**

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES&#8203;

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Pós-Outorga Jurídica do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga Prezado(a),

Ref: 01250.037368/2019-62

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,

Secretaria de Radiodifusão

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Oficio\_5105938.html

Nota\_Tecnica\_5104265.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Pós-Outorga Jurídica do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga

DESPACHO

Processo nº: 01250.037368/2019-62

Referência: **OFICIO- 4306/2020**

Interessado: RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA. - ME

Assunto: **Assunto: Transferência Direta**

Protocolo nº: 01250.037368/2019-62

Certifico e dou fê que após busca realizada nesta unidade de Documentação e Informação, **não foi localizada até o momento**, complementação de documentação, exigida por Ofício, cuja expedição foi realizada eletronicamente.

Restituam-se os autos, para o prosseguimento da análise.

Em 06/04/2020



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Torres da Silva, Chefe da Divisão de Documentação e Informação de Radiodifusão Comercial**, em 09/04/2020, às 15:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5368221** e o código CRC **DD50DFDA**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.037368/2019-62

SEI nº 5368221



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

Zimbra

coact\_atos@mctic.gov.br

**Re: Transferência de Outorga****De :** cgfi@mctic.gov.br

Sex, 06 de dez de 2019 09:28

**Assunto :** Re: Transferência de Outorga**Para :** MCTIC <coact\_atos@mctic.gov.br>**Cc :** cgfi <cgfi@mctic.gov.br>

À Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão - COROR (SLPOS)  
Prezado(a) responsável,

Em atenção à solicitação copiada abaixo, comunicamos que não foram encontrados registros de Processos de Apuração de Infração - PAIs, instaurados para apurar eventuais irregularidades praticadas pela Rádio Cultura de Araçatuba Ltda., CNPJ 43.744713/0001-72, entidade outorgada a executar o serviço de radiodifusão sonora de ondas médias, na localidade de Araçatuba/SP, que tenham resultado ou venham a resultar na aplicação da penalidade de cassação ou decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão.

Atenciosamente,

----- Mensagem original -----

De: "MCTIC" <coact\_atos@mctic.gov.br>

Para: "cgfi" <cgfi@mctic.gov.br>

Enviadas: Quinta-feira, 5 de dezembro de 2019 8:22:21

Assunto: Transferência de Outorga

Processo nº 01250.037368/2019-62

Senhor(a) Coordenador(a)-Geral de Fiscalização de Outorgas,

Cumprimentando-o(a), cordialmente, em atenção à determinação da Consultoria Jurídica - Conjur, constante do parágrafo 25 do Parecer Referencial n.º 798/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, encaminho os autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de: (i) condenação de cassação da outorga deferida à Rádio Cultura de Araçatuba Ltda., CNPJ 43.744713/0001-72 (cedente), executante do serviço de radiodifusão sonora de ondas médias, conforme petição (evento sei nº 4452174), no município de Araçatuba, estado de São Paulo, número do Fistel nº 02008012603; e (ii) de processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

mctic.gov.br/h/printmessage?id=893&tz=America/Sao\_Paulo

https://mctic-leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

260/2

270/3

43

PUBLICADO	
NO	
DIÁRIO OFICIAL	
de	05.11.1976
Página N.º	14713
Encarregado da Revisão	

PORTARIA N.º 1223 DE 29 DE 10 DE 1976

DAS  
COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 19 do Decreto nº 70.566, de 12 de maio de 1972, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 7.064/75 (Batal nº 48/75),

## RESOLVE:

I - Outorgar permissão, de acordo com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.765, de 31 de outubro de 1963, à Rádio Cultura de Aracatuba Ltda., para estabelecer, na cidade de Aracatuba, Estado de São Paulo, sem direito de exclusividade, uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, utilizando a frequência de 95,5 MHz, canal 233, classe "A", potência máxima e infima de acordo com as Normas Técnicas para Emissores de Radiodifusão Sonora em FM, aprovadas pela Portaria MC nº 157, de 23 de março de 1973, publicada no Diário Oficial da União de 13 de abril de mesmo ano, com horário de funcionamento limitado.

II - A concessão do serviço de radiodifusão, esta portaria não é outorgada por esta Portaria, reger-se-á pelas disposições da legislação





D.O.21.22.0384



Decreto n.º 89.472 de 21 de março de 1984

Renova por 10 (dez) anos as concessões outorgadas às entidades relacionadas em anexo para explorarem serviços de radiodifusão sonora em onda média, nas cidades e unidades da Federação indicadas.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, combina do com o artigo 89, item XV, letra "a", da Constituição, e nos termos do artigo 69, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos MC nºs 130.522/83, 172.819/83, 130.330/83, 100.336/83, 171.571/83, 130.329/83 e 172.695/83, decreta:

Art. 1º - Ficam, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e artigo 2º, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, renovadas por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 1983, as concessões outorgadas às entidades relacionadas neste artigo, junto com os seus demais elementos identificadores, para explorarem, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

- Ato de Outorga: Decreto nº 818, de 02 de abril de 1962.  
Entidade: FUNDAÇÃO SANTA LUZIA DE MOSSORÓ.  
Cidade: Mossoró  
Unidade da Federação: Rio Grande do Norte.
- Ato de Outorga: Decreto nº 19.398, de 10 de agosto de 1945.  
Entidade: RÁDIO DIFUSORA TAUBATÊ LTDA.  
Cidade: Taubaté  
Unidade da Federação: São Paulo.
- Ato de Outorga: Decreto nº 415, de 22 de dezembro de 1961.  
Entidade: RÁDIO PAULISTA LTDA.  
Cidade: Recife  
Unidade da Federação: Pernambuco.
- Ato de Outorga: Decreto nº 37.338, de 13 de maio de 1955.  
Entidade: RÁDIO ANHANGUERA S/A.  
Cidade: Goiânia  
Unidade da Federação: Goiás.

*[Assinatura]*



- Ato de Outorga: Decreto nº 31.486, de 19 de setembro de 1952.  
Entidade: RÁDIO EXCELSIOR S.A. ✓  
Cidade: São Paulo  
Unidade da Federação: São Paulo.
- Ato de Outorga: Decreto nº 46.226, de 16 de janeiro de 1959  
Entidade: RÁDIO PAULISTA LTDA.  
Cidade: Paulista  
Unidade da Federação: Pernambuco.
- Ato de Outorga: Decreto nº 38.086, de 12 de outubro de 1955  
Entidade: RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA.  
Cidade: Araçatuba  
Unidade da Federação: São Paulo.

Parágrafo único - A execução do serviço de radiodifusão sonora, cujas outorgas são renovadas por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais as entidades aderiram previamente.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, DF,                      de                      de 1984; 163º da Independência e 96º da República.





<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>



259/5  
1860/3

autenticada  
1975



36

1975, 10 de Junho

DIÁRIO OFICIAL

Revista de 1975

# DEPARTAMENTO DE IMPRESSA NACIONAL EXPEDIENTE

ALBERTO DE ALMEIDA CARDOSO

## DIÁRIO OFICIAL

Gráfico, Impressão e Publicação de Documentos  
Gráfico, Impressão e Publicação de Documentos

### REVISÃO

### REVISÃO

REVISÃO	REVISÃO
Secretaria	CS
Assessoria	CS
Assessoria	CS

### REVISÃO

A ser impresso em papel branco, com margens de 10 mm, e com o nome do autor e do editor impressos no verso.

### REVISÃO

O prazo de entrega dos manuscritos é de 15 dias, contados a partir da data de publicação.

### Assessoria

As atividades para a elaboração dos documentos são:

1. Elaboração dos documentos de trabalho.

2. Elaboração dos documentos de trabalho.

3. Elaboração dos documentos de trabalho.

4. Elaboração dos documentos de trabalho.

5. Elaboração dos documentos de trabalho.

6. Elaboração dos documentos de trabalho.

7. Elaboração dos documentos de trabalho.

8. Elaboração dos documentos de trabalho.

9. Elaboração dos documentos de trabalho.

10. Elaboração dos documentos de trabalho.

... (transcription of the rest of the document) ...

4 cópias

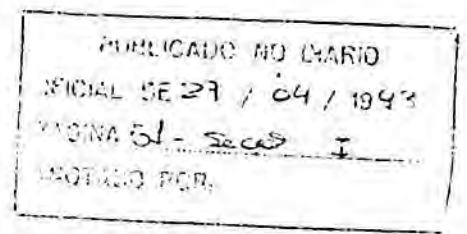


2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 2679, 26

24356ba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



PORTARIA Nº 092 , DE 13 DE março DE 1998.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53830.000566/96, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 5 de novembro de 1996, a permissão outorgada à Rádio Cultura de Araçatuba Ltda., pela Portaria nº 1.223, de 29 de outubro de 1976, renovada pela Portaria nº 230, de 29 de agosto de 1986, publicada no Diário Oficial da União de 3 de setembro seguinte, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
SÉRGIO MOTTA







302	0023 4307 0041	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	[S]	3-ODC	90	[0]	192	116.000.000
302	0023 4307 0043	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE RONDONIA	[S]	3-ODC	90	[0]	192	500.000
302	0023 4307 0049	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE SAO PAULO	[S]	3-ODC	90	[0]	192	494.841.000
302	0023 4307 0051	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE SERGIPE	[S]	3-ODC	90	[0]	192	10.000.000
302	0023 4307 0053	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE TOCANTINS	[S]	3-ODC	90	[0]	192	7.300.000
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								1.557.641.000
TOTAL - GERAL								1.557.641.000

## Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antônio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 5, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 198, DE 2000

Aprova o ato que renova a permissão outorgada a "Rádio e TV Correio Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 75, de 13 de junho de 1992, que renova, por dez anos, a partir de 13 de junho de 1990, a permissão outorgada a "Rádio e TV Correio Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de outubro de 2000  
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES  
Presidente

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antônio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 5, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 199, DE 2000

Aprova o ato que renova a permissão outorgada a "Intersom - Emissoras de Frequência Modulada Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 463, de 3 de setembro de 1997, que renova, por dez anos, a partir de 17 de maio de 1990, a permissão outorgada a "Intersom - Emissoras de Frequência Modulada Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de outubro de 2000  
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES  
Presidente

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antônio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 5, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 200, DE 2000

Aprova o ato que renova a permissão outorgada a "Rádio Cultura de Araçatuba Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 92, de 13 de março de 1998, que renova por dez anos, a partir de 5 de novembro de 1996, a permissão outorgada a "Rádio Cultura de Araçatuba Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de outubro de 2000  
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES  
Presidente

(Of. El. nº 91/2000)

## Atos do Poder Executivo

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1970-16, DE 26 DE OUTUBRO DE 2000

Institui, no âmbito do Poder Executivo da União, o Programa de Desligamento Voluntário - PDV, a jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional e a licença sem remuneração com pagamento de incentivo em pecúnia, destinados ao servidor da administração pública direta, autárquica e fundacional.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Ficam instituídos, no âmbito do Poder Executivo da União, o Programa de Desligamento Voluntário - PDV, a jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional, e a licença sem remuneração com pagamento de incentivo em pecúnia, destinados ao servidor da administração pública direta, autárquica e fundacional.

#### TÍTULO I DO PROGRAMA DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO - PDV CAPÍTULO I DO PERÍODO E DA ADESAO

Art. 2º Em 1999, os servidores públicos poderão aderir ao PDV no período de 23 de agosto a 3 de setembro, e nos exercícios subsequentes, em períodos a serem fixados pelo Poder Executivo da União, facultada a adoção ou modificação dos incentivos previstos nesta Medida Provisória, conforme dispuser o regulamento, observados os limites estabelecidos na lei orçamentária.

Art. 3º Poderão aderir ao PDV os servidores da administração direta, autárquica e fundacional, inclusive dos extintos Territórios, ocupantes de cargo de provimento efetivo, exceto das carreiras ou dos cargos de:

- I - Advogado da União, Procurador da Fazenda Nacional e Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União;
- II - Procurador Autárquico, Advogado e Assistente Jurídico dos órgãos de execução ou vinculados à Advocacia-Geral da União;
- III - Defensor Público da União;
- IV - Diplomata;
- V - Delegado de Polícia Federal, Perito Criminal Federal, Escrivão de Polícia Federal, Agente de Polícia Federal, Papiloscópista, Policial Federal e Policial Rodoviário Federal; e
- VI - Auditor-Fiscal da Receita Federal, Auditor-Fiscal da Previdência Social e Auditor-Fiscal do Trabalho

§ 1º O Ministro de Estado, incluídas as entidades vinculadas de lotação das carreiras ou cargos a seguir relacionados, poderá fixar o número máximo de servidores que poderão aderir ao PDV e, na hipótese em que as adesões ultrapassarem esse limite, será utilizado como critério a precedência da data de protocolização do pedido no respectivo órgão ou entidade:

- I - Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental;
- II - Analista de Finanças e Controle;
- III - Analista de Orçamento;
- IV - Técnico de Planejamento e Pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;
- V - Analista de Comércio Exterior;
- VI - Magistério superior ou de 1º e 2º graus de instituições federais de ensino dos Ministérios da Educação e da Defesa;
- VII - Enfermeiro, Fisioterapeuta, Médico, Médico de Saúde Pública, Médico-Cirurgião, Técnico em Radiologia, Técnico em Raios X, Operador de Raios X, Técnico em Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem, Atendente de Enfermagem, Agente de Saúde Pública, Agente de Saúde, Dentista, Odontólogo, Cirurgião-Dentista, Farmacêutico, Farmacêutico Bioquímico, Laboratorista, Técnico em Laboratório, Auxiliar de Laboratório, Sanitarista, Técnico de Banco de Sangue, Biomédico, Técnico em Anatomia e Necropsia, Instrumentador Cirúrgico, Fonoaudiólogo, Técnico em Reabilitação ou Fisioterapia, Técnico em Prótese Dentária e Nutricionista;
- VIII - de nível superior das carreiras da área de Ciência e Tecnologia;
- IX - Técnico em Defesa Aérea e Controle de Tráfego, Técnico de Programação e Operação de Defesa Aérea e Controle de Tráfego, Técnico em Informações Aeronáuticas, Controlador de Tráfego Aéreo, Técnico em Eletrônica e Telecomunicações Aeronáuticas e Técnico em Meteorologia Aeronáutica;
- X - Médico Veterinário e Fiscal de Defesa Agropecuária;
- XI - Fiscal de Cadastro e Tributação Rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;
- XII - Inspetor da Comissão de Valores Mobiliários e Analista Técnico da Superintendência de Seguros Privados;
- XIII - Analista do Banco Central do Brasil;
- XIV - Oficial de Inteligência; e
- XV - Supervisor Médico Pericial.

§ 2º Observado o disposto no parágrafo anterior, é facultado ao Ministro de Estado, incluídas as entidades vinculadas de lotação dos cargos relacionados nos incisos I a VI do caput deste artigo, autorizar a adesão dos seus ocupantes ao PDV.

§ 3º Não poderão aderir ao PDV os servidores que:

- I - estejam em estágio probatório;
- II - tenham cumprido todos os requisitos legais para aposentadoria;
- III - tenham se aposentado em cargo ou função pública e reintegrado na administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, em cargo ou emprego público inamovível;
- IV - tenham sido condenados por decisão judicial transitada em julgado, que determine a perda do cargo;
- V - não estejam em exercício, em virtude do impedimento de que trata o inciso I do art. 229 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, salvo quando a decisão criminal transitada em julgado não determinar a perda do cargo; ou
- VI - estejam afastados em virtude de licença por acidente em serviço ou para tratamento de saúde, quando acometidos das doenças especificadas no § 1º do art. 186 da Lei nº 8.112, de 1990.


§ 4º Não se aplica aos servidores não estáveis, que não foram amparados pelo caput do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o disposto nos incisos I a VI e no § 2º deste artigo, exceto se ocupantes de cargo de carreira de magistério superior.

§ 5º A adesão ao PDV de servidor que esteja respondendo a sindicância ou processo administrativo disciplinar somente produzirá efeitos após o julgamento final, caso não aplicada a pena de demissão e, na hipótese de aplicação de outra penalidade, após o seu cumprimento.

§ 6º O servidor que participe ou tenha participado de programa de treinamento regularmente instituído a expensas do Governo Federal poderá aderir ao PDV, mediante o ressarcimento das despesas havidas, a ser compensado quando do pagamento da indenização, da seguinte forma:



Todos ▾

 Download Plano Básico

Download Estações

Download Documento Histórico

2 total de registros | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtrar

Ações		Fistel ↕	UF ↕	Município ↕	Canal ↕	Frequência ↕	Finalidade ↕	Decalagem ↕	Classe ↕	Num Serviço ↕	Serviço ↕	Local Específico ↕	Carater ↕	Status ↕	Entidade ↕	CNPJ ↕	ID do Canal ↕
				Araçatuba			(Todos) ▾										
Visualizar em PDF ▾ ▸		02008012603	SP	Araçatuba	238	95.5	Comercial		A4	230	FM		P	FM-C3 (Canal Outorgado - Aguardando Licenciamento)	RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA - ME	43744713000172	57dbac4522473
Visualizar em PDF ▾ ▸		50415114624	SP	Araçatuba	294	106.7	Comercial		B1	230	FM		P	FM-C3 (Canal Outorgado - Aguardando Licenciamento)	RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA - ME	43744713000172	57dbac58844ee

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA - ME	
<b>Nome Fantasia:</b>	
<b>Telefone:</b> (18) 2103-5967	<b>E-mail:</b> aracatubense@terra.com.br
<b>CNPJ:</b> 43.744.713/0001-72	<b>Número do Fistel:</b> 02008012603
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 05/11/1996	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Val. RF:</b> 05/11/2026
<b>Observações:</b> RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> RUA OSWALDO CRUZ	<b>Complemento:</b> TÉRREO	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 67	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16010040

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> RUA OSWALDO CRUZ	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 67	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16010040

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> RUA OSWALDO CRUZ, 01	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b> .	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16000000

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> RUA OSWALDO CRUZ, 67	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b> .	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16000000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP
<b>Latitude:</b> -21.205 (21° 12' 18.0" S)	<b>Longitude:</b> -50.43722 (50° 26' 14.0" W)

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 238	<b>Frequência:</b> 95.5 MHz	<b>Classe:</b> A4	<b>ERP:</b> 5kW
<b>Altura:</b> 150 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0





## Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 7804202						Número Indicativo: ZYD852					
Data Último Licenciamento:						Número da Licença:					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: -21.205 (21° 12' 18.0" S)				Longitude: -50.43722 (50° 26' 14.0" W)				Cota da base: 395.00 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 059678***0108						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: 5.000 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo:						Fabricante: FABRICANTE INDEFINIDO					
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB		Impedância: ohms					
Antena Principal											
Modelo:						Fabricante: FABRICANTE INDEFINIDO					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: .00 °		Orientação NV: 348.89 °		Polarização:		HCl: 63.5 m		ERP Máximo: 0 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 022786XXX0381						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: 1.000 kW					
Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms					
Antena Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCl: m		ERP Máximo: 0 kW	
Informações do documento de Outorga											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc		Natureza			
79641975	1223	Portaria	MC	29/10/1976	05/11/1976	Outorga		Jurídico			
Informações do documento de Aprovação de Locais											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc		Natureza			
377331977	16687	Portaria	Dentel	03/10/1977	07/10/1977	Aprovação de Local		Técnico			
Histórico de Documentos Emitidos											





LICENÇA PARA SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA  
EM FREQUÊNCIA MODULADA

00082

## IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA

CGC

43.744.713/0001-72

DENOMINAÇÕES DE FANTASIA

\*\*\*\*\*

LOCALIDADE

ARAÇATUBA

MUNICÍPIO

ARAÇATUBA

U.F.

SP

CANAL

238

FREQUÊNCIA (MHz)

95,5

CLASSE

A

P. Média (kW)

8,82

HORÁRIO DE  
FUNCIONAMENTO

ILIMITADO

240 - 852

## LOCALIZAÇÃO

TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

ENDEREÇO

RUA OSWALDO CRUZ Nº 01

LOCALIDADE

ARAÇATUBA

MUNICÍPIO

ARAÇATUBA

U.F.

SP

COORD. GEOD. (km)

21º 12' 18" S

50º 26' 14" W

ESTÚDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO

RUA OSWALDO CRUZ Nº 67

LOCALIDADE

ARAÇATUBA

MUNICÍPIO

ARAÇATUBA

U.F.

SP

ESTÚDIO AUXILIAR

ENDEREÇO

\*\*\*\*\*

LOCALIDADE

\*\*\*\*\*

MUNICÍPIO

\*\*\*\*\*

U.F.

SP

## TRANSMISSORES

PRINCIPAL

FABRICANTE

HARRIS INTERTYPE CORPORATION

MODELO

FM - 5K

POTÊNCIA (kW)

5,0

CDD, DNTTEL

0596/78

AUXILIAR

FABRICANTE

WIK - TELECOMUNICAÇÕES LTDA

MODELO

SI - FMU-B

POTÊNCIA (kW)

1,0

CDD, DNTTEL

227/86

## SISTEMA IRRADIANTE

FABRICANTE

HARRIS INTERTYPE CORPORATION

MODELO

FMC - 4B

G MAX (dB)

3,064

C ST (m)

395

CDD (m)

63,5

AZ. MAIOR IRRAD.

DESCRIÇÃO

\*\*\*\*\*

ANTENA COMPOSTA DE 4 ELEMENTOS, COM POLARIZAÇÃO CIRCULAR

DATA DE EMISSÃO

21-09-92

DATA EMISSÃO 1ª LICENÇA

\*\*\*\*\*

CARIMBO

Chefe

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-4261-8b93-5e9327a53a3f>

Proc. nº

1364/78

2435bba5-9015-4261-8b93-5e9327a53a3f



00164

LICENÇA PARA SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA  
EM FREQUÊNCIA MODULADA

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA

CGC

43.744.713/0001-72

DENOMINAÇÕES DE FANTASIA

\*\*\*\*\*

LOCALIDADE

ARAÇATUBA

MUNICÍPIO

ARAÇATUBA

U.F.

SP

CANAL

238

FREQUÊNCIA (MHz)

95,5

CLASSE

A

P. MÉDIA (kW)

8,82

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

ILIMITADO

IND. CHAMADA

ZYD - 852

LOCALIZAÇÃO

TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

ENDEREÇO

RUA OSWALDO CRUZ Nº 01

LOCALIDADE

ARAÇATUBA

MUNICÍPIO

ARAÇATUBA

U.F.

SP

COORD. GEOGRÁFICAS

21º 12' 18" S  
50º 26' 14" W

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO

RUA OSWALDO CRUZ Nº 67

LOCALIDADE

ARAÇATUBA

MUNICÍPIO

ARAÇATUBA

U.F.

SP

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO

\*\*\*\*\*

LOCALIDADE

\*\*\*\*\*

MUNICÍPIO

\*\*\*\*\*

U.F.

\*\*

TRANSMISSORES

PRINCIPAL

FABRICANTE

HARRIS INTERTYPE CORPORATION

MODELO

FM - 5K

POTÊNCIA (kW)

5,0

CÓD. DENTEL

0596/78

AUXILIAR

FABRICANTE

\*\*\*\*\*

MODELO

\*\*\*\*\*

POTÊNCIA (kW)

\*\*\*\*\*

CÓD. DENTEL

\*\*\*\*

SISTEMA IRRADIANTE

FABRICANTE

HARRIS INTERTYPE CORPORATION

MODELO

FMC - 4B

G MAX (dBd)

3,064

C BY (m)

395

H CG (m)

63,5

AZ MAIOR IRRAD.

DESCRIÇÃO

\*\*\*\*\*

ANTENA COMPOSTA DE 4 ELEMENTOS, COM POLARIZAÇÃO CIRCULAR

DATA DE EMISSÃO

5.11.86

DATA EMISSÃO 1ª LICENÇA

\*\*\*\*\*

CARIMBO E ASSINATURA

Marcelo Apogido Coutinho da Silva

Director da Diretoria Regional

da Dentel em São Paulo

Autenticado eletronicamente, após conferência com o original  
URL: http://www.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/29100.001364/86





ENTIDADE

RAZÃO SOCIAL

RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA

26002

CGC

43 744 713/0001-72

IDENTIFICAÇÃO DA ESTAÇÃO

NÚMERO

IND. CHAMADA

CLAS.

CATEGORIA

SERVIÇO

ZYD 852

A

RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA

DENOMINAÇÃO AUTORIZADA

A MESMA ACIMA

CLASSIFICAÇÃO

TRANSMISSORA

ATO DE OUTORGA

DESCRIÇÃO

PORTARIA MC

NÚMERO

1 223

DATA DE ASSINATURA

29 10 1976

DATA DE PUBLICAÇÃO

05 11 1976

ENDEREÇO - OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES - VIDE VERSO -

LOGRADOURO (TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE)

RUA OSWALDO CRUZ

NÚMERO

1

COMPLEMENTO

BAIRRO

LOCALIDADE

ARAÇATUBA

MUNICÍPIO

ARAÇATUBA

UF

SP

IBGE

6070201

CEP

16100

CX. POSTAL

TELEFONE

ENDEREÇO DO ESTÚDIO

LOGRADOURO

RUA OSWALDO CRUZ

NÚMERO

67

COMPLEMENTO

BAIRRO

LOCALIDADE

ARAÇATUBA

MUNICÍPIO

ARAÇATUBA

UF

SP

IBGE

6070201

CEP

16100

CX. POSTAL

TELEFONE

CARACTERÍSTICAS DE EMISSÃO

FREQUÊNCIA

95,5 MHz

CANAL

238

POTÊNCIA KW

ERP

8,82

LARGURA

180

CLASSE

F3

HORÁRIO

ILIMITADO

TRANSMISSORES

COD. DENTEL

78/0596

MODELO

FM-5K

SÉRIE

FABRICANTE

HARRIS INTERTYPE CORPORATION

SISTEMA IRRADIANTE

TIPO DE ANTENA

ONIDIRECIONAL COM CIRCULARIDADE DE  $\pm 2$ dB - 4 ELEMENTOS

MODELO

FMC - 4B

FABRICANTE

HARRIS INTERTYPE CORPORATION

COORD. GEOGRÁFICAS

LATITUDE

N/S

LONGITUDE

POLARIZAÇÃO

21

12

18

S

50

26

14

CANAL

SEPARAÇÃO TOROM OT

FASE CORR. T. 2-OM OT

3,064

ALTURA (METROS)

ALT. CENTRO/SOLO TVFM

63,5 S/BASE

AZIMUTE MAIOR IRRAD.

INT. CAMPO MÍN. 1 KM-mV/m

INT. CAMPO MÁX. 1 KM-mV/m

AUTENTICAÇÃO DO DENTEL

EMITIDA EM

25 DE SETEMBRO DE 1979

CARIMBO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

05 DE NOVEMBRO DE 1984

DEB AUGUSTO PEREIRA

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

**Data de Envio:**

04/08/2023 15:58:06

**De:**

MCOM/Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada <coato@mcom.gov.br>

**Para:**

cgfm@mcom.gov.br

**Assunto:**

Transferência Direta - Processo nº 01250.037368/2019-62 - Fistel nº 50415114624

**Mensagem:**

Senhor Coordenador - Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, encaminho os autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de:

(i) condenação de cassação da outorga deferida à RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA. (CNPJ nº 43.744.713/0001-72), para a execução do serviço de radiodifusão sonora, no município de Araçatuba, estado de São Paulo; e,

(ii) de processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão.

Obs.: a resposta deverá ser encaminhada para o e-mail rayane.cardoso@mcom.gov.br; coato@mcom.gov.br;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



PORTARIA SETAD/MCTI Nº 6.919, DE 4 DE ABRIL DE 2023

Reconhece investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, de acordo com o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e a Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021, e reconhece a condição de bens e produtos desenvolvidos no País, de acordo com a Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria MCTI nº 4.584, de 24 de março de 2021, considerando as atribuições previstas na Portaria MCTI nº 4.514, de 02 de março de 2021, e na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, tendo em vista o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e conforme consta no Processo MCTI nº 01245.016483/2022-78, resolve:

Art. 1º Reconhecer que o produto e respectivos modelos abaixo descritos, desenvolvidos pela empresa Exatron Indústria Eletrônica Ltda, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 90.191.529/0001-22, atendem às condições de bens de informática ou automação desenvolvidos no País, nos termos da Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, e resultam de investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, nos termos da Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021:

I - Aparelho para sinalização acústica, baseado em técnica digital, modelo(s): LECO4004; LECA4950.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL

PORTARIA SETAD/MCTI Nº 6.920, DE 4 DE ABRIL DE 2023

Reconhece investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, de acordo com o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e a Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021, e reconhece a condição de bens e produtos desenvolvidos no País, de acordo com a Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria MCTI nº 4.584, de 24 de março de 2021, considerando as atribuições previstas na Portaria MCTI nº 4.514, de 02 de março de 2021, e na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, tendo em vista o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e conforme consta no Processo MCTI nº 01245.016636/2022-87, resolve:

Art. 1º Reconhecer que o produto e respectivo modelo abaixo descritos, desenvolvidos pela empresa Teracom Telemática S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 02.820.966/0001-09, atendem às condições de bens de informática ou automação desenvolvidos no País, nos termos da Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, e resultam de investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, nos termos da Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021:

I - Conversor estático de corrente contínua para corrente contínua, baseado em técnica digital, modelo(s): PSU 200 DC-B.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL

PORTARIA SETAD/MCTI Nº 6.922, DE 4 DE ABRIL DE 2023

Reconhece investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, de acordo com o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e a Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021, e reconhece a condição de bens e produtos desenvolvidos no País, de acordo com a Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria MCTI nº 4.584, de 24 de março de 2021, considerando as atribuições previstas na Portaria MCTI nº 4.514, de 02 de março de 2021, e na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, tendo em vista o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e conforme consta no Processo MCTI nº 01245.018312/2022-83, resolve:

Art. 1º Reconhecer que o produto e respectivo modelo abaixo descritos, desenvolvidos pela empresa Exatron Indústria Eletrônica Ltda, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 90.191.529/0001-22, atendem às condições de bens de informática ou automação desenvolvidos no País, nos termos da Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, e resultam de investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, nos termos da Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021:

I - Relé eletrônico, baseado em técnica digital, modelo: LERL4001.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL

PORTARIA SETAD/MCTI Nº 6.923, DE 4 DE ABRIL DE 2023

Reconhece investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, de acordo com o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e a Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021, e reconhece a condição de bens e produtos desenvolvidos no País, de acordo com a Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria MCTI nº 4.584, de 24 de março de 2021, considerando as atribuições previstas na Portaria MCTI nº 4.514, de 02 de março de 2021, e na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, tendo em vista o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e conforme consta no Processo MCTI nº 01245.018682/2022-11, resolve:

Art. 1º Reconhecer que o produto e respectivo modelo abaixo descritos, desenvolvidos pela empresa Khomp Indústria e Comércio Ltda, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 01.277.298/0001-44, atendem às condições de bens de informática ou automação desenvolvidos no País, nos termos da Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, e resultam de investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, nos termos da Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021:

I - Tradutor (conversor) de protocolos para interconexão de redes (Gateway), modelo(s): IED202.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCOM Nº 8.728, DE 15 DE MARÇO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.004437/2014-92, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2985/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00119/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à RÁDIO CULTURA DE LORENA LTDA (CNPJ nº 51.779.726/0001-05), nos termos da Portaria MVOP nº 626, datada em 8 de julho de 1946, publicada em 10 de julho de 1946, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Lorena, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

PORTARIA MCOM Nº 8.731, DE 15 DE MARÇO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no art. 90, inciso I do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.037939/2009-32, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 9926/2022/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 3787/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00827/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU:

Art. 1º Transferir a permissão outorgada à Metropolitana FM Ltda., inscrita no C.N.P.J. nº 12.867.529/0001-96, por meio Portaria nº 416, de 28 de setembro de 1988, publicada em 29 de setembro de 1988, para a SPC - Sistema Pernambucano de Comunicações Ltda., inscrita no C.N.P.J. nº 07.628.934/0001-11, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 07030050657, no município de Cabo de Santo Agostinho, estado de Pernambuco.

Art. 2º Os quadros societários e diretivos da cessionária, após a operação realizada, ficarão assim constituídos:

NOME	COTAS	VALOR - R\$
Bernardo Florentino Batista Silva	1.000.000	1.000.000,00
Mariana Florentino Batista Silva	1.000.000	1.000.000,00
TOTAL	2.000.000	2.000.000,00

NOME	CARGO
Bernardo Florentino Batista Silva	Administrador
Mariana Florentino Batista Silva	Administradora

Art. 3º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

PORTARIA MCOM Nº 8.734, DE 15 DE MARÇO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.044199/2013-77, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2533/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00133/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 2013, a concessão outorgada à RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA (CNPJ nº 43.744.713/0001-72), nos termos do Decreto nº 38.086, datado em 12 de outubro de 1955, publicado em 3 de dezembro de 1955, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Araçatuba, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

PORTARIA MCOM Nº 8.735, DE 15 DE MARÇO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.002860/2013-77, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 1811/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00120/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 2013, a concessão outorgada à RÁDIO BARÉ LTDA (CNPJ nº 04.561.767/0001-40), nos termos do Decreto nº 46.899, de 24 de setembro de 1959, publicado em 10 de outubro de 1959, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Manaus, estado do Amazonas.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 05152023041200025

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>





[Menu Principal](#)Sistemas  
InterativosSRD >>> Relatórios >>> **Outorga** | [menu](#) [ajuda](#)**Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - OM**

UF: SP

Município: Araçatuba

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	Araçatuba	01/11/2003	01/11/2013
RADIO DIFUSORA DE ARACATUBA LTDA	Araçatuba	01/05/2004	01/05/2014
RADIO LUZ LTDA	Araçatuba	01/05/1994	01/05/2004

Usuário: - Data: **09/11/2015** Hora: **10:37:47**Registro **1** até **3** de **3** registrosPágina: [1] [Ir]  [Reg] [Tela Inicial](#) [Imprimir](#) [Exportar Excel](#)

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>





MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Rádio Cultura de Aracatuba  
(Aracatuba - SP) 1º Tempo de Contrato 237 p



MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS  
Departamento de Administração  
Divisão de Orçamento

Térmo de contrato celebrado com a Rádio Cultura de Aracatuba Limitada, para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias na cidade de Aracatuba, Estado de São Paulo.

Aos dezessete dias do mês de março do ano de mil novecentos e cinquenta e seis, presentes neste Ministério o Senhor Capitão de Mar e Guerra Lúcio Martins Meira, Ministro de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, por parte do Governo Federal da República dos Estados Unidos do Brasil, e o Senhor Rael Ziller Ribeiro, na qualidade de procurador da Rádio Cultura de Aracatuba Limitada, declarou o Senhor Ministro que, de conformidade com o Decreto número trinta e oito mil e oitenta e seis, de doze de outubro de mil novecentos e cinquenta e cinco, publicado no Diário Oficial de três de dezembro do mesmo ano, retificado no de vinte e um seguinte e alterado pelo Decreto número trinta e oito mil quinientos e sessenta e sete de treze de janeiro de mil novecentos e cinquenta e seis, publicado no Diário Oficial de dezoito de dezembro do mesmo ano, fica outorgada concessão à Rádio Cultura de Aracatuba Limitada, nos termos do artigo onze, do Decreto número vinte e quatro mil seiscentos e cinquenta e cinco, de onze de julho de mil novecentos e trinta e quatro, e artigo dezessete, do Decreto número vinte e um mil cento e onze, de primeiro de março de mil novecentos e trinta e dois, para estabelecer, na cidade de Aracatuba, Estado de São Paulo, sem direito de exclusividade, uma estação radiodifusora de ondas médias, destinada a executar os serviços de radiodifusão, observadas as cláusulas, abaixo transcritas, dispensada a caução, de conformidade com o artigo dezessete, do Decreto número vinte e um mil cento e onze, de primeiro de março de mil novecentos e trinta e dois, e o pagamento de selo, de acordo com a Circular número vinte e três, de seis de agosto de mil novecentos e quarenta e oito, do Gabinete do Senhor Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda: Primeira — Fica assegurada à Rádio Cultura de Aracatuba Limitada o direito de estabelecer, sem exclusividade, na cidade de Aracatuba, Estado de São Paulo, uma estação radiodifusora de ondas médias, destinada a executar os serviços de radiodifusão, com finalidade de educação intelectual e instrutiva, sob a coordenação a todas as obrigações e exigências instituídas neste ato de concessão. Segunda — A presente concessão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos, sem prejuízo da validade que assegura a legislação vigente, ao Governo Federal de, em qualquer tempo, desapropriar, no interesse geral, o serviço outorgado. Parágrafo único — O presente contrato entrará em vigor a partir da data de seu registro pelo Tribunal de Contas, não responsabilizando o Governo Federal

por indenização alguma se por aqñe Instituto lhe for denegado registro. Terceira — A concessionária é obrigada a: a) constituir sua diretoria exclusiva- mente de brasileiros natos; b) admi- nistrar, exclusivamente, operadores e locutores brasileiros natos e bem assim a em- pregar, efetivamente, nos outros ser- viços, técnicos e administrativos. Dos ter- ços ao mínimo, de pessoal brasileiro; c)

não transferir, direta ou indireta- mente, a concessão; d) suspender, por tempo que for determinado, o serviço, todo ou em parte, nos casos previstos no regulamento dos serviços de radio- comunicação (Decreto número vinte e um mil cento e onze, de primeiro de março de mil novecentos e trinta e dois, ou no que vier a reger a matéria); e obede- cer à primeira requisição da autoridade competente, e, havendo urgência, ceder o serviço em ato sucessivo, a in- timação sem que, por isso, assista a So- ciedade direito a qualquer indenização: e) submeter-se ao regime de fiscali- zação que for instituído pelo Governo Federal, bem como ao pagamento admi- nistrativamente da quota mensal para as des- pesas de fiscalização e de quaisquer con- tribuições que venham a ser estabele- cidas em lei ou regulamento sobre a matéria: f) fornecer ao Departamento dos Correios e Telégrafos todos os ele- mentos que este venha a exigir para os efeitos de fiscalização e, bem assim, prestar-lhe, em qualquer tempo, todas as informações que permitam ao Go- verno Federal apreciar o modo como está sendo executada a concessão; g) manter sempre em ordem e em dia o registro de todos os programas e irra- diações lidas ao microfone, devidamente autenticadas e com o visto do órgão fiscalizador; h) obedecer às posturas municipais aplicáveis ao serviço de con- cessão: i) irradiar, diariamente, os bo- letins ou avisos do serviço meteoroló- gico, bem como receber e transmitir, gratuitamente, nos dias e horas deter- minados, o programa panamericano e todos os programas da rede nacional: j) submeter, no prazo de três (3) me- ses, a contar da data do registro do contrato, pelo Tribunal de Contas, a aprovação do Governo Federal, a le- gal escolhido para a instalação da es- tação: 1) submeter, no prazo de seis (6) meses, a contar da data da apro- vação do local à aprovação do Gover- no Federal, as plantas, orçamentos e to- das as especificações técnicas das ins- talações, inclusive a relação minucio- sa do material a empregar; m) inaugurar, no prazo de dois (2) anos, a contar da data da aprovação, de que trata a alínea anterior, o serviço definitivo, sal- vo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Gover- no Federal; n) submeter-se à reser- va do direito da União sobre todo o acervo da Sociedade, para garantir a liquidação de qualquer débito para com ela; o) submeter-se à reserva de que a frequência distribuída à sociedade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas no regu- lamento dos serviços de radiocomunicação (Decreto número vinte e um mil cento e onze) ou em outro que vier a ser baixado sobre o assunto incrim-

do sempre sobre essa frequência o di- reito de posse da União, e não pô- ter-se, aos preceitos da legislação em- vigor, e regular os serviços de comu- nicação em leis, regulamentos e instruções que existam ou venham a existir, re- lantes ou aplicáveis ao serviço de con- cessão; q) manter, com a indispensá- vel prioridade, a conformidade das ins- truções aprovadas pelo Ministério da Via- ção e Obras Públicas, com as de emer- gência expedidas, no interesse da seguran- ça pública, pela autoridade policial local, e cuja retransmissão seja urgente e necessária à vida das autoridades e aos seus destinos, e, em caso de perturbações de ordem pública, a trans- mitir recomendações em tempo de perturbações de ordem pública, a trans- mitir notícias sobre furto de automó- veis, incêndios ou inundações, bem como

a divulgar instruções sobre operações de emergência no caso de incêndios, determinadas por acontecimentos impre- vistos. Quarta — A concessionária não poderá alterar, em qualquer tempo, seus estatutos, nem fazer transferência de ações, sem que tenha havido prévia au- torização do Governo Federal, assim como se obriga a manter sua estação em perfeito funcionamento, com a eficiência necessária, e de acordo com as prescri- ções técnicas que estiverem em vigor ou vierem a vigorar. Quinta — No regime de fiscalização que for instituído, fica assegurado ao Governo Federal o direito de julgar conveniente, o direito de exa- minar, como melhor lhe aprouver, os livros, escrituração e tudo que for neces- sário a essa fiscalização. Sexta — Pela inobservância de qualquer das dis- posições das cláusulas, em que não está prevista a imediata caducidade da con- cessão o Governo Federal poderá, pelo órgão fiscalizador, impor à concessioná- ria multa de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) por Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) conforme a gravidade da infração. Pa- rágrafo único — A importância de qual- quer multa será recolhida à Tesouraria do Departamento dos Correios e Telé- grafos, dentro do prazo improrrogável de trinta dias (30), a contar da data da notificação feita diretamente à conces- sionária ou da publicação do ato no Diário Oficial. Setima — Em qualquer tempo, são aplicáveis à concessão os preceitos da legislação sobre des- apropriação por necessidade ou utilida- de pública e requisições militares. Oitava — A concessão será considerada extin- ta para todos os efeitos, sem prejuízo, a qualquer indenização: a) se, no todo o tempo, for verificada inobservância das disposições contidas nas cláusulas b, c, d, e, (in fine), 7, 7 e 8 da cláusula terceira; b) se não forem pagas, dentro dos prazos estabelecidos, a quo-

(Assinatura)

2-4-1956





## MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

266  
257  
p

Rádio Cultura de Aracatuba, fls. 257 p  
Aracatuba - SP Termo de  
(Contrato)

(Continuação)

ta e contribuições de que se refere a alínea e da cláusula terceira bem como a importância de qualquer multa imposta nos termos da cláusula sexta; c) se, em qualquer tempo, se verificar o emprego da estação para outros fins que não os determinados na concessão e permitidos pela legislação que reger a matéria. **Parágrafo primeiro** — Poderá a concessão ser declarada caduca, a juízo do Governo Federal, sem direito a qualquer indenização: a) se depois de estabelecido, for o serviço interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos, ou se se verificar a incapacidade da concessionária para executar o serviço, salvo motivo de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo Governo Federal; b) se a concessionária incidir reiteradamente em infrações passíveis de multa. **Parágrafo Segundo** — A concessão será considerada preterita se o Governo Federal não julgar conveniente renovar-lhe o prazo. E, por assim estarem de acordo, mandou o Senhor Ministro lavrar o presente termo, que depois de lido e achado conforme, assina com a parte interessada e com as testemunhas — Almira Teixeira Pacobahyba e Carmen Sodré Felício dos Santos, oficiais administrativos classe «A» do Quadro Um, Departamento de Administração, Divisão de Orçamento deste Ministério e, comigo, Nelly de Albuquerque Machado, oficial administrativo classe «H» do mesmo Quadro e Ministério, que o escrevi. Rio de Janeiro, dezessete de março de mil novecentos e cinquenta e seis. Assinados: Lúcio Meira, Rael Ziller Ribeiro, Almira Teixeira Pacobahyba, Carmen Sodré Felício dos Santos e Nelly de Albuquerque Machado. (N. 8.547 — 20-3-56 — Cr. 867.00)

J. O.  
2/4/1956

Justiça ao 18608/40  
2.º Lt. 19-5-56  
E. Barreira







— As Repartições Públicas deverão remeter o expediente destinado à publicação nos jornais, diariamente, até às 15 horas, exceto aos sábados, quando deverão fazê-lo até as 11,30 horas.

— As reclamações pertinentes à matéria retribuída, nos casos de erros ou omissões deverão ser formuladas por escrito, à Seção de Redação, das 8 às 17,30 horas, e, no máximo, até 72 horas após a saída dos órgãos oficiais.

— Os originais deverão ser dactilografados e autenticados, ressalvadas, por quem de direito, rasuras e emendas.

— A matéria paga e as assinaturas serão recebidas das 8,30 às 18 horas, e, aos sábados, das 8,30 às 11,30 horas.

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— As assinaturas vencidas poderão ser suspensas sem aviso prévio.

# EXPEDIENTE

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

HELMUT HAMACHER

### DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional  
Avenida Rodrigues Alves, 1

#### ASSINATURAS

##### REPARTIÇÕES E PARTICULARES

###### Capital e Interior:

Semestre . . . . . Cr\$ 50,00  
Ano . . . . . Cr\$ 96,00

###### Exterior:

Ano . . . . . Cr\$ 136,00

##### FUNCIONÁRIOS:

###### Capital e Interior:

Semestre . . . . . Cr\$ 39,00  
Ano . . . . . Cr\$ 76,00

###### Exterior:

Ano . . . . . Cr\$ 108,00

Para facilitar aos assinantes a verificação do prazo de validade de suas assinaturas, na parte superior do enderço vão impressos o número do talão

de registro, o mês e o ano em que findará.

A fim de evitar solução de continuidade no recebimento dos jornais, devem os assinan-

tes providenciar a renovação com antecedência mínima, de trinta (30) dias.

— As Repartições deverão cingir-se às anuais renovadas fevereiro de cada iniciadas, em qual pelos órgãos comp

— A fim de proporcionar a remessa de valores em dos de esclarecimento à sua aplicação, dêem preferência por meio de cheque postal, emitidos pelo Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional

— Os suplementos dos órgãos o fornecerão aos assinantes os solicitarem.

— O custo de cada atrasado dos órgãos será, na venda avulsa, de Cr\$ 0,10, se o atraso for de um ano, e de Cr\$ 0,20, se for de dois anos.

vista o disposto no art. 5.º, n.º XII, da mesma Constituição.

#### DECRETA:

Art. 1.º Fica outorgada concessão à Rádio Cultura de Araçatuba Limitada, nos termos do art. 11, do Decreto n.º 24.655, de 11 de julho de 1934, e art. 16, do Decreto n.º 21.111, de 1.º de março de 1932, para estabelecer, na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, sem direito de exclusividade, uma estação radiodifusora de ondas médias, destinada a executar os serviços de radiodifusão.

Parágrafo único. O contrato decorrente desta concessão obedecerá às cláusulas que com este baixam, rubricadas pelo Ministro de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, devendo ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da data publicação deste decreto no Diário Oficial, sob pena de ser, desde logo, considerada nula a concessão.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

João Calé Filho.

Octavio Marcondes Ferraz

CLAUSULAS A QUE SE REFERE O DECRETO N.º 33 086, DESTA DATA

I

Fica assegurado à Rádio Cultura de Araçatuba Ltda. o direito de estabelecer, sem exclusividade, na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, uma estação radiodifusora de ondas médias, destinada a executar os serviços de radiodifusão, com finalidade de orientação intelectual e insubordinação a todas as exigências instituídas pelo Poder Público.

deral de, em qualquer tempo, desapropriar, no interesse geral, o serviço outorgado.

Parágrafo único. O presente contrato entrará em vigor a partir da data de seu registro pelo Tribunal de Contas, não se responsabilizando o Governo Federal por indenização alguma se por aquele Instituto lhe for denegado registro.

#### III

A concessionária é obrigada a:

- constituir sua diretoria exclusivamente de brasileiros natos;
- admitir, exclusivamente, operadores e locutores brasileiros natos e bem assim a empregar, efetivamente, nos outros serviços técnicos e administrativos, dois terços, no mínimo, de pessoal brasileiro;
- não transferir, direta ou indiretamente, a concessão;
- suspender, por tempo que for determinado, o serviço, todo ou em parte, nos casos previstos no regulamento dos serviços de radiocomunicação (Decreto n.º 21.111, de 1.º de março de 1932), ou no que vier a reger a matéria, e obedecer à primeira requisição da autoridade competente, e, havendo urgência, fazer cessar o serviço em ato sucessivo à intimação sem que, por isso, assista à Sociedade direito a qualquer indenização;
- submeter-se ao regime de fiscalização que for instituído pelo Governo Federal, bem como ao pagamento, adiantadamente, da quota mensal para as despesas de fiscalização e de quaisquer contribuições que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento sobre a matéria;
- fornecer ao Departamento dos Correios e Telégrafos todos os elementos que este venha a exigir para os efeitos de fiscalização e, bem assim, prestar-lhe, em qualquer tempo, todas as informações que permitam ao Governo Federal apreciar o modo como esta sendo executada

vidamente autenticadas e com o visto do órgão fiscalizador;

h) obedecer às posturas municipais aplicáveis ao serviço de concessão;

i) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico, bem como receber e transmitir, gratuitamente, nos dias e horas determinados, o programa pan-americano e todos os programas da rede nacional;

j) submeter, no prazo de três (3) meses, a contar da data do registro do contrato pelo Tribunal de Contas, a aprovação do Governo Federal, o local escolhido para a montagem da estação;

l) submeter, no prazo de seis (6) meses, a contar da data da aprovação do local, à aprovação do Governo Federal, as plantas, orçamentos e todas as especificações técnicas das instalações, inclusive a relação minuciosa do material a empregar;

m) inaugurar, no prazo de dois (2) anos, a contar da data da aprovação de que trata a alínea anterior, o serviço definitivo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo Federal;

n) submeter-se à ressalva do direito da União sobre todo o acervo da Sociedade, para garantia da liquidação de qualquer débito para com ela;

o) submeter-se à ressalva de que a frequência distribuída à sociedade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas no regulamento dos serviços de radiocomunicação (Decreto número 21.111) ou em outro que vier a ser baixado sobre o assunto, incidindo sempre sobre essa frequência o direito de posse da União;

p) submeter-se aos preceitos instituídos nas convenções e regulamentos internacionais, bem como a todas as disposições contidas em leis, re-

IV  
A concessionária n... rar, em qualquer te... tudos, nem fazer, t... ações, sem que tenh... autorização do Govê... sim como se obriga... estação em perfeito... com a eficiência i... acordo com as pre... que estiverem em vi... vigorar.

V  
No regime de fisco... instituído, fica asse... no Federal, quando... te, o direito de... melhor lhe aprover... turação e tudo que... sário a essa fiscaliz...

VI  
Pela inobservância... presentes cláusulas... teja prevista a im... da concessão, o... poderá, pelo órgão... por a concessionária... Cr\$ 100,00 (cem e... Cr\$ 5.000,00 (cinco... conforme a gravida...

Parágrafo único... de qualquer multa... Tesouraria do Depar... relos e Telégrafos... improrrogável de... contar da data da... diretamente a com... publicação do ato...

VII  
Em qualquer tem... à concessionária os... lação sobre desapr... cessidade ou utilida... quisições militares...

VIII  
A concessão será... duca, para todos os... to a qualquer inde... a) se, em todo o...

Parágrafo único  
corrente desta concessão  
as cláusulas que com  
publicadas pelo Minist  
dos Negócios da Viaçõe  
plicas, e deverá ser ass  
de 60 (sessenta) dias,  
data da publicação dest  
Diário Oficial sob n.º





# DECRETO LEGISLATIVO Nº 469, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DESPERTAR PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURAL E ARTÍSTICO DE CAMBUQUIRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cambuquira, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:  
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 824, de 17 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Despertar para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Cambuquira para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cambuquira, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

# DECRETO LEGISLATIVO Nº 470, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Una, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:  
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 902, de 22 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação dos Produtores Rurais para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Una, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

# DECRETO LEGISLATIVO Nº 471, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO DA APARECIDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uruará, Estado do Amazonas.

O Congresso Nacional decreta:  
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 916, de 22 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação dos Moradores do Bairro da Aparecida para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uruará, Estado do Amazonas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

# DECRETO LEGISLATIVO Nº 472, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à MEAC - MOVIMENTO ESPORTIVO AMADOR COQUEENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vitória do Mearim, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:  
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.221, de 30 de dezembro de 2008, que outorga autorização à MEAC - Movimento Esportivo Amador Coqueense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vitória do Mearim, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

# DECRETO LEGISLATIVO Nº 473, DE 2010

Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO COMUNICAÇÃO LMW LTDA-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:  
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Decreto s/nº, de 17 de julho de 2009, que outorga concessão à Rádio Comunicação LMW Ltda-ME para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

# DECRETO LEGISLATIVO Nº 474, DE 2010

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:  
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Decreto s/nº, de 12 de junho de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 2009, a concessão outorgada à Rádio Cultura de Araçatuba Ltda para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

# DECRETO LEGISLATIVO Nº 475, DE 2010

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO BARRETOES LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barretos, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:  
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Decreto s/nº, de 27 de fevereiro de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2009, a concessão outorgada à Rádio Barretos Ltda para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barretos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

# DECRETO LEGISLATIVO Nº 476, DE 2010

Aprova o ato que outorga concessão à DIFUSORA NATUREZA FM LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Miguel Arcanjo, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:  
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 875, de 19 de dezembro de 2008, que outorga concessão à Difusora Natureza FM Ltda para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de

exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Miguel Arcanjo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

# DECRETO LEGISLATIVO Nº 477, DE 2010

Aprova o ato que outorga concessão à DIFUSORA NATUREZA FM LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:  
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.012, de 23 de dezembro de 2008, que outorga concessão à Difusora Natureza FM Ltda para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

# DECRETO LEGISLATIVO Nº 478, DE 2010

Aprova o ato que outorga concessão à Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda - SIR para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Corrente, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:  
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 988, de 23 de dezembro de 2008, que outorga concessão à Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda - SIR para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Corrente, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

# DECRETO LEGISLATIVO Nº 479, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DE APIACAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apiacás, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:  
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.214, de 30 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação de Amigos de Apiacás para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apiacás, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:







## DECRETO DE 12 DE JUNHO DE 2009

Renova a concessão outorgada a Rádio Cultura de Atacatuba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Atacatuba, Estado do São Paulo.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, e nos termos dos arts. 66 da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 66, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000/025555/2003,

## DECRETA:

Art. 1º Esta renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 14 de novembro de 2009, a concessão para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Atacatuba, Estado do São Paulo, outorgada a Rádio Cultura de Atacatuba Ltda. pelo Decreto nº 38.086, de 12 de outubro de 1955, com renovação conferida pelo Decreto de 29 de setembro de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 2 de outubro de 2000, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 212, de 11 de setembro de 2002.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de junho de 2009, 188ª da Independência e 121ª da República.

LUIZ INACIO LULA DA SILVA  
Presidente

## DECRETO DE 12 DE JUNHO DE 2009

Renova a concessão outorgada a Rádio Tab de Nova Aurora Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Nova Aurora, Estado do Paraná.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, e nos termos dos arts. 66 da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 66, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000/001050/2006,

## DECRETA:

Art. 1º Esta renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 14 de maio de 2009, a concessão outorgada a Rádio Tab de Nova Aurora Ltda. por meio do Decreto nº 92.516, de 4 de abril de 1986, renovada pelo Decreto de 24 de abril de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 659, de 29 de agosto de 2004, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Nova Aurora, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de junho de 2009, 188ª da Independência e 121ª da República.

LUIZ INACIO LULA DA SILVA  
Presidente

## DECRETO DE 12 DE JUNHO DE 2009

Renova a concessão outorgada a Rádio Fátima Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, e nos termos dos arts. 66 da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 66, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000/007050/2004,

## DECRETA:

Art. 1º Esta renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 14 de maio de 2009, a concessão outorgada a Rádio Cabo Frio Ltda. pela Portaria MVOF nº 428, de 26 de junho de 1990, e renovada pelo Decreto de 13 de junho de 2001, publicado no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2001, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 505, de 17 de agosto de 2004, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de junho de 2009, 188ª da Independência e 121ª da República.

LUIZ INACIO LULA DA SILVA  
Presidente

## DECRETO DE 12 DE JUNHO DE 2009

Renova a concessão outorgada a Rádio Difusora de São João Nepomuceno Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de São João Nepomuceno, Estado de Minas Gerais.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, e nos termos dos arts. 66 da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 66, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e o que consta do Processo Administrativo nº 50710/00629/1994 e 53000/0031976/2004,

## DECRETA:

Art. 1º Esta renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 14 de maio de 2009, a concessão outorgada a Rádio Difusora de São João Nepomuceno Ltda. pela Portaria MVOF nº 772, de 24 de novembro de 1952, e renovada pelo Decreto nº 90.422, de 8 de novembro de 1984, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de São João Nepomuceno, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de junho de 2009, 188ª da Independência e 121ª da República.

LUIZ INACIO LULA DA SILVA  
Presidente

## DECRETO DE 12 DE JUNHO DE 2009

Renova a concessão outorgada a Rádio Matador Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, e nos termos dos arts. 66 da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 66, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000/022610/2005,

## DECRETA:

Art. 1º Esta renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 14 de novembro de 2009, a concessão outorgada a Rádio Matador Ltda. pelo Decreto nº 47.250, de 17 de novembro de 1959, renovada pelo Decreto de 16 de setembro de 1994, publicado no Diário Oficial da União de 19 de setembro de 1994, e aprovada pelo Decreto Legislativo nº 26, de 13 de agosto de 1996, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de junho de 2009, 188ª da Independência e 121ª da República.

LUIZ INACIO LULA DA SILVA  
Presidente

## DECRETO DE 12 DE JUNHO DE 2009

Renova a concessão outorgada a Rádio Matador Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Fátima, Estado do Rio Grande do Sul.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, e nos termos dos arts. 66 da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 66, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000/001810/2004,

## DECRETA:

Art. 1º Esta renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 14 de maio de 2009, a concessão outorgada a Rádio Matador Ltda. pela Portaria MVOF nº 113, de 28 de janeiro de 1955, e renovada pelo Decreto de 30 de janeiro de 1998, publicado no Diário Oficial da União de 2 de fevereiro de 1998, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 92, de 16 de maio de 2007, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Fátima, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de junho de 2009, 188ª da Independência e 121ª da República.

LUIZ INACIO LULA DA SILVA  
Presidente

## DECRETO DE 12 DE JUNHO DE 2009

Declara peremptória a concessão outorgada a Rádio Progresso de Contenda Ltda., com exceção do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Contenda, Estado do Paraná.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, e nos termos dos arts. 66 da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 66, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e o que consta do Processo Administrativo nº 53.650/000259/2004,

## DECRETA:

Art. 1º Esta declarada peremptória a concessão outorgada pelo Decreto nº 84.196, de 12 de novembro de 1979, a Rádio Progresso de Contenda Ltda., no Município de Contenda, Estado do Paraná, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias.

Art. 2º A peremptória somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 2º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de junho de 2009, 188ª da Independência e 121ª da República.

LUIZ INACIO LULA DA SILVA  
Presidente







# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

## República Federativa do Brasil

## Imprensa Nacional

Ano CXXXIX Nº 177

Brasília - DF, quinta-feira, 12 de setembro de 2002 R\$ 4,46



SEÇÃO

1

## Sumário

	PÁGINA
Ato do Congresso Nacional	1
Ato do Poder Executivo	2
Presidência da República	14
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	15
Ministério da Ciência e Tecnologia	19
Ministério da Cultura	19
Ministério da Defesa	19
Ministério da Educação	19
Ministério da Fazenda	19
Ministério da Integração Nacional	317
Ministério da Justiça	318
Ministério da Previdência e Assistência Social	323
Ministério da Saúde	323
Ministério das Comunicações	323
Ministério de Minas e Energia	323
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	365
Ministério do Meio Ambiente	373
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	376
Ministério do Trabalho e Emprego	378
Ministério dos Transportes	378
Ministério Público da União	379
Tribunal de Contas da União	380
Poder Legislativo	463
Poder Judiciário	477
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	478

## Ato do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 208, DE 2002

Aprova o ato que renova a concessão da FUNDACÃO NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Bragança, Estado do Pará.

## O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 316, de 29 de setembro de 2000, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1993, a concessão da Fundação Nossa Senhora do Rosário para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Bragança, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 11 de setembro de 2002  
Senador EDISON LOBÃO  
Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 209, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO RADIOCLUBE JORNAL MEIA PONTE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pirnópolis, Estado de Goiás.

## O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 634, de 5 de outubro de 2000, que autoriza a Associação Radioclube Jornal Meia Ponte a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pirnópolis, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 11 de setembro de 2002  
Senador EDISON LOBÃO  
Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 210, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RADIO NOVA FM DE BERNARDINO DE CAMPOS - ACRNBC/FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bernardino de Campos, Estado de São Paulo.

## O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 316, de 5 de julho de 2000, que autoriza a Associação Comunitária Rádio Nova FM de Bernardino de Campos - ACRNBC/FM a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bernardino de Campos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 11 de setembro de 2002  
Senador EDISON LOBÃO  
Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 211, DE 2002

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDACÃO CEARENSE DE PESQUISA E CULTURA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

## O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 31 de 31 de julho de 2000, que renova por dez anos, a partir de 5 de maio de 1991, a permissão outorgada à Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 11 de setembro de 2002  
Senador EDISON LOBÃO  
Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 212, DE 2002

Aprova o ato que renova a concessão da RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.

## O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 29 de setembro de 2000, que renova por dez anos, a partir de 1º de novembro de 1995, a concessão da Rádio Cultura de Araçatuba para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 11 de setembro de 2002  
Senador EDISON LOBÃO  
Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência

## SEGURANÇA E AUTENTICIDADE



O acesso às informações oficiais no site da Imprensa Nacional tem a segurança da Certificação Digital da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira: ICP-Brasil.

Saiba mais em [www.in.gov.br](http://www.in.gov.br).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



**DECRETA:**

Art. 1º Fica renovada a concessão das entidades abaixo mencionadas, para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de dez anos, serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I **EMPRESA DE COMUNICAÇÃO SAMPAIO LTDA.**, a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas, outorgada originariamente a Rádio Educadora Sampaio Ltda., atualmente denominada Sampaio Rádio e Televisão Ltda., conforme Portaria CONTEL nº 131, de 25 de novembro de 1964, renovada pelo Decreto nº 91.670, de 20 de setembro de 1985, e transferida pelo Decreto de 18 de julho de 1997, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 53610.000148/94),

II **RADIO ANHANGUERA S/A**, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, outorgada pelo Decreto nº 37.338, de 13 de maio de 1955, e renovada pelo Decreto nº 89.472, de 21 de março de 1984 (Processo nº 29670.000236/93),

III **RADIO RIVIERA LTDA.**, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, outorgada pelo Decreto nº 926, de 27 de abril de 1962, e renovada pelo Decreto nº 89.534, de 9 de abril de 1984 (Processo nº 29670.000410/93),

IV **RADIO BURITI LTDA.**, a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Rio Verde, Estado de Goiás, outorgada originariamente a Rádio Difusora Brasileira S/A, pela Portaria MVOP nº 285, de 28 de maio de 1956, transferida para a Rádio Difusora de Rio Verde Ltda., mediante Portaria nº 63, de 23 de abril de 1981, renovada pelo Decreto nº 89.592, de 27 de abril de 1984, transferida para a Rádio Sudoeste AM Ltda., conforme Decreto nº 93.576, de 13 de novembro de 1986, e transferida para a concessionária de que trata este inciso pelo Decreto de 4 de junho de 1996 (Processo nº 29670.000455/93),

V **SOCIEDADE MINEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA.**, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, outorgada pelo Decreto nº 48.089, de 8 de abril de 1960, e renovada pelo Decreto nº 89.231, de 22 de dezembro de 1983 (Processo nº 50710.000746/93),

VI **RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA.**, a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Apucarana, Estado do Paraná, outorgada pela Portaria MVOP nº 668, de 24 de novembro de 1958, e renovada pelo Decreto nº 91.822, de 22 de outubro de 1985 (Processo nº 53740.000026/94),

VII **RADIO CIDADE DE CURITIBA LTDA.**, a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, outorgada pela Portaria MVOP nº 719, de 02 de setembro de 1955, e renovada pelo Decreto nº 90.278, de 3 de outubro de 1984 (Processo nº 53740.000002/94),

VIII **RADIO JAGUARIAÍVA LTDA.**, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Jaguariá, Estado do Paraná, outorgada pelo Decreto nº 850, de 06 de abril de 1962, e renovada pelo Decreto nº 89.007, de 16 de novembro de 1983 (Processo nº 53740.000034/93),

IX **DIFUSORAS DE PERNAMBUCO LTDA.**, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Limoeiro, Estado de Pernambuco, originariamente outorgada a Empresa Jornal do Comércio S/A, mediante Decreto nº 38.564, de 13 de janeiro de 1956, transferida para a Emissoras Guararapes Ltda., conforme Decreto nº 82.789, de 4 de dezembro de 1978, e renovada e transferida para a concessionária de que trata este inciso pelo Decreto nº 91.385, de 1º de julho de 1985 (Processo nº 29103.000445/93),

X **DIFUSORAS DE PERNAMBUCO LTDA.**, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Pesqueira, Estado de Pernambuco, originariamente outorgada a Empresa Jornal do Comércio S/A, mediante Decreto nº 27.901, de 21 de março de 1950, transferida para a Emissoras Guararapes Ltda., pelo Decreto nº 82.788, de 4 de dezembro de 1978, renovada e transferida para a concessionária de que trata este inciso pelo Decreto nº 91.386, de 1º de julho de 1985 (Processo nº 29103.000444/93),

XI **FUNDAÇÃO EMISSORA RURAL A VOZ DO SÃO FRANCISCO**, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco, mediante Decreto nº 821, de 2 de abril de 1962, e renovada pelo Decreto nº 92.775, de 12 de junho de 1986 (Processo nº 29103.000204/93),

XII **RADIO CLUBE DE PERNAMBUCO S/A**, a partir de 1º de maio de 1993, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, outorgada pelo Decreto nº 402, de 31 de outubro de 1935, e renovada pelo Decreto nº 89.778, de 13 de junho de 1984 (Processo nº 29103.000028/93),

XIII **RADIO TAMANDARÉ S/A**, a partir de 1º de maio de 1993, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, outorgada pelo Decreto nº 27.634, de 27 de dezembro de 1949, e renovada pelo Decreto nº 94.181, de 6 de abril de 1987 (Processo nº 29650.000014/93),

XIV **SOCIEDADE RADIO EMISSORA CONTINENTAL DO RECIFE LTDA.**, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, outorgada pelo Decreto nº 43.901, de 13 de junho de 1958, e renovada pelo Decreto nº 90.418, de 8 de novembro de 1984 (Processo nº 29103.000448/93),

XV **RADIO CULTURA FLUMINENSE LTDA.**, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro, outorgada pelo Decreto nº 1.116, de 25 de setembro de 1936, e renovada pelo Decreto nº 91.750, de 4 de outubro de 1985 (Processo nº 53770.000251/93),

XVI **S/A RADIO TUPI**, a partir de 1º de maio de 1993, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, outorgada pelo Decreto nº 29.238, de 29 de janeiro de 1951, e renovada pelo Decreto nº 89.510, de 4 de abril de 1984 (Processo nº 50770.000119/93),

XVII **RADIO RURAL DE CONCÓRDIA LTDA.**, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina, originariamente outorgada a Rádio Rural de Concórdia Ltda., mediante Decreto nº 47.807, de 20 de fevereiro de 1960, transferida para a Fundação Rádio Rural, conforme Decreto nº 86.269, de 5 de agosto de 1981, renovada pelo Decreto nº 88.581, de 2 de agosto de 1983, e transferida pelo Decreto de 25 de maio de 1999, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 50820.000634/93),

XVIII **RADIO CULTURA AM S/A**, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, originariamente outorgada a Rádio Anita Garibaldi S/A, pelo Decreto nº 37.336, de 12 de maio de 1955, transferida para a Rádio e Televisão Cultura S/A, conforme Decreto nº 77.627, de 9 de março de 1976, renovada pelo Decreto nº 89.007, de 16 de novembro de 1983, e

transferida para a concessionária de que trata este inciso pelo Decreto de 17 de julho de 1993 (Processo nº 50820.000633/93)

XIX **RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA.**, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, outorgada pelo Decreto nº 38.086, de 12 de outubro de 1955, e renovada pelo Decreto nº 89.472, de 21 de março de 1984 (Processo nº 50830.001000/93),

XX **RADIO EDUCADORA DE CAMPINAS LTDA.**, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, outorgada pelo Decreto nº 1.238, de 25 de junho de 1962, e renovada pelo Decreto nº 93.261, de 17 de setembro de 1986 (Processo nº 50830.000940/93),

XXI **RADIO EMISSORA CONVENÇÃO DE ITU S/C LTDA.**, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Itú, Estado de São Paulo, outorgada originariamente a Rádio Emissora Convenção de Itú S/A, conforme Decreto nº 22.387, de 31 de dezembro de 1946, renovada pelo Decreto nº 91.746, de 4 de outubro de 1985, e transferida pelo Decreto de 9 de agosto de 1996, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 50830.000807/93),

XXII **RADIO DIÁRIO DE MOGI LTDA.**, a partir de 1º de maio de 1993, na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria MVOP nº 867, de 30 de setembro de 1946, e renovada pelo Decreto nº 91.748, de 4 de outubro de 1985 (Processo nº 50830.000097/93),

XXIII **RADIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA.**, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, outorgada originariamente a Rádio e Televisão Bandeirantes S/A, pelo Decreto nº 1.239, de 25 de junho de 1962, renovada pelo Decreto nº 91.746, de 4 de outubro de 1985, e autorizada a mudar a sua denominação social e tipo societário para a atual, conforme Portaria nº 43, de 4 de fevereiro de 1987 (Processo nº 50830.000966/93)

Art. 2º Fica renovada a concessão das entidades abaixo mencionadas, para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de dez anos, serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas:

I **SOCIEDADE RADIO GUARUJÁ LTDA.**, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, outorgada pelo Decreto nº 38.569, de 14 de janeiro de 1956, e renovada pelo Decreto nº 88.890, de 19 de outubro de 1983 (Processo nº 50820.000540/93),

II **FUNDAÇÃO CÁSPER LÍBERO**, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, outorgada pelo Decreto nº 31.057, de 30 de junho de 1952, e renovada pelo Decreto nº 91.747, de 4 de outubro de 1985 (Processo nº 50830.000993/93)

Art. 3º Fica renovada, por dez anos, a partir de 1º de maio de 1993, a concessão para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda tropical:

I **FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO**, a partir de 1º de maio de 1993, na cidade de Bragança, Estado do Pará, outorgada originariamente a Rádio Educadora de Bragança Ltda., renovada pelo Decreto nº 91.744, de 4 de outubro de 1985, e transferida pelo Decreto de 23 de janeiro de 1997, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 50720.000226/93),

II **FUNDAÇÃO EMISSORA RURAL A VOZ DO SÃO FRANCISCO**, a partir de 1º de maio de 1993, na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco, outorgada pelo Decreto nº 820, de 2 de abril de 1962, e renovada pelo Decreto nº 92.776, de 12 de junho de 1986 (Processo nº 29103.000016/93)

Art. 4º A exploração do serviço de radiodifusão, cujas concessões são renovadas por este Decreto, rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos

Art. 5º A renovação da concessão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Brasília, 29 de setembro de 2000, 179ª da Independência e 112ª da República

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
Pimenta da Veiga

DECRETO DE 29 DE SETEMBRO DE 2000.

Outorga a ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S/A concessão para exploração do serviço público de transmissão de energia elétrica, relativo a linha de transmissão Campos Novos - Blumenau e instalações vinculadas, localizada em Municípios do Estado de Santa Catarina, e das outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição e tendo em vista o disposto nas Leis nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e 9.074, de 7 de julho de 1995, e o que consta do Processo nº 48500.004744/99-39.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica outorgada a ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S/A concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, para implantação, operação e manutenção da linha de transmissão Campos Novos - Blumenau, em 525 kV, com 252,5 km de extensão, do autotransformador em 525/230 kV na subestação de Blumenau, das entradas de linha, das conexões do autotransformador, da interligação de barra na subestação de Campos Novos e instalações vinculadas, localizadas nos Municípios de Campos Novos, Curitibaanos, Taio, Rio do Oeste, Presidente Getúlio, Dona Ermina, Itirama, Benedito Novo, Timbo, Pomerode e Blumenau, no Estado de Santa Catarina



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



D.O.21.22.0384



Decreto n.º 89.472 de 21 de março de 1984

Renova por 10 (dez) anos as concessões outorgadas às entidades relacionadas em anexo para explorarem serviços de radiodifusão sonora em onda média, nas cidades e unidades da Federação indicadas.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, combina do com o artigo 8º, item XV, letra "a", da Constituição, e nos termos do artigo 6º, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos MC nºs 130.522/83, 172.819/83, 130.330/83, 100.336/83, 171.571/83, 130.329/83 e 172.695/83, decreta:

Art. 1º - Ficam, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e artigo 2º, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, renovadas por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 1983, as concessões outorgadas às entidades relacionadas neste artigo, junto com os seus demais elementos identificadores, para explorarem, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

- Ato de Outorga: Decreto nº 818, de 02 de abril de 1962.  
Entidade: FUNDAÇÃO SANTA LUZIA DE MOSSORÓ.  
Cidade: Mossoró  
Unidade da Federação: Rio Grande do Norte.
- Ato de Outorga: Decreto nº 19.398, de 10 de agosto de 1945.  
Entidade: RÁDIO DIFUSORA TAUBATÉ LTDA.  
Cidade: Taubaté  
Unidade da Federação: São Paulo.
- Ato de Outorga: Decreto nº 415, de 22 de dezembro de 1961.  
Entidade: RÁDIO PAULISTA LTDA.  
Cidade: Recife  
Unidade da Federação: Pernambuco.
- Ato de Outorga: Decreto nº 37.338, de 13 de maio de 1955.  
Entidade: RÁDIO ANHANGUERA S/A.  
Cidade: Goiânia  
Unidade da Federação: Goiás.

*[Assinatura]*





- Ato de Outorga: Decreto nº 31.486, de 19 de setembro de 1952.  
Entidade: RÁDIO EXCELSIOR S.A. ✓  
Cidade: São Paulo  
Unidade da Federação: São Paulo.
- Ato de Outorga: Decreto nº 46.226, de 16 de janeiro de 1959  
Entidade: RÁDIO PAULISTA LTDA.  
Cidade: Paulista  
Unidade da Federação: Pernambuco.
- Ato de Outorga: Decreto nº 38.086, de 12 de outubro de 1955  
Entidade: RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA.  
Cidade: Araçatuba  
Unidade da Federação: São Paulo.

Parágrafo único - A execução do serviço de radiodifusão sonora, cujas outorgas são renovadas por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais as entidades aderiram previamente.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, DF,                      de                      de 1984; 163º da Independência e 96º da República.



**Publicado no D.O.U.  
de 28/ 06/ 2017,  
Seção: III, Página: 07**

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA., OBJETIVANDO A ADAPTAÇÃO DA OUTORGA PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NO MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA, ESTADO DE SÃO PAULO.

Aos VINTE E TRÊS dias do mês de JUNHO do ano dois mil e DEZESSETE, a **UNIÃO**, representada pelo Ministro de Estado da Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, **GILBERTO KASSAB**, e a **RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA.**, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, C.N.P.J. n.º 43.744.713/0001-72, representada por seu Procurador, **Nivaldo Quessa**, inscrito no RG. n.º 4.570.765-0, SSP/SP, CPF n.º 311.842.438-91, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA objetivando a adaptação da outorga para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Araçatuba, estado de São Paulo, decorrente da concessão outorgada à Rádio Cultura de Araçatuba Ltda., por meio do Decreto n.º 38.086, de 12 de outubro de 1955, para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Araçatuba, estado de São Paulo. A execução do serviço, objeto do presente Termo, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, pelo Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, pelo Contrato de Concessão e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula 1ª.** Fica outorgado à Rádio Cultura de Araçatuba Ltda., o canal 294 (duzentos e noventa e quatro), Classe B1 correspondente à frequência 106,7 MHz, destinado à execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos previstos no Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013.

**§ 1º.** A celebração deste Termo Aditivo não altera os prazos e condições previstos no Contrato de Concessão, inclusive no que concerne à localidade de execução do serviço e ao seu prazo de vigência, sem prejuízo de sua renovação, nos termos da legislação em vigor.

**§ 2º.** Enquanto não estiver concluído o processo de renovação n.º 53900.043600/2016-51, a execução do serviço será mantida em caráter precário, podendo ou não a renovação vir a se concretizar

**Cláusula 2ª.** A PERMISSIONÁRIA é obrigada a:

**a)** publicar o extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial da União no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de sua assinatura;

**b)** apresentar projeto de aprovação de locais e uso de equipamentos ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contado da publicação do extrato do presente Termo Aditivo;

**c)** após instalada a estação de transmissão, requerer ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações a expedição de Licença para Funcionamento de Estação;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

22/06/2017 08:57

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



**d)** iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação do ato de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União;

**Cláusula 3ª.** O canal de radiofrequência outorgado à PERMISSIONÁRIA, para a prestação do serviço objeto do presente Termo Aditivo, não constitui direito de propriedade e ficará sujeito às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

**§ 1º** O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a PERMISSIONÁRIA atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

**§ 2º** O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição dos canais de radiofrequência outorgados, por motivo de ordem técnica, defesa nacional, necessidade dos serviços federais ou para melhor aproveitamento do espectro radioelétrico.

**§ 3º** A substituição de canal de radiofrequência poderá se dar, ainda, a requerimento da PERMISSIONÁRIA, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou autorizadas.

**Cláusula 4ª.** O não cumprimento dos prazos estabelecidos nas alíneas “a”, “b” e “d” da Cláusula 2ª caracterizará o desinteresse da PERMISSIONÁRIA na adaptação da outorga, implicando a revogação da outorga do respectivo canal de radiofrequência para operação em frequência modulada.

**Cláusula 5ª.** Findo o prazo da permissão para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, se não houver renovação e esta for declarada perempta ou, ainda, se antes de vencido o prazo de outorga for a concessão cancelada ficará o presente Termo Aditivo automaticamente rescindido, sem que a PERMISSIONÁRIA tenha direito a qualquer indenização ou retorno das operações em ondas médias.

**Cláusula 6ª.** As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste Termo Aditivo.

**Cláusula 7ª.** Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes do Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Ondas Médias no município de **Araçatuba**, estado de **São Paulo**.

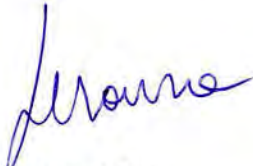
E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Termo Aditivo de Contrato de Concessão, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vai assinado pelas partes perante 2 (duas) testemunhas.

**Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,  
Inovações e Comunicações**



**Permissionária**



  
\_\_\_\_\_  
Testemunha  
\_\_\_\_\_  
Testemunha

Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 21/06/2017, às 21:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1972045** e o código CRC **8E1F493D**.

Referência: Processo nº 53000.018631/2014-55

SEI nº 1972045



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

22/06/2017 08:57

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



LICENÇA PARA SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA  
EM ONDA MÉDIA

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

RÁDIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA

43.744.713/0001-72

DENOMINAÇÕES DE FANTASIA

\*\*\*\*\*

LOCALIDADE

ARACATUBA

MUNICÍPIO

ARACATUBA

U.F.

SP

FREQUÊNCIA (kHz)

1340

POTÊNCIA (kW)

5,0/0,5

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

ILIMITADO

IND. DE CHAMADA

ZYK-543

LOCALIZAÇÃO

TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

ENDEREÇO

FAZENDA TRÊS MENINAS

LOCALIDADE

ARACATUBA

MUNICÍPIO

ARACATUBA

U.F.

SP

COORD. GEOGRÁF.

21°12'S

50°26'W

ESTÚDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO

RUA OSWALDO CRUZ, 67

LOCALIDADE

ARACATUBA

MUNICÍPIO

ARACATUBA

U.F.

SP

ESTÚDIO AUXILIAR

ENDEREÇO

\*\*\*\*\*

LOCALIDADE

MUNICÍPIO

U.F.

TRANSMISSORES

PRINCIPAL

FABRICANTE

SNE-SOCIEDADE NACIONAL DE ELETRÔNICA LTDA

RCA-RÁDIO CORPORATION OF AMERICA (NOTURNO)

MODELO

BTA-5000T

BTA-1L

POTÊNCIA (kW)

5,0/0,5

1,0/0,5

CÓD. DENTEL

0416/84

0722/81

AUXILIAR

FABRICANTE

RCA-RÁDIO CORPORATION OF AMERICA

MODELO

BTA-1L

POTÊNCIA (kW)

1,0/0,5

CÓD. DENTEL

0722/81

SISTEMA IRRADIANTE

TIPO

ONIDIRECIONAL

TORRES

1

H (m)

63

AZ 21 (°)

\*\*\*\*\*

AZ 31 (°)

\*\*\*\*\*

S<sub>21</sub> (m)

S<sub>31</sub> (m)

ψ<sub>21</sub> (°)

ψ<sub>31</sub> (°)

I<sub>2</sub>/I<sub>1</sub>

I<sub>3</sub>/I<sub>1</sub>

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

SISTEMA DE TERRA

120 RADIAIS DE 60 METROS DE COMPRIMENTO, ESPACADAS DE 3 EM 3 GRAUS

DATA DE EMISSÃO

29.08.85

DATA EMISSÃO 1ª LICENÇA

\*\*\*\*\*

CARIMBO E ASSINATURA

Dir. de Defesa Regional  
de DENTEL em São Paulo



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

/SPO/SLJ/sncn

0 172.695/83



Todos ▾Download Canais

2 total de registros | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtros

Ações	Status ▾	CNPJ ▾	Entidade ▾	NumFistel ▾	Carater ▾	Finalidade ▾	Serviço ▾	Num Serviço ▾	UF ▾	Município ▾	Local Especifico ▾	Canal ▾	Dec ▾	Frequência ▾	Classe ▾	Categoria da Estação ▾	Latitude ▾	Longitude ▾	ERP ▾	HCI ▾	Fistel Geradora ▾	Fase ▾	Data ▾	ID Estaçã
		43744713000172				(Todos) ▾																		
Ver Estações ▾ ▾	FM-C4 (Canal Licenciado)	43744713000172	RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA - ME	02008012603	P	Comercial	FM	230	SP	Araçatuba		238		95.5	A4	Principal	21° 12' 19.91" S	50° 26' 18.31" W	9.0239	65		2	2023-05-05 21:50:32	
Ver Estações ▾ ▾	FM-C4 (Canal Licenciado)	43744713000172	RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	50415114624	P	Comercial	FM	230	SP	Araçatuba		294		106.7	B1	Principal	21° 14' 21.59" S	50° 24' 28.40" W	5.7601	46		1	2023-04-13 09:45:22	

Id solicitação: 57dbac58844ee

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA - ME	
<b>Nome Fantasia:</b>	
<b>Telefone:</b> (18) 2103-5967	<b>E-mail:</b> aracatubense@terra.com.br
<b>CNPJ:</b> 43.744.713/0001-72	<b>Número do Fistel:</b> 50415114624
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 01/11/2003	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> 01/11/2023	
<b>Observações:</b> Ato nº 1401, de 18/05/2016, publicado na Seção 1, p.7, do DOU de 25/05/2016.	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> RUA OSWALDO CRUZ	<b>Complemento:</b> TÉRREO	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 67	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16010040

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> Senador Teotônio Vilela	<b>Complemento:</b> RODOVIA	
<b>Bairro:</b> Alvorada	<b>Numero:</b> S/Nº	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16016500

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> Marechal Deodoro	<b>Complemento:</b> SOBRE LOJA	
<b>Bairro:</b> Centro	<b>Numero:</b> 675A	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16010301

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 294	<b>Frequência:</b> 106.7 MHz	<b>Classe:</b> B1	<b>ERP Máxima:</b> 5.7601kW
<b>HCI:</b> 46 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 1

## Informações da Estação



23/15/08/53 eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Informações Gerais	
<b>Número da Estação:</b> 1006381179	<b>Número Indicativo:</b> ZYE482
<b>Data Último Licenciamento:</b> 20/09/2022	<b>Número da Licença:</b> 53500.291076/2022-83

Estação Principal		
Localização		
<b>Latitude:</b> 21° 14' 21.59" S	<b>Longitude:</b> 50° 24' 28.40" W	<b>Cota da base:</b> 396.5 m

Transmissor Principal	
<b>Código Equipamento:</b> 002850402252	<b>Modelo:</b> FM 3000
<b>Fabricante:</b> Marcelo Amorim de Godoy -EPP	<b>Potência de Operação:</b> 1.99 kW

Linha de Transmissão Principal			
<b>Modelo:</b> LCF15850JL	<b>Fabricante:</b> RFS- RADIO FREQUENCY SYSTEMS		
<b>Comprimento da Linha:</b> 55 m	<b>Atenuação:</b> 0.735 dB/100m	<b>Perdas Acessórias:</b> 0.5 dB	<b>Impedância:</b> 50 ohms

Antena Principal					
<b>Modelo:</b> AQV-4 ELEM	<b>Fabricante:</b> INOVATOR ANTENAS				
<b>Ganho:</b> 5.52 dBd	<b>Beam-Tilt:</b> 0 °	<b>Orientação NV:</b> 220 °	<b>Polarização:</b> Vertical	<b>HCI:</b> 46 m	<b>ERP Máxima:</b> 5.76 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 2.27	5°: 2.27	10°: 2.27	15°: 2.38	20°: 2.38	25°: 2.38	30°: 2.38	35°: 2.38	40°: 2.38	45°: 2.38	50°: 2.38	55°: 2.38
60°: 2.38	65°: 2.38	70°: 2.27	75°: 2.27	80°: 2.27	85°: 2.27	90°: 2.16	95°: 2.16	100°: 2.16	105°: 2.16	110°: 2.05	115°: 2.05
120°: 2.05	125°: 1.94	130°: 1.94	135°: 1.83	140°: 1.72	145°: 1.62	150°: 1.51	155°: 1.31	160°: 1.21	165°: 1.11	170°: 1.01	175°: 0.82
180°: 0.72	185°: 0.63	190°: 0.45	195°: 0.26	200°: 0.18	205°: 0.09	210°: 0.09	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0.09	235°: 0.09
240°: 0.18	245°: 0.26	250°: 0.35	255°: 0.45	260°: 0.63	265°: 0.72	270°: 0.92	275°: 1.01	280°: 1.11	285°: 1.21	290°: 1.41	295°: 1.51
300°: 1.72	305°: 1.83	310°: 1.94	315°: 1.94	320°: 2.05	325°: 2.16	330°: 2.16	335°: 2.16	340°: 2.16	345°: 2.27	350°: 2.27	355°: 2.27

Coordenadas por radial											
0°: Lat 21°6'58.16" S Lon 50°24'28.4" W	5°: Lat 21°6'17.33" S Lon 50°23'42.99" W	10°: Lat 21°6'8.85" S Lon 50°22'55.28" W	15°: Lat 21°6'4.54" S Lon 50°22'5.65" W	20°: Lat 21°6'0.2" S Lon 50°21'12.81" W	25°: Lat 21°6'35.19" S Lon 50°20'35.3" W	30°: Lat 21°7'49.31" S Lon 50°20'25.62" W	35°: Lat 21°8'49.38" S Lon 50°20'19.04" W	40°: Lat 21°9'3.64" S Lon 50°19'20.95" W	45°: Lat 21°9'34.79" S Lon 50°18'47.52" W	50°: Lat 21°9'54.76" S Lon 50°18'36.36" W	55°: Lat 21°10'31.63" S Lon 50°18'36.36" W
60°: Lat 21°11'5.85" S Lon 50°18'25.01" W	65°: Lat 21°11'38.12" S Lon 50°18'12.69" W	70°: Lat 21°12'6.02" S Lon 50°17'49.27" W	75°: Lat 21°12'41.42" S Lon 50°17'47.93" W	80°: Lat 21°13'12.68" S Lon 50°17'30.06" W	85°: Lat 21°13'45.68" S Lon 50°17'30.06" W	90°: Lat 21°14'21.46" S Lon 50°17'48.99" W	95°: Lat 21°14'52.26" S Lon 50°18'10.76" W	100°: Lat 21°15'29.39" S Lon 50°17'34.96" W	105°: Lat 21°15'57.82" S Lon 50°17'50.18'2.53" W	110°: Lat 21°16'23.94" S Lon 50°18'27.33" W	115°: Lat 21°16'38.8" S Lon 50°19'12.44" W
120°: Lat 21°17'11.05" S Lon 50°19'13.24" W	125°: Lat 21°17'49.6" S Lon 50°19'9.43" W	130°: Lat 21°18'11.67" S Lon 50°19'34" W	135°: Lat 21°18'24.66" S Lon 50°20'7.44" W	140°: Lat 21°17'57.72" S Lon 50°21'13.72" W	145°: Lat 21°17'29.99" S Lon 50°22'6.81" W	150°: Lat 21°17'32.56" S Lon 50°23'0.06" W	155°: Lat 21°17'45.74" S Lon 50°24'6.23" W	160°: Lat 21°17'53.27" S Lon 50°25'23.57" W	165°: Lat 21°17'59.18" S Lon 50°26'3.25" W	170°: Lat 21°18'3.43" S Lon 50°27'46.42" W	175°: Lat 21°18'10.72" S Lon 50°28'6.89" W
180°: Lat 21°18'25.83" S Lon 50°24'28.4" W	185°: Lat 21°19'2.69" S Lon 50°24'54.8" W	190°: Lat 21°19'27.5" S Lon 50°25'26.31" W	195°: Lat 21°19'39.95" S Lon 50°26'0" W	200°: Lat 21°20'38.14" S Lon 50°26'55.56" W	205°: Lat 21°20'59.14" S Lon 50°27'47.46" W	210°: Lat 21°20'20.92" S Lon 50°28'11.16" W	215°: Lat 21°20'51.94" S Lon 50°29'21.92" W	220°: Lat 21°20'8.46" S Lon 50°29'40.95" W	225°: Lat 21°19'41.75" S Lon 50°30'12.21" W	230°: Lat 21°19'15.65" S Lon 50°30'44.74" W	235°: Lat 21°18'38.52" S Lon 50°31'2.47" W
240°: Lat 21°18'5.53" S Lon 50°31'24.99" W	245°: Lat 21°17'12.83" S Lon 50°31'2.81" W	250°: Lat 21°16'41.75" S Lon 50°31'22.09" W	255°: Lat 21°16'16.18" S Lon 50°32'8.03" W	260°: Lat 21°15'39.23" S Lon 50°32'21.99" W	265°: Lat 21°14'59.23" S Lon 50°32'12.23" W	270°: Lat 21°14'21.43" S Lon 50°31'53.62" W	275°: Lat 21°13'46.93" S Lon 50°31'31.62" W	280°: Lat 21°13'11.85" S Lon 50°31'31.76" W	285°: Lat 21°12'36.5" S Lon 50°31'28.53" W	290°: Lat 21°12'1.14" S Lon 50°31'21.87" W	295°: Lat 21°11'24.07" S Lon 50°31'16.38" W
300°: Lat 21°10'51.61" S Lon 50°30'58.22" W	305°: Lat 21°10'15.29" S Lon 50°30'45.43" W	310°: Lat 21°9'48.65" S Lon 50°30'17.07" W	315°: Lat 21°9'11.3" S Lon 50°30'30'1.01" W	320°: Lat 21°8'41.83" S Lon 50°29'34.01" W	325°: Lat 21°8'26.07" S Lon 50°28'55.26" W	330°: Lat 21°7'57.53" S Lon 50°28'26.1" W	335°: Lat 21°7'43.98" S Lon 50°27'47.16" W	340°: Lat 21°7'29.34" S Lon 50°27'9.25" W	345°: Lat 21°7'17.84" S Lon 50°26'30.12" W	350°: Lat 21°7'4.89" S Lon 50°25'50.95" W	355°: Lat 21°6'55.12" S Lon 50°25'10.28" W

Distância por radial											
0°: 13.7	5°: 15	10°: 15.5	15°: 15.9	20°: 16.5	25°: 15.9	30°: 14	35°: 12.5	40°: 12.8	45°: 12.5	50°: 12.8	55°: 12.4



60°: 12.1	65°: 11.9	70°: 12.2	75°: 11.9	80°: 12.2	85°: 12.7	90°: 11.5	95°: 10.9	100°: 12.1	105°: 11.5	110°: 11.1	115°: 10
120°: 10.5	125°: 11.2	130°: 11.1	135°: 10.6	140°: 8.7	145°: 7.1	150°: 6.8	155°: 7	160°: 7	165°: 7	170°: 7	175°: 7.1
180°: 7.5	185°: 8.7	190°: 9.6	195°: 10.2	200°: 12.4	205°: 13.5	210°: 12.8	215°: 14.7	220°: 14	225°: 14	230°: 14.1	235°: 13.8
240°: 13.8	245°: 12.5	250°: 12.7	255°: 13.7	260°: 13.8	265°: 13.4	270°: 12.8	275°: 12.2	280°: 12.4	285°: 12.5	290°: 12.7	295°: 13
300°: 13	305°: 13.3	310°: 13.1	315°: 13.5	320°: 13.7	325°: 13.4	330°: 13.7	335°: 13.5	340°: 13.5	345°: 13.5	350°: 13.7	355°: 13.8

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
<b>Código Equipamento:</b>	<b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado
<b>Fabricante:</b>	<b>Potência de Operação:</b> kW

Transmissor Auxiliar 2	
<b>Código Equipamento:</b>	<b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado
<b>Fabricante:</b>	<b>Potência de Operação:</b> kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
<b>Modelo:</b>	<b>Fabricante:</b>		
<b>Comprimento da Linha:</b> m	<b>Atenuação:</b> dB/100m	<b>Perdas Acessórias:</b> dB	<b>Impedância:</b> ohms

Antena Auxiliar					
<b>Modelo:</b>	<b>Fabricante:</b>				
<b>Ganho:</b> dBd	<b>Beam-Tilt:</b> °	<b>Orientação NV:</b> °	<b>Polarização:</b>	<b>HCI:</b> m	<b>ERP Máxima:</b> 5.76 kW
RDS					
<b>Código PI:</b>					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
299831955	38086	Decreto	PR	12/10/1955	03/12/1955	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
012500608612017 14	451	Despacho	MCTIC	26/03/2018	29/03/2018	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	77219	Decreto	PR	23/02/1976	24/02/1976	Renovação	Jurídico
1726951983	89472	Decreto	PR	21/03/1984	22/03/1984	Renovação	Jurídico
538300018551994	14	Portaria	MC	09/01/1996	30/01/1996	Multa	Jurídico
508300010001993	11	Decreto	PR	29/09/2000	02/10/2000	Renovação	Jurídico
538300010621998	187	Portaria	MC	12/06/2002	25/06/2002	Multa	Jurídico
538300012411997	180602	Despacho	MC	18/06/2002		Advertência	Jurídico
508300010001993	212	Decreto Legislativo	CN	11/09/2002	12/09/2002	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
530000255552003	11	Decreto	PR	12/06/2009	15/06/2009	Renovação	Jurídico
530000255552003	474	Decreto Legislativo	CN	06/07/2010	07/07/2010	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.081347/201 7-27	13931	Ato	ORLE	17/11/2017	11/12/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53000.032129/201 3-76	2839	Portaria	MC	02/01/2020	23/01/2020	Multa	Técnico



530000441992013 77	8734	Portaria	MC	16/03/2023	12/04/2023	Renovação	Jurídico
-----------------------	------	----------	----	------------	------------	-----------	----------

Horário de funcionamento
--------------------------





Id solicitação: 57dbac4522473

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA - ME	
<b>Nome Fantasia:</b>	
<b>Telefone:</b> (18) 2103-5967	<b>E-mail:</b> aracatubense@terra.com.br
<b>CNPJ:</b> 43.744.713/0001-72	<b>Número do Fistel:</b> 02008012603
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 05/11/1996	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> 05/11/2026	
<b>Observações:</b> RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> RUA OSWALDO CRUZ	<b>Complemento:</b> TÉRREO	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 67	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16010040

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> RUA OSWALDO CRUZ	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 67	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16010040

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> Rua Oswaldo Cruz	<b>Complemento:</b> Ed Vidal, 12º andar	
<b>Bairro:</b> Centro	<b>Numero:</b> 01	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16010040

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> Rua Oswaldo Cruz	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Centro	<b>Numero:</b> 67	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16010040

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 238	<b>Frequência:</b> 95.5 MHz	<b>Classe:</b> A4	<b>ERP Máxima:</b> 9.0239kW
<b>HCI:</b> 65 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

## Informações da Estação



23/15/08:59 Emitido eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Informações Gerais	
<b>Número da Estação:</b> 7804202	<b>Número Indicativo:</b> ZYD852
<b>Data Último Licenciamento:</b> 22/10/2021	<b>Número da Licença:</b> 53500.063804/2021-88

Estação Principal		
Localização		
<b>Latitude:</b> 21° 12' 19.91" S	<b>Longitude:</b> 50° 26' 18.31" W	<b>Cota da base:</b> 415 m

Transmissor Principal	
<b>Código Equipamento:</b> 002480300528	<b>Modelo:</b> SP 6000 ágil
<b>Fabricante:</b> Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	<b>Potência de Operação:</b> 5.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
<b>Modelo:</b> LCF158-50JA	<b>Fabricante:</b> RFS Brasil - Cabos Especiais e Sistemas Ltda		
<b>Comprimento da Linha:</b> 25 m	<b>Atenuação:</b> 0.623 dB/100m	<b>Perdas Acessórias:</b> 0.5 dB	<b>Impedância:</b> 50 ohms

Antena Principal					
<b>Modelo:</b> RFT FMC L4	<b>Fabricante:</b> RF Telecomunicações Ltda				
<b>Ganho:</b> 3.22 dBd	<b>Beam-Tilt:</b> .00 °	<b>Orientação NV:</b> 140 °	<b>Polarização:</b> Circular	<b>HCI:</b> 65 m	<b>ERP Máxima:</b> 9.02 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.45	5°: 0.45	10°: 0.35	15°: 0.35	20°: 0.26	25°: 0.35	30°: 0.35	35°: 0.35	40°: 0.45	45°: 0.45	50°: 0.45	55°: 0.45
60°: 0.45	65°: 0.35	70°: 0.35	75°: 0.35	80°: 0.26	85°: 0.26	90°: 0.26	95°: 0.26	100°: 0.18	105°: 0.18	110°: 0.18	115°: 0.09
120°: 0.09	125°: 0.09	130°: 0.09	135°: 0.09	140°: 0	145°: 0	150°: 0.09	155°: 0.09	160°: 0.09	165°: 0.09	170°: 0.09	175°: 0.18
180°: 0.18	185°: 0.18	190°: 0.26	195°: 0.26	200°: 0.26	205°: 0.26	210°: 0.26	215°: 0.35	220°: 0.35	225°: 0.35	230°: 0.35	235°: 0.35
240°: 0.45	245°: 0.45	250°: 0.45	255°: 0.45	260°: 0.54	265°: 0.54	270°: 0.54	275°: 0.63	280°: 0.63	285°: 0.63	290°: 0.63	295°: 0.72
300°: 0.72	305°: 0.45	310°: 0.82	315°: 0.82	320°: 0.82	325°: 0.72	330°: 0.72	335°: 0.72	340°: 0.63	345°: 0.63	350°: 0.54	355°: 0.54

Coordenadas por radial											
0°: Lat 21°1'4.1" S Lon 50°2'6.18.31" W	5°: Lat 21°0'57.22" S Lon 50°25'14.33" W	10°: Lat 21°0'55.67" S Lon 50°25'24'9.07"	15°: Lat 21°1'45.42" S Lon 50°23'16.18" W	20°: Lat 21°1'0.23" S Lon 50°20'50.86" W	25°: Lat 21°1'24.35" S Lon 50°20'50.86" W	30°: Lat 21°2'9.88" S Lon 50°20'20'1.04"	35°: Lat 21°2'54.52" S Lon 50°19'14.23" W	40°: Lat 21°2'58.41" S Lon 50°17'53.65" W	45°: Lat 21°3'18.05" S Lon 50°16'37.98" W	50°: Lat 21°4'7.26" S Lon 50°15'49.55" W	55°: Lat 21°5'19.3" S Lon 50°15'35.02" W
60°: Lat 21°6'22.68" S Lon 50°15'15.74" W	65°: Lat 21°7'15.86" S Lon 50°14'40.24" W	70°: Lat 21°8'20.25" S Lon 50°14'33.55" W	75°: Lat 21°9'18.43" S Lon 50°14'13.8" W	80°: Lat 21°10'17.99" S Lon 50°13'59.55" W	85°: Lat 21°11'20.58" S Lon 50°14'16.26" W	90°: Lat 21°12'19.47" S Lon 50°14'8.33" W	95°: Lat 21°13'16.75" S Lon 50°14'36.37" W	100°: Lat 21°14'14.39" S Lon 50°14'39.31" W	105°: Lat 21°15'9.53" S Lon 50°14'57.56" W	110°: Lat 21°15'56.12" S Lon 50°15'39.9" W	115°: Lat 21°16'47.17" S Lon 50°16'2.52" W
120°: Lat 21°17'33.82" S Lon 50°16'34.25" W	125°: Lat 21°18'3.78" S Lon 50°17'30.85" W	130°: Lat 21°18'57.52" S Lon 50°17'49.39" W	135°: Lat 21°19'30.65" S Lon 50°18'35.72" W	140°: Lat 21°19'26.66" S Lon 50°19'53.8" W	145°: Lat 21°19'52.4" S Lon 50°20'38.1" W	150°: Lat 21°19'53.68" S Lon 50°21'37.02" W	155°: Lat 21°20'44.89" S Lon 50°22'5.47" W	160°: Lat 21°21'3.51" S Lon 50°22'53.68" W	165°: Lat 21°21'45.63" S Lon 50°23'35.54" W	170°: Lat 21°22'48.08" S Lon 50°24'19.36" W	175°: Lat 21°22'36.45" S Lon 50°25'20.39" W
180°: Lat 21°23'16.75" S Lon 50°18'18.31" W	185°: Lat 21°23'42.59" S Lon 50°17'22.46" W	190°: Lat 21°23'44.12" S Lon 50°18'27.89" W	195°: Lat 21°24'3.05" S Lon 50°19'40.68" W	200°: Lat 21°23'17.19" S Lon 50°20'35.26" W	205°: Lat 21°22'15.13" S Lon 50°21'31'16.4" W	210°: Lat 21°21'44.54" S Lon 50°22'32'8.41" W	215°: Lat 21°21'2.29" S Lon 50°22'51.14" W	220°: Lat 21°19'52.08" S Lon 50°23'3'5.75" W	225°: Lat 21°18'50.44" S Lon 50°23'17.67" W	230°: Lat 21°18'30.11" S Lon 50°24'12.11" W	235°: Lat 21°18'9.22" S Lon 50°25'14.12" W
240°: Lat 21°17'21.98" S Lon 50°15'40.33" W	245°: Lat 21°16'33.17" S Lon 50°15'36'1.8" W	250°: Lat 21°15'46.41" S Lon 50°16'28.02" W	255°: Lat 21°14'57.31" S Lon 50°16'36'49.9" W	260°: Lat 21°14'5.39" S Lon 50°17'2.18" W	265°: Lat 21°13'13.9" S Lon 50°17'24.77" W	270°: Lat 21°12'19.53" S Lon 50°17'42.51" W	275°: Lat 21°11'23.51" S Lon 50°18'37'44.9" W	280°: Lat 21°10'27.11" S Lon 50°19'41.99" W	285°: Lat 21°9'31.99" S Lon 50°20'37'28.81" W	290°: Lat 21°8'36.52" S Lon 50°21'15.31" W	295°: Lat 21°7'39.98" S Lon 50°22'37'1.12" W
300°: Lat 21°16'41.68" S Lon 50°16'36'45.69" W	305°: Lat 21°15'38.37" S Lon 50°16'32.48" W	310°: Lat 21°14'43.89" S Lon 50°16'36'0.39" W	315°: Lat 21°14'8.4" S Lon 50°16'35'4.79" W	320°: Lat 21°13'16.58" S Lon 50°16'34'26.66" W	325°: Lat 21°12'38.97" S Lon 50°16'33'34.04" W	330°: Lat 21°12'18.1" S Lon 50°16'30'51" W	335°: Lat 21°11'41.55" S Lon 50°16'31'37.18" W	340°: Lat 21°11'26.98" S Lon 50°16'30'32.89" W	345°: Lat 21°11'31.68" S Lon 50°16'29'24.39" W	350°: Lat 21°11'19.02" S Lon 50°16'28'23.15" W	355°: Lat 21°11'16.12" S Lon 50°16'27'20.53" W

Distância por radial											
0°: 20.9	5°: 21.2	10°: 21.5	15°: 20.3	20°: 22.3	25°: 22.3	30°: 21.8	35°: 21.3	40°: 22.6	45°: 23.7	50°: 23.7	55°: 22.6



60°: 22	65°: 22.2	70°: 21.6	75°: 21.6	80°: 21.6	85°: 20.9	90°: 21	95°: 20.3	100°: 20.4	105°: 20.3	110°: 19.6	115°: 19.6
120°: 19.4	125°: 18.5	130°: 19.1	135°: 18.8	140°: 17.2	145°: 17.1	150°: 16.2	155°: 17.2	160°: 17.2	165°: 18.1	170°: 19.7	175°: 19.1
180°: 20.3	185°: 21.2	190°: 21.5	195°: 22.5	200°: 21.6	205°: 20.3	210°: 20.1	215°: 19.7	220°: 18.2	225°: 17.1	230°: 17.8	235°: 18.8
240°: 18.7	245°: 18.5	250°: 18.7	255°: 18.8	260°: 18.8	265°: 19.3	270°: 19.7	275°: 19.8	280°: 20	285°: 20	290°: 20.1	295°: 20.4
300°: 20.9	305°: 21.6	310°: 21.9	315°: 21.5	320°: 21.9	325°: 21.9	330°: 21.5	335°: 21.8	340°: 21.5	345°: 20.7	350°: 20.7	355°: 20.6

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 002850402252						Modelo: FM 2500					
Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP						Potência de Operação: 2.5 kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCl: m	ERP Máxima: 9.02 kW
RDS					
Código PI:					

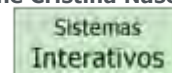
Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
79641975	1223	Portaria	MC	29/10/1976	05/11/1976	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
377331977	16687	Portaria	Dentel	03/10/1977	07/10/1977	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
291000013641986	230	Portaria	MC	29/08/1986	03/09/1986	Renovação	
291000013641986	810	Portaria	MC	06/11/1986		Autoriza Equipamento	Técnico
291000013641986	235	Portaria	MC	14/10/1991		Substituição de Equipamento	Técnico
538300005661996	92	Portaria	MC	13/03/1998	27/04/1998	Renovação	Jurídico
291000013641986	456	Portaria	MC	18/12/1998		Autoriza Equipamento	Técnico
538300005661996	200	Decreto Legislativo	CN	26/10/2000	27/10/2000	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.033653/2019-19	5533	Ato	ORLE	07/09/2019		Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento							





 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b>	CNPJ
<b>CNPJ:</b>	03.156.036/0001-57

Não foi encontrado dados com essa informação

**Usuário:** 04293960155 - Rayane Cristina Nascimento da Silva

**Data:** 04/08/2023

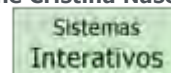
**Hora:** 17:46:53



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

<b>Tipo de Consulta:</b>	CNPJ
<b>CNPJ:</b>	03.156.036/0001-57

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **04293960155 - Rayane Cristina Nascimento da Silva**

Data: **04/08/2023**

Hora: **17:42:10**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



Dados da consulta	Resultado
-------------------	-----------

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		311.842.438-91									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
NIVALDO QUESSA	<a href="#">311.842.438-91</a>	RADIO IGUATEMI FREQUENCIA MODULADA STEREO LTDA	<a href="#">50.414.044/0001-36</a>	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	FM	--	SP	Bebedouro
		RADIO IGUATEMI FREQUENCIA MODULADA STEREO LTDA	<a href="#">50.414.044/0001-36</a>	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Bebedouro

Usuário: 04293960155 - Rayane Cristina Nascimento da Silva

Data: 04/08/2023

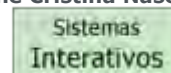
Hora: 17:48:59



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

<b>Tipo de Consulta:</b>	Nome Sócio/Diretor
<b>Nome Sócio/Diretor:</b>	André Vinicius Cardoso

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **04293960155 - Rayane Cristina Nascimento da Silva**

Data: **04/08/2023**

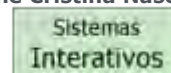
Hora: **17:49:27**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b>	CPF
<b>CPF:</b>	218.779.438-51

Não foi encontrado dados com essa informação

**Usuário:** 04293960155 - Rayane Cristina Nascimento da Silva

**Data:** 04/08/2023

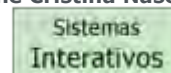
**Hora:** 17:48:06



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

<b>Tipo de Consulta:</b>	Nome Sócio/Diretor
<b>Nome Sócio/Diretor:</b>	Leandro Henrique Alux Silva

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **04293960155 - Rayane Cristina Nascimento da Silva**

Data: **04/08/2023**

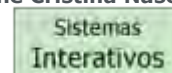
Hora: **17:49:44**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b>	CPF
<b>CPF:</b>	322.941.688-01

Não foi encontrado dados com essa informação

**Usuário:** 04293960155 - Rayane Cristina Nascimento da Silva

**Data:** 04/08/2023

**Hora:** 17:48:34



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	43.744.713/0001-72
NOME EMPRESARIAL:	RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$100.000,00 (Cem mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	TTZ2 RADIOTV - PARTICIPACOES LTDA		
Qualificação:	22-Sócio		
Nome do Repres. Legal:	RAFAEL GOMES PERRI	Qualif. Rep. Legal:	05-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	RAFAEL GOMES PERRI
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 04/08/2023 às 16:01 (data e hora de Brasília).

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	03.156.036/0001-57
NOME EMPRESARIAL:	SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$15.000,00 (Quinze mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	ANDRE VINICIUS CARDOSO
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	NIVALDO QUESSA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 04/08/2023 às 16:51 (data e hora de Brasília).



Superintendência de Administração Geral  
Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças  
Gerência de Arrecadação

Impresso por: **Rayane Cristina Nascimento da Silva**

Data/Hora: **04/08/2023 17:51:27**

## Extrato de Lançamentos

**Nome da Entidade:** RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA - ME

**Nº FISTEL:** 50415114624

**Serviço:** 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

**CNPJ/CPF:** 43744713000172

**Situação:** Não licenciada

**Data Validade:**

**CADIN:** Não

**Incide FUST:**

**Data Início Operação Comercial:**

**Div. Ativa:** Não

**Tipo Usuário:**

Integral

**UF:** SP

**Proc. Caducidade:** Não

**End. Sede:** RUA OSWALDO CRUZ 67 - TÉRREO

**Bairro:** CENTRO

**Município:** Araçatuba

**CEP:** 16010-040

**UF:** SP

**End. Corresp.:**

**Bairro:**

**Município:**

**CEP:**

**UF:**

### Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
7241 - PPDUR	0	2017	21/01/2018	R\$ 200,00	18/12/2017	200,00	200,00	0001	Quitado	0,00
1660	0	2020	19/04/2020	R\$ 4.477,93	31/03/2020	4.477,93	4.477,93	0002	Quitado - DOU	0,00
8766 - TFI	1	2022	16/10/2022	R\$ 2.000,00	06/09/2022	2.000,00	2.000,00	0003	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 660,00	17/03/2023	660,00	660,00	0004	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 100,00	17/03/2023	100,00	100,00	0005	Quitado	0,00
<b>Total devido em 04/08/2023 (em reais):</b>										0,00
<b>Total de créditos em 04/08/2023 (em reais):</b>										0,00

### Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)  
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)  
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança  
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado  
RJ - Lançamento com Recurso Judicial  
RN - Lançamento com Recurso Denegado

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa  
E - Lançamento em Execução Judicial  
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006  
MO - Multa de Ofício  
LO - Lançamento de Ofício  
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado  
PA - Parcelamento: Parcela  
BF - Benefício Fiscal



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



**BOA TARDE**  
**Ricardo Henrique Pereira Nolasco**

## Sistemas Interactivos



Menu Principal ▼

SIGEC »» CONSULTAS GERAIS »» Consultar **Códigos de Receita** > internet teia menu ajuda

## Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarifação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDA ATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDA ATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	M U L T A / J U R O S
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
5343	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
5344	9344	Diferença de Tarifa Aérea



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sisistemasnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQSmodule=3761

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004 )
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004 )
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Laçamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Laçamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Laçamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sistemasnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISOSmodulo=3761

http://sistemasnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISOSmodulo=3761&amp;ID=5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

**RE: Transferência Direta - Processo nº 01250.037368/2019-62 - Fistel nº 50415114624**

Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Sex, 04/08/2023 16:16

Para:COATO <coato@mcom.gov.br>

Cc:Rayane Cristina do Nascimento Cardoso <rayane.cardoso@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que, apesar da emissora de RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA. (CNPJ nº 43.744.713/0001-72), para a execução do serviço de radiodifusão sonora, no município de Araçatuba, estado de São Paulo, responder ao processo nº 53504.011117/2013-37, não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de CASSAÇÃO de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te

---

**De:** MCOM/Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada <coato@mcom.gov.br>

**Enviado:** sexta-feira, 4 de agosto de 2023 15:58

**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

**Assunto:** Transferência Direta - Processo nº 01250.037368/2019-62 - Fistel nº 50415114624

Senhor Coordenador - Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, encaminho os autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de:

(i) condenação de cassação da outorga deferida à RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA. (CNPJ nº 43.744.713/0001-72), para a execução do serviço de radiodifusão sonora, no município de Araçatuba, estado de São Paulo; e,

(ii) de processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão.

Obs.: a resposta deverá ser encaminhada para o e-mail rayane.cardoso@mcom.gov.br; coato@mcom.gov.br;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

# LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Processo nº 01250.037368/2019-62	
Entidade cedente: RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA.	C.N.P.J. Nº 43.744.713/0001-72
Entidade cessionária: SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA.	C.N.P.J. Nº 03.156.036/0001-57
Executante do serviço de radiodifusão sonora em OM adaptado para FM (SUPER 11047352)	Fistel nº: 50415114624
Localidade: Araçatuba	UF: SP
Situação da Outorga: Vincenda - SUPER 11047320	
Processo de renovação nº 53000.044199/2013-77	Período: 01/11/2013 a 01/11/2023 (1º de novembro de 2013 a 1º de novembro de 2023)

REQUISITOS MÍNIMOS		
DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG.(S)
<p>a) Requerimento de transferência de outorga, disponibilizado pelo MCom, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária, constando declarações, <u>firmadas pelo representante legal da cessionária</u>, de que:</p> <p><b>a.1)</b> a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão; (<a href="#">Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021</a>);</p> <p><b>a.2)</b> nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (<a href="#">Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021</a>);</p> <p><b>a.3)</b> nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (<a href="#">Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021</a>);</p> <p><b>a.4)</b> a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (<a href="#">Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021</a>);</p> <p><b>a.5)</b> a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; (<a href="#">Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021</a>);</p> <p><b>a.6)</b> a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (<a href="#">Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021</a>);</p> <p><b>a.7)</b> nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as <u>alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990</u>. (<a href="#">Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021</a>).</p>	OK	SUPER 11010784
b) Licença de funcionamento	OK	SUPER 11047321
c) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO)	OK	SUPER 11047348
d) A pessoa jurídica optou pelo <b>parcelamento de valores relativos aos serviços de radiodifusão</b>	NÃO	SUPER 11047480
e) Comprovante de que obteve o assentimento prévio do órgão próprio <b>se o serviço for executado em faixa de fronteira</b> .	NÃO SE APLICA	

RELATIVOS À CEDENTE		
DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG.(S)
a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.	OK	SUPER 11010732 pág.2



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

REGULARIDADE FISCAL	b) Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, distrital e municipal <u>da sede da entidade</u> , ou outra equivalente, na forma da lei;	OK	<b>Federal</b> SUPER 11010732 pág.6 Validade: 02/01/2024
		OK	<b>Estadual</b> SUPER 11010732 págs.7/8 Validade: 13/01/2024
		OK	<b>Municipal</b> SUPER 11010732 pág.9 Validade: 09/08/2023
	c) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL;	OK	SUPER 11010732 págs. 10/11 Validade: 12/08/2023
	d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo do Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	OK	INSS SUPER 11010732 pág.6 Validade: 02/01/2024
		OK	FGTS SUPER 11010732 pág.12 Validade: 31/07/2023
	e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	SUPER 11010732 pág.13 Validade: 09/01/2024

RELATIVOS À CESSIONÁRIA			
HABILITAÇÃO JURÍDICA	DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG. (S)
	a) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	SUPER 11010733 págs.5/6 Emitida em: 13/07/2023
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	SUPER 11010733 págs.15/18 Ano de Ref. 2022
	c) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	SUPER 11010733 pág.4 Data da Certidão: 13/07/2023
	d) Prova de inscrição no CNPJ;	OK	SUPER 11010733 pág.2
	e) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	<b>Federal:</b> SUPER 11010733 pág.19 Validade: 09/01/2024
		OK	<b>Estadual:</b> SUPER 11010733 págs.20/21 Validade: 13/01/2024
		OK	<b>Municipal:</b> SUPER 11010733 pág.22 Validade: 12/08/2023



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

REGULARIDADE FISCAL	f) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;	OK	SUPER 11010733 pág.23/24 Entidade não cadastrada
	g) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	INSS SUPER 11010733 pág.19 Validade: 09/01/2024
		OK	FGTS SUPER 11010733 pág.25 Validade: 03/08/2023
	h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	SUPER 11010733 pág.26 Validade: 09/01/2024

RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES - CESSIONÁRIA			
DOCUMENTOS	NOME DOS SÓCIOS/ACIONISTAS E DIRETORES	SITUAÇÃO	PÁG. (S)
a) Prova da condição de brasileiro nato ou ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no <a href="#">§1º do art. 222 da Constituição</a> , feita por meio da apresentação de: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certificado de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social; ou vii) passaporte;	André Vinicius Cardoso CPF: 218.779.438-51	OK	SUPER 11010733 pág.27
	Leandro Henrique Alux Silva CPF: 322.941.688-01	OK	SUPER 11010733 págs.28/29
	Nivaldo Quesa CPF: 311.842.438-91	OK	SUPER 11010733 pág.30
NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA COMO SÓCIA/ACIONISTA DA ENTIDADE			
Declaração, firmada pelos dirigentes da Entidade e das Pessoas Jurídicas sócias, de que:			
a) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;		NÃO SE APLICA	
b) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967		NÃO SE APLICA	
c) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64 de 1990.		NÃO SE APLICA	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



## OBSERVAÇÕES

### Documentos da Cedente:

Certidão simplificada JUCESP/2023 - SUPER 11010732 págs.3/4;  
Certidão negativa de falência ou recuperação judicial - SUPER 11010732 pág.5;  
Procuração Moura e Ribeiro Advogados Assoc. 2023 - SUPER 11010731;

### Documentos da Cessionária:

Ficha cadastral completa JUCESP/2023 - SUPER 11010733 págs.7/8;  
Alteração Contratual de Sociedade Limitada de 2019 - SUPER 11010733 págs.9/14

## CONCLUSÃO

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **Rayane Cristina do Nascimento Cardoso, Assistente Técnico**, em 17/08/2023, às 18:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11047155** e o código CRC **A9488872**.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

**NOTA TÉCNICA Nº 12773/2023/SEI-MCOM**

**PROCESSO Nº 01250.037368/2019-62.**

**INTERESSADAS: RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA (CEDENTE) E SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA (CESSIONÁRIA).**

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. VIABILIDADE. REMESSA DOS AUTOS À CONJUR E AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Cultura de Araçatuba Ltda** e do **Sistema Cultura de Comunicação Araçatuba Ltda**, inscritas no CNPJ nº 43.744.713/0001-72 e CNPJ nº 03.156.036/0001-57, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada (SUPER11047352), vinculado ao Fistel nº 50415114624, no município de Araçatuba/SP.

2. Após a protocolização do requerimento administrativo que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação das pessoas jurídicas interessadas na operação de transferência direta para complementar a instrução processual, tendo sido apresentados os documentos solicitados.

**ANÁLISE**

3. Sabe-se que as concessões ou permissões do serviço de radiodifusão sonora ou de sons e imagens podem ser repassadas a outra pessoa jurídica por intermédio de operação denominada de transferência direta, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/1962, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, a saber:

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

c) a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo;

[...]

4. Conforme visto, a operação de transferência direta depende, para sua validade, de prévia anuência do Poder Público, cujo ato se materializará em portaria do Ministro de Estado das Comunicações, quando se tratar do serviço de radiodifusão sonora, ou em decreto do Presidente da República, que será precedido de instrução processual a ser efetivada pelo Ministério das Comunicações, na hipótese do serviço de radiodifusão de sons e imagens, tudo com base no art. 90, incisos I e II, do Decreto nº 52.795/1963.

5. A anuência do Poder Público está condicionada à demonstração pelas interessadas na operação de transferência direta do preenchimento das condições consubstanciadas, em especial, no art. 91 e art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, a saber:

Art. 91. A transferência da concessão ou da permissão somente poderá ser autorizada após decorrido o prazo de cinco anos, contado da data de expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação.

[...]

Art. 93. A transferência da concessão ou da permissão só poderá ser efetivada se a sociedade para a qual será transferida a concessão ou a permissão estiver condicionada às exigências constantes do art. 28, acompanhada da seguinte documentação:

I - requerimento de transferência de concessão e permissão, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária;

II - documentação relativa à entidade cedente:

a) prova de inscrição no CNPJ;

b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;

c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;

d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;

II - documentação relativa à entidade cessionária:

b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;

c) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no [§1º do art. 222 da Constituição](#), feita por meio da apresentação de:

1. certidão de nascimento ou casamento;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

2. certificado de reservista;
  3. cédula de identidade;
  4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;
  5. carteira profissional;
  6. carteira de trabalho e previdência social; ou
  7. passaporte;
  - d) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
  - e) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data posterior à da publicação do edital;
  - f) prova de inscrição no CNPJ;
  - g) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;
  - h) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;
  - i) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;
  - j) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e
  - k) declaração de que:
    1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;
    2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
    3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
    4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
    5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição;
    6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
    7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as [alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990](#).
- Parágrafo único. A concessão ou a permissão será transferida em observância aos prazos e às condições estabelecidas originalmente.

6. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da transferência direta, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

7. No caso em apreço, as pessoas jurídicas ora interessadas na operação objeto destes autos protocolaram requerimento administrativo de transferência direta, por meio de seus sócios e dirigentes, conforme demonstram as Certidões Simplificadas emitidas pela Junta Comercial do Estado de São Paulo em 12 de julho de 2023 e no dia 13 de julho de 2023 (SUPER11010784; págs. 3/4 - SUPER11010732 e SUPER11010733 - págs. 5/6). O pleito foi apresentado juntamente com as declarações previstas no art. 93, inciso III, alínea "k", do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, devidamente firmadas pelos representantes legais da empresa cessionária (SUPER 11010784).

8. A pessoa jurídica cedente recebeu do Poder Público a concessão para a execução do referido serviço por meio do Decreto nº 38.086, de 12 de outubro de 1955, publicado no dia 3 de dezembro de 1955 (SUPER11047340). Posteriormente, a outorga fora adaptada de OM para FM consoante Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado em 23 de junho de 2017, publicado em 28 de junho do ano corrente (SUPER11047352). A outorga encontra-se vencida desde o ano de 2013 (SUPER 11047343). Contudo, o Ministro de Estado das Comunicações assinou Portaria nº 8.734, de 15 de março de 2023, publicada no dia 12 de abril de 2023, no bojo do processo nº 53000.044199/2013-77, que tratou da renovação da outorga para o período de 1º de novembro de 2013 a 1º de novembro de 2023 (SUPER 11047320).

9. Oportuno registrar que a execução do serviço de radiodifusão pela entidade está sendo mantida em caráter precário, uma vez que não houve ainda manifestação do Congresso Nacional em relação à renovação da outorga. De todo modo, tal circunstância não inviabiliza a transferência direta, porquanto o art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017 e o art. 94 do Decreto nº 52.795/1963 autorizam a efetivação da operação por ocasião do funcionamento do serviço em caráter precário, desde que concluída a instrução do processo de renovação.

10. Tem-se, ademais, que, após consulta à pasta cadastral da pessoa jurídica cedente, a condição alusiva ao prazo mínimo de licenciamento da estação, conforme previsto no art. 91 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, foi devidamente observada. A primeira licença para funcionamento da estação de radiodifusão sonora, em onda média, foi emitida em 29 de agosto de 1985; portanto, a estação encontra-se licenciada há mais de 5 (cinco) anos (SUPER 11047321).

11. A documentação apresentada pelas entidades cedente e cessionária está em conformidade com o art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017 e pelo Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021, conforme lista de o de documentos colacionada aos autos (SUPER11047155). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

12. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

13. A s pessoas jurídicas ora interessadas na operação de transferência direta apresentaram todos os documentos previstos nos incisos II e III do art. 93 do Decreto nº 52.795/1963,alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

14. A pessoa jurídica cedente juntou aos autos os comprovantes de regularidade perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica; as certidões que demonstram a sua regularidade junto aos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal; bem como os comprovantes de regularidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Colacionou-se, também, o comprovante de regularidade junto ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Carreou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 11047155).

15. Por sua vez, a pessoa jurídica cessionária colacionou aos autos, além dos documentos citados anteriormente, certidão simplificada expedida pela Junta Comercial em que seus atos estão registrados, de modo a demonstrar a sua composição societária e diretiva e a comprovar as atividades desenvolvidas. O objetivo social diz respeito a "atividades de rádio" (SUPER11010733 - págs. 5/6).

16. De acordo com a Certidão Simplificada expedida pelo órgão de registro competente na data de 13 de julho de 2023, a composição societária e diretiva da pessoa jurídica cessionária é a seguinte (SUPER 11010733 - págs. 5/6):

NOME	COTAS	VALOR - R\$
André Vinicius Cardoso	5.000	5.000,00
Leandro Henrique Alux Silva	5.000	5.000,00
Nivaldo Quesa	5.000	5.000,00
TOTAL	15.000	15.000,00

NOME	CARGO
André Vinicius Cardoso	Administrador
Leandro Henrique Alux Silva	Administrador
Nivaldo Quesa	Administrador

17. Em relação aos limites de outorga, e levando-se em consideração a estrutura societária e diretiva constante na certidão simplificada expedida pela respectiva Junta Comercial, tem-se que a pessoa jurídica cessionária e os sócios - André Vinicius Cardoso e Leandro Henrique Alux Silva, não fazem parte da composição societária de outras entidades executantes dos serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO na data de 4 de agosto de 2023 (SUPER 11047348), a saber:

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	03.156.036/0001-57
Não foi encontrado dados com essa informação	



### Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b>	Nome Sócio/Diretor
<b>Nome Sócio/Diretor:</b>	André Vinicius Cardoso

Não foi encontrado dados com essa informação

### Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b>	CPF
<b>CPF:</b>	218.779.438-51

Não foi encontrado dados com essa informação

### Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b>	Nome Sócio/Diretor
<b>Nome Sócio/Diretor:</b>	Leandro Henrique Alux Silva

Não foi encontrado dados com essa informação

### Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b>	CPF
<b>CPF:</b>	322.941.688-01

Não foi encontrado dados com essa informação

18. Já em relação ao sócio Nivaldo Quesa, nota-se a sua participação/composição em outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão, senão vejamos:

### Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b> CPF		<b>CPF:</b> 311.842.438-91									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
NIVALDO QUESSA	311.842.438-91	RADIO IGUATEMI FREQUENCIA MODULADA STEREO LTDA	50.414.044/0001-36	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	FM	--	SP	Bebedouro
		RADIO IGUATEMI FREQUENCIA MODULADA STEREO LTDA	50.414.044/0001-36	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Bebedouro

19. Nesse contexto, a pessoa jurídica cessionária e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os limites de outorgas fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO (SUPER 11047348).

20. A pessoa jurídica cessionária carregou, ainda, a prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos de seus sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição Federal. Juntou-se, também, o balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do exercício, firmados em conjunto por profissional em contabilidade e por seu representante legal. Acostou-se, de igual modo, certidão emitida pelo Poder Judiciário do Estado em que a sede está localizada, atestando que inexistente registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor (SUPER 11047155).

21. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a pessoa jurídica cessionária, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão, em havendo autorização do Poder Público para a transferência direta da outorga, tudo na forma do art. 93 do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

22. Mostra-se relevante rememorar que, em se tratando de transferência de outorga, faz-se necessário, também, levantar informações acerca da existência de pena de cassação da outorga que se pretende transferir, conforme recomendado pela Conjur, nos termos do Parecer n.º 798/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU. Em atendimento à recomendação, esta Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada enviou correspondência eletrônica 11047192 à unidade competente. Em resposta, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM se manifestou no sentido de que *apesar da emissora de RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA. (CNPJ nº 43.744.713/0001-72), para a execução do serviço de radiodifusão sonora, no município de Araçatuba, estado de São Paulo, responder ao processo nº 53504.011117/2013-37, não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de CASSAÇÃO de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.*" (SUPER 11047489).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



23. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica cedente não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER11047485). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, não se aplica no caso concreto (SUPER 11047480).

24. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de transferência direta da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50415114624, no município de Araçatuba/SP, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/1962 e do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963.

## CONCLUSÃO

25. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

26. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações** para análise da regularidade jurídica da operação de transferência direta ora discutida, inclusive das minutas de Portaria (SUPER 11047491) e de Exposição de Motivos (SUPER 11047493), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993, e

b) em caso de manifestação jurídica favorável, remessa posterior dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963, sem prejuízo das medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 222, § 5º, da Constituição Federal.

27. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão** para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Rayane Cristina do Nascimento Cardoso, Assistente Técnico**, em 17/08/2023, às 18:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 17/08/2023, às 18:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 17/08/2023, às 18:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 17/08/2023, às 18:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 18/08/2023, às 12:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11047490** e o código CRC **886DB896**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.037368/2019-62

Documento nº 11047490



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

# MINUTA

\* MINUTA DE DOCUMENTO

PORTARIA Nº , DE DE DE

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no artigo 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.037368/2019-62, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 12773/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº :

Art. 1º Transferir a concessão outorgada à Rádio Cultura de Araçatuba Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 43.744.713/0001-72, por meio do Decreto nº 38.086, de 12 de outubro de 1955, publicado no dia 3 de dezembro de 1955, para o Sistema Cultura de Comunicação Araçatuba Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 03.156.036/0001-57, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50415114624, no município de Araçatuba, estado de São Paulo.

Art. 2º Os quadros societário e diretivo da cessionária, após a operação realizada, ficarão assim constituídos:

NOME	COTAS	VALOR - R\$
André Vinicius Cardoso	5.000	5.000,00
Leandro Henrique Alux Silva	5.000	5.000,00
Nivaldo Quesa	5.000	5.000,00
TOTAL	15.000	15.000,00

NOME	CARGO
André Vinicius Cardoso	Administrador
Leandro Henrique Alux Silva	Administrador
Nivaldo Quesa	Administrador

Art. 3º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSCELINO FILHO**  
MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

**AVISO:**

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

***A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.***

***Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.***



Documento assinado eletronicamente por **Rayane Cristina do Nascimento Cardoso**, **Assistente Técnico**, em 17/08/2023, às 18:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riclele Milani**, **Assistente Técnico**, em 17/08/2023, às 18:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin**, **Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 17/08/2023, às 18:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 17/08/2023, às 18:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 18/08/2023, às 12:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11047491** e o código CRC **43B74CB0**.



## MINUTA

EM nº - MCOM

Brasília, de de 2023.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 01250.037368/2019-62, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 12773/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº , acompanhado da Portaria nº , publicada em , que transfere a concessão outorgada à Rádio Cultura de Araçatuba Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 43.744.713/0001-72, por meio do Decreto nº 38.086, de 12 de outubro de 1955, publicado no dia 3 de dezembro de 1955, para o Sistema Cultura de Comunicação Araçatuba Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 03.156.036/0001-57, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50415114624, no município de Araçatuba, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

JUSCELINO FILHO  
MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

## AVISO:

**O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.**

**A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.**

**Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.**



Documento assinado eletronicamente por **Rayane Cristina do Nascimento Cardoso, Assistente Técnico**, em 17/08/2023, às 18:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 17/08/2023, às 18:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 17/08/2023, às 18:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 17/08/2023, às 18:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 18/08/2023, às 12:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11047493** e o código CRC **CC710458**.



Ofício Interno nº 40333/2023/MCOM

Brasília, 21 de agosto de 2023

A Senhor  
**Felipe Nogueira Fernandes**  
Consultor Jurídico  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 12773/2023/SEI-MCOM (11047490)**

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o, faço referência à Nota Técnica nº 12773/2023/SEI-MCOM (11047490), a qual trata da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Cultura de Araçatuba Ltda** e do **Sistema Cultura de Comunicação Araçatuba Ltda**, inscritas no CNPJ nº 43.744.713/0001-72 e CNPJ nº 03.156.036/0001-57, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada (SUPER 11047352), vinculado ao Fistel nº 50415114624, no município de Araçatuba/SP.

Dessa forma, de ordem, considerando o disposto na mencionada Nota Técnica, encaminho o presente processo para análise e manifestação dessa Douta Consultoria Jurídica.

Atenciosamente,

**Caroline Menicucci Salgado**  
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Menicucci Salgado, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, em 21/08/2023, às 17:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11070061** e o código CRC **2D3CDDFB**.

Referência: Processo nº 01250.037368/2019-62

Documento nº 11070061



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6119/6915

**PARECER n. 00578/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 01250.037368/2019-62**

**INTERESSADOS: RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA (CEDENTE) E SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA (CESSIONÁRIA).**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO. Transferência direta.**

**EMENTA :**

I. Pedido formulado por **RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA.** em conjunto com **SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA.**, com o objetivo de transferir, da primeira para a segunda entidade, a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média adaptada para frequência modulada na localidade de Araçatuba, estado de São Paulo, concedida à primeira requerente.

II. Possibilidade prevista na Lei 4.117/1962, art. 38, "c", com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017, e regulamentada pelo art. 90 e seguintes do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963.

III. Processo devidamente analisado pelo órgão técnico, que concluiu pela existência das condições necessárias ao deferimento do pedido, nos termos da Nota Técnica nº 12773/2023/SEI-MCOM. Regularidade do procedimento.

IV. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações, nos termos do art. 38, "c" da Lei nº 4.117/1962, e do art. 90, I, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, c/c o art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019.

V. Pelo prosseguimento do processo, desde que aferida a manutenção da regularidade fiscal quando da prática do ato administrativo de transferência da outorga.

Senhor Coordenador-Geral Substituto,

**I - RELATÓRIO**

1.A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica encaminha para análise e manifestação desta Consultoria Jurídica/MCOM processo administrativo no qual **RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA.** em conjunto com **SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTD.**, solicitam transferência, da primeira para a segunda entidade, da permissão do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptada para frequência modulada, no município Araçatuba, estado de São Paulo, concedida à primeira requerente.

2.Consoante as informações prestadas inicialmente pela autoridade administrativa, na NOTA TÉCNICA Nº 12773/2023/SEI-MCOM, corroborada pela documentação em referência, eis o histórico da outorga em questão:

*"8. A pessoa jurídica cedente recebeu do Poder Público a concessão para a execução do referido serviço por meio do Decreto nº 38.086, de 12 de outubro de 1955, publicado no dia 3 de dezembro de 1955 (SUPER [11047340](#)). Posteriormente, a outorga fora adaptada de OM para FM consoante Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado em 23 de junho de 2017, publicado*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35832727/visualizar/2060786605-1267808804>

em 28 de junho do ano corrente (SUPER [11047352](#)). A outorga encontra-se vencida desde o ano de 2013 (SUPER [11047343](#)). Contudo, o Ministro de Estado das Comunicações assinou Portaria nº 8.734, de 15 de março de 2023, publicada no dia 12 de abril de 2023, no bojo do processo nº 53000.044199/2013-77, que tratou da renovação da outorga para o período de 1º de novembro de 2013 a 1º de novembro de 2023 (SUPER [11047320](#)).

9.Oportuno registrar que a execução do serviço de radiodifusão pela entidade está sendo mantida em caráter precário, uma vez que não houve ainda manifestação do Congresso Nacional em relação à renovação da outorga. De todo modo, tal circunstância não inviabiliza a transferência direta, porquanto o art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017 e o art. 94 do Decreto nº 52.795/1963 autorizam a efetivação da operação por ocasião do funcionamento do serviço em caráter precário, desde que concluída a instrução do processo de renovação.”

3.A conclusão exarada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica quanto ao pleito, como assinalado na já mencionada **NOTA TÉCNICA**, se deu no sentido da "viabilidade do deferimento do pedido de transferência direta da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50415114624, no município de Araçatuba/SP, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei n.º 4.117/1962 e do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963.”.

4.Eis o breve relatório, que permite o exame do caso.

## II - ANÁLISE JURÍDICA

### II.1. Considerações iniciais

5.Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

6.Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

7.Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria**. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

8.Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

*“A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.”*

### II.2. Análise jurídica



9.A transferência de outorgas para execução de radiodifusão, que se consubstancia na cessão da outorga para nova pessoa jurídica, está expressamente autorizada pela Lei nº 4.117/62, art. 38, alínea "c", que com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017 condiciona a realização da transferência à prévia anuência do órgão competente, nos seguintes termos:

*“Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:*

*[...]*

*c) a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo;”*

10.A matéria encontra-se pormenorizada pelo art. 89 e seguintes do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/63. Na disciplina, são indicados os requisitos para que se processem as solicitações de transferência direta, destacada a necessidade de que, caso se confirme a transferência, sejam observados os prazos e condições estabelecidos originalmente para a outorga (parágrafo único do art. 93).

11.Quanto à competência para a prática do ato, prescreve o Regulamento já mencionado que, no caso de serviço de radiodifusão apenas sonora, será o ato de transferência da competência do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (art. 90, I), atualmente atribuída ao Ministro das Comunicações (art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019), observada a devida comunicação ao Congresso Nacional, por meio de mensagem do Presidente da República (parágrafo único do art. 90).

12.Importante requisito a ser observado é o da necessidade de **decurso do prazo de cinco anos da data de expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação** (art. 91, com redação conferida pelo Decreto nº 9.138, de 2017), período antes do qual mostra-se inviável a transferência. Quanto ao ponto, como é possível depreender de quanto já narrado neste opinativo, exsurge o atendimento da exigência, assim examinada pela Secretaria de Radiodifusão na Nota Técnica que analisou o caso:

*“10. Tem-se, ademais, que, após consulta à pasta cadastral da pessoa jurídica cedente, a condição alusiva ao prazo mínimo de licenciamento da estação, conforme previsto no art. 91 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, foi devidamente observada. A primeira licença para funcionamento da estação de radiodifusão sonora, em onda média, foi emitida em 29 de agosto de 1985; portanto, a estação encontra-se licenciada há mais de 5 (cinco) anos (SUPER [11047321](#)).”*

13.Ainda, finalizando as verificações preliminares, que dão azo à análise do pedido de transferência, foi realizada a verificação acerca da **existência ou não de processos administrativos que pudessem resultar na cassação da outorga**. Nesse sentido, assim se manifestou a Secretaria de Radiodifusão:

*“22.Mostra-se relevante rememorar que, em se tratando de transferência de outorga, faz-se necessário, também, levantar informações acerca da existência de pena de cassação da outorga que se pretende transferir, conforme recomendado pela Conjur, nos termos do Parecer n.º 798/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU. Em atendimento à recomendação, esta Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada enviou correspondência eletrônica [11047192](#) à unidade competente. Em resposta, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM se manifestou no sentido de que “apesar da emissora de RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA. (CNPJ nº 43.744.713/0001-72), para a execução do serviço de radiodifusão sonora, no município de Araçatuba, estado de São Paulo, responder ao processo nº 53504.011117/2013-37, não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de CASSAÇÃO de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.” (SUPER [11047489](#)).”*

14.Respeitadas, assim, as exigências preliminares que autorizam a análise dos demais aspectos relevantes, as partes interessadas na transferência direta devem observar os requisitos dispostos no art. 93 do

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35832727/visualizar/2060786605-1267808804

<https://moleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bb5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>



2435bb5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, que assim assinala os documentos que devem ser apresentados para comprovação da regularidade das entidades envolvidas:

*“Art. 93. A transferência da concessão ou da permissão só poderá ser efetivada se a sociedade para a qual será transferida a concessão ou a permissão estiver condicionada às exigências constantes do art. 28, acompanhada da seguinte documentação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*I - requerimento de transferência de concessão e permissão, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*II - documentação relativa à entidade cedente: (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*a) prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*III - documentação relativa à entidade cessionária: (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*a) (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)*

*b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*c) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição, feita por meio da apresentação de: (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*1. certidão de nascimento ou casamento; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*2. certificado de reservista; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*3. cédula de identidade; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*5. carteira profissional; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*6. carteira de trabalho e previdência social; ou (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*7. passaporte; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*d) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*e) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data posterior à da publicação do edital; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*f) prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*g) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*h) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*i) i) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)*

*j) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº*



5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

*k) declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)*

1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)"

15.Pode-se compulsar nos autos, que foi apresentado requerimento conjunto de transferência, em formulário padrão disponibilizado pelo Poder Público, no qual todos os sócios e administradores das entidades subscreveram (SUPER 11010784). A entidade cedente, **RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA.**, encontra-se devidamente representada por seu sócio-administrador Rafael Gomes Perri (SUPER 11010784- FLS. 3/4, 11010732 E 11010733- FLS 5/6). Do mesmo modo, a cessionária, **SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA**, está representada por André Vinícius Cardoso, Leandro Henrique Alux Silva e Nivaldo Quessa, sócios-administradores da entidade, designada para a função conforme mais recente Certidão Simplificada da Junta Comercial (SUPER 11010733 – fls. 5/6).

16.Em sequência, no que diz respeito à situação da entidade cedente, assim se manifestou a SECOE:

*"11. A documentação apresentada pelas entidades cedente e cessionária está em conformidade com o art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017 e pelo Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER [11047155](#)). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º)."*

17.De fato, verifica-se nos autos que foram apresentados prova de inscrição no CNPJ ([11010732](#) pág.2), prova de regularidade perante as fazendas públicas federal e INSS (SUPER [11010732](#), págs.6), estadual de sua sede (SUPER [11010732](#), págs.7/8) e municipal (SUPER [11010732](#), pág.9), de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel (SUPER 11010732- fls. 10/11), de regularidade perante o FGTS (SUPER 11010732- fl. 12) e de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (SUPER 11010732- fl.13).

18.Já em relação ao cumprimento dos requisitos pela cessionária, eis a conclusão apresentada pelo setor técnico responsável:

*"21.Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a pessoa jurídica cessionária, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão, em havendo autorização do Poder Público para a transferência direta da outorga, tudo na forma do art. 93 do*





supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.”

19.Com efeito, os requisitos indicados no art. 93, III, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão foram efetivamente comprovados, nos termos acima narrados, podendo-se compulsar nos autos a certidão simplificada emitida pela Junta Comercial (SUPER SUPER [11010733](#),págs.5/6); prova da condição de brasileiro nato dos sócios e dirigentes (SUPER [11010733](#), pág.27/30); balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (SUPER [11010733](#),págs.15/18); certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (SUPER [11010733](#),pág.4); prova de inscrição no CNPJ (SUPER [11010733](#) pág.2); prova de regularidade perante as Fazendas federal e INSS (SUPER [11010733](#),pág.19) e estadual da sede da entidade (SUPER [11010733](#),págs.20/21); prova de regularidade relativa ao FGTS (SUPER [11010733](#),pág.25); e de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (SUPER [11010733](#), pág.26). Consta, ainda, a prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel (SUPER [11010733](#),pág.23/24).

20.Outrossim, constata-se que a cessionária apresentou todas as declarações exigidas devidamente firmadas por sua sócia-administradora, conforme determina a legislação (SUPER [11010784](#)).

21.Sobre a composição societária e diretiva da cessionária, a Secretaria informou:

*“16.De acordo com a Certidão Simplificada expedida pelo órgão de registro competente na data de 13 de julho de 2023, a composição societária e diretiva da pessoa jurídica cessionária é a seguinte (SUPER [11010733](#) - págs. 5/6):”*

NOME	COTAS	VALOR - R\$
André Vinicius Cardoso	5.000	5.000,00
Leandro Henrique Alux Silva	5.000	5.000,00
Nivaldo Quesa	5.000	5.000,00
TOTAL	15.000	15.000,00

NOME	CARGO
André Vinicius Cardoso	Administrador
Leandro Henrique Alux Silva	Administrador
Nivaldo Quesa	Administrador

22.Superada a análise dos requisitos relativos às entidades, deve-se verificar, ainda, a observância dos limites pessoais estipulados pela legislação para a exercício da atividade de radiodifusão. Nesse sentido, note-se que devem ser respeitados o art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967 e a alínea "g" do art. 38 da Lei nº 4,117/1962, que assim dispõem:

*“DECRETO-LEI Nº 236, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967*

*Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:*

*l) Estações radiodifusoras de som:*

*a - Locais:*

*Ondas médias - 4*

*Frequência modulada - 6*

*b - Regionais:*

*Ondas médias - 3*

*Ondas tropicais - 3*

*sendo no máximo 2 por Estados*

*c - Nacionais:*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35832727/visualizar/2060786605-1267808804

https://m01leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962.

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas: (Redação dada pela Lei nº 10.610, de 20.12.2002)

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade (Redação dada pela Lei nº 10.610, de 20.12.2002)."

23.A questão foi analisada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica e mostrou-se regular, nos termos a seguir:

"19. Nesse contexto, a pessoa jurídica cessionária e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os limites de outorgas fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO (SUPER [11047348](#))."

24.Assim, conforme já evidenciado, o exame jurídico dos autos, da conclusão e dos fundamentos adotados pelas autoridades que apreciaram administrativamente o pedido não indicou a existência irregularidades que pudessem obstar a sequência do feito e a prática do ato, firmando-se a presunção de atendimento das exigências dispostas na legislação.

25. Mencione-se que houve renovação da outorga objeto da transferência direta, para o período de 01/11/2013 a 01/11/2023, por meio da Portaria 8734, de 15/03/2023, publicada no Diário Oficial da União de 12/04/2023 (SUPER 11047320). A radiodifusora se encontra em funcionamento precário, posto que a renovação ainda não foi apreciada pelo Congresso Nacional. Tal condição deve ser notificada à cessionária.

26. A entidade cedente não optou pelo parcelamento do preço público de outorga, como atestou a SECOE, no item 23 da Nota Técnica 12773/2023.

27.Conforme estabelece o art. 90 do Regulamento de Radiodifusão, a transferência da permissão deverá ser autorizada por meio de Portaria Ministerial (inc. I) e comunicada ao Congresso Nacional, por meio de Mensagem do Presidente da República (parágrafo único), nos termos do disposto no § 5º do art. 222 da Constituição Federal.

### III - CONCLUSÃO

28.Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, sugerimos a restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão para prosseguimento.

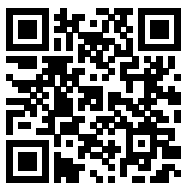
29.É o Parecer, produzido e assinado eletronicamente por meio do Sistema Sapiens e submetido à consideração superior.

Brasília, 06 de setembro de 2023.

TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK  
Advogada da União



Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250037368201962 e da chave de acesso a9704f92



Documento assinado eletronicamente por TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1267808804 e chave de acesso a9704f92 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 06-09-2023 14:19. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35832727/visualizar/2060786605-1267808804](https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35832727/visualizar/2060786605-1267808804)

<https://mdfleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6119/6915

**DESPACHO n. 01860/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 01250.037368/2019-62**

**INTERESSADOS: RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA (CEDENTE) E SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA (CESSIONÁRIA).**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

1. Aprovo o PARECER n. 00578/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dra. Tatiane Flores Cavalcante Razuk, Advogada da União.
2. Na espécie, tratam os autos de pedido formulado por RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA., em conjunto com SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA., com o objetivo de transferir, da primeira para a segunda entidade, a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média adaptada para frequência modulada na localidade de Araçatuba, estado de São Paulo, concedida à primeira requerente.
3. Conforme os termos do Parecer, o exame jurídico dos autos, da conclusão e dos fundamentos adotados pelas autoridades que apreciaram administrativamente o pedido não indicou a existência irregularidades que pudessem obstar a sequência do feito e a prática do ato, firmando-se a presunção de atendimento das exigências dispostas na legislação.
4. Já quanto à minuta de portaria proposta, verifica-se a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.
5. Encaminhem-se os autos do processo administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e prosseguimento.

Brasília, 06 de setembro de 2023.

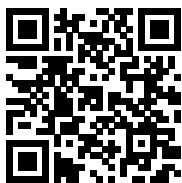
VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO  
Procurador da Fazenda Nacional  
Coordenador-Geral Jurídico de Radiodifusão Substituto  
CONJUR-MCOM

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250037368201962 e da chave de acesso a9704f92



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35832727/visualizar/2060786606-1274357507>



Documento assinado eletronicamente por VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1274357507 e chave de acesso a9704f92 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 06-09-2023 17:00. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f







ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6119/6915

**DESPACHO n. 01866/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 01250.037368/2019-62**

**INTERESSADOS: RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA (CEDENTE) E SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA (CESSIONÁRIA).**

**ASSUNTOS: Radiodifusão. Rádio comercial. Transferência de outorga.**

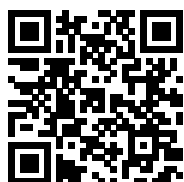
Aprovo o **PARECER n. 00578/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 01860/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.**

Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 8 de setembro de 2023.

Assinado eletronicamente  
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES  
ADVOGADO DA UNIÃO  
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250037368201962 e da chave de acesso a9704f92



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1275325160 e chave de acesso a9704f92 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 08-09-2023 10:45. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35832727/visualizar/2060786607-1275325160>

<https://moleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 10395, DE 08 DE SETEMBRO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no artigo 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.037368/2019-62, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 12773/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00578/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU,

Art. 1º Transferir a concessão outorgada à Rádio Cultura de Araçatuba Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 43.744.713/0001-72, por meio do Decreto nº 38.086, de 12 de outubro de 1955, publicado no dia 3 de dezembro de 1955, para o SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA inscrita no C.N.P.J. nº 03.156.036/0001-57, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50415114624, no município de Araçatuba, estado de São Paulo.

Art. 2º Os quadros societário e diretivo da cessionária, após a operação realizada, ficarão assim constituídos:

NOME	COTAS	VALOR - R\$
André Vinicius Cardoso	5.000	5.000,00
Leandro Henrique Alux Silva	5.000	5.000,00
Nivaldo Quesa	5.000	5.000,00
TOTAL	15.000	15.000,00

NOME	CARGO
André Vinicius Cardoso	Administrador
Leandro Henrique Alux Silva	Administrador
Nivaldo Quesa	Administrador

Art. 3º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 22/09/2023, às 16:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11103243** e o código CRC **851CA31D**.

Referência: Processo nº 01250.037368/2019-62

Documento nº 11103243



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



EM Nº 291/2023/MCOM

Brasília, 08 de setembro de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 01250.037368/2019-62, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 12773/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00578/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 10395 de 08 de setembro de 2023, publicada em \_\_\_\_\_, que transfere a concessão outorgada à RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA, inscrita no C.N.P.J. nº 43.744.713/0001-72, por meio do Decreto nº 38.086, de 12 de outubro de 1955, publicado no dia 3 de dezembro de 1955, para o SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA, inscrita no C.N.P.J. 03.156.036/0001-57, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50415114624, no município de Araçatuba, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 22/09/2023, às 16:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11103271** e o código CRC **B9ED0F69**.

Referência: Processo nº 01250.037368/2019-62

Documento nº 11103271



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

Ofício Interno nº 41219/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

Ao Senhor  
**Braunner Fassheber**  
Chefe de Gabinete do Ministro  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha a Portaria (11103243) e Exposição de Motivos (11103271)**

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Parecer nº 00578/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (1102897), encaminha a Portaria nº 10395/2023 (11103243) e Exposição de Motivos (11103271), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

**Wilson Diniz Wellisch**  
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 21/09/2023, às 15:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11103278** e o código CRC **09EF3773**.

Referência: Processo nº 01250.037368/2019-62

Documento nº 11103278



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República  
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias  
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 25/09/2023 17:41:50  
**Origem do Ofício:** Gabinete do Ministro  
**Operador:** DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA  
**Ofício:** 9872225  
**Data prevista de publicação:** 26/09/2023  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

## Matérias

Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
20984448	ATO PORTARIA NA 10506.rtf	1b6cdc8238d6ed243c3b3e1144e27e34	9,00	R\$ 350,28
20984449	ATO PORTARIA NA 10440.rtf	540ebaf4bf23023d92b9ac676d50b314	9,00	R\$ 350,28
20984450	ATO PORTARIA NA 10427.rtf	dc63f8f2712eae438fcc28ddd8f73fb8	8,00	R\$ 311,36
20984451	ATO PORTARIA NA 105452.rtf	e70c18f0fb3b5cd5381cf0597473d84b	11,00	R\$ 428,12
20984452	ATO PORTARIA NA 10402.rtf	43fe1f6603314d2c0adfe560627ceeee	11,00	R\$ 428,12
20984453	ATO PORTARIA NA 10400.rtf	e3ed3939cbabe41aa04cb6d5e03e3a2c	11,00	R\$ 428,12
20984454	ATO PORTARIA NA 10397.rtf	9ad7c63fffc50af0c6e9e5434bc97879	11,00	R\$ 428,12
20984455	ATO PORTARIA NA 10396.rtf	f3402c140fba5787909cc913c27c1107	11,00	R\$ 428,12
20984456	ATO DESPACHO NA 560.rtf	6020f092e07ee0ef3e3b2daecbeebf81	6,00	R\$ 233,52
20984457	ATO PORTARIA NA 10398.rtf	114c244f12f61d4dfb74968f9d2bfc64	9,00	R\$ 350,28
20984458	ATO PORTARIA NA 10395.rtf	a2de97a24b3561bd8ab1fc554fb69f6a	15,00	R\$ 622,72
20984459	ATO PORTARIA NA 10434.rtf	9683c716753117ad45aef51003450a37	7,00	R\$ 272,44
20984460	ATO PORTARIA NA 10428.rtf	3ef206e4a39b6bfd8fbde8dc5bfb0a0e	6,00	R\$ 233,52
20984461	ATO PORTARIA NA 10442.rtf	2a1127ce0daff7a04fd585dbf0dce68d	5,00	R\$ 194,60
20984462	ATO PORTARIA NA 10401.rtf	2293c3001957ab8f31de6f2a91dfb09c	9,00	R\$ 350,28
20984463	ATO PORTARIA NA 10399.rtf	ca9162e658a0ac7717c4c666307662af	9,00	R\$ 350,28
			<b>147,00</b>	<b>R\$ 5.760,16</b>



DO OFICIO

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[n.gov.br/recibo.do?idof=9872225](https://n.gov.br/recibo.do?idof=9872225)<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>





# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 26/09/2023 | Edição: 184 | Seção: 1 | Página: 4

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA Nº 10.395, DE 8 DE SETEMBRO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no artigo 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.037368/2019-62, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 12773/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00578/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU,

Art. 1º Transferir a concessão outorgada à Rádio Cultura de Araçatuba Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 43.744.713/0001-72, por meio do Decreto nº 38.086, de 12 de outubro de 1955, publicado no dia 3 de dezembro de 1955, para o SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA, inscrita no C.N.P.J. nº 03.156.036/0001-57, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50415114624, no município de Araçatuba, estado de São Paulo.

Art. 2º Os quadros societário e diretivo da cessionária, após a operação realizada, ficarão assim constituídos:

NOME	COTAS	VALOR - R\$
André Vinicius Cardoso	5.000	5.000,00
Leandro Henrique Alux Silva	5.000	5.000,00
Nivaldo Quessa	5.000	5.000,00
TOTAL	15.000	15.000,00

NOME	CARGO
André Vinicius Cardoso	Administrador
Leandro Henrique Alux Silva	Administrador
Nivaldo Quessa	Administrador

Art. 3º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Id solicitação: 57dbac58844ee

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA - ME	
<b>Nome Fantasia:</b>	
<b>Telefone:</b> (18) 2103-5967	<b>E-mail:</b> aracatubense@terra.com.br
<b>CNPJ:</b> 43.744.713/0001-72	<b>Número do Fistel:</b> 50415114624
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 01/11/2003	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> 01/11/2023	
<b>Observações:</b> Ato nº 1401, de 18/05/2016, publicado na Seção 1, p.7, do DOU de 25/05/2016.	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> RUA OSWALDO CRUZ	<b>Complemento:</b> TÉRREO	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 67	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16010040

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> Senador Teotônio Vilela	<b>Complemento:</b> RODOVIA	
<b>Bairro:</b> Alvorada	<b>Numero:</b> S/Nº	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16016500

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> Marechal Deodoro	<b>Complemento:</b> SOBRE LOJA	
<b>Bairro:</b> Centro	<b>Numero:</b> 675A	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16010301

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 294	<b>Frequência:</b> 106.7 MHz	<b>Classe:</b> B1	<b>ERP Máxima:</b> 5.7601kW
<b>HCI:</b> 46 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 1

## Informações da Estação

23/14/09/2014  
Assinado eletronicamente, após conferência com original.<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Informações Gerais	
Número da Estação: 1006381179	Número Indicativo: ZYE482
Data Último Licenciamento: 20/09/2022	Número da Licença: 53500.291076/2022-83

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 21° 14' 21.59" S	Longitude: 50° 24' 28.40" W	Cota da base: 396.5 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 002850402252	Modelo: FM 3000
Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP	Potência de Operação: 1.99 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF15850JL	Fabricante: RFS- RADIO FREQUENCY SYSTEMS		
Comprimento da Linha: 55 m	Atenuação: 0.735 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: AQV-4 ELEM	Fabricante: INOVATOR ANTENAS				
Ganho: 5.52 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 220 °	Polarização: Vertical	HCI: 46 m	ERP Máxima: 5.76 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 2.27	5°: 2.27	10°: 2.27	15°: 2.38	20°: 2.38	25°: 2.38	30°: 2.38	35°: 2.38	40°: 2.38	45°: 2.38	50°: 2.38	55°: 2.38
60°: 2.38	65°: 2.38	70°: 2.27	75°: 2.27	80°: 2.27	85°: 2.27	90°: 2.16	95°: 2.16	100°: 2.16	105°: 2.16	110°: 2.05	115°: 2.05
120°: 2.05	125°: 1.94	130°: 1.94	135°: 1.83	140°: 1.72	145°: 1.62	150°: 1.51	155°: 1.31	160°: 1.21	165°: 1.11	170°: 1.01	175°: 0.82
180°: 0.72	185°: 0.63	190°: 0.45	195°: 0.26	200°: 0.18	205°: 0.09	210°: 0.09	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0.09	235°: 0.09
240°: 0.18	245°: 0.26	250°: 0.35	255°: 0.45	260°: 0.63	265°: 0.72	270°: 0.92	275°: 1.01	280°: 1.11	285°: 1.21	290°: 1.41	295°: 1.51
300°: 1.72	305°: 1.83	310°: 1.94	315°: 1.94	320°: 2.05	325°: 2.16	330°: 2.16	335°: 2.16	340°: 2.16	345°: 2.27	350°: 2.27	355°: 2.27

Coordenadas por radial											
0°: Lat 21°6'58.16" S Lon 50°24'28.4" W	5°: Lat 21°6'17.33" S Lon 50°23'42.99" W	10°: Lat 21°6'8.85" S Lon 50°22'55.28" W	15°: Lat 21°6'4.54" S Lon 50°22'5.65" W	20°: Lat 21°6'0.2" S Lon 50°21'12.81" W	25°: Lat 21°6'35.19" S Lon 50°20'25.62" W	30°: Lat 21°7'49.31" S Lon 50°20'19.04" W	35°: Lat 21°8'49.38" S Lon 50°20'19.04" W	40°: Lat 21°9'3.64" S Lon 50°19'20.95" W	45°: Lat 21°9'34.79" S Lon 50°18'47.52" W	50°: Lat 21°9'54.76" S Lon 50°18'36.36" W	55°: Lat 21°10'31.63" S Lon 50°18'36.36" W
60°: Lat 21°11'5.85" S Lon 50°18'25.01" W	65°: Lat 21°11'38.12" S Lon 50°18'12.69" W	70°: Lat 21°12'6.02" S Lon 50°17'49.27" W	75°: Lat 21°12'41.42" S Lon 50°17'47.93" W	80°: Lat 21°13'12.68" S Lon 50°17'30.06" W	85°: Lat 21°13'45.68" S Lon 50°17'30.06" W	90°: Lat 21°14'21.46" S Lon 50°17'48.99" W	95°: Lat 21°14'52.26" S Lon 50°18'10.76" W	100°: Lat 21°15'29.39" S Lon 50°18'34.96" W	105°: Lat 21°15'57.82" S Lon 50°18'50.18' W	110°: Lat 21°16'23.94" S Lon 50°18'27.33" W	115°: Lat 21°16'38.8" S Lon 50°19'12.44" W
120°: Lat 21°17'11.05" S Lon 50°19'13.24" W	125°: Lat 21°17'49.6" S Lon 50°19'9.43" W	130°: Lat 21°18'11.67" S Lon 50°19'34.3" W	135°: Lat 21°18'24.66" S Lon 50°20'7.44" W	140°: Lat 21°17'57.72" S Lon 50°21'13.72" W	145°: Lat 21°17'29.99" S Lon 50°22'6.81" W	150°: Lat 21°17'32.56" S Lon 50°23'0.06" W	155°: Lat 21°17'45.74" S Lon 50°23'46.23" W	160°: Lat 21°17'53.27" S Lon 50°24'23.83" W	165°: Lat 21°17'59.18" S Lon 50°25'3.25" W	170°: Lat 21°18'3.43" S Lon 50°26'42.42" W	175°: Lat 21°18'10.72" S Lon 50°27'6.89" W
180°: Lat 21°18'25.83" S Lon 50°24'28.4" W	185°: Lat 21°19'2.69" S Lon 50°24'54.8" W	190°: Lat 21°19'27.5" S Lon 50°25'26.31" W	195°: Lat 21°19'39.95" S Lon 50°26'0" W	200°: Lat 21°20'38.14" S Lon 50°26'55.56" W	205°: Lat 21°20'59.14" S Lon 50°27'47.46" W	210°: Lat 21°20'20.92" S Lon 50°28'11.16" W	215°: Lat 21°20'51.94" S Lon 50°29'21.92" W	220°: Lat 21°20'8.46" S Lon 50°29'40.95" W	225°: Lat 21°19'41.75" S Lon 50°30'12.21" W	230°: Lat 21°19'15.65" S Lon 50°30'44.74" W	235°: Lat 21°18'38.52" S Lon 50°31'2.47" W
240°: Lat 21°18'5.53" S Lon 50°31'24.99" W	245°: Lat 21°17'12.83" S Lon 50°31'2.81" W	250°: Lat 21°16'41.75" S Lon 50°31'22.09" W	255°: Lat 21°16'16.18" S Lon 50°32'8.03" W	260°: Lat 21°15'39.23" S Lon 50°32'21.99" W	265°: Lat 21°14'59.23" S Lon 50°32'12.23" W	270°: Lat 21°14'21.43" S Lon 50°31'53.62" W	275°: Lat 21°13'46.93" S Lon 50°31'31.62" W	280°: Lat 21°13'11.85" S Lon 50°31'31.76" W	285°: Lat 21°12'36.5" S Lon 50°31'28.53" W	290°: Lat 21°12'1.14" S Lon 50°31'21.87" W	295°: Lat 21°11'24.07" S Lon 50°31'16.38" W
300°: Lat 21°10'51.61" S Lon 50°30'58.22" W	305°: Lat 21°10'15.29" S Lon 50°30'45.43" W	310°: Lat 21°9'48.65" S Lon 50°30'17.07" W	315°: Lat 21°9'11.3" S Lon 50°30'30'1.01" W	320°: Lat 21°8'41.83" S Lon 50°29'34.01" W	325°: Lat 21°8'26.07" S Lon 50°28'55.26" W	330°: Lat 21°7'57.53" S Lon 50°28'26.1" W	335°: Lat 21°7'43.98" S Lon 50°27'47.16" W	340°: Lat 21°7'29.34" S Lon 50°27'9.25" W	345°: Lat 21°7'17.84" S Lon 50°26'30.12" W	350°: Lat 21°7'4.89" S Lon 50°25'50.95" W	355°: Lat 21°6'55.12" S Lon 50°25'10.28" W

Distância por radial											
0°: 13.7	5°: 15	10°: 15.5	15°: 15.9	20°: 16.5	25°: 15.9	30°: 14	35°: 12.5	40°: 12.8	45°: 12.5	50°: 12.8	55°: 12.4



60°: 12.1	65°: 11.9	70°: 12.2	75°: 11.9	80°: 12.2	85°: 12.7	90°: 11.5	95°: 10.9	100°: 12.1	105°: 11.5	110°: 11.1	115°: 10
120°: 10.5	125°: 11.2	130°: 11.1	135°: 10.6	140°: 8.7	145°: 7.1	150°: 6.8	155°: 7	160°: 7	165°: 7	170°: 7	175°: 7.1
180°: 7.5	185°: 8.7	190°: 9.6	195°: 10.2	200°: 12.4	205°: 13.5	210°: 12.8	215°: 14.7	220°: 14	225°: 14	230°: 14.1	235°: 13.8
240°: 13.8	245°: 12.5	250°: 12.7	255°: 13.7	260°: 13.8	265°: 13.4	270°: 12.8	275°: 12.2	280°: 12.4	285°: 12.5	290°: 12.7	295°: 13
300°: 13	305°: 13.3	310°: 13.1	315°: 13.5	320°: 13.7	325°: 13.4	330°: 13.7	335°: 13.5	340°: 13.5	345°: 13.5	350°: 13.7	355°: 13.8

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCl: m	ERP Máxima: 5.76 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
299831955	38086	Decreto	PR	12/10/1955	03/12/1955	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
012500608612017 14	451	Despacho	MCTIC	26/03/2018	29/03/2018	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	77219	Decreto	PR	23/02/1976	24/02/1976	Renovação	Jurídico
1726951983	89472	Decreto	PR	21/03/1984	22/03/1984	Renovação	Jurídico
538300018551994	14	Portaria	MC	09/01/1996	30/01/1996	Multa	Jurídico
508300010001993	11	Decreto	PR	29/09/2000	02/10/2000	Renovação	Jurídico
538300010621998	187	Portaria	MC	12/06/2002	25/06/2002	Multa	Jurídico
538300012411997	180602	Despacho	MC	18/06/2002		Advertência	Jurídico
508300010001993	212	Decreto Legislativo	CN	11/09/2002	12/09/2002	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
530000255552003	11	Decreto	PR	12/06/2009	15/06/2009	Renovação	Jurídico
530000255552003	474	Decreto Legislativo	CN	06/07/2010	07/07/2010	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.081347/201 7-27	13931	Ato	ORLE	17/11/2017	11/12/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53000.032129/201 3-76	2839	Portaria	MC	02/01/2020	23/01/2020	Multa	Técnico





530000441992013 77	8734	Portaria	MC	16/03/2023	12/04/2023	Renovação	Jurídico
012500373682019 62	10395	Portaria	MC	08/09/2023	26/09/2023	Transferência Direta	Jurídico

Horário de funcionamento



Id solicitação: 57dbac58844ee

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA	
<b>Nome Fantasia:</b> Sistema Cultura de Comunicacao	
<b>Telefone:</b> (18) 36231337	<b>E-mail:</b> ammodena@hotmail.com
<b>CNPJ:</b> 03.156.036/0001-57	<b>Número do Fistel:</b> 50415114624
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 01/11/2003	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> 01/11/2023	
<b>Observações:</b> Ato nº 1401, de 18/05/2016, publicado na Seção 1, p.7, do DOU de 25/05/2016.	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> Marechal Deodoro	<b>Complemento:</b> A - Sobreloja	
<b>Bairro:</b> Centro	<b>Numero:</b> 675	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16010301

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> Senador Teotônio Vilela	<b>Complemento:</b> RODOVIA	
<b>Bairro:</b> Alvorada	<b>Numero:</b> S/Nº	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16016500

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> Marechal Deodoro	<b>Complemento:</b> SOBRE LOJA	
<b>Bairro:</b> Centro	<b>Numero:</b> 675A	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16010301

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 294	<b>Frequência:</b> 106.7 MHz	<b>Classe:</b> B1	<b>ERP Máxima:</b> 5.7601kW
<b>HCI:</b> 46 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 1

## Informações da Estação



23.08.09.47 eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Informações Gerais	
Número da Estação: 1006381179	Número Indicativo: ZYE482
Data Último Licenciamento: 20/09/2022	Número da Licença: 53500.291076/2022-83

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 21° 14' 21.59" S	Longitude: 50° 24' 28.40" W	Cota da base: 396.5 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 002850402252	Modelo: FM 3000
Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP	Potência de Operação: 1.99 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF15850JL	Fabricante: RFS- RADIO FREQUENCY SYSTEMS		
Comprimento da Linha: 55 m	Atenuação: 0.735 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: AQV-4 ELEM	Fabricante: INOVATOR ANTENAS				
Ganho: 5.52 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 220 °	Polarização: Vertical	HCI: 46 m	ERP Máxima: 5.76 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 2.27	5°: 2.27	10°: 2.27	15°: 2.38	20°: 2.38	25°: 2.38	30°: 2.38	35°: 2.38	40°: 2.38	45°: 2.38	50°: 2.38	55°: 2.38
60°: 2.38	65°: 2.38	70°: 2.27	75°: 2.27	80°: 2.27	85°: 2.27	90°: 2.16	95°: 2.16	100°: 2.16	105°: 2.16	110°: 2.05	115°: 2.05
120°: 2.05	125°: 1.94	130°: 1.94	135°: 1.83	140°: 1.72	145°: 1.62	150°: 1.51	155°: 1.31	160°: 1.21	165°: 1.11	170°: 1.01	175°: 0.82
180°: 0.72	185°: 0.63	190°: 0.45	195°: 0.26	200°: 0.18	205°: 0.09	210°: 0.09	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0.09	235°: 0.09
240°: 0.18	245°: 0.26	250°: 0.35	255°: 0.45	260°: 0.63	265°: 0.72	270°: 0.92	275°: 1.01	280°: 1.11	285°: 1.21	290°: 1.41	295°: 1.51
300°: 1.72	305°: 1.83	310°: 1.94	315°: 1.94	320°: 2.05	325°: 2.16	330°: 2.16	335°: 2.16	340°: 2.16	345°: 2.27	350°: 2.27	355°: 2.27

Coordenadas por radial											
0°: Lat 21°6'58.16" S Lon 50°24'28.4" W	5°: Lat 21°6'17.33" S Lon 50°23'42.99" W	10°: Lat 21°6'8.85" S Lon 50°22'55.28" W	15°: Lat 21°6'4.54" S Lon 50°22'5.65" W	20°: Lat 21°6'0.2" S Lon 50°21'12.81" W	25°: Lat 21°6'35.19" S Lon 50°20'25.62" W	30°: Lat 21°7'49.31" S Lon 50°20'19.04" W	35°: Lat 21°8'49.38" S Lon 50°20'19.04" W	40°: Lat 21°9'3.64" S Lon 50°19'20.95" W	45°: Lat 21°9'34.79" S Lon 50°18'47.52" W	50°: Lat 21°9'54.76" S Lon 50°18'36.36" W	55°: Lat 21°10'31.63" S Lon 50°18'36.36" W
60°: Lat 21°11'5.85" S Lon 50°18'25.01" W	65°: Lat 21°11'38.12" S Lon 50°18'12.69" W	70°: Lat 21°12'6.02" S Lon 50°17'49.27" W	75°: Lat 21°12'41.42" S Lon 50°17'47.93" W	80°: Lat 21°13'12.68" S Lon 50°17'30.06" W	85°: Lat 21°13'45.68" S Lon 50°17'30.06" W	90°: Lat 21°14'21.46" S Lon 50°17'48.99" W	95°: Lat 21°14'52.26" S Lon 50°18'10.76" W	100°: Lat 21°15'29.39" S Lon 50°18'34.96" W	105°: Lat 21°15'57.82" S Lon 50°18'50.18' W	110°: Lat 21°16'23.94" S Lon 50°19'27.33" W	115°: Lat 21°16'38.8" S Lon 50°19'12.44" W
120°: Lat 21°17'11.05" S Lon 50°19'13.24" W	125°: Lat 21°17'49.6" S Lon 50°19'9.43" W	130°: Lat 21°18'11.67" S Lon 50°19'34.3" W	135°: Lat 21°18'24.66" S Lon 50°20'7.44" W	140°: Lat 21°17'57.72" S Lon 50°21'13.72" W	145°: Lat 21°17'29.99" S Lon 50°22'6.81" W	150°: Lat 21°17'32.56" S Lon 50°23'0.06" W	155°: Lat 21°17'45.74" S Lon 50°24'6.23" W	160°: Lat 21°17'53.27" S Lon 50°25'23.57" W	165°: Lat 21°17'59.18" S Lon 50°26'3.83" W	170°: Lat 21°18'3.43" S Lon 50°26'46.42" W	175°: Lat 21°18'10.72" S Lon 50°26'6.89" W
180°: Lat 21°18'25.83" S Lon 50°24'28.4" W	185°: Lat 21°19'2.69" S Lon 50°24'54.8" W	190°: Lat 21°19'27.5" S Lon 50°25'26.31" W	195°: Lat 21°19'39.95" S Lon 50°26'0" W	200°: Lat 21°20'38.14" S Lon 50°26'55.56" W	205°: Lat 21°20'59.14" S Lon 50°27'47.46" W	210°: Lat 21°20'20.92" S Lon 50°28'11.16" W	215°: Lat 21°20'51.94" S Lon 50°29'21.92" W	220°: Lat 21°20'8.46" S Lon 50°29'40.95" W	225°: Lat 21°19'41.75" S Lon 50°30'12.21" W	230°: Lat 21°19'15.65" S Lon 50°30'44.74" W	235°: Lat 21°18'38.52" S Lon 50°31'2.47" W
240°: Lat 21°18'5.53" S Lon 50°31'24.99" W	245°: Lat 21°17'12.83" S Lon 50°31'2.81" W	250°: Lat 21°16'41.75" S Lon 50°31'22.09" W	255°: Lat 21°16'16.18" S Lon 50°32'8.03" W	260°: Lat 21°15'39.23" S Lon 50°32'21.99" W	265°: Lat 21°14'59.23" S Lon 50°32'12.23" W	270°: Lat 21°14'21.43" S Lon 50°31'53.62" W	275°: Lat 21°13'46.93" S Lon 50°31'31.62" W	280°: Lat 21°13'11.85" S Lon 50°31'31.76" W	285°: Lat 21°12'36.5" S Lon 50°31'28.53" W	290°: Lat 21°12'1.14" S Lon 50°31'21.87" W	295°: Lat 21°11'24.07" S Lon 50°31'16.38" W
300°: Lat 21°10'51.61" S Lon 50°30'58.22" W	305°: Lat 21°10'15.29" S Lon 50°30'45.43" W	310°: Lat 21°9'48.65" S Lon 50°30'17.07" W	315°: Lat 21°9'11.3" S Lon 50°30'30'1.01" W	320°: Lat 21°8'41.83" S Lon 50°29'34.01" W	325°: Lat 21°8'26.07" S Lon 50°28'55.26" W	330°: Lat 21°7'57.53" S Lon 50°28'26.1" W	335°: Lat 21°7'43.98" S Lon 50°27'47.16" W	340°: Lat 21°7'29.34" S Lon 50°27'9.25" W	345°: Lat 21°7'17.84" S Lon 50°26'30.12" W	350°: Lat 21°7'4.89" S Lon 50°25'50.95" W	355°: Lat 21°6'55.12" S Lon 50°25'10.28" W

Distância por radial											
0°: 13.7	5°: 15	10°: 15.5	15°: 15.9	20°: 16.5	25°: 15.9	30°: 14	35°: 12.5	40°: 12.8	45°: 12.5	50°: 12.8	55°: 12.4



60°: 12.1	65°: 11.9	70°: 12.2	75°: 11.9	80°: 12.2	85°: 12.7	90°: 11.5	95°: 10.9	100°: 12.1	105°: 11.5	110°: 11.1	115°: 10
120°: 10.5	125°: 11.2	130°: 11.1	135°: 10.6	140°: 8.7	145°: 7.1	150°: 6.8	155°: 7	160°: 7	165°: 7	170°: 7	175°: 7.1
180°: 7.5	185°: 8.7	190°: 9.6	195°: 10.2	200°: 12.4	205°: 13.5	210°: 12.8	215°: 14.7	220°: 14	225°: 14	230°: 14.1	235°: 13.8
240°: 13.8	245°: 12.5	250°: 12.7	255°: 13.7	260°: 13.8	265°: 13.4	270°: 12.8	275°: 12.2	280°: 12.4	285°: 12.5	290°: 12.7	295°: 13
300°: 13	305°: 13.3	310°: 13.1	315°: 13.5	320°: 13.7	325°: 13.4	330°: 13.7	335°: 13.5	340°: 13.5	345°: 13.5	350°: 13.7	355°: 13.8

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCl: m	ERP Máxima: 5.76 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
299831955	38086	Decreto	PR	12/10/1955	03/12/1955	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
012500608612017 14	451	Despacho	MCTIC	26/03/2018	29/03/2018	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	77219	Decreto	PR	23/02/1976	24/02/1976	Renovação	Jurídico
1726951983	89472	Decreto	PR	21/03/1984	22/03/1984	Renovação	Jurídico
538300018551994	14	Portaria	MC	09/01/1996	30/01/1996	Multa	Jurídico
508300010001993	11	Decreto	PR	29/09/2000	02/10/2000	Renovação	Jurídico
538300010621998	187	Portaria	MC	12/06/2002	25/06/2002	Multa	Jurídico
538300012411997	180602	Despacho	MC	18/06/2002		Advertência	Jurídico
508300010001993	212	Decreto Legislativo	CN	11/09/2002	12/09/2002	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
530000255552003	11	Decreto	PR	12/06/2009	15/06/2009	Renovação	Jurídico
530000255552003	474	Decreto Legislativo	CN	06/07/2010	07/07/2010	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.081347/201 7-27	13931	Ato	ORLE	17/11/2017	11/12/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53000.032129/201 3-76	2839	Portaria	MC	02/01/2020	23/01/2020	Multa	Técnico

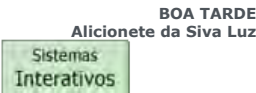


530000441992013 77	8734	Portaria	MC	16/03/2023	12/04/2023	Renovação	Jurídico
012500373682019 62	10395	Portaria	MC	08/09/2023	26/09/2023	Transferência Direta	Jurídico

Horário de funcionamento







Menu Principal ▾

SIACCO »» **Modulos Unificados (Cadastro e Consulta)** | internet | teia | menu | ajuda

Siacco - Informações Obrigatórias

Identificação da Entidade.

<b>Tipo Entidade:</b>	Pessoa Jurídica
<b>CNPJ:</b>	03.156.036/0001-57
<b>Razão Social:</b>	SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA
<b>Nome Fantasia:</b>	Sistema Cultura de Comunicacao
<b>Data última atualização:</b>	26/09/2023 15:06:30

✓ 1° Passo  
**Empresa**

✓ 2° Passo  
**Sócios**

✓ 3° Passo  
**Conselho**

✓ 4° Passo  
**Diretoria**

✓ 5° Passo  
**Controle**

Dados da Sociedade

<b>Tipo Sociedade:</b>	Limitada ▾
<b>Natureza Sociedade:</b>	Empresa Privada ▾

Capital Social

<b>Valor:</b>	15.000,00	<b>Moeda:</b>	R\$ - REAL ▾
---------------	-----------	---------------	--------------

Sociedade Limitada

<b>Qtd. Cotas:</b>	15.000	<b>Valor de uma Cota:</b>	1,00
--------------------	--------	---------------------------	------

Responsável Pela Atualização dos Dados

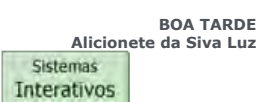
<b>Nome Responsável:</b>	nn
<b>Telefone:</b>	(11)-
<b>E-Mail:</b>	nn
<b>Salvar Informações</b>	<b>Confirmar Informações Sociedade</b>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

asnet/siacco/ Novo\_Siacco/Cadastros\_SitarWeb/wizard.asp?IndRadio=w&xt=1&hdmValidacaoEnviarInformacoes=1&acao=a&chav... 1/1

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



Menu Principal ▾

SIACCO »» **Modulos Unificados (Cadastro e Consulta)** | internet | teia | menu | ajuda

Siacco - Informações Obrigatórias

Identificação da Entidade.

Tipo Entidade:	Pessoa Jurídica
CNPJ:	03.156.036/0001-57
Razão Social:	SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA
Nome Fantasia:	Sistema Cultura de Comunicacao
Data última atualização:	26/09/2023 15:06:30

✓ 1° Passo  
Empresa

✓ 2° Passo  
Sócios

✓ 3° Passo  
Conselho

✓ 4° Passo  
Diretoria

✓ 5° Passo  
Controle

Quadro Societário

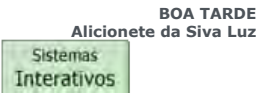
CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas com direito a voto	Vlr. Cotas	Qtd. Cotas sem direito a voto	Valor Cotas	EDITAR	DESVINCULAR
218.779.438-51	ANDRE VINICIUS CARDOSO	5.000	5.000,00	0	0,00		
311.842.438-91	NIVALDO QUESSA	5.000	5.000,00	0	0,00		
322.941.688-01	LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA	5.000	5.000,00	0	0,00		

Vincular Sócio

Confirmar Informações Sócios



2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



Menu Principal ▾

SIACCO »» **Modulos Unificados (Cadastro e Consulta)** | internet | teia | menu | ajuda

Siacco - Informações Obrigatórias

Identificação da Entidade.

<b>Tipo Entidade:</b>	Pessoa Jurídica
<b>CNPJ:</b>	03.156.036/0001-57
<b>Razão Social:</b>	SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA
<b>Nome Fantasia:</b>	Sistema Cultura de Comunicacao
<b>Data última atualização:</b>	26/09/2023 15:06:30

✓ 1° Passo  
**Empresa**

✓ 2° Passo  
**Sócios**

✓ 3° Passo  
**Conselho**

✓ 4° Passo  
**Diretoria**

✓ 5° Passo  
**Controle**

Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	EDITAR	DESVINCULAR
218.779.438-51	ANDRE VINICIUS CARDOSO	ADMINISTRADOR		
311.842.438-91	NIVALDO QUESSA	ADMINISTRADOR		
322.941.688-01	LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA	ADMINISTRADOR		

Vincular Diretor

Confirmar Informações Diretores

Não se Aplica



2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 42087/2023/MCOM

Brasília, 27 de Setembro de 2023

Ao Senhor  
**Ênio Soares Dias**  
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos 291 (11103271)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 10395/2023/SEI-MCOM (11133522), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos 291 (11103271), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 27/09/2023, às 12:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11136519** e o código CRC **ED1E084B**.

Referência: Processo nº 01250.037368/2019-62

Documento nº 11136519



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

Brasília, 2 de outubro de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.037368/2019-62, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 12773/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00578/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 10.395, de 8 de setembro de 2023, publicada em 26 de setembro de 2023, que transfere a concessão outorgada à RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA., inscrita no C.N.P.J. nº 43.744.713/0001-72, por meio do Decreto nº 38.086, de 12 de outubro de 1955, publicado no dia 3 de dezembro de 1955, para o SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA., inscrita no C.N.P.J. nº 03.156.036/0001-57, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50415114624, no município de Araçatuba, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º, do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único, do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

Respeitosamente,

***Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho***



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 29646/2023/MCOM

Ao Senhor  
BRUNO MORETTI  
Secretário Especial de Análise Governamental  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Transferência direta de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 01250.037368/2019-62.**

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre transferência direta de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS  
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro, em 03/10/2023, às 10:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11145429** e o código CRC **6A920CDB**.

Referência: Processo nº 01250.037368/2019-62

Documento nº 11145429



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

## REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DIRETA

### IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CEDENTE

<b>Nome da Pessoa Jurídica:</b>	RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA		
<b>CNPJ:</b>	43.744.713/0001-72	<b>CEP da sede:</b>	16.010-040
<b>Endereço da sede:</b>	RUA OSVALDO CRUZ, 67 – CENTRO – ARAÇATUBA – SP		
<b>E-mail de contato:</b>	<a href="mailto:cultura95@uol.com.br">cultura95@uol.com.br</a>		
<b>Serviço executado:</b>	<input type="checkbox"/> em frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas curtas <input checked="" type="checkbox"/> em ondas médias <input type="checkbox"/> em ondas tropicais <input type="checkbox"/> Radiodifusão sonora <input type="checkbox"/> Radiodifusão de sons e imagens		
<b>Localidade de execução do serviço:</b>	ARAÇATUBA	<b>UF:</b>	SP

Eu, GLADYS MAY FARES DE CAMPOS, inscrito no CPF sob o nº 958.660.008-49, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, e com fundamento na alínea “c” do art. 38 da Lei nº 4.117/62 (alterada pela lei nº 13.424, de 28 de março de 2017), venho solicitar autorização deste Ministério para realizar a **TRANSFERÊNCIA DIRETA** da concessão/permissão relativa ao serviço, localidade e estado acima descritos, à pessoa jurídica cessionária abaixo identificada, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO 1 eo formulário constante do ANEXO 2.

### IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA

<b>Nome da Pessoa Jurídica:</b>	SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA		
<b>CNPJ:</b>	03.156.036/0001-57	<b>CEP da sede:</b>	16.010-301
<b>Endereço da sede:</b>	RUA MARECHAL DEODORO, 675-A – SOBRE LOJA – CENTRO – ARAÇATUBA – SP		
<b>E-mail de contato:</b>	<a href="mailto:cult.am@terra.com.br">cult.am@terra.com.br</a>		

### DECLARAÇÕES

Requerimento de Transferência Direta - pag. 1

*[Assinaturas manuscritas]*





Com vistas à autorização para efetivar a operação solicitada, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Cessionária participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a Cessionária não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (d) a Cessionária cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (e) a Cessionária não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (f) a Cessionária autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; e
- (g) nenhum dos sócios ou dirigentes da Cessionária foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

  
**GLADYS MAY FARES DE CAMPOS**

De acordo.

ASSINATURA DE TODOS OS SÓCIOS E DIRETORES (CEDENTE E CESSIONÁRIA)	
NOME	ASSINATURA
GLADYS MAY FARES DE CAMPOS	
NICOLAU FARES DE CAMPOS	

Requerimento de Transferência Direta - pág. 2



MARTHA FARES DE CAMPOS BRUNO

NIVALDO QUESSA

ANDRÉ VINICIUS CARDOSO

LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA

*Martha Fares de Campos Bruno*  
*Nivaldo Quessa*  
*André Vinicius Cardoso*  
*Leandro Henrique Alux Silva*

Requerimento de Transferência Direta - pág. 3



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 3

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

ANEXO 1

**DOCUMENTOS NECESSÁRIOS**

**RELATIVOS À  
CEDENTE**

- (a) prova de inscrição no CNPJ;
- (b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;
- (c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;
- (d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e
- (e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

**RELATIVOS À  
CESSIONÁRIA**

- (a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão, e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;
- (b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;
- (c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- (d) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (e) prova de inscrição no CNPJ;
- (f) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;
- (g) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;
- (h) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e
- (i) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do

Requerimento de Transferência Direta - pág. 4

*[Assinaturas manuscritas]*





**RELATIVOS  
AOS SÓCIOS  
E DIRETORES  
DA  
CESSIONÁRIA**

Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

(a) prova de condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, mediante a apresentação de certidão de nascimento ou casamento, certidão de reservista, carteira profissional ou de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira profissional, carteira de trabalho e previdência social, e passaporte.

**ATENÇÃO:**

1) Na hipótese de a pessoa jurídica Cessionária consistir em sociedade por ações, a documentação acima relacionada será exigida apenas dos possuidores de, no mínimo, trinta por cento das ações representativas do capital social e caberá ao dirigente da sociedade apresentar declaração de que os sócios possuidores de menos de trinta por cento das ações representativas do capital social cumprem os requisitos previstos no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

2) Na hipótese de haver pessoa jurídica sócia da pessoa jurídica cessionária, os dirigentes de ambas, em conjunto, prestarão declaração de que:

I - no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

II - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e

III - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990.



Requerimento de Transferência Direta - pag. 5





ANEXO 2

**QUADRO SOCIETÁRIO DA ENTIDADE CEDENTE**

<i>NOME</i>	<i>COTAS/AÇÕES</i>	<i>VALOR</i>
<i>GLADYS MAY FARES DE CAMPOS</i>	<i>50.000</i>	<i>R\$ 50.000,00</i>
<i>NICOLAU FARES DE CAMPOS</i>	<i>25.000</i>	<i>R\$ 25.000,00</i>
<i>MARTHA FARES DE CAMPOS BRUNO</i>	<i>25.000</i>	<i>R\$ 25.000,00</i>

**QUADRO DIRETIVO DA ENTIDADE CEDENTE**

<i>NOME</i>	<i>CARGO</i>	<i>CPF</i>
<i>GLADYS MAY FARES DE CAMPOS</i>	<i>Sócia Administradora</i>	<i>958.660.008-49</i>
<i>NICOLAU FARES DE CAMPOS</i>	<i>Sócio Administrador</i>	<i>023.618.978-65</i>
<i>MARTHA FARES DE CAMPOS BRUNO</i>	<i>Sócia Administradora</i>	<i>095.465.748-99</i>

**QUADRO SOCIETÁRIO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA**

<i>NOME</i>	<i>COTAS/AÇÕES</i>	<i>VALOR</i>
<i>NILVADO QUESSA</i>	<i>5.000</i>	<i>R\$ 5.000,00</i>
<i>ANDRÉ VINICIUS CARDOSO</i>	<i>5.000</i>	<i>R\$ 5.000,00</i>
<i>LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA</i>	<i>5.000</i>	<i>R\$ 5.000,00</i>

**QUADRO DIRETIVO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA**

<i>NOME</i>	<i>CARGO</i>	<i>CPF</i>
<i>NILVADO QUESSA</i>	<i>Sócio Administrador</i>	<i>311.842.438-91</i>
<i>ANDRÉ VINICIUS CARDOSO</i>	<i>Sócio Administrador</i>	<i>218.779.438-51</i>
<i>LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA</i>	<i>Sócia Administradora</i>	<i>322.941.688-01</i>

Requerimento de Transferência Direta - pag. 6

*[Handwritten signatures and initials]*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 6

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



NUM.DOC: 141.712/93-4 SESSÃO: 10/05/1993

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 909.000,00 (NOVECIENTOS E NOVE MIL CRUZEIROS REAIS).

REDISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DE MAURY PAVANELO DE CAMPOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 026.366.038-91, RESIDENTE À RUA OSACAR RODRIGUES ALVES, 170, 2 AND. APTO 202, ARACATUBA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 825.372,00.

REDISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DE GLADYS MAY FARES DE CAMPOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 958.660.008-49, RESIDENTE À RUA OSCAR RODRIGUES ALVES, 170, 2 AND APTO 202, ARACATUBA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 83.628,00.

INCLUSÃO DE CNPJ 43.744.713/0001-72

NUM.DOC: 064.182/96-4 SESSÃO: 06/05/1996

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 28.180.000,00 (VINTE OITO MILHÕES, CENTO E OITENTA MIL REAIS).

RETIRA-SE DA SOCIEDADE MAURY PAVANELO DE CAMPOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 026.366.038-91, RESIDENTE À RUA OSACAR RODRIGUES ALVES, 170, 2 AND APTO 202, ARACATUBA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 825.372,00.

REDISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DE GLADYS MAY FARES DE CAMPOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 958.660.008-49, RESIDENTE À RUA OSCAR RODRIGUES ALVES, 170, 2 AND APTO 202, ARACATUBA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 14.090.000,00.

ADMITIDO NICOLAU FARES DE CAMPOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 023.618.978-65, RESIDENTE À RUA OSCAR RODRIGUES ALVES, 170, APTO. 202, ARACATUBA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 7.045.000,00.

ADMITIDO MARTHA FARES DE CAMPOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 095.465.748-99, RESIDENTE À RUA OSCAR RODRIGUES ALVES, 170, APTO. 202, ARACATUBA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 7.045.000,00.

NUM.DOC: 089.876/96-4 SESSÃO: 15/05/1996

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS).

REDISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DE GLADYS MAY FARES DE CAMPOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 958.660.008-49, RG/RNE: 2844426 - SP, RESIDENTE À RUA OSCAR RODRIGUES ALVES, 170, 2 AND APTO 202, ARACATUBA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 7.500,00.

REDISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DE NICOLAU FARES DE CAMPOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 023.618.978-65, RG/RNE: 126665128 - SP, RESIDENTE À RUA OSCAR RODRIGUES ALVES, 170, APTO. 202, ARACATUBA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 3.750,00.

REDISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DE MARTHA FARES DE CAMPOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 095.465.748-99, RG/RNE: 126665114 - SP, RESIDENTE À RUA OSCAR RODRIGUES ALVES, 170, APTO. 202, ARACATUBA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 3.750,00.

NUM.DOC: 020.299/97-7 SESSÃO: 19/02/1997

ALTERAÇÃO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE GLADYS MAY FARES DE CAMPOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 958.660.008-49, RG/RNE: 2844426 - SP, RESIDENTE À RUA OSCAR RODRIGUES ALVES, 170, 2 AND APTO 202, ARACATUBA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 7.500,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE NICOLAU FARES DE CAMPOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 023.618.978-65, RG/RNE: 126665128 - SP, RESIDENTE À RUA OSCAR RODRIGUES ALVES, 170, APTO. 202, ARACATUBA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 3.750,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE MARTHA FARES DE CAMPOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 095.465.748-99, RG/RNE: 126665114 - SP, RESIDENTE À RUA OSCAR RODRIGUES ALVES, 170, APTO. 202, ARACATUBA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 3.750,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 096.175/04-7 SESSÃO: 10/03/2004

Documento Gratuito  
Proibida a Comercialização

NIRE 35202092363

Página 2 de 5

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f/pequeno-4432174-3E101250-3627058362/pg.8>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



**ALTERAÇÃO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:**

REMANESCENTE GLADYS MAY FARES DE CAMPOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 958.680.008-49, RG/RNE: 28444267 - SP, RESIDENTE À RUA OSCAR RODRIGUES ALVES, 170, 2º AND APTO 202, ARACATUBA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 7.500,00.

REMANESCENTE NICOLAU FARES DE CAMPOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 023.618.978-65, RG/RNE: 126665126 - SP, RESIDENTE À RUA OSCAR RODRIGUES ALVES, 170, APTO. 202, ARACATUBA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 3.750,00.

REMANESCENTE MARTHA FARES DE CAMPOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 095.465.748-99, RG/RNE: 126665114 - SP, RESIDENTE À RUA OSCAR RODRIGUES ALVES, 170, APTO. 202, ARACATUBA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 3.750,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 184.882/04-7 SESSÃO: 14/04/2004

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 514.097/04-8 SESSÃO: 31/12/2004

TRATA-SE O PRESENTE, DE PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DECLARAÇÃO EM ANEXO, COM O ESCOPO DE DAR CUMPRIMENTO A LETRA "I" DO ARTIGO 38 DA LEI Nº 4.117, DE 27/08/62, COM NOVA REDAÇÃO QUE LHE CONFERIU A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 70/02, TRANSFORMADA NA LEI Nº 10.610, DE 20/12/2002, PUBLICADA NO D.O.U., EDIÇÃO DE 23/12/2002 (COPIA ANEXA). EM ANALISANDO O ASSUNTO EM Pauta, ESSA RESPEITÁVEL JUNTA COMERCIAL, ATRAVES DE SUA DOUTA PROCURADORIA, EMITIU PARECER DETERMINANDO A OBRIGATORIEDADE DO ARQUIVAMENTO DA DECLARAÇÃO, BEM COMO OFÍCIO, DATADO A 27 DE JANEIRO DE 2003, DA LAVRA DA SECRETARIA GERAL, DELINEANDO O PROCEDIMENTO PARA ARQUIVAMENTO (COPIAS ANEXAS). ANTE O EXPOSTO, SOLICITAMOS O ARQUIVAMENTO DA DECLARAÇÃO ANEXA.

NUM.DOC: 176.049/05-8 SESSÃO: 20/06/2005

TRATA-SE O PRESENTE, DE PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DECLARAÇÃO EM ANEXO, COM O ESCOPO DE DAR CUMPRIMENTO A LETRA "I" DO ARTIGO 38 DA LEI Nº 4.117, DE 27/08/62, COM NOVA REDAÇÃO QUE LHE CONFERIU A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 70/02, TRANSFORMADA NA LEI Nº 10.610, DE 20/12/2002, PUBLICADA NO D.O.U., EDIÇÃO DE 23/12/2002 (COPIA ANEXA). EM ANALISANDO O ASSUNTO EM Pauta, ESSA RESPEITÁVEL JUNTA COMERCIAL, ATRAVES DE SUA DOUTA PROCURADORIA, EMITIU PARECER DETERMINANDO A OBRIGATORIEDADE DO ARQUIVAMENTO DA DECLARAÇÃO, BEM COMO OFÍCIO, DATADO A 27 DE JANEIRO DE 2003, DA LAVRA DA SECRETARIA GERAL, DELINEANDO O PROCEDIMENTO PARA ARQUIVAMENTO (COPIAS ANEXAS). ANTE O EXPOSTO, SOLICITAMOS O ARQUIVAMENTO DA DECLARAÇÃO ANEXA.

NUM.DOC: 041.776/06-9 SESSÃO: 08/02/2006

TRATA-SE O PRESENTE, DE PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DECLARAÇÃO EM ANEXO, COM O ESCOPO DE DAR CUMPRIMENTO A LETRA "I" DO ARTIGO 38 DA LEI Nº 4.117, DE 27/08/62, COM NOVA REDAÇÃO QUE LHE CONFERIU A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 70/02, TRANSFORMADA NA LEI Nº 10.610, DE 20/12/2002, PUBLICADA NO D.O.U., EDIÇÃO DE 23/12/2002 (COPIA ANEXA). EM ANALISANDO O ASSUNTO EM Pauta, ESSA RESPEITÁVEL JUNTA COMERCIAL, ATRAVES DE SUA DOUTA PROCURADORIA, EMITIU PARECER DETERMINANDO A OBRIGATORIEDADE DO ARQUIVAMENTO DA DECLARAÇÃO, BEM COMO OFÍCIO, DATADO A 27 DE JANEIRO DE 2003, DA LAVRA DA SECRETARIA GERAL, DELINEANDO O PROCEDIMENTO PARA ARQUIVAMENTO (COPIAS ANEXAS). ANTE O EXPOSTO, SOLICITAMOS O ARQUIVAMENTO DA DECLARAÇÃO ANEXA.

NUM.DOC: 091.553/06-4 SESSÃO: 03/04/2006

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS).

REDISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DE GLADYS MAY FARES DE CAMPOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 958.680.008-49, RG/RNE: 2.844.426 - SP, RESIDENTE À RUA OSCAR RODRIGUES ALVES, 170, APTO. 202, CENTRO, ARACATUBA - SP, CEP 16900-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 50.000,00.

REDISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DE NICOLAU FARES DE CAMPOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 023.618.978-65, RG/RNE: 12.666.512-6 - SP, RESIDENTE À RUA OSCAR RODRIGUES ALVES, 170, APTO. 202, CENTRO, ARACATUBA - SP, CEP 16900-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

REDISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DE MARTHA FARES DE CAMPOS BRUNO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 095.465.748-99, RG/RNE: 12.666.511-4 - SP, RESIDENTE À RUA 1 DE MAIO, 217, APTO. 14, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 13200-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 072.984/07-7 SESSÃO: 02/03/2007

TRATA-SE O PRESENTE, DE PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DECLARAÇÃO EM ANEXO, COM O ESCOPO DE DAR CUMPRIMENTO A LETRA "I" DO ARTIGO 38 DA LEI Nº 4.117, DE 27/08/62, COM NOVA REDAÇÃO QUE LHE CONFERIU A MEDIDA





PROVISORIA N° 70/02, TRANSFORMADA NA LEI N° 10.610, DE 20/12/2002, PUBLICADA NO D.O.U., EDICAO DE 23/12/2002 ANTE O EXPOSTO, SOLICITAMOS O ARQUIVAMENTO DA DECLARACAO ANEXA.

NUM.DOC: 271.675/08-1 SESSÃO: 19/08/2008

OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO

NUM.DOC: 295.477/08-8 SESSÃO: 05/09/2008

ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE GLADYS MAY FARES DE CAMPOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 958.660.008-49, RG/RNE: 2844426, RESIDENTE À RUA OSCAR RODRIGUES ALVES, 170, APTO.202, CENTRO, ARACATUBA - SP, CEP 16900-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 50.000,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE NICOLAU FARES DE CAMPOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 023.618.978-65, RG/RNE: 126665126, RESIDENTE À RUA OSCAR RODRIGUES ALVES, 170, APTO.202, CENTRO, ARACATUBA - SP, CEP 16900-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARTHA FARES DE CAMPOS BRUNO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 095.465.748-99, RG/RNE: 126665114, RESIDENTE À RUA 1 DE MAIO, 217, APTO.14, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 13200-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 473.994/09-4 SESSÃO: 23/12/2009

OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO

NUM.DOC: 439.728/10-1 SESSÃO: 13/12/2010

OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO

NUM.DOC: 021.714/12-5 SESSÃO: 02/01/2012

OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO

NUM.DOC: 531.498/12-8 SESSÃO: 11/12/2012

ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO - TRATA-SE O PRESENTE, DE PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DECLARACAO EM ANEXO, COM O ESCOPO DE DAR CUMPRIMENTO A LETRA "I" DO ARTIGO 38 DA LEI N 4.117, DE 27/08/62, COM NOVA REDACAO QUE LHE CONFERIU A MEDIDA PROVISORIA N 70/02, TRANSFORMADA NA LEI N 10.610, DE 20/12/2002, PUBLICADA NO D.O.U., EDICAO DE 23/12/2002.

NUM.DOC: 444.847/13-3 SESSÃO: 18/11/2013

ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO - TRATA-SE O PRESENTE, DE PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DECLARACAO EM ANEXO, COM O ESCOPO DE DAR CUMPRIMENTO A LETRA "I" DO ARTIGO 38 DA LEI N 4.117, DE 27/08/62, COM NOVA REDACAO QUE LHE CONFERIU A MEDIDA PROVISORIA N 70/02, TRANSFORMADA NA LEI N 10.610, DE 20/12/2002, PUBLICADA NO D.O.U., EDICAO DE 23/12/2002.

NUM.DOC: 302.911/14-5 SESSÃO: 04/08/2014

ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO - TRATA-SE O PRESENTE, DE PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DECLARACAO EM ANEXO, COM O ESCOPO DE DAR CUMPRIMENTO A LETRA "I" DO ARTIGO 38 DA LEI N 4.117, DE 27/08/62, COM NOVA REDACAO QUE LHE CONFERIU A MEDIDA PROVISORIA N 70/02, TRANSFORMADA NA LEI N 10.610, DE 20/12/2002, PUBLICADA NO D.O.U., EDICAO DE 23/12/2002.

NUM.DOC: 408.092/15-4 SESSÃO: 11/09/2015

ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO - TRATA-SE O PRESENTE, DE PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DECLARACAO EM ANEXO, COM O ESCOPO DE DAR CUMPRIMENTO A LETRA "I" DO ARTIGO 38 DA LEI N 4.117, DE 27/08/62, COM NOVA REDACAO QUE LHE CONFERIU A MEDIDA PROVISORIA N 70/02, TRANSFORMADA NA LEI N 10.610, DE 20/12/2002, PUBLICADA NO D.O.U., EDICAO DE 23/12/2002.

NUM.DOC: 519.666/16-1 SESSÃO: 06/12/2016

TRATA-SE O PRESENTE, DE PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DECLARACAO EM ANEXO, COM O ESCOPO DE DAR CUMPRIMENTO A LETRA "I" DO ARTIGO 38 DA LEI N 4.117, DE 27/08/62, COM NOVA REDACAO QUE LHE CONFERIU A MEDIDA PROVISORIA N 70/02, TRANSFORMADA NA LEI N 10.610, DE 20/12/2002, PUBLICADA NO D.O.U., EDICAO DE 23/12/2002., DATADA DE: 29/11/2016.

NUM.DOC: 572.548/17-5 SESSÃO: 20/12/2017

TRATA-SE O PRESENTE, DE PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DA DECLARAÇÃO EM ANEXO, COM O ESCOPO DE DAR CUMPRIMENTO A LETRA "I" DO ARTIGO 38 DA LEI N 4.117, DE 27/08/62, COM NOVA REDAÇÃO QUE LHE CONFERIU A MEDIDA PROVISÓRIA N 70/02, TRANSFORMADA NA LEI N 10.810, DE 20/12/2002, PUBLICADA NO D.O.U., EDIÇÃO DE 23/12/2002., DATADA DE: 12/12/2017.

NUM.DOC: 850.132/18-6 SESSÃO: 03/01/2018

ARQUIVAMENTO DE PROCURAÇÃO PÚBLICA, CONFORME DISPOSTO NA IN NO. 28 DE 06/10/2014 E RESOLUÇÃO CNJ NO. 42 DE 31/10/2014.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35202092363  
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 18/07/2019

JUCESP

GOVERNO DO ESTADO  
SÃO PAULO

documento  
assinado  
digitalmente

Ficha Cadastral Completa emitida para APT REPRESENTACOES E ASSESSORIA EM TELECOM S CLT :  
56101056000186. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do  
Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal  
www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 120309950, sexta-feira, 19 de julho de 2019 às 12:03:24.

Documento Gratuito  
Proibida a Comercialização



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f / pg. 11

NIRE: 35202092363

Página 5 de 5

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>43.744.713/0001-72</b>		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA <b>22/08/1966</b>
NOME EMPRESARIAL <b>RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA</b>				
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b>				PORTE <b>ME</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>				
LOGRADOURO <b>R OSVALDO CRUZ</b>		NÚMERO <b>67</b>	COMPLEMENTO <b>TERREO</b>	
CEP <b>16.010-040</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>ARACATUBA</b>		UF <b>SP</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>FINANCEIRO@RADIOCULTURA.COM.BR</b>		TELEFONE <b>(18) 3623-8726</b>		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****				
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>				DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>12/03/2004</b>
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL				
SITUAÇÃO ESPECIAL *****				DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 19/07/2019 às 12:04:17 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Petição (4432174)

SEI 01236-05/2019-62 / pg. 12

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

### CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA  
CNPJ: 43.744.713/0001-72

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 16:45:12 do dia 22/07/2019 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 18/01/2020.

Código de controle da certidão: 265B.4854.A5D9.08FC  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)



Preparar página  
para impressão





## Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

### Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ / IE: 43.744.713/0001-72

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 19070118561-88

Data e hora da emissão 22/07/2019 16:46:15

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no site [www.pfe.fazenda.sp.gov.br](http://www.pfe.fazenda.sp.gov.br)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 14





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Finanças  
Departamento de Rendas Municipal

### Certidão Negativa de Tributos Municipais

Certidão número : 2126-8558-4803  
Contribuinte : RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA  
CNPJ / CPF : 43.744.713/0001-72  
Inscrição : 88176  
Endereço : RUA OSVALDO CRUZ, 67 Compl.: TERREO  
Bairro : CENTRO, CEP: 16010-040  
Emitida em : 22/07/2019 às 16:48:40  
Válida até : 21/08/2019

Ressalvando o direito que cabe a Fazenda Pública Municipal de exigir na forma da Legislação vigente, os Tributos ou quaisquer outros emolumentos que por ventura venham a ser apurados;

Certifica que em relação ao contribuinte acima descrito nada deve até a emissão desta, em relação aos Tributos Municipais, inclusive Imobiliários e Mobiliários, administrados pela Secretaria da Fazenda Municipal.

As informações desta estão contidas em nosso Cadastro.

Certidão expedida via Internet

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal de Finanças (<http://201.49.72.130:8083/issonline/services/autenticadocumento>).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 15

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS  
PELA ANATEL**

**Nome:** RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA - ME  
**CNPJ:** 43.744.713/0001-72

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 12:10:27 do dia 19/07/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 18/08/2019.

Certidão expedida gratuitamente.



Voltar

Imprimir



**Certificado de Regularidade  
do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 43.744.713/0001-72

**Razão Social:** RADIO CULTURA ARAÇATUBA LTDA

**Endereço:** RUA OSVALDO CRUZ 67 TERREO / CENTRO / ARACATUBA / SP / 16010-040

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 04/07/2019 a 02/08/2019

**Certificação Número:** 2019070403104584136530

**Informação obtida em** 19/07/2019 12:35:09

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**www.caixa.gov.br**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 17

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA  
(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 43.744.713/0001-72  
Certidão nº: 177211571/2019  
Expedição: 19/07/2019, às 12:06:55  
Validade: 14/01/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **43.744.713/0001-72**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.  
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.  
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.  
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.  
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).  
Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Divisão de Assessoria Geral - Unidade TST - Jus.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.jus.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> pg. 18

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



JUCESP PROTOCOLO  
236314/99-3



**"SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARACAT**

Pelo presente instrumento particular de constituição os abaixo assinados:

**JOÃO APARECIDO CARDOSO**, brasileiro, casado, comerciante, portador do RG. sob o n.º 8.411.018-SSP/SP e do C.P.F. sob o n.º 803.047.968-91, residente e domiciliado nesta cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo à Rua Tabajaras, n.º 244, CEP. 16010-390,

**NIVALDO QUESSA**, brasileiro, solteiro, juiz classista aposentado, portador do RG. sob o n.º 4.570.765-SSP/SP e do CPF. sob o n.º 311.842.438-91, residente e domiciliado nesta cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, à Rua Cristiano Olsen, n.º 1620, apartamento 162, CEP 16015-190, tem entre si, justos

e combinados, a constituição de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que regerá pelas cláusulas e condições seguinte:

**CLAUSULA PRIMEIRA**

A firma girará sob a denominação social de **"SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARACATUBA LTDA.-EPP"**, com sede estabelecida a Rua Marechal Deodoro, n.º 675-A sobre loja, é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, dela fazendo parte como sócios quotistas, **JOÃO APARECIDO CARDOSO E NIVALDO QUESSA**, constituída de acordo com o Decreto n.º 3.708 de 10 de janeiro de 1919, e com a legislação que rege a execução dos serviços de radiodifusão sonora do Brasil.

§ Único - Em suas irradiações, a entidade se identificará da seguinte forma.

**"SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO AM"**

**"SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO FM"**

**CLAUSULA SEGUNDA**

A sociedade tem por objeto a execução de serviços de radiodifusão sonora de quaisquer modalidades, em quaisquer localidades do país, desde que para tanto o Governo Federal lhe outorgue permissões, e ou, concessões.

§ 1º - A execução a que se refere essa cláusula obedecerá, sempre a legislação específica que reger a execução dos serviços de radiodifusão sonora no Brasil, visando fins patrióticos, cívicos, educativos e recreativos.

§ 2º - Para a consecução de seus objetivos, a sociedade poderá instalar estações radiodifusoras, serviços especiais de música funcional, estúdios auxiliares e abrir e fechar sucursais, escritórios e filiais em quaisquer partes do país, observados os regulamentos técnicos e as normas jurídicas específicas e aplicáveis.





### CLÁUSULA TERCEIRA.

A firma terá início de suas atividades a partir do dia 01 de Maio de 1999, data de sua constituição, sendo prazo de duração da sociedade por prazo indeterminado, observando-se quanto da sua dissolução, os preceitos da lei especificada e que for aplicável.

### CLÁUSULA QUARTA.

O capital social será no valor de R\$15.000,00(Quinze Mil Reais) , divididos em 300 (Trezentas) quotas, no valor de R\$ 50,00 (Cinquenta Reais) cada uma, sendo que o sócio JOÃO APARECIDO CARDOSO, integraliza neste ato em moeda corrente do país a quantia de R\$ 10.000,00(Dez Mil Reais) e o sócio NIVALDO QUESSA, integraliza neste ato em moeda corrente do país a quantia de R\$5.000,00(Cinco Mil Reais), ficando assim o capital social distribuído entre os mesmos da seguinte forma.

<u>JOÃO APARECIDO CARDOSO</u>	200 QUOTAS no valor de R\$10.000,00
<u>NIVALDO QUESSA</u>	100 QUOTAS no valor de R\$ 5.000,00
TOTAL.....	300 QUOTAS no valor de R\$ 15.000,00

As quotas representativas do capital social são indivisíveis e para cada uma delas a sociedade reconhece um único proprietário. A responsabilidade de cada sócio é limitada até o valor do capital social, nos termos do Art. 2º IN FINE, da Lei 3.708 de 10 de janeiro de 1.919.

§ - 1º - As quotas representativas do capital social são indivisíveis e para cada uma delas a sociedade reconhece apenas um único proprietário.

§ - 2º - A responsabilidade de cada sócio é limitada ao valor do capital social, nos termos do art. 2º, "IN FINE" do Decreto n.º 3.708 de 10 de janeiro de 1.919.

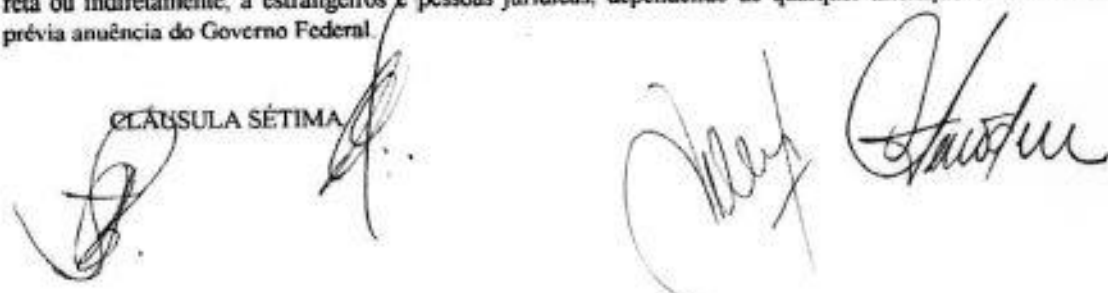
### CLÁUSULA QUINTA.

É vedado o ingresso na sociedade às pessoas jurídicas e estrangeiras, nela só podendo ser admitidas brasileiras.

### CLÁUSULA SEXTA.

As quotas representativas do capital social são intransferíveis, inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros e pessoas jurídicas, dependendo de qualquer alteração contratual de prévia anuência do Governo Federal.

### CLÁUSULA SÉTIMA.



Ocorrendo a hipótese de qualquer sócio desejar transferir a totalidade ou parte das quotas, terão preferência, absoluta para a aquisição, os de mais sócios, devendo o sócio interessado em transferir, comunicar sua intenção por escrito aos demais quotistas, concedendo-lhes um prazo de 60 (sessenta) dias para a resposta.

§ - Único - Caso mais de um sócio desejar adquirir as quotas do sócio retirante, a aquisição será na proporção direta das quotas que cada um dos pretendentes possuir.

#### CLÁUSULA OITAVA.

A duração da sociedade é por prazo indeterminado, observando-se quanto da sua dissolução, os preceitos da lei específica e da que for aplicável.

#### CLÁUSULA NONA.

Ocorrendo o falecimento de qualquer dos sócios, a sociedade não se dissolverá, procedendo-se, então, a um balanço geral e pagando-se aos herdeiros e, ou, sucessores do sócio falecido o valor do seu capital, considerando-se os débitos que possua na sociedade e o lucro ou prejuízo apurado até o último dia do mês em que tiver ocorrido o falecimento.

§ Único - Em caso de impedimento legal de qualquer sócio, aplicar-se o disposto nesta cláusula.

#### CLÁUSULA DÉCIMA.

Poderão os herdeiros necessários optar pelo seu ingresso na sociedade, desde que obtenham eles a indispensáveis autorizações do Governo Federal.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA.

Fica outorgado ao sócio JOÃO APARECIDO CARDOSO e NIVALDO QUESSA, uma retirada mensal a título de pró-labore, a importância que será fixada anualmente pelo consenso unânime dos sócios, dentro da disponibilidade social e levadas à débito das Despesas Gerais

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA.

A gerência e administração da sociedade será exercida pelos sócios JOÃO APARECIDO CARDOSO e NIVALDO QUESSA, sendo-lhes vedado o uso da mesma em negócios particulares, ou seja, negócios alheios aos fins sociais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.



O ano social coincide com o civil, anualmente no dia 31 de dezembro, será levantado um balanço geral para apuração dos resultados do exercício. Os lucros e prejuízos apurados, serão suportados entre os sócios na proporção das quotas que possuírem, ou ficarão escriturados em título próprio da contabilidade.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA.

Qualquer alteração do presente contrato social, somente será válida se assinada pelos sócios representantes em conjunto pelos menos 75% (setenta e cinco por cento) do capital social desta empresa, mas, produzirá efeitos com relação a todos, mesmo aqueles que eventualmente não a tenham assinado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA.

Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos de comum acordo entre os sócios, buscando-se subsídios em toda legislação vigente, especialmente no Decreto n.º 3.708 de 10 de janeiro de 1919 e no Código Brasileiro de Telecomunicações.


#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA.

Os sócios elegem o foro da Comarca de Araçatuba, Estado de São Paulo, para conhecer em primeira instância de qualquer pendência oriunda do presente contrato.

Assim por estarem em todo e contratados, assinam o presente instrumento digitado em 03(três) vias de igual teor e para um único efeito, juntamente com duas testemunhas. Cada via tem 04(quatro) folhas digitadas no anverso. Este documento deverá ser arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo após expressa autorização do Departamento Nacional de Telecomunicações.

Araçatuba, 01 de Maio de 1999.

  
JOÃO APARECIDO CARDOSO

  
NIVALDO OLESSA

TESTEMUNHAS

  
AMARILDO MODENA

RG. 15.571.553-SP. SSP

  
JOÃO BATISTA TAVARES

RG. 7.549.300-SP. SSP



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE LIMITADA.****SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA.EPP**

Pelo presente instrumento, **JOÃO APARECIDO CARDOSO**, brasileiro, casado no regime de comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, à Rua Major Mendonça nº 250 - 9º andar, Vila Mendonça, CEP 16015-110, portador do CPF. 803.047.968-91 e da Cédula de Identidade RG. 8.411.018 expedida pela SSP/SP., e **NIVALDO QUESSA**, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, à Rua Aguapeí nº 3.300, Condomínio Parque dos Araçás, CEP 16025-500, portador do CPF. 311.842.438-91 e da Cédula de Identidade RG. 4.570.765 expedida pela SSP/SP., únicos sócios da sociedade empresária limitada **SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA.- EPP**, estabelecida na Rua Marechal Deodoro nº 675-A, sobre loja, Centro, CEP 16010-301, nesta cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, cujo contrato social se encontra devidamente arquivado perante a M. M. Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob NIRE 35215674021, sessão de 12/05/1999, e última alteração arquivada sob nº 19.489/05-5, em 14/01/2005, inscrita no CNPJ/MF. nº 03.156.036/0001-57, resolvem proceder a presente alteração que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

**PRIMEIRA**

São admitidos na sociedade os sócios **ANDRE VINICIUS CARDOSO**, brasileiro, maior, casado no regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG. 32.518.875-0-SSP/SP., expedida em 05/10/1994, e do CPF. 218.779.438-51, natural de Araçatuba, SP., nascido em 28/09/1981, residente e domiciliado nesta cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, na Rua Porangaba nº 878, Vila Industrial, CEP 16072-165 e **LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA**, brasileiro, maior, casado no regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG. 44.079.279-4-SSP/SP., expedida em 29/03/2019, e do CPF. 322.941.688-01, natural de Araçatuba, SP., nascido em 28/07/1985, residente e domiciliado nesta cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, na Rua Cussy de Almeida Junior, 1.291, Apto. 81, Higienópolis, CEP 16010-715.

**SEGUNDA**

Retira-se da sociedade o sócio **JOÃO APARECIDO CARDOSO**, cedendo e transferindo neste ato a totalidade de suas quotas de participação na sociedade, bem como os direitos sobre as mesmas, aos sócios neste ato admitidos **ANDRÉ VINICIUS CARDOSO** e **LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA**, acima qualificados.

§ único: O sócio **JOÃO APARECIDO CARDOSO**, que possuía 10.000 (dez mil) quotas de participação no capital da sociedade, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cede e transfere ao sócio **ANDRÉ VINICIUS CARDOSO**, 5.000 (cinco mil) quotas de participação no capital social, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), e cede e transfere ao sócio **LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA** 5.000 (cinco mil) quotas de participação no capital social, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).



### TERCEIRA

O sócio retirante dá recíproca, plena, geral e irrevogável quitação à sociedade, aos sócios admitidos e ao sócio remanescente, nada tendo a reclamar ou participar posteriormente.

### QUARTA

O capital social que era de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), dividido em 15.000 (quinze mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, continua inalterado, e assim distribuído entre os sócios:

NIVALDO QUESSA	5.000 QUOTAS	R\$ 5.000,00
ANDRE VINICIUS CARDOSO	5.000 QUOTAS	R\$ 5.000,00
LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA	5.000 QUOTAS	R\$ 5.000,00
TOTAL	15.000 QUOTAS	R\$ 15.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO:- A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

### QUINTA

A sociedade será administrada por todos os sócios, em conjunto ou separadamente, e a eles caberão a representação ativa e passiva da sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, sendo vedado de acordo com o Artigo 1.064, da Lei nº 10.406, de 2002, o uso da denominação social, ou da firma, em negócios estranhos aos fins sociais.

### SEXTA

Todos os sócios terão direito a uma retirada mensal, á titulo de "Pró-Labore", cuja importância será fixada anualmente pelo consenso unânime dos sócios, dentro da disponibilidade social e levada a débito das Despesas Gerais..

### SETIMA

Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002).

### OITAVA

Fica neste ato alterado o endereço do sócio NIVALDO QUESSA, de Rua Cristiano Olsen, 1620, Apto 162, São João, CEP 16015-190, nesta cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, para Rua Aguapeí, 3.300, Cond. Parque dos Araças, Jardim do Prado, CEP 16025-455, nesta cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.

Face às alterações acima, os sócios resolvem consolidar o Contrato Social, conforme segue:

### PRIMEIRA

A sociedade gira sob o nome empresarial de **SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA. EPP**, é uma sociedade limitada, fazendo parte dela como sócios quotistas, NIVALDO QUESSA, ANDRE VINICIUS





CARDOSO e LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA, adequada de acordo com a Lei 10.406 de 2002, e com a legislação que rege a execução dos serviços de radiodifusão sonora do Brasil

§ único – em suas irradiações, a entidade se identificará da seguinte forma:

“SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO AM”

“SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO FM”

## SEGUNDA

A sociedade tem sua sede na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, na Rua Marechal Deodoro, 675-A, sobre loja, Centro, CEP 16010-301.

## TERCEIRA

O objetivo da sociedade é a execução de serviços de radiodifusão sonora de, quaisquer modalidades, em quaisquer localidades do País, desde que para tanto o Governo Federal lhe outorgue permissões e ou concessões:

§ 1º - A execução a que se refere essa cláusula obedecerá, sempre a legislação específica que reger a execução dos serviços de radiodifusão sonora no Brasil, visando fins patrióticos, cívicos, educativos e recreativos.

§ 2º - Para a consecução de seus objetivos, a sociedade poderá instalar estações radiodifusoras, serviços especiais de música funcional, estúdios auxiliares e abrir e fechar sucursais, escritórios e filiais em quaisquer partes do País, observando os regulamentos técnicos e as normas jurídicas específicas e aplicáveis.

## QUARTA

A sociedade iniciou suas atividades em 01/05/1999 e seu prazo de duração será por tempo indeterminado, observando-se quanto a sua dissolução, os preceitos da lei especificada e que for aplicável.

## QUINTA

O capital social é de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), dividido em 15.000 (quinze mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas pelos sócios, em moeda corrente do país, ficando distribuído entre os sócios da seguinte forma:

IVALDO QUESSA	5.000	R\$ 5.000,00
ANDRE VINICIUS CARDOSO	5.000	R\$ 5.000,00
LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA	5.000	R\$ 5.000,00
TOTAL	15.000	R\$ 15.000,00

**PARÁGRAFO ÚNICO:-** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

## SEXTA

As quotas de capital da sociedade são indivisíveis e não poderão ser alienadas a pessoas estranhas ao quadro social, sem o prévio consentimento dos demais sócios, os quais ficam assegurados, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para aquisição das quotas, formalizando a alteração contratual se realizada a cessão.

**Parágrafo 1º -** Havendo, no sócio, o desejo de retirar-se da sociedade, deverá notificar aos demais sócios, por escrito, com antecedência mínima de 60 dias e seus haveres lhes serão pagos, após o levantamento de balanço especial levantado para esse fim, em



condições e prazos negociados, no mínimo em seis parcelas iguais e sucessivas, atualizadas por índices oficiais acrescidos de juros de 6% ao ano.

**Parágrafo 2º** - Findo o prazo de 60 dias para o exercício da preferência, sem que os sócios tenham se manifestado ou se houver sobras, as quotas poderão ser cedidas ou alienadas a terceiros.

**Parágrafo 3º** - O sócio que ceder suas quotas, total ou parcialmente, fica livre de quaisquer responsabilidades posteriores à data de averbação de sua saída da sociedade, após quitar todas as obrigações decorrentes do período em que o sócio retirante participava na sociedade, de acordo com o Artigo 1.057, da Lei nº 10.406, de 2002.

**Parágrafo 4º** - É vedado o ingresso na sociedade às pessoas jurídicas e estrangeiras, nela só podendo ser admitidas brasileiras.

**Parágrafo 5º** - As quotas representativas do Capital Social, são intransferíveis, inalienáveis e incaucionáveis, direta e indiretamente, a estrangeiros e pessoas jurídicas, dependendo de qualquer alteração contratual de previa anuência do Governo Federal.

#### SÉTIMA

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, visto que o capital social está totalmente integralizado, de conformidade com o Artigo 1.052, da Lei nº 10.406, de 2002

#### OITAVA

O uso da firma ou denominação social é privativo dos administradores que tenham os poderes necessários, sendo vedado em negócios estranhos aos fins sociais, de acordo com o Artigo 1.064, da Lei nº 10.406, de 2002.

#### NONA

Fica permitida a alteração deste contrato para a nomeação de administradores não pertencentes ao quadro societário, desde que aprovado por dois terços dos sócios, de acordo com o Artigo 1.061, da Lei nº 10.406, de 2002

#### DÉCIMA

Em suas deliberações, os administradores adotarão preferencialmente a forma estabelecida no § 3º do Art. 1.072 do Código Civil (lei nº 10.406/2002).

#### DÉCIMA PRIMEIRA

**Parágrafo 1º** - Os sócios que representam a maioria do capital social poderão promover a alteração do contrato social, independentemente do consentimento expresso ou tácito, por parte dos demais sócios, especialmente no que tange à exclusão de sócio que passe a colocar em risco a continuidade da empresa, em virtudes de atos de inegável gravidade.

**Parágrafo 2º** - A exclusão de sócio somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para esse fim, estando o sócio excluído ciente em tempo hábil para permitir o seu comparecimento e o exercício do seu direito de defesa.

#### DÉCIMA SEGUNDA

O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, data esta em que serão elaborados o inventário, o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico, e será efetuada a apuração do resultado com observância às disposições legais aplicáveis. Os lucros ou prejuízos apurados serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de suas quotas do capital social



### DÉCIMA TERCEIRA

A sociedade será administrada por todos os sócios, em conjunto ou separadamente, e a eles caberão a representação ativa e passiva da sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, sendo vedado de acordo com o Artigo 1.064, da Lei nº 10.406, de 2002, o uso da denominação social, ou da firma, em negócios estranhos aos fins sociais.

### DÉCIMA QUARTA

O falecimento de qualquer um dos sócios não dissolverá a sociedade, que prosseguirá com os sócios remanescentes, herdeiros e sucessores, apurando os haveres do sócio falecido em balanço especial levantado para esse fim, na data do falecimento. Se os herdeiros do sócio falecido não tiverem interesse, ou não for possível continuar na sociedade, os valores correspondentes às suas quotas de capital e sua participação nos lucros líquidos serão pagos em condições e prazos negociados, no mínimo em seis parcelas iguais e sucessivas, atualizadas por índices oficiais acrescidos de juros de 6% ao ano.

§ único - Poderão os herdeiros ou sucessores optarem por seu ingresso na sociedade, desde que eles obtenham as indispensáveis autorizações do Governo Federal.

### DÉCIMA QUINTA

Fica expresso que os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais, segundo a remissão determinada pelo Artigo 1.054, ao Artigo 997, da Lei nº 10.406, de 2002

### DÉCIMA SEXTA

Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos pelo consenso dos sócios, com observância à Lei nº 10.406, de 2002, e outros dispositivos legais sujeitos ao presente tipo de sociedade.

### DÉCIMA SÉTIMA

Todos os sócios terão direito a uma retirada mensal, à título de "Pró-Labore", cuja importância será fixada anualmente pelo consenso unânime dos sócios, dentro da disponibilidade social e levada a débito das Despesas Gerais.

### DÉCIMA OITAVA

Fica eleito o foro desta Comarca de Araçatuba, Estado de São Paulo, para nele serem dirimidas as dúvidas porventura surgidas no fiel cumprimento do presente instrumento

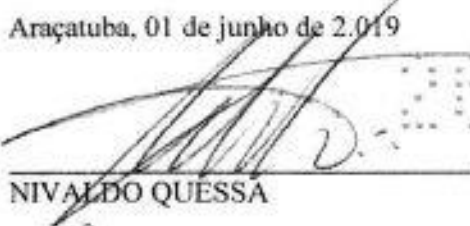
### DÉCIMA NONA

Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002).




E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento, lavrado em três vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas a tudo presentes.


Araçatuba, 01 de junho de 2019

  
NIVALDO QUESSA

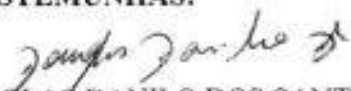
  
ANDRE VINICIUS CARDOSO

  
LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA

  
JOAO APARECIDO CARDOSO

  
AMARILDO MODENA  
RG. 15.577.553-SSP/SP

TESTEMUNHAS:

  
DOUGLAS DANILO DOS SANTOS GONÇALVES  
RG. 41.067.360-2-SSP/SP.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 28

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



**FICHA CADASTRAL COMPLETA**

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS "EMPRESA", "CAPITAL", "ENDEREÇO", "OBJETO SOCIAL" E "TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA" REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE [WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR](http://WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR), MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTES DOCUMENTOS.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992, OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

EMPRESA		
SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA.		
		TIPO: SOCIEDADE LIMITADA (E.P.P.)
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMIÇÃO
35215674021	12/05/1999	19/07/2019 11:58:50
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
01/05/1999	03.158.036/0001-57	

CAPITAL
R\$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS)

ENDEREÇO	
LOGRADOURO: R. MAL. DEODORO	NÚMERO: 675
BAIRRO: CENTRO	COMPLEMENTO: A SOBRELOJA
MUNICÍPIO: ARACATUBA	CEP: 16010-301 UF: SP

OBJETO SOCIAL
ATIVIDADES DE RÁDIO

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
JOAO APARECIDO CARDOSO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 803.047.968-91, RG/RNE: 8411018, RESIDENTE À R. TABAJARAS, 244, CENTRO, ARACATUBA - SP, CEP 16010-390, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 10.000,00
IVALDO QUESSA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 311.842.438-91, RG/RNE: 4570765, RESIDENTE À R. CRISTIANO OLSEN, 1620, AP. 162, SAO JOAO, ARACATUBA - SP, CEP 16015-190, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.000,00

ARQUIVAMENTOS
---------------





NUM.DOC: 019.489/05-5 SESSÃO: 14/01/2005

INCLUSÃO DE CNPJ 03.156.036/0001-57

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 258.477/19-2 SESSÃO: 26/06/2019

ADMITIDO LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: BRANCA, CPF: 322.941.688-01, RG/RNE: 44079279-4 - SP, RESIDENTE À RUA CUSSY DE ALMEIDA JUNIOR, 1291, APTº 81, HIGIENOPOLIS, ARACATUBA - SP, CEP 16010-715, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.000,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE NIVALDO QUESSA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: BRANCA, CPF: 311.842.438-91, RG/RNE: 4570765 - SP, RESIDENTE À RUA AGUAPEI, 3300, C PARQ ARACAS, JARDIM DO PRADO, ARACATUBA - SP, CEP 16025-455, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.000,00.

ADMITIDO ANDRE VINICIUS CARDOSO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: BRANCA, CPF: 218.779.438-51, RG/RNE: 32518875-0 - SP, RESIDENTE À RUA PORANGABA, 878, VILA INDUSTRIAL, ARACATUBA - SP, CEP 16072-165, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.000,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE JOAO APARECIDO CARDOSO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 803.047.968-91, RG/RNE: 8411018 - SP, RESIDENTE À R. TABAJARAS, 244, CENTRO, ARACATUBA - SP, CEP 16010-390, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 10.000,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35215674021

DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 18/07/2019

JUCESP

GOV. DO ESTADO  
SÃO PAULO

documento  
assinado  
digitalmente

Ficha Cadastrol Completa emitida para APT REPRESENTAÇÕES E ASSESSORIA EM TELECOM S C LT :  
56191058000186. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br) sob o número de autenticidade 120355484, sexta-feira, 19 de julho de 2019 às 11:58:50.



CNFJ: 03.156.036/0001-57

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

## Balanco Patrimonial

## ATIVO

ATIVO	110.796,85
CIRCULANTE	41.533,48
DISPONIVEL	40.711,23
CAIXA GERAL	5.992,68
CAIXA	5.992,68
BANCOS C/MOVIMENTO	34.718,55
BANCO SUDAMERIS BRASIL S/A.	6,41
BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	1.819,25
BANCO BRADESCO S.A. - CC-1819-8	32.892,89
REALIZAVEL CURTO PRAZO	822,25
TRIBUTOS A RECUPERAR	822,25
IMPOSTOS A COMPENSAR-SIMPLES	267,44
IMPOSTOS A COMPENSAR	437,46
IMPOSTOS A COMPENSAR - INSS	117,35
PERMANENTE	69.263,37
IMOBILIZADO	68.968,47
ADMINISTRAÇÃO	68.968,47
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	13.186,08
FERRAMENTAS	621,82
VEÍCULOS	49.183,69
DISCOTECA	88,90
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	5.888,00
INTANGIVEL	294,90
BENS INCORPÓREOS	294,90
MARCAS E PATENTES	294,90

## PASSIVO

PASSIVO	110.796,85
CIRCULANTE	11.167,70
EFETIVAS	11.167,70
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	6.882,00
SALÁRIOS	3.644,82
MENSALIDADE SINDICAL	18,99
FGTS	1.010,72
INSS A RECOLHER	2.007,47
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	4.285,70
SIMPLES A RECOLHER	4.285,70
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	99.629,15
CAPITAL SOCIAL	15.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO	15.000,00
RESERVAS	84.629,15
DE LUCROS	84.629,15
LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	84.629,15

ARACATUBA, 31 de dezembro de 2018.

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, cujos valores do Ativo e Passivo mais Patrimônio Líquido importam em R\$ 110.796,85 (cento e dez mil, setecentos e noventa e seis Reais e oitenta e cinco Centavos)

ESCRITORIO COMERCIAL DE CONTAS S/S LTD

RUA TIRADENTES, 219 - ARACATUBA - SP - 16010-240 - Fone: (18) 3623-1337



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 31

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

Empresa: SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA EPP

CNPJ: 03.156.036/0001-57

Página: 2

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Balanco Patrimonial

SOCIO ADMINISTRADOR  
JOAO APARECIDO CARDOSO  
CPF: 803.047.968-91

TECNICO EM CONTABILIDADE  
AMARILDO MODENA  
TC CRC: 1SP142575/0-9

ESCRITORIO COMERCIAL DE CONTAB S/S LTD

RUA TIRADENTES, 219 - ARACATUBA - SP - 16010-240 - Fone: (11) 3623-1337



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 32

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

Empresa: SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARACATUBA LTDA. EPP

Página: 1

CNPJ: 03.156.036/0001-57

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

**Demonstração dos Lucros/Prejuízos Acumulados**

DESCRIÇÃO		VALOR
(+)	Saldo Inicial do Exercício <i>Lucro</i>	57.344,35
(+)	Ajustes Credores de Exercício Anteriores	0,00
(-)	Ajustes Devedores de Exercícios Anteriores	0,00
(+)	Correção Monetária do Saldo Inicial	0,00
(-)	Parcelas dos Lucros Acumulados Incorporados ao Capital	0,00
(+)	Reversões de Reservas	0,00
	Reservas de Contingência	0,00
	Reservas de Lucros a Realizar	0,00
(+)	Resultado Líquido do Exercício <i>Lucro</i>	77.284,80
(-)	Transferências para Reservas	0,00
(-)	Dividendos ou Lucros Distribuídos, Pagos ou Creditados	50.000,00
=	Lucro acumulado <i>Lucro</i>	84.629,15

ARACATUBA, 31 de dezembro de 2018.

SÓCIO ADMINISTRADOR  
JOÃO APARECIDO CARDOSO  
CPF: 803.047.968-91

TECNICO EM CONTABILIDADE  
AMARILDO MODENA  
TC CRC: 1SP142573/0-9

ESCRITORIO COMERCIAL DE CONTAB S/S LTD

RUA TIRADENTES, 219 - ARACATUBA - SP - 16010-240 - Fone: (18) 3623-1337



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 33

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

## Demonstração do Resultado do Exercício

<b>Receitas Brutas</b>	
PRESTACAO DE SERVICOS	461.845,22 C
<b>Total:</b>	<b>461.845,22 C</b>
<b>(-) Deduções</b>	
SIMPLES NACIONAL	31.264,60 D
<b>Total:</b>	<b>31.264,60 D</b>
<b>= Receita Líquida</b>	<b>430.580,62 C</b>
<b>= Lucro Bruto</b>	<b>430.580,62 C</b>
<b>(-) Despesas Administrativas</b>	
SALARIOS E ORDENADOS	129.479,18 D
VALE ALIMENTACAO	38.894,90 D
DIVERSAS DESPESAS	692,00 D
IMPRESSOS E MAT.P/ESCRITORIO	1.966,49 D
ENERGIA ELETRICA	12.102,88 D
TELEFONIA	7.953,79 D
TELEFONIA - TRANSMISSOR	931,88 D
ENERGIA ELETRICA - TRANSMISSOR	21.436,97 D
CONTRIBUICAO SINDICAL	215,03 D
PREMIOS DE SEGUROS	147,84 D
E C A D	34.948,92 D
13o. SALÁRIO	8.621,76 D
FGTS	23.015,85 D
SERVIÇOS TERCEIROS-PJ	2.914,44 D
PROLABORE	22.896,00 D
COMBUSTÍVEIS LUBRIFICANTES	3.751,63 D
A B E R T	1.060,90 D
LICENCIAMENTO DE VEICULOS	1.329,89 D
CONVENIO FARMACIA	13.773,48 D
PROVEDOR INTERNET	373,79 D
MATERIAL DE USO/CONSUMO	4.605,10 D
RESCISÕES TRABALHISTAS	10.576,98 D
ANATEL	476,81 D
PLR EMPREGADOS	6.280,00 D
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS	550,00 D
<b>Total:</b>	<b>348.996,51 D</b>
<b>(-) Despesas Financeiras</b>	
DESPESAS BANCARIAS	2.563,07 D
<b>Total:</b>	<b>2.563,07 D</b>
<b>(-) Despesas Gerais</b>	
AUXILIO FUNERAL	5.802,48 D
<b>Total:</b>	<b>5.802,48 D</b>
<b>(*) Receitas Financeiras</b>	
JUROS PASSIVOS	2,88 D
<b>Total:</b>	<b>2,88 D</b>
<b>= Lucro Operacional</b>	<b>73.216,68 C</b>
<b>(*) Outras Receitas</b>	
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.069,12 C
<b>Total:</b>	<b>4.069,12 C</b>
<b>= Lucro Contábil Líquido antes da Contribuição Social</b>	<b>77.284,80 C</b>
<b>= Lucro Contábil Líquido antes do Imposto de Renda</b>	<b>77.284,80 C</b>
<b>= Lucro</b>	<b>77.284,80 C</b>

ESCRITORIO COMERCIAL DE CONTAB S/S LTD

RUA TIRADENTES, 219 - ARACATUBA - SP - 16010-240 - Fone: (18) 3623-1337



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 34

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f





**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO(AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS)  
1ª e 2ª Instâncias**

**CERTIFICAMOS** que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 18/07/2019, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

**SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA**  
03.156.036/0001-57

**OBSERVAÇÕES:**

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em [www.tjdft.jus.br](http://www.tjdft.jus.br), Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT ([www.tjdft.jus.br](http://www.tjdft.jus.br)), no menu **Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar**, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 19/07/2019

Data da última atualização do banco de dados: 18/07/2019

Selo digital de segurança: **2019.CTD.4CRA.XWT1.E5ZF.MJZS.N5AP**

\*\*\* VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS \*\*\*

 <b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.156.036/0001-57 MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA 12/05/1999
NOME EMPRESARIAL SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não Informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R MARECHAL DEODORO	NÚMERO 675 -	COMPLEMENTO A - SOBRE LOJA
CEP 16.010-301	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ARACATUBA
ENDEREÇO ELETRÔNICO ammodena@hotmail.com		UF SP
TELEFONE (18) 3623-1337		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 12/05/1999
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 27/06/2019 às 15:35:18 (data e hora de Brasília). Página: 1/1



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA**  
**CNPJ: 03.156.036/0001-57**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:57:01 do dia 22/07/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 18/01/2020.

Código de controle da certidão: **F7C7.4813.2190.9664**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 37

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



# PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

## Procuradoria da Dívida Ativa

### Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 03.156.036

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

**não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).**

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.

Certidão nº 22967379  
Data e hora da emissão 24/07/2019 10:34:59  
Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.  
Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.  
A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio  
<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>

Folha 1 de 1  
(hora de Brasília)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 38

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Finanças  
Departamento de Rendas Municipal

### Certidão Negativa de Tributos Municipais

Certidão número : 7192-3469-5119  
Contribuinte : SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA-EPP  
CNPJ / CPP : 03.156.036/0001-57  
Inscrição : 171248  
Endereço : RUA: MARECHAL DEODORO DA FONSECA, 675 Compl.: 675-A SOBRE LOJA  
Bairro : CENTRO, CEP: 16010-301.  
Emitida em : 22/07/2019 às 15:05:10  
Válida até : 21/08/2019

Ressalvando o direito que cabe a Fazenda Pública Municipal de exigir na forma da Legislação vigente, os Tributos ou quaisquer outros emolumentos que por ventura venham a ser apurados;

Certifica que em relação ao contribuinte acima descrito nada deve até a emissão desta, em relação aos Tributos Municipais, inclusive Imobiliários e Mobiliários, administrados pela Secretaria da Fazenda Municipal.

As informações desta estão contidas em nosso Cadastro.

Certidão expedida via Internet

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal de Finanças (<http://201.49.72.130:8083/issonline/servlet/autenticadocumento>).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 39

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



Voltar

Imprimir



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 03.156.036/0001-57

**Razão Social:** SISTEMA CULTURA DE COMUN ATA LTDA EPP

**Endereço:** RUA MARECHAL DEODORO 675 A - SBLJ / CENTRO / ARACATUBA / SP /  
16010-301

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 03/07/2019 a 01/08/2019

**Certificação Número:** 2019070301463405403880

**Informação obtida em** 19/07/2019 12:33:06

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 40

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 03.156.036/0001-57

Certidão nº: 177211237/2019

Expedição: 19/07/2019, às 12:02:14

Validade: 14/01/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.156.036/0001-57**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 42

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

8850-0

PROIBIDO PLASTIFICAR

ESTADO DE SÃO PAULO

MAIOR DE 65 ANOS



CARTILHA DE IDENTIDADE

BR/SP 90709

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

4.570.765-0 08/FEV/2013

NIVALDO QUESA

JOÃO QUESA

E SEBASTIANA DE SOUSA QUESA

ARAÇATUBA -SP 02/OUT/1946

ARAÇATUBA-SP

ARAÇATUBA

CN:LV.A46 /FLS.461 /N.034457

311842438/91

216 Delegado Desidério Roberto de Moraes do 2º Distrito IR/SP/5087

LEI Nº 7.116 DE 24/04/03

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRA  
 MINISTERIO DAS CIDADES  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

Nome: ANDRE VINICIUS CARDOSO

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR / UF: 32318875 SSP/SP

OP: 218.779.438-51 DATA NASCIMENTO: 28/09/1981

RELACAO: JOAO APARECIDO CARDOSO  
 MARIA ESTER MODENA CAR  
 DOSO

PERMISSAO: [ ] ACC: [ ] CAT. HAB: [ ]

VALIDADE: 19/07/2020

1147476294

VALIDA EM TODOS  
 OS TERRITORIOS NACIONAIS

DETRAN

DETRAN - SP (SRO PAULO)

1147476294

PRIMEIRO PLACIFICAR

LOCAL: ARACATUBA, SP DATA EMISSAO: 11/09/2015

55891015005  
 SP087698456



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 43

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

33,33 %  
Pro. Labore  
Ambos

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Série: 44.079.279-4 2 via 25/03/2019

**LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA**

LEONIDAS SILVA  
JAMILE ALUX SILVA  
ARACATUBA - SP

28/07/1985

ARACATUBA SP ARACATUBA CN LV M 21/PLS 152 /IN034331

322941689/01

Assinatura do Diretor  
LEI Nº 7.116 DE 2006/03

NÃO PLASTIFICAR

8850-0

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Assessoria de Identificação Criminal



*Leandro Alux*



507348

CARTERA DE IDENTIDADE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Feição (4452174)

SEI 01236.05756/2019-62 / pg. 44

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f





44 total de registros   1 - 50   50    Atualizar    Filtrar																
Ações	Fistel	UF	Município	Canal	Frequência	Finalidade	Decalagem	Classe	Num Serviço	Serviço	Local Específico	Carater	Status	Entidade	CNPJ	ID do Canal
						(Todos)										
	50400769328	SP	Araçatuba	47	671	Comercial	-	C	800	RTV		P	TV-C1 (Canal Outorgado - Aguardando Ato de RF)	FUNDACAO CASPER LIBERO	612777273000172	57dbab5e7a598
	50408862920	SP	Araçatuba	32	581	Comercial		C	801	RTVD		P	TV-C4 (Canal Licenciado)	TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA	61413092000126	57dbab82b5050
	50410317543	SP	Araçatuba	17	491	Comercial		C	801	RTVD		P	TV-C3 (Canal Outorgado - Aguardando Licenciamento)	FUNDACAO CASPER LIBERO	612772723000172	57dbab831af54
	50409475777	SP	Araçatuba	40	629	Comercial		B	801	RTVD		P	TV-C3 (Canal Outorgado - Aguardando Licenciamento)	TELEVISAO CIDADE MODELO LTDA	03862216000154	57dbab831f347
	50413254305	SP	Araçatuba	29	563	Comercial		C	801	RTVD		P	TV-C4 (Canal Licenciado)	RADIO E TELEVISAO OM LTDA	77237733000179	57dbab8321660
	50410092444	SP	Araçatuba	24	533	Comercial		A	801	RTVD		P	TV-C3 (Canal Outorgado - Aguardando Licenciamento)	Radio e Televisão Bandeirantes S.A.	60509239000113	57dbab8386945
	50410352535	SP	Araçatuba	42	641	Comercial		A	801	RTVD		P	TV-C4 (Canal Licenciado)	TV RECORD DE RIO PRETO S/A	59983486000178	57dbab846a9ce
	50412609908	SP	Araçatuba	22	521	Comercial		B	801	RTVD		P	TV-C4 (Canal Licenciado)	SPRING TELEVISAO S.A.	16936928000112	57dbab848dcfe
	50410611301	SP	Araçatuba	30	569	Comercial		A	801	RTVD		P	TV-C3 (Canal Outorgado - Aguardando Licenciamento)	FUNDACAO PADRE ANCHIETA CENTRO PAULISTA DE RADIO E TVS EDUCATIVAS	61914891000186	57dbab8535c58
	50407277390	SP	Araçatuba	34	593	Comercial		A	247	GTVD		P	TV-C4 (Canal Licenciado)	SISTEMA ARACA DE COMUNICACAO LTDA	55752315000187	57dbab8539d53
	50410335525	SP	Araçatuba	14	473	Comercial		B	801	RTVD		P	TV-C4 (Canal Licenciado)	TECCOM TECNOLOGIA EM COMUNICACOES LTDA - EPP	05108236000160	57dbab853de68
	50409692956	SP	Araçatuba	26	545	Comercial		A	801	RTVD		P	TV-C4 (Canal Licenciado)	TV SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA	50023373000156	57dbab9530fce
	50410296872	SP	Araçatuba	20	509	Comercial		C	801	RTVD		P	TV-C3 (Canal Outorgado - Aguardando Licenciamento)	CANAL BRASILEIRO DA INFORMACAO CBI LTDA	57569196000157	57dbab953534b
	50413253406	SP	Araçatuba	36	605	Educativo		C	801	RTVD		S	TV-C3 (Canal Outorgado - Aguardando Licenciamento)	FUNDACAO EDUCATIVA E CULTURAL RIO VERDE	19057660000137	57dbabefca85a
	50414509005	SP	Araçatuba	28	557	Publica		B	247	GTVD		P	TV-C1 (Canal Outorgado - Aguardando Ato de RF)	CAMARA DOS DEPUTADOS	00530352000159	57dbac0bd9d5a
	50406279713	SP	Araçatuba	219	91.7	Comercial		A4	230	FM		P	FM-C3 (Canal Outorgado - Aguardando Licenciamento)	INDUSTRIAS GRAFICAS O ESTADO LTDA	03158975000130	57dbac451d6e7
	02008012603	SP	Araçatuba	238	95.5	Comercial		A4	230	FM		P	FM-C3 (Canal Outorgado - Aguardando Licenciamento)	RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA - ME	43744713000172	57dbac4522473
	02008008924	SP	Araçatuba	242	96.3	Comercial		A4	230	FM		P	FM-C7 (Aguardando Ato de RF)	RADIO CLUBE DE ARACATUBA LTDA	49315906000194	57dbac4526748
	50415111951	SP	Araçatuba	245	96.9	Comercial		B1	230	FM		P	FM-C3 (Canal Outorgado - Aguardando Licenciamento)	RADIO DIFUSORA DE ARACATUBA LTDA - ME	43750827000125	57dbac58819c3
	50414522966	SP	Araçatuba	288	105.5	Comercial		B1	230	FM		P	FM-C3 (Canal Outorgado - Aguardando Licenciamento)	RADIO LUZ LTDA	43746163000120	57dbac5882f85
	50415114624	SP	Araçatuba	294	106.7	Comercial		B1	230	FM		P	FM-C3 (Canal Outorgado - Aguardando Licenciamento)	RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA - ME	43744713000172	57dbac58844ee
		SP	Araçatuba		1110			B	205	OM		P	AM-C0 (Canal Vago)			57dbac75c5b21
		SP	Araçatuba		1340			B	205	OM		P	AM-C0 (Canal Vago)			57dbac75ce70e
		SP	Araçatuba		1540	Comercial		B	205	OM		P	AM-C0 (Canal Vago)			57dbac75d245f

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA - ME	
<b>Nome Fantasia:</b> RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA - ME	
<b>Telefone:</b> (18) 2103-5967	<b>E-mail:</b> aracatubense@terra.com.br
<b>CNPJ:</b> 43.744.713/0001-72	<b>Número do Fistel:</b> 02008012603
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 05/11/1996	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Val. RF:</b> 05/11/2026
<b>Observações:</b> RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> RUA OSWALDO CRUZ	<b>Complemento:</b> TÉRREO	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 67	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16010040

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> RUA OSWALDO CRUZ	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 67	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16010040

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> RUA OSWALDO CRUZ, 01	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b> .	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16000000

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> RUA OSWALDO CRUZ, 67	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b> .	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16000000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP
<b>Latitude:</b> -21.205 (21° 12' 18.0" S)	<b>Longitude:</b> -50.43722 (50° 26' 14.0" W)

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 238	<b>Frequência:</b> 95.5 MHz	<b>Classe:</b> A4	<b>ERP:</b> 5kW
<b>Altura:</b> 150 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0



## Informações da Estação

Informações Gerais							
Número da Estação: 7804202				Número Indicativo: ZYD852			
Data Último Licenciamento:				Número da Licença:			

Estação Principal							
Localização							
Latitude: -21.205 (21° 12' 18.0" S)		Longitude: -50.43722 (50° 26' 14.0" W)			Cota da base: 395.00 m		

Transmissor Principal			
Código Equipamento: 059678***0108		Modelo: Equipamento não encontrado	
Fabricante:		Potência de Operação: 5.000 kW	

Linha de Transmissão Principal			
Modelo:		Fabricante: FABRICANTE INDEFINIDO	
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: ohms

Antena Principal					
Modelo:		Fabricante: FABRICANTE INDEFINIDO			
Ganho: dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 348.89 °	Polarização:	HCI: 63.5 m	ERP Máximo: 0 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 022786XXX0381	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: 1.000 kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:		Fabricante:	
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:		Fabricante:			
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máximo: 0 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
79641975	1223	Portaria	MC	29/10/1976	05/11/1976	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
377331977	16687	Portaria	Dentel	03/10/1977	07/10/1977	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							



Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
291000013641986	230	Portaria	MC	29/08/1986	03/09/1986	Renovação	
291000013641986	810	Portaria	MC	06/11/1986		Autoriza Equipamento	Técnico
291000013641986	235	Portaria	MC	14/10/1991		Substituição de Equipamento	Técnico
538300005661996	92	Portaria	MC	13/03/1998	27/04/1998	Renovação	Jurídico
291000013641986	456	Portaria	MC	18/12/1998		Autoriza Equipamento	Técnico
538300005661996	200	Decreto Legislativo	CN	26/10/2000	27/10/2000	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.033653/2019-19	5533	Ato	ORLE	07/09/2019		Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



19 Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>  
Relatório I: I Mosaico - Araçatuba SP (4954358) SEI 01230:037368/2019-62 / pg. 48



Mosaico

Entidade	Administrativo	Endereços	Plano Básico	Estação Principal	Estação Auxiliar	RDS
----------	----------------	-----------	--------------	-------------------	------------------	-----

Estação

Número da Estação  
7804202

Indicativo da Estação  
ZYD852

Situação

Data Limite de Instalação

Data Primeiro Licenciamento  
31/03/1989

Data Último Licenciamento

Número da Licença

Informações do documento de Aprovação de Locais

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento
377331977	16687	Portaria ▼	Dentel ▼	03/10/1977

Histórico de Documentos Emitidos

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento	Data DOU	Raz
291000013641986	230	Portaria ▼	MC ▼	29/08/1986	03/09/1986	Re
291000013641986	810	Portaria ▼	MC ▼	06/11/1986		Au
291000013641986	235	Portaria ▼	MC ▼	14/10/1991		Su
538300005661996	92	Portaria ▼	MC ▼	13/03/1998	27/04/1998	Re
291000013641986	456	Portaria ▼	MC ▼	18/12/1998		Au
538300005661996	200	Decreto Legislativo ▼	CN ▼	26/10/2000	27/10/2000	De
53500.033653/201	5533	Ato ▼	ORLE ▼	07/09/2019		Au





## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA - ME	
<b>Nome Fantasia:</b> RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA - ME	
<b>Telefone:</b> (18) 2103-5967	<b>E-mail:</b> aracatubense@terra.com.br
<b>CNPJ:</b> 43.744.713/0001-72	<b>Número do Fistel:</b> 50415114624
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 01/11/2003	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Val. RF:</b> 01/11/2023
<b>Observações:</b> Ato nº 1401, de 18/05/2016, publicado na Seção 1, p.7, do DOU de 25/05/2016.	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> RUA OSWALDO CRUZ	<b>Complemento:</b> TÉRREO	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 67	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16010040

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> Senador Teotônio Vilela	<b>Complemento:</b> RODOVIA	
<b>Bairro:</b> Alvorada	<b>Numero:</b> S/Nº	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16016500

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> Marechal Deodoro	<b>Complemento:</b> SOBRE LOJA	
<b>Bairro:</b> Centro	<b>Numero:</b> 675A	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16010301

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP
<b>Latitude:</b> -21.23944 (21° 14' 22.0" S)	<b>Longitude:</b> -50.40778 (50° 24' 28.0" W)

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 294	<b>Frequência:</b> 106.7 MHz	<b>Classe:</b> B1	<b>ERP:</b> 3kW
<b>Altura:</b> 90 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 1

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0



Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 1006381179						Número Indicativo:					
Data Último Licenciamento:						Número da Licença:					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: -21.23917 (21° 14' 21.0" S)				Longitude: -50.40778 (50° 24' 28.0" W)				Cota da base: 399.1 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 002850402252						Modelo: FM 3000					
Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP						Potência de Operação: 3 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: LCF15850JA						Fabricante:					
Comprimento da Linha: 45 m		Atenuação: 0.68 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB		Impedância: 50 ohms					
Antena Principal											
Modelo: AQV-6 ELEM						Fabricante:					
Ganho: 7.2 dBd		Beam-Tilt: 0 °		Orientação NV: 150 °		Polarização: Vertical		HCl: 34 m		ERP Máximo: 13.08 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 2.27	10°: 2.24	20°: 2.21	30°: 2.16	40°: 2.11	50°: 2.06	60°: 1.94	70°: 1.74	80°: 1.47	90°: 1.21	100°: 0.95	110°: 0.68
120°: 0.45	130°: 0.25	140°: 0.08	150°: 0	160°: 0.04	170°: 0.17	180°: 0.35	190°: 0.57	200°: 0.84	210°: 1.11	220°: 1.4	230°: 1.71
240°: 1.94	250°: 2.06	260°: 2.12	270°: 2.16	280°: 2.21	290°: 2.24	300°: 2.27	310°: 2.31	320°: 2.35	330°: 2.37	340°: 2.35	350°: 2.31
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms					
Antena Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCl: m		ERP Máximo: 13.08 kW	
RDS											
Código PI:											
Informações do documento de Outorga											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
299831955	38086	Decreto	PR	12/10/1955	03/12/1955	Outorga			Jurídico		
Informações do documento de Aprovação de Locais											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
012500608612017 14	451	Despacho	MCTIC	26/03/2018	29/03/2018	Aprovação de Local			Técnico		



Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	77219	Decreto	PR	23/02/1976	24/02/1976	Renovação	Jurídico
1726951983	89472	Decreto	PR	21/03/1984	22/03/1984	Renovação	Jurídico
538300018551994	14	Portaria	MC	09/01/1996	30/01/1996	Multa	Jurídico
508300010001993	11	Decreto	PR	29/09/2000	02/10/2000	Renovação	Jurídico
538300010621998	187	Portaria	MC	12/06/2002	25/06/2002	Multa	Jurídico
538300012411997	180602	Despacho	MC	18/06/2002		Advertência	Jurídico
508300010001993	212	Decreto Legislativo	CN	11/09/2002	12/09/2002	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
530000255552003	11	Decreto	PR	12/06/2009	15/06/2009	Renovação	Jurídico
530000255552003	474	Decreto Legislativo	CN	06/07/2010	07/07/2010	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.081347/2017-27	13931	Ato	ORLE	17/11/2017	11/12/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento





Entidade	Administrativo	Endereços	Plano Básico	Estação Principal	Estação Auxiliar	RDS
----------	----------------	-----------	--------------	-------------------	------------------	-----

Estação

Número da Estação

1006381179

Indicativo da Estação

Situação

Data Limite de Instalação

Data Primeiro Licenciamento

Data Último Licenciamento

Número da Licença

Informações do documento de Aprovação de Locais

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento
01250060861201714	451	Despacho	MCTIC	26/03/2018

Histórico de Documentos Emitidos

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento	Data DOU	Raz
9999	77219	Decreto	PR	23/02/1976	24/02/1976	Re
1726951983	89472	Decreto	PR	21/03/1984	22/03/1984	Re
538300018551994	14	Portaria	MC	09/01/1996	30/01/1996	Mu
508300010001993	11	Decreto	PR	29/09/2000	02/10/2000	Re
538300010621998	187	Portaria	MC	12/06/2002	25/06/2002	Mu
538300012411997	180602	Despacho	MC	18/06/2002		Ad
508300010001993	212	Decreto Legislativo	CN	11/09/2002	12/09/2002	De
530000255552003	11	Decreto	PR	12/06/2009	15/06/2009	Re
530000255552003	474	Decreto Legislativo	CN	06/07/2010	07/07/2010	De
53500.081347/201	13931	Ato	ORLE	17/11/2017	11/12/2017	Au



**Data de Envio:**

05/12/2019 08:22:21

**De:**

MCTIC/Serviço de Alterações Societárias <coact\_atos@mctic.gov.br>

**Para:**

cgfi@mctic.gov.br

**Assunto:**

Transferência de Outorga

**Mensagem:**

Processo nº 01250.037368/2019-62

Senhor(a) Coordenador(a)-Geral de Fiscalização de Outorgas,

Cumprimentando-o(a), cordialmente, em atenção à determinação da Consultoria Jurídica - Conjur, constante do parágrafo 25 do Parecer Referencial n.º 798/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, encaminho os autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de: (i) condenação de cassação da outorga deferida à Rádio Cultura de Araçatuba Ltda., CNPJ 43.744713/0001-72 (cedente), executante do serviço de radiodifusão sonora de ondas médias, conforme petição (evento sei nº 4452174), no município de Araçatuba, estado de São Paulo, número do Fistel nº 02008012603; e (ii) de processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações Societárias

## NOTA TÉCNICA Nº 24387/2019/SEI-MCTIC

**Processo nº** 01250.037368/2019-62

**Assunto:** EXIGÊNCIA. Transferência Direta.

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo, por meio do qual a Rádio Cultura de Araçatuba Ltda., CNPJ 43.744713/0001-72 (cedente), executante do serviço de radiodifusão sonora de ondas médias, conforme petição (evento sei nº 4452174), no município de Araçatuba, estado de São Paulo, requer autorização deste Ministério para efetuar a transferência direta da outorga à Sistema Cultura de Comunicação Araçatuba Ltda., CNPJ 03.156.036/0001-57 (cessionária).

### ANÁLISE

2. A transferência da outorga é operação amparada pela Lei nº 4.117 de 1962 (recentemente alterada pela Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017), especificamente em sua alínea "c" do art. 38, a qual preceitua que *"a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo"*.

3. O pedido de transferência da concessão deverá seguir o rito estabelecido no Regulamento de Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795 de 1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138 de 22 de agosto de 2017), o qual, além de ditar o procedimento, predispõe os requisitos a serem atendidos pelas pessoas jurídicas envolvidas na operação, bem como o rol de documentos hábeis para comprová-los, condição para a autorização da transmissão da delegação.

4. Com efeito, procedeu-se à análise da petição. Identificou-se que o sistema Mosaico não indicou outorga de serviço de radiodifusão sonora de ondas médias na localidade. Foram identificados dois serviços de radiodifusão sonora de frequência modulada, canal 238 e canal 294, atribuídos à Rádio Cultura de Araçatuba Ltda., conforme sei nº 4934538.

5. O primeiro canal 238, Fistel nº 02008012603, foi licenciado em 31/03/1989, atendendo ao requisito do artigo 91 do Decreto nº 52.762/1963, condição necessária, mas não suficiente para a transferência da outorga.

[...] Art. 91. A transferência da concessão ou da permissão somente poderá ser autorizada após decorrido o prazo de cinco anos, contado da data de expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação.

6. Quanto ao segundo canal 294, Fistel nº 50415114624, os registros do Sistema de Radiodifusão Mosaico não indicam data de licenciamento, portanto, não atende ao requisito do artigo 91 do Decreto nº 52.762/1963.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Nota Técnica 24387 (4934538)

SEI 01250.037368/2019-62 / pg. 55

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

7. Faz-se necessário, portanto, que a interessada indique qual o canal que se quer transferir, assim como, proceda a regularização do pedido com a apresentação dos seguintes documentos e certidões atualizadas:

RELATIVOS À CEDENTE:

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- b) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- c) prova de inscrição no cadastro de contribuintes, estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da entidade;
- d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- g) prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, distrital e municipal da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei;
- h) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL;
- i) certidão negativa de débitos trabalhistas;

RELATIVOS À CESSIONÁRIA:

**a) SE SOCIEDADE DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - ato constitutivo e suas alterações**, devidamente registrados ou arquivados na repartição competente, constando dentre seus objetivos a execução de serviços de radiodifusão;

**SE SOCIEDADE POR AÇÕES – ato constitutivo e suas alterações**, devidamente registrados ou arquivados na repartição competente, constando dentre seus objetivos a execução de serviços de radiodifusão, ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas em que conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;

**SE FUNDAÇÃO – ato constitutivo e suas alterações**, devidamente registrados na repartição competente, constando dentre seus objetivos a execução de serviços de radiodifusão e ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente registrado na repartição competente;

- b) certidão emitida pela Junta Comercial ou Órgão de registro correspondente em que conste detalhadamente o histórico de todos os atos arquivados pela Entidade;
- c) declaração firmada pelo representante legal de que a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço, na localidade objeto da concessão ou permissão e que, caso venha a ser contemplada com a outorga, não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- d) declaração de inexistência de parcela superior a trinta por cento do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente, ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos do § 1º do art. 5º da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011;
- e) declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial



colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* da Lei Complementar nº 64/1990 (lei da ficha limpa);

**OBS:** A falsidade das informações prestadas nos termos da alínea *j* deste artigo sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis.

f) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

g) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

h) projeto de investimento que demonstre a origem dos recursos a serem aplicados no empreendimento;

i) prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes – CGC (inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ)

j) prova de inscrição no cadastro de contribuintes, estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da entidade;

k) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

l) prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, distrital e municipal da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei;

m) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL (se já for executante de serviço de radiodifusão)

n) certidão negativa de débitos trabalhistas;

#### RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES DA CESSIONÁRIA:

a) prova de condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, mediante a apresentação de certidão de nascimento ou casamento, certidão de reservista, carteira profissional ou de identidade, ou comprovante de naturalização ou de reconhecimento de igualdade de direitos civis, para os portugueses.

8. Ao encaminhar a documentação faltante, solicita-se informar no corpo da petição, "documentação complementar para anexar ao Processo nº 01250.037368/2019-62."

#### CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, afim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3, ficando advertida que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Maribel Alves Fierro Sevilla, Analista em Ciência e Tecnologia**, em 05/12/2019, às 08:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 06/12/2019, às 16:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4934539** e o código CRC **28E09A00**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.037368/2019-62

SEI nº 4934539



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão  
Serviço de Alterações Societárias

OFÍCIO Nº 46782/2019/SEASO/DIRAC/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC

Brasília, 05 de dezembro de 2019.

Ao (À) Senhor (a)

Representante Legal da

RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA. - ME (C.N.P.J Nº 43.744.713/0001-72)

Rua Osvaldo Cruz, 67 - Térreo, Centro

16010-040 - Araçatuba / SP

**Assunto: Transferência Direta. Exigência. Processo nº 01250.037368/2019-62**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 24387/2019/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 06/12/2019, às 16:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4934600** e o código CRC **B3539E2F**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>



**Data de Envio:**

10/12/2019 09:19:00

**De:**

MCTIC/Processos de Pós-Outorga Jurídica do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga  
<sepos\_jur@mctic.gov.br>

**Para:**

andreamerico@realaracatubense.com.br  
cultura95@uol.com.br  
cult.am@terra.com.br  
carloshernandes@terra.com.br

**Assunto:**

Envio de correspondência oficial Ministério da Ciência Tecnologia Inovação e Comunicações

**Mensagem:**

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Pós-Outorga Jurídica do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga

Prezado(a),

Ref: 01250.037368/2019-62

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Oficio\_4934600.html  
Nota\_Tecnica\_4934539.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Araçatuba-SP, 16 de Dezembro de 2019.

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO**  
**DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL**  
**COORDENAÇÃO GERAL DE PÓS-OUTORGAS**

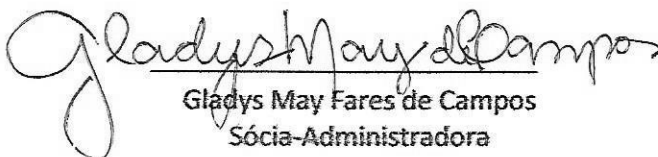
Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão  
Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão  
Serviço de Alterações Societárias

**ASSUNTO: RESPOSTA DE OFÍCIO Nº 46782/2019/SEI-MCTIC E NOTA TÉCNICA nº 24387/2019/SEI-MCTIC.**  
**REFERÊNCIA: PROCESSO nº 01250.037368/2019-62 – TRANSFERÊNCIA DIRETA.**

**RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA**, inscrita no CNPJ sob o nº 43.744.713/0001-72, permissionária do *serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Araçatuba-SP, canal 294*, atendendo ao Ofício nº 46782/2019/SEI-MCTIC, recebido em 10-12-2019, vem solicitar a prorrogação de prazo, por mais 30 (trinta) dias, para apresentar a documentação solicitada, conforme Nota Técnica nº 24387/2019.

Considerando que devido ao recesso de final de ano não será possível reunir todas as Certidões necessárias em tempo hábil, junto aos Órgãos competentes.

Atenciosamente

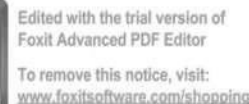
  
Gladys May Fares de Campos  
Sócia-Administradora



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anotele-autenticidadeassinatura.camara-ar.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>  
Anexo Petição 01250.037368/2019-62 / pg. 62

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

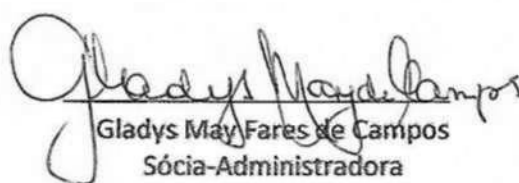




**RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES DA CESSIONÁRIA:**

a) prova de condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos.

Atenciosamente

  
Gladys May Fares de Campos  
Sócia-Administradora



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infotec.apptentificadecassinatura.camara.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Anexo Petição 0124200-17.1 (2019-02-06) 02/2019-62 / pg. 64

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



**RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA**  
**CNPJ: 43.744.713/0001-72**

**Livro: 0052 FOLHA: 0001**

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
Valores expressos em Reais (R\$)

<b>Ativo</b>		
	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017
<b>Circulante</b>	<b>39.674,82</b>	<b>56.146,24</b>
Disponível	38.905,83	55.786,02
Bens Numerários	38.905,83	55.786,02
Caixa	38.905,83	55.786,02
Outros Créditos	350,70	0,00
Adiantamentos a Funcionários	350,70	0,00
Adiantamentos de Férias	350,70	0,00
Despesas Pagas Antecipadamente	418,29	360,22
Despesas de Meses Seguintes	418,29	360,22
Prêmios de Seguros a Apropriar	418,29	360,22
<b>Não Circulante</b>	<b>51.780,04</b>	<b>61.593,13</b>
Imobilizado	49.190,00	59.003,09
Bens em Operação	479.286,84	479.286,84
Equipamentos para Processamento de Dados	322.711,42	322.711,42
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	79.632,84	79.632,84
Móveis e Utensílios	21.222,17	21.222,17
Veículos	55.720,41	55.720,41
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada	(430.096,84)	(420.283,75)
(-) Deprec. Equipamentos p/Processamento de Dados	(314.413,53)	(312.785,55)
(-) Deprec. Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	(39.660,70)	(31.697,42)
(-) Deprec. Móveis e Utensílios	(20.302,20)	(20.080,39)
(-) Deprec. Veículos	(55.720,41)	(55.720,41)
Intangível	2.590,04	2.590,04
Custo	2.590,04	2.590,04
Benfeitorias Imóveis Terceiros	2.590,04	2.590,04
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>91.454,86</b>	<b>117.739,32</b>

*[Handwritten signature]*

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c927a52a3f1





**RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA**  
**CNPJ: 43.744.713/0001-72**

**Livro: 0052 FOLHA: 0002**

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
Valores expressos em Reais (R\$)

<b>Passivo</b>		
	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017
<b>Circulante</b>	<b>180.733,30</b>	<b>62.438,62</b>
<b>Instituições Financeiras</b>	<b>93.595,35</b>	<b>26.539,03</b>
<b>Empréstimos</b>	<b>70.125,65</b>	<b>12.814,49</b>
Banco do Brasil s/a - 17.912.752	3.767,31	12.814,49
Banco do Brasil s/a - 17.913.002	20.000,00	0,00
Banco do Brasil s/a - 764.600.031	25.358,34	0,00
Banco do Brasil s/a - 764.600.213	21.000,00	0,00
<b>Conta Garantida</b>	<b>23.469,70</b>	<b>13.724,54</b>
Banco do Brasil s/a	23.469,70	13.724,54
<b>Fornecedores</b>	<b>4.539,08</b>	<b>1.657,00</b>
<b>Fornecedores Nacionais</b>	<b>4.539,08</b>	<b>1.657,00</b>
Companhia Paulista de Força e Luz - 20567	3.345,58	0,00
Editora Grafica Global Ltda	760,00	0,00
G. Gonçalves da Silva Embalagens - Me	223,50	0,00
M h Shinye e Cia Ltda	210,00	0,00
Yolanda Garutti da Cruz e Cia Ltda	0,00	1.657,00
<b>Obrigações Tributárias</b>	<b>9.609,74</b>	<b>11.232,97</b>
<b>Impostos e Contribuições a Recolher</b>	<b>7.183,81</b>	<b>9.310,35</b>
Simplex a Recolher	7.183,81	9.310,35
<b>Tributos Retidos a Recolher</b>	<b>2.425,93</b>	<b>1.922,62</b>
Ir-Fonte a Recolher(Pes. Fis.)	2.425,93	1.922,62
<b>Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias</b>	<b>72.989,13</b>	<b>23.009,62</b>
<b>Obrigações com o Pessoal</b>	<b>16.140,22</b>	<b>14.604,04</b>
Salários e Ordenados a Pagar	13.158,00	14.169,00
Pró Labore a Pagar	2.547,18	0,00
Pensão Alimentícia a Repassar	435,04	435,04
<b>Pro-Labores a Pagar</b>	<b>0,00</b>	<b>2.501,79</b>
Pro-Labore a Pagar	0,00	2.501,79
<b>Obrigações Previdenciárias</b>	<b>6.150,17</b>	<b>5.903,79</b>
Inss a Recolher	2.716,68	2.532,02
Fgts a Recolher	3.316,59	3.236,30
Mensalidade Sindical a Recolher	116,90	135,46
<b>Provisões</b>	<b>50.698,74</b>	<b>0,00</b>
Provisão para Férias	46.943,33	0,00

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anexos-arquitetura-arquitetura.com.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a52a3f>





**RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA**  
**CNPJ: 43.744.713/0001-72**

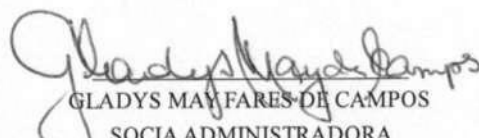
**Livro: 0052 FOLHA: 0003**

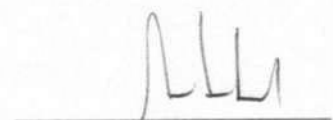
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
Valores expressos em Reais (R\$)

Provisão Fgts sobre Férias	3.755,41	0,00
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>(89.278,44)</b>	<b>55.300,75</b>
<b>Capital Social</b>	<b>100.000,00</b>	<b>100.000,00</b>
<b>Capital Subscrito</b>	<b>100.000,00</b>	<b>100.000,00</b>
Gladys May Fares de Campos	50.000,00	50.000,00
Martha Fares de Campos Bruno	25.000,00	25.000,00
Nicolau Fares de Campos	25.000,00	25.000,00
<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>(189.278,44)</b>	<b>(44.699,25)</b>
<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>(44.699,25)</b>	<b>(37.149,63)</b>
Lucros Acumulados	0,00	(37.149,63)
(-) Prejuízos Acumulados	(44.699,25)	0,00
<b>Lucros ou Prejuízos do Exercício</b>	<b>(144.579,19)</b>	<b>(7.549,62)</b>
(-) Prejuízos do Exercício	(144.579,19)	(7.549,62)
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVO</b>	<b>91.454,86</b>	<b>117.739,37</b>

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração do Resultado do Exercício, levantada a partir dos documentos fornecidos pela empresa e em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Araçatuba (SP), 31/12/2018

  
GLADYS MAY FARES DE CAMPOS  
SOCIA ADMINISTRADORA  
CPF: 958.660.008-49

  
Andre Luis Magustero Américo  
CRC: 1-SP-140031/O-8 - Contador  
CPF: 023.658.708-05



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://antilegal-autenticidade-assinatura.com.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> pg 67

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



**RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA**  
**CNPJ: 43.744.713/0001-72**

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**  
Valores expressos em Reais (R\$)

	Período de 01/01/2018 a 31/12/2018	Período de 01/01/2017 a 31/12/2017
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>815.436,91</b>	<b>884.799,97</b>
Serviço de Comunicação	815.436,91	884.799,97
<b>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>	<b>(88.175,58)</b>	<b>(89.453,28)</b>
IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE VENDAS E SERVIÇOS	(88.175,58)	(89.453,28)
(-) Simples Nacional	(88.175,58)	(89.453,28)
<b>(=) RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA</b>	<b>727.261,33</b>	<b>795.346,69</b>
<b>(=) LUCRO BRUTO</b>	<b>727.261,33</b>	<b>795.346,69</b>
<b>(+/-) DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(848.735,90)</b>	<b>(796.878,54)</b>
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(841.348,25)	(788.414,01)
DESPESAS COM PESSOAL	(528.978,37)	(521.235,37)
Salários e Ordenados	(226.302,62)	(261.351,72)
Pró Labore	(34.344,00)	(42.236,00)
Gratificações	(19.394,62)	(27.376,79)
13º Salário	0,00	(28.141,77)
Férias	0,00	(32.248,66)
Indenizações e Aviso Prévio	(2.352,98)	0,00
Assistência Médica e Social	(12.146,29)	(9.152,53)
Seguros de Vida em Grupo	(5.224,87)	(3.474,61)
Vale Refeição/Cesta Básica	(68.895,09)	(71.077,64)
(-) Convenio Farmácia	6.791,71	5.112,99
Comissões	(46.024,02)	(37.459,09)
Participação nos Lucros e Resultados	(11.769,45)	(13.134,06)
Horas Extras	0,00	(695,49)
Provisão Férias	(82.691,58)	0,00
Provisão 13º Salário	(26.624,56)	0,00
ENCARGOS SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIOS	(36.437,71)	(36.670,59)
Fgts	0,00	(36.670,59)
Fgts	(27.994,16)	0,00
Provisão Fgts s/ Férias	(6.313,71)	0,00
Provisão Fgts s/ 13º Salário	(2.129,84)	0,00
OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(275.932,17)	(230.508,05)
Propaganda	(9.337,03)	(11.885,74)
Ecad- Direitos Autorais	(51.775,74)	(50.466,60)
Condomínio	(19.912,25)	(20.141,20)
Depreciações	(9.813,09)	(8.740,45)
Água e Esgoto	(779,06)	(764,74)
Internet	(3.648,32)	0,00



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.br/autenticacao/assinatura/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 68

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



**RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA**  
CNPJ: 43.744.713/0001-72

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**  
Valores expressos em Reais (R\$)

	Período de 01/01/2018 a 31/12/2018	Período de 01/01/2017 a 31/12/2017
Energia Elétrica	(47.022,21)	(34.265,63)
Telecomunicações	(32.138,50)	(16.962,53)
Correios	(3.314,10)	(1.941,92)
Combustíveis e Lubrificantes	(75,00)	0,00
Manutenção de Veículos	0,00	(200,00)
Locação de Veículos	0,00	(350,00)
Seguros de Veículos	(4.866,22)	(4.151,46)
Material de Expediente	(122,40)	(453,00)
Serviços Profissionais	(24.170,12)	(16.429,05)
Honorários Contábeis	(28.129,46)	(27.258,15)
Frete e Carretos	(71,07)	0,00
Lanches, Refeições, Copa e Cozinha	(1.853,00)	(1.636,60)
Segurança e Vigilância	(1.623,00)	0,00
Seguros de Bens	(1.963,97)	(2.350,62)
Manutenção de Edifícios	(1.695,75)	(3.063,27)
Manutenção de Máquinas e Equipamentos	(1.770,00)	(1.141,00)
Entidades e Associações	(5.001,04)	(5.342,17)
Certificado Digital	(323,19)	0,00
Materiais de Uso e Consumo	(4.670,41)	(2.453,38)
Locação de Software	(1.204,31)	(1.106,98)
Serviços Prestados Informática	(3.363,00)	(2.725,00)
Serviços de Segurança	0,00	(1.980,00)
Internet	0,00	(3.674,19)
Despesas Bancárias Diversas	(17.289,93)	(11.024,37)
<b>DESPESAS TRIBUTARIAS</b>	<b>(7.387,65)</b>	<b>(8.464,53)</b>
Impostos e Taxas Diversas	(1.619,76)	(4.471,07)
Iptu	(2.573,11)	(1.954,68)
Iof e Ioc	(2.672,53)	(1.575,58)
Icms Exercícios Anteriores	0,00	(37,20)
Icms s/ Compras	0,00	(426,00)
Contribuição Assistencial Patronal	(522,25)	0,00
<b>(+/-) RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>2.048,19</b>	<b>642,42</b>
<b>OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>2.048,19</b>	<b>642,42</b>
Recuperação de Despesas - Bonus Parc.BB	2.048,19	642,42
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(25.152,81)</b>	<b>(6.660,19)</b>
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>	<b>12.846,93</b>	<b>11.615,71</b>
Descontos Obtidos	12.846,93	11.615,71
<b>(-) DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>(37.999,74)</b>	<b>(18.275,90)</b>
Encargos sobre Empréstimos e Financiamentos	(20.894,35)	(3.554,79)
Juros Pagos ou Incorridos	(7.981,68)	(509,92)
Encargos de Conta Garantida	(9.123,71)	(14.211,19)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

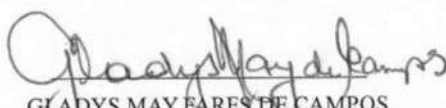
24B5bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f




**RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA**  
CNPJ: 43.744.713/0001-72

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**  
Valores expressos em Reais (R\$)

	Período de 01/01/2018 a 31/12/2018	Período de 01/01/2017 a 31/12/2017
<b>(=) PREJUÍZO OPERACIONAL LÍQUIDO</b>	<b>(144.579,19)</b>	<b>(7.549,62)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA CS E IR</b>	<b>(144.579,19)</b>	<b>(7.549,62)</b>
<b>(=) PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(144.579,19)</b>	<b>(7.549,62)</b>

  
GLADYS MAY FARES DE CAMPOS  
SOCIA ADMINISTRADORA  
CPF: 958.660.008-49

  
Andre Luis Magustero Américo  
CRC: 1-SP-140031/O-8 - Contador  
CPF: 023.658.708-05





**RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA**  
**CNPJ: 43.744.713/0001-72**

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**  
**Valores expressos em Reais (R\$)**

	Período de 01/01/2018 a 31/12/2018	Período de 01/01/2017 a 31/12/2017
<b>1 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado do exercício/período	(144.579,19)	(7.549,62)
Ajustes ao Resultado (Receitas/Despesas)	9.813,09	8.740,45
Depreciação e Amortização	9.813,09	8.740,45
Ajustes	0,00	0,00
Variações nos ativos e passivos	50.829,59	1.636,16
Aumento (Redução) em fornecedores	2.882,08	(943,00)
Aumento (Redução) nos Impostos a Recolher	(1.623,23)	4.200,62
Aumento (Redução) Adiant. Fornecedores/Funcionários/Outros Créditos	(350,70)	0,00
Aumento (Redução) Despesas do Exercício Seguinte	(58,07)	(116,56)
Aumento (Redução) Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	49.979,51	(1.504,90)
(=) Fluxo de Caixa gerado pelas Atividades Operacionais	(83.936,51)	2.826,99
<b>2 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aumento (Redução) de Ativos/Passivos	0,00	(7.100,00)
Aumento (Redução) de Imobilizado	0,00	(7.100,00)
(=) Fluxo de Caixa gerado pelas Atividades de Investimento	0,00	(7.100,00)
<b>3 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Aumento (Redução) de Ativos/Passivos	67.056,32	(505,91)
Aumento (Redução) de Empréstimos e Financiamentos	67.056,32	(505,91)
(=) Fluxo de Caixa gerado pelas Atividades de Financiamento	67.056,32	(505,91)
<b>4 - Aumento (Redução) nas disponibilidades (1+/-2+/-3)</b>	<b>(16.880,19)</b>	<b>(4.778,92)</b>
<b>5 - Disponibilidades no início do período</b>	<b>55.786,02</b>	<b>60.564,94</b>
<b>6 - Disponibilidades no final do período (4+/-5)</b>	<b>38.905,83</b>	<b>55.786,02</b>

JL



2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f





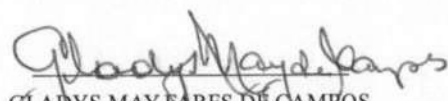
**RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA**  
**CNPJ: 43.744.713/0001-72**

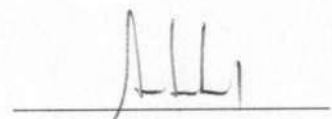
**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**  
Valores expressos em Reais (R\$)

Período de	Período de
01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração do Resultado do Exercício, levantada a partir dos documentos fornecidos pela empresa e em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Aracatuba (SP), 31/12/2018

  
GLADYS MAY FARES DE CAMPOS  
SOCIA ADMINISTRADORA  
CPF: 958.660.008-49

  
Andre Luis Magustero Américo  
CRC: 1-SP-140031/O-8 - Contador  
CPF: 023.658.708-05







**RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA**  
**CNPJ: 43.744.713/0001-72**

**DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS**  
Valores expressos em Reais (R\$)

	Período de 01/01/2018 a 31/12/2018	Período de 01/01/2017 a 31/12/2017
Saldo Anterior de Lucros Acumulados	(37.149,63)	110.125,32
Ajustes Credores de Período - Bases Anteriores	0,00	0,00
Correção Monetária de Lucros Acumulados	0,00	0,00
Reversão de Reservas	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00
Lucro Líquido do Período - Após Imposto de Renda	0,00	0,00
Saldo Anterior de prejuízos Acumulados	(7.549,62)	(147.274,95)
Ajustes Devedores de Períodos - Bases Anteriores	0,00	0,00
Correção Monetária de Prejuízos Acumulados	0,00	0,00
Prejuízo Líquido do Período	(144.579,19)	(7.549,62)
SOMA DOS RECURSOS	(189.278,44)	(44.699,25)
Transferências para Reservas	0,00	0,00
Dividendos ou Lucros Distribuídos	0,00	0,00
Parcela de Lucros Incorporada ao Capital	0,00	0,00
(-) Distribuição de Lucros	0,00	0,00
SOMA DAS APLICAÇÕES	0,00	0,00
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	(189.278,44)	(44.699,25)

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração do Resultado do Exercício, levantada a partir dos documentos fornecidos pela empresa e em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Aracatuba (SP), 31/12/2018




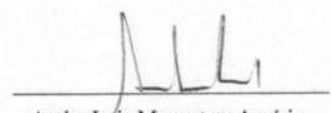


**RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA**  
**CNPJ: 43.744.713/0001-72**

**DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS**  
Valores expressos em Reais (R\$)

Período de	Período de
01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017

  
GLADYS MAY FARES DE CAMPOS  
SOCIA ADMINISTRADORA  
CPF: 958.660.008-49

  
Andre Luis Magustero Américo  
CRC: 1-SP-140031/O-8 - Contador  
CPF: 023.658.708-05



## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO


Valores expressos em Reais (R\$)

Histórico	Patrimônio Social		Reservas de Patrimônio Social		Outras Reservas		Lucros/Prejuízos Acumulados		Superávit/Déficit Acumulado		Total
	Patrimônio Social	Capital a Realizar	Reserva Legal	Reserva Para Aumento de Capital	Ado P/Futuro Aumento de Capital	Reserv. Investimentos Fiscais	Lucro Acumulado	Prejuízo Acumulado	Superávit Acumulado	Déficit Acumulado	
Saldo em 31/12/2017	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(37.149,63)	(7.549,62)	0,00	0,00	55.300,75
Prejuízo Líquido do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(144.579,19)	0,00	0,00	(144.579,19)
Transferência Prejuízo Exerc. Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.149,63	(37.149,63)	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31/12/2018	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(189.278,44)	0,00	0,00	(89.278,44)

Reconhecemos a existência da presente Demonstração do Resultado do Exercício, levantada a partir dos documentos fornecidos pela empresa e em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Aracatuba (SP), 31/12/2018

*Glady's May Fares*  
GLADYS MAY FARES DE CAUPOS  
SOCIA ADMINISTRADORA  
CPF: 938.660.008-49

  
 André Luis Maguetero Anet  
 CRC: 1-SP-14003/O-8 - Contador  
 CPF: 023.658.708-05



Edited with the trial version of  
Foxit Advanced PDF Editor

To remove this notice, visit:  
[www.foxitsoftware.com/shopping](http://www.foxitsoftware.com/shopping)



**RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA**  
**CNPJ: 43.744.713/0001-72**

**Período: 01/01/2018 a 31/12/2018**

**NOTAS EXPLICATIVAS**

**Livro: 0052 FOLHA: 0012**

**ÍNDICE**

1. Contexto Operacional
2. Base de Elaboração e Políticas Contábeis
3. Resumo das Principais Políticas Contábeis
4. Gerenciamento de Risco de Instrumentos Financeiros
5. Caixa e Equivalentes de Caixa
6. Despesas pagas Antecipadamente
7. Imobilizado
8. Obrigações Diversas (Curto Prazo)
9. Patrimônio Líquido
10. Receita Líquida
11. Despesas Operacionais
12. Receitas Operacionais
13. Resultado Financeiro



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.br/autenticidade/assinatura/camara-de-pc/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Anexo Petição Recurso 00532019-71 (0000229).004821/20200037368/2019-62 / pg. 76

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



**RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA**  
CNPJ: 43.744.713/0001-72

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

## NOTAS EXPLICATIVAS

## 1. Contexto Operacional

A empresa **RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA**, é uma Sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede na cidade de Aracatuba, Estado de São Paulo, constituída em 22 de Agosto de 1.966.

A sociedade tem por atividade preponderante a atividades de radio.

## 2. Base de Elaboração e Políticas Contábeis

As demonstrações financeiras da sociedade, elaboradas em 31 de Dezembro de 2018, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento ao Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME R1), aprovado pela Resolução CFC n.º 1.255/09.

A emissão das demonstrações financeiras, foram aprovadas pela diretoria da sociedade em reunião específica realizada em 30 de abril de 2019.

### 3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis adotadas pela empresa, nessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

### 3.1 - Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No balanço patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e, aqueles com vencimento ou com a expectativa superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

### 3.2 - Compensação entre contas

**9.2 – Compensação entre contas**  
Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensado entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

### 3.3 - Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da empresa. Todas as informações financeiras foram apresentadas em reais, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa.

### 3.4 - Instrumentos Financeiros Básicos

A empresa classifica os seguintes instrumentos financeiros como instrumentos básicos:

- (a) - Caixa e equivalentes de caixa; e  
(b) - Instrumentos de dívida.

Os instrumentos de dívida incluem as contas a receber e a pagar e os empréstimos a pagar, e estes são avaliados nas datas dos balanços pelo custo amortizado.

### **3.5 - Caixa e equivalentes de caixa**

**3.5 - Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento em três meses ou menos.

### 3.6 - Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes, correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da empresa.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9827a58a36>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f





NOTAS EXPLICATIVAS



As contas a receber de clientes, correspondem aos valores a receber de clientes pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas por redução ao valor recuperável (perdas no recebimento de créditos). Normalmente, na prática, são reconhecidas ao valor faturado, ajustado ao valor presente se relevante, e ajustado pela provisão para perdas por redução ao valor recuperável se necessária.

### **3.7 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros**

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de perdas por desvalorização sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por desvalorização é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

### **3.8 - Imobilizado**

Os custos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O seu valor é ajustado pela depreciação do bem, conforme suas taxas permitidas fiscalmente e calculadas de forma linear. O valor contábil dos itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

### **3.9 - Contas a pagar a fornecedores**

Contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente, quando o efeito for relevante.

### **3.10 - Empréstimos e Financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo custo da operação, ou seja, o valor presente a pagar a instituição financeira e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

### **3.11 - Ativos e Passivos contingentes e obrigações legais**

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais, são as seguintes:

**Ativos Contingentes** - são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

**Passivos Contingentes** - são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

### **3.12 - Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por isenção para perdas quando necessário.





Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

## NOTAS EXPLICATIVAS

### 3.13 – Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação na data das demonstrações financeiras, como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, e o valor foi estimado de maneira confiável.

As provisões são mensuradas para melhor estimativa do valor exigido para liquidar a obrigação na data das demonstrações financeiras. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, o valor da provisão é o valor presente do desembolso que se espera que seja exigido para liquidar a obrigação.

### 3.14 – Simples Nacional

**5.14 Simples Nacional:**  
A empresa optou pela tributação do Simples Nacional. Onde são abrangidos os tributos: IRPJ, CSLL, Pis/Pasep, Cofins, ICMS, ISS e a Contribuição para a Seguridade Social destinada à Previdência Social mediante documento único de arrecadação apurado pelo valor do faturamento pelo valor do faturamento mensal, previsto na Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006.

### 3.15 – Apuração do Resultado

**5.19 – Apuração do Resultado**  
O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para reconhecimento de receitas quanto de despesas.

### 3.16 – Reconhecimento das Receitas de Vendas

**5.16 – Reconhecimento das Receitas de vendas**  
A receita de vendas compreende o valor a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa.

A Empresa reconhece a receita quando: (i) foram transferidos ao comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos produtos; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; e, (iii) é provável que benefícios econômicos futuros associados a transação fluirão para a Empresa.

### 3.17 – Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Empresa se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) Impairment dos ativos imobilizados e intangíveis e estoques,
- b) Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação,
- c) Expectativa de êxito dos passivos contingentes, avaliados em conjunto a assessoria jurídica da Empresa.

#### 4. Gerenciamento de Risco de Instrumentos Financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos a empresa revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) Recebíveis:** são classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da empresa e depósitos bancários de livre movimentação, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.





**RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA**  
**CNPJ: 43.744.713/0001-72**

**Período: 01/01/2018 a 31/12/2018**

**NOTAS EXPLICATIVAS**

**b) Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e que estão contabilizados pelos seus valores contratuais.

**c) Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.

**d) Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A administração da empresa realiza o gerenciamento e exposição aos riscos de taxas de juros, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

● **Riscos de taxas de juros**

O objetivo da política de gerenciamentos de taxas de juros da Empresa é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Empresa monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros, primeiro pela equiparação dos indexadores.

● **Riscos de crédito**

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a empresa somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito.

● **Riscos de liquidez**

É o risco da empresa não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

● **Gestão de risco de capital**

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

**5. Caixa e Equivalentes de Caixa**

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	38.905,83	55.786,02
Banco do Brasil	0,00	0,00
<b>Total Disponível</b>	<b>38.905,83</b>	<b>55.786,02</b>

**6. Despesas pagas Antecipadamente**

Despesas Pagas Antecipadamente	31/12/2018	31/12/2017
Premios de Seguros a Apropriar	418,29	360,22
<b>Total Disponível</b>	<b>418,29</b>	<b>360,22</b>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anexos-arquitexto.com.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



**RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA**  
CNPJ: 43.744.713/0001-72

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

**NOTAS EXPLICATIVAS**



Edited with the trial version of  
Foxit Advanced PDF Editor

Livro: 0052 FOLHA: 0017

Outros Créditos	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamentos a Funcionários	350,70	0,00
<b>Total Disponível</b>	<b>350,70</b>	<b>0,00</b>

**7. Imobilizado**

Bens em Operação	Saldo 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2017
Equipos. Proc. Dados	322.711,42	0,00	0,00	322.711,42
Maquinas e Aparelhos	79.632,84	0,00	0,00	79.632,84
Moveis e Utensilhos	21.222,17	0,00	0,00	21.222,17
Veiculos	55.720,41	0,00	0,00	55.720,41
<b>Totais</b>	<b>479.286,84</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>479.286,84</b>

Depreciações	Saldo 31/12/2018	Adições	Depreciações	Saldo 31/12/2017
(-) Equipos. Proc. Dados	-314.413,53	0,00	1.628,00	-312.785,53
(-) Maquinas e Aparelhos	-39.660,70	0,00	7.963,28	-31.697,42
(-) Moveis Utensilios	-20.302,20	0,00	221,81	-20.080,39
(-) Veiculos	-55.720,41	0,00	0,00	-55.720,41
<b>Totais</b>	<b>-430.096,84</b>	<b>0,00</b>	<b>9.813,09</b>	<b>-420.283,75</b>

<b>Total Imobilizado</b>	<b>49.190,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.813,09</b>	<b>59.003,09</b>
--------------------------	------------------	-------------	-----------------	------------------

Intangível	Saldo 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2017
Benfeitorias Imoveis Terceiros	2.590,04	0,00	0,00	2.590,04
<b>Totais</b>	<b>2.590,04</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.590,04</b>

**8. Obrigações Diversas (Curto Prazo)**

	31/12/2018	31/12/2017
Instituições Financeiras	93.595,35	26.539,03
Fornecedores	4.539,08	1.657,00
Obrigações Tributárias	9.609,74	11.232,97
Obrigações Trab.e Previd.	72.989,13	23.009,62
<b>Total Obrigações</b>	<b>180.733,30</b>	<b>62.438,62</b>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infopen-ppm.leg.br/assinatura/comarca-de-br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f/2019-62 / pg. 81

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



**RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA**  
**CNPJ: 43.744.713/0001-72**

**Período: 01/01/2018 a 31/12/2018**

**NOTAS EXPLICATIVAS**

**9. Patrimônio Líquido**

**Capital Social**

O Capital Social da Sociedade é composto conforme quadro abaixo:

Capital Integralizado	Saldo em 31/12/2018	Transfêrencias	Saldo em 31/12/2017
Gladys May Fares de Campos	50.000,00	0,00	50.000,00
Martha Fares de Campos Bruno	25.000,00	0,00	25.000,00
Nicolau Fares de Campos	25.000,00	0,00	25.000,00
<b>Capital Social</b>	<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>

Lucros Ou Prejuízos Acumulados	31/12/2018	31/12/2017
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-44.699,25	-37.149,63
Lucros ou Prejuízos do Exercício	-144.579,19	-7.549,62
<b>Total .....</b>	<b>-189.278,44</b>	<b>-44.699,25</b>

**10. Receita Líquida**

Receita Bruta	31/12/2018	31/12/2017
Receitas Operacionais	815.436,91	884.799,97
<b>Receita Bruta de Serviços</b>	<b>815.436,91</b>	<b>884.799,97</b>

Impostos Incidentes s/Vendas e Serviços	31/12/18	31/12/2017
(-) Simples Nacional	(88.175,58)	(89.453,28)
<b>Dedução da Receita Bruta</b>	<b>(88.175,58)</b>	<b>(89.453,28)</b>

<b>Receita Líquida de Serviços</b>	<b>727.261,33</b>	<b>795.346,69</b>
------------------------------------	-------------------	-------------------

**11. Despesas Operacionais**

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas com Pessoal	528.978,37	521.235,37
Encargos Sociais e Previdenciários	36.437,71	36.670,59
Despesas Administrativas	275.932,17	230.508,05
Despesas Tributárias	7.387,65	8.464,53
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>848.735,90</b>	<b>796.878,54</b>







**RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA**  
**CNPJ: 43.744.713/0001-72**

**Período: 01/01/2018 a 31/12/2018**

**NOTAS EXPLICATIVAS**

**12. Receitas Operacionais**

	31/12/2018	31/12/2017
Recuperação Desp.Administrativas	2.048,19	642,42
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>2.048,19</b>	<b>642,42</b>

**13. Resultado Financeiro**

<b>Outras Receitas Operacionais</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Descontos Obtidos	12.846,93	11.615,71
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>12.846,93</b>	<b>11.615,71</b>
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Encargos s/ Emprést. Financiamentos	(20.894,35)	(3.554,79)
Juros Pagos ou Incorridos	(7.981,68)	(509,92)
Encargos Conta Garantida	(9.123,71)	(14.211,19)
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(37.999,74)</b>	<b>(18.275,90)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(25.152,81)</b>	<b>(6.660,19)</b>

**Gestão dos riscos e valorização dos instrumentos financeiros**

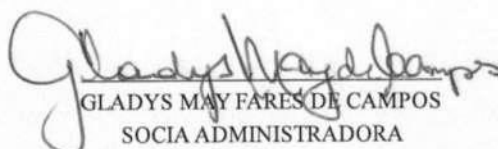
**Gestão de risco de capital**

Os Objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

**Valorização dos instrumentos financeiros**

Os Principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2.018 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

- Caixa e Equivalentes de caixa e aplicação financeira, os saldos em conta corrente têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis;
- Contas a pagar apresentadas pelos valores descritos nas notas fiscais e auxiliares de caixa celebrado entre as partes, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado.

  
GLADYS MAY FARES DE CAMPOS  
SOCIA ADMINISTRADORA  
CPF: 958.660.008-49





## Carta De Responsabilidade Da Administração

Aracatuba, SP 31/12/2018

A

Andre Luis Magustero Américo  
CRC: 1-SP-140031/O-8  
Endereço: Rua Tabajaras, 322 A, Bairro Centro  
Aracatuba - SP  
CEP: 16.010-390

Prezados Senhores:

Declaramos para os devidos fins, como administrador e responsável legal da empresa RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA, CNPJ 43.744.713/0001-72, que as informações fornecidas à V.Sas. para preparação das demonstrações contábeis, obrigações acessórias, apuração de impostos e arquivos eletrônicos exigidos pela fiscalização federal, estadual, municipal, trabalhista e previdenciária são fidedignos e compreendem a realidade do que diz respeito a:

- a) o valor apresentado na conta caixa, perfaz a realidade que tínhamos no encerramento do exercício de 2018;
- b) informamos desconhecer e não possuir nenhuma operação que não tenha sido registrada em nossa contabilidade, pois, todas as nossas operações são geradas com documentação suporte adequada;
- c) asseguramos que os controles internos adotados pela nossa entidade são de responsabilidade da administração e adequados ao tipo de atividade e volume de transações;
- d) não realizamos nenhum tipo de operação que possa ser considerada ilegal, frente à legislação vigente;
- e) todos os documentos que geramos e recebemos de nossos fornecedores estão revestidos de total idoneidade e as demonstrações de contas bancárias, contábeis, clientes e fornecedores entre outros documentos;
- f) todos os ativos que informamos para V.Sas., são de nossa propriedade;
- g) os estoques registrados em conta própria, foram por nós avaliados, contados e levantados fisicamente, e perfazem a realidade do exercício encerrado em 2018;
- h) as informações registradas no sistema de gestão e controle interno, denominado ERP são controladas e validadas com a documentação suporte adequada, sendo de nossa inteira responsabilidade todo conteúdo do banco de dados e arquivos eletrônicos gerados.

Além disso, não temos conhecimento:

- 1) de que não tenhamos cumprido todas as leis, normas e regulamentos a que a empresa está sujeita. Também não temos conhecimento de que houve, durante o exercício, operações ou transações que possam ser reconhecidas como irregulares ou ilegais e/ou que não tenham sido realizadas no interesse da empresa;
- 2) de que diretores ou empregados em cargos de responsabilidade ou confiança tenham participado ou participem da administração ou tenham interesses em sociedades com as quais a empresa manteve transações;
- 3) de quaisquer fatos ocorridos que possam afetar as demonstrações contábeis ou que as afetam até a data desta carta ou, ainda, que possam afetar a continuidade das operações da empresa;
- 4) de efeitos relevantes nas demonstrações contábeis, decorrentes das seguintes situações:
- a) ações ou reclamações materiais contra a empresa;
  - b) acordos ou operações estranhos aos negócios normais ou quaisquer outros acordos;
  - c) inadimplências contratuais que possam resultar em prejuízos para a empresa;
  - d) existência de contingências (ativas ou passivas) além daquelas que estejam descritas, reconhecidas ou provisionadas, por serem consideradas virtualmente certas (contingências ativas) ou prováveis (contingências passivas).

Também confirmamos que não houve:

- a) fraude envolvendo administração ou empregados em cargos de responsabilidades ou confiança;
- b) fraude envolvendo terceiros que poderiam ter efeito material nas demonstrações contábeis;
- c) violação ou possíveis violações de leis, normas ou regulamentos cujos efeitos deveriam ser considerados para divulgação nas demonstrações contábeis ou mesmo dar origem ao registro de provisão para contingências passivas.



2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

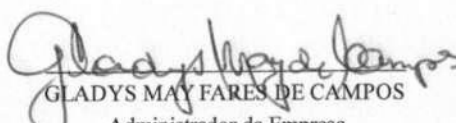




Como também declaramos ciência quanto a:

- a) exigência da fiscalização eletrônica federal, estadual, municipal, trabalhista e previdenciária, relacionadas a obrigatoriedade de: SPED FISCAL; SPED CONTRIBUIÇÕES; SPED ECD; SPED NFE; MANAD; SINTEGRA; Certificação Digital; PAF-ECF; NFSe e CTe;
- b) necessidade de auditoria eletrônica de dados, haja vista que os arquivos exigidos pela fiscalização eletrônica contem informações de diversas fontes e sistemas, tais como: contábil, fiscal, trabalhista, financeiro, administrativo, comercial, entre outros;
- c) toda e qualquer divergência encontrada pelo fisco nos arquivos eletrônicos são de nossa inteira responsabilidade.

Atenciosamente,

  
GLADYS MAY FARES DE CAMPOS  
Administrador da Empresa  
CPF: 958.660.008-49



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intelig-autenticidadeassinatura.com.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Anexo Petição Recurso 00052019-62 / pg. 85

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS**

17/01/2020

Edited with the trial version of  
Foxit Advanced PDF Editor  
**7664623**  
To remove this notice, visit:  
[www.foxitsoftware.com/shopping](http://www.foxitsoftware.com/shopping)

**CERTIDÃO Nº: 9092481**

**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

**CERTIFICA E DÁ FÉ** que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 16/01/2020, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: \*\*\*\*\*

**RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA**, CNPJ: 43.744.713/0001-72, conforme indicação constante do pedido de certidão.\*\*\*\*\*

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 17 de janeiro de 2020.

**PEDIDO Nº:**



**7664623**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.com.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> 2019-62 / pg. 86



2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



## Consulta Cadastral

## Cadastro de Contribuintes de ICMS - Cadesp

Início Consultas Atos de Ofício Configuração Sincronismo Isenções Energia Procurações Eletrônicas Encerramento

Imprimir

Voltar

IE: 177.281.910.119  
CNPJ: 43.744.713/0001-72  
Nome Empresarial: RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA

Situação: Ativo  
Data da Inscrição no Estado: 25/02/2009  
Regime Estadual: SN  
Regime RFB: SN

## Empresa - Geral

Nome Empresarial: RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA  
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada  
Data início da Atividade: 25/02/2009  
CNPJ da Matriz: 43.744.713/0001-72  
Porte: Microempresa  
Capital Social: R\$ 100.000,00  
Regime Estadual: SIMPLES NACIONAL

Data início do regime: 25/02/2009

Regime Especial de IE Única: Não

Regime Especial de IE Única por Município: Não

## Participantes

CPF/CNPJ	Nome	Qualificação	Participação no Cap. Social	Data de Entrada
958.660.008-49	GLADYS MAY FARES DE CAMPOS	Sócio-Administrador	50,00 %	09/05/1994
Endereço do Participante				
Logradouro: RUA R OSCAR RODRIGUES ALVES				
Nº: 170				
CEP: 16.010-330				
Município: ARACATUBA				
Complemento: Bairro: CENTRO				
UF: SP				
Contato do Participante				
Telefone: (18)3623-8466				
e-mail: Fax:				

## Estabelecimento - Geral

Nome Fantasia:  
CNPJ: 43.744.713/0001-72  
IE: 177.281.910.119  
NIRE: 35.2.0209236-3

Data da Inscrição no Estado: 25/02/2009  
Data Início da IE: 25/02/2009

Situação Cadastral: Ativo  
Ocorrência Fiscal: Ativa

Data Início da Situação: 25/02/2009

Tipo de Unidade: Unidade produtiva

Formas de Atuação: Estabelecimento Fixo

## Tributário

Substituto Tributário: Não  
CPR: 1200  
CPR-ST:  
CNAE Principal: 60.10-1/00 - Atividades de rádio  
CNAE Secundários:  
DRT: DRT-09 - ARACATUBA

Desde: 25/02/2009  
Data Início da CPR: 01/03/2009

Data Início do CNAE Prin.: 25/02/2009

Posto Fiscal: PF-10 - ARACATUBA

## Contabilista

CRC: 1SP140031/O-8  
Nome: ANDRE LUIS MAGUSTERO AMERICO  
Data Início do Contabilista no Estabelecimento: 28/04/2016

CPF/CNPJ: 023.658.708-05

Situação Cadastral: ATIVO

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

adesp.fazenda.sp.gov.br/(S(rkr3s22tzzgi11ppir0og15o))/Pages/Cadastro/Consultas/ConsultaCompleta/ConsultaCompletaImpressao... 1/2

https://Anexo-Peticao-e-Cadastro-00032510-774-02002290-00780272020003/pg22019-62/pg.87

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



**Endereço e Contato Preferenciais do Contabilista****Tipo:** Comercial**Logradouro:** RUA TABAJARAS**Nº:** 322**CEP:** 16.010-390**Município:** ARACATUBA**Telefone:** (018)2103-5967**e-mail:** andreamerico@realaracatubense.com.br**Complemento:** A**Bairro:** CENTRO**UF:** SP**Fax:****Endereço e Contato Não-Preferenciais do Contabilista****Tipo:** Residencial**Logradouro:** RUA DOUTOR RAPOSO DE MELO**Nº:** 546**CEP:** 16.050-670**Município:** ARACATUBA**Telefone:** (018)3624-5513**e-mail:** andreamerico@realaracatubense.com.br**Complemento:****Bairro:** DONA AMELIA**UF:** SP**Fax:****Endereço do Estabelecimento****Logradouro:** RUA OSVALDO CRUZ**Nº:** 67**CEP:** 16.010-040**Município:** ARACATUBA**Referência:** PROXIMO AO BANCO REAL**Data de Início do Endereço:** 25/02/2009**Complemento:** TERREO**Bairro:** CENTRO**UF:** SP**Contato do Estabelecimento****Telefone 1:** (18)3623-8726**Fax:****Telefone 2:** (18)2103-5967**e-mail:** FINANCEIRO@RADIOCULTURA.COM.BR**Endereço de Correspondência****Logradouro:** RUA OSVALDO CRUZ**Nº:** 67**CEP:** 16.010-040**Município:** ARACATUBA**Referência:****Complemento:****Bairro:** CENTRO**UF:** SP



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>43.744.713/0001-72</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>22/08/1966</b>
NOME EMPRESARIAL <b>RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE <b>ME</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>		
LOGRADOURO <b>R OSVALDO CRUZ</b>	NÚMERO <b>67</b>	COMPLEMENTO <b>TERREO</b>
CEP <b>16.010-040</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>ARACATUBA</b>
UF <b>SP</b>		
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>FINANCEIRO@RADIOCULTURA.COM.BR</b>		TELEFONE <b>(18) 3623-8726</b>
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>12/03/2004</b>
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.br/autenticidade/assinatura/camara-de-br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> 16/08/2019-62 / pg. 89



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA



### COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL DO MOBILIÁRIO MUNICIPAL

INSCRIÇÃO DO MOBILIÁRIO	CPF/CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL	FORMA DE LANÇAMENTO DO ISSQN
1832	43.744.713/0001-72		SIMPLES NACIONAL

NOME/RAZÃO SOCIAL
RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
RUA - OSVALDO CRUZ	67	TERREO

CEP	BAIRRO	MUNICÍPIO	UF
16010040	CENTRO	ARAÇATUBA	SP

CNAE CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
6010100	Atividades de rádio

SÓCIO: 95866000849	GLADYS MAY FARES DE CAMPOS	RESPONSÁVEL
--------------------	----------------------------	-------------

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA	DATA DO ENCERRAMENTO	DATA DA ÚLTIMA ALTERAÇÃO
ATIVO	01/08/1950	/ /	18/10/2018

Autenticação Eletrônica:	
Emitida às: 11:11:28 do dia 17/01/2020	Código de Verificação: 8062-4746-1968



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deb.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> 16/01/2020 19:03:16 / pg. 90

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 43.744.713/0001-72

**Razão Social:** RADIO CULTURA ARAÇATUBA LTDA

**Endereço:** RUA OSVALDO CRUZ 67 TERREO / CENTRO / ARACATUBA / SP / 16010-040

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 12/01/2020 a 10/02/2020

**Certificação Número:** 2020011202444969972760

Informação obtida em 17/01/2020 11:13:29

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf](http://a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf)

[https://Anexo-Petição-Execução-5035251p-77-\(3205229\).004817/202003736822019-62](https://Anexo-Petição-Execução-5035251p-77-(3205229).004817/202003736822019-62) / pg. 91

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



# Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo



Edited with the trial version of  
Foxit Advanced PDF Editor  
To remove this notice, visit:  
[www.foxitsoftware.com/shopping](http://www.foxitsoftware.com/shopping)

## Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ / IE: 43.744.713/0001-72

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 20010098176-19

Data e hora da emissão 17/01/2020 11:17:28

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio  
**[www.pfe.fazenda.sp.gov.br](http://www.pfe.fazenda.sp.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anexo-peticao-pagamento00052019-62/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA**  
**CNPJ: 43.744.713/0001-72**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 07:51:49 do dia 20/01/2020 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 18/07/2020.

Código de controle da certidão: **0DA0.A075.0AAA.A282**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)



Preparar página  
para impressão



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[ta.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CNDConjuntaInter/EmiteCertidaoInternet.asp?ni=43744713000172&passagens=1&tipo=1](http://ta.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CNDConjuntaInter/EmiteCertidaoInternet.asp?ni=43744713000172&passagens=1&tipo=1)

<https://Anexo-Peticao-Execucao-00052610-771-00000000-004821/202003/pg82019-627/pg.93>



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Finanças  
Departamento de Rendas Municipal

## Certidão Negativa de Tributos Municipais

Certidão número : 1390-2684-0376  
Contribuinte : RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA  
CNPJ / CPF : 43.744.713/0001-72  
Inscrição : 88176  
Endereço : RUA: OSVALDO CRUZ, 67 Compl.: TERREO.  
Bairro : CENTRO, CEP: 16010-040.  
Emitida em : 17/01/2020 às 11:15:40  
Válida até : 16/02/2020

Ressalvando o direito que cabe a Fazenda Pública Municipal de exigir na forma da Legislação vigente, os Tributos ou quaisquer outros emolumentos que por ventura venham a ser apurados;

**Certifica que em relação ao contribuinte acima descrito nada deve até a emissão desta, em relação aos Tributos Municipais, inclusive Imobiliários e Mobiliários, administrados pela Secretaria da Fazenda Municipal.**

As informações desta estão contidas em nosso Cadastro.

Certidão expedida **via Internet**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal de Finanças (<http://201.49.72.130:8083/issonline/servlet/haautenticadocumento>).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anexos-peticao-aracatuba50052019-62/pg-94>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA - ME

**CNPJ:** 43.744.713/0001-72

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:02:38 do dia 20/01/2020 (hora e data de Brasília).

Válida até 19/02/2020.

Certidão expedida gratuitamente.

[Imprimir](#) [Voltar](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anatel.gov.br/autenticacao/assinatura/verificar/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 43.744.713/0001-72

Certidão nº: 1481964/2020

Expedição: 17/01/2020, às 11:20:05

Validade: 14/07/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **43.744.713/0001-72**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infleg-autenticidade-assinatura.camara.dee.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>  
Anexo Petição Recursal nº 000528197-71 (0000229-0004811/2020) 0373682019-62 / pg. 96

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f





JUCESP PROTOCOLO  
236314/99-3



**"SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARACATUBA LTDA.-EPP"**

Pelo presente instrumento particular de constituição os abaixo assinados:

**JOÃO APARECIDO CARDOSO**, brasileiro, casado, comerciante, portador do RG. sob o n.º 8.411.018-SSP/SP e do C.P.F. sob o n.º 803.047.968-91, residente e domiciliado nesta cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo à Rua Tabajaras, n.º 244, CEP. 16010-390,

**NIVALDO QUESSA**, brasileiro, solteiro, juiz classista aposentado, portador do RG. sob o n.º 4.570.765-SSP/SP e do CPF. sob o n.º 311.842.438-91, residente e domiciliado nesta cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, à Rua Cristiano Olsen, n.º 1620, apartamento 162, CEP 16015-190, tem entre si, justos

e combinados, a constituição de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que regerá pelas cláusulas e condições seguinte:

**CLAUSULA PRIMEIRA**

A firma girará sob a denominação social de **"SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARACATUBA LTDA.-EPP"**, com sede estabelecida a Rua Marechal Deodoro, n.º 675-A sobre loja, é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, dela fazendo parte como sócios quotistas, **JOÃO APARECIDO CARDOSO E NIVALDO QUESSA**, constituída de acordo com o Decreto n.º 3.708 de 10 de janeiro de 1919, e com a legislação que rege a execução dos serviços de radiodifusão sonora do Brasil.

§ Único - Em suas irradiações, a entidade se identificará da seguinte forma.

**"SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO AM"**

**"SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO FM"**

**CLAUSULA SEGUNDA**

A sociedade tem por objeto a execução de serviços de radiodifusão sonora de quaisquer modalidades, em quaisquer localidades do país, desde que para tanto o Governo Federal lhe outorgue permissões, e ou, concessões.

§ 1º - A execução a que se refere essa cláusula obedecerá, sempre a legislação específica que reger a execução dos serviços de radiodifusão sonora no Brasil, visando fins patrióticos, cívicos, educativos e recreativos.

§ 2º - Para a consecução de seus objetivos, a sociedade poderá instalar estações radiodifusoras, serviços especiais de música funcional, estúdios auxiliares e abrir e fechar sucursais, escritórios e filiais em quaisquer partes do país, observados os regulamentos técnicos e as normas jurídicas específicas e aplicáveis.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-apptentificadassinatura.com.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Anexo Petição e Causa (quocsa) 771 (30/02/2000) 00#524/202003736839019-62 / pg. 97

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

### CLÁUSULA TERCEIRA.

A firma terá início de suas atividades a partir do dia 01 de Maio de 1999, data de sua constituição, sendo prazo de duração da sociedade por prazo indeterminado, observando-se quanto da sua dissolução, os preceitos da lei especificada e que for aplicável.

### CLÁUSULA QUARTA.

O capital social será no valor de R\$15.000,00(Quinze Mil Reais) , divididos em 300 (Trezentas) quotas, no valor de R\$ 50,00 (Cinquenta Reais) cada uma, sendo que o sócio JOÃO APARECIDO CARDOSO, integraliza neste ato em moeda corrente do país a quantia de R\$ 10.000,00(Dez Mil Reais) e o sócio NIVALDO QUESSA, integraliza neste ato em moeda corrente do país a quantia de R\$5.000,00(Cinco Mil Reais), ficando assim o capital social distribuído entre os mesmos da seguinte forma.

<u>JOÃO APARECIDO CARDOSO</u>	200 QUOTAS no valor de R\$10.000,00
<u>NIVALDO QUESSA</u>	100 QUOTAS no valor de R\$ 5.000,00
TOTAL.....	300 QUOTAS no valor de R\$ 15.000,00

As quotas representativas do capital social são indivisíveis e para cada uma delas a sociedade reconhece um único proprietário. A responsabilidade de cada sócio é limitada até o valor do capital social, nos termos do Art. 2º IN FINE, da Lei 3.708 de 10 de janeiro de 1.919.

§ - 1º - As quotas representativas do capital social são indivisíveis e para cada uma delas a sociedade reconhece apenas um único proprietário.

§ - 2º - A responsabilidade de cada sócio é limitada ao valor do capital social, nos termos do art. 2º, "IN FINE" do Decreto n.º 3.708 de 10 de janeiro de 1.919.

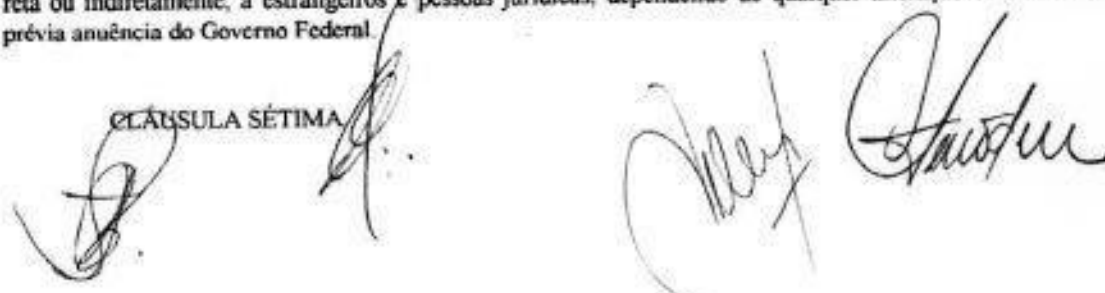
### CLÁUSULA QUINTA.

É vedado o ingresso na sociedade às pessoas jurídicas e estrangeiras, nela só podendo ser admitidas brasileiras.

### CLÁUSULA SEXTA.

As quotas representativas do capital social são intransferíveis, inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros e pessoas jurídicas, dependendo de qualquer alteração contratual de prévia anuência do Governo Federal.

### CLÁUSULA SÉTIMA.



Ocorrendo a hipótese de qualquer sócio desejar transferir a totalidade ou parte das quotas, terão preferência, absoluta para a aquisição, os de mais sócios, devendo o sócio interessado em transferir, comunicar sua intenção por escrito aos demais quotistas, concedendo-lhes um prazo de 60 (sessenta) dias para a resposta.

§ - Único - Caso mais de um sócio desejar adquirir as quotas do sócio retirante, a aquisição será na proporção direta das quotas que cada um dos pretendentes possuir.

#### CLÁUSULA OITAVA.

A duração da sociedade é por prazo indeterminado, observando-se quanto da sua dissolução, os preceitos da lei específica e da que for aplicável.

#### CLÁUSULA NONA.

Ocorrendo o falecimento de qualquer dos sócios, a sociedade não se dissolverá, procedendo-se, então, a um balanço geral e pagando-se aos herdeiros e, ou, sucessores do sócio falecido o valor do seu capital, considerando-se os débitos que possua na sociedade e o lucro ou prejuízo apurado até o último dia do mês em que tiver ocorrido o falecimento.

§ Único - Em caso de impedimento legal de qualquer sócio, aplicar-se o disposto nesta cláusula.

#### CLÁUSULA DÉCIMA.

Poderão os herdeiros necessários optar pelo seu ingresso na sociedade, desde que obtenham eles a indispensáveis autorizações do Governo Federal.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA.

Fica outorgado ao sócio JOÃO APARECIDO CARDOSO e NIVALDO QUESSA, uma retirada mensal a título de pró-labore, a importância que será fixada anualmente pelo consenso unânime dos sócios, dentro da disponibilidade social e levadas à débito das Despesas Gerais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA.

A gerência e administração da sociedade será exercida pelos sócios JOÃO APARECIDO CARDOSO e NIVALDO QUESSA, sendo-lhes vedado o uso da mesma em negócios particulares, ou seja, negócios alheios aos fins sociais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.



O ano social coincide com o civil, anualmente no dia 31 de dezembro, será levantado um balanço geral para apuração dos resultados do exercício. Os lucros e prejuízos apurados, serão suportados entre os sócios na proporção das quotas que possuírem, ou ficarão escriturados em título próprio da contabilidade.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA.

Qualquer alteração do presente contrato social, somente será válida se assinada pelos sócios representantes em conjunto pelos menos 75% (setenta e cinco por cento) do capital social desta empresa, mas, produzirá efeitos com relação a todos, mesmo aqueles que eventualmente não a tenham assinado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA.

Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos de comum acordo entre os sócios, buscando-se subsídios em toda legislação vigente, especialmente no Decreto n.º 3.708 de 10 de janeiro de 1919 e no Código Brasileiro de Telecomunicações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA.

Os sócios elegem o foro da Comarca de Araçatuba, Estado de São Paulo, para conhecer em primeira instância de qualquer pendência oriunda do presente contrato.

Assim por estarem em todo e contratados, assinam o presente instrumento digitado em 03(três) vias de igual teor e para um único efeito, juntamente com duas testemunhas. Cada via tem 04(quatro) folhas digitadas no anverso. Este documento deverá ser arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo após expressa autorização do Departamento Nacional de Telecomunicações.

Araçatuba, 01 de Maio de 1999.

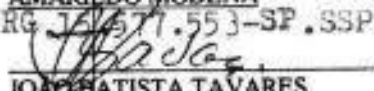
  
JOÃO APARECIDO CARDOSO

  
NIVALDO OLESSA

TESTEMUNHAS

  
AMARILDO MODENA

RG. 14.571.553-SP. SSP

  
JOÃO BATISTA TAVARES

RG. 7.549.300-SP. SSP





CONVÊNIO ARAÇATUBA

## ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE LIMITADA.

### SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA.EPP

Pelo presente instrumento, **JOÃO APARECIDO CARDOSO**, brasileiro, casado no regime de comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, à Rua Major Mendonça nº 250 – 9º andar, Vila Mendonça, CEP 16015-110, portador do CPF. 803.047.968-91 e da Cédula de Identidade RG. 8.411.018 expedida pela SSP/SP., e **NIVALDO QUESSA**, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, à Rua Aguapeí nº 3.300, Condomínio Parque dos Araçás, CEP 16025-500, portador do CPF. 311.842.438-91 e da Cédula de Identidade RG. 4.570.765 expedida pela SSP/SP., únicos sócios da sociedade empresária limitada **SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA.- EPP**, estabelecida na Rua Marechal Deodoro nº 675-A, sobre loja, Centro, CEP 16010-301, nesta cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, cujo contrato social se encontra devidamente arquivado perante a M. M. Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob NIRE 35215674021, sessão de 12/05/1999, e última alteração arquivada sob nº 19.489/05-5, em 14/01/2005, inscrita no CNPJ/MF. nº 03.156.036/0001-57, resolvem proceder a presente alteração que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

#### PRIMEIRA

São admitidos na sociedade os sócios **ANDRE VINICIUS CARDOSO**, brasileiro, maior, casado no regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG. 32.518.875-0-SSP/SP., expedida em 05/10/1994, e do CPF. 218.779.438-51, natural de Araçatuba, SP., nascido em 28/09/1981, residente e domiciliado nesta cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, na Rua Porangaba nº 878, Vila Industrial, CEP 16072-165 e **LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA**, brasileiro, maior, casado no regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG. 44.079.279-4-SSP/SP., expedida em 29/03/2019, e do CPF. 322.941.688-01, natural de Araçatuba, SP, nascido em 28/07/1985, residente e domiciliado nesta cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, na Rua Cussy de Almeida Junior, 1.291, Apto. 81, Higienópolis, CEP 16010-715.

#### SEGUNDA

Retira-se da sociedade o sócio **JOÃO APARECIDO CARDOSO**, cedendo e transferindo neste ato a totalidade de suas quotas de participação na sociedade, bem como os direitos sobre as mesmas, aos sócios neste ato admitidos **ANDRÉ VINICIUS CARDOSO** e **LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA**, acima qualificados.

§ único: O sócio **JOÃO APARECIDO CARDOSO**, que possuía 10.000 (dez mil) quotas de participação no capital da sociedade, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cede e transfere ao sócio **ANDRÉ VINICIUS CARDOSO**, 5.000 (cinco mil) quotas de participação no capital social, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), e cede e transfere ao sócio **LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA** 5.000 (cinco mil) quotas de participação no capital social, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).



2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f





### TERCEIRA

O sócio retirante dá recíproca, plena, geral e irrevogável quitação à sociedade, aos sócios admitidos e ao sócio remanescente, nada tendo a reclamar ou participar posteriormente.

### QUARTA

O capital social que era de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), dividido em 15.000 (quinze mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, continua inalterado, e assim distribuído entre os sócios:

NIVALDO QUESSA	5.000 QUOTAS	R\$ 5.000,00
ANDRE VINICIUS CARDOSO	5.000 QUOTAS	R\$ 5.000,00
LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA	5.000 QUOTAS	R\$ 5.000,00
TOTAL	15.000 QUOTAS	R\$ 15.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO:- A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

### QUINTA

A sociedade será administrada por todos os sócios, em conjunto ou separadamente, e a eles caberão a representação ativa e passiva da sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, sendo vedado de acordo com o Artigo 1.064, da Lei nº 10.406, de 2002, o uso da denominação social, ou da firma, em negócios estranhos aos fins sociais.

### SEXTA

Todos os sócios terão direito a uma retirada mensal, á titulo de "Pró-Labore", cuja importância será fixada anualmente pelo consenso unânime dos sócios, dentro da disponibilidade social e levada a débito das Despesas Gerais..

### SETIMA

Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002).

### OITAVA

Fica neste ato alterado o endereço do sócio NIVALDO QUESSA, de Rua Cristiano Olsen, 1620, Apto 162, São João, CEP 16015-190, nesta cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, para **Rua Aguapeí, 3.300, Cond. Parque dos Araças, Jardim do Prado, CEP 16025-455, nesta cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.**

Face às alterações acima, os sócios resolvem consolidar o Contrato Social, conforme segue:

### PRIMEIRA

A sociedade gira sob o nome empresarial de **SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA. EPP**, é uma sociedade limitada, fazendo parte dela como sócios quotistas, NIVALDO QUESSA, ANDRE VINICIUS



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f





CARDOSO e LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA, adequada de acordo com a Lei 10.406 de 2002, e com a legislação que rege a execução dos serviços de radiodifusão sonora do Brasil

§ único – em suas irradiações, a entidade se identificará da seguinte forma:

“SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO AM”

“SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO FM”

## SEGUNDA

A sociedade tem sua sede na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, na Rua Marechal Deodoro, 675-A, sobre loja, Centro, CEP 16010-301.

## TERCEIRA

O objetivo da sociedade é a execução de serviços de radiodifusão sonora de, quaisquer modalidades, em quaisquer localidades do País, desde que para tanto o Governo Federal lhe outorgue permissões e ou concessões:

§ 1º - A execução a que se refere essa cláusula obedecerá, sempre a legislação específica que reger a execução dos serviços de radiodifusão sonora no Brasil, visando fins patrióticos, cívicos, educativos e recreativos.

§ 2º - Para a consecução de seus objetivos, a sociedade poderá instalar estações radiodifusoras, serviços especiais de música funcional, estúdios auxiliares e abrir e fechar sucursais, escritórios e filiais em quaisquer partes do País, observando os regulamentos técnicos e as normas jurídicas específicas e aplicáveis.

## QUARTA

A sociedade iniciou suas atividades em 01/05/1999 e seu prazo de duração será por tempo indeterminado, observando-se quanto a sua dissolução, os preceitos da lei especificada e que for aplicável.

## QUINTA

O capital social é de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), dividido em 15.000 (quinze mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas pelos sócios, em moeda corrente do país, ficando distribuído entre os sócios da seguinte forma:

NIVALDO QUESSA	5.000	R\$ 5.000,00
ANDRE VINICIUS CARDOSO	5.000	R\$ 5.000,00
LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA	5.000	R\$ 5.000,00
TOTAL	15.000	R\$ 15.000,00

**PARÁGRAFO ÚNICO:-** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

## SEXTA

As quotas de capital da sociedade são indivisíveis e não poderão ser alienadas a pessoas estranhas ao quadro social, sem o prévio consentimento dos demais sócios, os quais ficam assegurados, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para aquisição das quotas, formalizando a alteração contratual se realizada a cessão.

**Parágrafo 1º** - Havendo, no sócio, o desejo de retirar-se da sociedade, deverá notificar aos demais sócios, por escrito, com antecedência mínima de 60 dias e seus haveres lhes serão pagos, após o levantamento de balanço especial levantado para esse fim, em





condições e prazos negociados, no mínimo em seis parcelas iguais e sucessivas, atualizadas por índices oficiais acrescidos de juros de 6% ao ano.

**Parágrafo 2º** - Findo o prazo de 60 dias para o exercício da preferência, sem que os sócios tenham se manifestado ou se houver sobras, as quotas poderão ser cedidas ou alienadas a terceiros.

**Parágrafo 3º** - O sócio que ceder suas quotas, total ou parcialmente, fica livre de quaisquer responsabilidades posteriores à data de averbação de sua saída da sociedade, após quitar todas as obrigações decorrentes do período em que o sócio retirante participava na sociedade, de acordo com o Artigo 1.057, da Lei nº 10.406, de 2002.

**Parágrafo 4º** - É vedado o ingresso na sociedade às pessoas jurídicas e estrangeiras, nela só podendo ser admitidas brasileiras.

**Parágrafo 5º** - As quotas representativas do Capital Social, são intransferíveis, inalienáveis e incaucionáveis, direta e indiretamente, a estrangeiros e pessoas jurídicas, dependendo de qualquer alteração contratual de previa anuência do Governo Federal.

### SÉTIMA

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, visto que o capital social está totalmente integralizado, de conformidade com o Artigo 1.052, da Lei nº 10.406, de 2002

### OITAVA

O uso da firma ou denominação social é privativo dos administradores que tenham os poderes necessários, sendo vedado em negócios estranhos aos fins sociais, de acordo com o Artigo 1.064, da Lei nº 10.406, de 2002.

### NONA

Fica permitida a alteração deste contrato para a nomeação de administradores não pertencentes ao quadro societário, desde que aprovado por dois terços dos sócios, de acordo com o Artigo 1.061, da Lei nº 10.406, de 2002

### DÉCIMA

Em suas deliberações, os administradores adotarão preferencialmente a forma estabelecida no § 3º do Art. 1.072 do Código Civil (lei nº 10.406/2002).

### DÉCIMA PRIMEIRA

**Parágrafo 1º** - Os sócios que representam a maioria do capital social poderão promover a alteração do contrato social, independentemente do consentimento expresso ou tácito, por parte dos demais sócios, especialmente no que tange à exclusão de sócio que passe a colocar em risco a continuidade da empresa, em virtudes de atos de inegável gravidade.

**Parágrafo 2º** - A exclusão de sócio somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para esse fim, estando o sócio excluído ciente em tempo hábil para permitir o seu comparecimento e o exercício do seu direito de defesa.

### DÉCIMA SEGUNDA

O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, data esta em que serão elaborados o inventário, o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico, e será efetuada a apuração do resultado com observância às disposições legais aplicáveis. Os lucros ou prejuízos apurados serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de suas quotas do capital social





### DÉCIMA TERCEIRA

A sociedade será administrada por todos os sócios, em conjunto ou separadamente, e a eles caberão a representação ativa e passiva da sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, sendo vedado de acordo com o Artigo 1.064, da Lei nº 10.406, de 2002, o uso da denominação social, ou da firma, em negócios estranhos aos fins sociais.

### DÉCIMA QUARTA

O falecimento de qualquer um dos sócios não dissolverá a sociedade, que prosseguirá com os sócios remanescentes, herdeiros e sucessores, apurando os haveres do sócio falecido em balanço especial levantado para esse fim, na data do falecimento. Se os herdeiros do sócio falecido não tiverem interesse, ou não for possível continuar na sociedade, os valores correspondentes às suas quotas de capital e sua participação nos lucros líquidos serão pagos em condições e prazos negociados, no mínimo em seis parcelas iguais e sucessivas, atualizadas por índices oficiais acrescidos de juros de 6% ao ano.

§ único – Poderão os herdeiros ou sucessores optarem por seu ingresso na sociedade, desde que eles obtenham as indispensáveis autorizações do Governo Federal.

### DÉCIMA QUINTA

Fica expresso que os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais, segundo a remissão determinada pelo Artigo 1.054, ao Artigo 997, da Lei nº 10.406, de 2002

### DÉCIMA SEXTA

Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos pelo consenso dos sócios, com observância à Lei nº 10.406, de 2002, e outros dispositivos legais sujeitos ao presente tipo de sociedade.

### DÉCIMA SÉTIMA

Todos os sócios terão direito a uma retirada mensal, á titulo de "Pró-Labore", cuja importância será fixada anualmente pelo consenso unânime dos sócios, dentro da disponibilidade social e levada a débito das Despesas Gerais.

### DÉCIMA OITAVA

Fica eleito o foro desta Comarca de Araçatuba, Estado de São Paulo, para nele serem dirimidas as duvidas porventura surgidas no fiel cumprimento do presente instrumento

### DÉCIMA NONA

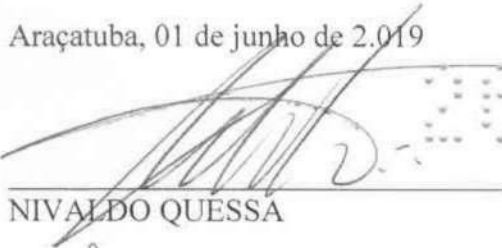
Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002).





E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento, lavrado em três vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas a tudo presentes.


Araçatuba, 01 de junho de 2019

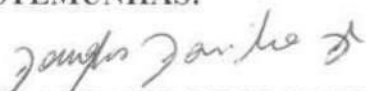
  
NIVALDO QUESSA

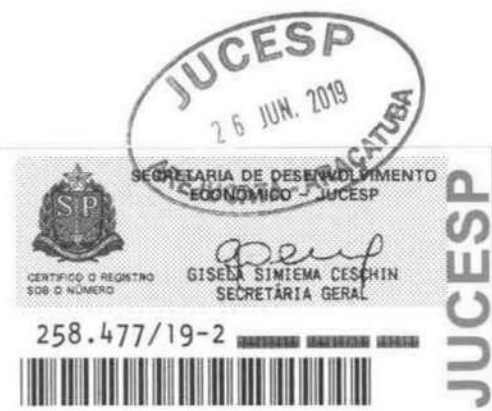
  
ANDRE VENICIUS CARDOSO

  
LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA

  
JOAO APARECIDO CARDOSO

  
AMARILDO MODENA  
RG. 15.577.553-SSP/SP

**TESTEMUNHAS:**  
  
DOUGLAS DANILO DOS SANTOS GONÇALVES  
RG. 41.067.360-2-SSP/SP.





**FICHA CADASTRAL COMPLETA**

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS "EMPRESA", "CAPITAL", "ENDEREÇO", "OBJETO SOCIAL" E "TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA" REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE [WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR](http://WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR), MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTES DOCUMENTOS.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992, OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

EMPRESA		
SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA.		
		TIPO: SOCIEDADE LIMITADA (E.P.P.)
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMIÇÃO
35215674021	12/05/1999	19/07/2019 11:58:50
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
01/05/1999	03.158.036/0001-57	

CAPITAL
R\$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS)

ENDEREÇO	
LOGRADOURO: R. MAL. DEODORO	NÚMERO: 675
BAIRRO: CENTRO	COMPLEMENTO: A SOBRELOJA
MUNICÍPIO: ARACATUBA	CEP: 16010-301 UF: SP

OBJETO SOCIAL
ATIVIDADES DE RÁDIO

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
JOAO APARECIDO CARDOSO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 803.047.968-91, RG/RNE: 8411018, RESIDENTE À R. TABAJARAS, 244, CENTRO, ARACATUBA - SP, CEP 16010-390, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 10.000,00
IVALDO QUESSA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 311.842.438-91, RG/RNE: 4570765, RESIDENTE À R. CRISTIANO OLSEN, 1620, AP. 162, SAO JOAO, ARACATUBA - SP, CEP 16015-190, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.000,00

ARQUIVAMENTOS
---------------





NUM.DOC: 019.489/05-5 SESSÃO: 14/01/2005

INCLUSÃO DE CNPJ 03.156.036/0001-57

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 258.477/19-2 SESSÃO: 26/06/2019

ADMITIDO LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: BRANCA, CPF: 322.941.688-01, RG/RNE: 44079279-4 - SP, RESIDENTE À RUA CUSSY DE ALMEIDA JUNIOR, 1291, APTO 81, HIGIENOPOLIS, ARACATUBA - SP, CEP 16010-715, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.000,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE NIVALDO QUESSA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: BRANCA, CPF: 311.842.438-91, RG/RNE: 4570765 - SP, RESIDENTE À RUA AGUAPEI, 3300, C PARQ ARACAS, JARDIM DO PRADO, ARACATUBA - SP, CEP 16025-455, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.000,00.

ADMITIDO ANDRE VINICIUS CARDOSO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: BRANCA, CPF: 218.779.438-51, RG/RNE: 32518875-0 - SP, RESIDENTE À RUA PORANGABA, 878, VILA INDUSTRIAL, ARACATUBA - SP, CEP 16072-165, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.000,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE JOAO APARECIDO CARDOSO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 803.047.968-91, RG/RNE: 8411018 - SP, RESIDENTE À R. TABAJARAS, 244, CENTRO, ARACATUBA - SP, CEP 16010-390, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 10.000,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35215674021

DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 18/07/2019

JUCESP

GOV. DO ESTADO  
SÃO PAULO

documento  
assinado  
digitalmente

Fiche Cadastrol Completa emitida para APT REPRESENTAÇÕES E ASSESSORIA EM TELECOM S C LT :  
56101056000186. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal [www.jucesonline.sp.gov.br](http://www.jucesonline.sp.gov.br) sob o número de autenticidade 120359484, sexta-feira, 19 de julho de 2019 às 11:58:50.

Documento Certificado  
Profil



Autenticação

NIRE: 35215674021

Página 2 de 2

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.jcmcomercial.ju/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> 19-62 / pg. 108

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

**CERTIDÃO SIMPLIFICADA**

**CERTIFICAMOS** QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE [WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR](http://WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR), MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE 35215674021	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO 12/05/1999	INÍCIO DAS ATIVIDADES 01/05/1999	PRAZO DE DURAÇÃO			
NOME COMERCIAL SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA.				TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA (E.P.P.)			
C.N.P.J. 03.156.036/0001-57		ENDEREÇO R. MAL. DEODORO		NÚMERO 675	COMPLEMENTO A SOBRELOJA		
BAIRRO CENTRO	MUNICÍPIO ARACATUBA	UF SP	CEP 16010-301	MOEDA R\$	VALOR CAPITAL 15.000,00		

OBJETO SOCIAL
ATIVIDADES DE RÁDIO

SÓCIO E ADMINISTRADOR					
NOME ANDRE VINICIUS CARDOSO					
ENDEREÇO RUA PORANGABA			NÚMERO 878	COMPLEMENTO	
BAIRRO VILA INDUSTRIAL	MUNICÍPIO ARACATUBA	UF SP	CEP 16072-165	RG 325188750	
CPF 218.779.438-51	CARGO SÓCIO E ADMINISTRADOR				QUANTIDADE COTAS 5.000,00

SÓCIO E ADMINISTRADOR					
NOME LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA					
ENDEREÇO RUA CUSSY DE ALMEIDA JUNIOR			NÚMERO 1291	COMPLEMENTO APTO 81	
BAIRRO HIGIENOPOLIS	MUNICÍPIO ARACATUBA	UF SP	CEP 16010-715	RG 440792794	
CPF 322.941.688-01	CARGO SÓCIO E ADMINISTRADOR				QUANTIDADE COTAS 5.000,00

SÓCIO E ADMINISTRADOR					
NOME NIVALDO QUESSA					
ENDEREÇO RUA AGUAPEI			NÚMERO 3300	COMPLEMENTO C PARQ ARACAS	



Gratuito  
comercialização

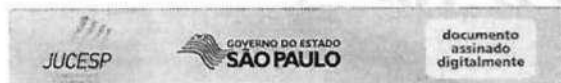
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://antileg-autenticidade-assinatura37.camara.sp.gov.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327d53abf>

BAIRRO JARDIM DO PRADO	MUNICÍPIO ARACATUBA	UF SP	CEP 16025-455	RG 4570765
CPF 311.842.438-91	CARGO SÓCIO E ADMINISTRADOR	QUANTIDADE COTAS 5.000,00		

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO		
DATA 26/06/2019	NÚMERO 258.477/19-2	
<p>ADMITIDO LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: BRANCA, CPF: 322.941.688-01, RG/RNE: 44079279-4 - SP, RESIDENTE À RUA CUSSY DE ALMEIDA JUNIOR, 1291, APTO 81, HIGIENOPOLIS, ARACATUBA - SP, CEP 16010-715, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.000,00.</p>		
<p>ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE NIVALDO QUESSA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: BRANCA, CPF: 311.842.438-91, RG/RNE: 4570765 - SP, RESIDENTE À RUA AGUAPEI, 3300, C PARQ ARACAS, JARDIM DO PRADO, ARACATUBA - SP, CEP 16025-455, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.000,00.</p>		
<p>ADMITIDO ANDRE VINICIUS CARDOSO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: BRANCA, CPF: 218.779.438-51, RG/RNE: 32518875-0 - SP, RESIDENTE À RUA PORANGABA, 878, VILA INDUSTRIAL, ARACATUBA - SP, CEP 16072-165, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.000,00.</p>		
<p>RETIRA-SE DA SOCIEDADE JOAO APARECIDO CARDOSO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 803.047.968-91, RG/RNE: 8411018 - SP, RESIDENTE À R. TABAJARAS, 244, CENTRO, ARACATUBA - SP, CEP 16010-390, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 10.000,00.</p>		
CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.		

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35215674021 DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 16/01/2020
---



Certidão Simplificada emitida para OTAVIO LUIS POMPEIA : 06015206888. Documento certificado por GISELA SIMIEMA CESCHIN, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br) sob o número de autenticidade 128658721, sexta-feira, 17 de janeiro de 2020 às 10:25:56.



## IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA

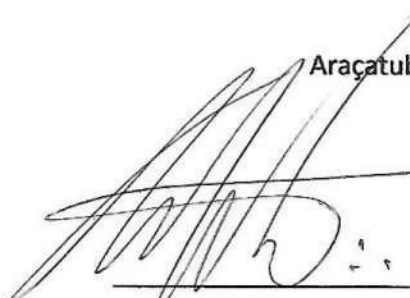
**Nome da Pessoa Jurídica:** SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA  
**CNPJ:** 03.156.036/0001-57 **CEP da sede:** 16010-301  
**Endereço da sede:** Rua Marechal Deodoro, 675-A, Sobreloja, Centro, Araçatuba-SP  
**E-mail de contato:** cult.am@terra.com.br

## DECLARAÇÕES

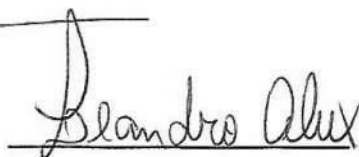
Eu, **NIVALDO QUESSA**, inscrito no CPF nº 311.842.438-91, **ANDRÉ VINÍCIUS CARDOSO**, CPF nº 218.779.438-51, e **LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA**, CPF nº 322.941.688-01, na qualidade de representante legal da Pessoa Jurídica acima qualificada, e com fundamento na alínea "c" do art. 38 da Lei nº 4.117/62 (alterada pela lei nº 13.424, de 28 de março de 2017), a fim de obter a **TRANSFERÊNCIA DIRETA** da permissão relativa à execução do no serviço sonora em frequência modulada, canal 294 - frequência 106,7 MHz, na localidade de Araçatuba, no estado de São Paulo, declara a seguir:

- a) A entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço, na localidade objeto da concessão ou permissão e que, caso venha a ser contemplada com a outorga, não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- b) Inexistência de parcela superior a trinta por cento do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente, ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos do § 1º do art. 5º da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011;
- c) Nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990 (lei da ficha limpa);

Araçatuba-SP, 16 de Dezembro de 2019.



Nilvaldo Quessa  
Sócio-Administrador



Leandro Henrique Alux Silva  
Sócio-Administrador



André Vinicius Cardoso  
Sócio-Administrador



**Balanco Patrimonial**

<b>ATIVO</b>	112.897,52
ATIVO	43.634,15
CIRCULANTE	42.811,90
DISPONÍVEL	37.267,56
CAIXA GERAL	37.267,56
CAIXA	5.544,34
BANCOS C/MOVIMENTO	6,41
BANCO SUDAMERIS BRASIL S/A.	5.537,93
BANCO BRADESCO S.A - CC-1819-8	822,25
REALIZÁVEL CURTO PRAZO	822,25
TRIBUTOS A RECUPERAR	267,44
IMPOSTOS A COMPENSAR-SIMPLES	437,46
IMPOSTOS A COMPENSAR	117,35
IMPOSTOS A COMPENSAR - INSS	69.263,37
PERMANENTE	68.968,47
IMOBILIZADO	68.968,47
ADMINISTRAÇÃO	13.186,06
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	621,82
FERRAMENTAS	49.183,69
VEICULOS	88,90
DISCOTECA	5.888,00
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	294,90
INTANGÍVEL	294,90
BENS INCORPÓREOS	294,90
MARCAS E PATENTES	
<b>PASSIVO</b>	112.897,52
PASSIVO	9.498,46
CIRCULANTE	9.498,46
EFETIVAS	7.569,22
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	4.398,14
SALÁRIOS	18,99
MENSALIDADE SINDICAL	1.019,28
FGTS	2.132,81
INSS A RECOLHER	1.929,24
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	1.929,24
SIMPLES A RECOLHER	103.399,06
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15.000,00
CAPITAL SOCIAL	0,00
INTEGRALIZADO	15.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO	88.399,06
RESERVAS	88.399,06
DE LUCROS	88.399,06
LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	

ARACATUBA, 31 de dezembro de 2019.

Reconhecemos a exatidão do presente Balanco Patrimonial, cujos valores do Ativo e Passivo mais Patrimônio Líquido importam em R\$ 112.897,52 (cento e doze mil, oitocentos e noventa e sete Reais e cinquenta e dois Centavos)

**ESCRITORIO COMERCIAL DE CONTAB S/S LTD**

AV. ... N° 219 - ARACATUBA - SP - 16010-240 - Fone: (18) 3623-1337



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f/2019-62/pg.112>


2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

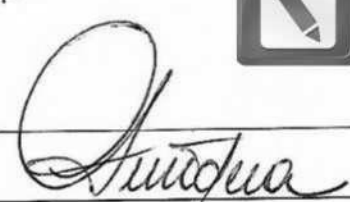
Empresa: SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA. EPP

CNPJ: 03.156.036/0001-57

Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

**Balanco Patrimonial**

  
SOCIO ADMINISTRADOR  
NIVALDO QUESSA  
CPF: 311.842.438-91

  
TECNICO EM CONTABILIDADE  
AMARILDO MODENA  
TC CRC: ISP142575/0-9



ESCRITORIO COMERCIAL DE CONTAB S/S LTD

RUA... 219 - ARACATUBA - SP - 16010-240 - Fone: (18) 3623-1337



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



Empresa: SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA. EPP

CNPJ: 03.156.036/0001-57

Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

### Demonstração do Resultado do Exercício

Receitas Brutas	517.535,00 C
PRESTACAO DE SERVICOS	
Total:	517.535,00 C
(-) Deduções	42.380,01 D
SIMPLES NACIONAL	
Total:	42.380,01 D
= Receita Líquida	475.154,99 C
= Lucro Bruto	475.154,99 C
(-) Despesas Administrativas	10.432,88 D
FERIAS NORMAIS	32.288,35 D
VALE ALIMENTACAO	825,00 D
DIVERSAS DESPESAS	1.346,99 D
IMPRESSOS E MAT.P/ESCRITORIO	14.770,88 D
ENERGIA ELETRICA	7.084,90 D
TELEFONIA	1.125,60 D
TELEFONIA - TRANSMISSOR	96.033,92 D
SALARIOS	24.407,52 D
ENERGIA ELETRICA - TRANSMISSOR	308,01 D
PREMIOS DE SEGUROS	36.905,89 D
E C A D	8.696,06 D
13o. SALÁRIO	9.170,27 D
FGTS	926,70 D
SERVIÇOS TERCEIROS-PJ	30.938,00 D
PROLABORE	2.837,69 D
COMBUSTÍVEIS LUBRIFICANTES	1.532,96 D
A B E R T	1.629,83 D
LICENCIAMENTO DE VEICULOS	16.463,13 D
CONVENIO FARMACIA	411,62 D
PROVEDOR INTERNET	310,00 D
DESPESAS COM VEICULOS	476,81 D
ANATEL	225,00 D
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE IMOVEIS	1.480,00 D
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS	
Total:	300.628,01 D
(-) Despesas Financeiras	227,83 D
MULTAS DE MORA	2.529,03 D
DESPESAS BANCARIAS	
Total:	2.756,86 D
(+) Receitas Financeiras	0,24 D
JUROS PASSIVOS	
Total:	0,24 D
= Lucro Operacional	171.769,91 C
= Lucro Contábil Líquido antes da Contribuição Social	171.769,91 C
= Lucro Contábil Líquido antes do Imposto de Renda	171.769,91 C
= Lucro	171.769,91 C
= Lucro Líquido do Período	171.769,91 C

ARACATUBA, 31 de dezembro de 2019.

ESCRITORIO COMERCIAL DE CONTAB S/S LTD

AV. ... 219 - ARACATUBA - SP - 16010-240 - Fone: (018) 3623-1337



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-509327a53a36>

2435bba5-9015-42c1-8b93-509327a53a36






**Empresa:** SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA. EPP

**CNPJ:** 03.156.036/0001-57

**Período:** 01/01/2019 a 31/12/2019

**Demonstração do Resultado do Exercício**

  
SÓCIO ADMINISTRADOR  
NIVALDO QUESSA  
CPF: 311.842.438-91

  
TECNICO EM CONTABILIDADE  
AMARILDO MODENA  
TC CRC: 1SP142575/0-9

**ESCRITORIO COMERCIAL DE CONTAB S/S LTD**

R. TES, 219 - ARACATUBA - SP - 16010-240 - Fone: (18) 3623-1337



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



Empresa: SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA. EPP

Página: 1

CNPJ: 03.156.036/0001-57


Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

### Demonstração dos Lucros/Prejuízos Acumulados

DESCRIÇÃO		VALOR
(+)	Saldo Inicial do Exercício <i>Lucro</i>	84.629,15
(+)	Ajustes Credores de Exercício Anteriores	0,00
(-)	Ajustes Devedores de Exercícios Anteriores	0,00
(+)	Correção Monetária do Saldo Inicial	0,00
(-)	Parcelas dos Lucros Acumulados Incorporados ao Capital	0,00
(+)	Reversões de Reservas	0,00
	Reservas de Contingência	0,00
	Reservas de Lucros a Realizar	0,00
(+)	Resultado Líquido do Exercício <i>Lucro</i>	171.769,91
(-)	Transferências para Reservas	0,00
(-)	Dividendos ou Lucros Distribuídos, Pagos ou Creditados	168.000,00
=	Lucro acumulado <i>Lucro</i>	88.399,06

ARACATUBA, 31 de dezembro de 2019.

  
SOCIO ADMINISTRADOR  
NIVALDO QUESSA  
CPF: 311.842.438-91

  
TECNICO EM CONTABILIDADE  
AMARILDO MODENA  
TC CRC: 1SP142575/0-9



IO COMERCIAL DE CONTAB S/S LTD

NTES, 219 - ARACATUBA - SP - 16010-240 - Fone: (11) 3623-1337

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> 068/2019-62 / pg. 116

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



17/01/2020

Edited with the trial version of  
Foxit Advanced PDF Editor  
To remove this notice, visit:  
[www.foxit.com/shopping](http://www.foxit.com/shopping)

7664743

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS**

**CERTIDÃO Nº: 9092666****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

**CERTIFICA E DÁ FÉ** que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 16/01/2020, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: \*\*\*\*\*

**SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA**, CNPJ: 03.156.036/0001-57, conforme indicação constante do pedido de certidão. \*\*\*\*\*

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 17 de janeiro de 2020.

**PEDIDO Nº:****7664743**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura37.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>



2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

**PROJETO DE INVESTIMENTO QUE DEMONSTRE A ORIGEM DOS RECURSOS A SEREM APLICADOS NO EMPREENDIMENTO.**

AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

**INVESTIMENTOS**

TRATA-SE DE UMA EMISSORA JÁ INSTALADA COM TENDÊNCIA DE MELHORAS TÉCNICAS CONFORME SEGUE.

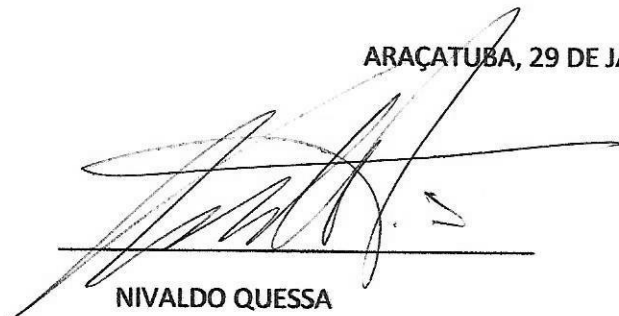
ADQUIRIR OS EQUIPAMENTOS QUE DARÃO UM NOVO SUPORTE A ESTRUTURA JÁ EXISTENTE.

- UM TRANSMISSOR DE 3.000 WATTS DE POTÊNCIA.
- 50 METROS DE CABOS 7/8 COAXIAL.
- UMA ANTENA DE POLO VERTICAL DE 2 ELEMENTOS.
- MÃO DE OBRA E PROJETOS DE TÉCNICOS ESPECIALIZADOS.

**RECURSOS:**

OS RECURSOS PARA DESENVOLVER O PROJETO ACIMA SERÁ EFETUADO COM RECURSOS PRÓPRIOS DOS SÓCIOS COTISTAS.

ARAÇATUBA, 29 DE JANEIRO DE 2020



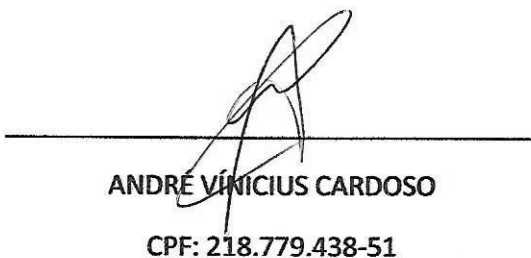
NIVALDO QUESSA

CPF: 311.842.438-91



LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA

CPF: 322.941.688-01



ANDRÉ VINÍCIUS CARDOSO

CPF: 218.779.438-51





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



Edited with the trial version of  
Foxit Advanced PDF Editor  
To remove this notice, visit:  
[www.foxitsoftware.com/shopping](http://www.foxitsoftware.com/shopping)

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>03.156.036/0001-57</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>12/05/1999</b>
NOME EMPRESARIAL <b>SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO</b>		PORTE <b>ME</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>		
LOGRADOURO <b>R MARECHAL DEODORO</b>	NÚMERO <b>675 -</b>	COMPLEMENTO <b>A - SOBRE LOJA</b>
CEP <b>16.010-301</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>ARACATUBA</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>ammodena@hotmail.com</b>		UF <b>SP</b>
TELEFONE <b>(18) 3623-1337</b>		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>12/05/1999</b>
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **17/01/2020** às **10:21:32** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

## Consulta Pública ao Cadastro ICMS

## Cadastro de Contribuintes de ICMS - Cadesp



Código de controle da consulta: 48091534-ab8a-4f0f-bb44-37390911bbbb

Estabelecimento	
<b>IE:</b> 177.281.956.119	
<b>CNPJ:</b> 03.156.036/0001-57	
<b>Nome Empresarial:</b> SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA	
<b>Nome Fantasia:</b> SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO	
<b>Natureza Jurídica:</b> Sociedade Empresária Limitada	
Endereço	
<b>Logradouro:</b> RUA MARECHAL DEODORO	
<b>Nº:</b> 675 -	<b>Complemento:</b> A - SOBRE LOJA
<b>CEP:</b> 16.010-301	<b>Bairro:</b> CENTRO
<b>Município:</b> ARACATUBA	<b>UF:</b> SP
Informações Complementares	
<b>Situação Cadastral:</b> Ativo	<b>Data da Situação Cadastral:</b> 02/03/2009
<b>Ocorrência Fiscal:</b> Ativa	<b>Posto Fiscal:</b> PF-10 - ARAÇATUBA
<b>Regime de Apuração:</b> SIMPLES NACIONAL	
<b>Atividade Econômica:</b> Atividades de rádio	
Informações NF-e	
<b>Data de Credenciamento como emissor de NF-e:</b> 02/12/2010	
<b>Indicador de Obrigatoriedade de NF-e:</b> Obrigatoriedade Total	
<b>Data de Início da Obrigatoriedade de NF-e:</b> 01/12/2010	

Voltar

Observação: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelos próprios contribuintes cadastrados. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com eles ajustadas.

Versão: 3.80.0

Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f





# PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

## Ficha de conformidade do mobiliário

Data: 17/01/2020  
Hora: 10:37:23  
Página: 1 / 4

Contribuinte	
Código do ISSQN: 44237	Situação: ATIVO
Data de Cadastro: 01/06/1999	Situação Padrão ABRASF:
Estabelecido: Sim	Receita Bruta:
Permite Emissão Nota Avulsa: Não	Permite Aliquota Zerada: Não
Deduzir no Encerramento: Não	

INSCRIÇÃO MUNICIPAL:

Identificação	
Contribuinte: 171248 - SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA-EPP	CPF / CNPJ: 03156036000157
Nome Fantasia: SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO AM	Natureza: JURÍDICA
Inscrição do Imóvel: 17603 - RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA	Número: 675
Optante: Simples Nacional	

Escritório:

CRC:

RG / IE: 177281956119

### Endereços

#### Residência

Tipo de Endereço: Empresa

Logradouro: 1093 - RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA

CEP: 16010301

Andar:

Sala:

Distrito:

Bairro: 133 - CENTRO

País: 30 - BRASIL

Número: 00675

Bloco:

Apto.:

Conjunto:

Complemento: 675-A SOBRE LOJA

Município: 8907 - ARAÇATUBA

#### Correspondência

Tipo de Endereço: Empresa

Logradouro: 1093 - RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA

CEP: 16010301

Andar:

Sala:

Distrito:

Bairro: 133 - CENTRO

País: 30 - BRASIL

Tipo do Endereço: Completo

Número: 00675

Bloco:

Apto.:

Conjunto:

Complemento: 675-A

Município: 8907 - ARAÇATUBA

Usuário: SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA-EPP

Emitida às 10:37:23 de dia 17/01/2020  
2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f





PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA  
Ficha de conformidade do mobiliário

Data: 17/01/2020  
Hora: 10:37:23  
Página: 2 / 4

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputado.br/24850ba5-9015-42c1-8b93-50932735833f>

Atividades/Classificação				
Classificação: 3 - ISS VARIÁVEL				
Atividades Econômicas				
Princ.	Data Inicial	Data Final	Forma de Lançamento	Atividade
Sim	08/06/2006	25/06/2012	3 - ISSQN - Retido na Fonte	C0110646 - SERV. AVULSOS DIVERSOS (ISS RETIDO FONTE)
Sim	26/06/2012	/ /	3 - ISSQN - Retido na Fonte	9411100 - Atividades de organizações associativas patronais e empre
Não	01/06/1999	25/06/2012	2 - ISSQN - Variável	C01120188 - RADIO DIFUSAO SONORA
Não	26/06/2012	/ /	2 - ISSQN - Variável	6010100 - Atividades de rádio
Natureza Jurídica: Opção: 0 -				
Comunicação				
Número	Tipo	Nome	Vínculo	Comunicação
Dados Gerais				
Abertura	Data: 01/06/1999	Nº Proc.: 009781-9	Data Proc.: 01/06/1999	
Alteração	Data: / /	Nº Proc.:	Data Proc.: / /	
Encerramento	Data: / /	Nº Proc.:	Data Proc.: / /	
Suspensão	Data: / /	Ano e Mês Homolog.:		
Baixa	Data: / /	Nº Proc.:	Data Proc.: / /	
Alvará	Data: / /	Nº Proc.:	Data Vigência: / /	
Outros	Data: / /	Nº Proc.:		
Capital Social: 15000.00				



Edited with the trial version of  
Foxit Advanced PDF Editor  
To remove this notice, visit:  
[www.foxitsoftware.com/shopping](http://www.foxitsoftware.com/shopping)

Usuário: SISTEMA-CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA-LTDA-EPP  
Emitida às 20:09:23 do dia 17 de 01 de 2020  
24350ba5-9015-42c1-8b93-50932735833f



Data: 17/01/2020  
Hora: 10:37:23  
Página: 3 / 4

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

### Ficha de conformidade do mobiliário

#### Características

##### Características - Características do Econômico

Caracter.	Opção	Data Ini.	Data Fin.	Quantidade	Aliquota	Tipo
REGIÕES	ZONA 01	01/01/2004	/ /	0.00	0.00	Não possui Val

##### Características - Isenções / Deduções

Tipo Isen.	Data Início	Data Fim	Lei	Taxa	Tributo	Requerente
Isento de Impo	01/06/1999	/ /	IMUNIDADE ESTA	ISSQN Variavel	ISSQN - Variav	

##### Características - Sócios

NENHUM REGISTRO ENCONTRADO!

##### Documentos - Livro Fiscal

NENHUM REGISTRO ENCONTRADO!

##### Documentos - AIDE

Nº Documento	Data	Nº Ini.	Solic.	Nº Fin.	Solic.	Nº Ini.	Aut.	Nº Fin.	Aut.	Série	Gráfica	Validade	Situação
44237-1	26/03/2007	3001	4000	4000	3001	4000		4000		Série F	GRÁFICA ARAÇATUBEN	/ /	AUTORIZADA
44237-2	13/11/2009	4001	6000	6000	4001	6000		6000		Série F	INDUSTRIA GRAFICA	/ /	AUTORIZADA
44237-3	01/10/2012	1	500	500	1	500		500		Nota Fiscal El	PREFEITURA MUNICIP	/ /	AUTORIZADA
44237-4	02/04/2014	501	1000	1000	501	1000		1000		Nota Fiscal El	PREFEITURA MUNICIP	/ /	AUTORIZADA
44237-5	05/01/2016	1001	1500	1500	1001	1500		1500		Nota Fiscal El	PREFEITURA MUNICIP	/ /	AUTORIZADA
44237-6	04/08/2017	1501	2000	2000	1501	2000		2000		Nota Fiscal El	PREFEITURA MUNICIP	/ /	AUTORIZADA
44237-7	06/03/2019	2001	2500	2500	2001	2500		2500		Nota Fiscal El	PREFEITURA MUNICIP	/ /	AUTORIZADA
44237-8	06/08/2019	2501	3000	3000	2501	3000		3000		Nota Fiscal El	PREFEITURA MUNICIP	/ /	AUTORIZADA
44237-9	04/12/2019	3001	3500	3500	3001	3500		3500		Nota Fiscal El	PREFEITURA MUNICIP	/ /	AUTORIZADA

##### Documentos - Documentos Emitidos

NENHUM REGISTRO ENCONTRADO!

##### Documentos - Alvará

NENHUM REGISTRO ENCONTRADO!

##### Documentos - Táxis

NENHUM REGISTRO ENCONTRADO!

##### Documentos - Feiras

NENHUM REGISTRO ENCONTRADO!

##### Documentos - Anúncios

NENHUM REGISTRO ENCONTRADO!



Edited with the trial version of  
Foxit Advanced PDF Editor  
To remove this notice, visit:  
[www.foxitsoftware.com/shopping](http://www.foxitsoftware.com/shopping)

Usuário: 351569 - PREFEITURA DE ARAÇATUBA - JUDAFEP  
Emitida às 10:37:23 do dia 17/01/2020  
Assinatura: 24850ba5-9015-42c1-8b93-509327a58a36



**Data:** 17/01/2020  
**Hora:** 10:37:23  
**Página:** 4 / 4

### Ficha de conformidade do mobiliário

## Matriz

**Sede no Município:** Sim

Nome da Matriz: 0 -

**Logradouro:**

**Complemento:**

**Contato:**

**CNPJ:**

**Número:**

Bairro:

Simples Nacional/MEI

**Data de Cadastro:** 20/08/2007

## Inscrição do Mobiliário

Seq.	Dt. Solicitação	Situação	Dt. de Efeito da Opção	Dt. de Deferimento/Inferimento	Situação da Inscrição Municipal
2	17/04/2008	Deferido	/ /	/ /	Não Confirmado
1	20/08/2007	Pendente	/ /	/ /	Não Confirmado

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>



Voltar

Imprimir



## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 03.156.036/0001-57

**Razão Social:** SISTEMA CULTURA DE COMUN ATA LTDA EPP

**Endereço:** RUA MARECHAL DEODORO 675 A - SBLJ / CENTRO / ARACATUBA /  
SP / 16010-301

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 15/01/2020 a 13/02/2020

**Certificação Número:** 2020011503274875497117

Informação obtida em 17/01/2020 10:40:04

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



## Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo



Edited with the trial version of  
Foxit Advanced PDF Editor  
To remove this notice, visit:  
[www.foxitsoftware.com/shopping](http://www.foxitsoftware.com/shopping)

### Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ / IE: 03.156.036/0001-57

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 20010097585-07  
Data e hora da emissão 17/01/2020 10:46:34  
Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio [www.pfe.fazenda.sp.gov.br](http://www.pfe.fazenda.sp.gov.br)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA**  
**CNPJ: 03.156.036/0001-57**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:14:25 do dia 30/08/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 26/02/2020.

Código de controle da certidão: **F2BA.C40E.F758.4C5A**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Finanças  
Departamento de Rendas Municipal



Edited with the trial version of  
Foxit Advanced PDF Editor  
To remove this notice, visit:  
[www.foxitsoftware.com/shopping](http://www.foxitsoftware.com/shopping)

### Certidão Negativa de Tributos Municipais

Certidão número : 2656-9379-1644  
Contribuinte : SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA-EPP  
CNPJ / CPF : 03.156.036/0001-57  
Inscrição : 171248  
Endereço : RUA: MARECHAL DEODORO DA FONSECA, 675 Compl.: 675-A SOBRE LOJA.  
Bairro : CENTRO, CEP: 16010-301.  
Emitida em : 17/01/2020 às 11:22:20  
Válida até : 16/02/2020

Ressalvando o direito que cabe a Fazenda Pública Municipal de exigir na forma da Legislação vigente, os Tributos ou quaisquer outros emolumentos que por ventura venham a ser apurados;

Certifica que em relação ao contribuinte acima descrito nada deve até a emissão desta, em relação aos Tributos Municipais, inclusive Imobiliários e Mobiliários, administrados pela Secretaria da Fazenda Municipal.

As informações desta estão contidas em nosso Cadastro.

Certidão expedida via Internet

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal de Finanças (<http://201.49.72.130:8083/issonline/servlet/haautenticadocumento>).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura/camara-dep-fm/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 03.156.036/0001-57

Certidão nº: 1478385/2020

Expedição: 17/01/2020, às 10:54:55

Validade: 14/07/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.156.036/0001-57**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: [cndt@tst.jus.br](http://cndt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura/camara-dep-jus/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



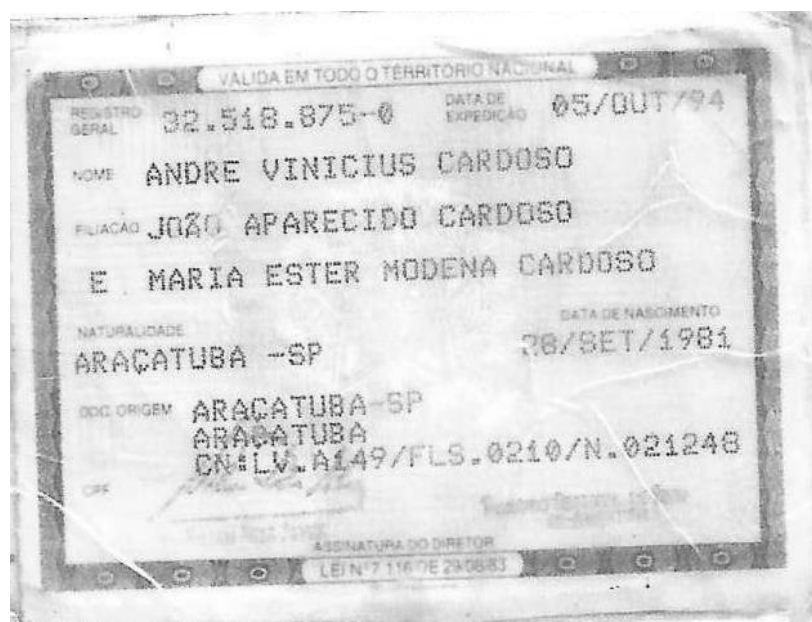
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
8950-0	ESTADO DE SÃO PAULO	44.079.279-4	29/03/2019
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA		2ª VIA	
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO - INTERSEÇÃO PARANÁ X AV. PAULISTA		CIVIL	
LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA		28/07/1985	
LEONIDAS SILVA		ARACATUBA - SP	
JAMILE ALUX SILVA		ARACATUBA SP ARACATUBA CN: LV. A. 11/FLS. 152 / Nº 34331	
322941688/01		ASSINATURA DO DIRETOR	
Delegado de Polícia		LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	
NÃO PLASTIFICAR			
CARTeira DE IDENTIDADE			
6C2F3368			
POLEGAR DIREITO			
Leandro Alux			



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>43.744.713/0001-72</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>22/08/1966</b>
NOME EMPRESARIAL <b>RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE <b>ME</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>		
LOGRADOURO <b>R OSVALDO CRUZ</b>	NÚMERO <b>67</b>	COMPLEMENTO <b>TERREO</b>
CEP <b>16.010-040</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>ARACATUBA</b>
UF <b>SP</b>		
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>FINANCEIRO@RADIOCULTURA.COM.BR</b>	TELEFONE <b>(18) 3623-8726</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>12/03/2004</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **05/02/2020** às **08:14:02** (data e hora de Brasília).      Página: **1/1**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Anexo CNPJ - Cedente (6103979)

SEI 01250-037500/2019-62 / pg. 133

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

## Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

<b>CNPJ:</b>	43.744.713/0001-72
<b>NOME EMPRESARIAL:</b>	RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA
<b>CAPITAL SOCIAL:</b>	R\$100.000,00 (Cem mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

<b>Nome/Nome Empresarial:</b>	GLADYS MAY FARES DE CAMPOS
<b>Qualificação:</b>	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **05/02/2020** às **08:14** (data e hora de Brasília).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>03.156.036/0001-57</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>12/05/1999</b>
NOME EMPRESARIAL <b>SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO</b>		PORTE <b>ME</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>		
LOGRADOURO <b>R MARECHAL DEODORO</b>	NÚMERO <b>675 -</b>	COMPLEMENTO <b>A - SOBRE LOJA</b>
CEP <b>16.010-301</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>ARACATUBA</b>
UF <b>SP</b>		
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>ammodena@hotmail.com</b>	TELEFONE <b>(18) 3623-1337</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>12/05/1999</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **05/02/2020** às **08:18:32** (data e hora de Brasília).      Página: **1/1**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.br/autenticidade-assinatura-camara-leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Anexo CNPJ - Cessionária (5103962)

SEI 01290-037868/2019-62 / pg. 135

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

## Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

**CNPJ:** 03.156.036/0001-57  
**NOME EMPRESARIAL:** SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA  
**CAPITAL SOCIAL:** R\$15.000,00 (Quinze mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

**Nome/Nome Empresarial:** NIVALDO QUESSA  
**Qualificação:** 49-Sócio-Administrador

**Nome/Nome Empresarial:** ANDRE VINICIUS CARDOSO  
**Qualificação:** 49-Sócio-Administrador

**Nome/Nome Empresarial:** LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA  
**Qualificação:** 49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 05/02/2020 às 08:18 (data e hora de Brasília).

 VOLTAR

 IMPRIMIR

[Passo a passo para o CNPJ](#)

[Consultas CNPJ](#)

[Estatísticas](#)

[Parceiros](#)

[Serviços CNPJ](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.br/autenticidade-assinatura-camara-leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 43.744.713/0001-72

RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
GLADYS MAY FARES DE CAMPOS	958.660.008-49	RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Araçatuba
		RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Araçatuba
		RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Araçatuba
		RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Araçatuba
MARTHA FARES DE CAMPOS	095.465.748-99	RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Araçatuba
		RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Araçatuba
		RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Araçatuba
		RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Araçatuba
NICOLAU FARES DE CAMPOS	023.618.978-65	RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Araçatuba
		RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Araçatuba
		RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Araçatuba
		RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Araçatuba





BOM DIA  
Maribel Alves Fierro Sevilla

Sistemas  
Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

**Tipo de Consulta:** CNPJ

**CNPJ:** 43.744.713/0001-72

Não foi encontrado dados com essa informação

**Usuário:** Anatel\maribel.mctic - Maribel Alves Fierro Sevilla

**Data:** 05/02/2020

**Hora:** 08:15:34



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidadeassinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

ANEXO SIACCO - Cedente (5103565)

SEI 01250.007368/2019-62 / pg. 138

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 958.660.008-49

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
GLADYS MAY FARES DE CAMPOS	958.660.008-49	RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Araçatuba
		RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Araçatuba
		RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Araçatuba
		RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Araçatuba

Usuário: Anatel\maribel.mctic - Maribel Alves Fierro Sevilla

Data: 05/02/2020

Hora: 08:16:18



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticadoporassinatura.camara-leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Anexo SIACCO - cedente (5/103565)

SEI 01250-037368/2019-62 / pg. 139

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 095.465.748-99

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARTHA FARES DE CAMPOS	095.465.748-99	RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Araçatuba
		RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Araçatuba
		RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Araçatuba
		RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Araçatuba

Usuário: Anatel\maribel.mctic - Maribel Alves Fierro Sevilla

Data: 05/02/2020

Hora: 08:16:31



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg.autenticidadeassinatura.camara-leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

Anexo SIACCO - cedente (5/03/2020)

SEI 01250-037368/2019-62 / pg. 140

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 023.618.978-65

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
NICOLAU FARES DE CAMPOS	023.618.978-65	RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Araçatuba
		RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Araçatuba
		RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Araçatuba
		RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	43.744.713/0001-72	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Araçatuba

Usuário: Anatel\maribel.mctic - Maribel Alves Fierro Sevilla

Data: 05/02/2020

Hora: 08:16:41



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg.autenticidadeassinatura.camara-leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

Anexo SIACCO - cedente (5/03/2020)

SEI 01250-037308/2019-62 / pg. 141

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



BOM DIA  
Maribel Alves Fierro Sevilla

Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

**Tipo de Consulta:** CNPJ

**CNPJ:** 03.156.036/0001-57

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: Anatel\maribel.mctic - Maribel Alves Fierro Sevilla

Data: 05/02/2020

Hora: 08:19:44



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.deg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Anexo SIACCO - Cessionária (5165565)

SEI 01250-03/068/2019-62 / pg. 142

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: Nome Sócio/Diretor

Nome Sócio/Diretor: NIVALDO QUESSA

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
NIVALDO QUESSA	311.842.438-91	RADIO IGUATEMI FREQUENCIA MODULADA STEREO LTDA	50.414.044/0001-36	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	FM	--	SP	Bebedouro
		RADIO IGUATEMI FREQUENCIA MODULADA STEREO LTDA	50.414.044/0001-36	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Bebedouro

Usuário: Anatel\maribel.mctic - Maribel Alves Fierro Sevilla

Data: 05/02/2020

Hora: 08:20:44



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.deb.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>



BOM DIA  
Maribel Alves Fierro Sevilla

Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

**Tipo de Consulta:** Nome Sócio/Diretor

**Nome Sócio/Diretor:** andre vinicius cardoso

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: Anatel\maribel.mctic - Maribel Alves Fierro Sevilla

Data: 05/02/2020

Hora: 08:22:03



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.deg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Anexo SIACCO - Cessionária (5165565)

SEI 01250-03/068/2019-62 / pg. 144

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f





BOM DIA  
Maribel Alves Fierro Sevilla

Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

**Tipo de Consulta:** Nome Sócio/Diretor

**Nome Sócio/Diretor:** LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA

Não foi encontrado dados com essa informação

**Usuário:** Anatel\maribel.mctic - Maribel Alves Fierro Sevilla

**Data:** 05/02/2020

**Hora:** 08:23:17



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.deg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Anexo SIACCO - Cessionária (5165565)

SEI 01250-03/968/2019-62 / pg. 145

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA**  
**CNPJ: 43.744.713/0001-72**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 07:51:49 do dia 20/01/2020 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 18/07/2020.  
Código de controle da certidão: **0DA0.A075.0AAA.A282**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anexos.regulacaofiscal.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Anexo Regulacão Fiscal - Cedente (5104126)

SEP07250:037368/2019-62 / pg. 146

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



## Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

### Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ / IE: 43.744.713/0001-72

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 20020025333-49

Data e hora da emissão 05/02/2020 08:42:32

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **[www.pfe.fazenda.sp.gov.br](http://www.pfe.fazenda.sp.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anexos.regulacao.fiscal-cedente/5104120>

Folha 1 de 1

SEF07250-037368/2019-62 / pg. 147

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Finanças  
Departamento de Rendas Municipal

### Certidão Negativa de Tributos Municipais

Certidão número : 7288-8286-0203  
Contribuinte : RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA  
CNPJ / CPF : 43.744.713/0001-72  
Inscrição : 88176  
Endereço : RUA: OSVALDO CRUZ, 67 Compl.: TERREO.  
Bairro : CENTRO, CEP: 16010-040.  
Emitida em : 05/02/2020 às 08:36:21  
Válida até : 06/03/2020

Ressalvando o direito que cabe a Fazenda Pública Municipal de exigir na forma da Legislação vigente, os Tributos ou quaisquer outros emolumentos que por ventura venham a ser apurados;

**Certifica que em relação ao contribuinte acima descrito nada deve até a emissão desta, em relação aos Tributos Municipais, inclusive Imobiliários e Mobiliários, administrados pela Secretaria da Fazenda Municipal.**

As informações desta estão contidas em nosso Cadastro.

Certidão expedida via Internet

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal de Finanças (<http://201.49.72.130:8083/issonline/servlet/haautenticadocumento>).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anexos.regulacaofiscal-aracatuba.com.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Anexo Regularidade Fiscal - Cedente (5104126)

SEP07250-037368/2019-62 / pg. 148

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** **RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA - ME**

**CNPJ:** **43.744.713/0001-72**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 08:43:46 do dia 05/02/2020 (hora e data de Brasília).

Válida até 06/03/2020.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anatel.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Anexo Regularidade Fiscal - Cedente (5104126)

SEP07250:037368/2019-62 / pg. 149

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



# Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 43.744.713/0001-72

**Razão Social:** RADIO CULTURA ARAÇATUBA LTDA

**Endereço:** RUA OSVALDO CRUZ 67 TERREO / CENTRO / ARACATUBA / SP / 16010-040

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 31/01/2020 a 29/02/2020

**Certificado Número:** 2020013102411163320117

Informação obtida em 05/02/2020 08:45:08

Visualizar

Voltar

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anfeleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b98-5c9327a53a3f>





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 43.744.713/0001-72

Certidão nº: 3366665/2020

Expedição: 05/02/2020, às 08:47:23

Validade: 02/08/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **43.744.713/0001-72**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anexos.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Anexo Regularidade Fiscal - Cedente (5104120)

SEI 07250-037368/2019-62 / pg. 151

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA**  
**CNPJ: 03.156.036/0001-57**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 18:59:57 do dia 20/01/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 18/07/2020.

Código de controle da certidão: **4A82.CA1C.BD7E.4BBB**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>



## Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

### Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ / IE: 03.156.036/0001-57

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 20020025310-52

Data e hora da emissão 05/02/2020 08:39:51

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **[www.pfe.fazenda.sp.gov.br](http://www.pfe.fazenda.sp.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Anexo 4 regularidade fiscal - Cessionária (3104124)

SEI 01250.037368/2019-62 / pg. 153

Folha 1 de 1

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Finanças  
Departamento de Rendas Municipal

### Certidão Negativa de Tributos Municipais

Certidão número : 2035-9010-7833  
Contribuinte : SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA-EPP  
CNPJ / CPF : 03.156.036/0001-57  
Inscrição : 171248  
Endereço : RUA: MARECHAL DEODORO DA FONSECA, 675 Compl.: 675-A SOBRE LOJA.  
Bairro : CENTRO, CEP: 16010-301.  
Emitida em : 05/02/2020 às 08:38:51  
Válida até : 06/03/2020

Ressalvando o direito que cabe a Fazenda Pública Municipal de exigir na forma da Legislação vigente, os Tributos ou quaisquer outros emolumentos que por ventura venham a ser apurados;

**Certifica que em relação ao contribuinte acima descrito nada deve até a emissão desta, em relação aos Tributos Municipais, inclusive Imobiliários e Mobiliários, administrados pela Secretaria da Fazenda Municipal.**

As informações desta estão contidas em nosso Cadastro.

Certidão expedida via Internet

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal de Finanças (<http://201.49.72.130:8083/issonline/servlet/haautenticadocumento>).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

**CNPJ:**

**03.156.036/0001-57**

**Entidade não cadastrada nesta agência.**

Emitida às 08:44:16 do dia 05/02/2020 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>



# Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 03.156.036/0001-57

**Razão Social:** SISTEMA CULTURA DE COMUN ATA LTDA EPP

**Endereço:** RUA MARECHAL DEODORO 675 A - SBLJ / CENTRO / ARACATUBA / SP / 16010-301

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 03/02/2020 a 03/03/2020

**Certificado Número:** 2020020301285824368944

Informação obtida em 05/02/2020 08:45:43

Visualizar

Voltar

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 03.156.036/0001-57

Certidão nº: 3366516/2020

Expedição: 05/02/2020, às 08:46:37

Validade: 02/08/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.156.036/0001-57**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Anexo 4 Regularidade Fiscal - Cessionária (3104124)

SEI 01250.037368/2019-62 / pg. 157

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações Societárias

## NOTA TÉCNICA Nº 2393/2020/SEI-MCTIC

**Processo nº** 01250.037368/2019-62

**Assunto: SOBRESTAMENTO.** Transferência Direta. Processo de renovação de outorga em fase de instrução.

## SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo, por meio do qual a Rádio Cultura de Araçatuba Ltda., CNPJ 43.744713/0001-72 (cedente), executante do serviço de radiodifusão sonora de frequência modulada, canal 238, conforme petição (evento sei nº 4452174, 4934538), no município de Araçatuba, estado de São Paulo, requer autorização deste Ministério para efetuar a transferência direta da outorga à Sistema Cultura de Comunicação Araçatuba Ltda., CNPJ 03.156.036/0001-57 (cessionária).

## ANÁLISE

2. A transferência da outorga é operação amparada pela Lei nº 4.117 de 1962 (recentemente alterada pela Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017), especificamente em sua alínea "c" do art. 38, a qual preceitua que *"a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo"*.

3. O pedido de transferência da permissão deverá seguir o rito estabelecido no Regulamento de Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795 de 1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138 de 22 de agosto de 2017), o qual, além de ditar o procedimento, predispõe os requisitos a serem atendidos pelas pessoas jurídicas envolvidas na operação, bem como o rol de documentos hábeis para comprová-los, condição para a autorização da transmissão da delegação.

4. De acordo com a nova redação dada pela Lei nº 9.138/2017, se a outorga corresponder à execução de serviço de radiodifusão sonora, a transferência será autorizada pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, por meio de portaria; se corresponder a serviço de radiodifusão de sons e imagens, caberá ao Presidente da República autorizar a transferência da outorga, por intermédio de Decreto Presidencial, precedido de instrução processual por esta Pasta, é a inteligência do art. 90, incisos I e II do RSR.

5. Relatadas as informações preliminares acerca da operação, passa-se à análise do pedido.

6. Inicialmente, cumpre consignar que o pedido de transferência da outorga encontra-se devidamente firmado, em conjunto, por todos os sócios e dirigentes, tanto da Cedente quanto da Cessionária (evento nº 4452174):

- a) Rádio Cultura de Araçatuba Ltda., CNPJ 43.744713/0001-72 (cedente), representada pela Sra. Gladys May Fares de Campos (evento SEI nº 4452174, p.1-4);
- a) Sistema Cultura de Comunicação Araçatuba Ltda., CNPJ 03.156.036/0001-57 (cessionária), representada pelo Sr. Nivaldo Quesa (evento SEI nº 4452174, p.1-4).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Nota Técnica 2393 (3104203)

SEI 01250.037368/2019-62 / pg. 158

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

7. A permissão foi outorgada à Entidade, por intermédio da Portaria Nº 1.223, de 29/10/1976, DOU de 05/11/1976, devidamente aprovada pelo Congresso Nacional nos termos do Decreto Legislativo nº 200, de 26/10/2000, publicado no D.O.U. de 27/10/2000 (evento SEI nº 4934538, p. 2-6). Registra-se que a última renovação da referida permissão se deu por meio da Portaria Nº 92, de 13/03/1998, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 27/04/1998, referente ao período de 05/11/1996 a 05/11/2016.

8. Com efeito, a permissão se encontra vencida desde 05/11/2016. Contudo, se encontra em trâmite nesta Pasta o processo 53900.043600/2016-51, relativo ao pedido de renovação de outorga para o período de 05/11/2006 a 05/11/2016 e de 05/11/2016 a 05/11/2026 (1902354), estando o referido processo sob análise da Secretaria de Radiodifusão, com vistas à instrução processual.

9. Importa consignar que, em que pese a permissão para execução de serviços de radiodifusão sonora se encontrar vencido, a existência de processo administrativo em trâmite para a renovação, autoriza a manutenção da concessionária em caráter precário.

9.1. A execução do serviço público em voga está sendo mantido pela Concessionária em caráter precário, é relevante consignar que, com a recente alteração legislativa, materializada pela Lei nº 13.424, de 27 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União, de 28 de março de 2017, a realização da transferência da outorga passou a deter condições de procedibilidade ainda que a mesma estiver sendo mantida em caráter precário, em virtude de seu vencimento. No entanto, a operação está condicionada à regular instrução do processo de renovação de outorga. É a inteligência do parágrafo único do art. 2º da suso mencionada norma:

[...]

Art. 4º O funcionamento do serviço de radiodifusão em caráter precário não obsta as transferências de concessão ou permissão, desde que preenchidos os requisitos legais e regulamentares.

Parágrafo único. A anuência para a transferência de concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra, no curso do funcionamento do serviço em caráter precário, poderá ser deferida desde que já concluída a instrução do processo de renovação da concessão ou permissão no âmbito do órgão competente do Poder Executivo, devendo ser advertida desta condição a entidade para a qual a outorga será transferida.

9.2. Consultado os autos do processo renovatório - mencionado no item 8 - constata-se que o referido processo encontra-se em fase de instrução processual, o que obsta o deferimento do pedido de transferência da permissão, objeto destes autos.

10. Pertinente ao lapso temporal do exigido pelo art. 91 do Decreto nº 52.795/63, consigne-se que, mediante consulta à Pasta Cadastral da Entidade, foi verificado que a primeira licença para funcionamento de estação de radiodifusão sonora em onda média foi expedida em 31/03/1989 (evento SEI nº 4934538), portanto, a estação foi licenciada há mais de 5 (cinco) anos.

11. Mostra-se relevante rememorar que, em se tratando de transferência de outorga, necessário também levantar informações acerca da existência de pena de cassação da outorga que se pretende transferir, conforme recomendado pela Conjur, nos termos do Parecer nº 798/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU. Em atendimento tal recomendação, foi enviado e-mail à Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas - CGFI para manifestação (evento SEI nº 4934625), certificando a inexistência de processos de Apuração de Infração - PAIs instaurados para apurar eventuais irregularidades praticadas pela Rádio Cultura de Araçatuba Ltda., CNPJ 43.744713/0001-72, que tenham resultado ou venham a



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadassinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Nota Técnica 2395 (3104203)

SEI 101230-037368/2019-62 / pg. 159

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

resultar na aplicação da penalidade de cassação. Aguarda-se a manifestação da CGFI.

12. No que pertine à documentação estabelecida pela legislação de radiodifusão, foi procedida à análise dos documentos apresentados pelas pessoas jurídicas envolvidas (Cedente e Cessionária), tendo sido observado a completa instrução do pedido, conforme atesta o "Lista de Verificação de Documentos - Checklist SEASO" (evento SEI nº 5100410).

13. Os documentos exigidos pela legislação tem a finalidade de demonstrar a regularidade das empresas sob os aspectos ligados à (i) habilitação jurídica; (ii) qualificação econômico-financeira; (iii) regularidade fiscal; e (iv) nacionalidade e demais exigências impostas aos sócios e dirigentes.

14. **Relativamente à Cedente**, Rádio Cultura de Araçatuba Ltda., CNPJ 43.744713/0001-72, de acordo com o que se verifica da Lista de Verificação de Documentos, foram apresentados todos os documentos relativos à regularidade fiscal da empresa, consoante as exigências constantes do item II do art. 93 do RSR, alíneas "a", "b", "c", "d" e "e". Da análise desses documentos se pode inferir que as certidões acostadas à p. 1-6, do evento sei nº 5104120, demonstram a regularidade da situação da empresa perante os fiscos Federal, Estadual e Municipal; do Fictel, FGTS, inexistências de pendências junto à Justiça do Trabalho e da p. 1, evento sei nº 5103979, a ausência de irregularidades perante o cadastro nacional de pessoas jurídicas demonstrando o atendimento às condições impostas para este tipo de operação.

15. **Relativamente à Cessionária**, Sistema Cultura de Comunicação Araçatuba Ltda., CNPJ 03.156.036/0001-57, registra-se que todos os documentos necessários, de acordo com o exigido no item III do art. 93 do RSR, alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i" e "j" foram apresentados, é o que se observa da mesma lista, senão vejamos:

15.1. Quanto aos documentos que comprovam a *habilitação jurídica* da empresa, foi acostada o Ato Constitutivo da sociedade, (evento nº 5100352, p. 36-40), tendo-se por objetivo social, conforme cláusula II, "... a execução de serviços de radiodifusão sonora, de quaisquer modalidades, em qualquer localidades do país, desde que para tanto, o Governo Federal lhe outorgue permissões, e ou, concessões.", assim como o documento da 1ª Alteração Contratual, evento nº 5100352, p. 41-47 e a certidão do registro do órgão competente pelo arquivamento dos atos (evento nº 5100352, p. 48-49). Foram juntadas as declarações exigidas pela legislação para este tipo de operação a) de que a pessoa jurídica não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço de radiodifusão em desrespeito aos limites estabelecidos pelo Decreto - Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, b) de que nenhum dos sócios e dirigentes da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos na Lei da Ficha Limpa (evento nº 5100352, p. 50). Por fim, foi acostada certidão expedida pela Junta Comercial competente, 5100352, p. 48-49, indicando as composições societária e diretiva da sociedade.

15.2. Pertinente à *qualificação econômico-financeira* da empresa, foi acostado balanço patrimonial (evento nº 5100352, p. 51-55), firmado em conjunto pelo representante legal da Entidade e por profissional habilitado, em atendimento ao disposto na alínea "d" do inciso III do art. 93 do RSR. Ademais, conforme o que atesta a certidão apresentada à p. 56, evento SEI nº 5100352, expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, observa-se a inexistência de ações de falência ou até mesmo processos de recuperação judicial, que venham impossibilitar o prosseguimento da atividade empresarial (radiodifusão).



15.3. Referente à *regularidade fiscal*, se pode observar que as certidão acostada à p. 1, do evento nº 5103982, demonstra a ausência de irregularidades perante o cadastro nacional de pessoas jurídicas, e as certidões acostadas às p. 1-6, do evento nº 5104124, demonstram a regularidade da situação da empresa perante os fiscos Federal, Estadual e Municipal, FGTS e inexistências de pendências junto à Justiça do Trabalho, o que leva a inferir o preenchimento dos requisitos referentes à regularidade fiscal.

15.4. Foi apresentado, ainda, pela empresa cessionária, através do seu representante legal, Sr. Nivaldo Quessa, declaração de que nenhum de seus sócios e dirigentes se encontra condenado com decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado nos ilícitos previstos o art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* da Lei Complementar nº 64/1990 (lei da ficha limpa) - p. 50, do evento nº 5100352.

15.4.1. A citada declaração é uma inovação trazida pela Lei nº 13.424/2017, que passou a ser exigida daqueles que se habilitam a prestar serviço de radiodifusão e teve como propósito estabelecer critérios objetivos para a verificação da capacidade de os indivíduos integrarem uma permissionária/concessionária do serviço de radiodifusão.

16. Além disso, deve a cessionária se atentar aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236 de 28 de fevereiro de 1967, e art. 14, § 3º do RSR e demais normas. Por efeito de tais determinações foi promovida consulta ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO (evento SEI nº 5103989), tendo sido constado respeito aos referidos limites (as pesquisas foram realizadas considerando todas as pessoas físicas e jurídicas envolvidas na operação, independentemente da expressividade da participação societária de cada uma delas).

17. Uma vez autorizada a operação em apreço, o quadro diretivo da Entidade cessionária ficará disposto da seguinte forma (decorrente da 1a. Alteração Contratual, realizada em 01/06/2019, registrada em 26/06/2019 sob o nº 258.477/19-2 (evento nº 5100352, p. 40-45):

NOME	COTAS	VALOR (R\$)
NIVALDO QUESSA	5.000	5.000,00
ANDRÉ VINÍCIUS CARDOSO	5.000	5.000,00
LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA	5.000	5.000,00
TOTAL	15.000	15.000,00

NOME	CARGO
NIVALDO QUESSA	SÓCIO-ADMINISTRADOR
ANDRÉ VINÍCIUS CARDOSO	SÓCIO-ADMINISTRADOR
LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA	SÓCIO-ADMINISTRADOR

18. Assim, tendo em vista a regularidade dos documentos apresentados, constata-se que os autos se encontram instruídos de acordo com a legislação em vigor estando, portanto, o pleito apto a ser deferido, após o ateste de regularidade da Coordenação-Geral de Fiscalização - CGFI (item 11) e a completa instrução processual do processo de renovação (item 8 e 9.2).



19. Por fim, vale ressaltar que, em se tratando de transferência direta da concessão do serviço de radiodifusão em frequência modulada, a decisão sobre o pedido compete ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em conformidade com o art. 91, do RSR.

## CONCLUSÃO

20. Diante do exposto, atendido ao que se estabelece no item 18, opina-se pelo **deferimento** do pedido, devendo este processo ser SOBRESTADO até a completa instrução processual do processo de renovação 53900.043600/2016-51.

À consideração superior.

*(assinado eletronicamente)*

**MARIBEL ALVES FIERRO SEVILLA**  
Analista em Ciência e Tecnologia

De acordo. Submeta-se o feito à consideração da Coordenadora-Geral de Pós-Outorga.

*(assinado eletronicamente)*

**JOÃO EDUARDO TABALIPA FERREIRA**  
Coordenador de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Aprovo a Nota Técnica nº 2393/2020/SEI-MCTIC. Cientifique-se à interessada com a remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade para ciência e adoção das medidas necessárias para a conclusão do processo renovatório da localidade objeto do presente pleito.

*(assinado eletronicamente)*

**LUCIANA MARIA MONTEIRO DE LIMA**  
Coordenadora-Geral de Pós-Outorga



Documento assinado eletronicamente por **Maribel Alves Fierro Sevilla, Analista em Ciência e Tecnologia**, em 05/02/2020, às 13:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 11/02/2020, às 10:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Maria Monteiro de Lima, Coordenadora-Geral de Pós-Outorga**, em 13/02/2020, às 16:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Nota Técnica 2393 (3104203)

SEI-101230-037366/2019-62 / pg. 162

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5104265** e o código CRC **D91447C4**.

---

## Minutas e Anexos

Não Possui.

---

**Referência:** Processo nº 01250.037368/2019-62

SEI nº 5104265



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão  
Serviço de Alterações Societárias

OFÍCIO Nº 4306/2020/SEASO/DIRAC/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC

Brasília, 05 de dezembro de 2019.

Ao (À) Senhor (a)  
Representante Legal da  
RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA. - ME (C.N.P.J Nº 43.744.713/0001-72)  
Rua Osvaldo Cruz, 67 - Térreo, Centro  
16010-040 - Araçatuba / SP

**Assunto: Transferência Direta. Sobrestamento. Processo nº 01250.037368/2019-62**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 2393/2020/SEI-MCTIC, para ciência do interessado sobre o sobrestamento deste processo até a completa instrução do processo de renovação da outorga em trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 11/02/2020, às 10:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5105938** e o código CRC **96D807FF**.

**Referência:** Processo nº 01250.037368/2019-62

SEI nº 5105938



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Ofício 4306 (5105938)

SEI 01250.037368/2019-62 / pg. 164

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

**Data de Envio:**

14/02/2020 10:47:50

**De:**

MCTIC/Processos de Pós-Outorga Jurídica do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga  
<sepos\_jur@mctic.gov.br>

**Para:**

FINANCEIRO@RADIOCULTURA.COM.BR  
cultura95@uol.com.br  
cult.am@terra.com.br  
carloshernandes@terra.com.br

**Assunto:**

Envio de correspondência oficial Ministério da Ciência Tecnologia Inovação e Comunicações

**Mensagem:**

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Pós-Outorga Jurídica do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga Prezado(a),

Ref: 01250.037368/2019-62

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.  
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.  
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Oficio\_5105938.html  
Nota\_Tecnica\_5104265.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Pós-Outorga Jurídica do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga

## DESPACHO

**Processo nº:** 01250.037368/2019-62

**Referência:** OFICIO- 4306/2020

**Interessado:** RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA. - ME

**Assunto:** Assunto: Transferência Direta

Protocolo nº: 01250.037368/2019-62

Certifico e dou fé que após busca realizada nesta unidade de Documentação e Informação, **não foi localizada até o momento**, complementação de documentação, exigida por Ofício, cuja expedição foi realizada eletronicamente.

Restituam-se os autos, para o prosseguimento da análise.

Em 06/04/2020



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Torres da Silva, Chefe da Divisão de Documentação e Informação de Radiodifusão Comercial**, em 09/04/2020, às 15:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5368221** e o código CRC **DD50DFDA**.

### Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 01250.037368/2019-62

SEI nº 5368221



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 166

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

Zimbra

coact\_atos@mctic.gov.br

**Re: Transferência de Outorga****De :** cgfi@mctic.gov.br

Sex, 06 de dez de 2019 09:28

**Assunto :** Re: Transferência de Outorga**Para :** MCTIC <coact\_atos@mctic.gov.br>**Cc :** cgfi <cgfi@mctic.gov.br>

À Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão - COROR (SLPOS)  
Prezado(a) responsável,

Em atenção à solicitação copiada abaixo, comunicamos que não foram encontrados registros de Processos de Apuração de Infração - PAIs, instaurados para apurar eventuais irregularidades praticadas pela Rádio Cultura de Araçatuba Ltda., CNPJ 43.744713/0001-72, entidade outorgada a executar o serviço de radiodifusão sonora de ondas médias, na localidade de Araçatuba/SP, que tenham resultado ou venham a resultar na aplicação da penalidade de cassação ou decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão.

Atenciosamente,

----- Mensagem original -----

De: "MCTIC" <coact\_atos@mctic.gov.br>

Para: "cgfi" <cgfi@mctic.gov.br>

Enviadas: Quinta-feira, 5 de dezembro de 2019 8:22:21

Assunto: Transferência de Outorga

Processo nº 01250.037368/2019-62

Senhor(a) Coordenador(a)-Geral de Fiscalização de Outorgas,

Cumprimentando-o(a), cordialmente, em atenção à determinação da Consultoria Jurídica - Conjur, constante do parágrafo 25 do Parecer Referencial n.º 798/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, encaminho os autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de: (i) condenação de cassação da outorga deferida à Rádio Cultura de Araçatuba Ltda., CNPJ 43.744713/0001-72 (cedente), executante do serviço de radiodifusão sonora de ondas médias, conforme petição (evento sei nº 4452174), no município de Araçatuba, estado de São Paulo, número do Fistel nº 02008012603; e (ii) de processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

mctic.gov.br/h/printmessage?id=893&tz=America/Sao\_Paulo

https://mctic.gov.br/h/printmessage?id=893&tz=America/Sao\_Paulo

https://mctic.gov.br/h/printmessage?id=893&tz=America/Sao\_Paulo

SLP 01250.037368/2019-62 / pg. 167

260/2

270 3

43

PUBLICADO	
NO	
DIÁRIO OFICIAL	
de	05.11.1976
Página N.º	14713
Encarregado da Revisão	

PORTARIA N.º 1223 DE  
29 DE 10 DE 1976

DAS  
COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 19 do Decreto nº 70.566, de 12 de maio de 1972, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 7.064/75 (Batal nº 48/75),

## RESOLVE:

I - Outorgar permissão, de acordo com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.765, de 31 de outubro de 1963, à Rádio Cultura de Aracatuba Ltda., para estabelecer, na cidade de Aracatuba, Estado de São Paulo, sem direito de exclusividade, uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, utilizando a frequência de 95,5 MHz, canal 233, classe "A", potência máxima e infima de acordo com as Normas Técnicas para Emissores de Radiodifusão Sonora em FM, aprovadas pela Portaria MC nº 157, de 23 de março de 1973, publicada no Diário Oficial da União de 13 de abril de mesmo ano, com horário de funcionamento limitado.

II - A outorga do serviço de radiodifusão, esta portaria não é outorgada por esta Portaria, reger-se-á pelas disposições da legislação





D.O. 21.22.0384



Decreto n.º 89.472 de 21 de março de 1984

Renova por 10 (dez) anos as concessões outorgadas às entidades relacionadas em anexo para explorarem serviços de radiodifusão sonora em onda média, nas cidades e unidades da Federação indicadas.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, combina do com o artigo 89, item XV, letra "a", da Constituição, e nos termos do artigo 69, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos MC nºs 130.522/83, 172.819/83, 130.330/83, 100.336/83, 171.571/83, 130.329/83 e 172.695/83, decreta:

Art. 1º - Ficam, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e artigo 2º, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, renovadas por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 1983, as concessões outorgadas às entidades relacionadas neste artigo, junto com os seus demais elementos identificadores, para explorarem, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

- Ato de Outorga: Decreto nº 818, de 02 de abril de 1962.  
Entidade: FUNDAÇÃO SANTA LUZIA DE MOSSORÓ.  
Cidade: Mossoró  
Unidade da Federação: Rio Grande do Norte.
- Ato de Outorga: Decreto nº 19.398, de 10 de agosto de 1945.  
Entidade: RÁDIO DIFUSORA TAUBATÉ LTDA.  
Cidade: Taubaté  
Unidade da Federação: São Paulo.
- Ato de Outorga: Decreto nº 415, de 22 de dezembro de 1961.  
Entidade: RÁDIO PAULISTA LTDA.  
Cidade: Recife  
Unidade da Federação: Pernambuco.
- Ato de Outorga: Decreto nº 37.338, de 13 de maio de 1955.  
Entidade: RÁDIO ANHANGUERA S/A.  
Cidade: Goiânia  
Unidade da Federação: Goiás.

*[Assinatura]*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Anexo Ato de Outorga (07/07/87)

SEI 01250-037300/2019-62 / pg. 169

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

- Ato de Outorga: Decreto nº 31.486, de 19 de setembro de 1952.  
Entidade: RÁDIO EXCELSIOR S.A. ✓  
Cidade: São Paulo  
Unidade da Federação: São Paulo.
- Ato de Outorga: Decreto nº 46.226, de 16 de janeiro de 1959  
Entidade: RÁDIO PAULISTA LTDA.  
Cidade: Paulista  
Unidade da Federação: Pernambuco.
- Ato de Outorga: Decreto nº 38.086, de 12 de outubro de 1955  
Entidade: RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA.  
Cidade: Araçatuba  
Unidade da Federação: São Paulo.

Parágrafo único - A execução do serviço de radiodifusão sonora, cujas outorgas são renovadas por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais as entidades aderiram previamente.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, DF,                      de                      de 1984; 163º da Independência e 96º da República.






Figure 1. Schematic diagram of the experimental setup. The subject is seated in a chair and views the target through a video camera. The target is a light source that is controlled by a computer. The subject's hand is positioned over the target. The distance between the hand and the target is 10 cm. The target is a light source that is controlled by a computer. The subject's hand is positioned over the target. The distance between the hand and the target is 10 cm.

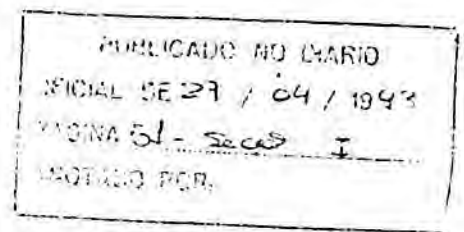
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>







2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



PORTARIA Nº 092 , DE 13 DE março DE 1998.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53830.000566/96, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 5 de novembro de 1996, a permissão outorgada à Rádio Cultura de Araçatuba Ltda., pela Portaria nº 1.223, de 29 de outubro de 1976, renovada pela Portaria nº 230, de 29 de agosto de 1986, publicada no Diário Oficial da União de 3 de setembro seguinte, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
SÉRGIO MOTTA







302	0023 4307 0041	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	[S]	3-ODC	90	[0]	192	116.000.000
302	0023 4307 0043	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE RONDONIA	[S]	3-ODC	90	[0]	192	500.000
302	0023 4307 0049	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE SAO PAULO	[S]	3-ODC	90	[0]	192	494.841.000
302	0023 4307 0051	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE SERGIPE	[S]	3-ODC	90	[0]	192	10.000.000
302	0023 4307 0053	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE TOCANTINS	[S]	3-ODC	90	[0]	192	7.300.000
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								1.557.641.000
TOTAL - GERAL								1.557.641.000

## Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antônio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 5, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 198, DE 2000

Aprova o ato que renova a permissão outorgada a "Rádio e TV Correio Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 75, de 13 de junho de 1992, que renova, por dez anos, a partir de 13 de junho de 1990, a permissão outorgada a "Rádio e TV Correio Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de outubro de 2000  
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES  
Presidente

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antônio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 5, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 199, DE 2000

Aprova o ato que renova a permissão outorgada a "Intersom - Emissoras de Frequência Modulada Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 463, de 3 de setembro de 1997, que renova, por dez anos, a partir de 17 de maio de 1990, a permissão outorgada a "Intersom - Emissoras de Frequência Modulada Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de outubro de 2000  
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES  
Presidente

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antônio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 5, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 200, DE 2000

Aprova o ato que renova a permissão outorgada a "Rádio Cultura de Araçatuba Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 92, de 13 de março de 1998, que renova por dez anos, a partir de 5 de novembro de 1996, a permissão outorgada a "Rádio Cultura de Araçatuba Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de outubro de 2000  
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES  
Presidente

(Of. El. nº 91/2000)

## Atos do Poder Executivo

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1970-16, DE 26 DE OUTUBRO DE 2000

Institui, no âmbito do Poder Executivo da União, o Programa de Desligamento Voluntário - PDV, a jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional e a licença sem remuneração com pagamento de incentivo em pecúnia, destinados ao servidor da administração pública direta, autárquica e fundacional.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Ficam instituídos, no âmbito do Poder Executivo da União, o Programa de Desligamento Voluntário - PDV, a jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional, e a licença sem remuneração com pagamento de incentivo em pecúnia, destinados ao servidor da administração pública direta, autárquica e fundacional.

#### TÍTULO I DO PROGRAMA DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO - PDV CAPÍTULO I DO PERÍODO E DA ADESAO

Art. 2º Em 1999, os servidores públicos poderão aderir ao PDV no período de 23 de agosto a 3 de setembro, e nos exercícios subsequentes, em períodos a serem fixados pelo Poder Executivo da União, facultada a adoção ou modificação dos incentivos previstos nesta Medida Provisória, conforme dispuser o regulamento, observados os limites estabelecidos na lei orçamentária.

Art. 3º Poderão aderir ao PDV os servidores da administração direta, autárquica e fundacional, inclusive dos extintos Territórios, ocupantes de cargo de provimento efetivo, exceto das carreiras ou dos cargos de:

- I - Advogado da União, Procurador da Fazenda Nacional e Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União;
- II - Procurador Autárquico, Advogado e Assistente Jurídico dos órgãos de execução ou vinculados à Advocacia-Geral da União;
- III - Defensor Público da União;
- IV - Diplomata;
- V - Delegado de Polícia Federal, Perito Criminal Federal, Escrivão de Polícia Federal, Agente de Polícia Federal, Papiloscópista, Policial Federal e Policial Rodoviário Federal; e
- VI - Auditor-Fiscal da Receita Federal, Auditor-Fiscal da Previdência Social e Auditor-Fiscal do Trabalho

§ 1º O Ministro de Estado, incluídas as entidades vinculadas de lotação das carreiras ou cargos a seguir relacionados, poderá fixar o número máximo de servidores que poderão aderir ao PDV e, na hipótese em que as adesões ultrapassarem esse limite, será utilizado como critério a precedência da data de protocolização do pedido no respectivo órgão ou entidade:

- I - Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental;
- II - Analista de Finanças e Controle;
- III - Analista de Orçamento;
- IV - Técnico de Planejamento e Pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;
- V - Analista de Comércio Exterior;
- VI - Magistério superior ou de 1º e 2º graus de instituições federais de ensino dos Ministérios da Educação e da Defesa;
- VII - Enfermeiro, Fisioterapeuta, Médico, Médico de Saúde Pública, Médico-Cirurgião, Técnico em Radiologia, Técnico em Raios X, Operador de Raios X, Técnico em Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem, Atendente de Enfermagem, Agente de Saúde Pública, Agente de Saúde, Dentista, Odontólogo, Cirurgião-Dentista, Farmacêutico, Farmacêutico Bioquímico, Laboratorista, Técnico em Laboratório, Auxiliar de Laboratório, Sanitarista, Técnico de Banco de Sangue, Biomédico, Técnico em Anatomia e Necropsia, Instrumentador Cirúrgico, Fonoaudiólogo, Técnico em Reabilitação ou Fisioterapia, Técnico em Prótese Dentária e Nutricionista;
- VIII - de nível superior das Carreiras da área de Ciência e Tecnologia;
- IX - Técnico em Defesa Aérea e Controle de Tráfego, Técnico de Programação e Operação de Defesa Aérea e Controle de Tráfego, Técnico em Informações Aeronáuticas, Controlador de Tráfego Aéreo, Técnico em Eletrônica e Telecomunicações Aeronáuticas e Técnico em Meteorologia Aeronáutica;
- X - Médico Veterinário e Fiscal de Defesa Agropecuária;
- XI - Fiscal de Cadastro e Tributação Rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;
- XII - Inspetor da Comissão de Valores Mobiliários e Analista Técnico da Superintendência de Seguros Privados;
- XIII - Analista do Banco Central do Brasil;
- XIV - Oficial de Inteligência; e
- XV - Supervisor Médico Pericial.

§ 2º Observado o disposto no parágrafo anterior, é facultado ao Ministro de Estado, incluídas as entidades vinculadas de lotação dos cargos relacionados nos incisos I a VI do caput deste artigo, autorizar a adesão dos seus ocupantes ao PDV.

- § 3º Não poderão aderir ao PDV os servidores que:
- I - estejam em estágio probatório;
  - II - tenham cumprido todos os requisitos legais para aposentadoria;
  - III - tenham se aposentado em cargo ou função pública e reintegrado na administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, em cargo ou emprego público inamovível;
  - IV - tenham sido condenados por decisão judicial transitada em julgado, que determine a perda do cargo;
  - V - não estejam em exercício, em virtude do impedimento de que trata o inciso I do art. 229 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, salvo quando a decisão criminal transitada em julgado não determinar a perda do cargo; ou
  - VI - estejam afastados em virtude de licença por acidente em serviço ou para tratamento de saúde, quando acometidos das doenças especificadas no § 1º do art. 186 da Lei nº 8.112, de 1990.

§ 4º Não se aplica aos servidores não estáveis, que não foram amparados pelo caput do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o disposto nos incisos I a VI e no § 2º deste artigo, exceto se ocupantes de cargo de carreira de magistério superior.

§ 5º A adesão ao PDV de servidor que esteja respondendo a sindicância ou processo administrativo disciplinar somente produzirá efeitos após o julgamento final, caso não aplicada a pena de demissão e, na hipótese de aplicação de outra penalidade, após o seu cumprimento.

§ 6º O servidor que participe ou tenha participado de programa de treinamento regularmente instituído a expensas do Governo Federal poderá aderir ao PDV, mediante o ressarcimento das despesas havidas, a ser compensado quando do pagamento da indenização, da seguinte forma:



Todos

Download Plano Básico

Download Estações

Download Documento Histórico

2 total de registros | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtrar

Ações	Fistel	UF	Município	Canal	Frequência	Finalidade	Decalagem	Classe	Num Serviço	Serviço	Local Específico	Carater	Status	Entidade	CNPJ	ID do Canal
			Aracatuba			(Todos)										
Visualizar em PDF	02008012603	SP	Aracatuba	238	95.5	Comercial		A4	230	FM		P	FM-C3 (Canal Outorgado - Aguardando Licenciamento)	RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA - ME	43744713000172	57dbac4522473
Visualizar em PDF	50415114624	SP	Aracatuba	294	106.7	Comercial		B1	230	FM		P	FM-C3 (Canal Outorgado - Aguardando Licenciamento)	RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA - ME	43744713000172	57dbac58844ee

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA - ME	
<b>Nome Fantasia:</b>	
<b>Telefone:</b> (18) 2103-5967	<b>E-mail:</b> aracatubense@terra.com.br
<b>CNPJ:</b> 43.744.713/0001-72	<b>Número do Fistel:</b> 02008012603
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 05/11/1996	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Val. RF:</b> 05/11/2026
<b>Observações:</b> RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> RUA OSWALDO CRUZ	<b>Complemento:</b> TÉRREO	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 67	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16010040

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> RUA OSWALDO CRUZ	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 67	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16010040

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> RUA OSWALDO CRUZ, 01	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b> .	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16000000

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> RUA OSWALDO CRUZ, 67	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b> .	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16000000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP
<b>Latitude:</b> -21.205 (21° 12' 18.0" S)	<b>Longitude:</b> -50.43722 (50° 26' 14.0" W)

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 238	<b>Frequência:</b> 95.5 MHz	<b>Classe:</b> A4	<b>ERP:</b> 5kW
<b>Altura:</b> 150 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0



## Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 7804202						Número Indicativo: ZYD852					
Data Último Licenciamento:						Número da Licença:					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: -21.205 (21° 12' 18.0" S)				Longitude: -50.43722 (50° 26' 14.0" W)				Cota da base: 395.00 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 059678***0108						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: 5.000 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo:						Fabricante: FABRICANTE INDEFINIDO					
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB		Impedância: ohms					
Antena Principal											
Modelo:						Fabricante: FABRICANTE INDEFINIDO					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: .00 °		Orientação NV: 348.89 °		Polarização:		HCl: 63.5 m		ERP Máximo: 0 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 022786XXX0381						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: 1.000 kW					
Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms					
Antena Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCl: m		ERP Máximo: 0 kW	
Informações do documento de Outorga											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc		Natureza			
79641975	1223	Portaria	MC	29/10/1976	05/11/1976	Outorga		Jurídico			
Informações do documento de Aprovação de Locais											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc		Natureza			
377331977	16687	Portaria	Dentel	03/10/1977	07/10/1977	Aprovação de Local		Técnico			
Histórico de Documentos Emitidos											

Jul 17, 2020

2/3



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Anexo Mosaico (3716766)

SEI 01250-057368/2019-62 / pg. 178

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



LICENÇA PARA SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO SONORA  
EM FREQUÊNCIA MODULADA

00082

## IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA

CGC

43.744.713/0001-72

DENOMINAÇÕES DE FANTASIA

\*\*\*\*\*

LOCALIDADE

ARAÇATUBA

MUNICÍPIO

ARAÇATUBA

U.F.

SP

CANAL

238

FREQUÊNCIA (MHz)

95,5

CLASSE

A

P <sub>Média</sub> (kW)

8,82

HORÁRIO DE  
FUNCIONAMENTO

ILIMITADO

240 + 852

## LOCALIZAÇÃO

TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

ENDEREÇO

RUA OSWALDO CRUZ Nº 01

LOCALIDADE

ARAÇATUBA

MUNICÍPIO

ARAÇATUBA

U.F.

SP

COORD. GEOD. (km)

21º 12' 18" S

50º 26' 14" W

ESTÚDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO

RUA OSWALDO CRUZ Nº 67

LOCALIDADE

ARAÇATUBA

MUNICÍPIO

ARAÇATUBA

U.F.

SP

ESTÚDIO AUXILIAR

ENDEREÇO

\*\*\*\*\*

LOCALIDADE

\*\*\*\*\*

MUNICÍPIO

\*\*\*\*\*

U.F.

SP

## TRANSMISSORES

PRINCIPAL

FABRICANTE

HARRIS INTERTYPE CORPORATION

MODELO

FM - 5K

POTÊNCIA (kW)

5,0

CDD, DNTTEL

0596/78

AUXILIAR

FABRICANTE

WIK - TELECOMUNICAÇÕES LTDA

MODELO

SI - FMU-B

POTÊNCIA (kW)

1,0

CDD, DNTTEL

227/86

## SISTEMA IRRADIANTE

FABRICANTE

HARRIS INTERTYPE CORPORATION

MODELO

FMC - 4B

G<sub>MAX</sub> (dB)

3,064

G<sub>ST</sub> (m)

395

H<sub>CG</sub> (m)

63,5

AZ. MAIOR IRRAD.

DESCRIÇÃO

\*\*\*\*\*

ANTENA COMPOSTA DE 4 ELEMENTOS, COM POLARIZAÇÃO CIRCULAR

DATA DE EMISSÃO

21-09-92

DATA EMISSÃO 1ª LICENÇA

\*\*\*\*\*

CARIMBO

Chefe

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5e9327a53a3f>

SUF01256-037 Proq. 1a:62 / pg. 179 13647

2435bba5-9015-42c1-8b93-5e9327a53a3f









ENTIDADE

RAZÃO SOCIAL

RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA

26002

CGC

43 744 713/0001-72

IDENTIFICAÇÃO DA ESTAÇÃO

NÚMERO

IND. CHAMADA

CLAS.

CATEGORIA

SERVIÇO

ZYD 852

A

RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA

DENOMINAÇÃO AUTORIZADA

A MESMA ACIMA

CLASSIFICAÇÃO

TRANSMISSORA

ATO DE OUTORGA

DESCRIÇÃO

PORTARIA MC

NÚMERO

1 223

DATA DE ASSINATURA

29 10 1976

DATA DE PUBLICAÇÃO

05 11 1976

ENDEREÇO - OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES - VIDE VERSO -

LOGRADOURO (TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE)

RUA OSWALDO CRUZ

NÚMERO

1

COMPLEMENTO

BAIRRO

LOCALIDADE

ARAÇATUBA

MUNICÍPIO

ARAÇATUBA

UF

SP

IDGE

6070201

CEP

16100

CX. POSTAL

TELEFONE

ENDEREÇO DO ESTÚDIO

LOGRADOURO

RUA OSWALDO CRUZ

NÚMERO

67

COMPLEMENTO

BAIRRO

LOCALIDADE

ARAÇATUBA

MUNICÍPIO

ARAÇATUBA

UF

SP

IDGE

6070201

CEP

16100

CX. POSTAL

TELEFONE

CARACTERÍSTICAS DE EMISSÃO

FREQUÊNCIA

95,5 MHz

CANAL

238

POTÊNCIA KW

ERP

8,82

LARGURA

180

CLASSE

F3

HORÁRIO

ILIMITADO

TRANSMISSORES

COD. DENTEL

78/0596

MODELO

FM-5K

SÉRIE

FABRICANTE

HARRIS INTERTYPE CORPORATION

SISTEMA IRRADIANTE

TIPO DE ANTENA

ONIDIRECIONAL COM CIRCULARIDADE DE  $\pm 2$ dB - 4 ELEMENTOS

MODELO

FMC - 4B

FABRICANTE

HARRIS INTERTYPE CORPORATION

COORD. GEOGRÁFICAS

LATITUDE

N/S

LONGITUDE

POLARIZAÇÃO

21

12

18

S

50

26

14

CANAL

SEPARAÇÃO TOROM OT

FASE CORR. T.2-OM OT

ALTURA (METROS)

ALT. CENTRO SOLO TVFM

AZIMUTE MAIOR IRRAD.

INT. CAMPO MÍN. 1 KM-mV/m

INT. CAMPO MÁX. 1 KM-mV/m

3,064

63,5 S/BASE

AUTENTICAÇÃO DO DENTEL

EMITIDA EM

CARIMBO

25 DE SETEMBRO DE 1979

Autenticado eletronicamente, após conferência com original

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435dba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f/019-62/pg-181>

05 DE NOVEMBRO DE 1979

SERVOÇO DE LICENÇA DE RADIODIFUSÃO

2435dba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

**Data de Envio:**

04/08/2023 15:58:06

**De:**

MCOM/Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada <coato@mcom.gov.br>

**Para:**

cgfm@mcom.gov.br

**Assunto:**

Transferência Direta - Processo nº 01250.037368/2019-62 - Fistel nº 50415114624

**Mensagem:**

Senhor Coordenador - Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, encaminho os autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de:

(i) condenação de cassação da outorga deferida à RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA. (CNPJ nº 43.744.713/0001-72), para a execução do serviço de radiodifusão sonora, no município de Araçatuba, estado de São Paulo; e,

(ii) de processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão.

Obs.: a resposta deverá ser encaminhada para o e-mail rayane.cardoso@mcom.gov.br; coato@mcom.gov.br;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>



PORTARIA SETAD/MCTI Nº 6.919, DE 4 DE ABRIL DE 2023

Reconhece investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, de acordo com o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e a Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021, e reconhece a condição de bens e produtos desenvolvidos no País, de acordo com a Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria MCTI nº 4.584, de 24 de março de 2021, considerando as atribuições previstas na Portaria MCTI nº 4.514, de 02 de março de 2021, e na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, tendo em vista o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e conforme consta no Processo MCTI nº 01245.016483/2022-78, resolve:

Art. 1º Reconhecer que o produto e respectivos modelos abaixo descritos, desenvolvidos pela empresa Exatron Indústria Eletrônica Ltda, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 90.191.529/0001-22, atendem às condições de bens de informática ou automação desenvolvidos no País, nos termos da Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, e resultam de investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, nos termos da Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021:

I - Aparelho para sinalização acústica, baseado em técnica digital, modelo(s): LECO4004; LECA4950.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL

PORTARIA SETAD/MCTI Nº 6.920, DE 4 DE ABRIL DE 2023

Reconhece investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, de acordo com o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e a Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021, e reconhece a condição de bens e produtos desenvolvidos no País, de acordo com a Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria MCTI nº 4.584, de 24 de março de 2021, considerando as atribuições previstas na Portaria MCTI nº 4.514, de 02 de março de 2021, e na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, tendo em vista o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e conforme consta no Processo MCTI nº 01245.016636/2022-87, resolve:

Art. 1º Reconhecer que o produto e respectivo modelo abaixo descritos, desenvolvidos pela empresa Teracom Telemática S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 02.820.966/0001-09, atendem às condições de bens de informática ou automação desenvolvidos no País, nos termos da Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, e resultam de investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, nos termos da Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021:

I - Conversor estático de corrente contínua para corrente contínua, baseado em técnica digital, modelo(s): PSU 200 DC-B.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL

PORTARIA SETAD/MCTI Nº 6.922, DE 4 DE ABRIL DE 2023

Reconhece investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, de acordo com o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e a Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021, e reconhece a condição de bens e produtos desenvolvidos no País, de acordo com a Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria MCTI nº 4.584, de 24 de março de 2021, considerando as atribuições previstas na Portaria MCTI nº 4.514, de 02 de março de 2021, e na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, tendo em vista o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e conforme consta no Processo MCTI nº 01245.018312/2022-83, resolve:

Art. 1º Reconhecer que o produto e respectivo modelo abaixo descritos, desenvolvidos pela empresa Exatron Indústria Eletrônica Ltda, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 90.191.529/0001-22, atendem às condições de bens de informática ou automação desenvolvidos no País, nos termos da Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, e resultam de investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, nos termos da Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021:

I - Relé eletrônico, baseado em técnica digital, modelo: LERL4001.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL

PORTARIA SETAD/MCTI Nº 6.923, DE 4 DE ABRIL DE 2023

Reconhece investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, de acordo com o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e a Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021, e reconhece a condição de bens e produtos desenvolvidos no País, de acordo com a Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria MCTI nº 4.584, de 24 de março de 2021, considerando as atribuições previstas na Portaria MCTI nº 4.514, de 02 de março de 2021, e na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, tendo em vista o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e conforme consta no Processo MCTI nº 01245.018682/2022-11, resolve:

Art. 1º Reconhecer que o produto e respectivo modelo abaixo descritos, desenvolvidos pela empresa Khomp Indústria e Comércio Ltda, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 01.277.298/0001-44, atendem às condições de bens de informática ou automação desenvolvidos no País, nos termos da Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, e resultam de investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, nos termos da Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021:

I - Tradutor (conversor) de protocolos para interconexão de redes (Gateway), modelo(s): IED202.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCOM Nº 8.728, DE 15 DE MARÇO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.004437/2014-92, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2985/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00119/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à RÁDIO CULTURA DE LORENA LTDA (CNPJ nº 51.779.726/0001-05), nos termos da Portaria MVOP nº 626, datada em 8 de julho de 1946, publicada em 10 de julho de 1946, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Lorena, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

PORTARIA MCOM Nº 8.731, DE 15 DE MARÇO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no art. 90, inciso I do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.037939/2009-32, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 9926/2022/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 3787/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00827/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU:

Art. 1º Transferir a permissão outorgada à Metropolitana FM Ltda., inscrita no C.N.P.J. nº 12.867.529/0001-96, por meio Portaria nº 416, de 28 de setembro de 1988, publicada em 29 de setembro de 1988, para a SPC - Sistema Pernambucano de Comunicações Ltda., inscrita no C.N.P.J. nº 07.628.934/0001-11, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 07030050657, no município de Cabo de Santo Agostinho, estado de Pernambuco.

Art. 2º Os quadros societários e diretivos da cessionária, após a operação realizada, ficarão assim constituídos:

NOME	COTAS	VALOR - R\$
Bernardo Florentino Batista Silva	1.000.000	1.000.000,00
Mariana Florentino Batista Silva	1.000.000	1.000.000,00
TOTAL	2.000.000	2.000.000,00

NOME	CARGO
Bernardo Florentino Batista Silva	Administrador
Mariana Florentino Batista Silva	Administradora

Art. 3º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

PORTARIA MCOM Nº 8.734, DE 15 DE MARÇO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.044199/2013-77, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2533/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00133/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 2013, a concessão outorgada à RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA (CNPJ nº 43.744.713/0001-72), nos termos do Decreto nº 38.086, datado em 12 de outubro de 1955, publicado em 3 de dezembro de 1955, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Araçatuba, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

PORTARIA MCOM Nº 8.735, DE 15 DE MARÇO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.002860/2013-77, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 1811/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00120/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 2013, a concessão outorgada à RÁDIO BARÉ LTDA (CNPJ nº 04.561.767/0001-40), nos termos do Decreto nº 46.899, de 24 de setembro de 1959, publicado em 10 de outubro de 1959, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Manaus, estado do Amazonas.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 05152023041200025

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-4261-8b93-5c9327a53a3f>



[Menu Principal](#)Sistemas  
InterativosSRD >>> Relatórios >>> **Outorga** | [menu](#) [ajuda](#)**Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - OM**

UF: SP

Município: Araçatuba

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	Araçatuba	01/11/2003	01/11/2013
RADIO DIFUSORA DE ARACATUBA LTDA	Araçatuba	01/05/2004	01/05/2014
RADIO LUZ LTDA	Araçatuba	01/05/1994	01/05/2004

Usuário: - Data: **09/11/2015** Hora: **10:37:47**Registro **1** até **3** de **3** registrosPágina: [1] [Ir]  [Reg] [Tela Inicial](#) [Imprimir](#) [Exportar Excel](#)

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Anexo Validade da outorga (11047545)

SEI 01230.057368/2019-62 / pg. 184





# MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

*Rádio Cultura de Aracatuba*  
*(Aracatuba - SP)*  
*Tempo de Contrato*  
*OM*



## MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS Departamento de Administração Divisão de Orçamento

**Térmo de contrato celebrado com a Rádio Cultura de Aracatuba Limitada, para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias na cidade de Aracatuba, Estado de São Paulo.**

Aos dezessete dias do mês de março do ano de mil novecentos e cinquenta e seis, presentes neste Ministério o Senhor Capitão de Mar e Guerra Lúcio Martins Meira, Ministro de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, por parte do Governo Federal da República dos Estados Unidos do Brasil, e o Senhor Rael Ziller Ribeiro, na qualidade de procurador da Rádio Cultura de Aracatuba Limitada, declarou o Senhor Ministro que, de conformidade com o Decreto número trinta e oito mil e oitenta e seis, de doze de outubro de mil novecentos e cinquenta e cinco, publicado no *Diário Oficial* de três de dezembro do mesmo ano, retificado no de vinte e um seguinte e alterado pelo Decreto número trinta e oito mil quinientos e sessenta e sete de treze de janeiro de mil novecentos e cinquenta e seis, publicado no *Diário Oficial* de dezoito de dezembro do mesmo ano, fica outorgada concessão à Rádio Cultura de Aracatuba Limitada, nos termos do artigo onze, do Decreto número vinte e quatro mil seiscentos e cinquenta e cinco, de onze de julho de mil novecentos e trinta e quatro, e artigo dezessete do Decreto número vinte e um mil cento e onze, de primeiro de março de mil novecentos e trinta e dois, para estabelecer, na cidade de Aracatuba, Estado de São Paulo, sem direito de exclusividade, uma estação radiodifusora de ondas médias, destinada a executar os serviços de radiodifusão, observadas as cláusulas, abaixo transcritas, dispensada a caução, de conformidade com o artigo dezessete, do Decreto número vinte e um mil cento e onze, de primeiro de março de mil novecentos e trinta e dois, e o pagamento de selo, de acordo com a Circular número vinte e três, de seis de agosto de mil novecentos e quarenta e oito, do Gabinete do Senhor Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda: **Primeira** — Fica assegurada à Rádio Cultura de Aracatuba Limitada o direito de estabelecer, sem exclusividade, na cidade de Aracatuba, Estado de São Paulo, uma estação radiodifusora de ondas médias, destinada a executar os serviços de radiodifusão, com finalidade de cultura intelectual e instrutiva, sob a coordenação a todas as obrigações e exigências instituídas neste ato de concessão. **Segunda** — A presente concessão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos, sem prejuízo da validade que assegura a legislação vigente, ao Governo Federal de, em qualquer tempo, desapropriar, no interesse geral, o serviço outorgado. **Parágrafo único** — O presente contrato entrará em vigor a partir da data de seu registro pelo Tribunal de Contas, não responsabilizando o Governo Federal

por indenização alguma se por aqñe Instituto lhe for denegado registro. **Tercera** — A concessionária é obrigada a: a) constituir sua diretoria exclusivamente de brasileiros natos; b) admitir, exclusivamente, operadores e locutores brasileiros natos e bem assim a empregar, efetivamente, nos outros serviços técnicos e administrativos, dois terços no mínimo, de pessoal brasileiro; c) não transferir, direta ou indireta, a concessão; d) suspender, por tempo que for determinado, o serviço, todo ou em parte, nos casos previstos no regulamento dos serviços de radiocomunicação (Decreto número vinte e um mil cento e onze, de primeiro de março de mil novecentos e trinta e dois, ou no que vier a reger a matéria, e obedecer à primeira requisição da autoridade competente, e, havendo urgência, ceder o serviço em ato sucessivo, a intimação sem que por isso, assista a Sociedade direito a qualquer indenização; e) submeter-se ao regime de fiscalização que for instituído pelo Governo Federal, bem como ao pagamento, anualmente, da quota mensal para as despesas de fiscalização e de quaisquer contribuições que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento sobre a matéria; f) fornecer ao Departamento dos Correios e Telégrafos todos os elementos que este venha a exigir para os efeitos de fiscalização e, bem assim, prestar-lhe, em qualquer tempo, todas as informações que permitam ao Governo Federal apreciar o modo como está sendo executada a concessão; g) manter sempre em ordem e em dia o registro de todos os programas e irradiações lidas ao microfone, devidamente autenticadas e com o visto do órgão fiscalizador; h) obedecer às posturas municipais aplicáveis ao serviço de concessão; i) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico, bem como receber e transmitir, gratuitamente, nos dias e horas determinados, o programa panamericano e todos os programas da rede nacional; j) submeter, no prazo de três (3) meses, a contar da data do registro do contrato, pelo Tribunal de Contas, a aprovação do Governo Federal, a local escolhido para a instalação da estação; l) submeter, no prazo de seis (6) meses, a contar da data da aprovação do local à aprovação do Governo Federal, as plantas, orçamentos e todas as especificações técnicas das instalações, inclusive a relação minuciosa do material a empregar; m) inaugurar, no prazo de dois (2) anos, a contar da data da aprovação de que trata a alínea anterior, o serviço definitivo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo Federal; n) submeter-se à reserva do direito da União, sobre todo o acervo da Sociedade, para garantir a liquidação de qualquer débito para com ela; o) submeter-se à reserva de que a frequência distribuída à sociedade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas no regulamento dos serviços de radiocomunicação (Decreto número vinte e um mil cento e onze) ou em outro que vier a ser baixado sobre o assunto, incrimin

do sempre sobre essa frequência o direito de posse da União, e não ter-se, aos preceitos da legislação outorgada, bem como a todas as disposições contidas em leis, regulamentos e instruções que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço de concessão; q) manter, com a indispensável prioridade, a conformidade das instruções aprovadas pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, para a emergência expedidos, no interesse da segurança pública, pela autoridade local, e cuja retransmissão seja urgente e necessária à vida das autoridades e aos seus destinos, e, em caso de perturbações de ordem pública, a transmitir recomendações em nome da autoridade competente, para a evacuação de edifícios ou inundação, bem como

a divulgar instruções de emergência, no caso de incêndios, determinadas por acontecimentos imprevisíveis. **Quarta** — A concessionária não poderá alterar, em qualquer tempo, seus estatutos, nem fazer transferência de ações, sem que tenha havido prévia autorização do Governo Federal, assim como se obriga a manter sua estação em perfeito funcionamento, com a eficiência necessária, e de acordo com as prescrições técnicas que estiverem em vigor ou vierem a vigorar. **Quinta** — No regime de fiscalização que for instituído, fica assegurado ao Governo Federal, quando julgar conveniente, o direito de examinar, como melhor lhe aprouver, os livros, escrituração e tudo que for necessário a essa fiscalização. **Sexta** — Pela inobservância de qualquer das cláusulas, em que não esteja prevista a imediata caducidade da concessão o Governo Federal poderá, pelo órgão fiscalizador, impor à concessionária multa de Cr\$ 100,00 (cem reais) por Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) conforme a gravidade da infração. **Parágrafo único** — A importância de qualquer multa será recolhida à Tesoreria do Departamento dos Correios e Telégrafos, dentro do prazo improrrogável de trinta dias (30), a contar da data da notificação feita diretamente à concessionária ou da publicação do ato no *Diário Oficial*. **Sétima** — Em qualquer tempo, são aplicáveis à concessão os preceitos da legislação sobre desapropriação por necessidade ou utilidade pública e requisições militares. **Oitava** — A concessão será considerada extinta para todos os efeitos, sem prejuízo a qualquer indenização: a) se, no todo o tempo, for verificada inobservância das disposições contidas nas cláusulas b, c, d, e, (in fine), 7, 7 e 8 da cláusula terceira; b) se não forem pagas, dentro dos prazos estabelecidos, a quo-

*(Assinatura)*

2-4-1956

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f





MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Rádio Cultura de Aracatuba, fls. 257  
Aracatuba - SP Termo de  
(Contrato)

(Continuação)

ta e contribuições de que se refere a alínea e da cláusula terceira bem como a importância de qualquer multa imposta nos termos da cláusula sexta; c) se, em qualquer tempo, se verificar o emprego da estação para outros fins que não os determinados na concessão e permitidos pela legislação que reger a matéria. **Parágrafo primeiro** — Poderá a concessão ser declarada caduca, a juízo do Governo Federal, sem direito a qualquer indenização: a) se depois de estabelecido, for o serviço interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos, ou se se verificar a incapacidade da concessionária para executar o serviço, salvo motivo de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo Governo Federal; b) se a concessionária incidir reiteradamente em infrações passíveis de multa. **Parágrafo Segundo** — A concessão será considerada premissa se o Governo Federal não julgar conveniente renovar-lhe o prazo. E, por assim estarem de acordo, mandou o Senhor Ministro lavrar o presente termo, que depois de lido e achado conforme, assina com a parte interessada e com as testemunhas — Almira Teixeira Pacobahyba e Carmen Sodré Felício dos Santos, oficiais administrativos classe «A» do Quadro Um, Departamento de Administração, Divisão de Orçamento deste Ministério e, comigo, Nelly de Albuquerque Machado, oficial administrativo classe «H» do mesmo Quadro e Ministério, que o escrevi. Rio de Janeiro, dezoito de março de mil novecentos e cinquenta e seis. Assinados: Lúcio Meira, Rael Ziller Ribeiro, Almira Teixeira Pacobahyba, Carmen Sodré Felício dos Santos e Nelly de Albuquerque Machado. (N. 8.547 — 20-3-56 — Cr. 867.00)

J. O.  
2/4/1956

Justiça 18608/40  
2.º Lt. 19-5-56  
E. Barreira











Parágrafo único  
corrente desta concessão  
cláusulas que com  
publicadas pelo Minist  
dos Negócios da Viaçã  
oficiais, e deverá ser ass  
de 60 (sessenta) dias,  
data da publicação dest  
Diário Oficial, sob pena





# DECRETO LEGISLATIVO Nº 469, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DESPERTAR PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURAL E ARTÍSTICO DE CAMBUQUIRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cambuquira, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:  
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 824, de 17 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Despertar para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Cambuquira para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cambuquira, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

# DECRETO LEGISLATIVO Nº 470, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Una, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:  
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 902, de 22 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação dos Produtores Rurais para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Una, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

# DECRETO LEGISLATIVO Nº 471, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO DA APARECIDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uruará, Estado do Amazonas.

O Congresso Nacional decreta:  
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 916, de 22 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação dos Moradores do Bairro da Aparecida para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uruará, Estado do Amazonas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

# DECRETO LEGISLATIVO Nº 472, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à MEAC - MOVIMENTO ESPORTIVO AMADOR COQUEENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vitória do Mearim, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:  
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.221, de 30 de dezembro de 2008, que outorga autorização à MEAC - Movimento Esportivo Amador Coqueense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vitória do Mearim, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

# DECRETO LEGISLATIVO Nº 473, DE 2010

Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO COMUNICAÇÃO LMW LTDA-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:  
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere ao Decreto s/nº, de 17 de julho de 2009, que outorga concessão à Rádio Comunicação LMW Ltda-ME para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

# DECRETO LEGISLATIVO Nº 474, DE 2010

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:  
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere ao Decreto s/nº, de 12 de junho de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 2009, a concessão outorgada à Rádio Cultura de Araçatuba Ltda para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

# DECRETO LEGISLATIVO Nº 475, DE 2010

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO BARRETOES LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barretos, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:  
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere ao Decreto s/nº, de 27 de fevereiro de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2009, a concessão outorgada à Rádio Barretos Ltda para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barretos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

# DECRETO LEGISLATIVO Nº 476, DE 2010

Aprova o ato que outorga concessão à DIFUSORA NATUREZA FM LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Miguel Arcanjo, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:  
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 875, de 19 de dezembro de 2008, que outorga concessão à Difusora Natureza FM Ltda para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de

exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Miguel Arcanjo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

# DECRETO LEGISLATIVO Nº 477, DE 2010

Aprova o ato que outorga concessão à DIFUSORA NATUREZA FM LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:  
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.012, de 23 de dezembro de 2008, que outorga concessão à Difusora Natureza FM Ltda para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

# DECRETO LEGISLATIVO Nº 478, DE 2010

Aprova o ato que outorga concessão à Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda - SIR para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Corrente, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:  
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 988, de 23 de dezembro de 2008, que outorga concessão à Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda - SIR para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Corrente, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

# DECRETO LEGISLATIVO Nº 479, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DE APIACAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apiacás, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:  
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.214, de 30 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação de Amigos de Apiacás para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apiacás, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 2010.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:







## DECRETO DE 12 DE JUNHO DE 2009

Renova a concessão outorgada a Rádio Cultura de Aracaju Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Aracaju, Estado do São Paulo.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 66 da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 66, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000/025555/2003,

## DECRETA:

Art. 1º Esta renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 14 de novembro de 2009, a concessão para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Aracaju, Estado do São Paulo, outorgada a Rádio Cultura de Aracaju Ltda. pelo Decreto nº 38.086, de 12 de outubro de 1955, com renovação conferida pelo Decreto de 29 de setembro de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 2 de outubro de 2000, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 212, de 11 de setembro de 2002.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de junho de 2009, 188ª da Independência e 121ª da República.

LUIZ INACIO LULA DA SILVA  
Presidente

## DECRETO DE 12 DE JUNHO DE 2009

Renova a concessão outorgada a Rádio Tab de Nova Aurora Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Nova Aurora, Estado do Paraná.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 66 da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 66, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000/001050/2006,

## DECRETA:

Art. 1º Esta renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 14 de maio de 2009, a concessão outorgada a Rádio Tab de Nova Aurora Ltda. por meio do Decreto nº 92.516, de 4 de abril de 1986, renovada pelo Decreto de 24 de abril de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 659, de 29 de agosto de 2004, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Nova Aurora, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de junho de 2009, 188ª da Independência e 121ª da República.

LUIZ INACIO LULA DA SILVA  
Presidente

## DECRETO DE 12 DE JUNHO DE 2009

Renova a concessão outorgada a Rádio Fátima Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 66 da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 66, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000/007050/2004,

## DECRETA:

Art. 1º Esta renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 14 de maio de 2009, a concessão outorgada a Rádio Fátima Ltda. pela Portaria MVOF nº 428, de 26 de junho de 1990, e renovada pelo Decreto de 13 de junho de 2001, publicado no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2001, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 505, de 17 de agosto de 2004, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de junho de 2009, 188ª da Independência e 121ª da República.

LUIZ INACIO LULA DA SILVA  
Presidente

## DECRETO DE 12 DE JUNHO DE 2009

Renova a concessão outorgada a Rádio Difusora de São João Nepomuceno Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de São João Nepomuceno, Estado de Minas Gerais.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 66 da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 66, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e o que consta do Processo Administrativo nº 50710/00629/1994 e 53000/031976/2004,

## DECRETA:

Art. 1º Esta renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 14 de maio de 2009, a concessão outorgada a Rádio Difusora de São João Nepomuceno Ltda. pela Portaria MVOF nº 772, de 24 de novembro de 1952, e renovada pelo Decreto nº 90.422, de 8 de novembro de 1981, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de São João Nepomuceno, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de junho de 2009, 188ª da Independência e 121ª da República.

LUIZ INACIO LULA DA SILVA  
Presidente

## DECRETO DE 12 DE JUNHO DE 2009

Renova a concessão outorgada a Rádio Matador Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 66 da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 66, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000/022610/2005,

## DECRETA:

Art. 1º Esta renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 14 de novembro de 2009, a concessão outorgada a Rádio Matador Ltda. pelo Decreto nº 47.250, de 17 de novembro de 1959, renovada pelo Decreto de 16 de setembro de 1994, publicado no Diário Oficial da União de 19 de setembro de 1994, e aprovada pelo Decreto Legislativo nº 26, de 13 de agosto de 1996, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de junho de 2009, 188ª da Independência e 121ª da República.

LUIZ INACIO LULA DA SILVA  
Presidente

## DECRETO DE 12 DE JUNHO DE 2009

Renova a concessão outorgada a Rádio Matador Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Fátima, Estado do Rio Grande do Sul.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 66 da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 66, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000/01810/2004,

## DECRETA:

Art. 1º Esta renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 14 de maio de 2009, a concessão outorgada a Rádio Matador Ltda. pela Portaria MVOF nº 113, de 28 de janeiro de 1955, e renovada pelo Decreto de 30 de janeiro de 1998, publicado no Diário Oficial da União de 2 de fevereiro de 1998, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 92, de 16 de maio de 2007, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Fátima, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de junho de 2009, 188ª da Independência e 121ª da República.

LUIZ INACIO LULA DA SILVA  
Presidente

## DECRETO DE 12 DE JUNHO DE 2009

Declara peremptória a concessão outorgada a Rádio Progresso de Contenda Ltda., com exceção do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Contenda, Estado do Paraná.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 66 da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 66, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e o que consta do Processo Administrativo nº 53.650/000259/2004,

## DECRETA:

Art. 1º Esta declarada peremptória a concessão outorgada pelo Decreto nº 84.196, de 12 de novembro de 1979, a Rádio Progresso de Contenda Ltda., no Município de Contenda, Estado do Paraná, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias.

Art. 2º A peremptória somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 2º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de junho de 2009, 188ª da Independência e 121ª da República.

LUIZ INACIO LULA DA SILVA  
Presidente







# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

## República Federativa do Brasil

## Imprensa Nacional

Ano CXXXIX Nº 177

Brasília - DF, quinta-feira, 12 de setembro de 2002 R\$ 4,46



SEÇÃO

1

## Sumário

	PÁGINA
Ato do Congresso Nacional	1
Ato do Poder Executivo	2
Presidência da República	14
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	15
Ministério da Ciência e Tecnologia	19
Ministério da Cultura	19
Ministério da Defesa	19
Ministério da Educação	19
Ministério da Fazenda	19
Ministério da Integração Nacional	117
Ministério da Justiça	318
Ministério da Previdência e Assistência Social	323
Ministério da Saúde	333
Ministério das Comunicações	333
Ministério de Minas e Energia	333
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	365
Ministério do Meio Ambiente	373
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	376
Ministério do Trabalho e Emprego	378
Ministério dos Transportes	378
Ministério Público da União	379
Tribunal de Contas da União	380
Poder Legislativo	463
Poder Judiciário	477
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	478

## Ato do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 208, DE 2002

Aprova o ato que renova a concessão da FUNDACÃO NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Bragança, Estado do Pará.

## O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 316, de 29 de setembro de 2000, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1993, a concessão da Fundação Nossa Senhora do Rosário para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Bragança, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 11 de setembro de 2002  
Senador EDISON LOBÃO  
Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 209, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO RADIOCLUBE JORNAL MEIA PONTE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piratópolis, Estado de Goiás.

## O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 634, de 5 de outubro de 2000, que autoriza a Associação Radioclube Jornal Meia Ponte a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piratópolis, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 11 de setembro de 2002  
Senador EDISON LOBÃO  
Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 210, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RADIO NOVA FM DE BERNARDINO DE CAMPOS - ACRNBC/FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bernardino de Campos, Estado de São Paulo.

## O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 316, de 5 de julho de 2000, que autoriza a Associação Comunitária Rádio Nova FM de Bernardino de Campos - ACRNBC/FM a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bernardino de Campos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 11 de setembro de 2002  
Senador EDISON LOBÃO  
Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 211, DE 2002

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDACÃO CEARENSE DE PESQUISA E CULTURA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

## O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 31 de 31 de julho de 2000, que renova por dez anos, a partir de 5 de maio de 1991, a permissão outorgada à Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 11 de setembro de 2002  
Senador EDISON LOBÃO  
Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 212, DE 2002

Aprova o ato que renova a concessão da RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.

## O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 29 de setembro de 2000, que renova por dez anos, a partir de 1º de novembro de 1995, a concessão da Rádio Cultura de Araçatuba para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 11 de setembro de 2002  
Senador EDISON LOBÃO  
Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência

## SEGURANÇA E AUTENTICIDADE



O acesso às informações oficiais no site da Imprensa Nacional tem a segurança da Certificação Digital da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira: ICP-Brasil.

Saiba mais em [www.in.gov.br](http://www.in.gov.br).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Anexo Ato de Outorga (P1077340)

SEI 01250-03/308/2019-62 / pg. 192

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



**DECRETA:**

Art. 1º Fica renovada a concessão das entidades abaixo mencionadas, para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de dez anos, serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I **EMPRESA DE COMUNICAÇÃO SAMPAIO LTDA.**, a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas, outorgada originariamente a Rádio Educadora Sampaio Ltda., atualmente denominada Sampaio Rádio e Televisão Ltda., conforme Portaria CONTEL nº 131, de 25 de novembro de 1964, renovada pelo Decreto nº 91.670, de 20 de setembro de 1985, e transferida pelo Decreto de 18 de julho de 1997, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 53610.000148/94),

II **RADIO ANHANGUERA S/A**, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, outorgada pelo Decreto nº 37.338, de 13 de maio de 1955, e renovada pelo Decreto nº 89.472, de 21 de março de 1984 (Processo nº 29670.000236/93),

III **RADIO RIVIERA LTDA.**, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, outorgada pelo Decreto nº 926, de 27 de abril de 1962, e renovada pelo Decreto nº 89.534, de 9 de abril de 1984 (Processo nº 29670.000410/93),

IV **RADIO BURITI LTDA.**, a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Rio Verde, Estado de Goiás, outorgada originariamente a Rádio Difusora Brasileira S/A, pela Portaria MVOP nº 285, de 28 de maio de 1956, transferida para a Rádio Difusora de Rio Verde Ltda., mediante Portaria nº 63, de 23 de abril de 1981, renovada pelo Decreto nº 89.592, de 27 de abril de 1984, transferida para a Rádio Sudoeste AM Ltda., conforme Decreto nº 93.576, de 13 de novembro de 1986, e transferida para a concessionária de que trata este inciso pelo Decreto de 4 de junho de 1996 (Processo nº 29670.000455/93),

V **SOCIEDADE MINEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA.**, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, outorgada pelo Decreto nº 48.089, de 8 de abril de 1960, e renovada pelo Decreto nº 89.231, de 22 de dezembro de 1983 (Processo nº 50710.000746/93),

VI **RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA.**, a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Apucarana, Estado do Paraná, outorgada pela Portaria MVOP nº 668, de 24 de novembro de 1958, e renovada pelo Decreto nº 91.822, de 22 de outubro de 1985 (Processo nº 53740.000026/94),

VII **RADIO CIDADE DE CURITIBA LTDA.**, a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, outorgada pela Portaria MVOP nº 719, de 02 de setembro de 1955, e renovada pelo Decreto nº 90.278, de 3 de outubro de 1984 (Processo nº 53740.000002/94),

VIII **RADIO JAGUARIAÍVA LTDA.**, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Jaguariá, Estado do Paraná, outorgada pelo Decreto nº 850, de 06 de abril de 1962, e renovada pelo Decreto nº 89.007, de 16 de novembro de 1983 (Processo nº 53740.000034/93),

IX **DIFUSORAS DE PERNAMBUCO LTDA.**, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Limoeiro, Estado de Pernambuco, originariamente outorgada a Empresa Jornal do Comércio S/A, mediante Decreto nº 38.564, de 13 de janeiro de 1956, transferida para a Emissoras Guararapes Ltda., conforme Decreto nº 82.789, de 4 de dezembro de 1978, e renovada e transferida para a concessionária de que trata este inciso pelo Decreto nº 91.385, de 1º de julho de 1985 (Processo nº 29103.000445/93),

X **DIFUSORAS DE PERNAMBUCO LTDA.**, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Pesqueira, Estado de Pernambuco, originariamente outorgada a Empresa Jornal do Comércio S/A, mediante Decreto nº 27.901, de 21 de março de 1950, transferida para a Emissoras Guararapes Ltda., pelo Decreto nº 82.788, de 4 de dezembro de 1978, renovada e transferida para a concessionária de que trata este inciso pelo Decreto nº 91.386, de 1º de julho de 1985 (Processo nº 29103.000444/93),

XI **FUNDAÇÃO EMISSORA RURAL A VOZ DO SÃO FRANCISCO**, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Petrolina, Estado do Pernambuco, mediante Decreto nº 821, de 2 de abril de 1962, e renovada pelo Decreto nº 92.775, de 12 de junho de 1986 (Processo nº 29103.000204/93),

XII **RADIO CLUBE DE PERNAMBUCO S/A**, a partir de 1º de maio de 1993, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, outorgada pelo Decreto nº 402, de 31 de outubro de 1935, e renovada pelo Decreto nº 89.778, de 13 de junho de 1984 (Processo nº 29103.000028/93),

XIII **RADIO TAMANDARÉ S/A**, a partir de 1º de maio de 1993, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, outorgada pelo Decreto nº 27.634, de 27 de dezembro de 1949, e renovada pelo Decreto nº 94.181, de 6 de abril de 1987 (Processo nº 29650.000014/93),

XIV **SOCIEDADE RADIO EMISSORA CONTINENTAL DO RECIFE LTDA.**, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, outorgada pelo Decreto nº 43.901, de 13 de junho de 1958, e renovada pelo Decreto nº 90.418, de 8 de novembro de 1984 (Processo nº 29103.000448/93),

XV **RADIO CULTURA FLUMINENSE LTDA.**, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro, outorgada pelo Decreto nº 1.116, de 25 de setembro de 1936, e renovada pelo Decreto nº 91.750, de 4 de outubro de 1985 (Processo nº 53770.000251/93),

XVI **S/A RADIO TUPI**, a partir de 1º de maio de 1993, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, outorgada pelo Decreto nº 29.238, de 29 de janeiro de 1951, e renovada pelo Decreto nº 89.510, de 4 de abril de 1984 (Processo nº 50770.000119/93),

XVII **RADIO RURAL DE CONCORDIA LTDA.**, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Condição, Estado de Santa Catarina, originariamente outorgada a Rádio Rural de Condição Ltda., mediante Decreto nº 47.807, de 20 de fevereiro de 1960, transferida para a Fundação Rádio Rural, conforme Decreto nº 86.269, de 5 de agosto de 1981, renovada pelo Decreto nº 88.581, de 2 de agosto de 1983, e transferida pelo Decreto de 25 de maio de 1999, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 50820.000633/93),

XVIII **RADIO CULTURA AM S/A**, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, originariamente outorgada a Rádio Anita Garibaldi S/A, pelo Decreto nº 37.336, de 12 de maio de 1955, transferida para a Rádio e Televisão Cultura S/A, conforme Decreto nº 77.627, de 9 de março de 1976, renovada pelo Decreto nº 89.007, de 16 de novembro de 1983, e

transferida para a concessionária de que trata este inciso pelo Decreto de 17 de julho de 1993 (Processo nº 50820.000633/93)

XIX **RADIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA.**, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, outorgada pelo Decreto nº 38.086, de 12 de outubro de 1955, e renovada pelo Decreto nº 89.472, de 21 de março de 1984 (Processo nº 50830.001000/93),

XX **RADIO EDUCADORA DE CAMPINAS LTDA.**, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, outorgada pelo Decreto nº 1.238, de 25 de junho de 1962, e renovada pelo Decreto nº 93.261, de 17 de setembro de 1986 (Processo nº 50830.000940/93),

XXI **RADIO EMISSORA CONVENÇÃO DE ITU S/C LTDA.**, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Itú, Estado de São Paulo, outorgada originariamente à Rádio Emissora Convenção de Itú S/A, conforme Decreto nº 22.387, de 31 de dezembro de 1946, renovada pelo Decreto nº 91.746, de 4 de outubro de 1985, e autorizada a mudar a sua denominação social e tipo societário para a atual, conforme inciso (Processo nº 50830.000807/93),

XXII **RADIO DIÁRIO DE MOGI LTDA.**, a partir de 1º de maio de 1993, na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria MVOP nº 867, de 30 de setembro de 1946, e renovada pelo Decreto nº 91.748, de 4 de outubro de 1985 (Processo nº 50830.000097/93),

XXIII **RADIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA.**, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, outorgada originariamente à Rádio e Televisão Bandeirantes S/A, pelo Decreto nº 1.239, de 25 de junho de 1962, renovada pelo Decreto nº 91.746, de 4 de outubro de 1985, e autorizada a mudar a sua denominação social e tipo societário para a atual, conforme Portaria nº 43, de 4 de fevereiro de 1987 (Processo nº 50830.000966/93)

Art. 2º Fica renovada a concessão das entidades abaixo mencionadas, para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de dez anos, serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas:

I **SOCIEDADE RADIO GUARUJÁ LTDA.**, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, outorgada pelo Decreto nº 38.569, de 14 de janeiro de 1956, e renovada pelo Decreto nº 88.890, de 19 de outubro de 1983 (Processo nº 50820.000540/93),

II **FUNDAÇÃO CÁSPER LÍBERO**, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, outorgada pelo Decreto nº 31.057, de 30 de junho de 1952, e renovada pelo Decreto nº 91.747, de 4 de outubro de 1985 (Processo nº 50830.000993/93)

Art. 3º Fica renovada, por dez anos, a partir de 1º de maio de 1993, a concessão para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda tropical:

I **FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO**, a partir de 1º de maio de 1993, na cidade de Bragança, Estado do Pará, outorgada originariamente à Rádio Educadora de Bragança Ltda., renovada pelo Decreto nº 91.744, de 4 de outubro de 1985, e transferida pelo Decreto de 23 de janeiro de 1997, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 50720.000226/93),

II **FUNDAÇÃO EMISSORA RURAL A VOZ DO SÃO FRANCISCO**, a partir de 1º de maio de 1993, na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco, outorgada pelo Decreto nº 820, de 2 de abril de 1962, e renovada pelo Decreto nº 92.776, de 12 de junho de 1986 (Processo nº 29103.000016/93)

Art. 4º A exploração do serviço de radiodifusão, cujas concessões são renovadas por este Decreto, rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos

Art. 5º A renovação da concessão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Brasília, 29 de setembro de 2000, 179ª da Independência e 112ª da República

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
Pimenta da Veiga

DECRETO DE 29 DE SETEMBRO DE 2000.

Outorga à ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S/A concessão para exploração do serviço público de transmissão de energia elétrica, relativo a linha de transmissão Campos Novos - Blumenau e instalações vinculadas, localizada em Municípios do Estado de Santa Catarina, e das outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição e tendo em vista o disposto nas Leis nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e 9.074, de 7 de julho de 1995, e o que consta do Processo nº 48500.004744/99-39.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica outorgada a ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S/A concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, para implantação, operação e manutenção da linha de transmissão Campos Novos - Blumenau, em 525 kV, com 252,5 km de extensão, do autotransformador em 525/230 kV na subestação de Blumenau, das entradas de linha, das conexões do autotransformador, da interligação de barra na subestação de Campos Novos e instalações vinculadas, localizadas nos Municípios de Campos Novos, Curitibaanos, Taio, Rio do Oeste, Presidente Getúlio, Dona Ermina, Itirama, Benedito Novo, Timbo, Pomerode e Blumenau, no Estado de Santa Catarina





D.O.21.22.0384



Decreto n.º 89.472 de 21 de março de 1984

Renova por 10 (dez) anos as concessões outorgadas às entidades relacionadas em anexo para explorarem serviços de radiodifusão sonora em onda média, nas cidades e unidades da Federação indicadas.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, combina do com o artigo 8º, item XV, letra "a", da Constituição, e nos termos do artigo 6º, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos MC nºs 130.522/83, 172.819/83, 130.330/83, 100.336/83, 171.571/83, 130.329/83 e 172.695/83, decreta:

Art. 1º - Ficam, de acordo com o artigo 3º, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e artigo 2º, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, renovadas por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 1983, as concessões outorgadas às entidades relacionadas neste artigo, junto com os seus demais elementos identificadores, para explorarem, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

- Ato de Outorga: Decreto nº 818, de 02 de abril de 1962.  
Entidade: FUNDAÇÃO SANTA LUZIA DE MOSSORÓ.  
Cidade: Mossoró  
Unidade da Federação: Rio Grande do Norte.
- Ato de Outorga: Decreto nº 19.398, de 10 de agosto de 1945.  
Entidade: RÁDIO DIFUSORA TAUBATÉ LTDA.  
Cidade: Taubaté  
Unidade da Federação: São Paulo.
- Ato de Outorga: Decreto nº 415, de 22 de dezembro de 1961.  
Entidade: RÁDIO PAULISTA LTDA.  
Cidade: Recife  
Unidade da Federação: Pernambuco.
- Ato de Outorga: Decreto nº 37.338, de 13 de maio de 1955.  
Entidade: RÁDIO ANHANGUERA S/A.  
Cidade: Goiânia  
Unidade da Federação: Goiás.

*[Assinatura]*



- Ato de Outorga: Decreto nº 31.486, de 19 de setembro de 1952.  
Entidade: RÁDIO EXCELSIOR S.A. ✓  
Cidade: São Paulo  
Unidade da Federação: São Paulo.
- Ato de Outorga: Decreto nº 46.226, de 16 de janeiro de 1959  
Entidade: RÁDIO PAULISTA LTDA.  
Cidade: Paulista  
Unidade da Federação: Pernambuco.
- Ato de Outorga: Decreto nº 38.086, de 12 de outubro de 1955  
Entidade: RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA.  
Cidade: Araçatuba  
Unidade da Federação: São Paulo.

Parágrafo único - A execução do serviço de radiodifusão sonora, cujas outorgas são renovadas por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais as entidades aderiram previamente.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, DF,                      de                      de 1984; 163º da Independência e 96º da República.





**Publicado no D.O.U.  
de 28/ 06/ 2017,  
Seção: III, Página: 07**

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA., OBJETIVANDO A ADAPTAÇÃO DA OUTORGA PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NO MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA, ESTADO DE SÃO PAULO.

Aos VINTE E TRÊS dias do mês de JUNHO do ano dois mil e DEZESSETE, a **UNIÃO**, representada pelo Ministro de Estado da Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, **GILBERTO KASSAB**, e a **RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA.**, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, C.N.P.J. n.º 43.744.713/0001-72, representada por seu Procurador, **Nivaldo Quessa**, inscrito no RG. n.º 4.570.765-0, SSP/SP, CPF n.º 311.842.438-91, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA objetivando a adaptação da outorga para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Araçatuba, estado de São Paulo, decorrente da concessão outorgada à Rádio Cultura de Araçatuba Ltda., por meio do Decreto n.º 38.086, de 12 de outubro de 1955, para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Araçatuba, estado de São Paulo. A execução do serviço, objeto do presente Termo, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, pelo Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, pelo Contrato de Concessão e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula 1ª.** Fica outorgado à Rádio Cultura de Araçatuba Ltda., o canal 294 (duzentos e noventa e quatro), Classe B1 correspondente à frequência 106,7 MHz, destinado à execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos previstos no Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013.

§ 1º. A celebração deste Termo Aditivo não altera os prazos e condições previstos no Contrato de Concessão, inclusive no que concerne à localidade de execução do serviço e ao seu prazo de vigência, sem prejuízo de sua renovação, nos termos da legislação em vigor.

§ 2º. Enquanto não estiver concluído o processo de renovação n.º 53900.043600/2016-51, a execução do serviço será mantida em caráter precário, podendo ou não a renovação vir a se concretizar

**Cláusula 2ª.** A PERMISSIONÁRIA é obrigada a:

a) publicar o extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial da União no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de sua assinatura;

b) apresentar projeto de aprovação de locais e uso de equipamentos ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contado da publicação do extrato do presente Termo Aditivo;

c) após instalada a estação de transmissão, requerer ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações a expedição de Licença para Funcionamento de Estação;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

1 d

https://infopleg-autenticadetrassinatura.camara-leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

SEI 01250.037868/2019-62 / pg. 196

22/06/2017 08:57

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



**d)** iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação do ato de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União;

**Cláusula 3ª.** O canal de radiofrequência outorgado à PERMISSIONÁRIA, para a prestação do serviço objeto do presente Termo Aditivo, não constitui direito de propriedade e ficará sujeito às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

**§ 1º** O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a PERMISSIONÁRIA atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

**§ 2º** O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição dos canais de radiofrequência outorgados, por motivo de ordem técnica, defesa nacional, necessidade dos serviços federais ou para melhor aproveitamento do espectro radioelétrico.

**§ 3º** A substituição de canal de radiofrequência poderá se dar, ainda, a requerimento da PERMISSIONÁRIA, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou autorizadas.

**Cláusula 4ª.** O não cumprimento dos prazos estabelecidos nas alíneas “a”, “b” e “d” da Cláusula 2ª caracterizará o desinteresse da PERMISSIONÁRIA na adaptação da outorga, implicando a revogação da outorga do respectivo canal de radiofrequência para operação em frequência modulada.

**Cláusula 5ª.** Findo o prazo da permissão para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, se não houver renovação e esta for declarada perempta ou, ainda, se antes de vencido o prazo de outorga for a concessão cancelada ficará o presente Termo Aditivo automaticamente rescindido, sem que a PERMISSIONÁRIA tenha direito a qualquer indenização ou retorno das operações em ondas médias.

**Cláusula 6ª.** As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste Termo Aditivo.

**Cláusula 7ª.** Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes do Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Ondas Médias no município de **Araçatuba**, estado de **São Paulo**.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Termo Aditivo de Contrato de Concessão, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vai assinado pelas partes perante 2 (duas) testemunhas.

**Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,  
Inovações e Comunicações**



**Permissionária**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadassinatura.camara-leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

22/06/2017 08:57

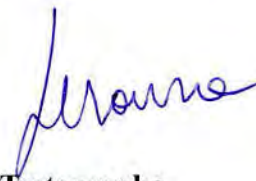
Termo Aditivo de Contrato - Adaptação de OMP/FM (11047332) - SEI 01250.037368/2019-62 / pg. 197

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



  
\_\_\_\_\_

Testemunha

  
\_\_\_\_\_

Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 21/06/2017, às 21:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1972045** e o código CRC **8E1F493D**.

Referência: Processo nº 53000.018631/2014-55

SEI nº 1972045





LICENÇA PARA SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA  
EM ONDA MÉDIA

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

RÁDIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA

43.744.713/0001-72

DENOMINAÇÕES DE FANTASIA

\*\*\*\*\*

LOCALIDADE

ARACATUBA

MUNICÍPIO

ARACATUBA

U.F.

SP

FREQUÊNCIA (kHz)

1340

POTÊNCIA (kW)

5,0/0,5

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

ILIMITADO

IND. DE CHAMADA

ZYK-543

LOCALIZAÇÃO

TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

ENDEREÇO

FAZENDA TRÊS MENINAS

LOCALIDADE

ARACATUBA

MUNICÍPIO

ARACATUBA

U.F.

SP

COORD. GEOGRÁF.

21°12'S

50°26'W

ESTÚDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO

RUA OSWALDO CRUZ, 67

LOCALIDADE

ARACATUBA

MUNICÍPIO

ARACATUBA

U.F.

SP

ESTÚDIO AUXILIAR

ENDEREÇO

\*\*\*\*\*

LOCALIDADE

\*\*\*\*\*

TRANSMISSORES

PRINCIPAL

FABRICANTE

SNE-SOCIEDADE NACIONAL DE ELETRÔNICA LTDA

RCA-RÁDIO CORPORATION OF AMERICA (NOTURNO)

MODELO

BTA-5000T

BTA-1L

POTÊNCIA (kW)

5,0/0,5

1,0/0,5

CÓD. DENTEL

0416/84

0722/81

AUXILIAR

FABRICANTE

RCA-RÁDIO CORPORATION OF AMERICA

MODELO

BTA-1L

POTÊNCIA (kW)

1,0/0,5

CÓD. DENTEL

0722/81

SISTEMA IRRADIANTE

TIPO

ONIDIRECIONAL

TORRES

1

H (m)

63

AZ 21 (°)

\*\*\*\*\*

AZ 31 (°)

\*\*\*\*\*

S<sub>21</sub> (m)

\*\*\*\*\*

S<sub>31</sub> (m)

\*\*\*\*\*

Ψ 21 (°)

\*\*\*\*\*

Ψ 31 (°)

\*\*\*\*\*

I<sub>2</sub>/I<sub>1</sub>

\*\*\*\*\*

I<sub>3</sub>/I<sub>1</sub>

\*\*\*\*\*

SISTEMA DE TERRA

120 RADIAIS DE 60 METROS DE COMPRIMENTO, ESPACADAS DE 3 EM 3 GRAUS

DATA DE EMISSÃO

29.08.85

DATA EMISSÃO 1ª LICENÇA

\*\*\*\*\*

CARIMBO E ASSINATURA

Assinatura de Daniel de Assunção da Silva  
Diretor da Divisão Regional  
de DENTEL em São Paulo



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

/SPO/SLJ/smcn

2.172.695/83

24355665-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



Todos ▾Download Canais

2 total de registros | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtros

Ações	Status ▾	CNPJ ▾	Entidade ▾	NumFistel ▾	Carater ▾	Finalidade ▾	Serviço ▾	Num Serviço ▾	UF ▾	Município ▾	Local Especifico ▾	Canal ▾	Dec ▾	Frequência ▾	Classe ▾	Categoria da Estação ▾	Latitude ▾	Longitude ▾	ERP ▾	HCI ▾	Fistel Geradora ▾	Fase ▾	Data ▾	ID Estaçã
		43744713000172				(Todos) ▾																		
Ver Estações ▾ ▾	FM-C4 (Canal Licenciado)	43744713000172	RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA - ME	02008012603	P	Comercial	FM	230	SP	Araçatuba		238		95.5	A4	Principal	21° 12' 19.91" S	50° 26' 18.31" W	9.0239	65		2	2023-05-05 21:50:32	
Ver Estações ▾ ▾	FM-C4 (Canal Licenciado)	43744713000172	RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA	50415114624	P	Comercial	FM	230	SP	Araçatuba		294		106.7	B1	Principal	21° 14' 21.59" S	50° 24' 28.40" W	5.7601	46		1	2023-04-13 09:45:22	

Id solicitação: 57dbac58844ee

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA - ME	
<b>Nome Fantasia:</b>	
<b>Telefone:</b> (18) 2103-5967	<b>E-mail:</b> aracatubense@terra.com.br
<b>CNPJ:</b> 43.744.713/0001-72	<b>Número do Fistel:</b> 50415114624
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 01/11/2003	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> 01/11/2023	
<b>Observações:</b> Ato nº 1401, de 18/05/2016, publicado na Seção 1, p.7, do DOU de 25/05/2016.	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> RUA OSWALDO CRUZ	<b>Complemento:</b> TÉRREO	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 67	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16010040

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> Senador Teotônio Vilela	<b>Complemento:</b> RODOVIA	
<b>Bairro:</b> Alvorada	<b>Numero:</b> S/Nº	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16016500

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> Marechal Deodoro	<b>Complemento:</b> SOBRE LOJA	
<b>Bairro:</b> Centro	<b>Numero:</b> 675A	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16010301

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 294	<b>Frequência:</b> 106.7 MHz	<b>Classe:</b> B1	<b>ERP Máxima:</b> 5.7601kW
<b>HCI:</b> 46 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 1

## Informações da Estação



23/15/08/53 Eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Anexo Mosaico (1104/346)

SEI 01230-057306/2019-62 / pg. 201

Informações Gerais	
<b>Número da Estação:</b> 1006381179	<b>Número Indicativo:</b> ZYE482
<b>Data Último Licenciamento:</b> 20/09/2022	<b>Número da Licença:</b> 53500.291076/2022-83

Estação Principal		
Localização		
<b>Latitude:</b> 21° 14' 21.59" S	<b>Longitude:</b> 50° 24' 28.40" W	<b>Cota da base:</b> 396.5 m

Transmissor Principal	
<b>Código Equipamento:</b> 002850402252	<b>Modelo:</b> FM 3000
<b>Fabricante:</b> Marcelo Amorim de Godoy -EPP	<b>Potência de Operação:</b> 1.99 kW

Linha de Transmissão Principal			
<b>Modelo:</b> LCF15850JL	<b>Fabricante:</b> RFS- RADIO FREQUENCY SYSTEMS		
<b>Comprimento da Linha:</b> 55 m	<b>Atenuação:</b> 0.735 dB/100m	<b>Perdas Acessórias:</b> 0.5 dB	<b>Impedância:</b> 50 ohms

Antena Principal					
<b>Modelo:</b> AQV-4 ELEM	<b>Fabricante:</b> INOVATOR ANTENAS				
<b>Ganho:</b> 5.52 dBd	<b>Beam-Tilt:</b> 0 °	<b>Orientação NV:</b> 220 °	<b>Polarização:</b> Vertical	<b>HCI:</b> 46 m	<b>ERP Máxima:</b> 5.76 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 2.27	5°: 2.27	10°: 2.27	15°: 2.38	20°: 2.38	25°: 2.38	30°: 2.38	35°: 2.38	40°: 2.38	45°: 2.38	50°: 2.38	55°: 2.38
60°: 2.38	65°: 2.38	70°: 2.27	75°: 2.27	80°: 2.27	85°: 2.27	90°: 2.16	95°: 2.16	100°: 2.16	105°: 2.16	110°: 2.05	115°: 2.05
120°: 2.05	125°: 1.94	130°: 1.94	135°: 1.83	140°: 1.72	145°: 1.62	150°: 1.51	155°: 1.31	160°: 1.21	165°: 1.11	170°: 1.01	175°: 0.82
180°: 0.72	185°: 0.63	190°: 0.45	195°: 0.26	200°: 0.18	205°: 0.09	210°: 0.09	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0.09	235°: 0.09
240°: 0.18	245°: 0.26	250°: 0.35	255°: 0.45	260°: 0.63	265°: 0.72	270°: 0.92	275°: 1.01	280°: 1.11	285°: 1.21	290°: 1.41	295°: 1.51
300°: 1.72	305°: 1.83	310°: 1.94	315°: 1.94	320°: 2.05	325°: 2.16	330°: 2.16	335°: 2.16	340°: 2.16	345°: 2.27	350°: 2.27	355°: 2.27

Coordenadas por radial											
0°: Lat 21°6'58.16" S Lon 50°24'28.4" W	5°: Lat 21°6'17.33" S Lon 50°23'42.99" W	10°: Lat 21°6'8.85" S Lon 50°22'55.28" W	15°: Lat 21°6'4.54" S Lon 50°22'5.65" W	20°: Lat 21°6'0.2" S Lon 50°21'12.81" W	25°: Lat 21°6'35.19" S Lon 50°20'25.62" W	30°: Lat 21°7'49.31" S Lon 50°20'19.04" W	35°: Lat 21°8'49.38" S Lon 50°19'19.04" W	40°: Lat 21°9'3.64" S Lon 50°19'20.95" W	45°: Lat 21°9'34.79" S Lon 50°18'47.52" W	50°: Lat 21°9'54.76" S Lon 50°18'36.36" W	55°: Lat 21°10'31.63" S Lon 50°18'36.36" W
60°: Lat 21°11'5.85" S Lon 50°18'25.01" W	65°: Lat 21°11'38.12" S Lon 50°18'12.69" W	70°: Lat 21°12'6.02" S Lon 50°17'49.27" W	75°: Lat 21°12'41.42" S Lon 50°17'47.93" W	80°: Lat 21°13'12.68" S Lon 50°17'30.06" W	85°: Lat 21°13'45.68" S Lon 50°17'9.99" W	90°: Lat 21°14'21.46" S Lon 50°17'48.99" W	95°: Lat 21°14'52.26" S Lon 50°18'10.76" W	100°: Lat 21°15'29.39" S Lon 50°17'34.96" W	105°: Lat 21°15'57.82" S Lon 50°17'50.18'2.53" W	110°: Lat 21°16'23.94" S Lon 50°18'27.33" W	115°: Lat 21°16'38.8" S Lon 50°19'12.44" W
120°: Lat 21°17'11.05" S Lon 50°19'13.24" W	125°: Lat 21°17'49.6" S Lon 50°19'9.43" W	130°: Lat 21°18'11.67" S Lon 50°19'34" W	135°: Lat 21°18'24.66" S Lon 50°20'7.44" W	140°: Lat 21°17'57.72" S Lon 50°21'13.72" W	145°: Lat 21°17'29.99" S Lon 50°22'6.81" W	150°: Lat 21°17'32.56" S Lon 50°23'0.06" W	155°: Lat 21°17'45.74" S Lon 50°24'6.23" W	160°: Lat 21°17'53.27" S Lon 50°25'23.57" W	165°: Lat 21°17'59.18" S Lon 50°26'3.25" W	170°: Lat 21°18'3.43" S Lon 50°27'46.42" W	175°: Lat 21°18'10.72" S Lon 50°28'6.89" W
180°: Lat 21°18'25.83" S Lon 50°24'28.4" W	185°: Lat 21°19'2.69" S Lon 50°24'54.8" W	190°: Lat 21°19'27.5" S Lon 50°25'26.31" W	195°: Lat 21°19'39.95" S Lon 50°26'0" W	200°: Lat 21°20'38.14" S Lon 50°26'55.56" W	205°: Lat 21°20'59.14" S Lon 50°27'47.46" W	210°: Lat 21°20'20.92" S Lon 50°28'11.16" W	215°: Lat 21°20'51.94" S Lon 50°29'21.92" W	220°: Lat 21°20'8.46" S Lon 50°29'40.95" W	225°: Lat 21°19'41.75" S Lon 50°30'12.21" W	230°: Lat 21°19'15.65" S Lon 50°30'44.74" W	235°: Lat 21°18'38.52" S Lon 50°31'2.47" W
240°: Lat 21°21'18.53" S Lon 50°31'24.99" W	245°: Lat 21°17'12.83" S Lon 50°31'2.81" W	250°: Lat 21°16'41.75" S Lon 50°31'22.09" W	255°: Lat 21°16'16.18" S Lon 50°32'8.03" W	260°: Lat 21°15'39.23" S Lon 50°32'21.99" W	265°: Lat 21°14'59.23" S Lon 50°32'12.23" W	270°: Lat 21°14'21.43" S Lon 50°31'53.62" W	275°: Lat 21°13'46.93" S Lon 50°31'31.62" W	280°: Lat 21°13'11.85" S Lon 50°31'31.76" W	285°: Lat 21°12'36.5" S Lon 50°31'28.53" W	290°: Lat 21°12'1.14" S Lon 50°31'21.87" W	295°: Lat 21°11'24.07" S Lon 50°31'16.38" W
300°: Lat 21°10'51.61" S Lon 50°30'58.22" W	305°: Lat 21°10'15.29" S Lon 50°30'45.43" W	310°: Lat 21°9'48.65" S Lon 50°30'17.07" W	315°: Lat 21°9'11.3" S Lon 50°30'30'1.01" W	320°: Lat 21°8'41.83" S Lon 50°29'34.01" W	325°: Lat 21°8'26.07" S Lon 50°28'55.26" W	330°: Lat 21°7'57.53" S Lon 50°28'26.1" W	335°: Lat 21°7'43.98" S Lon 50°27'47.16" W	340°: Lat 21°7'29.34" S Lon 50°27'9.25" W	345°: Lat 21°7'17.84" S Lon 50°26'30.12" W	350°: Lat 21°7'4.89" S Lon 50°25'50.95" W	355°: Lat 21°6'55.12" S Lon 50°25'10.28" W

Distância por radial											
0°: 13.7	5°: 15	10°: 15.5	15°: 15.9	20°: 16.5	25°: 15.9	30°: 14	35°: 12.5	40°: 12.8	45°: 12.5	50°: 12.8	55°: 12.4





60°: 12.1	65°: 11.9	70°: 12.2	75°: 11.9	80°: 12.2	85°: 12.7	90°: 11.5	95°: 10.9	100°: 12.1	105°: 11.5	110°: 11.1	115°: 10
120°: 10.5	125°: 11.2	130°: 11.1	135°: 10.6	140°: 8.7	145°: 7.1	150°: 6.8	155°: 7	160°: 7	165°: 7	170°: 7	175°: 7.1
180°: 7.5	185°: 8.7	190°: 9.6	195°: 10.2	200°: 12.4	205°: 13.5	210°: 12.8	215°: 14.7	220°: 14	225°: 14	230°: 14.1	235°: 13.8
240°: 13.8	245°: 12.5	250°: 12.7	255°: 13.7	260°: 13.8	265°: 13.4	270°: 12.8	275°: 12.2	280°: 12.4	285°: 12.5	290°: 12.7	295°: 13
300°: 13	305°: 13.3	310°: 13.1	315°: 13.5	320°: 13.7	325°: 13.4	330°: 13.7	335°: 13.5	340°: 13.5	345°: 13.5	350°: 13.7	355°: 13.8

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCl: m	ERP Máxima: 5.76 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
299831955	38086	Decreto	PR	12/10/1955	03/12/1955	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
012500608612017 14	451	Despacho	MCTIC	26/03/2018	29/03/2018	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	77219	Decreto	PR	23/02/1976	24/02/1976	Renovação	Jurídico
1726951983	89472	Decreto	PR	21/03/1984	22/03/1984	Renovação	Jurídico
538300018551994	14	Portaria	MC	09/01/1996	30/01/1996	Multa	Jurídico
508300010001993	11	Decreto	PR	29/09/2000	02/10/2000	Renovação	Jurídico
538300010621998	187	Portaria	MC	12/06/2002	25/06/2002	Multa	Jurídico
538300012411997	180602	Despacho	MC	18/06/2002		Advertência	Jurídico
508300010001993	212	Decreto Legislativo	CN	11/09/2002	12/09/2002	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
530000255552003	11	Decreto	PR	12/06/2009	15/06/2009	Renovação	Jurídico
530000255552003	474	Decreto Legislativo	CN	06/07/2010	07/07/2010	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.081347/201 7-27	13931	Ato	ORLE	17/11/2017	11/12/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53000.032129/201 3-76	2839	Portaria	MC	02/01/2020	23/01/2020	Multa	Técnico



530000441992013 77	8734	Portaria	MC	16/03/2023	12/04/2023	Renovação	Jurídico
-----------------------	------	----------	----	------------	------------	-----------	----------

Horário de funcionamento
--------------------------



23.15:08:54  
Assinado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>  
Anexo Mosaico (1104/346)

SEI 01236-037366/2019-62 / pg. 204

Id solicitação: 57dbac4522473

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA - ME	
<b>Nome Fantasia:</b>	
<b>Telefone:</b> (18) 2103-5967	<b>E-mail:</b> aracatubense@terra.com.br
<b>CNPJ:</b> 43.744.713/0001-72	<b>Número do Fistel:</b> 02008012603
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 05/11/1996	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> 05/11/2026	
<b>Observações:</b> RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> RUA OSWALDO CRUZ	<b>Complemento:</b> TÉRREO	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 67	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16010040

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> RUA OSWALDO CRUZ	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 67	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16010040

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> Rua Oswaldo Cruz	<b>Complemento:</b> Ed Vidal, 12º andar	
<b>Bairro:</b> Centro	<b>Numero:</b> 01	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16010040

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> Rua Oswaldo Cruz	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Centro	<b>Numero:</b> 67	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16010040

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 238	<b>Frequência:</b> 95.5 MHz	<b>Classe:</b> A4	<b>ERP Máxima:</b> 9.0239kW
<b>HCI:</b> 65 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

## Informações da Estação



23/15:08:59 Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> Anexo Mosaico (1104/346) - SLE 01236-037306/2019-62 / pg. 205

Informações Gerais	
<b>Número da Estação:</b> 7804202	<b>Número Indicativo:</b> ZYD852
<b>Data Último Licenciamento:</b> 22/10/2021	<b>Número da Licença:</b> 53500.063804/2021-88

Estação Principal		
Localização		
<b>Latitude:</b> 21° 12' 19.91" S	<b>Longitude:</b> 50° 26' 18.31" W	<b>Cota da base:</b> 415 m

Transmissor Principal	
<b>Código Equipamento:</b> 002480300528	<b>Modelo:</b> SP 6000 ágil
<b>Fabricante:</b> Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	<b>Potência de Operação:</b> 5.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
<b>Modelo:</b> LCF158-50JA	<b>Fabricante:</b> RFS Brasil - Cabos Especiais e Sistemas Ltda		
<b>Comprimento da Linha:</b> 25 m	<b>Atenuação:</b> 0.623 dB/100m	<b>Perdas Acessórias:</b> 0.5 dB	<b>Impedância:</b> 50 ohms

Antena Principal					
<b>Modelo:</b> RFT FMC L4	<b>Fabricante:</b> RF Telecomunicações Ltda				
<b>Ganho:</b> 3.22 dBd	<b>Beam-Tilt:</b> .00 °	<b>Orientação NV:</b> 140 °	<b>Polarização:</b> Circular	<b>HCI:</b> 65 m	<b>ERP Máxima:</b> 9.02 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.45	5°: 0.45	10°: 0.35	15°: 0.35	20°: 0.26	25°: 0.35	30°: 0.35	35°: 0.35	40°: 0.45	45°: 0.45	50°: 0.45	55°: 0.45
60°: 0.45	65°: 0.35	70°: 0.35	75°: 0.35	80°: 0.26	85°: 0.26	90°: 0.26	95°: 0.26	100°: 0.18	105°: 0.18	110°: 0.18	115°: 0.09
120°: 0.09	125°: 0.09	130°: 0.09	135°: 0.09	140°: 0	145°: 0	150°: 0.09	155°: 0.09	160°: 0.09	165°: 0.09	170°: 0.09	175°: 0.18
180°: 0.18	185°: 0.18	190°: 0.26	195°: 0.26	200°: 0.26	205°: 0.26	210°: 0.26	215°: 0.35	220°: 0.35	225°: 0.35	230°: 0.35	235°: 0.35
240°: 0.45	245°: 0.45	250°: 0.45	255°: 0.45	260°: 0.54	265°: 0.54	270°: 0.54	275°: 0.63	280°: 0.63	285°: 0.63	290°: 0.63	295°: 0.72
300°: 0.72	305°: 0.45	310°: 0.82	315°: 0.82	320°: 0.82	325°: 0.72	330°: 0.72	335°: 0.72	340°: 0.63	345°: 0.63	350°: 0.54	355°: 0.54

Coordenadas por radial											
0°: Lat 21°1'4.1" S Lon 50°2'6.18.31" W	5°: Lat 21°0'57.22" S Lon 50°25'14.33" W	10°: Lat 21°0'55.67" S Lon 50°24'9.07" W	15°: Lat 21°1'45.42" S Lon 50°23'16.18" W	20°: Lat 21°1'0.23" S Lon 50°21'53.32" W	25°: Lat 21°1'24.35" S Lon 50°20'50.86" W	30°: Lat 21°2'9.88" S Lon 50°20'1.04" W	35°: Lat 21°2'54.52" S Lon 50°17'53.65" W	40°: Lat 21°2'58.41" S Lon 50°17'53.65" W	45°: Lat 21°3'18.05" S Lon 50°16'37.98" W	50°: Lat 21°4'7.26" S Lon 50°15'49.55" W	55°: Lat 21°5'19.3" S Lon 50°15'35.02" W
60°: Lat 21°6'22.68" S Lon 50°15'15.74" W	65°: Lat 21°7'15.86" S Lon 50°14'40.24" W	70°: Lat 21°8'20.25" S Lon 50°14'33.55" W	75°: Lat 21°9'18.43" S Lon 50°14'13.8" W	80°: Lat 21°10'17.99" S Lon 50°13'59.55" W	85°: Lat 21°11'20.58" S Lon 50°14'16.26" W	90°: Lat 21°12'19.47" S Lon 50°14'8.33" W	95°: Lat 21°13'16.75" S Lon 50°14'36.37" W	100°: Lat 21°14'14.39" S Lon 50°14'39.31" W	105°: Lat 21°15'9.53" S Lon 50°14'57.56" W	110°: Lat 21°15'56.12" S Lon 50°15'39.9" W	115°: Lat 21°16'47.17" S Lon 50°16'2.52" W
120°: Lat 21°17'33.82" S Lon 50°16'34.25" W	125°: Lat 21°18'3.78" S Lon 50°17'30.85" W	130°: Lat 21°18'57.52" S Lon 50°17'49.39" W	135°: Lat 21°19'30.65" S Lon 50°18'35.72" W	140°: Lat 21°19'26.66" S Lon 50°19'53.8" W	145°: Lat 21°19'52.4" S Lon 50°20'38.1" W	150°: Lat 21°19'53.68" S Lon 50°21'37.02" W	155°: Lat 21°20'44.89" S Lon 50°22'5.47" W	160°: Lat 21°21'3.51" S Lon 50°22'53.68" W	165°: Lat 21°21'45.63" S Lon 50°23'35.54" W	170°: Lat 21°22'48.08" S Lon 50°24'19.36" W	175°: Lat 21°22'36.45" S Lon 50°25'20.39" W
180°: Lat 21°23'16.75" S Lon 50°18'18.31" W	185°: Lat 21°23'42.59" S Lon 50°17'22.46" W	190°: Lat 21°23'44.12" S Lon 50°18'27.89" W	195°: Lat 21°24'3.05" S Lon 50°19'40.68" W	200°: Lat 21°23'17.19" S Lon 50°20'35.26" W	205°: Lat 21°22'15.13" S Lon 50°21'30.31" W	210°: Lat 21°21'44.54" S Lon 50°21'32.84" W	215°: Lat 21°21'2.29" S Lon 50°21'51.14" W	220°: Lat 21°19'52.08" S Lon 50°21'33.57" W	225°: Lat 21°18'50.44" S Lon 50°21'37.67" W	230°: Lat 21°18'30.11" S Lon 50°21'42.11" W	235°: Lat 21°18'9.22" S Lon 50°21'35.14" W
240°: Lat 21°17'21.98" S Lon 50°15'40.33" W	245°: Lat 21°16'33.17" S Lon 50°15'36.18" W	250°: Lat 21°15'46.41" S Lon 50°16'28.02" W	255°: Lat 21°14'57.31" S Lon 50°16'36.49" W	260°: Lat 21°14'5.39" S Lon 50°17'2.18" W	265°: Lat 21°13'13.9" S Lon 50°17'24.77" W	270°: Lat 21°12'19.53" S Lon 50°17'42.51" W	275°: Lat 21°11'23.51" S Lon 50°17'41.99" W	280°: Lat 21°10'27.11" S Lon 50°17'41.99" W	285°: Lat 21°9'31.99" S Lon 50°17'28.81" W	290°: Lat 21°8'36.52" S Lon 50°17'15.31" W	295°: Lat 21°7'39.98" S Lon 50°17'12.12" W
300°: Lat 21°16'41.68" S Lon 50°16'45.69" W	305°: Lat 21°15'38.37" S Lon 50°16'32.48" W	310°: Lat 21°14'43.89" S Lon 50°16'36.03" W	315°: Lat 21°14'8.4" S Lon 50°16'45.79" W	320°: Lat 21°13'16.58" S Lon 50°16'26.66" W	325°: Lat 21°12'38.97" S Lon 50°16'33.40" W	330°: Lat 21°12'18.1" S Lon 50°16'30.51" W	335°: Lat 21°11'41.55" S Lon 50°16'37.18" W	340°: Lat 21°11'26.98" S Lon 50°16'32.89" W	345°: Lat 21°11'31.68" S Lon 50°16'29.43" W	350°: Lat 21°11'19.02" S Lon 50°16'28.23" W	355°: Lat 21°11'16.12" S Lon 50°16'27.20" W

Distância por radial											
0°: 20.9	5°: 21.2	10°: 21.5	15°: 20.3	20°: 22.3	25°: 22.3	30°: 21.8	35°: 21.3	40°: 22.6	45°: 23.7	50°: 23.7	55°: 22.6



60°: 22	65°: 22.2	70°: 21.6	75°: 21.6	80°: 21.6	85°: 20.9	90°: 21	95°: 20.3	100°: 20.4	105°: 20.3	110°: 19.6	115°: 19.6
120°: 19.4	125°: 18.5	130°: 19.1	135°: 18.8	140°: 17.2	145°: 17.1	150°: 16.2	155°: 17.2	160°: 17.2	165°: 18.1	170°: 19.7	175°: 19.1
180°: 20.3	185°: 21.2	190°: 21.5	195°: 22.5	200°: 21.6	205°: 20.3	210°: 20.1	215°: 19.7	220°: 18.2	225°: 17.1	230°: 17.8	235°: 18.8
240°: 18.7	245°: 18.5	250°: 18.7	255°: 18.8	260°: 18.8	265°: 19.3	270°: 19.7	275°: 19.8	280°: 20	285°: 20	290°: 20.1	295°: 20.4
300°: 20.9	305°: 21.6	310°: 21.9	315°: 21.5	320°: 21.9	325°: 21.9	330°: 21.5	335°: 21.8	340°: 21.5	345°: 20.7	350°: 20.7	355°: 20.6

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 002850402252						Modelo: FM 2500					
Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP						Potência de Operação: 2.5 kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCl: m	ERP Máxima: 9.02 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
79641975	1223	Portaria	MC	29/10/1976	05/11/1976	Outorga	Jurídico

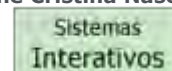
Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
377331977	16687	Portaria	Dentel	03/10/1977	07/10/1977	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
291000013641986	230	Portaria	MC	29/08/1986	03/09/1986	Renovação	
291000013641986	810	Portaria	MC	06/11/1986		Autoriza Equipamento	Técnico
291000013641986	235	Portaria	MC	14/10/1991		Substituição de Equipamento	Técnico
538300005661996	92	Portaria	MC	13/03/1998	27/04/1998	Renovação	Jurídico
291000013641986	456	Portaria	MC	18/12/1998		Autoriza Equipamento	Técnico
538300005661996	200	Decreto Legislativo	CN	26/10/2000	27/10/2000	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.033653/2019-19	5533	Ato	ORLE	07/09/2019		Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento							







Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b>	CNPJ
<b>CNPJ:</b>	03.156.036/0001-57

Não foi encontrado dados com essa informação

**Usuário:** 04293960155 - Rayane Cristina Nascimento da Silva

**Data:** 04/08/2023

**Hora:** 17:46:53



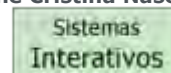
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Anexo Siacco (11047348)

SEI 01250-057360/2019-62 / pg. 208

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

<b>Tipo de Consulta:</b>	CNPJ
<b>CNPJ:</b>	03.156.036/0001-57

Não foi encontrado dados com essa informação

**Usuário:** 04293960155 - Rayane Cristina Nascimento da Silva

**Data:** 04/08/2023

**Hora:** 17:42:10



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Anexo Siacco (11047348)

SEI 01250-057360/2019-62 / pg. 209

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

Dados da consulta Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b> CPF											
<b>CPF:</b> 311.842.438-91											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
NIVALDO QUESSA	<a href="#">311.842.438-91</a>	RADIO IGUATEMI FREQUENCIA MODULADA STEREO LTDA	<a href="#">50.414.044/0001-36</a>	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	FM	--	SP	Bebedouro
		RADIO IGUATEMI FREQUENCIA MODULADA STEREO LTDA	<a href="#">50.414.044/0001-36</a>	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Bebedouro

Usuário: **04293960155 - Rayane Cristina Nascimento da Silva**

Data: **04/08/2023**

Hora: **17:48:59**



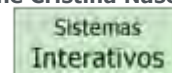
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Anexo Siacco (11047348)

SLF 01250:05/360/2019-62 / pg. 210

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta   Consulta

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

<b>Tipo de Consulta:</b>	Nome Sócio/Diretor
<b>Nome Sócio/Diretor:</b>	André Vinicius Cardoso

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **04293960155 - Rayane Cristina Nascimento da Silva**

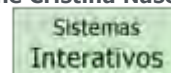
Data: **04/08/2023**

Hora: **17:49:27**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>



Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b>	CPF
<b>CPF:</b>	218.779.438-51

Não foi encontrado dados com essa informação

**Usuário:** 04293960155 - Rayane Cristina Nascimento da Silva

**Data:** 04/08/2023

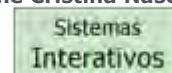
**Hora:** 17:48:06



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>





Dados da consulta

Consulta

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

<b>Tipo de Consulta:</b>	Nome Sócio/Diretor
<b>Nome Sócio/Diretor:</b>	Leandro Henrique Alux Silva

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **04293960155 - Rayane Cristina Nascimento da Silva**

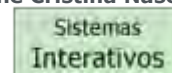
Data: **04/08/2023**

Hora: **17:49:44**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>



Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta   Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b>	CPF
<b>CPF:</b>	322.941.688-01

Não foi encontrado dados com essa informação

**Usuário:** 04293960155 - Rayane Cristina Nascimento da Silva

**Data:** 04/08/2023

**Hora:** 17:48:34



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	43.744.713/0001-72
NOME EMPRESARIAL:	RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$100.000,00 (Cem mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	TTZ2 RADIOTV - PARTICIPACOES LTDA		
Qualificação:	22-Sócio		
Nome do Repres. Legal:	RAFAEL GOMES PERRI	Qualif. Rep. Legal:	05-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	RAFAEL GOMES PERRI
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 04/08/2023 às 16:01 (data e hora de Brasília).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	03.156.036/0001-57
NOME EMPRESARIAL:	SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$15.000,00 (Quinze mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	ANDRE VINICIUS CARDOSO
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	NIVALDO QUESSA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 04/08/2023 às 16:51 (data e hora de Brasília).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>



Superintendência de Administração Geral  
Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças  
Gerência de Arrecadação

Impresso por: **Rayane Cristina Nascimento da Silva**

Data/Hora: **04/08/2023 17:51:27**

## Extrato de Lançamentos

**Nome da Entidade:** RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA - ME

**Nº FISTEL:** 50415114624

**Serviço:** 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

**CNPJ/CPF:** 43744713000172

**Situação:** Não licenciada

**Data Validade:**

**+ CADIN:** Não

**Incide FUST:**

**Data Início Operação Comercial:**

**Div. Ativa:** Não

**Tipo Usuário:**

Integral

**+ UF:** SP

**Proc. Caducidade:** Não

**End. Sede:** RUA OSWALDO CRUZ 67 - TÉRREO

**Bairro:** CENTRO

**Município:** Araçatuba

**CEP:** 16010-040

**UF:** SP

**End. Corresp.:**

**Bairro:**

**Município:**

**CEP:**

**UF:**

### Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
7241 - PPDUR	0	2017	21/01/2018	R\$ 200,00	18/12/2017	200,00	200,00	0001	Quitado	0,00
1660	0	2020	19/04/2020	R\$ 4.477,93	31/03/2020	4.477,93	4.477,93	0002	Quitado - DOU	0,00
8766 - TFI	1	2022	16/10/2022	R\$ 2.000,00	06/09/2022	2.000,00	2.000,00	0003	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 660,00	17/03/2023	660,00	660,00	0004	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 100,00	17/03/2023	100,00	100,00	0005	Quitado	0,00
<b>Total devido em 04/08/2023 (em reais):</b>										0,00
<b>Total de créditos em 04/08/2023 (em reais):</b>										0,00

### Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)  
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)  
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança  
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado  
RJ - Lançamento com Recurso Judicial  
RN - Lançamento com Recurso Denegado

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

Extrato Lançamentos - Sigec - Cedente (11047480)

SEI 01250.037368/2019-62 / pg. 217

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa  
E - Lançamento em Execução Judicial  
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006  
MO - Multa de Ofício  
LO - Lançamento de Ofício  
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado  
PA - Parcelamento: Parcela  
BF - Benefício Fiscal



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Extrato Lançamentos\_Sigec\_Cedente (11047480)

SEI 01250.037368/2019-62 / pg. 218

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



BOA TARDE  
Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIGEC » » CONSULTAS GERAIS » » Consultar **Códigos de Receita** » internet teia menu ajuda

## Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital - MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDA ATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDA ATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	M U L T A / J U R O S
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
5343	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
5344	9344	Diferença de Tarifa Aérea



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sisemasnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISOSmodule=3761

http://meia-terra.com.br/AnexoCódigosSIGEC(1767495)P12-SEP01230:05/368/2019-62 / pg. 219

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004 )
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004 )
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Laçamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Laçamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Laçamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sistemasnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISOSmodule=3761

http://anatel.gov.br/AnexoCodigoSIGEC(1767/495) - 2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f - SEP 01230.057368/2019-62 / pg. 220

**RE: Transferência Direta - Processo nº 01250.037368/2019-62 - Fistel nº 50415114624**

Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Sex, 04/08/2023 16:16

Para: COATO <coato@mcom.gov.br>

Cc: Rayane Cristina do Nascimento Cardoso <rayane.cardoso@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que, apesar da emissora de RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA. (CNPJ nº 43.744.713/0001-72), para a execução do serviço de radiodifusão sonora, no município de Araçatuba, estado de São Paulo, responder ao processo nº 53504.011117/2013-37, não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de CASSAÇÃO de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te

---

**De:** MCOM/Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada <coato@mcom.gov.br>

**Enviado:** sexta-feira, 4 de agosto de 2023 15:58

**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

**Assunto:** Transferência Direta - Processo nº 01250.037368/2019-62 - Fistel nº 50415114624

Senhor Coordenador - Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, encaminho os autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de:

(i) condenação de cassação da outorga deferida à RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA. (CNPJ nº 43.744.713/0001-72), para a execução do serviço de radiodifusão sonora, no município de Araçatuba, estado de São Paulo; e,

(ii) de processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão.

Obs.: a resposta deverá ser encaminhada para o e-mail rayane.cardoso@mcom.gov.br; coato@mcom.gov.br;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Anexo Resposta CGFM (P1047489)

SEI 01250.037368/2019-62 / pg. 221

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

# LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Processo nº 01250.037368/2019-62	
Entidade cedente: RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA.	C.N.P.J. Nº 43.744.713/0001-72
Entidade cessionária: SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA.	C.N.P.J. Nº 03.156.036/0001-57
Executante do serviço de radiodifusão sonora em OM adaptado para FM (SUPER 11047352)	Fistel nº: 50415114624
Localidade: Araçatuba	UF: SP
Situação da Outorga: Vincenda - SUPER 11047320	
Processo de renovação nº 53000.044199/2013-77	Período: 01/11/2013 a 01/11/2023 (1º de novembro de 2013 a 1º de novembro de 2023)

REQUISITOS MÍNIMOS		
DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG.(S)
<p>a) Requerimento de transferência de outorga, disponibilizado pelo MCom, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária, constando declarações, <u>firmadas pelo representante legal da cessionária</u>, de que:</p> <p><b>a.1)</b> a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão; (<a href="#">Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021</a>);</p> <p><b>a.2)</b> nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (<a href="#">Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021</a>);</p> <p><b>a.3)</b> nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (<a href="#">Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021</a>);</p> <p><b>a.4)</b> a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (<a href="#">Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021</a>);</p> <p><b>a.5)</b> a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; (<a href="#">Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021</a>);</p> <p><b>a.6)</b> a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (<a href="#">Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021</a>);</p> <p><b>a.7)</b> nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as <u>alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.</u> (<a href="#">Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021</a>).</p>	OK	SUPER 11010784
b) Licença de funcionamento	OK	SUPER 11047321
c) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO)	OK	SUPER 11047348
d) A pessoa jurídica optou pelo <b>parcelamento de valores relativos aos serviços de radiodifusão</b>	NÃO	SUPER 11047480
e) Comprovante de que obteve o assentimento prévio do órgão próprio <b>se o serviço for executado em faixa de fronteira.</b>	NÃO SE APLICA	



## RELATIVOS À CEDENTE

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 222

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



	DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG.(S)
REGULARIDADE FISCAL	a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.	OK	SUPER 11010732 pág.2
	b) Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, distrital e municipal <b>da sede da entidade</b> , ou outra equivalente, na forma da lei;	OK	<b>Federal</b> SUPER 11010732 pág.6 Validade: 02/01/2024
		OK	<b>Estadual</b> SUPER 11010732 págs.7/8 Validade: 13/01/2024
		OK	<b>Municipal</b> SUPER 11010732 pág.9 Validade: 09/08/2023
	c) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL;	OK	SUPER 11010732 págs. 10/11 Validade: 12/08/2023
	d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo do Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	OK	INSS SUPER 11010732 pág.6 Validade: 02/01/2024
		OK	FGTS SUPER 11010732 pág.12 Validade: 31/07/2023
	e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	SUPER 11010732 pág.13 Validade: 09/01/2024

RELATIVOS À CESSIONÁRIA			
	DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG. (S)
HABILITAÇÃO JURÍDICA	a) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	SUPER 11010733 págs.5/6 Emitida em: 13/07/2023
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	SUPER 11010733 págs.15/18 Ano de Ref. 2022
	c) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	SUPER 11010733 pág.4 Data da Certidão: 13/07/2023
	d) Prova de inscrição no CNPJ;	OK	SUPER 11010733 pág.2
		OK	<b>Federal:</b> SUPER 11010733 pág.19 Validade: 09/01/2024



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadocamara7.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f> / pg. 223

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

<b>REGULARIDADE FISCAL</b>	e) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	<b>Estadual:</b> SUPER 11010733 págs.20/21 Validade: 13/01/2024
		OK	<b>Municipal:</b> SUPER 11010733 pág.22 Validade: 12/08/2023
	f) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	SUPER 11010733 pág.23/24 Entidade não cadastrada
	g) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	INSS SUPER 11010733 pág.19 Validade: 09/01/2024
		OK	FGTS SUPER 11010733 pág.25 Validade: 03/08/2023
	h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	SUPER 11010733 pág.26 Validade: 09/01/2024

<b>RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES - CESSIONÁRIA</b>			
<b>DOCUMENTOS</b>	<b>NOME DOS SÓCIOS/ACIONISTAS E DIRETORES</b>	<b>SITUAÇÃO</b>	<b>PÁG. (S)</b>
a) Prova da condição de brasileiro nato ou ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no <a href="#">§1º do art. 222 da Constituição</a> , feita por meio da apresentação de: <i>i)</i> certidão de nascimento ou casamento; <i>ii)</i> certificado de reservista; <i>iii)</i> cédula de identidade; <i>iv)</i> certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; <i>v)</i> carteira profissional; <i>vi)</i> carteira de trabalho e previdência social; ou <i>vii)</i> passaporte;	André Vinicius Cardoso CPF: 218.779.438-51	OK	SUPER 11010733 pág.27
	Leandro Henrique Alux Silva CPF: 322.941.688-01	OK	SUPER 11010733 págs.28/29
	Nivaldo Quesa CPF: 311.842.438-91	OK	SUPER 11010733 pág.30

<b>NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA COMO SÓCIA/ACIONISTA DA ENTIDADE</b>			
Declaração, firmada pelos dirigentes da Entidade e das Pessoas Jurídicas sócias, de que:			
a) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;		NÃO SE APLICA	



b) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967		NÃO SE APLICA	
c) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.		NÃO SE APLICA	

## OBSERVAÇÕES

### Documentos da Cedente:

Certidão simplificada JUCESP/2023 - SUPER 11010732 págs.3/4;

Certidão negativa de falência ou recuperação judicial - SUPER 11010732 pág.5;

Procuração Moura e Ribeiro Advogados Assoc. 2023 - SUPER 11010731;

### Documentos da Cessionária:

Ficha cadastral completa JUCESP/2023 - SUPER 11010733 págs.7/8;

Alteração Contratual de Sociedade Limitada de 2019 - SUPER 11010733 págs.9/14

## CONCLUSÃO

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **Rayane Cristina do Nascimento Cardoso**, Assistente Técnico, em 17/08/2023, às 18:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11047155** e o código CRC **A9488872**.



**NOTA TÉCNICA Nº 12773/2023/SEI-MCOM**

**PROCESSO Nº 01250.037368/2019-62.**

**INTERESSADAS: RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA (CEDENTE) E SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA (CESSIONÁRIA).**

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA**

**COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. VIABILIDADE. REMESSA DOS AUTOS À CONJUR E AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Cultura de Araçatuba Ltda** e do **Sistema Cultura de Comunicação Araçatuba Ltda**, inscritas no CNPJ nº 43.744.713/0001-72 e CNPJ nº 03.156.036/0001-57, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada (SUPER 11047352), vinculado ao Fistel nº 50415114624, no município de Araçatuba/SP.

2. Após a protocolização do requerimento administrativo que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação das pessoas jurídicas interessadas na operação de transferência direta para complementar a instrução processual, tendo sido apresentados os documentos solicitados.

**ANÁLISE**

3. Sabe-se que as concessões ou permissões do serviço de radiodifusão sonora ou de sons e imagens podem ser repassadas a outra pessoa jurídica por intermédio de operação denominada de transferência direta, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/1962, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, a saber:

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

c) a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo;

[...]

4. Conforme visto, a operação de transferência direta depende, para sua validade, de prévia anuência do Poder Público, cujo ato se materializará em portaria do Ministro de Estado das Comunicações, quando se tratar do serviço de radiodifusão sonora, ou em decreto do Presidente da República, que será precedido de instrução processual a ser efetivada pelo Ministério das Comunicações, na hipótese do serviço de radiodifusão de sons e imagens, tudo com base no art. 90, incisos I e II, do Decreto nº 52.795/1963.

5. A anuência do Poder Público está condicionada à demonstração pelas interessadas na operação de transferência direta do preenchimento das condições consubstanciadas, em especial, no art. 91 e art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, a saber:

Art. 91. A transferência da concessão ou da permissão somente poderá ser autorizada após decorrido o prazo de cinco anos, contado da data de expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação.

[...]

Art. 93. A transferência da concessão ou da permissão só poderá ser efetivada se a sociedade para a qual será transferida a concessão ou a permissão estiver condicionada às exigências constantes do art. 28, acompanhada



da seguinte documentação:

I - requerimento de transferência de concessão e permissão, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária;

II - documentação relativa à entidade cedente:

- a) prova de inscrição no CNPJ;
- b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;
- c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;
- d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e
- e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;

II - documentação relativa à entidade cessionária:

b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;

c) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no [§1º do art. 222 da Constituição](#), feita por meio da apresentação de:

1. certidão de nascimento ou casamento;
2. certificado de reservista;
3. cédula de identidade;
4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;
5. carteira profissional;
6. carteira de trabalho e previdência social; ou
7. passaporte;

d) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

e) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data posterior à da publicação do edital;

f) prova de inscrição no CNPJ;

g) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;

h) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;

i) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;

j) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

k) declaração de que:

1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;
2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição;
6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as [alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990](#)

Parágrafo único. A concessão ou a permissão será transferida em observância aos prazos e às condições estabelecidas originalmente.

Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Nota Técnica 12773 (1404/430)

SEI 01250-937368/2019-62 / pg. 227

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



transferência direta, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

7. No caso em apreço, as pessoas jurídicas ora interessadas na operação objeto destes autos protocolaram requerimento administrativo de transferência direta, por meio de seus sócios e dirigentes, conforme demonstram as Certidões Simplificadas emitidas pela Junta Comercial do Estado de São Paulo em 12 de julho de 2023 e no dia 13 de julho de 2023 (SUPER 11010784; págs. 3/4 - SUPER 11010732 e SUPER 11010733 - págs. 5/6). O pleito foi apresentado juntamente com as declarações previstas no art. 93, inciso III, alínea "k", do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, devidamente firmadas pelos representantes legais da empresa cessionária (SUPER 11010784).

8. A pessoa jurídica cedente recebeu do Poder Público a concessão para a execução do referido serviço por meio do Decreto nº 38.086, de 12 de outubro de 1955, publicado no dia 3 de dezembro de 1955 (SUPER 11047340). Posteriormente, a outorga fora adaptada de OM para FM consoante Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado em 23 de junho de 2017, publicado em 28 de junho do ano corrente (SUPER 11047352). A outorga encontra-se vencida desde o ano de 2013 (SUPER 11047343). Contudo, o Ministro de Estado das Comunicações assinou Portaria nº 8.734, de 15 de março de 2023, publicada no dia 12 de abril de 2023, no bojo do processo nº 53000.044199/2013-77, que tratou da renovação da outorga para o período de 1º de novembro de 2013 a 1º de novembro de 2023 (SUPER 11047320).

9. Oportuno registrar que a execução do serviço de radiodifusão pela entidade está sendo mantida em caráter precário, uma vez que não houve ainda manifestação do Congresso Nacional em relação à renovação da outorga. De todo modo, tal circunstância não inviabiliza a transferência direta, porquanto o art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017 e o art. 94 do Decreto nº 52.795/1963 autorizam a efetivação da operação por ocasião do funcionamento do serviço em caráter precário, desde que concluída a instrução do processo de renovação.

10. Tem-se, ademais, que, após consulta à pasta cadastral da pessoa jurídica cedente, a condição alusiva ao prazo mínimo de licenciamento da estação, conforme previsto no art. 91 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, foi devidamente observada. A primeira licença para funcionamento da estação de radiodifusão sonora, em onda média, foi emitida em 29 de agosto de 1985; portanto, a estação encontra-se licenciada há mais de 5 (cinco) anos (SUPER 11047321).

11. A documentação apresentada pelas entidades cedente e cessionária está em conformidade com o art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017 e pelo Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER 11047155). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Nota Técnica 12773 (11047430)

SEI 01250-03/368/2019-62 / pg. 228

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

12. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

13. As pessoas jurídicas ora interessadas na operação de transferência direta apresentaram todos os documentos previstos nos incisos II e III do art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

14. A pessoa jurídica cedente juntou aos autos os comprovantes de regularidade perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica; as certidões que demonstram a sua regularidade junto aos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal; bem como os comprovantes de regularidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Colacionou-se, também, o comprovante de regularidade junto ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Carreou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 11047155).

15. Por sua vez, a pessoa jurídica cessionária colacionou aos autos, além dos documentos citados anteriormente, certidão simplificada expedida pela Junta Comercial em que seus atos estão registrados, de modo a demonstrar a sua composição societária e diretiva e a comprovar as atividades desenvolvidas. O objetivo social diz respeito a "*atividades de rádio*" (SUPER 11010733 - págs. 5/6).

16. De acordo com a Certidão Simplificada expedida pelo órgão de registro competente na data de 13 de julho de 2023, a composição societária e diretiva da pessoa jurídica cessionária é a seguinte (SUPER 11010733 - págs. 5/6):

NOME	COTAS	VALOR - R\$
André Vinicius Cardoso	5.000	5.000,00
Leandro Henrique Alux Silva	5.000	5.000,00
Nivaldo Quesa	5.000	5.000,00
TOTAL	15.000	15.000,00

NOME	CARGO
André Vinicius Cardoso	Administrador
Leandro Henrique Alux Silva	Administrador
Nivaldo Quesa	Administrador

17. Em relação aos limites de outorga, e levando-se em consideração a estrutura societária e diretiva constante na certidão simplificada expedida pela respectiva Junta Comercial, tem-se que a pessoa jurídica cessionária e os sócios - André Vinicius Cardoso e Leandro Henrique Alux Silva, não fazem parte da composição societária de outras entidades executantes dos serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO na data de 4 de agosto de 2023 (SUPER 11047348), a saber:

### Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	03.156.036/0001-57



contrado dados com essa informação

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

### Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b>	Nome Sócio/Diretor
<b>Nome Sócio/Diretor:</b>	André Vinicius Cardoso
Não foi encontrado dados com essa informação	

### Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b>	CPF
<b>CPF:</b>	218.779.438-51
Não foi encontrado dados com essa informação	

### Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b>	Nome Sócio/Diretor
<b>Nome Sócio/Diretor:</b>	Leandro Henrique Alux Silva
Não foi encontrado dados com essa informação	

### Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b>	CPF
<b>CPF:</b>	322.941.688-01
Não foi encontrado dados com essa informação	

18. Já em relação ao sócio Nivaldo Quessa, nota-se a sua participação/composição em outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão, senão vejamos:

### Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b> CPF		<b>CPF:</b> 311.842.438-91									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
NIVALDO QUESSA	311.842.438-91	RADIO IGUATEMI FREQUENCIA MODULADA STEREO LTDA	50.414.044/0001-36	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	FM	--	SP	Bebedouro
		RADIO IGUATEMI FREQUENCIA MODULADA STEREO LTDA	50.414.044/0001-36	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Bebedouro

19. Nesse contexto, a pessoa jurídica cessionária e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os limites de outorgas fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO (SUPER 11047348).

20. A pessoa jurídica cessionária carrou, ainda, a prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos de seus sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição Federal. Juntou-se, também, o balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do exercício, firmados em conjunto por profissional em contabilidade e por seu representante legal. Acostou-se, de igual modo, certidão emitida pelo Poder Judiciário do Estado em que a sede está localizada, atestando que inexistente registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor (SUPER 11047155).

21. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a pessoa jurídica cessionária, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a execução do serviço de radiodifusão, em havendo autorização do Poder Público para a emissão direta da outorga, tudo na forma do art. 93 do supramencionado Decreto nº 52.795/1963,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f Nota Técnica 12773 (11047430) SUPER 1250-037368/2019-62 / pg. 230

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

22. Mostra-se relevante rememorar que, em se tratando de transferência de outorga, faz-se necessário, também, levantar informações acerca da existência de pena de cassação da outorga que se pretende transferir, conforme recomendado pela Conjur, nos termos do Parecer n.º 798/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU. Em atendimento à recomendação, esta Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada enviou correspondência eletrônica 11047192 à unidade competente. Em resposta, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM se manifestou no sentido de que *"apesar da emissora de RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA. (CNPJ nº 43.744.713/0001-72), para a execução do serviço de radiodifusão sonora, no município de Araçatuba, estado de São Paulo, responder ao processo nº 53504.011117/2013-37, não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de CASSAÇÃO de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão."* (SUPER 11047489).

23. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica cedente não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER 11047485). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, não se aplica no caso concreto (SUPER 11047480).

24. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de transferência direta da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50415114624, no município de Araçatuba/SP, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei n.º 4.117/1962 e do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963.

## CONCLUSÃO

25. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

26. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

- a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica da operação de transferência direta ora discutida, inclusive das minutas de Portaria (SUPER 11047491) e de Exposição de Motivos (SUPER 11047493), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993, e
- b) em caso de manifestação jurídica favorável, remessa posterior dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963, sem prejuízo das medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 222, § 5º, da Constituição Federal.

27. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Rayane Cristina do Nascimento Cardoso, Assistente Técnico**, em 17/08/2023, às 18:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Nota Técnica 12773 (11047480)

SEI 01250-93/368/2019-62 / pg. 231

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 17/08/2023, às 18:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 17/08/2023, às 18:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 17/08/2023, às 18:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 18/08/2023, às 12:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11047490** e o código CRC **886DB896**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.037368/2019-62

Documento nº 11047490



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Nota Técnica 12773 (11047490)

SEI 01250.037368/2019-62 / pg. 232

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



# MINUTA

PORTARIA Nº , DE DE DE

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no artigo 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo n.º 01250.037368/2019-62, invocando as razões presentes na Nota Técnica n.º 12773/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º :

Art. 1º Transferir a concessão outorgada à Rádio Cultura de Araçatuba Ltda, inscrita no C.N.P.J. n.º 43.744.713/0001-72, por meio do Decreto n.º 38.086, de 12 de outubro de 1955, publicado no dia 3 de dezembro de 1955, para o Sistema Cultura de Comunicação Araçatuba Ltda, inscrita no C.N.P.J. n.º 03.156.036/0001-57, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, vinculado ao Fistel n.º 50415114624, no município de Araçatuba, estado de São Paulo.

Art. 2º Os quadros societário e diretivo da cessionária, após a operação realizada, ficarão assim constituídos:

NOME	COTAS	VALOR - R\$
André Vinicius Cardoso	5.000	5.000,00
Leandro Henrique Alux Silva	5.000	5.000,00
Nivaldo Quesa	5.000	5.000,00
TOTAL	15.000	15.000,00

NOME	CARGO
André Vinicius Cardoso	Administrador
Leandro Henrique Alux Silva	Administrador
Nivaldo Quesa	Administrador

Art. 3º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, rege-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSCELINO FILHO**  
MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES



**AVISO:**

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

***A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.***

***Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.***



Documento assinado eletronicamente por **Rayane Cristina do Nascimento Cardoso**, **Assistente Técnico**, em 17/08/2023, às 18:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani**, **Assistente Técnico**, em 17/08/2023, às 18:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin**, **Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 17/08/2023, às 18:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 17/08/2023, às 18:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 18/08/2023, às 12:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11047491** e o código CRC **43B74CB0**.



# MINUTA

\* MINUTA DE DOCUMENTO

EM nº - MCOM

Brasília, de de 2023.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 01250.037368/2019-62, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 12773/2023/SEI-MCOM, cancelada pelo Parecer Jurídico nº , acompanhado da Portaria nº , publicada em , que transfere a concessão outorgada à Rádio Cultura de Araçatuba Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 43.744.713/0001-72, por meio do Decreto nº 38.086, de 12 de outubro de 1955, publicado no dia 3 de dezembro de 1955, para o Sistema Cultura de Comunicação Araçatuba Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 03.156.036/0001-57, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50415114624, no município de Araçatuba, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

**JUSCELINO FILHO**  
MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

**AVISO:**

*O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.*

*A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.*

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Rayane Cristina do Nascimento Cardoso**, **Assistente Técnico**, em 17/08/2023, às 18:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani**, **Assistente Técnico**, em 17/08/2023, às 18:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin**, **Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 17/08/2023, às 18:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 17/08/2023, às 18:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 18/08/2023, às 12:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11047493** e o código CRC **CC710458**.

Referência: Processo nº 01250.037368/2019-62

Documento nº 11047493

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Ofício Interno nº 40333/2023/MCOM

Brasília, 21 de agosto de 2023

A Senhor  
**Felipe Nogueira Fernandes**  
Consultor Jurídico  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 12773/2023/SEI-MCOM (11047490)**

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o, faço referência à Nota Técnica nº 12773/2023/SEI-MCOM (11047490), a qual trata da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Cultura de Araçatuba Ltda** e do **Sistema Cultura de Comunicação Araçatuba Ltda**, inscritas no CNPJ nº 43.744.713/0001-72 e CNPJ nº 03.156.036/0001-57, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada (SUPER 11047352), vinculado ao Fistel nº 50415114624, no município de Araçatuba/SP.

Dessa forma, de ordem, considerando o disposto na mencionada Nota Técnica, encaminho o presente processo para análise e manifestação dessa Douta Consultoria Jurídica.

Atenciosamente,

**Caroline Menicucci Salgado**  
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Menicucci Salgado, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, em 21/08/2023, às 17:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11070061** e o código CRC **2D3CDDFB**.

Referência: Processo nº 01250.037368/2019-62

Documento nº 11070061



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Ofício Interno 40333 (11070061)

SEI 01250.037368/2019-62 / pg. 237

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6119/6915

**PARECER n. 00578/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 01250.037368/2019-62**

**INTERESSADOS: RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA (CEDENTE) E SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA (CESSIONÁRIA).**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO. Transferência direta.**

**EMENTA :**

I. Pedido formulado por **RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA.** em conjunto com **SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA.**, com o objetivo de transferir, da primeira para a segunda entidade, a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média adaptada para frequência modulada na localidade de Araçatuba, estado de São Paulo, concedida à primeira requerente.

II. Possibilidade prevista na Lei 4.117/1962, art. 38, "c", com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017, e regulamentada pelo art. 90 e seguintes do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963.

III. Processo devidamente analisado pelo órgão técnico, que concluiu pela existência das condições necessárias ao deferimento do pedido, nos termos da Nota Técnica nº 12773/2023/SEI-MCOM. Regularidade do procedimento.

IV. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações, nos termos do art. 38, "c" da Lei nº 4.117/1962, e do art. 90, I, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, c/c o art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019.

V. Pelo prosseguimento do processo, desde que aferida a manutenção da regularidade fiscal quando da prática do ato administrativo de transferência da outorga.

Senhor Coordenador-Geral Substituto,

**I - RELATÓRIO**

1.A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica encaminha para análise e manifestação desta Consultoria Jurídica/MCOM processo administrativo no qual **RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA.** em conjunto com **SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTD.**, solicitam transferência, da primeira para a segunda entidade, da permissão do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptada para frequência modulada, no município Araçatuba, estado de São Paulo, concedida à primeira requerente.

2.Consoante as informações prestadas inicialmente pela autoridade administrativa, na NOTA TÉCNICA Nº 12773/2023/SEI-MCOM, corroborada pela documentação em referência, eis o histórico da outorga em questão:

*"8. A pessoa jurídica cedente recebeu do Poder Público a concessão para a execução do referido serviço por meio do Decreto nº 38.086, de 12 de outubro de 1955, publicado no dia 3 de dezembro de 1955 (SUPER [11047340](#)). Posteriormente, a outorga fora adaptada de OM para FM consoante Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado em 23 de junho de 2017, publicado*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35832727/visualizar/2060786605-1267808804

CEJUR/M: 00578/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11402897)

SEI 01250.037368/2019-62 / pg. 238

em 28 de junho do ano corrente (SUPER [11047352](#)). A outorga encontra-se vencida desde o ano de 2013 (SUPER [11047343](#)). Contudo, o Ministro de Estado das Comunicações assinou Portaria nº 8.734, de 15 de março de 2023, publicada no dia 12 de abril de 2023, no bojo do processo nº 53000.044199/2013-77, que tratou da renovação da outorga para o período de 1º de novembro de 2013 a 1º de novembro de 2023 (SUPER [11047320](#)).

9.Oportuno registrar que a execução do serviço de radiodifusão pela entidade está sendo mantida em caráter precário, uma vez que não houve ainda manifestação do Congresso Nacional em relação à renovação da outorga. De todo modo, tal circunstância não inviabiliza a transferência direta, porquanto o art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017 e o art. 94 do Decreto nº 52.795/1963 autorizam a efetivação da operação por ocasião do funcionamento do serviço em caráter precário, desde que concluída a instrução do processo de renovação.”

3.A conclusão exarada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica quanto ao pleito, como assinalado na já mencionada **NOTA TÉCNICA**, se deu no sentido da "viabilidade do deferimento do pedido de transferência direta da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50415114624, no município de Araçatuba/SP, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei n.º 4.117/1962 e do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963.”.

4.Eis o breve relatório, que permite o exame do caso.

## II - ANÁLISE JURÍDICA

### II.1. Considerações iniciais

5.Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

6.Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

7.Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria**. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

8.Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

*“A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.”*

### II.2. Análise jurídica



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35832727/visualizar/2060786605-1267808804

08/09/2023, 11:28 - SUPER 11047352 - SEI 01250.037368/2019-62 / pg. 239

9.A transferência de outorgas para execução de radiodifusão, que se consubstancia na cessão da outorga para nova pessoa jurídica, está expressamente autorizada pela Lei nº 4.117/62, art. 38, alínea "c", que com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017 condiciona a realização da transferência à prévia anuência do órgão competente, nos seguintes termos:

*“Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:*

*[...]*

*c) a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo;”*

10.A matéria encontra-se pormenorizada pelo art. 89 e seguintes do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/63. Na disciplina, são indicados os requisitos para que se processem as solicitações de transferência direta, destacada a necessidade de que, caso se confirme a transferência, sejam observados os prazos e condições estabelecidos originalmente para a outorga (parágrafo único do art. 93).

11.Quanto à competência para a prática do ato, prescreve o Regulamento já mencionado que, no caso de serviço de radiodifusão apenas sonora, será o ato de transferência da competência do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (art. 90, I), atualmente atribuída ao Ministro das Comunicações (art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019), observada a devida comunicação ao Congresso Nacional, por meio de mensagem do Presidente da República (parágrafo único do art. 90).

12.Importante requisito a ser observado é o da necessidade de **decurso do prazo de cinco anos da data de expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação** (art. 91, com redação conferida pelo Decreto nº 9.138, de 2017), período antes do qual mostra-se inviável a transferência. Quanto ao ponto, como é possível depreender de quanto já narrado neste opinativo, exsurge o atendimento da exigência, assim examinada pela Secretaria de Radiodifusão na Nota Técnica que analisou o caso:

*“10. Tem-se, ademais, que, após consulta à pasta cadastral da pessoa jurídica cedente, a condição alusiva ao prazo mínimo de licenciamento da estação, conforme previsto no art. 91 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, foi devidamente observada. A primeira licença para funcionamento da estação de radiodifusão sonora, em onda média, foi emitida em 29 de agosto de 1985; portanto, a estação encontra-se licenciada há mais de 5 (cinco) anos (SUPER [11047321](#)).”*

13.Ainda, finalizando as verificações preliminares, que dão azo à análise do pedido de transferência, foi realizada a verificação acerca da **existência ou não de processos administrativos que pudessem resultar na cassação da outorga**. Nesse sentido, assim se manifestou a Secretaria de Radiodifusão:

*“22.Mostra-se relevante rememorar que, em se tratando de transferência de outorga, faz-se necessário, também, levantar informações acerca da existência de pena de cassação da outorga que se pretende transferir, conforme recomendado pela Conjur, nos termos do Parecer n.º 798/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU. Em atendimento à recomendação, esta Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada enviou correspondência eletrônica [11047192](#) à unidade competente. Em resposta, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM se manifestou no sentido de que “apesar da emissora de RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA. (CNPJ nº 43.744.713/0001-72), para a execução do serviço de radiodifusão sonora, no município de Araçatuba, estado de São Paulo, responder ao processo nº 53504.011117/2013-37, não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de CASSAÇÃO de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.” (SUPER [11047489](#)).”*

14.Respeitadas, assim, as exigências preliminares que autorizam a análise dos demais aspectos relevantes, as partes interessadas na transferência direta devem observar os requisitos dispostos no art. 93 do

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35832727/visualizar/2060786605-1267808804

08/09/2023/CONJUR-MC/CGU/AGU (11042697) SEI 01250.037368/2019-62 / pg. 240

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, que assim assinala os documentos que devem ser apresentados para comprovação da regularidade das entidades envolvidas:

*“Art. 93. A transferência da concessão ou da permissão só poderá ser efetivada se a sociedade para a qual será transferida a concessão ou a permissão estiver condicionada às exigências constantes do art. 28, acompanhada da seguinte documentação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*I - requerimento de transferência de concessão e permissão, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*II - documentação relativa à entidade cedente: (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*a) prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*III - documentação relativa à entidade cessionária: (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*a) (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)*

*b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*c) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição, feita por meio da apresentação de: (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*1. certidão de nascimento ou casamento; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*2. certificado de reservista; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*3. cédula de identidade; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*5. carteira profissional; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*6. carteira de trabalho e previdência social; ou (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*7. passaporte; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*d) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*e) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data posterior à da publicação do edital; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*f) prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*g) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*h) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*i) i) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)*

*j) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº*



5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

*k) declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)*

1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)"

15. Pode-se compulsar nos autos, que foi apresentado requerimento conjunto de transferência, em formulário padrão disponibilizado pelo Poder Público, no qual todos os sócios e administradores das entidades subscreveram (SUPER 11010784). A entidade cedente, **RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA.**, encontra-se devidamente representada por seu sócio-administrador Rafael Gomes Perri (SUPER 11010784- FLS. 3/4, 11010732 E 11010733- FLS 5/6). Do mesmo modo, a cessionária, **SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA.**, está representada por André Vinícius Cardoso, Leandro Henrique Alux Silva e Nivaldo Quessa, sócios-administradores da entidade, designada para a função conforme mais recente Certidão Simplificada da Junta Comercial (SUPER 11010733 – fls. 5/6).

16. Em sequência, no que diz respeito à situação da entidade cedente, assim se manifestou a SECOE:

*"11. A documentação apresentada pelas entidades cedente e cessionária está em conformidade com o art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017 e pelo Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER [11047155](#)). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º)."*

17. De fato, verifica-se nos autos que foram apresentados prova de inscrição no CNPJ ([11010732](#) pág.2), prova de regularidade perante as fazendas públicas federal e INSS (SUPER [11010732](#), págs.6), estadual de sua sede (SUPER [11010732](#), págs.7/8) e municipal (SUPER [11010732](#), pág.9), de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel (SUPER 11010732- fls. 10/11), de regularidade perante o FGTS (SUPER 11010732- fl. 12) e de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (SUPER 11010732- fl.13).

18. Já em relação ao cumprimento dos requisitos pela cessionária, eis a conclusão apresentada pelo setor técnico responsável:

*"21. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a pessoa jurídica cessionária, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão, em havendo autorização do Poder Público para a transferência direta da outorga, tudo na forma do art. 93 do*





supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.”

19.Com efeito, os requisitos indicados no art. 93, III, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão foram efetivamente comprovados, nos termos acima narrados, podendo-se compulsar nos autos a certidão simplificada emitida pela Junta Comercial (SUPER SUPER [11010733](#),págs.5/6); prova da condição de brasileiro nato dos sócios e dirigentes (SUPER [11010733](#), pág.27/30); balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (SUPER [11010733](#),págs.15/18); certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (SUPER [11010733](#),pág.4); prova de inscrição no CNPJ (SUPER [11010733](#) pág.2); prova de regularidade perante as Fazendas federal e INSS (SUPER [11010733](#),pág.19) e estadual da sede da entidade (SUPER [11010733](#),págs.20/21); prova de regularidade relativa ao FGTS (SUPER [11010733](#),pág.25); e de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (SUPER [11010733](#), pág.26). Consta, ainda, a prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel (SUPER [11010733](#),pág.23/24).

20.Outrossim, constata-se que a cessionária apresentou todas as declarações exigidas devidamente firmadas por sua sócia-administradora, conforme determina a legislação (SUPER [11010784](#)).

21.Sobre a composição societária e diretiva da cessionária, a Secretaria informou:

“16.De acordo com a Certidão Simplificada expedida pelo órgão de registro competente na data de 13 de julho de 2023, a composição societária e diretiva da pessoa jurídica cessionária é a seguinte (SUPER [11010733](#) - págs. 5/6):”

NOME	COTAS	VALOR - R\$
André Vinicius Cardoso	5.000	5.000,00
Leandro Henrique Alux Silva	5.000	5.000,00
Nivaldo Quesa	5.000	5.000,00
TOTAL	15.000	15.000,00

NOME	CARGO
André Vinicius Cardoso	Administrador
Leandro Henrique Alux Silva	Administrador
Nivaldo Quesa	Administrador

22.Superada a análise dos requisitos relativos às entidades, deve-se verificar, ainda, a observância dos limites pessoais estipulados pela legislação para a exercício da atividade de radiodifusão. Nesse sentido, note-se que devem ser respeitados o art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967 e a alínea "g" do art. 38 da Lei nº 4.117/1962, que assim dispõem:

“DECRETO-LEI Nº 236, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

1) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada - 6

b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por Estados

c - Nacionais:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35832727/visualizar/2060786605-1267808804

SEI 01250.037368/2019-62 / pg. 243

Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962.

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas: (Redação dada pela Lei nº 10.610, de 20.12.2002)

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade (Redação dada pela Lei nº 10.610, de 20.12.2002)."

23.A questão foi analisada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica e mostrou-se regular, nos termos a seguir:

"19. Nesse contexto, a pessoa jurídica cessionária e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os limites de outorgas fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO (SUPER [11047348](#))."

24.Assim, conforme já evidenciado, o exame jurídico dos autos, da conclusão e dos fundamentos adotados pelas autoridades que apreciaram administrativamente o pedido não indicou a existência irregularidades que pudessem obstar a sequência do feito e a prática do ato, firmando-se a presunção de atendimento das exigências dispostas na legislação.

25. Mencione-se que houve renovação da outorga objeto da transferência direta, para o período de 01/11/2013 a 01/11/2023, por meio da Portaria 8734, de 15/03/2023, publicada no Diário Oficial da União de 12/04/2023 (SUPER 11047320). A radiodifusora se encontra em funcionamento precário, posto que a renovação ainda não foi apreciada pelo Congresso Nacional. Tal condição deve ser notificada à cessionária.

26. A entidade cedente não optou pelo parcelamento do preço público de outorga, como atestou a SECOE, no item 23 da Nota Técnica 12773/2023.

27.Conforme estabelece o art. 90 do Regulamento de Radiodifusão, a transferência da permissão deverá ser autorizada por meio de Portaria Ministerial (inc. I) e comunicada ao Congresso Nacional, por meio de Mensagem do Presidente da República (parágrafo único), nos termos do disposto no § 5º do art. 222 da Constituição Federal.

### III - CONCLUSÃO

28.Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, sugerimos a restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão para prosseguimento.

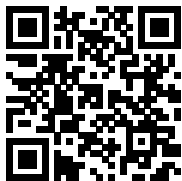
29.É o Parecer, produzido e assinado eletronicamente por meio do Sistema Sapiens e submetido à consideração superior.

Brasília, 06 de setembro de 2023.

TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK  
Advogada da União



Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250037368201962 e da chave de acesso a9704f92



Documento assinado eletronicamente por TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1267808804 e chave de acesso a9704f92 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 06-09-2023 14:19. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35832727/visualizar/2060786605-1267808804](https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35832727/visualizar/2060786605-1267808804)

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35832727/visualizar/2060786605-1267808804>

08/09/2023, 11:28 / NUP: 01250037368201962 / CHAVE: a9704f92 / pg. 245



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6119/6915

**DESPACHO n. 01860/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 01250.037368/2019-62**

**INTERESSADOS: RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA (CEDENTE) E SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA (CESSIONÁRIA).**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

1. Aprovo o PARECER n. 00578/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dra. Tatiane Flores Cavalcante Razuk, Advogada da União.
2. Na espécie, tratam os autos de pedido formulado por RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA., em conjunto com SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA., com o objetivo de transferir, da primeira para a segunda entidade, a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média adaptada para frequência modulada na localidade de Araçatuba, estado de São Paulo, concedida à primeira requerente.
3. Conforme os termos do Parecer, o exame jurídico dos autos, da conclusão e dos fundamentos adotados pelas autoridades que apreciaram administrativamente o pedido não indicou a existência irregularidades que pudessem obstar a sequência do feito e a prática do ato, firmando-se a presunção de atendimento das exigências dispostas na legislação.
4. Já quanto à minuta de portaria proposta, verifica-se a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.
5. Encaminhem-se os autos do processo administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e prosseguimento.

Brasília, 06 de setembro de 2023.

VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO  
Procurador da Fazenda Nacional  
Coordenador-Geral Jurídico de Radiodifusão Substituto  
CONJUR-MCOM

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250037368201962 e da chave de acesso a9704f92

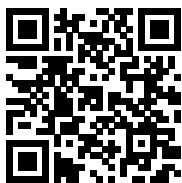


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35832727/visualizar/2060786606-1274357507](https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35832727/visualizar/2060786606-1274357507)

Despacho n. 00578/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11402897)

SEI 01250.037368/2019-62 / pg. 246



Documento assinado eletronicamente por VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1274357507 e chave de acesso a9704f92 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 06-09-2023 17:00. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f







ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6119/6915

**DESPACHO n. 01866/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 01250.037368/2019-62**

**INTERESSADOS: RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA (CEDENTE) E SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA (CESSIONÁRIA).**

**ASSUNTOS: Radiodifusão. Rádio comercial. Transferência de outorga.**

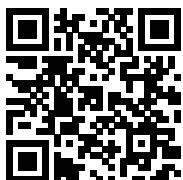
Aprovo o **PARECER n. 00578/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 01860/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.**

Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 8 de setembro de 2023.

Assinado eletronicamente  
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES  
ADVOGADO DA UNIÃO  
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250037368201962 e da chave de acesso a9704f92



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1275325160 e chave de acesso a9704f92 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 08-09-2023 10:45. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35832727/visualizar/2060786607-1275325160](https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35832727/visualizar/2060786607-1275325160)

Despacho n. 00578/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11402697)

SEI 01250.037368/2019-62 / pg. 248



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 10395, DE 08 DE SETEMBRO DE 2023

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no artigo 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.037368/2019-62, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 12773/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00578/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU,

Art. 1º Transferir a concessão outorgada à Rádio Cultura de Araçatuba Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 43.744.713/0001-72, por meio do Decreto nº 38.086, de 12 de outubro de 1955, publicado no dia 3 de dezembro de 1955, para o SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA, inscrita no C.N.P.J. nº 03.156.036/0001-57, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50415114624, no município de Araçatuba, estado de São Paulo.

Art. 2º Os quadros societário e diretivo da cessionária, após a operação realizada, ficarão assim constituídos:

NOME	COTAS	VALOR - R\$
André Vinicius Cardoso	5.000	5.000,00
Leandro Henrique Alux Silva	5.000	5.000,00
Nivaldo Qnessa	5.000	5.000,00
TOTAL	15.000	15.000,00

NOME	CARGO
André Vinicius Cardoso	Administrador
Leandro Henrique Alux Silva	Administrador
Nivaldo Qnessa	Administrador

Art. 3º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, rege-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 22/09/2023, às 16:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinaturas.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>  
Portaria 10395 Transferência Rádio (11103243) SEI 01250.037368/2019-62 / pg. 249

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11103243** e o código CRC **851CA31D**.

Referência: Processo nº 01250.037368/2019-62

Documento nº 11103243



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinaturas.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Portaria 10995 Transferência Direta (11103243)

SEI 01250.037368/2019-62 / pg. 250

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



EM Nº 291/2023/MCOM

Brasília, 08 de setembro de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 01250.037368/2019-62, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 12773/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00578/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 10395 de 08 de setembro de 2023, publicada em \_\_\_\_\_, que transfere a concessão outorgada à RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA, inscrita no C.N.P.J. nº 43.744.713/0001-72, por meio do Decreto nº 38.086, de 12 de outubro de 1955, publicado no dia 3 de dezembro de 1955, para o SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA, inscrita no C.N.P.J. nº 03.156.036/0001-57, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50415114624, no município de Araçatuba, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 22/09/2023, às 16:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11103271** e o código CRC **B9ED0F69**.

Referência: Processo nº 01250.037368/2019-62

Documento nº 11103271



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Exposição de Motivos 291 - Transferência Direta (11103271) - SEI 01250.037368/2019-62 / pg. 251

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

Ofício Interno nº 41219/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

Ao Senhor  
**Braunner Fassheber**  
Chefe de Gabinete do Ministro  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha a Portaria (11103243) e Exposição de Motivos (11103271)**

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Parecer nº 00578/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU(11102897), encaminha a Portaria nº 10395/2023(11103243) e Exposição de Motivos (11103271), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

**Wilson Diniz Wellisch**  
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch, Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em 21/09/2023, às 15:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11103278** e o código CRC **09EF3773**.

Referência: Processo nº 01250.037368/2019-62

Documento nº 11103278



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Ofício Interno 41219 (11103278)

SEI 01250.037368/2019-62 / pg. 252

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República  
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias  
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 25/09/2023 17:41:50  
**Origem do Ofício:** Gabinete do Ministro  
**Operador:** DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA  
**Ofício:** 9872225  
**Data prevista de publicação:** 26/09/2023  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

## Matérias

Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
20984448	ATO PORTARIA NA 10506.rtf	1b6cdc8238d6ed243c3b3e1144e27e34	9,00	R\$ 350,28
20984449	ATO PORTARIA NA 10440.rtf	540ebaf4bf23023d92b9ac676d50b314	9,00	R\$ 350,28
20984450	ATO PORTARIA NA 10427.rtf	dc63f8f2712eae438fcc28ddd8f73fb8	8,00	R\$ 311,36
20984451	ATO PORTARIA NA 105452.rtf	e70c18f0fb3b5cd5381cf0597473d84b	11,00	R\$ 428,12
20984452	ATO PORTARIA NA 10402.rtf	43fe1f6603314d2c0adfe560627ceeee	11,00	R\$ 428,12
20984453	ATO PORTARIA NA 10400.rtf	e3ed3939cbabe41aa04cb6d5e03e3a2c	11,00	R\$ 428,12
20984454	ATO PORTARIA NA 10397.rtf	9ad7c63fffc50af0c6e9e5434bc97879	11,00	R\$ 428,12
20984455	ATO PORTARIA NA 10396.rtf	f3402c140fba5787909cc913c27c1107	11,00	R\$ 428,12
20984456	ATO DESPACHO NA 560.rtf	6020f092e07ee0ef3e3b2daecbeebf81	6,00	R\$ 233,52
20984457	ATO PORTARIA NA 10398.rtf	114c244f12f61d4dfb74968f9d2bfc64	9,00	R\$ 350,28
20984458	ATO PORTARIA NA 10395.rtf	a2de97a24b3561bd8ab1fc554fb69f6a	15,00	R\$ 622,72
20984459	ATO PORTARIA NA 10434.rtf	9683c716753117ad45aef51003450a37	7,00	R\$ 272,44
20984460	ATO PORTARIA NA 10428.rtf	3ef206e4a39b6bfd8fbde8dc5bfb0a0e	6,00	R\$ 233,52
20984461	ATO PORTARIA NA 10442.rtf	2a1127ce0daff7a04fd585dbf0dce68d	5,00	R\$ 194,60
20984462	ATO PORTARIA NA 10401.rtf	2293c3001957ab8f31de6f2a91dfb09c	9,00	R\$ 350,28
20984463	ATO PORTARIA NA 10399.rtf	ca9162e658a0ac7717c4c666307662af	9,00	R\$ 350,28
			<b>147,00</b>	<b>R\$ 5.760,16</b>



DO OFICIO

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

n.gov.br/recibo.do?idof=9872225

https://processo-eletronico.legisbrasil.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

Comprovante Envio Portaria nº 10506 (11/02/2005)

SEP 07230:037368/2019-62 / pg. 253



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[n.gov.br/recibo.do?idof=9872225](https://n.gov.br/recibo.do?idof=9872225)

<https://n.gov.br/recibo.do?idof=9872225>

Comprovante Envio Portaria nº 16593 (11152605)

SEP 07230:037368/2019-62 / pg. 254

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 26/09/2023 | Edição: 184 | Seção: 1 | Página: 4

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA Nº 10.395, DE 8 DE SETEMBRO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no artigo 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.037368/2019-62, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 12773/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00578/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU,

Art. 1º Transferir a concessão outorgada à Rádio Cultura de Araçatuba Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 43.744.713/0001-72, por meio do Decreto nº 38.086, de 12 de outubro de 1955, publicado no dia 3 de dezembro de 1955, para o SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA, inscrita no C.N.P.J. nº 03.156.036/0001-57, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50415114624, no município de Araçatuba, estado de São Paulo.

Art. 2º Os quadros societário e diretivo da cessionária, após a operação realizada, ficarão assim constituídos:

NOME	COTAS	VALOR - R\$
André Vinicius Cardoso	5.000	5.000,00
Leandro Henrique Alux Silva	5.000	5.000,00
Nivaldo Quessa	5.000	5.000,00
TOTAL	15.000	15.000,00

NOME	CARGO
André Vinicius Cardoso	Administrador
Leandro Henrique Alux Silva	Administrador
Nivaldo Quessa	Administrador

Art. 3º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Id solicitação: 57dbac58844ee

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RADIO CULTURA DE ARACATUBA LTDA - ME	
<b>Nome Fantasia:</b>	
<b>Telefone:</b> (18) 2103-5967	<b>E-mail:</b> aracatubense@terra.com.br
<b>CNPJ:</b> 43.744.713/0001-72	<b>Número do Fistel:</b> 50415114624
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 01/11/2003	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> 01/11/2023	
<b>Observações:</b> Ato nº 1401, de 18/05/2016, publicado na Seção 1, p.7, do DOU de 25/05/2016.	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> RUA OSWALDO CRUZ	<b>Complemento:</b> TÉRREO	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 67	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16010040

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> Senador Teotônio Vilela	<b>Complemento:</b> RODOVIA	
<b>Bairro:</b> Alvorada	<b>Numero:</b> S/Nº	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16016500

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> Marechal Deodoro	<b>Complemento:</b> SOBRE LOJA	
<b>Bairro:</b> Centro	<b>Numero:</b> 675A	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16010301

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 294	<b>Frequência:</b> 106.7 MHz	<b>Classe:</b> B1	<b>ERP Máxima:</b> 5.7601kW
<b>HCI:</b> 46 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 1

## Informações da Estação



23/14/09/20 eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

Relatório Canal\_Cedente (11/13/427)

SER 01230.057368/2019-62 / pg. 256

Informações Gerais	
Número da Estação: 1006381179	Número Indicativo: ZYE482
Data Último Licenciamento: 20/09/2022	Número da Licença: 53500.291076/2022-83

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 21° 14' 21.59" S	Longitude: 50° 24' 28.40" W	Cota da base: 396.5 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 002850402252	Modelo: FM 3000
Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP	Potência de Operação: 1.99 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF15850JL	Fabricante: RFS- RADIO FREQUENCY SYSTEMS		
Comprimento da Linha: 55 m	Atenuação: 0.735 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: AQV-4 ELEM	Fabricante: INOVATOR ANTENAS				
Ganho: 5.52 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 220 °	Polarização: Vertical	HCI: 46 m	ERP Máxima: 5.76 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 2.27	5°: 2.27	10°: 2.27	15°: 2.38	20°: 2.38	25°: 2.38	30°: 2.38	35°: 2.38	40°: 2.38	45°: 2.38	50°: 2.38	55°: 2.38
60°: 2.38	65°: 2.38	70°: 2.27	75°: 2.27	80°: 2.27	85°: 2.27	90°: 2.16	95°: 2.16	100°: 2.16	105°: 2.16	110°: 2.05	115°: 2.05
120°: 2.05	125°: 1.94	130°: 1.94	135°: 1.83	140°: 1.72	145°: 1.62	150°: 1.51	155°: 1.31	160°: 1.21	165°: 1.11	170°: 1.01	175°: 0.82
180°: 0.72	185°: 0.63	190°: 0.45	195°: 0.26	200°: 0.18	205°: 0.09	210°: 0.09	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0.09	235°: 0.09
240°: 0.18	245°: 0.26	250°: 0.35	255°: 0.45	260°: 0.63	265°: 0.72	270°: 0.92	275°: 1.01	280°: 1.11	285°: 1.21	290°: 1.41	295°: 1.51
300°: 1.72	305°: 1.83	310°: 1.94	315°: 1.94	320°: 2.05	325°: 2.16	330°: 2.16	335°: 2.16	340°: 2.16	345°: 2.27	350°: 2.27	355°: 2.27

Coordenadas por radial											
0°: Lat 21°6'58.16" S Lon 50°24'28.4" W	5°: Lat 21°6'17.33" S Lon 50°23'42.99" W	10°: Lat 21°6'8.85" S Lon 50°22'55.28" W	15°: Lat 21°6'4.54" S Lon 50°22'5.65" W	20°: Lat 21°6'0.2" S Lon 50°21'12.81" W	25°: Lat 21°6'35.19" S Lon 50°20'20'35.3" W	30°: Lat 21°7'49.31" S Lon 50°20'25.62" W	35°: Lat 21°8'49.38" S Lon 50°20'19.04" W	40°: Lat 21°9'3.64" S Lon 50°19'20.95" W	45°: Lat 21°9'34.79" S Lon 50°18'47.52" W	50°: Lat 21°9'54.76" S Lon 50°18'36.36" W	55°: Lat 21°10'31.63" S Lon 50°18'36.36" W
60°: Lat 21°11'5.85" S Lon 50°18'25.01" W	65°: Lat 21°11'38.12" S Lon 50°18'12.69" W	70°: Lat 21°12'6.02" S Lon 50°17'49.27" W	75°: Lat 21°12'41.42" S Lon 50°17'47.93" W	80°: Lat 21°13'12.68" S Lon 50°17'30.06" W	85°: Lat 21°13'45.68" S Lon 50°17'9.99" W	90°: Lat 21°14'21.46" S Lon 50°17'48.99" W	95°: Lat 21°14'52.26" S Lon 50°18'10.76" W	100°: Lat 21°15'29.39" S Lon 50°17'34.96" W	105°: Lat 21°15'57.82" S Lon 50°17'50.18'2.53" W	110°: Lat 21°16'23.94" S Lon 50°18'27.33" W	115°: Lat 21°16'38.8" S Lon 50°19'12.44" W
120°: Lat 21°17'11.05" S Lon 50°19'13.24" W	125°: Lat 21°17'49.6" S Lon 50°19'9.43" W	130°: Lat 21°18'11.67" S Lon 50°19'34" W	135°: Lat 21°18'24.66" S Lon 50°20'7.44" W	140°: Lat 21°17'57.72" S Lon 50°21'13.72" W	145°: Lat 21°17'29.99" S Lon 50°22'6.81" W	150°: Lat 21°17'32.56" S Lon 50°22'30.06" W	155°: Lat 21°17'45.74" S Lon 50°22'46.23" W	160°: Lat 21°17'53.27" S Lon 50°23'5.71" W	165°: Lat 21°17'59.18" S Lon 50°23'25.83" W	170°: Lat 21°18'3.43" S Lon 50°23'46.42" W	175°: Lat 21°18'10.72" S Lon 50°24'6.89" W
180°: Lat 21°18'25.83" S Lon 50°24'28.4" W	185°: Lat 21°19'2.69" S Lon 50°24'54.8" W	190°: Lat 21°19'27.5" S Lon 50°25'26.31" W	195°: Lat 21°19'39.95" S Lon 50°26'0" W	200°: Lat 21°20'38.14" S Lon 50°26'55.56" W	205°: Lat 21°20'59.14" S Lon 50°27'47.46" W	210°: Lat 21°20'20.92" S Lon 50°28'11.16" W	215°: Lat 21°20'51.94" S Lon 50°29'21.92" W	220°: Lat 21°20'8.46" S Lon 50°29'40.95" W	225°: Lat 21°19'41.75" S Lon 50°30'12.21" W	230°: Lat 21°19'15.65" S Lon 50°30'44.74" W	235°: Lat 21°18'38.52" S Lon 50°31'2.47" W
240°: Lat 21°21'18.53" S Lon 50°31'24.99" W	245°: Lat 21°17'12.83" S Lon 50°31'2.81" W	250°: Lat 21°16'41.75" S Lon 50°31'22.09" W	255°: Lat 21°16'16.18" S Lon 50°32'8.03" W	260°: Lat 21°15'39.23" S Lon 50°32'21.99" W	265°: Lat 21°14'59.23" S Lon 50°32'12.23" W	270°: Lat 21°14'21.43" S Lon 50°31'53.62" W	275°: Lat 21°13'46.93" S Lon 50°31'31.62" W	280°: Lat 21°13'11.85" S Lon 50°31'31.76" W	285°: Lat 21°12'36.5" S Lon 50°31'28.53" W	290°: Lat 21°12'1.14" S Lon 50°31'21.87" W	295°: Lat 21°11'24.07" S Lon 50°31'16.38" W
300°: Lat 21°10'51.61" S Lon 50°30'58.22" W	305°: Lat 21°10'15.29" S Lon 50°30'45.43" W	310°: Lat 21°9'48.65" S Lon 50°30'17.07" W	315°: Lat 21°9'11.3" S Lon 50°30'30'1.01" W	320°: Lat 21°8'41.83" S Lon 50°29'34.01" W	325°: Lat 21°8'26.07" S Lon 50°28'55.26" W	330°: Lat 21°7'57.53" S Lon 50°28'26.1" W	335°: Lat 21°7'43.98" S Lon 50°27'47.16" W	340°: Lat 21°7'29.34" S Lon 50°27'9.25" W	345°: Lat 21°7'17.84" S Lon 50°26'30.12" W	350°: Lat 21°7'4.89" S Lon 50°25'50.95" W	355°: Lat 21°6'55.12" S Lon 50°25'10.28" W

Distância por radial											
0°: 13.7	5°: 15	10°: 15.5	15°: 15.9	20°: 16.5	25°: 15.9	30°: 14	35°: 12.5	40°: 12.8	45°: 12.5	50°: 12.8	55°: 12.4





60°: 12.1	65°: 11.9	70°: 12.2	75°: 11.9	80°: 12.2	85°: 12.7	90°: 11.5	95°: 10.9	100°: 12.1	105°: 11.5	110°: 11.1	115°: 10
120°: 10.5	125°: 11.2	130°: 11.1	135°: 10.6	140°: 8.7	145°: 7.1	150°: 6.8	155°: 7	160°: 7	165°: 7	170°: 7	175°: 7.1
180°: 7.5	185°: 8.7	190°: 9.6	195°: 10.2	200°: 12.4	205°: 13.5	210°: 12.8	215°: 14.7	220°: 14	225°: 14	230°: 14.1	235°: 13.8
240°: 13.8	245°: 12.5	250°: 12.7	255°: 13.7	260°: 13.8	265°: 13.4	270°: 12.8	275°: 12.2	280°: 12.4	285°: 12.5	290°: 12.7	295°: 13
300°: 13	305°: 13.3	310°: 13.1	315°: 13.5	320°: 13.7	325°: 13.4	330°: 13.7	335°: 13.5	340°: 13.5	345°: 13.5	350°: 13.7	355°: 13.8

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCl: m	ERP Máxima: 5.76 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
299831955	38086	Decreto	PR	12/10/1955	03/12/1955	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
01250060861201714	451	Despacho	MCTIC	26/03/2018	29/03/2018	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	77219	Decreto	PR	23/02/1976	24/02/1976	Renovação	Jurídico
1726951983	89472	Decreto	PR	21/03/1984	22/03/1984	Renovação	Jurídico
538300018551994	14	Portaria	MC	09/01/1996	30/01/1996	Multa	Jurídico
508300010001993	11	Decreto	PR	29/09/2000	02/10/2000	Renovação	Jurídico
538300010621998	187	Portaria	MC	12/06/2002	25/06/2002	Multa	Jurídico
538300012411997	180602	Despacho	MC	18/06/2002		Advertência	Jurídico
508300010001993	212	Decreto Legislativo	CN	11/09/2002	12/09/2002	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
530000255552003	11	Decreto	PR	12/06/2009	15/06/2009	Renovação	Jurídico
530000255552003	474	Decreto Legislativo	CN	06/07/2010	07/07/2010	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.081347/2017-27	13931	Ato	ORLE	17/11/2017	11/12/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53000.032129/2013-76	2839	Portaria	MC	02/01/2020	23/01/2020	Multa	Técnico



530000441992013 77	8734	Portaria	MC	16/03/2023	12/04/2023	Renovação	Jurídico
012500373682019 62	10395	Portaria	MC	08/09/2023	26/09/2023	Transferência Direta	Jurídico

## Horário de funcionamento



Id solicitação: 57dbac58844ee

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA	
<b>Nome Fantasia:</b> Sistema Cultura de Comunicacao	
<b>Telefone:</b> (18) 36231337	<b>E-mail:</b> ammodena@hotmail.com
<b>CNPJ:</b> 03.156.036/0001-57	<b>Número do Fistel:</b> 50415114624
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 01/11/2003	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> 01/11/2023	
<b>Observações:</b> Ato nº 1401, de 18/05/2016, publicado na Seção 1, p.7, do DOU de 25/05/2016.	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> Marechal Deodoro	<b>Complemento:</b> A - Sobreloja	
<b>Bairro:</b> Centro	<b>Numero:</b> 675	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16010301

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> Senador Teotônio Vilela	<b>Complemento:</b> RODOVIA	
<b>Bairro:</b> Alvorada	<b>Numero:</b> S/Nº	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16016500

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> Marechal Deodoro	<b>Complemento:</b> SOBRE LOJA	
<b>Bairro:</b> Centro	<b>Numero:</b> 675A	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 16010301

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Araçatuba	<b>UF:</b> SP

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 294	<b>Frequência:</b> 106.7 MHz	<b>Classe:</b> B1	<b>ERP Máxima:</b> 5.7601kW
<b>HCI:</b> 46 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 1

## Informações da Estação



23/08/2019 09:47 eletronicamente, após conferência com original.

https://infopag.pntentificidadeassinatura.camara.jeg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

Relatório Canal - Cessionária (1435555)

SEI 01230-03/368/2019-62 / pg. 260

Informações Gerais	
<b>Número da Estação:</b> 1006381179	<b>Número Indicativo:</b> ZYE482
<b>Data Último Licenciamento:</b> 20/09/2022	<b>Número da Licença:</b> 53500.291076/2022-83

Estação Principal		
Localização		
<b>Latitude:</b> 21° 14' 21.59" S	<b>Longitude:</b> 50° 24' 28.40" W	<b>Cota da base:</b> 396.5 m

Transmissor Principal	
<b>Código Equipamento:</b> 002850402252	<b>Modelo:</b> FM 3000
<b>Fabricante:</b> Marcelo Amorim de Godoy -EPP	<b>Potência de Operação:</b> 1.99 kW

Linha de Transmissão Principal			
<b>Modelo:</b> LCF15850JL	<b>Fabricante:</b> RFS- RADIO FREQUENCY SYSTEMS		
<b>Comprimento da Linha:</b> 55 m	<b>Atenuação:</b> 0.735 dB/100m	<b>Perdas Acessórias:</b> 0.5 dB	<b>Impedância:</b> 50 ohms

Antena Principal					
<b>Modelo:</b> AQV-4 ELEM	<b>Fabricante:</b> INOVATOR ANTENAS				
<b>Ganho:</b> 5.52 dBd	<b>Beam-Tilt:</b> 0 °	<b>Orientação NV:</b> 220 °	<b>Polarização:</b> Vertical	<b>HCI:</b> 46 m	<b>ERP Máxima:</b> 5.76 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 2.27	5°: 2.27	10°: 2.27	15°: 2.38	20°: 2.38	25°: 2.38	30°: 2.38	35°: 2.38	40°: 2.38	45°: 2.38	50°: 2.38	55°: 2.38
60°: 2.38	65°: 2.38	70°: 2.27	75°: 2.27	80°: 2.27	85°: 2.27	90°: 2.16	95°: 2.16	100°: 2.16	105°: 2.16	110°: 2.05	115°: 2.05
120°: 2.05	125°: 1.94	130°: 1.94	135°: 1.83	140°: 1.72	145°: 1.62	150°: 1.51	155°: 1.31	160°: 1.21	165°: 1.11	170°: 1.01	175°: 0.82
180°: 0.72	185°: 0.63	190°: 0.45	195°: 0.26	200°: 0.18	205°: 0.09	210°: 0.09	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0.09	235°: 0.09
240°: 0.18	245°: 0.26	250°: 0.35	255°: 0.45	260°: 0.63	265°: 0.72	270°: 0.92	275°: 1.01	280°: 1.11	285°: 1.21	290°: 1.41	295°: 1.51
300°: 1.72	305°: 1.83	310°: 1.94	315°: 1.94	320°: 2.05	325°: 2.16	330°: 2.16	335°: 2.16	340°: 2.16	345°: 2.27	350°: 2.27	355°: 2.27

Coordenadas por radial											
0°: Lat 21°6'58.16" S Lon 50°24'28.4" W	5°: Lat 21°6'17.33" S Lon 50°23'42.99" W	10°: Lat 21°6'8.85" S Lon 50°22'55.28" W	15°: Lat 21°6'4.54" S Lon 50°22'5.65" W	20°: Lat 21°6'0.2" S Lon 50°21'12.81" W	25°: Lat 21°6'35.19" S Lon 50°20'35.3" W	30°: Lat 21°7'49.31" S Lon 50°20'25.62" W	35°: Lat 21°8'49.38" S Lon 50°20'19.04" W	40°: Lat 21°9'3.64" S Lon 50°19'42.4" W	45°: Lat 21°9'34.79" S Lon 50°19'20.95" W	50°: Lat 21°9'54.76" S Lon 50°18'47.52" W	55°: Lat 21°10'31.63" S Lon 50°18'36.36" W
60°: Lat 21°11'5.85" S Lon 50°18'25.01" W	65°: Lat 21°11'38.12" S Lon 50°18'12.69" W	70°: Lat 21°12'6.02" S Lon 50°17'49.27" W	75°: Lat 21°12'41.42" S Lon 50°17'47.93" W	80°: Lat 21°13'12.68" S Lon 50°17'30.06" W	85°: Lat 21°13'45.68" S Lon 50°17'9.99" W	90°: Lat 21°14'21.46" S Lon 50°17'48.99" W	95°: Lat 21°14'52.26" S Lon 50°18'10.76" W	100°: Lat 21°15'29.39" S Lon 50°17'34.96" W	105°: Lat 21°15'57.82" S Lon 50°17'50.18'2.53" W	110°: Lat 21°16'23.94" S Lon 50°18'27.33" W	115°: Lat 21°16'38.8" S Lon 50°19'12.44" W
120°: Lat 21°17'11.05" S Lon 50°19'13.24" W	125°: Lat 21°17'49.6" S Lon 50°19'9.43" W	130°: Lat 21°18'11.67" S Lon 50°19'34" W	135°: Lat 21°18'24.66" S Lon 50°20'7.44" W	140°: Lat 21°17'57.72" S Lon 50°21'13.72" W	145°: Lat 21°17'29.99" S Lon 50°22'6.81" W	150°: Lat 21°17'32.56" S Lon 50°23'0.06" W	155°: Lat 21°17'45.74" S Lon 50°24'46.23" W	160°: Lat 21°17'53.27" S Lon 50°25'23.57" W	165°: Lat 21°17'59.18" S Lon 50°26'35.83" W	170°: Lat 21°18'3.43" S Lon 50°27'46.42" W	175°: Lat 21°18'10.72" S Lon 50°28'24'6.89" W
180°: Lat 21°18'25.83" S Lon 50°24'28.4" W	185°: Lat 21°19'2.69" S Lon 50°24'54.8" W	190°: Lat 21°19'27.5" S Lon 50°25'26.31" W	195°: Lat 21°19'39.95" S Lon 50°26'0" W	200°: Lat 21°20'38.14" S Lon 50°26'55.56" W	205°: Lat 21°20'59.14" S Lon 50°27'47.46" W	210°: Lat 21°20'20.92" S Lon 50°28'11.16" W	215°: Lat 21°20'51.94" S Lon 50°29'21.92" W	220°: Lat 21°20'8.46" S Lon 50°29'40.95" W	225°: Lat 21°19'41.75" S Lon 50°30'12.21" W	230°: Lat 21°19'15.65" S Lon 50°30'44.74" W	235°: Lat 21°18'38.52" S Lon 50°31'2.47" W
240°: Lat 21°21'18.53" S Lon 50°31'24.99" W	245°: Lat 21°17'12.83" S Lon 50°31'2.81" W	250°: Lat 21°16'41.75" S Lon 50°31'22.09" W	255°: Lat 21°16'16.18" S Lon 50°32'8.03" W	260°: Lat 21°15'39.23" S Lon 50°32'21.99" W	265°: Lat 21°14'59.23" S Lon 50°32'12.23" W	270°: Lat 21°14'21.43" S Lon 50°31'53.62" W	275°: Lat 21°13'46.93" S Lon 50°31'31.62" W	280°: Lat 21°13'11.85" S Lon 50°31'31.76" W	285°: Lat 21°12'36.5" S Lon 50°31'28.53" W	290°: Lat 21°12'1.14" S Lon 50°31'21.87" W	295°: Lat 21°11'24.07" S Lon 50°31'16.38" W
300°: Lat 21°10'51.61" S Lon 50°30'58.22" W	305°: Lat 21°10'15.29" S Lon 50°30'45.43" W	310°: Lat 21°9'48.65" S Lon 50°30'17.07" W	315°: Lat 21°9'11.3" S Lon 50°30'30'1.01" W	320°: Lat 21°8'41.83" S Lon 50°29'34.01" W	325°: Lat 21°8'26.07" S Lon 50°28'55.26" W	330°: Lat 21°7'57.53" S Lon 50°28'26.1" W	335°: Lat 21°7'43.98" S Lon 50°27'47.16" W	340°: Lat 21°7'29.34" S Lon 50°27'9.25" W	345°: Lat 21°7'17.84" S Lon 50°26'30.12" W	350°: Lat 21°7'4.89" S Lon 50°25'50.95" W	355°: Lat 21°6'55.12" S Lon 50°25'10.28" W

Distância por radial											
0°: 13.7	5°: 15	10°: 15.5	15°: 15.9	20°: 16.5	25°: 15.9	30°: 14	35°: 12.5	40°: 12.8	45°: 12.5	50°: 12.8	55°: 12.4



60°: 12.1	65°: 11.9	70°: 12.2	75°: 11.9	80°: 12.2	85°: 12.7	90°: 11.5	95°: 10.9	100°: 12.1	105°: 11.5	110°: 11.1	115°: 10
120°: 10.5	125°: 11.2	130°: 11.1	135°: 10.6	140°: 8.7	145°: 7.1	150°: 6.8	155°: 7	160°: 7	165°: 7	170°: 7	175°: 7.1
180°: 7.5	185°: 8.7	190°: 9.6	195°: 10.2	200°: 12.4	205°: 13.5	210°: 12.8	215°: 14.7	220°: 14	225°: 14	230°: 14.1	235°: 13.8
240°: 13.8	245°: 12.5	250°: 12.7	255°: 13.7	260°: 13.8	265°: 13.4	270°: 12.8	275°: 12.2	280°: 12.4	285°: 12.5	290°: 12.7	295°: 13
300°: 13	305°: 13.3	310°: 13.1	315°: 13.5	320°: 13.7	325°: 13.4	330°: 13.7	335°: 13.5	340°: 13.5	345°: 13.5	350°: 13.7	355°: 13.8

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 5.76 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
299831955	38086	Decreto	PR	12/10/1955	03/12/1955	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
012500608612017 14	451	Despacho	MCTIC	26/03/2018	29/03/2018	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	77219	Decreto	PR	23/02/1976	24/02/1976	Renovação	Jurídico
1726951983	89472	Decreto	PR	21/03/1984	22/03/1984	Renovação	Jurídico
538300018551994	14	Portaria	MC	09/01/1996	30/01/1996	Multa	Jurídico
508300010001993	11	Decreto	PR	29/09/2000	02/10/2000	Renovação	Jurídico
538300010621998	187	Portaria	MC	12/06/2002	25/06/2002	Multa	Jurídico
538300012411997	180602	Despacho	MC	18/06/2002		Advertência	Jurídico
508300010001993	212	Decreto Legislativo	CN	11/09/2002	12/09/2002	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
530000255552003	11	Decreto	PR	12/06/2009	15/06/2009	Renovação	Jurídico
530000255552003	474	Decreto Legislativo	CN	06/07/2010	07/07/2010	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.081347/201 7-27	13931	Ato	ORLE	17/11/2017	11/12/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53000.032129/201 3-76	2839	Portaria	MC	02/01/2020	23/01/2020	Multa	Técnico

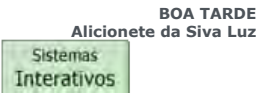




530000441992013 77	8734	Portaria	MC	16/03/2023	12/04/2023	Renovação	Jurídico
012500373682019 62	10395	Portaria	MC	08/09/2023	26/09/2023	Transferência Direta	Jurídico

## Horário de funcionamento





Menu Principal ▾

SIACCO » » **Modulos Unificados (Cadastro e Consulta)** | internet | teia | menu | ajuda

Siacco - Informações Obrigatórias

Identificação da Entidade.

<b>Tipo Entidade:</b>	Pessoa Jurídica
<b>CNPJ:</b>	03.156.036/0001-57
<b>Razão Social:</b>	SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA
<b>Nome Fantasia:</b>	Sistema Cultura de Comunicacao
<b>Data última atualização:</b>	26/09/2023 15:06:30

✓ 1º Passo  
**Empresa**

✓ 2º Passo  
**Sócios**

✓ 3º Passo  
**Conselho**

✓ 4º Passo  
**Diretoria**

✓ 5º Passo  
**Controle**

Dados da Sociedade

<b>Tipo Sociedade:</b>	Limitada ▾
<b>Natureza Sociedade:</b>	Empresa Privada ▾

Capital Social

<b>Valor:</b>	15.000,00	<b>Moeda:</b>	R\$ - REAL ▾
---------------	-----------	---------------	--------------

Sociedade Limitada

<b>Qtd. Cotas:</b>	15.000	<b>Valor de uma Cota:</b>	1,00
--------------------	--------	---------------------------	------

Responsável Pela Atualização dos Dados

<b>Nome Responsável:</b>	nn
<b>Telefone:</b>	(11)-
<b>E-Mail:</b>	nn
<b>Salvar Informações</b>	<b>Confirmar Informações Sociedade</b>

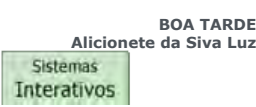


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

asnet/siacco/ Novo\_Siacco/Cadastros\_SitarWeb/wizard.asp?IndRadio=w&xt=1&hdnValidacaoEnviarInformacoes=1&acao=a&chav... 1/1

https://infoleg.br/autenticidadeassinatura/camara-leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f Anexo SIACCO Cessionaria (171134369) SERP01250.037368/2019-62 / pg. 264

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



Menu Principal ▾

SIACCO »» **Modulos Unificados (Cadastro e Consulta)** | internet | teia | menu | ajuda

Siacco - Informações Obrigatórias

Identificação da Entidade.

<b>Tipo Entidade:</b>	Pessoa Jurídica
<b>CNPJ:</b>	03.156.036/0001-57
<b>Razão Social:</b>	SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA
<b>Nome Fantasia:</b>	Sistema Cultura de Comunicacao
<b>Data última atualização:</b>	26/09/2023 15:06:30

- ✓ 1° Passo  
Empresa
- ✓ 2° Passo  
Sócios
- ✓ 3° Passo  
Conselho
- ✓ 4° Passo  
Diretoria
- ✓ 5° Passo  
Controle

Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas com direito a voto	Vlr. Cotas	Qtd. Cotas sem direito a voto	Valor Cotas	EDITAR	DESVINCULAR
218.779.438-51	ANDRE VINICIUS CARDOSO	5.000	5.000,00	0	0,00		
311.842.438-91	NIVALDO QUESSA	5.000	5.000,00	0	0,00		
322.941.688-01	LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA	5.000	5.000,00	0	0,00		

Vincular Sócio

Confirmar Informações Sócios



2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

Siacco - Informações Obrigatórias

Identificação da Entidade.

Tipo Entidade:	Pessoa Jurídica
CNPJ:	03.156.036/0001-57
Razão Social:	SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA
Nome Fantasia:	Sistema Cultura de Comunicacao
Data última atualização:	26/09/2023 15:06:30

1° Passo  
Empresa

2° Passo  
Sócios

3° Passo  
Conselho

4° Passo  
Diretoria

5° Passo  
Controle

Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	EDITAR	DESVINCULAR
218.779.438-51	ANDRE VINICIUS CARDOSO	ADMINISTRADOR		
311.842.438-91	NIVALDO QUESSA	ADMINISTRADOR		
322.941.688-01	LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA	ADMINISTRADOR		



Vincular Diretor

Confirmar Informações Diretores

Não se Aplica



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 42087/2023/MCOM

Brasília, 27 de Setembro de 2023

Ao Senhor  
**Ênio Soares Dias**  
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos 291 (11103271)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 10395/2023/SEI-MCOM (11133522), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos 291 (11103271), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 27/09/2023, às 12:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11136519** e o código CRC **ED1E084B**.

Referência: Processo nº 01250.037368/2019-62

Documento nº 11136519



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Ofício Interno 42087 (11136519)

SEI 01250.037368/2019-62 / pg. 267

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



Brasília, 2 de outubro de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.037368/2019-62, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 12773/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00578/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 10.395, de 8 de setembro de 2023, publicada em 26 de setembro de 2023, que transfere a concessão outorgada à RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA., inscrita no C.N.P.J. nº 43.744.713/0001-72, por meio do Decreto nº 38.086, de 12 de outubro de 1955, publicado no dia 3 de dezembro de 1955, para o SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA., inscrita no C.N.P.J. nº 03.156.036/0001-57, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50415114624, no município de Araçatuba, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º, do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único, do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

Respeitosamente,

***Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho***



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Exposição de Motivos nº 00621/2023 MCOM (11143235)

SEI 01250.037368/2019-62 / pg. 268

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 29646/2023/MCOM

Ao Senhor  
BRUNO MORETTI  
Secretário Especial de Análise Governamental  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Transferência direta de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 01250.037368/2019-62.**

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre transferência direta de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

**ÊNIO SOARES DIAS**  
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 03/10/2023, às 10:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11145429** e o código CRC **6A920CDB**.

**Referência:** Processo nº 01250.037368/2019-62

Documento nº 11145429



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

Ofício 29646 (11145429)

SEI 01250.037368/2019-62 / pg. 269

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

Brasília, 2 de Outubro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.037368/2019-62, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 12773/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00578/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 10.395, de 8 de setembro de 2023, publicada em 26 de setembro de 2023, que transfere a concessão outorgada à RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA., inscrita no C.N.P.J. nº 43.744.713/0001-72, por meio do Decreto nº 38.086, de 12 de outubro de 1955, publicado no dia 3 de dezembro de 1955, para o SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA., inscrita no C.N.P.J. nº 03.156.036/0001-57, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50415114624, no município de Araçatuba, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º, do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único, do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIO DIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE:  
(61) 2027-6119/6915

**PARECER n. 00578/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 01250.037368/2019-62**

**INTERESSADOS: RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA (CEDENTE) E SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA (CESSIONÁRIA).**

**ASSUNTOS: RÁDIO DIFUSÃO. Transferência direta.**

**EMENTA:**

I. Pedido formulado por **RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA.** em conjunto com **SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA.,** com o objetivo de transferir, da primeira para a segunda entidade, a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média adaptada para frequência modulada na localidade de Araçatuba, estado de São Paulo, concedida à primeira requerente.

II. Possibilidade prevista na Lei 4.117/1962, art. 38, "c", com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017, e regulamentada pelo art. 90 e seguintes do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963.

III. Processo devidamente analisado pelo órgão técnico, que concluiu pela existência das condições necessárias ao deferimento do pedido, nos termos da Nota Técnica nº 12773/2023/SEI-MCOM. Regularidade do procedimento.

IV. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações, nos termos do art. 38, "c" da Lei nº 4.117/1962, e do art. 90, I, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, c/c o art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019.

V. Pelo prosseguimento do processo, desde que aferida a manutenção da regularidade fiscal quando da prática do ato administrativo de transferência da outorga.

Senhor Coordenador-Geral Substituto,

**I - RELATÓRIO**

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica encaminha para análise e manifestação desta Consultoria Jurídica/MCOM processo administrativo no qual **RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA.** em conjunto com **SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTD.,** solicitam transferência, da primeira para a segunda entidade, da permissão do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptada para frequência modulada, no município Araçatuba, estado de São Paulo, concedida à primeira requerente.

2. Consoante as informações prestadas inicialmente pela autoridade administrativa, na NOTA TÉCNICA Nº 12773/2023/SEI-MCOM, corroborada pela documentação em referência, eis o histórico da outorga em questão:

*"8. A pessoa jurídica cedente recebeu do Poder Público a concessão para a execução do referido serviço por meio do Decreto nº 38.086, de 12 de outubro de 1955, publicado no dia 3 de dezembro de 1955 (SUPER [11047340](#)). Posteriormente, a outorga foi adaptada de OM para FM consoante Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado em 23 de junho de 2017, publicado*



em 28 de junho do ano corrente (SUPER [11047352](#)). A outorga encontra-se vencida desde o ano de 2013 (SUPER [11047343](#)). Contudo, o Ministro de Estado das Comunicações assinou Portaria nº 8.734, de 15 de março de 2023, publicada no dia 12 de abril de 2023, no bojo do processo nº 53000.044199/2013-77, que tratou da renovação da outorga para o período de 1º de novembro de 2013 a 1º de novembro de 2023 (SUPER [11047320](#)).

9. Oportuno registrar que a execução do serviço de radiodifusão pela entidade está sendo mantida em caráter precário, uma vez que não houve ainda manifestação do Congresso Nacional em relação à renovação da outorga. De todo modo, tal circunstância não inviabiliza a transferência direta, porquanto o art. 4º parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017 e o art. 94 do Decreto nº 52.795/1963 autorizam a efetivação da operação por ocasião do funcionamento do serviço em caráter precário, desde que concluída a instrução do processo de renovação. "

3. A conclusão exarada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica quanto ao pleito, como assinalado na já mencionada **NOTA TÉCNICA**, se deu no sentido da "viabilidade do deferimento do pedido de transferência direta da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50415114624, no município de Araçatuba/SP, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/II 962 e do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963. "

4. Eis o breve relatório, que permite o exame do caso.

## II -ANÁLISE JURÍDICA

### 11.1. Considerações iniciais

5. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

6. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

7. Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria**. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

8. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

*"A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento."*

### 11.2. Análise jurídica





9.A transferência de outorgas para execução de radiodifusão, que se consubstancia na cessão da outorga para nova pessoa jurídica, está expressamente autorizada pela Lei nº 4.117/62, art. 38, alínea "c", que com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017 condiciona a realização da transferência à prévia anuência do órgão competente, nos seguintes termos:

*"Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:*

*[...]*

*c) a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo;"*

10.A matéria encontra-se pormenorizada pelo art. 89 e seguintes do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/63. Na disciplina, são indicados os requisitos para que se processem as solicitações de transferência direta, destacada a necessidade de que, caso se confirme a transferência, sejam observados os prazos e condições estabelecidos originalmente para a outorga (parágrafo único do art. 93).

11.Quanto à competência para a prática do ato, prescreve o Regulamento já mencionado que, no caso de serviço de radiodifusão apenas sonora, será o ato de transferência da competência do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (art. 90, 1), atualmente atribuída ao Ministro das Comunicações (art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019), observada a devida comunicação ao Congresso Nacional, por meio de mensagem do Presidente da República (parágrafo único do art. 90).

12.Importante requisito a ser observado é o da necessidade de **decurso do prazo de cinco anos da data de expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação** (art. 91, com redação conferida pelo Decreto nº 9.138, de 2017), período antes do qual mostra-se inviável a transferência. Quanto ao ponto, como é possível depreender de quanto já narrado neste opinativo, exsurge o atendimento da exigência, assim examinada pela Secretaria de Radiodifusão na Nota Técnica que analisou o caso:

*"10. Tem-se, ademais, que, após consulta à pasta cadastral da pessoa jurídica cedente, a condição alusiva ao prazo mínimo de licenciamento da estação, conforme previsto no art. 91 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, foi devidamente observada. A primeira licença para funcionamento da estação de radiodifusão sonora, em onda média, foi emitida em 29 de agosto de 1985; portanto, a estação encontra-se licenciada há mais de 5 (cinco) anos (SUPER [JJ047321](#))."*

13.Ainda, finalizando as verificações preliminares, que dão azo à análise do pedido de transferência, foi realizada a verificação acerca da **existência ou não de processos administrativos que pudessem resultar na cassação da outorga**. Nesse sentido, assim se manifestou a Secretaria de Radiodifusão:

*"22.Mostra-se relevante rememorar que, em se tratando de transferência de outorga, faz-se necessário, também, levantar informações acerca da existência de pena de cassação da outorga que se pretende transferir; conforme recomendado pela Conjur, nos termos do Parecer n.º 798/2015/CONJUR-MC/CGUIAGU Em atendimento à recomendação, esta Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada enviou correspondência eletrônica [II 047192](#) à unidade competente. Em resposta, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações - CGFM se manifestou no sentido de que "apesar da emissora de RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA. (CNPJ nº 43.744.713/0001-72), para a execução do serviço de radiodifusão sonora, no município de Araçatuba, estado de São Paulo, responder ao processo nº 53504.0JJJJ7/2013-37, não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de CASSAÇÃO de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão." (SUPER [11047489](#)) .."*

14.Respeitadas, assim, as exigências preliminares que autorizam a análise dos demais aspectos relevantes, note-se que as partes interessadas na transferência direta devem observar os requisitos dispostos no art. 93 do



Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, que assim assinala os documentos que devem ser apresentados para comprovação da regularidade das entidades envolvidas:

*"Art. 93. A transferência da concessão ou da permissão só poderá ser efetivada se a sociedade para a qual será transferida a concessão ou a permissão estiver condicionada às exigências constantes do art. 28, acompanhada da seguinte documentação: (Redação dada pelo Decreto n° 9.138, de 2017)*

*I - requerimento de transferência de concessão e permissão, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária; (Incluído pelo Decreto n° 9.138, de 2017)*

*li - documentação relativa à entidade cedente: (Incluído pelo Decreto n° 9.138, de 2017)*

*1) prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto n° 9.138, de 2017)*

*2) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto n° 9.138, de 2017)*

*3) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto n° 9.138, de 2017)*

*4) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e (Incluído pelo Decreto n° 9.138, de 2017)*

*5) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei n° 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; (Incluído pelo Decreto n° 9.138, de 2017)*

*lli - documentação relativa à entidade cessionária: (Incluído pelo Decreto n° 9.138, de 2017)*

*a) (Revogado pelo Decreto n° 10.775, de 2021)*

*b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária; (Incluído pelo Decreto n° 9.138, de 2017)*

*c) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição, feita por meio da apresentação de: (incluído pelo Decreto n° 9.138, de 2017)*

*1. certidão de nascimento ou casamento; (Incluído pelo Decreto n° 9.138, de 2017)*

*2. certificado de reservista; (incluído pelo Decreto n° 9.138, de 2017)*

*3. cédula de identidade; (Incluído pelo Decreto n° 9.138, de 2017)*

*4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (incluído pelo Decreto n° 9.138, de 2017)*

*5. carteira profissional; (Incluído pelo Decreto n° 9.138, de 2017)*

*6. carteira de trabalho e previdência social; ou (incluído pelo Decreto n° 9.138, de 2017)*

*7. passaporte; (Incluído pelo Decreto n° 9.138, de 2017)*

*d) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; (Incluído pelo Decreto n° 9.138, de 2017)*

*e) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data posterior à da publicação do edital; (Incluído pelo Decreto n° 9.138, de 2017)*

*j) prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto n° 9.138, de 2017)*

*g) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto n° 9.138, de 2017)*

*h) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto n° 9.138, de 2017)*

*i) i) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; (Redação dada pelo Decreto n° 10.775, de 2021)*

*J) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei n°*



5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

k) declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do **caput** do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)"

15. Pode-se compulsar nos autos, que foi apresentado requerimento conjunto de transferência, em formulário padrão disponibilizado pelo Poder Público, no qual todos os sócios e administradores das entidades subscreveram (SUPER 11010784). A entidade cedente, **RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA.**, encontra-se devidamente representada por seu sócio-administrador Rafael Gomes Perri (SUPER 11010784- FLS. 3/4, 11010732 E 11010733- FLS 5/6). Do mesmo modo, a cessionária, **SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA**, está representada por André Vinícius Cardoso, Leandro Henrique Alux Silva e Nivaldo Quessa, sócios administradores da entidade, designada para a função conforme mais recente Certidão Simplificada da Junta Comercial (SUPER 11010733 - fls. 5/6).

16. Em sequência, no que diz respeito à situação da entidade cedente, assim se manifestou a SECOE:

"11. A documentação apresentada pelas entidades cedente e cessionária está em conformidade com o art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017 e pelo Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER [11047155](#)). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º **caput**, e §§ 1º, 2º e 3º)."

17. De fato, verifica-se nos autos que foram apresentados prova de inscrição no CNPJ ([11010732](#) pág.2), prova de regularidade perante as fazendas públicas federal e INSS (SUPER [11010732](#), págs.6), estadual de sua sede (SUPER [11010732](#), págs.7/8) e municipal (SUPER [11010732](#), pág.9), de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel (SUPER 11010732- fls. 10/11), de regularidade perante o FGTS (SUPER 11010732- fl. 12) e de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (SUPER 11010732- fl.13).

18. Já em relação ao cumprimento dos requisitos pela cessionária, eis a conclusão apresentada pelo setor técnico responsável:

"21. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a pessoa jurídica cessionária, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão, em havendo autorização do Poder Público para a transferência direta da outorga, tudo na forma do art. 93 do



supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021."

19.Com efeito, os requisitos indicados no art. 93, III, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão foram efetivamente comprovados, nos termos acima narrados, podendo-se compulsar nos autos a certidão simplificada emitida pela Junta Comercial (SUPER SUPER [11010733](#),págs.5/6); prova da condição de brasileiro nato dos sócios e dirigentes (SUPER [11010733](#), pág.27/30); balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (SUPER [11010733](#),págs.15/18); certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (SUPER [11010733](#),pág.4); prova de inscrição no CNPJ (SUPER [11010733](#) pág.2); prova de regularidade perante as Fazendas federal e INSS (SUPER [11010733](#),pág.19) e estadual da sede da entidade (SUPER [11010733](#),págs.20/21); prova de regularidade relativa ao FGTS (SUPER [11010733](#),pág.25); e de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (SUPER [11010733](#), pág.26). Consta, ainda, a prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel (SUPER [11010733](#),pág.23/24).

20.Outrossim, constata-se que a cessionária apresentou todas as declarações exigidas devidamente firmadas por sua sócia-administradora, conforme determina a legislação (SUPER [11010784](#)).

21.Sobre a composição societária e diretiva da cessionária, a Secretaria informou:

*"16.De acordo com a Certidão Simplificada expedida pelo órgão de registro competente na data de 13 de julho de 2023, a composição societária e diretiva da pessoa jurídica cessionária é a seguinte (SUPER [11010733](#) - págs. 5/6):"*

NOME	COTAS	VALOR-R\$
André Vinicius Cardoso	5.000	5.000,00
Leandro Henrique Alux Silva	5.000	5.000,00
Nivaldo Quessa	5.000	5.000,00
TOTAL	15.000	15.000,00

NOME	CARGO
André Vinicius Cardoso	Administrador
Leandro Henrique Alux Silva	Administrador
Nivaldo Quessa	Administrador

22.Superada a análise dos requisitos relativos às entidades, deve-se verificar, ainda, a observância dos limites pessoais estipulados pela legislação para a exercício da atividade de radiodifusão. Nesse sentido, note-se que devem ser respeitados o art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967 e a alínea "g" do art. 38 da Lei nº 4.117/1962, que assim dispõem:

*"DECRETO-LEI Nº 236, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967*

*Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:*

*1) Estações radiodifusoras de som:*

*a - Locais:*

*Ondas médias - 4*

*Frequência modulada - 6*

*b - Regionais:*

*Ondas médias - 3*

*Ondas tropicais - 3*

*sendo no máximo 2 por Estados*

*c - Nacionais:*



Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

LEI Nº4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962.

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas: (Redação dada pela Lei nº 10.610, de 20.12.2002)

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade (Redação dada pela Lei nº 10.610, de 20.12.2002)."

23. A questão foi analisada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica e mostrou-se regular, nos termos a seguir:

"19. Nesse contexto, a pessoa jurídica cessionária e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os limites de outorgas fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO (SUPER [11047348](#))."

24. Assim, conforme já evidenciado, o exame jurídico dos autos, da conclusão e dos fundamentos adotados pelas autoridades que apreciaram administrativamente o pedido não indicou a existência irregularidades que pudessem obstar a sequência do feito e a prática do ato, firmando-se a presunção de atendimento das exigências dispostas na legislação.

25. Mencione-se que houve renovação da outorga objeto da transferência direta, para o período de 01/11/2013 a 01/11/2023, por meio da Portaria 8734, de 15/03/2023, publicada no Diário Oficial da União de 12/04/2023 (SUPER 11047320). A radiodifusora se encontra em funcionamento precário, posto que a renovação ainda não foi apreciada pelo Congresso Nacional. Tal condição deve ser notificada à cessionária.

26. A entidade cedente não optou pelo parcelamento do preço público de outorga, como atestou a SECOE, no item 23 da Nota Técnica 12773/2023.

27. Conforme estabelece o art. 90 do Regulamento de Radiodifusão, a transferência da permissão deverá ser autorizada por meio de Portaria Ministerial (inc. 1) e comunicada ao Congresso Nacional, por meio de Mensagem do Presidente da República (parágrafo único), nos termos do disposto no § 5º do art. 222 da Constituição Federal.

### III - CONCLUSÃO

28. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, sugenmos a restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão para prosseguimento.

29. É o Parecer, produzido e assinado eletronicamente por meio do Sistema Sapiens e submetido à consideração superior.

Brasília, 06 de setembro de 2023.

TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK  
Advogada da União





Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250037368201962 e da chave de acesso a9704f92



Documento assinado eletronicamente por TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK, com certificado Al institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1267808804 e chave de acesso a9704f92 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK, com certificado Al institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 06-09-2023 14:19. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6119/6915

**DESPACHO n. 01860/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 01250.037368/2019-62**

**INTERESSADOS: RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA (CEDENTE) E SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA (CESSIONÁRIA).**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

1. Aprovo o PARECER n. 00578/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dra. Tatiane Flores Cavalcante Razuk, Advogada da União.
2. Na espécie, tratam os autos de pedido formulado por RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA., em conjunto com SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA., com o objetivo de transferir, da primeira para a segunda entidade, a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média adaptada para frequência modulada na localidade de Araçatuba, estado de São Paulo, concedida à primeira requerente.
3. Confonne os termos do Parecer, o exame jurídico dos autos, da conclusão e dos fundamentos adotados pelas autoridades que apreciaram administrativamente o pedido não indicou a existência irregularidades que pudessem obstar a sequência do feito e a prática do ato, firmando-se a presunção de atendimento das exigências dispostas na legislação.
4. Já quanto à minuta de portaria proposta, verifica-se a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.
5. Encaminhem-se os autos do processo administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e prosseguimento.

Brasília, 06 de setembro de 2023.

VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO  
Procurador da Fazenda Nacional  
Coordenador-Geral Jurídico de Radiodifusão Substituto  
CONJUR-MCOM

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250037368201962 e da chave de acesso a9704f92





Documento assinado eletronicamente por VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado Al institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1274357507 e chave de acesso a9704f92 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado Al institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 06-09-2023 17:00. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6119/6915

**DESPACHO n. 01866/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 01250.037368/2019-62**

**INTERESSADOS: RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA (CEDENTE) E SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA (CESSIONÁRIA).**

**ASSUNTOS: Radiodifusão. Rádio comercial. Transferência de outorga.**

Aprovo o **PARECER n. 00578/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n., 01860/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.**

Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 8 de setembro de 2023.

Assinado eletronicamente  
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES  
ADVOGADO DA UNIÃO

Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250037368201962 e da chave de acesso a9704f92



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado AI institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1275325160 e chave de acesso a9704f92 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado AI institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 08-09-2023 10:45. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 26/09/2023 1 Edição: 184 1 Seção: 11 Página: 4

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA N° 10.395, DE 8 DE SETEMBRO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no artigo 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.037368/2019-62, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 12773/2023/SEI-MCOM, cancelada pelo Parecer Jurídico nº 00578/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU,

Art. 1º Transferir a concessão outorgada à Rádio Cultura de Araçatuba Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 43.744.713/0001-72, por meio do Decreto nº 38.086, de 12 de outubro de 1955, publicado no dia 3 de dezembro de 1955, para o SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA, inscrita no C.N.P.J. nº 03.156.036/0001-57, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50415114624, no município de Araçatuba, estado de São Paulo.

Art. 2º Os quadros societário e diretivo da cessionária, após a operação realizada, ficarão assim constituídos:

NOME	COTAS	VALOR - R\$
André Vinicius Cardoso	5.000	5.000,00
Leandro Henrique Alux Silva	5.000	5.000,00
Nivaldo Ouessa	5.000	5.000,00
TOTAL	15.000	15.000,00

NOME	CARGO
André Vinicius Cardoso	Administrador
Leandro Henrique Alux Silva	Administrador
Nivaldo Ouessa	Administrador

Art. 3º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

**NOTA TÉCNICA Nº 12773/2023/SEI-MCOM****PROCESSO Nº 01250.037368/2019-62.****INTERESSADAS: RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA (CEDENTE) E SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA (CESSIONÁRIA).****ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. VIABILIDADE. REMESSA DOS AUTOS À CONJUR E AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.****SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Cultura de Araçatuba Ltda** e do **Sistema Cultura de Comunicação Araçatuba Ltda**, inscritas no CNPJ nº 43.744.713/0001-72 e CNPJ nº 03.156.036/0001-57, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada (SUPER 11047352), vinculado ao Fistel nº 50415114624, no município de Araçatuba/SP.
2. Após a protocolização do requerimento administrativo que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação das pessoas jurídicas interessadas na operação de transferência direta para complementar a instrução processual, tendo sido apresentados os documentos solicitados.

**ANÁLISE**

3. Sabe-se que as concessões ou permissões do serviço de radiodifusão sonora ou de sons e imagens podem ser repassadas a outra pessoa jurídica por intermédio de operação denominada de transferência direta, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/1962, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, a saber:

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

c) a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo;

[...]

4. Conforme visto, a operação de transferência direta depende, para sua validade, de prévia anuência do Poder Público, cujo ato se materializará em portaria do Ministro de Estado das Comunicações, quando se tratar do serviço de radiodifusão sonora, ou em decreto do Presidente da República, que será precedido de instrução processual a ser efetivada pelo Ministério das Comunicações, na hipótese do serviço de radiodifusão de sons e imagens, tudo com base no art. 90, incisos I e II, do Decreto nº 52.795/1963.

5. A anuência do Poder Público está condicionada à demonstração pelas interessadas na operação de transferência direta do preenchimento das condições consubstanciadas, em especial, no art. 91 e art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, a saber:

Art. 91. A transferência da concessão ou da permissão somente poderá ser autorizada após decorrido o prazo de cinco anos, contado da data de expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação.

[...]



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

Art. 93. A transferência da concessão ou da permissão só poderá ser efetivada se a sociedade para a qual será transferida a concessão ou a permissão estiver condicionada às exigências constantes do art. 28, acompanhada da seguinte documentação:

I - requerimento de transferência de concessão e permissão, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária;

II - documentação relativa à entidade cedente:

a) prova de inscrição no CNPJ;

b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;

c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;

d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;

II - documentação relativa à entidade cessionária:

b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;

c) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no [§1º do art. 222 da Constituição](#), feita por meio da apresentação de:

1. certidão de nascimento ou casamento;

2. certificado de reservista;

3. cédula de identidade;

4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

5. carteira profissional;

6. carteira de trabalho e previdência social; ou

7. passaporte;

d) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

e) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data posterior à da publicação do edital;

f) prova de inscrição no CNPJ;

g) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;

h) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;

i) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;

j) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

k) declaração de que:

1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;

2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição;

6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as [alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990](#).

Parágrafo único. A concessão ou a permissão será transferida em observância aos prazos e às condições estabelecidas originalmente.



6. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da transferência direta, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

7. No caso em apreço, as pessoas jurídicas ora interessadas na operação objeto destes autos protocolaram requerimento administrativo de transferência direta, por meio de seus sócios e dirigentes, conforme demonstram as Certidões Simplificadas emitidas pela Junta Comercial do Estado de São Paulo em 12 de julho de 2023 e no dia 13 de julho de 2023 (SUPER 11010784; págs. 3/4 - SUPER 11010732 e SUPER 11010733 - págs. 5/6). O pleito foi apresentado juntamente com as declarações previstas no art. 93, inciso III, alínea "k", do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, devidamente firmadas pelos representantes legais da empresa cessionária (SUPER 11010784).

8. A pessoa jurídica cedente recebeu do Poder Público a concessão para a execução do referido serviço por meio do Decreto nº 38.086, de 12 de outubro de 1955, publicado no dia 3 de dezembro de 1955 (SUPER 11047340). Posteriormente, a outorga fora adaptada de OM para FM consoante Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado em 23 de junho de 2017, publicado em 28 de junho do ano corrente (SUPER 11047352). A outorga encontra-se vencida desde o ano de 2013 (SUPER 11047343). Contudo, o Ministro de Estado das Comunicações assinou Portaria nº 8.734, de 15 de março de 2023, publicada no dia 12 de abril de 2023, no bojo do processo nº 53000.044199/2013-77, que tratou da renovação da outorga para o período de 1º de novembro de 2013 a 1º de novembro de 2023 (SUPER 11047320).

9. Oportuno registrar que a execução do serviço de radiodifusão pela entidade está sendo mantida em caráter precário, uma vez que não houve ainda manifestação do Congresso Nacional em relação à renovação da outorga. De todo modo, tal circunstância não inviabiliza a transferência direta, porquanto o art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017 e o art. 94 do Decreto nº 52.795/1963 autorizam a efetivação da operação por ocasião do funcionamento do serviço em caráter precário, desde que concluída a instrução do processo de renovação.

10. Tem-se, ademais, que, após consulta à pasta cadastral da pessoa jurídica cedente, a condição alusiva ao prazo mínimo de licenciamento da estação, conforme previsto no art. 91 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, foi devidamente observada. A primeira licença para funcionamento da estação de radiodifusão sonora, em onda média, foi emitida em 29 de agosto de 1985; portanto, a estação encontra-se licenciada há mais de 5 (cinco) anos (SUPER 11047321).

11. A documentação apresentada pelas entidades cedente e cessionária está em conformidade com o art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017 e pelo Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER 11047155). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

- I - certidão de antecedentes criminais;
- II - informações sobre pessoa jurídica;
- III - outras expressamente previstas em lei.

12. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

13. As pessoas jurídicas ora interessadas na operação de transferência direta apresentaram todos os documentos previstos nos incisos II e III do art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

14. A pessoa jurídica cedente juntou aos autos os comprovantes de regularidade perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica; as certidões que demonstram a sua regularidade junto aos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal; bem como os comprovantes de regularidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Colacionou-se, também, o comprovante de regularidade junto ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Carreou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 11047155).

15. Por sua vez, a pessoa jurídica cessionária colacionou aos autos, além dos documentos citados anteriormente, certidão simplificada expedida pela Junta Comercial em que seus atos estão registrados, de modo a demonstrar a sua composição societária e diretiva e a comprovar as atividades desenvolvidas. O objetivo social diz respeito a "*atividades de rádio*" (SUPER 11010733 - págs. 5/6).

16. De acordo com a Certidão Simplificada expedida pelo órgão de registro competente na data de 13 de julho de 2023, a composição societária e diretiva da pessoa jurídica cessionária é a seguinte (SUPER 11010733 - págs. 5/6):

NOME	COTAS	VALOR - R\$
André Vinicius Cardoso	5.000	5.000,00
Leandro Henrique Alux Silva	5.000	5.000,00
Nivaldo Quessa	5.000	5.000,00
TOTAL	15.000	15.000,00

NOME	CARGO
André Vinicius Cardoso	Administrador
Leandro Henrique Alux Silva	Administrador
Nivaldo Quessa	Administrador

17. Em relação aos limites de outorga, e levando-se em consideração a estrutura societária e diretiva constante na certidão simplificada expedida pela respectiva Junta Comercial, tem-se que a pessoa jurídica cessionária e os sócios - André Vinicius Cardoso e Leandro Henrique Alux Silva, não fazem parte da composição societária de outras entidades executantes dos serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO na data de 4 de agosto de 2023 (SUPER 11047348), a saber:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



### Consulta Participação da Entidade nas Empresas

<b>Tipo de Consulta:</b>	CNPJ
<b>CNPJ:</b>	03.156.036/0001-57

Não foi encontrado dados com essa informação

### Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b>	Nome Sócio/Diretor
<b>Nome Sócio/Diretor:</b>	André Vinicius Cardoso

Não foi encontrado dados com essa informação

### Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b>	CPF
<b>CPF:</b>	218.779.438-51

Não foi encontrado dados com essa informação

### Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b>	Nome Sócio/Diretor
<b>Nome Sócio/Diretor:</b>	Leandro Henrique Alux Silva

Não foi encontrado dados com essa informação

### Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b>	CPF
<b>CPF:</b>	322.941.688-01

Não foi encontrado dados com essa informação

18. Já em relação ao sócio Nivaldo Quesa, nota-se a sua participação/composição em outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão, senão vejamos:

### Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b>	CPF										
<b>CPF:</b>	311.842.438-91										
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
NIVALDO QUESSA	311.842.438-91	RADIO IGUATEMI FREQUENCIA MODULADA STEREO LTDA	50.414.044/0001-36	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	FM	--	SP	Bebedouro
		RADIO IGUATEMI FREQUENCIA MODULADA STEREO LTDA	50.414.044/0001-36	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Bebedouro

19. Nesse contexto, a pessoa jurídica cessionária e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os limites de outorgas fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO (SUPER 11047348).

20. A pessoa jurídica cessionária carregou, ainda, a prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos de seus sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição Federal. Juntou-se, também, o balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do exercício, firmados em conjunto por profissional em contabilidade e por seu representante legal. Acostou-se, de igual modo, certidão emitida pelo Poder Judiciário do Estado em que a sede está localizada, atestando que o registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor (SUPER 11047155).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

21. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a pessoa jurídica cessionária, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão, em havendo autorização do Poder Público para a transferência direta da outorga, tudo na forma do art. 93 do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

22. Mostra-se relevante rememorar que, em se tratando de transferência de outorga, faz-se necessário, também, levantar informações acerca da existência de pena de cassação da outorga que se pretende transferir, conforme recomendado pela Conjur, nos termos do Parecer n.º 798/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU. Em atendimento à recomendação, esta Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada enviou correspondência eletrônica 11047192 à unidade competente. Em resposta, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM se manifestou no sentido de que *"apesar da emissora de RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA. (CNPJ nº 43.744.713/0001-72), para a execução do serviço de radiodifusão sonora, no município de Araçatuba, estado de São Paulo, responder ao processo nº 53504.011117/2013-37, não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de CASSAÇÃO de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão."* (SUPER 11047489).

23. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica cedente não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER 11047485). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, não se aplica no caso concreto (SUPER 11047480).

24. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de transferência direta da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50415114624, no município de Araçatuba/SP, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei n.º 4.117/1962 e do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963.

## CONCLUSÃO

25. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

26. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

- a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica da operação de transferência direta ora discutida, inclusive das minutas de Portaria (SUPER 11047491) e de Exposição de Motivos (SUPER 11047493), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993, e
- b) em caso de manifestação jurídica favorável, remessa posterior dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963, sem prejuízo das medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 222, § 5º, da Constituição Federal.

27. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Rayane Cristina do Nascimento Cardoso, Assistente Técnico**, em 17/08/2023, às 18:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 17/08/2023, às 18:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 17/08/2023, às 18:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 17/08/2023, às 18:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 18/08/2023, às 12:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11047490** e o código CRC **886DB896**.

#### Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.037368/2019-62

Documento nº 11047490



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Recursos Logísticos  
Coordenação de Documentação  
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 23 de novembro de 2023.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGINF e CC-PR

**ASSUNTO:** Trata-se de transferência da concessão outorgada à RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA., inscrita no C.N.P.J. nº 43.744.713/0001-72, para o SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA., inscrita no C.N.P.J. nº 03.156.036/0001-57, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50415114624, no município de Araçatuba, estado de São Paulo.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 621 2023 MCOM.

Att,

**Carlos Henrique T. Botelho**  
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho**, GSISTE NI, em 23/11/2023, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4763580** e o código CRC **8735E884** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Processo nº 01250.037368/2019-62

SUPER nº 4763580

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 4480/2023/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

À Secretária-Executiva  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Encaminhamento de exposição de motivos.**

Senhora Secretária-Executiva,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 621/2023 MCOM (763564), do Ministério das Comunicações, referente ao Processo Administrativo nº 01250.037368/2019-62, que transfere a concessão outorgada à RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA., inscrita no C.N.P.J. nº 43.744.713/0001-72, para o SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA., inscrita C.N.P.J. nº 03.156.036/0001-57, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, no município de Araçatuba, estado de São Paulo.

Atenciosamente,

TALITA NOBRE PESSOA  
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Talita Nobre Pessoa, Chefe de Gabinete**, em 23/11/2023, às 21:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4765415** e o código CRC **EE385B6B** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.037368/2019-62

SUPER nº 4765415

Palácio do Planalto - 4º Andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1754  
CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

**Referência:** EM nº 621/2023 MCOM (4763564) e anexos, remetidos pelo Ministério das Comunicações.

**Assunto:** Processo Administrativo nº 01250.037368/2019-62, referente à transferência da concessão outorgada à RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA para o SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA para executar, sem direito de exclusividade o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, em Araçatuba/SP.

**Trâmites:** Despacho DIPUBL/CODOC/DILOG/SA/SE/CC/PR (4763580) para os protocolos da SAJ/CC/PR, SAG/CC/PR e CC/PR. Ofício Nº 4480/2023/GM/CC/PR (4765415) para a SE/CC/PR.

Arquivar temporariamente o presente processo na SE/CC/PR, tendo em vista que, após manifestação da SAJ/CC/PR e da SAG/CC/PR – órgãos competentes para analisar o tema –, os autos deverão retornar a esta Secretaria-Executiva, caso haja necessidade de encaminhamento ao Congresso Nacional, mediante expediente do Ministro de Estado desta Casa Civil.

DUNCAN FRANK SEMPLE  
Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por **Duncan Frank Semple, Subsecretário(a)**, em 27/11/2023, às 13:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4769196** e o código CRC **EB90E232** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Processo nº 01250.037368/2019-62

SUPER nº 4769196

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
SECRETARIA ESPECIAL DE ANÁLISE GOVERNAMENTAL

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 882/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

**PROCESSO SEI Nº:** 01250.037368/2019-62.

**INTERESSADO:** SAJ/CC/PR.

**REFERÊNCIA:** Exposição de Motivos nº 00621/2023 MCOM, de 2 de outubro de 2023, do Ministério das Comunicações

**ASSUNTO:** Transferência da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptada) no município de Araçatuba (SP).

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00621/2023 MCOM (4760341), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 01250.037368/2019-62, acompanhado da [Portaria nº 10.395, de 8 de setembro de 2023](#), que transfere a permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptada) outorgada à RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 43.744.713/0001-72, para a empresa SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LT inscrita no CNPJ sob o nº 03.156.036/0001-57, com o uso docanal 294, frequência 106.7 MHz, Fistel nº 50415114624, sem direito à exclusividade, no município de Araçatuba, estado de São Paulo, de acordo com o disposto na alínea "c" do art. 38 do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#)<sup>[1]</sup>, e em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão](#)<sup>[2]</sup>.

2. Segundo o disposto no art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 1962, a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo. A prévia anuência do Poder Público se materializará em portaria do Ministro de Estado das Comunicações, quando se tratar do serviço de radiodifusão sonora, ou em decreto do Presidente da República, que será precedido de instrução processual a ser efetivada pelo Ministério das Comunicações, na hipótese do serviço de radiodifusão de sons e imagens, nos termos do art. 90, incisos I e II, do Decreto nº 52.795, de 1963. Conforme o art. 93 do referido decreto, a transferência da concessão ou da permissão só poderá ser efetivada se a sociedade para a qual será transferida a concessão ou a permissão estiver condicionada às exigências constantes no decreto, sendo observado os prazos e condições estabelecidas originalmente na outorga.

3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:

- Parecer Jurídico nº 00578/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (4760331), de 06/09/2023, que se posiciona pela viabilidade jurídica do pedido de transferência direta da outorga.
- Nota Técnica nº 12773/2023/SEI-MCOM, de 18/08/2023 (4763578), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE/MCOM, que se posiciona pela viabilidade do deferimento do pedido de transferência direta da outorga, nos termos do art. 38 da Lei nº 4.117, de 1.962, e dos arts. 93 e 94 do Decreto nº 52.795, de 1963.
- Lista de Verificação de Documentos - Transferência de Outorga Comercial, de 17/08/2023 (4760326), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.

4. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:

- Quando societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Social](#)<sup>[3]</sup>; e
- Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro](#)<sup>[4]</sup>, que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#).

5. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	03.156.036/0001-57
NOME EMPRESARIAL:	SISTEMA CULTURA DE COMUNICACAO ARACATUBA LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$15.000,00 (Quinze mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	ANDRE VINICIUS CARDOSO
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	LEANDRO HENRIQUE ALUX SILVA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	NIVALDO QUESSA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.  
Emitido no dia 20/09/2024 às 15:47 (data e hora de Brasília).

6. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de transferência direta de outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação; e (iii) que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.
7. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. 3º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO  
Assessor  
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE  
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC  
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO MORETTI  
Secretário Especial de Análise Governamental  
(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).  
[2] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).  
[3] O [SIACCO](#) é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação,ivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas a suas funcionalidades para as loras de radiodifusão.  
[MOSAICO](#) é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>



2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 24/10/2024, às 10:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 24/10/2024, às 10:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 24/10/2024, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6104781** e o código CRC **8A708CFA** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.037368/2019-62

SEI nº 6104781

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958  
CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

01250.037368/2019-62

Nota SAJ - Radiodifusão nº 892 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA (CEDENTE) E SISTEMA CULTURA DE COMUNICAÇÃO ARAÇATUBA LTDA (CESSIONÁRIA)
Assunto:	Serviço de radiodifusão sonora. Transferência de outorga, de rádio comercial em Frequência Modulada (FM). Encaminhamento de Mensagem ao Congresso Nacional, comunicando a transferência, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição.
Processo nº:	01250.037368/2019-62

Senhora Secretária Especial Adjunta,

## I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 01250.037368/2019-62, cuja proposta é a solicitação de autorização para transferência de outorga de concessão para execução do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (FM). No caso concreto, a entidade **Rádio Cultura de Araçatuba Ltda** (cedente), inscrita no CNPJ sob nº **43.744.713/0001-72**, requer autorização para efetuar a transferência direta da outorga de rádio FM, na localidade de Araçatuba/SP, à entidade **Sistema Cultura de Comunicação Araçatuba Ltda**, inscrita no CNPJ sob nº **03.156.036/0001-57** (cessionária).
- Assim, o processo diz respeito à transferência direta de outorga, cujo procedimento encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR) e alterações posteriores.
- É importante observar que, em que pese a outorga se encontrar vencida, o Ministério das Comunicações - MCOM aponta a existência de **processo administrativo relativo ao pedido de renovação de outorga** (processo nº **53115.030609/2022-04**).
- O § 5º do art. 222 da Constituição Federal prevê que as alterações de controle societário de empresas de radiodifusão deverão ser comunicadas ao Congresso Nacional.
- O MCOM analisou os documentos que instruem o processo, tendo atestado a regularidade do procedimento, por suas Notas Técnicas. A Secretaria Especial de Análise Governamental da Casa Civil – SAG/CC/PR manifestou-se favoravelmente à autorização para transferência da outorga.

## II - ANÁLISE

- Como se verifica, encontra-se submetido à análise desta Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República o **ato** - Portaria (4760332) - do Ministro das Comunicações **que autoriza a transferência de outorga de exploração** do Serviço de Radiodifusão comercial em Frequência Modulada (FM). **A transferência direta** da outorga se dá quando a outorga ou permissão é transferida, de uma pessoa jurídica para outra.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



7. Conforme o art. 3º do Decreto nº 52.795, de 1963 (Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR), é permitida a exploração comercial dos serviços de radiodifusão desde que não haja prejuízo ao interesse nacional e à finalidade educativa e cultural desses. O mesmo RSR indica a obrigação de as outorgadas solicitarem prévia autorização do Poder Executivo federal para transferir a concessão ou permissão, de uma pessoa jurídica para outra (art. 28, item 10 do Decreto nº 52.795/1963).
8. Ademais, os dispositivos legais apontam que a transferência de outorga só poderá ser autorizada após decorrido o prazo de 5 anos da data de expedição da outorga (vide art. 91 do Decreto 52.795/1963). Neste aspecto, nota-se o pleno cumprimento deste requisito.
9. Ao tratar de transferência de outorga, torna-se necessário levantar informações acerca da existência de pena de cassação da outorgada. Neste aspecto, a área técnica do MCOM aponta que tal levantamento foi realizado, certificando a inexistência de Processos instaurados para apurar eventuais irregularidades, que venham a resultar na aplicação da penalidade de cassação.
10. Da mesma forma, o art. 93 do Decreto nº 52.795/1963 indica a documentação que a nova outorgada deve apresentar, com o objetivo de verificar se há continuidade da habilitação técnica, econômico-financeira, fiscal e jurídica para manutenção da outorga. A área técnica e a Consultoria Jurídica do MCOM indicaram ter realizado tal análise, entendendo cumpridos os requisitos de documentação.
11. Outro ponto pertinente diz respeito aos limites de propriedade de empresas de radiodifusão, trazidos pela Lei nº 236/1967, bem como pelo art. 14 § 3º do Decreto nº 52.795/1963. Mais uma vez, a análise do MCOM atesta que tais limites se mantêm devidamente cumpridos, mesmo após a transferência.
12. Assim, de acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica** do Ministério das Comunicações afirmam que o procedimento legal para a transferência da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária: **NOTA TÉCNICA Nº 12773/2023/SEI-MCOM (doc. SEI763578)** e **PARECER n. 00578/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (doc. SEI4763569)**. Com base nessas análises ministeriais, o Ministro de Estado publicou sua **Portaria** de transferência de outorga, com fundamento no art. 90, I do Decreto nº 52.795/1963.
13. Observa-se que a outorga transferida continuará observando os prazos e condições originalmente estabelecidas. É importante alertar que, no caso concreto, a outorga atual encontra-se vencida. Houve a 1ª renovação da outorga até 2023 (**processo nº 53000.044199/2013-77**), e já há processo administrativo de renovação da outorga. Assim, a execução do serviço está sendo mantido em caráter precário.
14. A informação consta dos autos conforme **E-mail** do MCOM (doc. SEI6177801): "este Departamento de Radiodifusão Privada informa que o pedido de renovação, alusivo a outorga para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptado), na localidade de Araçatuba/SP, referente ao período de 1º de novembro de 2023 e 1º de novembro de 2033, foi protocolado pela **Rádio Cultura de Araçatuba Ltda, no dia 21 de novembro de 2022, sob o Processo Administrativo nº 53115.030609/2022-04**".
15. Neste sentido, o art. 4º da Lei nº 13.424/2017, bem como o art. 94 do Decreto nº 52.795/1963, indicam claramente que a anuência do Poder Público para a transferência da outorga, no curso do funcionamento do serviço de radiodifusão em caráter precário, pode ser deferida, devendo ser advertida desta condição **a entidade para a qual a outorga esteja sendo transferida**.
16. Por fim, observa-se o mandamento pelo qual as alterações societárias de empresas, outorgadas a prestar serviços de radiodifusão sonora, devem ser comunicadas ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição.

### III - CONCLUSÃO

17. Do exposto, relacionado ao processo nº 01250.037368/2019-62, não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional comunicando a alteração societária, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal de 1988.

**VICTOR CASTRO FERNANDES DE SOUSA**

Assessor da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

*DE ACORDO.*

**DANIELA FERREIRA MARQUES**

Secretária Adjunta de Infraestrutura

*APROVO.*

**MARIA ROSA GUIMARÃES LOULA**

Secretária Especial Adjunta para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

(conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



Documento assinado eletronicamente por **Victor Castro Fernandes de Sousa, Assessor**, em 21/10/2024, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 21/10/2024, às 12:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Rosa Guimarães Loula, Secretário(a) Especial Adjunto(a)**, em 21/10/2024, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6170356** e o código CRC **1A0CD0CA** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



# ENC: Pedido de Transferência de Outorga de Rádio FM pendente localização de processo de pedido de renovação

DERAP <derap@mcom.gov.br>

seg 21/10/2024 10:20

Caixa de Entrada

Para: Victor Castro Fernandes de Sousa <victor.fernandes@presidencia.gov.br>;

Cc: Nelson Alves Pinto Neto <nelson.neto@mcom.gov.br>; secoe.ccivil <secoe.ccivil@mcom.gov.br>; Daniel Christianini Nery <daniel.nery@presidencia.gov.br>; Daniela Ferreira Marques <daniela.marques@presidencia.gov.br>;

Prezado Victor,

Em atenção ao e-mail de 16 de outubro de 2024, no qual a Casa Civil solicita informações **se há pedido de renovação já protocolado junto ao MCOM por parte da atual outorgada** (Rádio Cultura de Araçatuba Ltda), referente ao período de 01/11/2023 a 01/11/2033.

Este Departamento de Radiodifusão Privada informa que o pedido de renovação, alusivo a outorga para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptado), na localidade de Araçatuba/SP, referente ao período de 1º de novembro de 2023 e 1º de novembro de 2033, foi protocolado pela Rádio Cultura de Araçatuba Ltda, no dia 21 de novembro de 2022, sob o Processo Administrativo nº 53115.030609/2022-04.

Atenciosamente,



**De:** Victor Castro Fernandes de Sousa <victor.fernandes@presidencia.gov.br>

**Enviado:** Wednesday, October 16, 2024 5:35:03 PM

**Para:** secoe.ccivil <secoe.ccivil@mcom.gov.br>

**Cc:** Daniel Christianini Nery <daniel.nery@presidencia.gov.br>; Daniela Ferreira Marques <daniela.marques@presidencia.gov.br>

**Assunto:** Pedido de Transferência de Outorga de Rádio FM pendente localização de processo de pedido de renovação

Geralmente, você não recebe emails de victor.fernandes@presidencia.gov.br. [Saiba por que isso é importante](#)

À equipe do SECOE/MCOM,

Com um processo aqui na SAJ que trata do pedido de transferência da outorga de rádio comercial do a **Rádio Cultura de Araçatuba Ltda (CNPJ sob nº 43.744.713/0001-72)** para a entidade **Sistema**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

presidencia.gov.br/owa/#path=/mail/sentitems

https://mforeg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f

**Cultura de Comunicação Araçatuba Ltda**, inscrita no **CNPJ sob nº 03.156.036/0001-57**; o processo encontra-se sob nº 01250.037368/2019-62.

Ocorre que, entre o protocolo do requerimento de transferência (já apreciado e deferido por esse MCOM conforme PORTARIA Nº 10395, DE 08 DE SETEMBRO DE 2023) e a priorização do processo para análise por esta SAJ, ocorreu o vencimento do prazo de outorga, o qual havia sido renovado até 1º de novembro de 2023 (conforme processo nº 53000.044199/2013-77).

Assim, para fins de melhor instrução processual do processo nº 01250.037368/2019-62, solicito dessa SECOE/MCOM informar a esta SAJ **se há pedido de renovação já protocolado junto ao MCOM por parte da atual outorgada** (Rádio Cultura de Araçatuba Ltda), referente ao período de 01/11/2023 a 01/11/2033.

Att.,

**Victor Castro Fernandes de Sousa**

Assessor

Secretaria Adjunta de Infraestrutura

Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos

Casa Civil da Presidência da República

+55 (61) 3411-2170 / 2040

[victor.fernandes@presidencia.gov.br](mailto:victor.fernandes@presidencia.gov.br)

2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[presidencia.gov.br/owa/#path=/mail/sentitems](https://presidencia.gov.br/owa/#path=/mail/sentitems)  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2435bba5-9015-42c1-8b93-5c9327a53a3f>